



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDUARDO OLIVEIRA PARENTE

**A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS: TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES E A
LEGIÃO CEARENSE DO TRABALHO (1931 – 1937)**

FORTALEZA

2020

EDUARDO OLIVEIRA PARENTE

A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS: TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES E A LEGIÃO
CEARENSE DO TRABALHO (1931 – 1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.
Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro
Neves

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P252c Parente, Eduardo Oliveira.

A construção dos direitos : trabalhadores, associações e a Legião Cearense do Trabalho (1931 - 1937) /
Eduardo Oliveira Parente. – 2020.
337 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em História, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

1. Legião Cearense do Trabalho. 2. Corporativismo. 3. Associativismo. 4. Direitos. 5. Conflitos
urbanos. I. Título.

CDD 900

EDUARDO OLIVEIRA PARENTE

A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS: TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES E A LEGIÃO
CEARENSE DO TRABALHO (1931 – 1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.
Área de concentração: História Social.

Aprovada em 20 / 11 / 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Ângela Maria de Castro Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Edilene Teresinha Toledo
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof.^a Dr.^a Adelaide Maria Gonçalves Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Rameres Régis
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma Tese é, muitas vezes, um esforço relativamente solitário, considerando as muitas horas, dia após dia, dedicadas à leitura, reflexão, escrita e reescrita. Começando com a identificação, a coleta, a digitalização e/ou transcrição de fontes, até a problematização do material, o diálogo com a historiografia e por todo o esforço de produção do texto, o que inclui momentos angustiantes de falta de inspiração, tratou-se de uma jornada desafiadora, mas grandemente recompensadora, que contou com inestimáveis apoios e afetos, que quebravam os momentos de dúvida e/ou isolamento. Muitas pessoas, de uma forma ou de outra, contribuíram nesta caminhada.

Aos professores e às professoras que atuaram e atuam no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, especialmente aqueles e aquelas com os quais tive a satisfação de estudar durante a graduação, o mestrado e o doutorado, agradeço a grande contribuição que tiveram na minha trajetória acadêmica, sempre estimulando o diálogo, a investigação e a seriedade do ofício.

Ao professor Frederico de Castro Neves, especialmente, tenho muito a agradecer, pois aceitou, mais uma vez, orientar essa pesquisa quando era apenas um projeto. Seu acompanhamento, seus comentários, suas sugestões, tudo sempre apresentado de forma assertiva e nunca impositiva, permitiram aprofundar questões originalmente vagas, corrigir rumos quando pareciam incertos e apontar soluções para dúvidas.

À professora Berenice e ao professor Rameres, agradeço a valiosa contribuição durante o exame de qualificação. As questões e sugestões levantadas na ocasião foram de grande importância para aprimorar o texto e definir melhor os caminhos possíveis.

Aos meus colegas da turma de Doutorado, pelos debates durante as aulas, diálogos sobre temas variados e repasse de informações (especialmente as que se referem aos assuntos burocráticos), agradeço bastante.

Deixo também meus agradecimentos aos funcionários da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, do Arquivo Público do Estado do Ceará e do Instituto do Ceará por terem sempre me recebido com a máxima cortesia e pelo trabalho prestativo durante o período de pesquisa das fontes.

Registro meus agradecimentos aos participantes do grupo “Seca, cultura e movimentos sociais”. Ao longo dos anos, esse grupo, liderado pelo professor Frederico, funcionou como espaço ímpar para debates, acolhendo pesquisadores em diferentes etapas de

formação, instigando o questionamento rigoroso e respeitoso e criando momentos para as ideias fluírem através da troca de experiências e reflexões.

Para Ana Cristina Pereira, Emy Falcão e Raimundo Helio, amigos desde a graduação, deixo meus agradecimentos. A diáspora que nos afastou geograficamente não apagou a amizade e o auxílio mútuo. Cada um dos três, mesmo distantes e com as respectivas idiossincrasias, foram sempre instigadores, interlocutores e entusiastas da presente pesquisa. Cris e Emy, inclusive, leram parte do material contido nesta tese e fizeram importantes observações e sugestões, algumas incorporadas ao longo do texto.

Durante os últimos anos, atuando na rede pública estadual, fiz bons amigos e boas amigas, tanto nas atividades letivas cotidianas quanto nos momentos de luta em defesa de uma educação pública de qualidade e da democracia. Hermínia Paiva, em particular, sempre foi uma amiga, companheira de lutas e até mesmo consultora.

À minha família, agradecer é pouco. Minha mãe, Josenir, e meu pai, Vicente, sempre presentes e afetuosos, foram grandes incentivadores nessa jornada. Não tenho dúvidas ao afirmar que, se cheguei até aqui, muito se deveu ao esforço deles ao acreditarem que os filhos deviam estudar. À minha avó, Cirene, que se foi durante esse período, e nunca deixou de indagar, em todas as oportunidades, como estavam “o trabalho e os estudos”, também agradeço e dedico essa pesquisa.

Para Raissa Matos faltam palavras que possam ser suficientes. Minha esposa e companheira, nunca deixou de me oferecer o apoio para continuar. Sua paciência foi incomensurável, inclusive nos momentos mais intensos de escrita, quando me isolava. Ao longo dos anos, aprendemos um com o outro e construímos uma vida juntos. Devo dizer que aprendi muito mais do que ela pode imaginar, pois seu exemplo de perseverança, resiliência e força diante de imensas atribuições pessoais sempre me surpreendeu e ainda surpreende. Sua quase infinita generosidade para com os outros, sua energia para enfrentar desafios, sua capacidade de renovação, seu crescimento pessoal e profissional, sua disposição para apoiar e transmitir afeto são ímpares. Espero ter conseguido corresponder à altura. A ela, só tenho o que agradecer.

“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando”.

(ROSA, 2001, p. 39)

RESUMO

No ano de 1931 foi constituída, em Fortaleza, a Legião Cearense do Trabalho (LCT), que obteve a adesão de um amplo contingente de trabalhadores e hegemonizou, durante alguns anos, a liderança operária na capital cearense. Em um contexto de forte preocupação com a chamada questão social, o projeto corporativo da LCT é entendido como o resultado da aproximação entre uma militância católica, informada nos princípios da doutrina social da Igreja, e as experiências acumuladas dos heterogêneos agrupamentos de trabalhadores, ganhando importância ao articular demandas próprias do mundo do trabalho e incorporar práticas, tradições e representações longamente construídas pelos trabalhadores. Através de uma ampla variedade de fontes, a presente pesquisa tem como objetivo central analisar as relações estabelecidas entre diferentes categorias e a Legião Cearense do Trabalho em um processo de luta por direitos, entre 1931 e 1937, principalmente. Nesse sentido, problematizamos documentos produzidos pela LCT, como o opúsculo *O Ideal Legionário* e o semanário *Legionário*, as Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, Livros de Atas e outros documentos de alguns sindicatos, uma grande diversidade de periódicos das primeiras décadas do século XX e das décadas finais do século XIX, documentos oficiais, como Relatórios e Mensagens, processos criminais, leis, decretos, censos, obras literárias, livros de memórias, crônicas, além de registros iconográficos e entrevistas. Verificamos as matrizes fundamentais da LCT, alicerçadas em uma militância católica e nas práticas e tradições dos grupos operários, bem como o funcionamento da Legião no cotidiano. Analisamos o crescimento associativo nos primeiros anos da década de 1930 e as disputas com outras correntes políticas, como o comunismo, e em relação a outros projetos corporativos, como o Integralista e o Varguista, além de destacar o funcionamento de alguns sindicatos. Identificamos a presença dos trabalhadores na cidade, rastreando as características da população e do mercado de trabalho, as maneiras de morar, as formas de sociabilidade e de lazer. Os processos grevistas protagonizados por várias categorias, especialmente nos anos 1932 e 1933, período de forte agitação operária em várias partes do país, são analisados com destaque para as reivindicações, as ideias, as formas de atuação e sua importância na construção e luta por direitos.

Palavras-chave: Legião Cearense do Trabalho. Corporativismo. Associativismo. Direitos. Conflitos urbanos.

ABSTRACT

In 1931, the Legião Cearense do Trabalho (LCT) was created in Fortaleza, which won the support of a large contingent of workers and hegemonized, for some years, the workers' leadership in the capital of Ceará. In a context of strong concern with the so-called social issue, the LCT corporate project is understood as the result of the approximation between a Catholic militancy, informed in the principles of the Church's social doctrine, and the accumulated experiences of the heterogeneous groups of workers, gaining importance by articulating demands specific to the world of work and incorporating practices, traditions and representations that have long been built by workers. Through a wide variety of sources, the present research has as main objective to analyze the relationships established between different categories and the Legião Cearense do Trabalho in a process of struggle for rights, between 1931 and 1937, mainly. In this sense, we problematize documents produced by LCT, such as the booklet *O Ideal Legionário* and the weekly *Legionário*, the Encyclicals *Rerum Novarum* and *Quadragesimo Anno*, Minutes Books and other documents of some unions, a great diversity of periodicals of the first decades of the 20th century and of the final decades of the 19th century, official documents, such as Reports and Messages, criminal cases, laws, decrees, censuses, literary works, memoirs, chronicles, in addition to iconographic records and interviews. We verified the fundamental matrices of the LCT, based on a Catholic militancy and on the practices and traditions of the workers' groups, as well as the Legion's daily functioning. We analyzed associative growth in the early 1930s and disputes with other political currents, such as communism, and in relation to other corporate projects, such as Integralista and Varguista, in addition to highlighting the functioning of some unions. We identified the presence of workers in the city, tracking the characteristics of the population and the labor market, the ways of living, the forms of sociability and leisure. The strike processes carried out by various categories, especially in the years 1932 and 1933, a period of strong labor unrest in various parts of the country, are analyzed with emphasis on the demands, ideas, ways of acting and their importance in the construction and struggle for rights.

Keywords: Legião Cearense do Trabalho. Corporatism. Associativism. Rights. Urban conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bandeira da Legião Cearense do Trabalho.....	83
Figura 2 – Esquema básico da estrutura da Legião	90
Figura 3 – Cabeçalho do segundo número do <i>Legionário</i>	103
Figura 4 – Cabeçalho do sexto número do <i>Legionário</i>	104
Figura 5 – Edição do <i>Legionário</i> destacando o artigo 13 do decreto 19.770.....	111
Figura 6 – Quadro de homenagem aos sócios fundadores do Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil.....	153
Figura 7 – Técnicos e trabalhadores diante do Gasômetro da companhia inglesa <i>Ceará Gás Company</i>	170
Figura 8 – Trabalhadores da Fábrica Myrian	171
Figura 9 – Detalhe da Planta da Cidade de Fortaleza, de Adolpho Hebbster, em 1888	194
Figura 10 – “Bangalows Elegantes”	206
Figura 11 – Itinerário de manifestação pública da LCT	214
Figura 12 – A “Cozinha do Povo”	217
Figura 13 – Cabeçalho da coluna Crônica da Cidade	225
Figura 14 – Cinema da Phenix Caixeiral, inaugurado em 1930.....	235
Figura 15 – Cabeçalho do 28º número do <i>Legionário</i>	253
Figura 16 – Portuários movimentando trolés	271
Figura 17 – Portuários em atividade	271
Figura 18 – Pequenas embarcações e guindaste do porto	271
Figura 19 – Tabela de preços de embarques e desembarques no porto de Fortaleza.	283
Figura 20 – Propaganda da Padaria das Duas Nações	291
Figura 21 – Algumas fábricas e vilas operárias do Grupo Diogo	305
Figura 22 – Salário médio dos operários das indústrias têxteis.....	306
Gráfico 1 – Estado Civil dos Trabalhadores do Porto	158
Gráfico 2 – Naturalidade dos Trabalhadores do Porto.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Associações de auxílio mútuo e beneficência – 1917.....	57
Tabela 2 – Associações de trabalhadores no Ceará entre 1890 e 1931	61
Tabela 3 – Escolas legionárias em 1933	93
Tabela 4 – Sindicatos de empregados oficialmente reconhecidos entre 1931 e 1934.....	121
Tabela 5 – Sessões do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria.....	142
Tabela 6 – População de Fortaleza em 1920 segundo o grau de instrução	148
Tabela 7 – População de Fortaleza em 1940 por faixa etária, sexo e grau de instrução.....	149
Tabela 8 – População de Fortaleza entre 1890 e 1940.....	175
Tabela 9 – População de Fortaleza em 1920 segundo as profissões	176
Tabela 10 – Operários nas fábricas têxteis.	179
Tabela 11 – População de Fortaleza segundo a cor e o sexo conforme o censo de 1940.....	181
Tabela 12 – Construções entre 1930 e 1934.....	190
Tabela 13 – Média salarial de metalúrgicos e sapateiros no Ceará em 1920.....	287

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CAC	Centro Artístico Cearense
CDV	Centro Dom Vital
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
LCT	Legião Cearense do Trabalho
LEC	Liga Eleitoral Católica
LOI	Liga Operária Independente
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
NUDOC	Núcleo de Documentação Cultural
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSC	Partido Socialista Cearense
PSD	Partido Social Democrático
RVC	Rede de Viação Cearense
SAB	Sociedade Artística Beneficente
SOFSM	Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria
SOIT	Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil
STPF	Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza
UGTP	União Geral dos Trabalhadores em Padarias
UMC	União dos Moços Católicos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	“PELO ESTADO NACIONAL-SINDICALISTA RESOLVEREMOS A QUESTÃO SOCIAL”: OS TRABALHADORES E O PROJETO LEGIONÁRIO.....	34
2.1	Matrizes de pensamento e de ação	37
2.1.1	<i>A doutrina social católica</i>	37
2.1.2	<i>A atuação eclesiástica e a militância católica</i>	45
2.1.3	<i>O mutualismo e a organização dos trabalhadores</i>	54
2.1.4	<i>Culturas militantes</i>	73
2.2	Os trabalhadores e o corporativismo legionário	82
2.2.1	<i>A Legião e sua inserção social</i>	84
2.2.2	<i>Assistência e intervenção</i>	91
3	“OPERÁRIOS DO BRASIL, UNI-VOS”: AS ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES E A LEGIÃO.....	102
3.1	“A febre de associação”	104
3.2	Integralismo, sindicalismo oficial varguista e comunismo	113
3.2.1	<i>Os legionários e o integralismo: apontamentos</i>	113
3.2.2	<i>Sindicalismo oficial e legislação trabalhista: a recusa e o desejo</i>	119
3.2.3	<i>Os Comunistas, antípodas da Legião</i>	126
3.3	Vidas associativas	132
3.3.1	<i>“Trabalho e Prosperidade”: o Sindicato da Fábrica Santa Maria em perspectiva</i>	132
3.3.2	<i>A tessitura de uma nova organização: o Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil</i>	145
3.3.3	<i>A voz do porto: o Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza</i>	153
4	FORTALEZA OPERÁRIA: OS MUNDOS DO TRABALHO DA CAPITAL CEARENSE.....	170
4.1	Um perfil aproximado da classe trabalhadora e do mercado de trabalho	174
4.2	Em busca do lar operário	182
4.2.1	<i>Maneiras de morar (I): legislação, quartos, vilas e alugueis</i>	184
4.2.2	<i>Maneiras de morar (II): rumo aos arrabaldes e “pontas de rua”</i>	193
4.3	O espetáculo da rua	201
4.3.1	<i>A cidade como texto</i>	203
4.3.2	<i>“Remodações da capital”</i>	208
4.3.3	<i>Nas ruas, na polícia e na imprensa</i>	219
4.4	Sociabilidade e lazer	228
4.4.1	<i>Vizinhança, sociabilidade e algumas formas de diversão</i>	230
4.4.2	<i>Enfim, a festa</i>	238

5	TEMPOS E MOVIMENTOS: TRABALHADORES NA LUTA POR DIREITOS	246
5.1	Contratos, leis e cogestão: instituindo o controle operário	249
5.2	Greve na <i>Light</i>: uma prova de fogo	258
5.3	No cais do porto	269
5.4	“Sapateiros a postos”	284
5.5	O pão de cada dia	290
5.6	Fiando e tecendo: batalhas no setor têxtil	303
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	318
	FONTES	324
	REFERÊNCIAS	328

1 INTRODUÇÃO

Seguiu-se com a palavra o intrépido tenente Severino Sombra que no feliz improviso e em ligeiras palavras *disse tudo o que o operariado sente*, terminando a sua bela e explicada oração, foram suas últimas palavras abafadas por calorosas salvas de palmas.¹

A passagem do tenente Severino Sombra² pelo Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza³ foi devidamente registrada na ata da associação. Essa visita fazia parte da investida inicial de Sombra na arregimentação de organizações de trabalhadores para a formação da Legião Cearense do Trabalho (LCT). Sensibilizar a classe trabalhadora já organizada era condição primordial para a constituição da LCT. O debate de ideias, as primeiras proposições e articulações foram sendo desenhadas nessa série preliminar de visitas. A adesão de algumas importantes e sólidas associações permitiu o lançamento oficial da Legião, no Teatro José de Alencar, em agosto de 1931, despontando sua importância no meio social e político local, chamando atenção nacional.

Um leque extremamente diversificado de categorias profissionais aderiu ao legionarismo: sapateiros, ferroviários, carregadores, tecelões, gráficos, padeiros, operários da *Light*, ambulantes, *chauffeurs*, pescadores, engraxates, trabalhadores do porto etc. Em termos organizativos, a variedade era também muito significativa: associações beneficentes, sindicatos de fábrica e de ofício, círculos operários católicos, associações de bairro.

¹ Ata da sessão ordinária do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza, 12 de julho de 1931. Grifo nosso

² Severino Sombra de Albuquerque nasceu em Maranguape (Ceará), no ano de 1907. A partir de 1915, iniciou seus estudos no Colégio Marista (instituição católica) e em 1923 ingressou na Escola Militar do Realengo (RJ). Participou da *Conferência Vicentina* e se tornou admirador do intelectual católico Jackson de Figueiredo, passando a frequentar o Centro Dom Vital. Estava no Rio Grande do Sul quando do movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Em 1931, foi promovido a tenente, retornando ao Ceará, quando entrou em contato de forma mais intensa com organizações católicas e associações operárias locais, iniciando a constituição da Legião Cearense do Trabalho. Em 1932, foi convidado por Salgado Filho como consultor do Ministério do Trabalho. Nesse mesmo ano, quando da Revolta Paulista, adotou posição contra o Governo Vargas, tentando sublevar a Legião, sem sucesso. Foi preso e exilado (em Portugal) até 1934. Retornando ao Brasil, tentou disputar com Plínio Salgado a liderança da Ação Integralista Brasileira, em Vassouras, não logrando êxito. De volta ao Ceará, não retomou o comando da LCT, criando, então, um movimento paralelo chamado “Campanha Legionária”, mas sem alcançar a mesma expressividade. Tornou-se professor de Sociologia da Escola Militar e redator-chefe da *Revista Militar Brasileira*. Durante o Estado Novo, assumiu a defesa do regime e, após a redemocratização, ocupou posições em departamentos e agências diversas. Manteve envolvimento com legendas políticas como o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Em 1965, afastou-se da vida político-partidária, se dedicando às atividades educacionais. Nas décadas de 1970 e de 1980, trabalhou pela expansão da Fundação Universitária Sul-Fluminense. Em 1992, foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação a criação das Faculdades Integradas Severino Sombra (FISS), sendo reconhecida como Universidade em 1997. Severino faleceu em 12 de março de 2000.

³ A associação, fundada em 1921, é mencionada como de “resistência e benefício”, contando com mais de 700 sócios em Fortaleza e mais de 230 em Aracati. ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1924. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1924, p. 210.

O próprio tenente se mostrou satisfeito e surpreso com as adesões obtidas, como deixou registrado em discurso proferido no Teatro José de Alencar e reproduzido pouco depois no opúsculo *O Ideal Legionário*:

Se eu a concebi e a tornei uma realidade, ela não se concretizaria se eu não encontrasse um ambiente preparado para ouvir-me e compreender-me, não encontrasse, sobretudo, a generosidade da confiança neste moço que, desconhecido no meio operário, abalançou-se a peregrinar pelas suas associações, propondo um congraçamento e apontando um futuro.

E se todos se admiram como esta 'Legião' pôde organizar-se tão depressa, o mais maravilhado sou eu, é o seu chefe.⁴

A Legião é normalmente identificada como possuindo natureza católica, corporativista, antiliberal e anticomunista. Nas ideias fundamentais divulgadas por suas lideranças, a “questão social” deveria ser enfrentada evitando ao máximo o conflito, apostando na conciliação de classes e na realização de um programa de reformas sociais. O projeto de uma sociedade futura – com relativo equilíbrio entre patrões e trabalhadores, livre de conflitos sociais, hierarquizada, porém harmônica – fazia parte da utopia elaborada pelos líderes, que, na sua maioria, eram ativos militantes católicos, inspirada em uma visão idealizada da Idade Média.

Esse tema seduziu vários pesquisadores, que se dedicaram com afinco à tarefa de compreender tais elaborações. No geral, parece ter prevalecido a ideia, implícita ou explícita, de tratar as formulações doutrinárias dos chefes legionários como se fossem as ideias abraçadas pelo conjunto das categorias operárias de forma linear. Nesse sentido, os trabalhadores aparecem somente como “massa” moldável e adaptável conforme o pensamento e a ação dos líderes, sem influir no processo e com pouca ou nenhuma possibilidade de atuação própria, exceto quando convocada para lotar as ruas, o que mais uma vez só evidenciaria, supostamente, a força carismática dos chefes. A diversidade de categorias, mencionada como forma de demonstrar a penetração legionária, não chegou a despertar interesse para se compreender os detalhes da vida de grupos tão diferentes. Pouco se fala das lutas levadas adiante naqueles anos.

A Legião teve uma vida relativamente curta, mantendo sua existência de 1931 a 1937, quando deixou de existir ao ser decretado o Estado Novo por Getúlio Vargas. Severino Sombra, como idealizador e primeiro líder da LCT, teve uma atuação ainda mais curta: foi exilado do país em 1932 por ter apoiado o movimento militar paulista contra Vargas. No seu

⁴ SOMBRA, Severino. *O Ideal Legionário*. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1931, p. 7–8. Grifos nossos

lugar, assumiu o comando da Legião o também tenente Jeovah Motta,⁵ apoiado pelo padre Helder Câmara.⁶ Os dois, ao aderirem à Ação Integralista Brasileira (AIB), promoveram uma aproximação entre o Integralismo e a Legião Cearense do Trabalho, que, no entanto, manteve-se como institucionalmente autônoma em relação à AIB. Outros nomes mais ou menos conhecidos também tiveram grande presença em alguns anos de existência da Legião, como Ubirajara Índio do Ceará⁷ e Waldemar Falcão.⁸

Significativa produção acadêmica, que mencionaremos mais adiante, já se debruçou sobre a LCT. Pretendemos mudar um pouco o foco do olhar. Muito mais do que falar das figuras de liderança, pretendemos conhecer um pouco melhor esse “ambiente” operário citado pelo tenente Sombra. Nosso esforço será desenvolvido em várias vertentes, procurando a) entender como, a partir da heterogeneidade dos grupos operários, foram construídas conexões reais (que não significam o apagamento das diferenças, claro) entre os diversos mundos do trabalho; b) compreender o papel ativo dos trabalhadores nessa dinâmica, as formas como suas ideias foram de fato incorporadas no programa legionário e as

⁵ Jeovah Motta nasceu em Maranguape (CE), em 1907. Ingressou no Colégio Militar do Ceará em 1919, permanecendo até 1924, quando sentou praça na Escola Militar do Realengo (RJ). Voltou ao Ceará em 1929 para servir no 23º Batalhão de Caçadores (sendo em 1930 promovido a tenente), quando conheceu o tenente Severino Sombra e o Padre Helder Câmara. Motta passou a integrar a LCT, inicialmente, como membro do “Tribunal Legionário”. Em 1932, lutou contra a Revolta Paulista, sendo ferido na ocasião. Foi eleito chefe da LCT após o exílio de Sombra. Junto com o Padre Helder Câmara e Ubirajara Índio do Ceará, aproximou a LCT do Integralismo de Plínio Salgado, assumindo, simultaneamente, a função de chefe provincial da AIB no Ceará. Foi eleito para a Constituinte de 1933, deixando a liderança da LCT em 1934. Foi novamente eleito como Deputado Federal em 1934. Continuou como ativo militante integralista, tentando organizar sindicatos no Rio de Janeiro. Em 1937, publicou carta rompendo com o Integralismo. Seguiu carreira militar até março de 1962, quando passou para a reserva. Daí em diante se dedicou ao estudo da história do ensino no exército. Residiu por um tempo em São João del Rei e faleceu no Rio de Janeiro em fevereiro de 1992.

⁶ Helder Câmara nasceu em Fortaleza, em 1909. Entrou para o Seminário em 1923, ordenando-se padre em 1931, quando iniciou a organização da JOC – Juventude Operária Católica, ligando-a, em sequência, à LCT. Aproximou-se da AIB em 1932. Desempenhou papel importante no estímulo para a sindicalização das empregadas domésticas em Fortaleza. Em 1936, foi para o Rio de Janeiro, afastando-se dos movimentos políticos locais. Teria grande participação – especialmente como consultor – em vários projetos educacionais. A partir de 1947, fez parte da Ação Católica e trabalhou pela criação da CNBB. Em 1952, foi escolhido como bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Após o golpe de 1964, foi feito arcebispo de Olinda e Recife pelo papa Paulo VI. Atuou com afinco na organização das Comunidades de Base e realizou inúmeras palestras em diversos países, além de ser autor de vasta obra. Dom Hélder faleceu em Recife em 27 de agosto de 1999.

⁷ Ubirajara Índio do Ceará nasceu em Quixadá (CE), em 1912. Estudou no Liceu do Ceará e ingressou na Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1932. Trabalhou como professor e integrou a LCT até 1935. Entre 1933 e 1935, foi auxiliar e fiscal da Inspetoria do Trabalho no Ceará. Foi eleito Deputado Estadual em 1934, exercendo mandato até 1937. Passou a atuar dentro dos quadros da Justiça do Trabalho nos estados de Piauí, Pará e Ceará, com o cargo de procurador até 1962. Faleceu em Fortaleza, em março de 1979.

⁸ Waldemar Cromwell do Rego Falcão nasceu em Baturité (CE), em 1895. Ingressou na Faculdade de Direito em 1912, bacharelando-se em 1916. Foi aprovado em concurso para lecionar na mesma faculdade em 1921. Apoiou o movimento de 1930 e fez parte do Clube 3 de Outubro (organização tenentista de âmbito nacional). Passou a colaborar com a LCT, especialmente do chamado Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem. Foi eleito Deputado para a Constituinte em 1933 e Deputado Federal em 1934. Em 1937, logo após a decretação do Estado Novo, assumiu como Ministro do Trabalho, permanecendo na função até 1941, período no qual foi regulamentado o salário mínimo, a Justiça do Trabalho e o imposto sindical, além de outras medidas. Na sequência, assumiu cadeira como ministro do STF. Falcão faleceu em Boston (EUA), em outubro de 1946.

expectativas que nutriam em relação à LCT; c) como grupos específicos se organizavam internamente, o que nos permite perceber que a vida das associações não era comandada “de fora”, pela vontade dos líderes; d) como eram as condições de vida dos trabalhadores de algumas categorias, não só no exercício do ofício, mas também como eram seus espaços de sociabilidade, sua vida para além do trabalho em uma cidade em transformação; e) os momentos de luta aberta através de movimentos coletivos nos quais o discurso legionário era tensionado e posto à prova.

A pesquisa acadêmica sobre a Legião Cearense do Trabalho

A Legião aparece, como tema de pesquisa, nos anos 1970, de forma subsidiária em relação ao Integralismo. É exatamente a partir do interesse pela Ação Integralista Brasileira que a LCT foi mencionada como exemplo de movimento de direita precursor da AIB.⁹ Tal perspectiva está presente, por exemplo, nos trabalhos de Edgard Carone e no estudo clássico de Hélió Trindade sobre o Integralismo.

Em uma coletânea de documentos, Carone situa a Legião em tópico intitulado “O fascismo brasileiro”, ressaltando que enquanto “as outras agremiações pretendem o apoio da pequena burguesia, a Legião Cearense do Trabalho conseguiu a adesão do operariado”. Para ele, a partir de 1932, a Legião foi “absorvida pelos integralistas”.¹⁰ A única fonte transcrita foi o Estatuto da LCT, extraída do opúsculo *O Ideal Legionário*. Em obra seguinte, mais uma vez Carone menciona a Legião, ressaltando rapidamente o papel de Severino Sombra, as adesões obtidas de várias “sociedades e sindicatos”, seguido pelo exílio de Sombra, o que “permitiu os adeptos de Plínio Salgado controlarem todo o movimento e lhe darem nova diretiva”.¹¹

Hélió Trindade, por sua vez, menciona uma “ascensão da direita na década de 1930”, com o surgimento de “vários movimentos de inspiração fascista”, a maioria de pouca expressão e pequeno número de integrantes, com “exceção da Legião Cearense do Trabalho, que teve penetração regional importante”. No geral, segundo o autor, a importância de tais movimentos seria restrita, exceto no sentido de terem “precedido e reforçado a convergência ideológica de direita”, cujo resultado maior seria, claro, a AIB. Trindade se atém, ao analisar a

⁹ Nosso interesse aqui não é, portanto, esmiuçar a ampla e crescente bibliografia acerca do Integralismo. Sobre o assunto, consultar: OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o Integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 118-138, 2010.

¹⁰ CARONE, Edgard. **A Segunda República** (1930 – 1937). São Paulo: DIFEL, 1973, p. 296.

¹¹ CARONE, Edgard. **A República Nova** (1930 – 1937). 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 196.

LCT, ao opúsculo *O Ideal Legionário*.¹² Vale ressaltar que realizou entrevistas com Severino Sombra e Jeovah Motta em 1970.

Para ambos, como fica evidente, o movimento legionário só interessa como expressão localizada que prenuncia o surgimento do Integralismo e que serviria de base para o seu crescimento. A LCT não desperta interesse por si mesma, em sua dinâmica e possíveis diferenciações e/ou divergências em relação a outros movimentos. Para os dois, o Integralismo ganha muito mais atenção, o que se explica por ter alcançado dimensão nacional. Ambos se detêm em restrito material documental para tecer suas considerações sobre a LCT. Claro que devemos ter em mente que os autores não tinham como objetivo esmiuçar a origem e dinâmica da Legião e muito menos estavam interessados na história dos trabalhadores.

No Ceará, as pesquisas em Ciências Sociais e História, de certa maneira, apresentam tônica similar. Nos estudos realizados nos anos 1980 e 1990, a Legião majoritariamente aparece como temática necessária, porém complementar, para a compreensão da gênese e características do Integralismo cearense. Em outras palavras, o legionarismo é tratado como assunto acessório em relação ao Integralismo. Com destaque, temos a pesquisa de mestrado em sociologia de Josênio Parente (de 1984), publicada nos anos seguintes com o título “Anauê: os camisas-verdes no poder”, e o trabalho de João Alfredo Montenegro, intitulado “O Integralismo no Ceará: variações ideológicas”.

O título da obra de Montenegro se torna exemplar. A Legião é entendida tão somente como uma “variação” no interior do movimento do sigma. Segundo ele, o Integralismo se desenvolveu no Ceará com “muito vigor”, animado pela “ação vibrante de lideranças fortes”.¹³ Analisando o que considera uma “trajetória *sui generis*” do “credo verde” no Ceará, o autor destaca o “elevado protagonismo” de Severino na tarefa de “organização do braço operário do Integralismo” e nas reflexões “ao redor do Catolicismo Social”, o que o tornou, graças ao “seu talento oratório”, um “grande aliciador das massas”. Na análise de Montenegro, identificamos alternâncias. Em um primeiro momento, a Legião “não deriva propriamente da filosofia ou da práxis do sigma”, mas da criatividade de Severino Sombra, “inspirado basicamente na Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, nas fontes clássicas do Corporativismo”. Em outro momento, o autor sugere que era “perfeita a integração entre as duas organizações”, ou seja, entre AIB e LCT. Para Montenegro, possuindo o movimento do sigma “tendência absorvente”, seria promovida “com mais algum tempo, a extinção da LCT”.

¹² TRINDADE, Héglio. **Integralismo** (o fascismo brasileiro na década de 30). 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1979, p. 103–123.

¹³ MONTENEGRO, João Alfredo. **O Integralismo no Ceará: variações ideológicas**. Fortaleza: IOCE, 1986, p. 11.

Mais adiante afirma ser “procedente a asserção de que ela [a Legião] apareceu e cresceu à sombra do Integralismo”. Tais afirmações são, no mínimo, desconcertantes, já que não escapa ao autor que “a AIB é de criação posterior” e que facilmente se verifica que a Legião manteve sua existência institucional separada, não sendo “absorvida” e muito menos desaparecendo dentro do Integralismo.¹⁴

Ainda segundo Montenegro, o “avanço na organização sindical” não teria nos trabalhadores seus agentes principais, pois foi realizada “por impulso de motivações de fora”. Para ele, a “classe trabalhadora ainda se encontrava longe de desenvolver por si própria o dinamismo que, nos países capitalistas mais adiantados, a torna agente da história”. Na fraqueza da classe trabalhadora, “as elites” é que teriam sido responsáveis pela elaboração de projetos de reforma e/ou transformação social.¹⁵

Josênio Parente, também interessado em uma possível “especificidade do caso cearense” em relação ao Integralismo, apresentou uma análise com mais nuances e, para compreender tais peculiaridades, analisou a formação e atuação da LCT de forma bem mais detida que os autores citados anteriormente. Nas palavras do autor, a “presença operária” na AIB cearense “precisa ser esclarecida” e, embora “aceitemos esta presença, duvidamos de sua representatividade”. O movimento integralista no Ceará, para Josênio Parente, continua sendo majoritariamente “de classe média”, embora alguns de seus membros tenham uma ampla *prática operária*, o que deixou “uma marca expressiva no movimento local”.¹⁶ Justamente nesse intento, o autor questiona se existiu realmente uma fusão entre AIB e LCT, considerando que continuaram, apesar de tudo, como movimentos paralelos. A análise de Parente é mais atenta à complexidade ao tratar dos vínculos entre os dois movimentos, embora muito ainda necessite ser esclarecido.¹⁷

Ainda na produção dos anos 1980, o capítulo de Sebastião Rogério Ponte se tornou referência obrigatória nos estudos sobre a Legião. Ponte destoa dos demais autores ao estar interessado centralmente em entender a LCT sem colocá-la em segundo plano em relação ao Integralismo. Vale destacar que realizou entrevistas com Severino Sombra e Jeovah Motta (em 1983), que hoje fazem parte do acervo do Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC) do Departamento de História da UFC. Na análise de Ponte, o contexto político, social, cultural e religioso ganhou destaque como fator explicativo para a gênese e sucesso da Legião – recusando a ideia de que a capacidade oratória e carismática de Severino

¹⁴ *Id. Ibidem*, p. 18 – 46.

¹⁵ *Id. Ibidem*, p. 47.

¹⁶ PARENTE, Josênio. **Anauê**: os camisas-verdes no poder. Fortaleza: EDUFC, 1999, p. 49–50.

¹⁷ *Id. Ibidem*, p. 152.

Sombra seria o elemento determinante. Da mesma maneira, o autor se interessa pelo imaginário, projeto político e simbologias, embora fundamentalmente incorra em considerar a visão de Sombra como sendo a visão do conjunto, o que parece minimizar a ação dos trabalhadores nesse processo. Na avaliação e conclusão de Ponte: “Paternalista, reacionária, autoritária e elitista, a Legião Cearense do Trabalho significou controle e impedimento do avanço operário cearense rumo à sua emancipação sócio-econômica-política”.¹⁸

Nos anos 1990, duas novas pesquisas se debruçaram sobre a LCT. Em primeiro lugar, a dissertação de mestrado de Raimundo Barroso Cordeiro Júnior pretendeu “analisar a constituição política do ideário da Legião Cearense do Trabalho”. Interessou ao autor a “produção utópica” elaborada pelas figuras de liderança em um projeto de “reordenação do social”.¹⁹ Claro que Raimundo Barroso, ciente que os trabalhadores eram o alvo por excelência do discurso legionário, buscou desvendar os fatores que explicavam a aproximação entre as lideranças e os operários, desenvolvendo ampla reflexão sobre o ativismo intelectual e o pensamento católico nos anos 20 e 30; sobre a “imaginação legionária” no tocante à visão de uma nova realidade; e, por fim, como os trabalhadores aparecem e são representados no projeto legionário, como é pensada a estrutura sindical, os rituais e emblemas mobilizados pelo legionarismo. Raimundo Barroso avança na reflexão, ao recusar ideias de “imaturidade” ou “infância” da classe como elementos explicativos, reconhecendo que não se trata de pensar em uma ação oportunista ou demagógica de certas “elites”, mas de uma relação no interior do jogo de forças social. Apesar do evidente avanço em termos de pesquisa, a investigação não adentra um terreno espinhoso que seria identificar como efetivamente se desenvolvia o relacionamento entre as figuras de comando e os trabalhadores. Pouco se desvenda o cenário múltiplo das diversas categorias que compunham a LCT. Além disso, alguns pequenos erros são perceptíveis, por exemplo, quando afirma que a Legião teria tido somente dois chefes (Severino e Jeovah), o que não é correto.

Outro estudo dos anos 1990 também é oriundo das Ciências Sociais: a pesquisa de Liana Amaral sobre o periódico *Legionário*. Dividida em três partes, a autora se debruça, primeiramente, em uma reflexão geral sobre cultura operária e formação da classe, seguida de considerações sobre a imprensa operária, para, por fim, analisar alguns aspectos do semanário da LCT. Para ela, o periódico da *Legião*, apesar do seu caráter “atípico”, já que ligado a um

¹⁸ PONTE, Sebastião Rogério. Legião Cearense do Trabalho. In: SOUSA, Simone de (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: 2. ed. Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 387.

¹⁹ CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. **A Legião do Trabalho: política e imaginário no Integralismo cearense**. Fortaleza, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, p. 1-2.

movimento de caráter conservador, pode ser considerado exemplo de jornal operário. Nas palavras de Amaral: “Embora tenha sido um jornal antiliberal, anticomunista e contrário à luta entre as classes [...] o *Legionário* era – ao contrário do que se poderia pensar – um órgão verdadeiramente representativo da classe” posto que, embora com certos limites, expressava “as expectativas, o imaginário e o modo como o operariado católico via o mundo”.²⁰

Em obra organizada por Willian Mello, em 2016, o interesse pela Legião Cearense do Trabalho é retomado seguindo, em parte, a ênfase de sua conexão com o Integralismo. Os capítulos de Mello, Wendell Guedes da Silva e João Rameres Regis merecem destaque.

Mello entende a LCT como manifestação de um projeto político de direita junto aos trabalhadores, o que marcaria, na sua análise, uma inflexão política da classe operária. Willian Mello constrói sua argumentação insistindo na habilidade da elite para compor uma base social que pudesse representar múltiplos interesses (integrando, assim, os trabalhadores) e na ligação entre a LCT e a AIB. Nas palavras do autor, o “surgimento da LCT e da AIB em Fortaleza (e no Ceará) figura como resposta da elite local ao liberalismo econômico e político e encontra uma ressonância entre os trabalhadores na cidade”, complementando que “foi um movimento conduzido pela elite com influência expressiva entre trabalhadores”, o que, na sua avaliação, gerava uma situação contraditória, pois “os trabalhadores organizavam e apoiavam politicamente um sistema responsável por sua condição de exploração”.²¹

O capítulo de Wendell Guedes da Silva²² está interessado em compreender a atuação dos dois primeiros líderes da LCT, Severino Sombra e Jeovah Motta, utilizando com destaque as entrevistas cedidas pelos então generais ao historiador Sebastião Rogério Ponte em 1983. O texto, dialogando com os aportes da história política e história intelectual, oferece interessantes considerações sobre a trajetória dos dois indivíduos, muito embora fosse importante ter incorporado de forma mais ampla as considerações da historiografia sobre memória, identidade e subjetividade.²³

²⁰ AMARAL, Liana Viana do. **O Legionário: dimensões culturais na formação da classe operária**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, 1995, p. 114-115.

²¹ MELLO, Willian. A Legião Cearense do Trabalho, o Integralismo e os trabalhadores cearenses (1931 – 1937): apontamentos para um debate. In: MELLO, Willian (org.). **Legionários, “galinhas verdes” e a política no Ceará** (1929 – 1940). Fortaleza: EdUECE, 2016, p. 51-72.

²² SILVA, Wendell Guedes da. O catolicismo e a ‘Sombra’ do conservadorismo: os chefes da Legião Cearense do Trabalho (LCT) em perspectiva. In: MELLO, Willian. *op. cit.*, p. 125-169.

²³ PARENTE, Eduardo Oliveira. Memórias da liderança: Severino Sombra, Jeovah Motta e a Legião Cearense do Trabalho. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 56-77, 2018.

Rameres Regis, por sua vez, retoma reflexões desenvolvidas em sua tese de doutorado, argumentando que, principalmente nos municípios do interior cearense, o integralismo se harmonizou com as práticas e a cultura política dominante, marcada pelo coronelismo. Para o autor, se é imprescindível atentar para a atuação da LCT na gênese da AIB local, já que compartilharam em determinado momento lideranças comuns, seria equivocado falar em uma ligação orgânica entre as duas.²⁴

A história dos trabalhadores: perspectivas teóricas e metodológicas

As análises produzidas após o golpe de 1964 tenderam a focar no que era considerado fator de debilidade e fraqueza da classe trabalhadora, o que explicaria o sucesso da tomada de poder em 1964 e a quebra democrática. Uma das explicações recaía no fato de que a classe, a partir da década de 1930, teria sido cooptada pelo Estado, rompendo com a trajetória de lutas e de autonomia da Primeira República. Entre as chaves explicativas para esse fenômeno, estava uma suposta mudança no perfil demográfico da força de trabalho: se antes eram majoritários os imigrantes estrangeiros (ligados ou simpáticos às ideologias de esquerda, como o Anarquismo), a partir dos anos 1930, com levadas cada vez maiores de migrantes oriundos do mundo rural, a classe teria se tornado mais afeita ao paternalismo estatal. Isso explicaria, assim se acreditava, uma maior facilidade de manipulação e a perda de combatividade. Entrava em cena o conceito de populismo. Tais análises também possuíam outra característica: os trabalhadores eram rotineiramente apresentados como incapazes de agência própria, prisioneiros de processos que estavam muito além de seu entendimento e controle.²⁵ Especialmente a partir das grandes greves operárias no ABC paulista, no final dos anos 1970, diversos pesquisadores começaram a renovar seus enfoques e se debruçaram sobre o operariado da Primeira República na busca por uma classe trabalhadora combativa, influenciada por ideologias revolucionárias, que seria o exato contraposto do que viria depois. Apesar da renovação, persistia uma visão negativa sobre o período seguinte.

Numerosa produção acadêmica mais ou menos recente, a partir de vastas pesquisas empíricas e da incorporação criativa dos aportes da historiografia internacional, sugeriu novos temas e novas interpretações. Em especial, para o período pós-1930, entre os

²⁴ REGIS, João Rameres. Integralistas e legionários na política cearense no pós-1930. In: MELLO, Willian. *op. cit.*, p. 11-50. Do mesmo autor: **Integralismo e Coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

²⁵ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v.14, n. 26, p. 13-46, 2009.

“mitos”²⁶ derrubados, estava a imagem de uma classe débil, controlada, manipulada e iludida quanto aos seus “verdadeiros interesses”. Tal perspectiva cedeu frente à constatação de formas de luta variadas e amplas, envolvendo categorias diferentes em várias partes do país. Da mesma maneira, ficou cada vez mais distante a perspectiva que entendia a classe trabalhadora brasileira como sendo majoritariamente imigrante, branca e ligada politicamente ao Anarquismo. Tal conexão entre formação da classe e imigração estava associada, evidentemente, à concentração de estudos no Centro-Sul, notadamente em São Paulo. Igualmente, a suposição de uma classe influenciada preponderantemente pelo Anarquismo também se explica por essa concentração de estudos e, de forma até justificada, pela elevada visibilidade obtida pelos militantes anarquistas em seus esforços organizativos e nas grandes lutas operárias durante boa parte da Primeira República, apesar da repressão.

A noção de um operariado branco e imigrante cedeu facilmente ao se deslocar a análise para outras partes do país, nas quais a imigração estrangeira foi pouco relevante. Em perspectiva mais ampla, tomando o conjunto do país, a maior parte dos trabalhadores foi composta por nacionais, boa parte deles negros e pardos. Uma série de novos estudos também contribuiu – sem desprezar a enorme importância do Anarquismo – para revelar tantas outras tendências políticas, desde o Sindicalismo Revolucionário (que pode ser entendido como uma corrente autônoma em relação ao Anarquismo), o Socialismo, o Comunismo (a partir dos anos 1920) e, com grande relevância, um enorme conjunto de grupos que pode ser considerado reformista. Ainda podemos acrescentar, de forma mais específica, os estudos sobre o mutualismo, enquanto fenômeno de grande importância nos meios operários, objeto de elevado número de pesquisas nas duas últimas décadas.

Paralelamente, significativos contingentes de trabalhadores organizados em associações de base confessional – principalmente católicas – passaram a ser assunto de interesse, deixando de lado certo desprezo por grupos assumidamente conservadores e normalmente desconsiderados na agenda historiográfica por dificilmente terem atuado através de grandes ações grevistas. É nesse sentido que podemos inserir os estudos sobre os Círculos Operários Católicos.²⁷

²⁶ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, 2004.

²⁷ SOUZA, Jessie Jane Vieira. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002; LIMA, Ana Cristina Pereira. **Obreiros Pacíficos: o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José**. (Fortaleza, 1915 – 1931). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009; SANTOS, Jovelina. **Os Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

Sobre tais grupos conservadores eram atribuídas características focadas na intenção de domesticação dos trabalhadores, amortecendo os enfrentamentos, arrefecendo o espírito de luta e os desviando de seus “reais interesses”. No caso, os trabalhadores acabavam sendo representados, neste viés, como facilmente cooptados, iludidos e/ou manipulados. Essas novas pesquisas superaram os exageros e simplificações de tais imagens, demonstrando que, ao arregimentarem grande contingente de integrantes, tais organizações se tornaram importantes na formação da classe trabalhadora e protagonizaram formas específicas de reivindicar direitos.

As contribuições da história social, notadamente de E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, foram de grande importância e seguem sendo fundamentais no nosso objeto de pesquisa. No caso de Thompson, não se trata somente de utilizar as fórmulas consagradas do curto prefácio d'A formação da classe operária inglesa, e muito menos tomar o processo inglês como modelo, mas na inspiração da metodologia que procura dar conta da variabilidade das experiências, em contextos também mutáveis, colocando foco tanto nas forças que impactam na vida dos trabalhadores quanto na ação desses como sujeitos. Thompson também indicava a relevância de entender o fazer-se da classe como um processo, sensível, portanto, à dimensão do tempo, e de se considerar as tradições prévias dos trabalhadores. Entender a classe como *relação* e como *processo*, incorporando a temática da cultura, com foco na *experiência*, foi uma das maiores contribuições de Thompson. Claro que a análise thompsoniana também recebeu críticas. Em interessante debate historiográfico, Hobsbawm sugeriu outra periodização para a identificação do momento no qual a classe operária inglesa estaria “formada”. Independente das especificidades, acreditamos que a assertiva de Hobsbawm não está em desacordo com o pensamento de Thompson: “As classes nunca estão prontas no sentido de terem alcançado sua forma definitiva. Elas continuam a mudar”.²⁸ Devemos estar atentos, portanto, ao refazer-se da classe.

Podemos ainda acrescentar que a análise thompsoniana seria marcada por um caráter excessivamente insular, não tratando com destaque da circulação de experiências e influências em escala mais ampla. Essa crítica ganha corpo se levarmos em consideração o resultado dos estudos sobre o proletariado Atlântico de Peter Linebaugh e Marcus Rediker. Tais autores destacaram a *multiplicidade*, a *conexão* e o *movimento* dos trabalhadores, o que

²⁸ HOBBSAWM, Eric. O fazer-se da classe operária, 1870- 1914. In: HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre História Operária. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 327.

tomamos como relevante indicação.²⁹ Neste sentido, incorporamos as contribuições de Marcel van der Linden que, em diversos textos, tem insistido que o estudo da história dos trabalhadores deve contemplar uma dimensão global, o que implica inserir o objeto, por mais circunscrito que possa parecer, em processos mais amplos.³⁰ Por outro lado, também consideramos como significativas as contribuições de Mike Savage ao indicar a importância das noções de *espaço e rede*, o que inclui atentarmos, por exemplo, para o território, as sociabilidades e o urbano na experiência dos trabalhadores.³¹

Ao obter adesão de várias categorias, a LCT se tornou representante de milhares de trabalhadores, hegemonzando durante alguns anos (pelo menos até o final de 1934) a liderança operária na capital cearense, com ramificação em cidades do interior. Insisto que fazer parte da LCT não significava estar em uma gaiola de ferro. Mesmo nos momentos nos quais a chefia legionária tentou um controle mais rigoroso sobre as associações, tais controles só seriam possíveis, em primeiro lugar, se contassem com a colaboração das lideranças estabelecidas nos sindicatos; era necessário forjar uma concordância, alcançar um grau de consenso. Em segundo lugar, algumas medidas poderiam encontrar resistência parcial ou total das categorias de trabalhadores, que manifestavam no interior das associações suas discordâncias. Além do mais, foi preciso assimilar e oferecer respostas às demandas operárias, ou seja, os líderes da LCT, para se credenciar como representantes legítimos de boa parte dos trabalhadores, tiveram que dialogar e atuar decididamente em defesa dos interesses dos operários, chegando a entrar em choque com os interesses da classe patronal.

Reduzir a existência da Legião Cearense do Trabalho a um grande artil de militantes conservadores e autoritários para ludibriar e tutelar os trabalhadores seria reforçar a ideia de uma reiterada domesticação do operariado, como se os trabalhadores fossem, na melhor das hipóteses, coadjuvantes de um enredo escrito por outros, ou, na pior, indivíduos anestesiados e manipulados atuando em prol da própria exploração. Para o caso da Legião Cearense do Trabalho, a realidade é bem mais complexa e plural do que tais estereótipos poderiam fazer crer.

Os trabalhadores não foram somente os alvos cooptáveis de grupos conservadores, eles foram partícipes da constituição da LCT e da sua atuação. Em certa medida, a Legião também era deles e respondia (ou deveria responder) aos seus interesses e

²⁹ LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³⁰ LINDEN, Marcel van der. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009.

³¹ SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 06-23, 2011.

necessidades. Mais do que controlados, eles negociaram, ignoraram ou puseram em dúvida algumas determinações e até resistiram a certos encaminhamentos dos chefes legionários. Ao invés de pensar em termos unidirecionais, como se toda produção discursiva e programática fosse oriunda unicamente de cima para baixo, muito melhor acompanhar Carlo Ginzburg e pensar que os trabalhadores, os pobres, os subalternos produzem ideias, crenças, códigos de comportamento e significados que não são só um acúmulo deformado e desorganizado da produção cultural dominante ou do que é imposto pela classe dominante, e muito menos uma cultura subalterna totalmente autônoma e intocada, mas sim o resultado de uma ampla *circularidade cultural*, com influência recíproca entre lideranças e liderados.³² Como argumentou Ângela de Castro Gomes: “Não há público passivo e, portanto, entre a intenção da mensagem emitida e o entendimento do público há um grande espaço para novas elaborações”.³³

Do repertório de temas ditos e repetidos pelos chefes, eles filtravam e ressignificavam os conteúdos, da mesma forma que selecionavam o que mais lhes interessava e cobravam ações específicas.³⁴ As próprias lideranças, por diversas vezes, se tornavam cientes de tais movimentos e tanto trabalhavam para incorporar as temáticas que faziam parte do arcabouço de ideias e aspirações operárias quanto tentavam transformar as percepções e diluir as resistências. Essa relação é entendida como uma interlocução: se as lideranças da LCT pretendiam guiar e liderar os trabalhadores, esses souberam se articular e, em vários momentos, levar adiante seus interesses, aproveitando-se da estrutura, apoio e força da Legião. Um diálogo, no qual eles foram sendo construídos, ideias e práticas circulavam e determinadas linhas do programa legionário foram sendo redesenhadas, abandonadas ou fortalecidas conforme a dinâmica das lutas sociais. Essa fricção constante é nosso interesse.

Para captar adequadamente as relações entre os líderes da Legião e a coletividade heterogênea de trabalhadores, precisamos de uma abordagem interativa, que considere as ações e escolhas dos trabalhadores e de outros grupos sociais em uma conjuntura mutável, com projetos políticos em construção e competição. Ao mesmo tempo, diferente de boa parte das análises que privilegiaram uma espécie de visão de conjunto da LCT, tratando de temas que se acreditavam dizer respeito ao movimento como um todo em seus quase sete anos de existência, pretendemos analisar como, de fato, a LCT funcionava na prática do dia a dia,

³² GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 15-31.

³³ GOMES, Ângela de Castro. *op. cit.*, p. 176.

³⁴ Os conceitos de *apropriação e ressignificação* podem se mostrar operacionais nesse sentido. Cf. CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002, p. 136-137. Do mesmo autor: **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 7-20.

concentrando atenção mais nas ações do que nos textos doutrinários. Adotamos como princípio metodológico que as ações, especialmente aquelas ligadas aos sindicatos e às lutas efetivas, são tão instrutivas, relevantes e interessantes quanto os discursos de unidade projetados e difundidos pelos líderes. Temos, portanto, que subverter um pouco a lógica anterior de análise: precisamos indagar mais sobre os trabalhadores comuns do que sobre os chefes e suas ideias; precisamos considerar os eventos que normalmente foram só tangenciados, como as visitas às fábricas e outros estabelecimentos, os informes sobre a rotina das associações, bem como os relatos das greves. Podemos dizer que pretendemos analisar a Legião *em movimento*, ou seja, abordando em minúcias, tanto quanto possível, as variações ao longo do tempo, nas diversas conjunturas, privilegiando a diacronia.

Essa pesquisa se situa no campo da História Social do Trabalho. Dialogamos com autores da área e também com autores de tendências e campos diferentes na construção do objeto e das problemáticas da pesquisa.

Para refletirmos sobre a *questão social*, a análise de Robert Castel foi indispensável enquanto as contribuições historiográficas de António Costa Pinto, Ângela Araújo, Ângela de Castro Gomes, Bolívar Lamounier, Daniel Pécault, Bóris Fausto, Deivison Amaral, Scott Mainwaring, José Oscar Beozzo, Monica Velloso, entre outros, foram fundamentais na compreensão do corporativismo como projeto que possuía variadas leituras à época e para o entendimento da formação de uma militância católica em um momento de redefinição da postura da Igreja no campo social e político. Os trabalhos de Ângela de Castro Gomes e Ângela Araújo, vale destacar, foram de grande importância em inúmeros momentos e questões desta pesquisa.

Compreendendo a força e importância do mutualismo entre os trabalhadores, recuamos até o século XIX para rastrear suas características, bem como identificamos a diversidade de culturas militantes que atuavam e disputavam a adesão do operariado, avançando até o início da década de 1930. As análises sobre o mutualismo de Marcel van der Linden, Tânia Regina De Luca, Claudia Viscardi, Adhemar Lourenço Silva Jr. e Claudio Batalha se mostraram imprescindíveis. Para pensar os grupos políticos militantes que atuavam no Ceará, foi de enorme importância as pesquisas de Adelaide Gonçalves, além das análises de Benito Schmitt e Claudio Batalha sobre a prática sindical reformista.

A história dos trabalhadores se revelou indissociável da história urbana e, assim, para pensar e problematizar a presença operária na cidade e tratar de questões como a modernização urbana, o cotidiano, a moradia, as apropriações e usos do espaço, dialogamos com análises diversas, como Marshall Berman, Margarida Andrade, Michelle Perrot, Raquel

Rolnik, Sandra Pesavento, Paulo Marins e outros. Do mesmo modo, interessou-nos a temática da sociabilidade e do lazer. As sugestões teóricas e metodológicas de Richard Hoggart, Pierre Mayol, Antoine Prost, Michelle Perrot, Eric Hobsbawm e Sidney Chalhoub foram imprescindíveis para a concepção geral do problema.

Tratando da construção dos direitos sociais, penso que já se superou a visão que atribuía a criação das leis trabalhistas a uma ação de pura vontade benfeitora do Estado. Cada vez mais se percebe a importância das lutas dos trabalhadores no processo de criação, positividade e cumprimento das leis trabalhistas, tanto antes quanto depois de 1930. Da mesma forma, a repetida tese da “cópia fascista” atribuída à CLT precisa ser relativizada. Como pesquisas recentes têm demonstrado, em particular o estudo de Magda Barros Biavaschi, múltiplas influências estiveram presentes na concepção e gênese das leis do trabalho. Nesse sentido, articulamos contribuições diversas, como o conceito de *controle operário*, na elaboração de David Montgomery e Fernando Teixeira da Silva; e a noção de luta *sobre o tempo*, de Edward Thompson. As considerações de Flávio Limonci sobre a experiência do *New Deal* dos Estados Unidos; de Barrington Moore Jr. sobre as noções de justiça, injustiça e reciprocidade; de James C. Scott sobre discurso público, discurso oculto e formas cotidianas de resistência; novamente Thompson, na discussão sobre paternalismo; as contribuições de José Sérgio Leite Lopes e Alexandre Fortes em estudos sobre comunidades operárias industriais; e Maria Cecília Velasco e Cruz, sobre os portuários, além de outros autores, foram fundamentais na discussão, especialmente para tratar da cultura de trabalho de algumas categorias e dos momentos de greves e grandes conflitos.

Problemas, fontes e capítulos

Cada fonte me levada a outra; mas também cada problema levou-me a outro.³⁵

As formas de organização, as ações coletivas e as ideias políticas são questões centrais nesta pesquisa, mas não desconectadas do entendimento quanto ao modo de vida e trabalho das mais diversas categorias de trabalhadores. Tal qual nas palavras de Thompson, que tomamos como epígrafe, a necessidade de compreender certos eventos e certas pistas que surgiam aqui e ali nos levou a ampliar o repertório de fontes, o que nos estimulou, por sua vez, para novas questões, que também despertavam outras problemáticas.

³⁵ THOMPSON. Edward. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 16.

Inicialmente, como foi comum na literatura que trata da LCT, debruçamo-nos sobre o material produzido pelo movimento, notadamente o opúsculo *O Ideal Legionário* e o periódico *Legionário*. Como sabemos, ambos foram produzidos por aqueles que lideravam a Legião e, tendo em vista nosso objetivo, deveria ser modificada a forma de olhar tais fontes. Utilizamos, portanto, outras chaves de leitura. Ao invés de nos concentrarmos quase que unicamente no material doutrinal presente no *Legionário*, dedicamos mais atenção ao que era colocado em segundo plano: os informes sobre as associações, as notícias referentes aos inquéritos nas fábricas, os relatos das greves. O que era tangencial para outros pesquisadores, revelou-se rico e central para nossa pesquisa.

Essa releitura de fontes bem estabelecidas, a partir de um novo olhar, levou-nos à procura de mais detalhes sobre algumas categorias. Nesse caso, beneficiamo-nos da participação no projeto de identificação e digitalização de diversos documentos (principalmente livros de atas) de alguns sindicatos da capital cearense e do acervo do NUDOC. Temos, portanto, o seguinte:

a) Um livro de atas do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza cobrindo o período de 1923 a 1926 e um segundo livro de atas, disponível no STPF, cobrindo o período de 1927 a 1933. A partir daí, abre-se um grande hiato. Também do STPF, tivemos acesso ao Livro de Registro de Associados, datado de 1939, contendo o nome dos trabalhadores sindicalizados (totalizando quase cinco centenas de integrantes), com data de nascimento, naturalidade e estado civil.

b) Dois livros de atas do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria. O primeiro livro cobrindo o período de 1933 a 1934 e o segundo livro abarcando o período de 1934 a 1938. Trata-se de uma coleção completa, abrangendo da fundação ao fim do Sindicato.

c) Dois livros de atas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, abarcando, o primeiro livro, os anos de 1935 a 1940, e o segundo livro, os anos de 1940 a 1944. A coleção está quase completa, com algumas poucas lacunas no registro das reuniões.

A grande imprensa se tornou fundamental. Compulsamos o maior número possível de periódicos que circularam nos anos 1920 e 1930, com destaque para os seguintes: *Correio do Ceará*, *O Nordeste*, *O Povo*, *A Tribuna*, *A Rua*, *O Ceará*, *Gazeta de Notícias* e *Unitário*. Em alguns momentos, recuamos ainda mais no tempo, abarcando periódicos do século XIX e início do XX. Interessou-nos, inicialmente, as notícias gerais sobre as mais diversas associações, tais como informes de comemorações, eleições, disputas, mudança e/ou construção de sedes e qualquer outro tipo de informação. Claro que a imprensa também foi relevante para tratar dos debates políticos locais e nacionais, nos relatos de greves e, para o

caso do jornal *O Nordeste*, por ter feito ampla cobertura do funcionamento da LCT nos primeiros anos, momento em que a Legião não dispunha de veículo próprio de imprensa. Incluímos igualmente a imprensa operária, com os jornais *Ceará Socialista*, *Voz do Graphico* e *Trabalhador Graphico*.

Toda e qualquer menção aos trabalhadores e condições de vida na cidade, em especial nos bairros pobres, foi reunida. Rapidamente, foi percebido que, na maioria das vezes, enquanto a elite aparecia nas crônicas sociais, a população trabalhadora e pobre aparecia nas crônicas policiais. Tal produção revela que falar dos desvios e crimes era falar do cotidiano da capital. A maioria dos textos assumia um tom folhetinesco, com enredos e ironias, mas sem deixar de lado a condenação moral. Os casos de descumprimento da lei e das normas sociais do bem viver se tornavam matéria-prima para a composição de tais crônicas.

Na sequência, os processos criminais se mostraram de grande importância. Os processos são tratados e mencionados a partir de cada questão. Assim sendo, em alguns momentos, o processo como um todo nos interessa; em outros momentos, somente alguns pequenos aspectos ganham menção. Beneficiamo-nos das sugestões de Boris Fausto e Sidney Chalhoub sobre o assunto. Os processos podem ser uma via para problematização do cotidiano das classes e bairros pobres da cidade e, da mesma maneira, pode nos dar acesso a momentos de conflitos nos ambientes de trabalho.

A literatura também foi essencial em vários aspectos. As representações construídas sobre os pobres no texto de autores que produziram nos anos 1930 e situaram suas obras em determinados espaços da cidade se mostraram de suma importância. Ganham destaque Fran Martins, autor do livro *Ponta de Rua*, e Martins D'Alvarez, em especial o romance *Morro do Moinho*, presente no livro *Ficções*. As análises de Antonio Candido e Luís Bueno foram fundamentais para situar e analisar melhor as obras mencionadas.

Os Almanques permitiam identificar associações, localizar estabelecimentos comerciais e industriais e apresentavam dados gerais sobre a cidade. Os Recenseamentos, especialmente o de 1920 e o de 1940, também foram incorporados. Além disso, uma rica iconografia, extraída de fundos documentais diversos, mostrou-se de grande valia e algumas imagens foram reproduzidas. Leis, decretos e documentos oficiais, como Mensagens e Relatórios, foram igualmente problematizados, bem como alguns livros de memórias. As entrevistas com Severino Sombra, Jeovah Motta e Vital Félix, que fazem parte do acervo do NUDOC, também se mostraram significantes.

A presente tese foi dividida em quatro partes, as quais abarcam aspectos específicos que dialogam entre si.

No capítulo intitulado “Pelo estado nacional-sindicalista resolveremos a questão social: os trabalhadores e o projeto legionário” tratamos da montagem e das características do projeto corporativo da Legião Cearense do Trabalho. Inicialmente, abordamos as ideias fundamentais da doutrina social da Igreja, a partir das Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, e a formação de uma militância católica nas primeiras décadas da república, além das influências de autores nacionais como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Ainda nesse capítulo, dedicamos grande atenção às formas organizativas, majoritariamente mutualistas, e às culturas militantes que disputavam a adesão dos trabalhadores. O projeto corporativo legionário foi construído incorporando essa dupla influência, como percebemos ao analisar a estrutura, os símbolos, o programa e as ações empreendidas no campo da assistência.

No capítulo seguinte, “Operários do Brasil, uni-vos: as associações de trabalhadores e a Legião”, rastreamos o crescimento associativo animado pela LCT na primeira metade da década de 1930 e algumas reconfigurações sindicais relevantes e, em seguida, verificamos as aproximações, os distanciamentos e as oposições em relação a outros grupos e projetos políticos, no caso, quanto ao Integralismo, o sindicalismo oficial varguista e o Comunismo. Logo em seguida, consideramos a vida associativa de três sindicatos: o Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, o Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil e o Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza.

No capítulo “Fortaleza Operária: os mundos do trabalho da capital cearense”, puxamos a trama da presença dos trabalhadores na cidade a partir de vários ângulos. Primeiramente, consideramos o perfil geral da população e do mercado de trabalho a partir dos censos e dados dispersos em outras fontes. Entendendo que a história operária inclui as mais diversas dimensões da vida dos trabalhadores, abordamos a temática da moradia operária, identificando as diversas maneiras de morar. Em seguida, pensamos a presença dos trabalhadores diante de um projeto de modernização urbana, destacando, primeiramente, as características gerais de atuação e intervenção do poder público e de particulares nesse processo e os atritos e dinâmicas surgidas em relação aos diferentes usos da cidade; em segundo lugar, analisamos o intercâmbio entre imprensa e polícia especialmente através das crônicas policiais, o que significava uma renitente estigmatização de parcelas dos trabalhadores e de grupos “desclassificados”. As sugestões de Antonio Candido sobre as crônicas como gênero literário e as de Marialva Barbosa, Maria Helena Capelato e Werneck Sodré sobre a imprensa foram de enorme importância, além das sugestões metodológicas de outros autores. Por fim, buscamos os trabalhadores no cotidiano do bairro e nos momentos de

lazer e festa a partir de várias fontes como memórias, obras literárias, processos criminais e crônicas policiais na imprensa.

No último capítulo, “Tempos e movimentos: trabalhadores na luta por direitos”, articulamos a questão das greves com a temática do *controle operário*, como proposto por David Montgomery e Fernando Teixeira da Silva, e da noção de luta *sobre o tempo*, de Edward Thompson. Aqui, portanto, não se trata de pensar o controle sobre os trabalhadores como se tratássemos das estratégias de poder para dominar a classe, mas nas formas e meios pelos quais os próprios operários tentaram avançar no controle dos processos e das relações de trabalho. Como procuramos demonstrar, a ênfase da Legião no tema dos contratos coletivos, negociados entre trabalhadores e patrões, como fórmula de equilíbrio para solucionar os conflitos entre as classes, guardava similaridades com a experiência do *New Deal* dos Estados Unidos. Algumas categorias, em particular os trabalhadores da companhia inglesa *Light*, os portuários, os sapateiros, os padeiros e os trabalhadores e as trabalhadoras do setor têxtil, atuaram para transformar as proposições contidas no programa da LCT, reelaboradas nos termos de suas experiências de trabalho, em pautas de reivindicações específicas. Em outras palavras, buscaram pôr à prova e levar aos limites o programa legionário. Ao mesmo tempo, com o progressivo debate sobre os direitos operários e a implantação de algumas leis, as reivindicações rapidamente foram estruturadas em torno do efetivo cumprimento dos dispositivos legais como forma de justiça.

Vários nomes já conhecidos vão aparecer nessa investigação, indivíduos que ocuparam posição de destaque e poder. Contudo, essa pesquisa buscará tratar, muito mais, daquelas *pessoas comuns*, em geral anônimas, que, aproveitando as palavras de Eric Hobsbawm, são também *pessoas extraordinárias*.³⁶ Essa pesquisa, portanto, tenta ir em busca de suas vidas, suas realizações, seus relacionamentos, suas angústias e esperanças, suas sociabilidades e, principalmente, suas lutas, suas vitórias e suas derrotas, em um esforço sempre renovado por dignidade e direitos.

³⁶ HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 7-8.

2 “PELO ESTADO NACIONAL-SINDICALISTA RESOLVEREMOS A QUESTÃO SOCIAL”: OS TRABALHADORES E O PROJETO LEGIONÁRIO

Um grande evento no Teatro José de Alencar marcou o lançamento oficial da Legião Cearense do Trabalho (LCT). Estiveram presentes milhares de trabalhadores, dentro e fora do teatro, e diversas autoridades estaduais e municipais. Objetivando sintetizar o escopo da atuação legionária, Severino Sombra, no discurso de apresentação, afirmou:

A ‘Legião Cearense do Trabalho’ não é uma associação meramente beneficente. Nem tão pouco uma simples organização política. Nem ainda apenas uma sociedade de fins sociais novos e reformistas. Ela é tudo isso junto, concatenado, hierarquizado – é cooperativista, política e desejosa de uma reforma social. Seu cooperativismo amplia-se até tocar na legislação social e na representação de classes e estas se desenvolvem até alcançar novas formas políticas e sociais para o Brasil e para a Sociedade.³⁷

Essa fala funcionou como uma peça fundamental das ideias iniciais da LCT. Em outras oportunidades, vários pontos seriam repetidos por Sombra, e não seria surpresa nenhuma que o discurso tenha sido preparado com cuidado, a partir das reflexões em torno do pensamento católico e da experiência recente de contato com diversos grupos de trabalhadores. Outros aspectos seriam acrescentados e/ou desenvolvidos com mais atenção em eventos seguintes e todos esses momentos, de maior visibilidade, teriam discursos previamente elaborados para ganhar a forma oral, visando uma grande audiência, e seriam compilados para compor o opúsculo chamado *O Ideal Legionário*.³⁸

Encontramos bem marcadas algumas ideias – como *representação de classes* – que acenavam claramente para a elaboração de uma proposta de feição corporativa. Ao longo do tempo, a LCT se manteve firme em vários pontos inicialmente propostos. Sua ação ganhava envergadura ao incluir um crescente repertório de pautas e de demandas, atualizando as reivindicações. De certa forma, Severino Sombra não estava equivocado ao afirmar que a Legião assumia uma atuação que mesclava dimensões cooperativas, beneficentes e políticas, em um projeto de reforma social – realçando a importância dos sindicatos, das leis sociais e de uma nova forma representativa dos interesses de classe.

³⁷ SOMBRA, Severino. **O Ideal Legionário**. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1931, p. 8.

³⁸ Com um total de 66 páginas, *O Ideal Legionário* foi editado em 1931. Sua estrutura é composta por três discursos de Severino Sombra, todos de 1931, pronunciados em ocasiões especiais (o principal proferido na instalação oficial da Legião, outro em uma sessão cívica, em 24 de outubro e um terceiro pronunciado quando da visita de Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho à época), uma entrevista de Sombra concedida ao jornal *O Nordeste*, um texto curto intitulado “Apelo aos homens do trabalho”, o Programa da Legião – incluindo suas definições, finalidades e sua estrutura organizacional – que funcionava como Estatuto, o Regimento do Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem e, ao final, um “ligeiro histórico” da LCT e uma lista das associações federadas, totalizando 41 grupos.

No semanário *Legionário*, editado entre 1933 e 1934, era possível ler o seguinte:

Em matéria de legislação social damos tudo quanto for necessário ao bem estar e à felicidade dos que trabalham: o direito de livre associação, o sindicato, portanto, base orgânica do Estado Corporativo; contractos collectivos, salário vital, caixas de socorro, assistência médica, hospitalar e judiciária, escola operária, ensino profissional, villas operárias, enfim tudo quanto for necessário para a relativa felicidade de todos. Numa palavra: pelo Estado nacional-sindicalista resolveremos a questão social.³⁹

O projeto legionário, mesmo oriundo de uma matriz conservadora e prezando pelo respeito à ordem e aos poderes constituídos, era ousado em sua amplitude. Nas palavras-chave utilizadas, identificamos a gramática do corporativismo: o sindicato como base “orgânica do Estado Corporativo”; uma série de benefícios para melhorar a condição de vida dos trabalhadores; os contratos coletivos de trabalho, em substituição aos contratos individuais; por fim, a ideia de um “Estado nacional-sindicalista”, como a síntese das mudanças que solucionariam, finalmente, a “questão social”.

A preocupação com a chamada *questão social* não era novidade. O tema aparece, por exemplo, na fala do primeiro titular do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), Lindolfo Collor. Em discurso, Collor salientava que “a existência da questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador; ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação de ignorar oficialmente problemas dessa natureza e desse alcance”.⁴⁰ O “Ministério da Revolução”, como ele chamou o MTIC, oficialmente criado em novembro de 1930, vinha para dar início, segundo o Ministro, a essa nova etapa de preocupação governamental sobre o tema, visando interferir de forma significativa no mundo do trabalho.

Falar de questão social é, em grande medida, falar da condição dos trabalhadores. E isso, por sua vez, não era algo novo, posto que desde o início do século XIX, a questão social era associada à condição vivida pelas massas trabalhadoras. Nesse sentido, segundo Robert Castel, a questão social pode ser definida como “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade [...] para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”.⁴¹ As principais formulações

³⁹ *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 2, 11 mar. 1933, p. 2.

⁴⁰ “O primeiro Ministro do Trabalho no Brasil tomou posse ontem”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1930, p. 2.

⁴¹ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 30.

explícitas da chamada questão social, estão vinculadas ao processo da Revolução Industrial, no início do século XIX, principalmente, atreladas à condição operária, na qual se conjugam o estupor diante de uma nova realidade – máquinas, grandes fábricas, imensas cidades e elevada concentração de homens, mulheres e crianças em uma situação de pauperização – e, simultaneamente, o temor pela ameaça potencial de sedições e revoluções, relacionadas, evidentemente, a esse novo conjunto de pessoas; um profundo receio quanto à manutenção da ordem social.

Nos anos de 1920 e, principalmente, nos anos de 1930 ganharam força as propostas de cunho corporativista, como solução possível diante das falhas do sistema político de base liberal e da ameaça de uma revolução social. Contudo, não se pode pensar que seja algo uniforme. Acompanhando o historiador português António Costa Pinto, embora esteja fundamentalmente interessado no corporativismo conforme adotado pelos regimes autoritários do entreguerras, podemos afirmar que o corporativismo “imprimiu uma marca indelével nas primeiras décadas do século XX”, com inúmeras formulações e variantes, inspirando “partidos conservadores, radicais de direita e fascistas, sem mencionar a Igreja Católica e as opções de ‘terceira via’”.⁴² No Brasil, existiram múltiplas visões e propostas elaboradas por diferentes grupos e sujeitos, como os tenentes e os intelectuais com trânsito nos círculos e instituições de poder, como Oliveira Vianna.⁴³ Não à toa, em 1936, foi publicada a obra “O século do corporativismo”, de Michail Manoilescu, considerado o seu principal teórico, com tradução e publicação brasileira em 1938, feita por Azevedo Amaral.⁴⁴ Obviamente, o pensamento corporativo é bem anterior, sendo desenvolvido e expandido em meios católicos, principalmente.

O programa corporativo formulado pela LCT, até certo ponto, dialogava com todo um conjunto de propostas similares em circulação na época, no plano nacional e internacional, mas, ao mesmo tempo, precisou ser adaptado às condições, às demandas e às lutas específicas, levadas adiante por grupos de trabalhadores que pressionavam e nutriam expectativas próprias. Podemos considerar que na Legião Cearense do Trabalho, através do

⁴² PINTO, António Costa. Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (org.). **A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 27-28.

⁴³ Ângela Araújo demonstrou as aproximações e diferenças entre o projeto corporativo dos intelectuais (como Oliveira Vianna e Alberto Torres) e o dos Tenentes, bem como a montagem de um projeto autoritário-corporativo estatal (Varguista). ARAÚJO, Ângela. **Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30**. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

⁴⁴ GOMES, Ângela de Castro. Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. **Revista Sociologia & Antropologia**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 185-209, 2012.

debate e dos embates que vão surgindo, foi sendo elaborada, e aplicada, uma proposta de corporativismo legionário. Mais ainda: é possível afirmar que a LCT se tornou um laboratório de articulação, de negociação e de tensão entre vários corporativismos – o católico, o varguista e o integralista. Uma mescla nada fácil e, dependendo do momento, conflituosa.

2.1 Matrizes de pensamento e de ação

Na gênese da LCT, duas linhas de força foram centrais: a doutrina social católica e a cultura operária – materializada em práticas e tradições. Para ser mais claro: entendemos que a LCT pode ser compreendida como o resultado de um encontro – não necessariamente livre de tensões – entre uma militância católica, informada nos princípios da doutrina social da Igreja, e os grupos de trabalhadores possuidores de múltiplas experiências de organização e de formas de luta.

2.1.1 A doutrina social católica

Mais valem dois juntos que um só [...] Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem só, pois, quando cair, não terá ninguém que o levante.

Eclesiastes 4: 9 –12

Segundo António Costa Pinto, o corporativismo “enquanto ideologia e como um tipo de representação de interesses organizados, foi, a partir do final do século XIX até meados do século XX, inicialmente promovido pela Igreja Católica como uma ‘terceira via’, em oposição ao socialismo e ao capitalismo liberal”.⁴⁵ As ideias corporativas estão presentes de forma mais clara nas encíclicas que tratam da doutrina da Igreja quanto à questão social.

A doutrina social católica estava claramente expressa na encíclica *Rerum Novarum* (1891), divulgada em um contexto de agudização dos conflitos de classe (notadamente na Europa) e de crescimento do Socialismo. Em 1931, quarenta anos depois, é divulgada a *Encíclica Quadragésimo Anno*, atualizando e reafirmando os princípios sociais da Igreja em novo contexto.

⁴⁵ PINTO, António Costa. *op. cit.*, p. 30.

A famosa encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, se tornou ponto obrigatório quando se fala da doutrina social católica.⁴⁶ Logo no seu início, o pontífice faz referência às profundas transformações das últimas décadas do século XIX: a “sede de inovações”, “os progressos incessantes da indústria”, as novas tendências artísticas e, com destaque, “a alteração das relações entre os operários e os patrões”, posto que “a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito”.

Depois de um longo tempo de relativo silêncio, a Santa Sé se pronunciava oficialmente “sobre a condição operária” (subtítulo da encíclica). Claro que outras encíclicas já haviam tratado e condenado diversos aspectos do mundo moderno, tais como ao Socialismo e ao Liberalismo, que são retomadas na *Rerum Novarum*, mas agora se vai além: mais do que só condenar, a Igreja estabelece propostas concretas, citando os problemas vividos pelos operários e apontando estratégias de ação. Importante esclarecer que, embora a “posição oficial da Igreja fora, pelo menos até 1891, a de negação da sociedade moderna”, havia católicos que, analisando a “conjuntura social”, propunham “ações direcionadas”:

É o caso, por exemplo, do francês Frédéric Ozanam (1813-1853), fundador das Conferências de São Vicente de Paulo (1833), que embora tenha proposto uma obra social marcada pela caridade e a assistência, apresenta em seus escritos uma análise social do conflito entre capital e trabalho. A crítica social católica, até então, restringia-se às vozes que denunciavam a crescente miséria e à distância social entre os detentores do capital e os trabalhadores. Essa crítica sempre apontava uma visão romantizada da sociedade agrária medieval, quando supostamente as classes mais abastadas viveram em harmonia com as menos privilegiadas.⁴⁷

Ponderando todo esse estado de apreensão, a encíclica vinha para oferecer possíveis soluções para os problemas sociais. O texto pontifício identifica como causa dos conflitos a difícil situação das “classes inferiores”, que vivem em “situação de infortúnio e de miséria”. O fim das antigas corporações é lamentado, posto que eram garantia de proteção frente às adversidades: “os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada”. A “solução socialista” para os problemas modernos é terminantemente

⁴⁶ Utilizaremos aqui a versão da *Rerum Novarum* disponível no site do Vaticano para todas as citações que seguem. LEÃO XIII. Papa. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html Acesso em 10/06/2017.

⁴⁷ AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho**: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909 – 1941). 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015, p. 22.

recusada, considerando que representaria uma violação dos “direitos legítimos dos proprietários”, implicando a completa subversão “do edifício social”.

A propriedade privada é aceita como direito natural do indivíduo e fundamento da ordem social. Conforme o texto papal: “Fique, pois bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular”. Se a solução da questão social não passava pela proposta socialista e/ou comunista, “o remédio tão desejado” deveria ser procurado em outro local: “se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz”.

Considerando o papel central da Igreja, através da salutar leitura dos textos sagrados na ordenação da sociedade, a encíclica afirma a impossibilidade de que “todos sejam elevados ao mesmo nível”; a desigualdade é, em certo sentido, natural, “porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas”. Como substituto para a luta de classes, a Igreja propunha a concórdia entre elas. Observemos que o documento não nega a existência real da luta de classes, mas busca apontar uma possibilidade de solução: “assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, [...], assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio”. Como alcançar tal equilíbrio?

O texto insiste que “para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla”, o que será desenvolvido com mais atenção, conjugado com elementos fundamentais, tais como: o cumprimento de obrigações mútuas entre as classes, a garantia de direitos fundamentais aos trabalhadores e suas famílias (com uma valorização do trabalho como atividade digna), uma redefinição do papel do Estado frente aos problemas sociais, um reforço das novas formas associativas de proteção para os desfavorecidos e uma noção de justiça alicerçada nos princípios cristãos.

No que se refere às obrigações entre as classes, os trabalhadores deveriam desempenhar com presteza e honestidade seus ofícios, e suas reivindicações deveriam ser feitas sem o uso de qualquer tipo de violência, abstando-se de sedições. Enquanto arma de luta dos trabalhadores, a greve era recusada, posto que atentava contra a ordem ao instituir o conflito entre os grupos sociais. Os patrões, por outro lado, “não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão”. O apelo ganha contornos concretos com a prescrição de garantir “a cada um o salário que convém”, sendo condenável “explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência”.

É elaborado todo um discurso de valorização do trabalho e do trabalhador: “Quanto aos deserdados da fortuna, aprendam da Igreja que, segundo o juízo do próprio Deus, a pobreza não é um opróbrio e que não se deve corar por ter de ganhar o pão com o suor do seu rosto”. De acordo com a encíclica, a prosperidade de um povo se deve aos bons costumes, à ordem e à moralidade das famílias, à prática e ao respeito à justiça e a uma divisão equitativa dos encargos. Mas uma sociedade bem constituída também precisa de um certo conjunto de “bens”, cuja “fonte fecunda e necessária” é, principalmente, “o trabalho do operário, o trabalho dos campos ou da oficina”. É justamente a partir de tal reflexão que o Estado é chamado a cumprir o seu papel: “A equidade manda, pois, que o Estado se preocupe com os trabalhadores, e proceda de modo que, de todos os bens que eles proporcionam à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável”.

Para prevenir e neutralizar agitações, cabia aos governantes atuar com prudência e determinação, resguardando os direitos naturais dos indivíduos, “observando rigorosamente as leis da justiça, chamada distributiva”. O esforço mais intenso deveria ser direcionado para minorar os motivos de revolta dos mais pobres, que são os mais necessitados de proteção:

A classe rica faz das suas riquezas uma espécie de baluarte e tem menos necessidade da tutela pública. A classe indigente, ao contrário, sem riquezas que a ponham a coberto das injustiças, conta principalmente com a proteção do Estado. Que o Estado se faça, pois, sob um particularíssimo título, a providência dos trabalhadores, que em geral pertencem à classe pobre.

No conjunto, se reforçava a importância da caridade, coerente com a longa tradição cristã, mas estavam incluídos elementos novos como a necessidade de resguardar e garantir condições mais justas de vida para os trabalhadores, incluindo o direito ao descanso semanal, limite de horas de trabalho, proteção especial para mulheres e crianças e salário justo. Para atenuar as fontes do conflito, além dos pontos já destacados, conviria estimular os trabalhadores a poupar com vistas à formação de um pequeno patrimônio. A generalização da propriedade funcionaria como amortecedor da luta de classes.

O repouso semanal, inspirado no descanso do próprio Criador, é entendido como necessário não só para a reposição das energias, mas também para garantir o dia consagrado à religião, em uma preocupação com os bens celestes, longe de eventuais vícios do mundo. Regular um limite para as jornadas de trabalho é tarefa dos poderes públicos, posto que não “é justo nem humano exigir do homem tanto trabalho a ponto de fazer pelo excesso da fadiga embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo”. Tal regulação deveria considerar a natureza do trabalho (como periculosidade, insalubridade e variação das estações, por exemplo). Das

crianças não se deveria exigir trabalhos antes de certa idade, sob o risco de prejudicar seriamente o seu desenvolvimento físico, intelectual e moral. No caso da mulher, a perspectiva fixa a ideia de que alguns trabalhos (não especificados) não seriam adequados.

A fixação do salário se torna o tema mais delicado, uma vez que considerando que o trabalho é uma necessidade para preservação da vida, se desdobra a ideia de que o salário deve ser suficiente “para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado”. Se constrangido pela necessidade o trabalhador aceita condições muito duras, isto se torna uma forma de violência. Para regular esses e outros temas, a Igreja aposta na ação das corporações e sindicatos, tornando-se, talvez, um dos pontos mais salientes da encíclica, onde reforça a importância do associativismo.

O reconhecimento das organizações operárias, como elementos legítimos de congregação e como forma eficiente de aliviar os problemas sociais, se torna um eixo fundamental da *Rerum Novarum*. Citando o livro de Eclesiastes 4,12: “Desgraçado do homem só, pois, quando cair, não terá ninguém que o levante” e Provérbios 18,19: “O irmão que é ajudado por seu irmão, é como uma cidade forte”, a encíclica reconhece a importância das sociedades de socorros mútuos e dos sindicatos para a vida social – reforçando que o ideal seria a criação de associações que reunissem operários e patrões simultaneamente e orientadas, preferencialmente, pela Igreja.

No 40º aniversário da *Rerum Novarum*, o Papa Pio XI divulgou a encíclica *Quadragesimo Anno*.⁴⁸ Muitos acontecimentos marcaram essas quatro décadas que separaram os dois documentos. A Primeira Grande Guerra, as Revoluções no México e na Rússia – com o surgimento do primeiro estado que se afirmava empenhado na construção do comunismo – a revolução na Alemanha em 1919, novas nações no mapa europeu no pós-guerra, a ascensão do Fascismo na Itália, um crescimento do associativismo operário em inúmeras partes do globo, a crise de 1929, as mudanças políticas nos países latino-americanos (como o Brasil em 1930) e outros tantos problemas e conflitos sociais, criaram um cenário novo e desafiador para a instituição eclesial.

Entendendo que a encíclica de Leão XIII, a seu tempo, ofereceu “regras seguríssimas para a boa solução do espinhoso problema do consórcio humano, a chamada ‘Questão Social’”, e isso sem pedir “auxílio nem ao liberalismo nem ao socialismo”, era o

⁴⁸ Utilizaremos, da mesma maneira, a versão da encíclica *Quadragesimo Anno* disponível no site do Vaticano em todas as citações que se seguem. PIO XI, Papa, Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de Leão XIII “*Rerum Novarum*”. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html#fnref23 Acesso em: 10/06/2017.

momento de retomar, aperfeiçoar e avançar a doutrina social da Igreja. A ocasião da *Rerum Novarum*, “em consequência de um novo gênero de economia”, era uma “sociedade cada vez mais dividida em duas classes”: uma que “desfrutava todas as comodidades” e outra “composta de uma multidão imensa de operários”, se esforçando ao máximo para “sair da penúria”. Enquanto os primeiros, “nadando em riquezas”, consideravam que tal estado de coisas era “efeito inevitável das leis econômicas”, os segundos, por sua vez, “tentavam sacudir o jugo duríssimo”. Na tentativa de mudar o *status quo*, alguns, guiados por “maus conselhos”, tentavam “a tudo subverter”. Outros, graças aos ensinamentos da Igreja, estavam “firmemente convencidos de que nesta matéria era necessária uma reforma urgente e radical”. É no meio de “tão grande luta de espíritos” que, mais uma vez, o Papa se pronuncia.

Dividida em três partes, com vários temas e subtemas, a *Quadragesimo Anno* não só reafirma alguns elementos, como procura esclarecer e aprofundar melhor determinados assuntos, tais como a questão do salário justo, da justiça social, do corporativismo, do papel das instituições governamentais e uma avaliação dos resultados e das transformações ao longo dos quarenta anos que separam os dois textos.

Na primeira parte, “Benefícios da *Rerum Novarum*”, Pio XI afirma que a mensagem de Leão XIII ressoou pelo mundo, sendo acolhida com grande alegria por muitos operários, promovendo a derrubada dos “ídolos do liberalismo”, com ampla divulgação em diferentes países, sendo “cultivada e enriquecida” por muitos cooperadores, ao ponto de suas afirmações serem “citadas e defendidas não só em jornais e livros mesmo acatólicos, mas até nos parlamentos e tribunais”. Após a Primeira Guerra, o conteúdo de várias leis e recomendações também mostraria as marcas da *Rerum Novarum*:

E quando após a grande guerra os governantes das principais potências trataram de restabelecer a paz sobre as bases de uma completa renovação social, entre as leis feitas para regular o trabalho dos operários segundo a justiça e a equidade, decretaram muitas tão conformes com os princípios e diretivas de Leão XIII, que parecem intencionalmente copiadas.

As experiências práticas teriam crescido de forma significativa: “foram surgindo por toda a parte e cada vez mais numerosas as associações de mútuo socorro para operários, artistas, agricultores e jornaleiros de toda a espécie, fundadas segundo os conselhos e diretivas da Igreja”. A exortação havia obtido resultados na esfera governamental e produzido bons frutos em termos legislativos, posto que a encíclica fomentou “uma grande corrente favorável a uma política francamente social”, o que favoreceu a criação de uma “nova legislação nos próprios parlamentos”. O amplo espectro de leis, consideradas as realizações de muitos países

no campo do direito dos trabalhadores, uma “jurisprudência completamente desconhecida nos séculos passados”, são entendidas como parte de um longo circuito influenciado, pelo menos em parte, pelas proposições da Igreja: “estas leis protegem a alma, a saúde, as forças, a família, as casas, as oficinas, o salário, abrangem os acidentes de trabalho, numa palavra, tudo aquilo que interessa a classe trabalhadora, principalmente as mulheres e crianças”.

Em sua segunda parte, “Autoridade da Igreja na questão social e econômica”, segue uma defesa da instituição eclesiástica enquanto orientadora de princípios morais e éticos válidos para a esfera econômica e social. O direito de propriedade torna a ser mencionado como natural e inviolável. Da mesma maneira, as “injustas pretensões do capital”, ao “arrogar-se direitos demasiados”, alicerçados em uma “fatal lei econômica”, são motivo de crítica. Contraposto aos princípios do socialismo, a *Quadragesimo Anno* aprofunda a noção da justiça distributiva de Leão XIII para uma noção de justiça social: “Cada um deve, pois, ter a sua parte nos bens materiais; e deve procurar-se que a sua repartição seja pautada pelas normas do bem comum e da justiça social”.

Dois pontos são retrabalhados: a obtenção, pelo trabalhador, de um modesto patrimônio e a questão do salário justo. A expectativa era que fossem ampliados os esforços para que a riqueza produzida fosse suficientemente distribuída entre os operários, ao ponto de ampliar suas posses e até mesmo deixar algo para os filhos: “para que, vivendo com parcimônia, aumentem os seus haveres [...] e livres assim de uma condição precária e incerta qual é a dos proletários, não só possam fazer frente a todas as eventualidades durante a vida, mas deixem ainda por morte alguma coisa, aos que lhes sobrevivem”.

As duas encíclicas são concordes no tocante ao salário que a pura e simples regra da oferta e da procura, supostamente livre de imperativos morais, não é suficiente para tratar o assunto. Sobre o tema, a encíclica especifica três componentes julgados essenciais: a necessidade de garantir o sustento do operário e de sua família, a situação da empresa e as exigências do bem comum. Mais uma vez é rechaçado o abuso do trabalho infantil e feminino. O ideal seria que o salário do homem fosse suficiente para garantir o sustento familiar, mas, diante das condições existentes, a realidade “exige, contudo, a justiça social, que se introduzam quanto antes as necessárias reformas, para que possa assegurar-se um tal salário a todo o operário adulto”. Evidentemente, os salários não poderiam negligenciar as condições das empresas, devendo ser resguardadas as obrigações mútuas entre as classes.

Para alcançar tais resultados, seria possível, somente, por meio de uma reforma das instituições, focada no Estado e no aperfeiçoamento das corporações. Enquanto o Estado deveria “concentrar esforços” para pôr fim ao conflito “que divide as classes”, seria

imprescindível a formação de “organismos bem constituídos, ordens ou profissões, que agrupem os indivíduos, não segundo a sua categoria no mercado do trabalho, mas segundo as funções sociais”. A “nova organização sindical e corporativa” perceptível em vários países, especialmente na Itália, é referenciada. O reconhecimento dos sindicatos pelo Estado, com capacidade para firmar contratos, é visto como meritório, da mesma forma que a proibição da greve e a criação de instituições especiais para mediar os dissídios, caso não se chegue a um acordo, são elogiadas. Como pontos positivos, estariam à reafirmação da colaboração de classes, a repressão aos elementos socialistas de todos os matizes e a ação moderadora de magistraturas especiais. Por outro lado, não deixam de serem mencionadas algumas dúvidas e receios, por exemplo, se a “nova organização sindical e corporativa” assumiria “caráter excessivamente burocrático” servindo “a particulares intentos políticos mais que à preparação e início de uma ordem social melhor”.

Na sua terceira e última parte, “Notáveis mudanças desde a encíclica de Leão XIII”, a *Quadragesimo Anno* tenta fazer um apanhado das transformações econômicas, sociais e políticas nas últimas décadas, com o avanço do capitalismo, do nacionalismo e do imperialismo, as mudanças no socialismo, com o comunismo por um lado e um “socialismo mitigado” por outro, e a sempre desejável e urgente reforma dos costumes.

Tentando reter sinteticamente, do conjunto destacado até aqui, os pontos essenciais da doutrina católica, conforme elaborada nas duas encíclicas, podemos citar o seguinte: a) a Igreja reafirmava a sua autoridade como portadora de verdades eternas, sendo legítima sua proposta para solucionar a questão social através da ideia de colaboração de classes; b) a questão social era, sobretudo, uma questão do trabalho; c) os problemas do mundo moderno foram fundamentalmente provocados pela degeneração dos costumes, pelo laicismo, pelo desprezo das questões da fé e da salvação e por um novo modelo de economia ligado ao capitalismo; d) o liberalismo e as várias vertentes do socialismo são como faces da mesma moeda e não representam soluções efetivas para a questão social; e) existem direitos naturais, inerentes à pessoa, como o direito de propriedade; f) o Estado deveria atuar para garantir e difundir a propriedade; g) da mesma forma era imperioso garantir o descanso semanal, um limite para a jornada de trabalho, um salário justo e uma proteção especial para mulheres e crianças; h) são vistas como legítimas e dignas de incentivo as novas formas de associação operária; i) as organizações deveriam, preferencialmente, reunir patrões e trabalhadores em moldes corporativos e, mais importante, deveriam ser orientadas e/ou dirigidas por membros da Igreja. Existia um claro chamado para fazer multiplicar um sindicalismo confessional.

Entendemos que para muitos jovens católicos, a atualização das orientações eclesiais foi como um chamado para criar, renovar e/ou fortalecer as formas de inserção e de organização da sociedade civil. O pensamento social católico pode ser entendido como um grande manancial no qual muitos atores sociais buscaram inspiração, orientação, palavras de ordem, conceitos centrais, uma visão de mundo articulada com preceitos de intervenção social. Esse é o caso do jovem tenente Severino Sombra que, após contatos com grupos e instituições já estabelecidas na capital cearense, se lança em uma tentativa de arregimentar associações de trabalhadores para a constituição da Legião Cearense do Trabalho.

2.1.2 A atuação eclesial e a militância católica

Nesse ínterim, diversas vozes da hierarquia eclesial, mas também da intelectualidade católica leiga, atuaram de forma intensa. Desde a Proclamação da República, com a separação oficial entre Igreja e Estado, a instituição eclesial se esforçou para construir uma nova base de atuação. Era o momento de uma reconstrução institucional, com a fixação de diretrizes, normatização das atividades e intensificação de um reordenamento interno em questões pastorais e litúrgicas – aprofundando uma aproximação com o Vaticano e o respeito à hierarquia já anunciados desde o XIX. Podemos afirmar que a instituição tentava adaptar-se aos novos tempos, atuando para ampliar o número de seguidores, formar um apostolado leigo e, assim, maximizar sua influência junto ao Estado.⁴⁹

Por meio de suas cartas pastorais, a cúpula da Igreja se posicionava e conclamava uma ação firme por parte dos padres e fiéis. Se nas primeiras pastorais, de 1890 e de 1900, por exemplo, se fazia um apanhado trágico da situação, com uma avaliação de ameaça constante à Igreja e à fé, nas seguintes se conclamava para a luta, exortando tanto o clero quanto o apostolado leigo a intensificar as atividades de ensino, piedade e associativismo. Na pastoral de 1915, por exemplo, com o impacto da Primeira Guerra, da mesma forma que se conclamava os católicos para se opor aos princípios considerados iníquos da modernidade e atuar na defesa do ensino religioso, eram incentivadas todas as formas possíveis de associação: “de meninos, de moços, de donzelas, associações piás, de caridade, de zelo para com os enfermos”.⁵⁰ Existe um viés social presente na pastoral, com ênfase no operariado:

⁴⁹ MARCHI, Euclides. Igreja e Estado: a construção da concórdia. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XIX, n. 2, p. 55 – 57, 1993. Ver também: MIRANDA, Júlia. **O poder e a fé: discurso e prática católicas**. Fortaleza: Edições UFC, 1987, p. 23-40.

⁵⁰ MARCHI, Euclides. *op. cit.*, p. 65.

Recomendamos de modo particular, aos Revs. Párocos e a todos os sacerdotes, pregadores e confessores, o cuidado e a direção dos operários, e a defesa dos seus direitos: nos tempos difíceis que atravessamos, talvez não haja questão que mais merece atenção da parte do clero e de todos os que se interessam pelo bem geral do povo e da sociedade.⁵¹

Cada vez mais se intensificava o discurso favorável a uma recristianização da sociedade e das instituições, sem que isso implicasse uma subordinação da Igreja ao Estado. Várias vozes, como a do Padre Júlio Maria e outros tantos, passaram a defender que se fazia necessário “sair do recôndito das sacristias e chegar ao povo”.⁵² Podemos destacar, por exemplo, a pastoral do arcebispo de Olinda e de Recife, D. Sebastião Leme, em 1916, reclamando da situação dos católicos que, mesmo sendo maioria no país, eram uma “força inerte”, uma “maioria ineficiente”. Na sua carta pastoral conchama para uma participação mais ativa na vida social e política brasileira:

Que maioria Católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo? [...] Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo de formarmos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente.⁵³

Era imperioso gestar formas de organização que pudessem traduzir essa força numérica potencial em energia coesa e mobilizável conforme o projeto teológico-político da Igreja. Para alcançar a arrojada meta, na qual se conjugavam uma espécie de reconquista espiritual do povo e uma maior inserção junto aos poderes públicos, se fazia imprescindível contar com um apostolado leigo dedicado. Uma geração de militantes católicos estava em formação e, nos anos 20, esse modelo da “neocristandade” iria florescer:

Durante o período da neocristandade a Igreja conseguiu o laicato da classe média. Uma das mais influentes gerações de líderes leigos católicos da história da América Latina emergiu nos anos 20 em torno do Centro Dom Vital, um instituto católico pequeno, mas de grande influência no desenvolvimento da Igreja e na política.⁵⁴

⁵¹ Constituições Eclesiásticas do Brasil – Nova edição da Pastoral Coletiva de 1915, Tip. La Salle: Canoas, 1950, n° 1441, p. 309. *Apud*: BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 380. t. 3, v. 11.

⁵² MIRANDA, Júlia. *op. cit.*, p. 41.

⁵³ Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo metropolitano de Olinda, saudando a sua arquidiocese, Petrópolis: Vozes, 1916, p. 6. *Apud*: BEOZZO, José Oscar. *op. cit.*, p. 348.

⁵⁴ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 – 1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 46.

O Centro Dom Vital (CDV) foi organizado em 1922 e, no ano anterior, teve início a publicação da revista *A Ordem*. Ambos estavam, até 1928, sob a liderança de Jackson de Figueiredo,⁵⁵ porém, com seu falecimento, a revista e o CDV passaram para o comando de Alceu de Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Ataíde.⁵⁶

A revista se tornou um centro irradiador das ideias católicas, apresentando alternativas políticas e disputando espaço na organização da sociedade. Evidentemente, os textos publicados eram lidos avidamente por outros tantos jovens, como Severino Sombra, que se recorda vivamente de Jackson de Figueiredo, do CDV, e da influência que exerceram em sua formação:

Ainda estava na Escola Militar quando me aproximei de Jackson de Figueiredo. Já estava para sair aspirante, ser declarado aspirante. E tive os primeiros contatos com Jackson na livraria católica da sua propriedade à Rua Rodrigo Silva perto da Igreja Nossa Senhora do Bom Parto [...] depois quando eu entrei pro Centro D. Vital, lá é que se faziam as reuniões [...]

E comecei então a ler as obras do Jackson: “Pascal e a Inquietação Moderna”, “A Crítica Doutrinária”. E ora, o que é que marcava o Jackson? O que marcava o Jackson era exatamente este pensamento católico rigoroso. Em consequência no plano político a ideia da ordem, nome que ele deu a revista do Centro D. Vital que ele fundou. [...]

Então... eu recebi esta influência marcante. Não só eu, mas toda aquela mocidade intelectual que gravitou em torno de Jackson de Figueiredo.⁵⁷

Quais seriam os tópicos preferenciais e as ênfases discursivas presentes nos textos publicados na revista *A Ordem*? Tomando como objetivo rastrear os principais temas da revista no período de 1921 a 1937, Monica Velloso identificou assuntos rotineiramente mencionados, as categorias de pensamento recorrentes, as influências mais significativas, os debates sobre acontecimentos relevantes no Brasil e em outros países.⁵⁸

⁵⁵ Jackson de Figueiredo nasceu em Aracaju, Sergipe, em outubro de 1891. Em 1913 bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito da Bahia. Em março de 1914 mudou-se para o Rio de Janeiro, mantendo contato com Farias Brito. Especialmente a partir de 1916 tem início sua conversão ao catolicismo. Com o apoio de Dom Sebastião Leme, Jackson fundou a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 4 de novembro de 1928.

⁵⁶ Alceu de Amoroso Lima foi provavelmente o mais influente dos intelectuais católicos. Nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em dezembro de 1893. Obteve seu bacharelado na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1913. Escreveu textos de crítica literária utilizando o pseudônimo Tristão de Ataíde. O contato epistolar que manteve com Jackson e as leituras de autores católicos levaram a sua conversão. Ao assumir o CDV e a revista, se projetou como grande articulador do pensamento católico, assumindo papel de líder do laicato nos anos 1930, por exemplo, na Liga Eleitoral Católica. Nos anos de 1940 em diante, avança em uma revisão de seus princípios filosóficos e políticos, adotando uma postura cada vez mais democrática, inspirado pela leitura de Jacques Maritain. Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 14 de agosto de 1983.

⁵⁷ SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.

⁵⁸ Cf. VELLOSO, Mônica. *A Ordem: uma revista de doutrina política e cultura católica*. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 117-160, 1978.

Conforme Monica Velloso, certos temas são quase permanentes ao longo dos anos, com pouca ou nenhuma variação significativa, tais como: a atuação da juventude, a condenação do divórcio, críticas ao positivismo, debates sobre relações entre ciência e fé e críticas aos processos revolucionários. Outros temas também são recorrentes, mas ganham novas leituras ou acréscimos, tais como: questão social, educação, combate ao comunismo e integralismo. O discurso evidentemente acompanha os anseios da hierarquia católica, temerosa de revoltas e do comunismo. O tenentismo, por exemplo, é condenado por tentar uma mudança política pelas armas. A revolução mexicana é veementemente criticada tendo como parâmetro o mesmo princípio. A demanda por uma presença da Igreja nas instituições é constante, com ênfase na reivindicação do ensino religioso nas escolas públicas. Nos primeiros oito anos, com a liderança de Jackson, o tom “reacionário” é intenso, no sentido de buscar uma reação contra as mudanças julgadas condenáveis da modernidade. Existe forte recomendação para a ação intelectual e de uma revolução espiritual e é comum uma forte apologia da literatura de cunho regionalista “para se conhecer as legítimas tendências da alma brasileira”.⁵⁹ Há uma exaltação do ruralismo e do Brasil rural. Coerente com a doutrina da Igreja, a caridade é elevada à condição de solução maior dos problemas sociais. A classe operária é vista como carente de proteção e de tutela. A Idade Média é idealizada como um modelo desejável de sociedade, por uma suposta coexistência pacífica entre os grupos sociais e pela hegemonia da Igreja. A existência de uma imprensa católica é considerada de suma importância para a organização e mobilização das forças religiosas e sua intervenção política. São publicados ensaios de nomes brasileiros como Joaquim Nabuco, Farias Brito e Padre Júlio Maria, julgados fundamentais. Da mesma maneira, é notável a influência dos pensadores tradicionalistas, reacionários e contrarrevolucionários europeus. Nomes como Joseph De Maistre, Louis De Bonald e Donoso Cortés, por exemplo, são constantes.

A influência destes pensadores permeia boa parte do rol de leituras da juventude católica, contribuindo para a sua concepção da sociedade. De Maistre e De Bonald desenvolveram suas ideias em franca oposição à Revolução Francesa. Eram ferrenhos críticos do Iluminismo, visto como fonte intelectual da revolução, e defensores da antiga ordem e de uma união entre o trono e o altar. Suas ideias foram fonte de inspiração e influência na *Action Française*, liderada por Charles Maurras, e no integralismo lusitano. Outro autor, embora menos citado, mas que é possível localizar na imprensa católica cearense, é Gustave Le Bon,⁶⁰ que elegeu a participação das massas na política como objeto de estudo. Le Bon contribuiu

⁵⁹ *Id. Ibidem.*, p. 127.

⁶⁰ “Loucura colectiva”. *O Nordeste*, Fortaleza, 20 fev. 1931, p. 1.

para uma visão conservadora, uma vez que relegava os aspectos políticos, sociais e econômicos como elementos mobilizadores da ação popular, identificando as ações das multidões como expressões do inconsciente, desprovidas de racionalidade, com forte potencial destrutivo.⁶¹

Com a morte de Jackson, a revista e o Centro passam para o controle de Alceu de Amoroso Lima, e o caráter político-partidário é reduzido, enquanto os debates de cultura geral ganham mais espaço. Existe um esforço “no sentido de compreender o processo cultural brasileiro, procurar as suas raízes em autores nacionais”.⁶² Após a “Revolução de 30”, aumentou a convocação aos católicos para pressionar, pela incorporação de suas reivindicações, em uma futura Constituinte. Em 1931, uma coluna intitulada “Crônica política” é inaugurada e dela não escapam críticas às legiões paulista e mineira criadas na época. Tal coluna é mantida até 1933. Vale destacar que Alceu também assume função importante na organização da Liga Eleitoral Católica. No que se refere à questão social, os textos assumem o mesmo tom presente nas encíclicas: o capitalismo é criticado, não no sentido de propor uma profunda transformação revolucionária, mas em uma perspectiva de fazer avançar um programa prático de reformas sociais.⁶³ A política sindicalista e cooperativista, defendida nas páginas da revista, repudia a luta de classes, o comunismo e reafirma o papel do Estado no trato da questão social. O Estado português (e seu modelo corporativo) é citado recorrentemente. O fascismo é visto com simpatia, embora apareçam críticas escritas diretamente por Amoroso Lima.

Severino recorda que manteve intenso contato epistolar com Alceu, que o estimulou a desenvolver uma ação militante no Ceará, o que fez em 1929 junto à União dos Moços Católicos, escrevendo para *O Nordeste*, utilizando o pseudônimo de Agathon, e debatendo o modernismo cearense. Em 1930 é enviado para o Rio Grande do Sul, sendo detido por não ter apoiado o movimento armado que deporiam Washington Luís e levaria Getúlio Vargas ao poder, sendo liberado pouco depois, retornando ao Ceará. Em suas recordações, a partir daí, sentiria uma necessidade “de novos lances, novas atitudes, novas expressões”. Se casaram o impulso da publicação da *Quadragésimo Anno*, seguido das

⁶¹ Cf. RODRIGUES, Cândido Moreira. Críticos da Revolução Francesa: conservadores tradicionalistas e contra-revolucionários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 3, p. 343-367, 2010. CAZETTA, Felipe. Intelectuais conservadores e a luta pelo poder: Le Bon, Sorel, *Action Française* e o Integralismo Lusitano. *História*, São Paulo, v. 36, p. 1-24, 2017. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Paradoxos do pensamento contra-revolucionário: Joseph De Maistre. *Lócus: revista de História, Juiz de Fora*, v. 7, n. 2, p. 131-150, 2001.

⁶² VELLLOSO, Monica. *op. cit.*, p. 132.

⁶³ “Tal programa constaria dos seguintes itens: redução das horas de trabalho, o retorno da mulher operária ao lar, a instituição do salário-família, o descanso dominical, seguros sociais (velhice, enfermidade e desemprego) e a participação do operário nos lucros da empresa.” *Id. Ibidem*, p. 148.

alterações políticas provocadas pelo novo grupo no poder, notadamente com a influência dos Tenentes, e as leituras do que chama de “pensamento do realismo brasileiro de Oliveira Vianna, Alberto Torres, Euclides da Cunha etc.”, no entendimento de uma nova época de “ascensão das massas”:

O fato é que, da conjunção disto, me surgiu a ideia desse movimento de enveredar mais aquele pensamento renovador católico no sentido social. Por outro lado, com esse contato que nosso grupo, eu pessoalmente, enfim todo grupo do Centro Dom Vital, Jacksonista, esse contato que nós estamos acompanhando da vida intelectual europeia, nós sentíamos que um dos fenômenos marcantes e que não podiam mais ser postos de lado, um dos fenômenos marcantes, que vinha surgindo no mundo inteiro, desde a Guerra de 1914, era o problema da ascensão das massas. [...] Então era um dado humano universal, que precisava ser traduzido também em termos brasileiros. Tudo isso, é que se passou no meu espírito, é que me conduziu a tentar no Ceará, inicialmente, e depois estender para todo o Brasil, um movimento trabalhista.⁶⁴

Importante destacar as leituras de Alberto Torres⁶⁵ e Oliveira Vianna⁶⁶ como parte fundamental do arcabouço teórico de vários desses jovens. Alberto Torres pode ser considerado o precursor do pensamento político autoritário na Primeira República. Em suas obras, criticava o artificialismo das doutrinas liberais adotadas na Constituição de 1891, destacando um descompasso entre o *país legal* e o *país real*. Defendia que, até então, prevalecia um liberalismo copiado a partir de modelos estrangeiros, incompatível com a realidade brasileira. Para a correção dos problemas nacionais, se fazia necessária uma revisão da carta constitucional, garantindo maiores poderes para o governo central e a adoção de formas mistas de representação (individual e por categorias). Em Vianna, o pensamento autoritário ganha ainda mais densidade. Em primeiro lugar, pela sua tentativa de entender a realidade nacional, destrinchar suas características históricas e sociológicas e, a partir do conhecimento do homem e do meio, elaborar projetos/propostas de intervenção. Para Vianna,

⁶⁴ SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.

⁶⁵ Alberto Torres nasceu em Itaboraí (RJ), em 1865, bacharelando-se na Faculdade de Direito do Recife em 1885. Exerceu mandatos de deputado estadual, federal e Presidente do Estado do Rio. Em 1901 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Em 1914 publicou suas principais obras: *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*. Faleceu em 1917.

⁶⁶ Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1883. Obteve o grau de bacharel pela Faculdade Nacional de Direito, RJ, em 1906. Em 1916 tornou-se professor da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói. Datam da década de 1920 e início de 1930 algumas das suas importantes obras: *Populações meridionais do Brasil* (1920), *Pequenos estudos de psicologia social* (1921), *Evolução do povo brasileiro* (1923), *O ocaso do Império* (1925), *O idealismo da Constituição* (1927), *Problemas de política objetiva* (1930), *Raça e assimilação* (1932). Em 1932, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, passou a integrar as comissões técnicas do Ministério do Trabalho, com a função de elaborar e sistematizar a legislação social e trabalhista brasileira, elaborando diversos pareceres. Permaneceu como consultor jurídico e assessor técnico do Ministério do Trabalho até 1940. Foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União em 1940, exercendo esse cargo até sua morte, em 1951.

o “idealismo da Constituição” derivava da importação de modelos liberais inadequados e, ao mesmo tempo, a realidade brasileira seria marcada por uma exacerbação do poder dos donos de terras e oligarquias, uma situação nada alvissareira.⁶⁷

Em seu conjunto, prevalecia como marca registrada de tais pensadores uma “ideologia de Estado”. Para Bolívar Lamounier, os componentes essenciais de tal ideologia seriam: a) defesa do papel do Estado e rejeição das ideias de uma autorregulação do econômico e do social; b) uma visão orgânico-corporativa da sociedade; c) um objetivismo tecnocrático, ou seja, a crença na ação técnica para solucionar os problemas nacionais; d) uma visão paternalista e autoritária dos conflitos sociais, com a concepção de sua neutralização através da ação planejada de um Estado dotado de maiores poderes; e) a não-organização e a não-mobilização autônoma da sociedade civil, o que exigiria formas tuteladas de organização dos grupos sociais e a canalização de suas demandas para organismos e instituições especialmente constituídas sob controle estatal; f) um elitismo e voluntarismo, cabendo aos intelectuais a tarefa primordial de construção nacional; g) o “leviatã benevolente”, ou seja, o papel atribuído ao Estado como construtor e protetor da nacionalidade, intervencionista e planejador do social e do econômico.⁶⁸

Tais intelectuais, nas palavras de Daniel Pécaut, arvoraram competência especial na “arte de governar”, já que eram detentores de um “saber científico” que os qualificava como uma nova e melhor elite dirigente. Esse “saber sobre o social” legitimaria sua intervenção em um viés tecnocrático e seria “realista”, no sentido de fundamentado e elaborado a partir de um amplo conhecimento da realidade social e cultural. Podemos dizer que muitos deles advogavam a ideia de que, em termos gerais, o Brasil possuía um povo, mas não uma nação. Construir a nação era imperioso. O nacionalismo era ponto comum. A questão social e a questão nacional surgiam como indissociáveis.⁶⁹

Vianna se destacou, já que exerceu atuação direta na arquitetura institucional da época. Suas ideias do *insolidarismo* e do corporativismo são particularmente relevantes. O *insolidarismo* surge como categoria-chave de seu pensamento, indicando o atraso ou incapacidade (por razões históricas e sociológicas) de organização autônoma da sociedade em

⁶⁷ Cf. PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990; FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. (org.). **História da vida privada, 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 489-558.

⁶⁸ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1930-1964)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. 3, v. 9.

⁶⁹ PÉCAUT, Daniel. *op. cit.*, p. 30, 33, 49-57.

moldes modernos. A democracia liberal seria inadequada à realidade brasileira, e sendo a sociedade desprovida de formas modernas de solidariedade social, cabia a um agente externo, o Estado, levar adiante a constituição de tais organizações em nome do bem comum. A solidariedade seria criada através dos sindicatos, desde que transformados em instituições de direito público, formatados a partir de regras de funcionamento orquestradas por um Poder Executivo forte, em um esforço de construção da nação. Os trabalhadores seriam, assim, integrados, incorporados. Os dissensos seriam arbitrados pelo Estado, sendo que os conflitos de interesse poderiam ser canalizados para instituições e conselhos técnicos. O corporativismo, assim pensado, se tornava sofisticada peça de um novo e complexo mecanismo político na construção de uma democracia social.⁷⁰

São evidentes as muitas conexões entre as ideias de Torres e Vianna e as encampadas, mesmo que parcialmente, pelas lideranças da LCT. O léxico e as propostas apresentam similaridades, indicando diálogo e compartilhamento de perspectivas. A ótica da leitura era, claro, seletiva e definida a partir de combinações com o pensamento católico.

No Ceará, existia uma significativa presença do catolicismo militante. O bispo Dom Manoel da Silva Gomes, tão logo assumiu a arquidiocese em 1912, atuou com determinação para alavancar a presença do catolicismo como organizador da sociedade. Em 1913 foi formado, em Fortaleza, o “Círculo Católico”, congregando, nas palavras de Alfredo Montenegro, “o que havia de mais seleta na intelectualidade católica da cidade”. Vários dos seus integrantes marcariam presença “dentro de novos parâmetros filosóficos e pastorais do Catolicismo”, em movimentos sociorreligiosos “que alcançaram prestígio nos anos 30”.⁷¹ Na mesma década, seria organizado o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, em 1915, o primeiro do gênero a ser criado no estado e, talvez, uma das primeiras experiências do circulismo operário no Brasil. Surgia, assim, um modelo de associativismo confessional em Fortaleza que disputava espaço com outras correntes políticas e, aos poucos, seria levado para outras cidades do Ceará. Falaremos mais acerca do Círculo São José quando tratarmos sobre o mutualismo e as tradições de organização operária no tópico seguinte.

No mesmo ano, teria começado a funcionar uma associação intitulada “Damas Protetoras da Infância”, com o objetivo de “trabalhar pelo engrandecimento do Instituto de Proteção à Infância, promovendo festas de caridade, angariando donativos, confeccionando

⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. *In*: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 285-315.

⁷¹ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O trono e o altar: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará, 1817 – 1978**. Fortaleza: BNB, 1992, p. 129.

vestes para as crianças”.⁷² Pouco depois, seria a vez da criação de um núcleo local da Liga das Senhoras Católicas (1916) que funda o chamado “Dispensário dos Pobres” no ano seguinte, inscrito em uma prática assistencial, objetivando “socorrer os indigentes, distribuindo-lhes, em determinados dias, gêneros de primeira necessidade”.⁷³ A Sociedade de São Vicente de Paulo (1879) também mantinha um grande aparato caritativo com 19 escolas primárias noturnas, 6 bibliotecas e uma “dispensa dos pobres”, desde 1895, com a finalidade de “prover de gêneros de primeira necessidade as famílias socorridas pela Sociedade”, funcionando em prédio próprio na Praça Coração de Jesus.⁷⁴ Em 1922, é criado o jornal *O Nordeste*, coroando com um órgão de imprensa, a força do catolicismo no estado. Iniciando quase ao mesmo tempo que a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, o periódico estava intimamente ligado à arquidiocese podendo, nesse sentido, ser considerado como porta-voz da Igreja no Ceará. Circulando com 4 páginas no início, já era editado, em 1927, com o dobro de páginas. Em 1928, chega a produzir uma impressionante edição especial com aproximadamente seis dezenas de páginas.

Por fim, é importante acrescentar iniciativas que aglutinavam jovens, como a União dos Moços Católicos (UMC) e o Centro Jackson de Figueiredo, esse último organizado, em 1929, como parte da UMC, contando como seu primeiro presidente o estudante do curso de Direito Ubirajara Índio do Ceará.⁷⁵ Os integrantes do Centro Jackson de Figueiredo chegaram a publicar um órgão próprio chamado *O Bandeirante*, em 1929 e 1930.

A presença católica estava bem estabelecida em várias frentes: incluindo os intelectuais no “Círculo Católico”, a Igreja contribuía para gestar um grupo atuante; para os mais pobres e miseráveis, os organismos que prestavam uma ajuda filantrópica eram bem conhecidos e davam vida ao ideal cristão de caridade; para os jovens existia uma opção de agregação, os preparando para exercerem forte intervenção social; para os trabalhadores havia um modelo de associativismo confessional, através dos Círculos Operários, que garantiria o atendimento a um conjunto de necessidades materiais, promoção de atividades de lazer e uma vivência identitária enquanto trabalhadores católicos. Por fim, uma imprensa com crescente poder de intervenção no debate político.

⁷² ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1920. Fortaleza: Typographia Moderna, 1920, p. 247.

⁷³ *Ibidem*, p. 248.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 250.

⁷⁵ ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1930. Fortaleza: Typographia Moderna, 1930, p. 159.

2.1.3 O mutualismo e a organização dos trabalhadores

Quando “peregrinou”⁷⁶ em busca de divulgar sua ideia de construir uma grande organização operária, Severino Sombra buscou associações bem estabelecidas, com estruturas sólidas e um quadro estável de membros. Sensibilizar e mobilizar as categorias já organizadas era condição primordial para o sucesso da LCT. Se fosse possível estreitar vínculos com tais grupos, a Legião teria grande chance de sucesso. Quais seriam tais associações, afinal? Que tipos de práticas já compunham a tradição dessas associações?

A lista inicial de associações era a seguinte: União dos Trabalhadores Ambulantes, Centro Artístico Cearense (CAC), Sociedade Beneficente 24 de Junho, Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza (STPF), União Marítima Beneficente, Círculo de Operários Católicos São José, Sociedade Beneficente 1º de Maio, União Popular Cristo Rei, Sociedade Deus e Mar, Sociedade Paz e União, Sociedade Artística Beneficente (SAB), Liga Social dos Redeiros, Associação Beneficente dos Tecelões, Caixa Beneficente Popular, Sociedade de Socorro Mútuo e Círculo de Operários Católicos São José de Baturité. A prática beneficente e cooperativa está largamente difundida. Muitas das práticas correntes em tais associações seriam incorporadas como parte do programa legionário. Sobre o assunto, Raimundo Barroso afirma o seguinte:

Embora grande parte dessas associações ainda possuíssem uma estrutura muito atrelada à tradição do mutualismo e do assistencialismo, representavam de maneira inquestionável o que havia de mais organizado no movimento de trabalhadores, congregando cerca de nove mil associados.⁷⁷

O tom é levemente condescendente, o que guarda relação com uma produção acadêmica que relegava o mutualismo a uma espécie de “pré-história” da classe, ou fase “embrionária” do movimento operário. Desde o estudo de Tânia Regina De Luca, as práticas mutualistas, fortemente enraizadas na cultura operária, ganharam uma nova visão, mais atenta para sua complexidade.⁷⁸

Algumas das associações citadas eram de origem recente, haviam sido organizadas pouco tempo antes da LCT, enquanto outras já possuíam décadas de existência e

⁷⁶ Raimundo Barroso acertadamente concluiu que essa “peregrinação” de Severino Sombra arregimentando associações, foi convertida em um mito fundador da LCT, “celebrando as qualidades inatas de ativista político do chefe dos legionários”. Podemos acrescentar que tal mitologia coloca os trabalhadores no papel de coadjuvantes. CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. *A Legião Cearense do Trabalho*. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 332.

⁷⁷ *Id. Ibidem*.

⁷⁸ LUCA, Tânia De. **O sonho do futuro assegurado**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

uma longa experiência organizativa. O primeiro passo foi, portanto, desvendar o máximo possível sobre as diversas associações constituídas no Ceará, recuando bastante no tempo em algumas ocasiões. Nesse esforço, vamos nos concentrar, tanto quanto for possível, a partir de um conjunto, infelizmente, rarefeito de fontes, nas práticas de socorro e auxílio mútuo desenvolvidas pelas agremiações, seus costumes, ideias esboçadas pelos membros, suas festividades, simbologias e atuação política. Logicamente, as culturas militantes também ganharam destaque. Da mesma maneira, incluiremos os Círculos de Trabalhadores Católicos por seu vínculo com o mutualismo e a experiência exitosa de um associativismo confessional junto às frações da classe trabalhadora nos anos 1910 e 1920. Esse apanhado nos permitirá entender melhor as múltiplas tradições estabelecidas, já que algumas exerceriam profunda influência dentro da LCT, bem como rastrear a atuação de alguns nomes, cuja participação no associativismo cearense foi marcante.

Acompanhando a reflexão de Marcel van der Linden, podemos afirmar que o “*universo mutualista*” é vasto e transnacional (incluindo, por exemplo, os mutirões, os fundos rotativos, a participação em alguma associação de “seguros mútuos” etc.). Segundo ele, podemos definir o mutualismo como “*todos os sistemas voluntários, nos quais as pessoas contribuem para um fundo coletivo, que é, no todo ou em parte, pago a um ou mais dos contribuintes segundo regras específicas*”.⁷⁹ Como alerta Linden, o auxílio mútuo é prática corrente entre os pobres, que podem, em caso de necessidade, recorrer a amigos, familiares e colegas de trabalho em relações horizontais, ou a indivíduos de maior poder, prestígio e recursos em relações verticais. Não está excluída a opção de apelar às instituições filantrópicas. Evidentemente, existem limites ou inconvenientes em tais situações. Recorrer aos poderosos, por exemplo, pode aprofundar vínculos de dependência e o recurso à filantropia pode ser considerado pouco digno, devendo ser evitado tanto quanto possível.

A definição de Linden é suficientemente ampla tanto para abarcar o fenômeno em escala transnacional, quanto para integrar as mais diversas experiências mutualistas. No entanto, vale destacar que o caráter voluntário precisa ser tratado com cautela, posto que diversas pesquisas demonstraram a existência de associações criadas por patrões e por empresas que obrigam a entrada dos trabalhadores. O mutualismo não é exclusivo entre os trabalhadores, sendo fenômeno comum em todas as classes, muito embora seja uma estratégia fundamental de sobrevivência do proletariado: “uma rica rede de contatos sociais com pessoas

⁷⁹ LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo:** ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 95 – 96. Destaque do autor. A definição para as sociedades de seguros mútuos é similar: “*associações formadas voluntariamente com o fim de oferecer aos participantes assistência financeira em caso de necessidade*”. (p. 126).

dispostas a compartilhar pode compensar a falta de riqueza material”.⁸⁰ Utilizaremos aqui, a categorização sugerida por Tânia De Luca que distingue as mutuais em seis grupos: mutuais de empresas, mutuais de categorias profissionais, mutuais de funcionários públicos, mutuais abertas, mutuais étnicas e mutuais de bairros.⁸¹

Já está bem estabelecido, na historiografia, que o mutualismo, mesmo sendo anterior ao sindicalismo, já que durante o Império era legalmente proibido uma organização assumir o nome de sindicato, conviveu com as instituições sindicais ao longo de muitas décadas. Não é possível, portanto, estabelecer um corte entre uma época ou uma fase mutualista que teria sido substituída por uma fase sindicalista. Por exemplo, para a realidade cearense, a criação de mutuais e/ou beneficentes foi bem mais significativa do que a de sindicatos durante toda a Primeira República. Nos anos de 1930, encontramos tanto associações mutualistas quanto sindicatos dentro da estrutura da LCT. Por outro lado, isso não implica desconsiderar a influência de práticas de organização outras, como as irmandades e as corporações de ofício, no funcionamento das mutuais e, muito menos, desconsiderar as evidências de sindicatos que não só adotavam um conjunto de práticas tipicamente mutualistas, como muitos de seus membros também faziam parte, ou haviam participado, de associações beneficentes.⁸² Como argumenta Claudio Batalha, assim como algumas associações mutualistas podiam incorporar atividades de resistência e luta em defesa de uma, ou várias categorias, tentando, por exemplo, definir as condições de trabalho e pressionar por melhorias salariais, as instituições que se assumiam como de resistência adotavam um leque de serviços beneficentes. Da mesma maneira, as práticas rituais, as regras de funcionamento, as festividades e os lemas podem revelar elementos de continuidade.⁸³

As dificuldades no estudo das mutuais são bem conhecidas. Pelo menos no caso cearense, é patente a ausência de conjuntos documentais de algumas importantes associações locais; atas e outros tipos de registros que permitiriam uma análise verticalizada e

⁸⁰ *Id. Ibidem.*, p. 96.

⁸¹ Nas *mutuais de empresas* a organização se dava em função do local de trabalho, independente da atividade realizada, e podiam ser criadas tanto por iniciativa dos trabalhadores quanto dos patrões; as *mutuais por categorias profissionais* agregavam trabalhadores de um mesmo ofício, independente do local de trabalho; as *associações de funcionários públicos* tanto focavam em atividades quanto em local de trabalho, podendo ser federais, estaduais ou municipais; as *mutuais abertas* abrigavam trabalhadores de qualquer ofício e indivíduos de outras classes, desde que pagando as mensalidades e obedecendo aos estatutos; as *mutuais étnicas* recrutavam sócios em função da origem e tradição cultural, sem focalizar especificamente o mundo do trabalho; as *mutuais de bairro* se definiam pelas relações de vizinhança. Cf. LUCA, Tânia De. *op. cit.*, p. 34 e 37.

⁸² BATALHA, Claudio. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 12-22, 2010.

⁸³ BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 47.

pormenorizada, produzidos pelos próprios grupos, simplesmente se perderam, embora exceções existam. Isso nos força a enveredar por outro caminho, procurando na imprensa, nos almanaques e em documentos oficiais, informações que possam ser de valia para a pesquisa.⁸⁴ Em algumas ocasiões, podemos localizar estatutos, resumos de reuniões, notícias sobre festividades, eventualmente imagens e outros dados relevantes.

Para dimensionar a extensão do mutualismo entre os trabalhadores brasileiros, podemos recorrer às estatísticas oficiais. A seguir, apresentamos um arrolamento quantitativo dos grupos existentes por unidade da federação:

Tabela 1 – Associações de auxílio mútuo e beneficência – 1917

UNIDADE POLÍTICA	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES ARROLADAS
Distrito Federal	816
Minas Gerais	790
São Paulo	744
Bahia	165
Rio de Janeiro	144
Rio Grande do Sul	104
Pernambuco	103
CEARÁ	87
Paraná	81
Maranhão	73
Alagoas	57
Santa Catarina	52
Pará	50

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p. 307.

A força das mutuais é evidente. Com o antigo Distrito Federal na dianteira, com mais de 800 agremiações registradas, seguido de Minas Gerais e São Paulo com mais de 700 mutuais em cada estado, o Ceará contava com 87 associações do tipo. Sabemos que tais dados precisam sempre ser tratados com cautela. Os realizadores do censo, provavelmente, não faziam distinção entre associações que garantiam a securitização dos membros e outros eventuais benefícios, com organismos que prestavam auxílios a terceiros, agrupando todos no mesmo registro.⁸⁵

É possível identificar muitas modalidades nas práticas das sociedades mutualistas. Dois casos, oriundos do início do século XX, apesar da exiguidade das fontes, são interessantes: a “Sociedade Protetora Cearense” e a “Sociedade Mutuária Cearense”, ambas instaladas na cidade de Fortaleza em 1901. A “Protetora”, conforme o Almanaque do Ceará,

⁸⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 23-39, 2010.

⁸⁵ Cf. SILVA JR. Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorro mútuo: estratégias privadas e públicas** (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854 – 1940). 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

era uma associação beneficente “composta de nacionais e estrangeiros, sem distinção de classe”, tendo como objetivo garantir um pecúlio “à família, herdeiros, beneficiados ou legatários do sócio que falecer”, através de uma “quota certa e determinada”.⁸⁶ Logo no seu primeiro ano de atuação, encontramos, em nota publicada pela imprensa, o anúncio de que a “viúva do segurado Francisco Gomes de Mello”, recentemente falecido, havia recebido “dessa humanitária instituição a quantia de 3:320\$000, a que tinha direito o seu marido”, e o valor se tornava notável posto que ele havia pago “apenas vinte mil réis em agosto próximo passado, e tão facilmente sua família recebeu tão avultado benefício”.⁸⁷ Alguns anos adiante, a mesma sociedade fazia publicar um novo comunicado, informando aos sócios que estava próximo de findar o “prazo de dez dias marcado pelos Estatutos” para que os associados cumpram “com a contribuição de dez mil réis, afim de formar o pecúlio que tem de ser entregue aos herdeiros do sócio falecido, Sr. Dr. Henrique Theberge”.⁸⁸ Em outra ocasião, mais uma vez, a “Protetora” convocava os “sócios em atraso” para “vir pagar a 40ª contribuição de 10\$000, agravada com a multa de 50%, em consequência do falecimento do sócio Aphrodisio G. Gondim, no prazo de dez dias úteis”.⁸⁹ Pouco depois, um novo aviso indicava o falecimento do sócio Dr. Hyldebrando Pompeu de Souza Brasil, correspondendo a “41ª contribuição de dez mil réis”.⁹⁰

A “Sociedade Mutuária Cearense”, fundada em 15 de agosto de 1901, tinha por finalidade “garantir pequeno patrimônio à família de seus associados, quando falecido em pleno gozo de seus direitos”.⁹¹ O modelo parece ser similar ao adotado pela “Protetora”: “Tendo falecido o associado João Pereira Campos de Arruda, esta sociedade está convidando aos seus membros para entrarem com a quota de dez mil réis, sem multa, até o dia 18 do andante mês, a fim de formar o pecúlio a que tem direito os herdeiros do aludido associado”.⁹² A divulgação do falecimento é realizada pela imprensa e, ao mesmo tempo, é feita a convocação dos sócios. A quota é exatamente a mesma. Em 1907 foi anunciado o “falecimento da sócia D. Maria da Silveira Pamplona”, cabendo aos demais efetuar o pagamento devido. Aproveitando a ocasião, divulgavam a entrada de quatro novos sócios.⁹³

⁸⁶ ALMANAQUE administrativo, estatístico, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1903. Fortaleza: Typografia Econômica, 1902, p. 91 e 92.

⁸⁷ “Sociedade Protetora Cearense”. **A Gazetinha**, Fortaleza, 12 out. 1901, p. 2.

⁸⁸ “Protetora Cearense”. **A Gazetinha**, Fortaleza, 8 jul. 1905, p. 2.

⁸⁹ “Protetora Cearense”. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 30 jan. 1907, p. 2.

⁹⁰ “Protetora Cearense”. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 11 fev. 1907, p. 2.

⁹¹ ALMANAQUE administrativo, estatístico, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1903. Fortaleza: Typografia Econômica, 1902, p. 91.

⁹² “Mutuária Cearense”. **A Gazetinha**, Fortaleza, 8 jul. 1905, p. 2.

⁹³ “Mutuária Cearense”. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 9 jan. 1907, p. 3.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas o padrão se repete para as duas organizações. O que fica evidente, apesar do caráter sumário das informações, é que a “Protetora” e a “Mutuária” adotavam uma forma de funcionamento bastante simples, no qual os associados não deviam qualquer tipo de mensalidade, só efetuando pagamentos – uma “quota certa e determinada” – quando algum dos integrantes falecia, para compor o pecúlio. Outro aspecto relevante é que, ao que tudo indica, as instituições recrutavam seus eventuais sócios não na classe trabalhadora, mas em setores de maior poder aquisitivo – embora a “Protetora” afirme não estabelecer “distinção de classe”. Os sobrenomes de alguns dos falecidos indicam pessoas pertencentes às famílias de grande prestígio. Uma terceira dimensão se refere ao fato de que, pelo próprio modelo de funcionamento das duas associações, elas não atuavam como órgãos representativos e, também, não promoviam atividades de sociabilidade. Pareciam mais com companhias de seguro. Ambas também possuíam, compondo suas diretorias, pessoas de elevada condição social: cônegos, militares, médicos e “coronéis”.

Bem diferentes eram as mutuais constituídas por trabalhadores que tinham nas atividades de securitização o seu fundamento, ou seja, a preocupação com uma forma de proteção social frente às adversidades, notadamente na impossibilidade de trabalhar em caso de moléstias ou acidentes. A garantia de um funeral digno também estava dentro do rol costumeiro de serviços prestados pelas associações mutualistas. Dependendo dos recursos disponíveis, eram previstos pecúlios para as famílias dos sócios falecidos ou algum auxílio a ser pago por um determinado prazo, desde que cumpridos certos requisitos.

Importante não confundir mutualismo com filantropia. Enquanto as filantrópicas visavam “oferecer socorro aos necessitados sem que uma contrapartida financeira deles se fizesse obrigatória”, em uma relação de “solidariedade vertical”, as mutuais “funcionavam como organizações cooperativas marcadas pelos laços horizontais de solidariedade”. As mutuais também são distintas das seguradoras, já que as últimas são “companhias privadas com fins lucrativos”.⁹⁴

Eram muitas as agremiações que reuniam *artistas*, conforme termo usual durante longo período, o que equivale dizer artífices ou artesãos.⁹⁵ É possível localizar, no século

⁹⁴ VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 25. v. 1.

⁹⁵ Raymond Williams alerta que algumas palavras, hoje usais, entraram no vocabulário, ou ganharam significados novos, no período da Revolução Industrial, tais como “indústria, democracia, classe, arte e cultura”. Arte, especificamente, se referia a “uma habilidade humana”, “da mesma maneira que artesão”. Em outras palavras, falar de artistas era falar de artífices: alguém detentor de um saber de ofício específico que

XIX, no período monárquico, algumas iniciativas de organização que reuniam trabalhadores. Entre os exemplos de associações temos a União Artística Maranguapense, a Sociedade Artística Fraternidade e Trabalho e a Associação Tipográfica Cearense. Destas, encontramos um pouco mais de dados sobre a Fraternidade e Trabalho.

Em outubro de 1876, é possível verificar, nas páginas da imprensa, a informação que teve lugar, no “salão da escola popular”, uma “grande reunião de artistas”, com o objetivo de fundar uma sociedade “instrutiva e beneficente”, cujo nome seria “Fraternidade e Trabalho”.⁹⁶ Um anúncio seguinte convidava todos “os artistas” para uma Assembleia Geral, para leitura e aprovação dos Estatutos.⁹⁷ Cumprida essa etapa, faltava a aprovação dos estatutos pelo Presidente da Província, o que foi obtido no mesmo ano.⁹⁸ Envolvida nas lutas e nas questões do seu tempo, a *Fraternidade e Trabalho* colaborava em casos de emancipação de escravos e na arrecadação de socorros para as “vítimas da seca”, como podemos constatar a seguir:

A Sociedade Artística Fraternidade e Trabalho, a quem recorreu o preto Albino, escravo do Ilustríssimo Sr. coronel Porfírio de Faria, do Ipu, para conseguir alforriar-se, acaba de realizar a somma necessária para tal fim e resolver conferir a carta de emancipação ao dito escravo no dia dois de fevereiro próximo vindouro, por ocasião da abertura do curso nocturno que fundou.

O procedimento desses dignos sacerdotes do trabalho merece os maiores encômios.⁹⁹

Esta sociedade, por iniciativa do diretor Francisco de Paula Bruno resolveu dirigir circulares as sociedades artísticas das províncias do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, afim de promoverem a prestação de socorros em prol das victimas da seca d’esta província.

É um acto digno nos maiores elogios e fazemos votos para que a nobre tentativa da sociedade Fraternidade e Trabalho seja coroada dos mais felizes resultados.¹⁰⁰

Não seria nem um pouco surpreendente encontrar, nestas associações, nomes de pessoas que continuariam sua militância, em novas formas, décadas à frente. Parece ser o caso de Joaquim Lino da Silveira, que assina como 1º secretário da Fraternidade e Trabalho e aparece como membro do *Partido Operário*, que falaremos mais adiante.

Enquanto a “Protetora” e a “Mutuária”, que citamos no início, parecem ter obtido sócios entre pessoas de melhor condição social, a “Fraternidade e Trabalho” recrutava seus

lhe garantia uma habilidade, uma arte. No Ceará, o termo *artista* continuaria sendo utilizado de tal forma por grupos de trabalhadores, no mínimo, até os anos 1930, tempo limite de nossa pesquisa. WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 15-18.

⁹⁶ “Fraternidade e Trabalho”. **O Cearense**, Fortaleza, 29 out. 1876, p. 1.

⁹⁷ “Anúncios”. **O Cearense**, Fortaleza, 1 nov. 1876, p. 4.

⁹⁸ “Anúncios”. **O Cearense**, Fortaleza, 10 dez. 1876, p. 3.

⁹⁹ “Noticiário”. **O Cearense**, Fortaleza, 21 jan. 1877, p. 3.

¹⁰⁰ “Noticiário”. **O Cearense**, Fortaleza, 24 jun. 1877, p. 2.

associados entre os *artistas* da época. Não sabemos o tempo total de existência de tal agremiação, mas, no alvorecer da república, temos algumas novas associações, como a Sociedade Beneficente União Operária, a Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité e a Phenix Caixeiral, constituídas na última década do século XIX. Ao longo do século XX observamos um ímpeto significativo na criação de mutuais. Na primeira década, temos a Sociedade Artística Beneficente (1902) e o Centro Artístico Cearense (1904), retomando com vigor a organização dos artífices. É possível localizar informações sobre associações de *artistas* nas cidades de Sobral,¹⁰¹ Iguatu,¹⁰² Ipu¹⁰³ e Crato¹⁰⁴ nas décadas seguintes. Em 1905 temos a criação, em Fortaleza, da Sociedade de Socorro Mútuo. Nos anos 1910, encontramos novas agremiações: a Sociedade Deus e Mar (1912) e o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (1915). Na conjuntura que vai de 1917 até 1921, o número de organizações de trabalhadores parece crescer significativamente, o que guarda relação com o cenário de agitação social desse período. Em 1921, é constituído o Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza, uma das poucas a adotar o nome de sindicato. Outras tantas associações também surgem neste momento ou depois, mesmo que as informações só permitam afirmar sua existência.

Sem pretensão de elaborar um apanhado completo, produzimos uma listagem preliminar das associações que reuniam trabalhadores, com as respectivas datas de fundação, abarcando o período republicano até a véspera de criação da LCT. É importante ressaltar que nem todas continuariam existindo até os anos 1930 e algumas não chegariam a integrar a Legião.

Tabela 2 – Associações de trabalhadores no Ceará entre 1890 e 1931

Soc. Beneficente União Operária	1890	Associação Graphica do Ceará	1920
Beneficente do Pessoal da E.F. de Baturité	1891	Círculo de Operários e Trabalhadores São José de Aracati	1920
Phenix Caixeiral	1891	Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza	1921
Sociedade Artística Beneficente	1902	União Beneficente dos Trabalhadores Ambulantes	1921
Centro Artístico Cearense	1904	Aliança Artística e Proletária de Quixadá	1921
Sociedade Deus e Mar	1912	Liga Social dos Redeiros	1922
União Artística Beneficente do Crato	1913	União dos Carpinteiros e Classes Anexas	1923
Centro Artístico Operário Sobralense	1913	Associação dos <i>Chauffeurs</i>	1923

¹⁰¹ **A Pátria**, Sobral, 16 jul. 1913, p. 5.

¹⁰² **Gazeta Oficial**, Fortaleza, 1 out. 1918, p. 10 e 11.

¹⁰³ **A Lucta**, Sobral, 14 maio 1919, p. 3.

¹⁰⁴ **Diário do Ceará**, Fortaleza, 1 jun. 1913, p. 6.

Círculo de Oper. e Trab. Católicos São José	1915	União dos Barbeiros	1925
Associação dos Func. Públicos do Ceará	1917	União Marítima Beneficente	1928
Sociedade Beneficente 24 de Junho	1917	Beneficente dos Tecelões	1928
União Artística Iguatuense	1918	União Geral dos Trab. em Padarias	1929
Sociedade Paz e União	1918	Sindicato dos Trabalhadores Graphicos	1929
Centro Artístico Ipuense	1919	União Geral dos Automobilistas Cearenses	1930
União e Prosperidade dos Redeiros	1919	Soc. Beneficente Luz e Caridade	1930
União dos Pedreiros	1919	União Popular Christo Rei	1931
União dos Operários Ferroviários	1920	Sociedade Beneficente 1º de Maio	1931

Fonte: Elaboração do autor a partir da consulta de jornais e almanaques

A convocação para a formação da “União Operária” foi assinada por 29 trabalhadores de diferentes ofícios: 4 tipógrafos, 3 carpinas, 2 ferreiros, 2 sapateiros, 2 funileiros, 2 ourives, 1 alfaiate, 1 chapeleiro, 1 barbeiro, 1 pedreiro, 1 tecelão, 1 pintor, 1 marmorista, 1 cutedeiro, 1 carpinteiro, 1 marceneiro, 1 padeiro, 1 tanoeiro, 1 calafate e 1 bolieiro.¹⁰⁵ Entre suas finalidades, a “União Operária” almejava “Procurar o bem estar de seus associados, animando-os nas artes e nas indústrias; procurando colocá-los nas melhores oficinas e estabelecimentos”. Ao mesmo tempo, pretendiam estabelecer “medidas de beneficência aplicáveis aos mesmos e suas famílias”. Outras finalidades previam colaborar para o aprimoramento dos seus membros nas diversas “artes” e, de forma correlata, contribuir na “instrução aos filhos dos sócios”, com aulas de “português, desenho, geometria e arquitetura, que serão regidas por professores tirados do seio da mesma associação”.

Para fazer parte da União Operária era preciso cumprir alguns requisitos básicos: ser maior de 15 anos e menor de 50; “ser assíduo e zeloso no cumprimento de seus deveres”; “ter boa conduta”; exercer “arte, ofícios ou emprego donde haja sua subsistência”. Os aceitos deveriam pagar a “joia” (uma espécie de taxa de adesão) antes de prestar juramento e quitar as mensalidades com regularidade; comparecer às sessões ordinárias, extraordinárias e assembléias gerais; agir com decência nas mais diversas situações e aceitar e “servir com zelo, dedicação e critério todo e qualquer cargo que lhe seja confiado, salvo justo impedimento ou legítima escusa”. Era proibido “aventar no seio da sociedade questões políticas”, sendo passível de expulsão em caso de descumprimento da regra. Os socorros eram garantidos para o sócio impossibilitado de trabalhar em caso de moléstia. No caso do falecimento do

¹⁰⁵ “Aos operários”. *Libertador*, Fortaleza, 17 jun. 1890, p. 3.

associado, a viúva e os filhos teriam direito ao socorro “enquanto não casarem ou deixarem de viver honestamente”. Era também garantida a realização de um “modesto enterro”.¹⁰⁶

O modelo de organização previsto nos estatutos da União Operária não se diferencia do padrão que podemos encontrar em outras associações. Nos estatutos da Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité, que aglutinaria os trabalhadores ferroviários, constituída em Fortaleza, podemos ler o seguinte:

Art. 1º. Sob a denominação de Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité – fica instituída nesta capital uma associação de beneficência mútua, tendo por fim promover a cooperação e solidariedade de todos os empregados da Estrada, no intuito de poderem ser socorridos efficazmente os que invalidarem e auxiliar as famílias dos que fallecerem.¹⁰⁷

Aos sócios eram garantidos “auxílios pecuniários quando estiverem impedidos de trabalhar por invalidez temporária ou definitiva motivada por moléstia, desastre ou extrema velhice”. Em caso de falecimento do sócio, estavam previstos uma contribuição para despesas com funeral e “módicos auxílios mensais” para a família.

Para ser sócio era necessário enviar uma requisição por escrito com os dados pessoais, cargo na estrada de ferro e remuneração, bem como um atestado assinado “por cinco associados” para ser aceito. Como de costume, o trabalhador uma vez aceito prestaria juramento de cumprir os estatutos, pagar a joia e as mensalidades e aceitar com “zelo o cargo para que for eleito”, sendo a recusa aceitável em “caso de reeleição ou de motivo de força maior que justifique escusa”. O associado teria direito aos socorros e participar das decisões internas, podendo ser punido se “injuriar outro dentro do curso das sessões” ou ainda “perturbar a ordem e promover distúrbios durante as sessões”. Em tais casos o sócio poderia ser suspenso.

Os socorros direcionados à família estavam previstos no art. 32 em seu segundo parágrafo, que estabelecia “uma pensão mensal correspondente a 25% da respectiva gratificação ou salário”, com a possibilidade do valor ser elevado “logo que o fundo social for superior a (10:000\$000) dez contos de reis”, o que seria decidido em Assembleia. Para garantir o recebimento do socorro era imprescindível a apresentação das respectivas certidões de casamento para a viúva e de batismo para os filhos.

¹⁰⁶ “Estatutos da Sociedade Beneficente União Operária”. **Libertador**, Fortaleza, 1 ago. 1890, p. 8.

¹⁰⁷ APEC. Estatuto da Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité, de 13 de junho de 1891. Portarias diversas.

Entre as sociedades de artífices de Fortaleza se destacam a Sociedade Artística Beneficente e o Centro Artístico Cearense, ambas inseridas na tradição do auxílio mútuo e em um modelo aberto, ou seja, trabalhadores de diferentes ofícios poderiam fazer parte. A Sociedade de Socorro Mútuo incluía, como sócios, os trabalhadores do “Matadouro, Mercado e dos açougues situados nesta capital” que tivessem no mínimo 18 e no máximo 50 anos. O sócio teria direito ao socorro quando impossibilitado de trabalhar, um valor menor em caso de invalidez e uma quantia para o sepultamento. A Sociedade incluía nos estatutos a atuação de um cobrador, que deveria efetuar as cobranças “com toda calma, sem dar-lhes desgosto”.¹⁰⁸ A União Artística Iguatuense colocava como objetivos: “a) socorrer aos sócios, em caso de moléstia que os prive de trabalhar, com médico e farmácia; b) fazer os funerais dos associados com toda decência”. Eram previstas pensões em caso de invalidez considerando os fundos disponíveis, e os herdeiros receberiam um pecúlio. Para compor o pecúlio, além das mensalidades, cada sócio deveria contribuir com “dois mil réis a cada sinistro que ocorrer”.¹⁰⁹

O Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José incluía os socorros como parte de seus objetivos, abraçando, assim, as práticas mutualistas em suas atividades, tendo em vista o reconhecimento da importância do auxílio mútuo para a classe trabalhadora:

Art. 3º O Círculo terá por fins:

[...]

5º Prestar aos seus sócios doentes auxílios, mantendo para isso uma ‘caixa de socorros’;

6º Criar quando for oportuna, outras instituições de auxílio de várias espécies, baseadas no mutualismo ou noutros systemas.

[...]

Art. 60 – Todos os sócios, quando temporariamente impossibilitados de trabalhar, por doença ou acidente, terão direito a receber auxílios da ‘Caixa de Socorros’ deste Círculo, auxílios estes que constarão de uma mensalidade de 16\$, ou 8\$ por quinzena de impedimento.¹¹⁰

A “Sociedade Deus e Mar”, organizada em 1912, reunia, prioritariamente, os marítimos “sem distinção de raças, nacionalidades, religião e credo político”. Suas finalidades incluíam promover o “engrandecimento moral, material e intelectual da classe”, prestando assistência jurídica aos sócios e dirimindo divergências no âmbito do trabalho. Pretendiam “levar a efeito a regulamentação do trabalho, melhorando suas condições”, podendo “recorrer a greve” para alcançar tais finalidades caso os métodos “suasórios” não lograssem resultado positivo. Após treze meses, o sócio teria direito ao socorro em caso de enfermidade ou

¹⁰⁸ “Estatutos da Sociedade de Socorro Mútuo”. **Gazeta Oficial**, Fortaleza, 1 fev. 1919, p. 7 e 8.

¹⁰⁹ “Estatutos da Sociedade União Artística Iguatuense”. **Gazeta Oficial**, Fortaleza, 5 out. 1918, p. 9.

¹¹⁰ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**, Fortaleza, 6 jun. 1918, p. 7 - 8.

acidente. Na hipótese de invalidez, o socorro seria de metade do valor. Em caso de falecimento, a sociedade custearia uma determinada quantia para o sepultamento e a família receberia um pecúlio.¹¹¹

A “Sociedade Paz e União” reunia os comerciantes de frutas de Fortaleza. Em seus estatutos a associação se propunha “Proteger seus associados, trabalhar pelo levantamento moral e prosperidade material da classe”. Tal finalidade seria realizada garantindo: “defesa gratuita”, por intermédio de advogado contratado pela Sociedade, em caso de prisão, perseguição ou “abuso de qualquer autoridade” em assuntos relacionados ao negócio; estabelecer acordos em caso de desavenças entre os sócios; regulamentar as condições de trabalho; fornecer auxílio pecuniário aos sócios enfermos, garantindo o funeral em caso de falecimentos.¹¹²

A “União Popular Christo Rei” foi apresentada, em 1931, como uma “nova organização proletária”. Inicialmente, estavam previstas “várias secções de divertimentos lícitos para os seus associados e para o público em geral”. Era definida como uma associação de “orientação católica” que organizaria elementos “ainda dispersos”, objetivando neutralizar a “ação do comunismo”.¹¹³ Pouco tempo depois era divulgado que se tratava de uma sociedade “de fins espirituais, recreativa e de grandes vantagens materiais”¹¹⁴, e que seriam aceitas pessoas de ambos os sexos, sem distinção de classe e que pertencessem a fé católica. Dentro do seu “plano material”, era estabelecido como princípio basilar “não entesourar”: “das rendas que sobrassem dos sócios, 50% seriam proporcionalmente distribuídos com os necessitados, 25% formariam a caixa de pecúlios e morte e 25% o fundo de reserva”.¹¹⁵

Mesmo grupos originalmente pensados com objetivos diversos, como parece ser o caso do Círculo São José e da União Popular Christo Rei, o mutualismo é integrado como parte fundamental de suas ações. Os comerciantes de frutas, reunidos na Sociedade Paz e União, demonstravam a expectativa de que a sociedade atuasse em outras esferas, enfrentando questões de interesse para o grupo, como a sua defesa perante o poder público, e batalhasse por uma regulamentação das relações de trabalho. A União Operária revela em seus estatutos, o empenho para conseguir colocação no mercado de trabalho para os sócios e garantir melhorias nas suas qualidades profissionais, inclusive para os filhos pela via da educação.

¹¹¹ “Segunda reforma dos Estatutos da Sociedade ‘Deus e Mar’”. **Diário do Ceará**, Fortaleza, 15 out. 1927, p. 5 - 6.

¹¹² “Estatutos da ‘Sociedade Paz e União’ dos comerciantes de frutas”. **Gazeta Oficial**, Fortaleza, 10 jan. 1918, p. 6, 7 e 8.

¹¹³ “Uma nova agremiação proletária”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 16 jan. 1931, p. 3.

¹¹⁴ “União Popular Christo-Rei”. **O Nordeste**, Fortaleza, 20 jan. 1931, p. 5.

¹¹⁵ “União Popular Christo-Rei”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 21 jan. 1931, p. 4.

Identificamos que o interesse pelos socorros se torna o eixo central de várias associações, mas a ele se agregam outras expectativas a depender do momento, dos interesses e das possibilidades. O repertório de serviços oferecidos poderia ser ampliado dependendo dos recursos disponíveis. Em alguns casos, o modelo de socorro é bastante simples: o pagamento de um determinado valor quando o sócio estivesse sem condições de trabalhar, o que cabia ao próprio indivíduo aproveitar da melhor forma o recurso recebido. O auxílio para o sepultamento era outro componente comum. Dependendo do caixa, tais ações poderiam ser aprimoradas, por exemplo, por meio de parcerias com médicos, que poderiam efetuar visitas domiciliares ao sócio adoentado ou atender em seus consultórios. Alguns se tornavam parte integrante da sociedade, na qualidade de beneméritos. Outra possibilidade era o fornecimento de medicamentos mediante algum tipo de acordo com farmácias/farmacêuticos da cidade. As associações que alcançaram melhor condição financeira, trataram de fundar consultórios e farmácias, contratando médicos e farmacêuticos para atender em tais estabelecimentos.

A Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité, por exemplo, foi reativada em 1916 com o fito de garantir assistência médica para os trabalhadores, isso depois de vários anos paralisada por ausência de caixa. Existia uma continuidade entre a iniciativa levada à frente no século XIX e esse esforço de reconstrução na segunda década do século XX, materializado no fato de que alguns indivíduos eram os mesmos, o nome da associação foi mantido exatamente igual e o mesmo livro de atas foi utilizado.

A direção da estrada de ferro prestou apoio à iniciativa – evidentemente porque existia uma perspectiva de manter um controle sobre a organização – mas essa também respondia aos anseios dos trabalhadores, que cobravam os socorros previstos e pressionaram pela ampliação dos serviços. A filiação era voluntária, mas, uma vez efetuada, o desconto das mensalidades era feito diretamente em folha, o que garantia a regularidade dos pagamentos e o caixa da Beneficente. A assistência médica e farmacêutica foi gradativamente ampliada com a contratação de mais profissionais e a criação de ambulatórios em diferentes cidades do interior cearense. Outros serviços se tornaram comuns, como os empréstimos a juros baixos que poderiam ser concedidos para suprir necessidades mais corriqueiras e imediatas dos trabalhadores e suas famílias ou para objetivos de maior alcance, como a compra da casa própria. A criação de uma escola noturna, de uma cooperativa de consumo e de assistência jurídica atestam o amplo escopo de atuação da Beneficente ao longo dos anos.¹¹⁶

¹¹⁶ MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo ferroviário: prover e proteger na Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930.** 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

Em vários casos se esperava um comprometimento dos associados em relação ao grupo e à instituição. O sócio deveria apresentar boa conduta pública e, mais ainda, respeitar o espaço e o momento das reuniões. Aceitar exercer funções quando eleito também aparece como relevante. A recusa deveria ser claramente justificada.

As mutuais comumente são masculinas, embora isso não seja regra; as mulheres “aparecem” muito mais na qualidade de beneficiárias. Levando em consideração que nos socorros estavam previstos pecúlios ou auxílios um pouco mais longos para as famílias, o detalhamento dos critérios era necessário de forma a esclarecer as prioridades dos eventuais beneficiários, e revelam concepções e valores familiares e de vida em sociedade. No caso da Beneficente do Pessoal da E.F. de Baturité, nos artigos 35 e 36 constava o seguinte:

Art. 35°. Serão considerados pessoas da família do associado effectivo, para o fim de gozarem dos auxílios que estes estatutos garantem:

§ 1° A viúva, enquanto se mantiver neste estado.

§ 2° As filhas, legítimas ou legitimadas até a idade de 17 annos, e maiores, quando não gozarem de perfeita saúde e tiverem defeito phisico que as impossibilite de trabalhar.

§ 3° Os filhos homens legítimos ou legitimados até a idade de 15 annos.

§ 4° A mãe sendo viúva e não tendo outro filho maior enquanto permanecer nesta condição.

§ 5° As irmãs solteiras órfãs de pai e mãe não tendo outro irmão maior, enquanto permanecerem nestas condições.

Art. 36°. O auxílio que couber a família do associado falecido será pago:

§ 1° Metade a viúva e outra metade repartidamente aos filhos, no caso de deixar uma e outros.

§ 2° Todo à viúva no caso de não deixar filhos.

§ 3° Todo ao filho ou a filha, ou repartidamente aos filhos no de não haver viúva.

§ 4° Todo à mãe no caso de não deixar nem mulher nem filhos.

§ 5° Todo à irmã solteira ou repartidamente as irmãs solteiras, se não deixar viúva filhos ou mãe.

É evidente que existe uma noção de que o homem é o provedor do lar e principal responsável pelo sustento da mulher e dos filhos, e pode-se notar que tanto a União Operária quanto a Beneficente dos ferroviários, apresentam tal característica que se repete em tantas outras agremiações. A viúva só receberia o benefício enquanto não firmasse novo casamento. A mãe, da mesma maneira, só teria direito no caso de também ser viúva e não contar com outro filho que pudesse ser seu arrimo. A União acrescenta a cláusula de manter uma vida considerada honesta. Os filhos perdem o benefício mais cedo que as filhas. Enquanto as irmãs podem receber o benefício, não se cogita o mesmo para os irmãos.

Uma vez que uma associação é fundada, existe a preocupação não só de garantir as regras para os socorros, mas também para o local das reuniões. Dependendo do número de sócios, a dificuldade aumentava. O Centro Artístico Cearense, fundado em 1904 por cerca de

17 indivíduos, rapidamente alcançou um elevado número de membros, atingindo mais de 700 sócios conforme divulgado no número especial do *Jornal do Ceará* na ocasião do 1º de Maio.¹¹⁷ Na impossibilidade de reunir “em assembleia geral” tão grande número de “companheiros agremiados”, e considerando a dificuldade de obter “um prédio que pudesse agasalhar a todos”, foi resolvido dividir o conjunto em sessões, cada uma com um chefe, “o qual poderá reunir aos domingos em sua própria residência os companheiros de sua chefia”.¹¹⁸ Seriam 18 sessões com 42 sócios, cada. As informações, debates e reivindicações seriam levados para uma Comissão de Diligência e para a Comissão Executiva.

Vários grupos tratavam de alugar um local ou compartilhar a mesma sede. Os que conseguiam maior solidez financeira podiam, mesmo que a duras penas, construir sede própria. O *Jornal do Ceará* comentava, em ampla reportagem, a inauguração do prédio da Phenix, destacando seu aspecto “majestoso e soberbo” tanto no visual externo quanto no interno. Ressaltava o “salão nobre”, a biblioteca com mais de três mil volumes, três salas para aula, grande salão para palestras e outros espaços “para necessidades futuras”, tudo muito “bem acabado”, tanto em termos de “solidez” quanto em “ornamentação”. Mereceram atenção as “peças de madeira”, os “forros de ferro” adquiridos na América do Norte, a pintura feita com “esmero e gosto” e a iluminação à gás incandescente.¹¹⁹ Nos anos de 1920 algumas associações já possuíam sede própria, além da Phenix, a Sociedade Artística Beneficente, o Centro Artístico Cearense, a Deus e Mar, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, o Sindicato dos Trabalhadores do Porto, etc.

Colado com os interesses materiais que estimulavam o ingresso nas associações, também havia fatores subjetivos norteando as ações dos trabalhadores. As mutuais poderiam funcionar como espaços de sociabilidade, afirmando ou reafirmando valores, compondo o que Claudia Viscardi chamou de *ethos* mutualista: a combinação de práticas beneficentes e previdenciárias com a criação ou solidificação de valores comuns, normas, hábitos e costumes, com forte ênfase na solidariedade fraternal entre os membros.¹²⁰

Uma das atividades mais presentes era a garantia de alguma forma de instrução escolar para os associados e para os seus filhos, e que atenderia até mesmo pessoas de fora da agremiação. O Centro Artístico se destacou neste quesito, compondo um vasto leque de iniciativas, com a criação dos seguintes estabelecimentos: Escola Pinto Machado, Escola Elisa

¹¹⁷ **Jornal do Ceará**, Fortaleza, edição especial, 1 maio 1904, p. 2.

¹¹⁸ “Centro Artístico Cearense”, **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 22 jun. 1904, p. 2.

¹¹⁹ **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 28 jun. 1905, p. 1.

¹²⁰ VISCARDI, Cláudia. *O ethos mutualista: valores, costumes e festividades*. In: BATALHA, Claudio; MACCORD, Marcelo (org.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015, p. 193-218.

Scheid e Escola Operária Secundária. A inauguração da Escola Pinto Machado foi assim justificada na imprensa:

As classes operárias do Ceará, os jornaleiros, não dispõem das horas do dia para frequentar as escolas públicas, tão pouco de meios que lhe garantam a decência que ellas exigem; a criação de escolas nocturnas, sem exigência de vestuário e distinção de classes, é pois uma obra de benemerência; para ellas o governo devia lançar suas vistas, dando-lhes proteção, subsidiando-as, animando-as, facilitando-lhes os meios para aquisição de móveis, livros, etc.¹²¹

O Círculo Operário, em 1916, elabora seu projeto educativo com a abertura da Escola Noturna São José, com dois tipos de aulas: uma turma de primeiras letras, com matrícula semestral, para os circulistas que não fossem alfabetizados, e turmas de primeira à quarta séries, com período letivo anual, para aspirantes e crianças carentes da comunidade. Tal projeto se contrapunha ao ensino laico por um lado, e garantia a orientação da Igreja quanto às leituras julgadas adequadas por outro, corroborando a formação do trabalhador católico. Concomitantemente, respondia a demanda das famílias operárias por instrução.¹²²

Outras atividades culturais também eram incluídas, como festivais, saraus e apresentações em geral. A Phenix, por exemplo, realizou uma sessão literária em homenagem a Adolpho Caminha em seus salões.¹²³ Aproveitando seu espaço, abrigou um concerto do pianista Américo Ângelo¹²⁴ e uma apresentação do violista Andrés Dalmau, da mesma maneira que recebia concertos vocais de amadores.¹²⁵ O Centro Artístico Cearense (CAC), além de publicar um jornal chamado *Primeiro de Maio*, ampliou, com o tempo, suas atividades de sociabilidade. Diante da crescente demanda foi resolvido reformar o prédio da entidade, que deveria garantir “um vasto salão de diversões, com acomodação para quinhentas pessoas, um palco, um pavimento superior para as reuniões sociais e um pavilhão especialmente destinado à escola”.¹²⁶ O CAC chegou a promover evento para a escolha da “Miss Centro Artístico”.¹²⁷ A Deus e Mar realizou momentos como a “Hora literária” dedicada à leitura e comentários de obras consideradas relevantes.¹²⁸ Da mesma maneira, encontramos a realização de um festival artístico agregando o Sindicato dos Trabalhadores

¹²¹ “Escola Pinto Machado”. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 29 jul. 1910, p. 2.

¹²² LIMA, Ana Cristina Pereira. “**Obreiros pacíficos**”: o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (Fortaleza, 1915 – 1931). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, p. 110 – 122.

¹²³ **A República**, Fortaleza, 5 dez. 1897, p. 1.

¹²⁴ **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 11 jul. 1907, p. 2.

¹²⁵ **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 22 out. 1907, p. 2.

¹²⁶ “Importante deliberação do Centro Artístico Cearense”. **A Razão**, Fortaleza, 31 jul. 1929, p. 8.

¹²⁷ **A Razão**, Fortaleza, 22 out. 1929, p. 3.

¹²⁸ **A Razão**, Fortaleza, 21 jul. 1929, p. 4.

Graphicos, o Sindicato dos Trabalhadores do Porto e a Deus e Mar.¹²⁹ Algumas associações investiram na criação de salas de cinema, como a Phenix, o CAC e o Círculo São José.

O Primeiro de Maio também fazia parte do calendário de muitas associações. Em 1905, as comemorações incluíram, “de diversos pontos da cidade, girândolas de foguetes”. Theodomiro de Castro, na sede da Sociedade Artística Beneficente, pronunciou um discurso sobre a data, “expondo o histórico e razão da festa que comemoravam”. Na sequência, foi promovida uma visita “às fábricas, desfilando o préstito cívico pelas principais ruas”. À noite, no Centro Artístico, mais uma vez Theodomiro “fez a apologia da grandiosa data” e ao final da sessão, “foram queimados lindos fogos de artifício”, sendo servido “profuso copo de cerveja” e as “danças prologaram-se sempre animadas até as 3 horas da manhã”.¹³⁰

Ao longo dos anos, o Centro Artístico se destacou como o principal realizador de comemorações no Primeiro de Maio. Em 1921, a data foi marcada por uma sessão especial, com a presença do Presidente do Estado, Justiniano de Serpa, demonstrando a aproximação com as autoridades.¹³¹ A solenidade teve discurso de Manuel dos Santos, elogiando a “ação moderada” do CAC “na conquista dos legítimos direitos de seus consócios”.¹³² Em 1928, mais uma vez, a data é celebrada em sentido de festa, novamente com presença de autoridades e discurso de Manuel dos Santos, ressaltando que, embora o 1º de Maio lembre um “movimento operário que se orientara por ideais revolucionários”, o operariado cearense perfilharia ideais “de ordem e paz” enquanto “mais seguros para o triunfo de suas aspirações”.¹³³ Foram registradas solenidades na 24 de Junho e no Círculo São José.

De forma oposta, o jornal *Voz do Graphico*, da Associação Graphica do Ceará, rejeitava que a data fosse momento de comemoração “com música, foguetes e foguetões”, posto que deveria ser a lembrança da luta dos trabalhadores em prol da jornada de oito horas e daqueles que tombaram em tal peleja – relembrando os Mártires de Chicago. Era, portanto, uma data de luto e de luta.¹³⁴

As rivalidades internas também podem ser detectadas em algumas associações. No jornal *O Ceará*, na coluna “Queixas do Povo”, era proferida uma ácida crítica à direção da Sociedade Artística Beneficente em texto assinado por “Um ex de lá”. O autor afirma que, em gestões anteriores, a sociedade “chegou ao apogeu de sua grandeza perante o meio operário”, mas, no momento, ao contrário, seria visível “um descalabro”, materializado em um “déficit

¹²⁹ “Festival Artístico”. **A Razão**, Fortaleza, 22 mar. 1930, p. 2.

¹³⁰ “1º de Maio”. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 3 maio 1905, p. 2.

¹³¹ “O 1º de Maio e o Centro Artístico”. **A Tribuna**, Fortaleza, 2 maio 1921, p. 1.

¹³² “O 1º de Maio no Centro Artístico”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 2 maio 1921, p. 2.

¹³³ “As comemorações do dia de ontem”. **O Nordeste**, Fortaleza, 2 maio. 1928, p. 5.

¹³⁴ “Recordações de uma data operária – 1º de Maio”. **Voz do Graphico**, Fortaleza, ano I, n. 10, 1 maio 1921.

de quase dois contos de réis”, seguida da eliminação de cerca de metade dos sócios, sendo a palavra negada “a quem quer que ouse levantar a voz”.¹³⁵

A eleição para a diretoria da “Deus e Mar”, em 1928, parece ter sido o caso no qual a disputa se tornou mais acirrada, chegando ao ponto de rompimento e estimulando querelas no âmbito do trabalho. A chapa encabeçada pelo Sr. Luiz Rodrigues da Silva, antigo sócio fundador, acusava a diretoria atual que desejava ser reeleita, elaborando um ataque direto ao Sr. Minervino de Castro, apresentado como “Funcionário federal, empregado na Saúde do Porto” que “açambarca todos os serviços da praia, trabalhando em vários rebocadores de casas particulares”, situação agravada por receber “gratificações de três casas para trazer os consócios na mais humilde servidão” e arrematava: “A Deus e Mar atualmente é um feudo, dirigido por meia dúzia de maus companheiros”. O texto era assinado por “Um grupo de associados”.¹³⁶ O pleito transcorreu em clima de animosidades. A imprensa destacava que, com mais de 500 sócios, “uma das mais poderosas” associações de classe era “vítima da politicagem que tudo tenta estragar”. Feita a apuração do escrutínio, a vitória coube à chapa oficial, encabeçada por Minervino de Castro. O resultado foi veementemente contestado com múltiplas acusações de fraude. Muitos associados pretendiam obter a anulação do pleito, solicitando uma assembleia geral, o que não foi possível “em virtude de terem sido fechadas aos protestantes as portas da sociedade”. Mais de 200 sócios realizaram, durante a noite, uma passeata de protesto, buscando apoio do jornal *O Ceará*.¹³⁷

Em editorial, *O Ceará* marcava posição quanto ao tema e afirmava que, desde o início, a Deus e Mar esteve envolvida nas lutas políticas, mas graças ao esforço de um grupo de homens atuando “sem estardalhaço” foi possível torná-la um “núcleo respeitável de defesa da classe”. No entanto, no último quadriênio, uma nova diretoria, “protegida pelo oficialismo”, tomou conta da associação. No processo eleitoral contestado, frente à possível derrota, tal grupo “imitou os políticos” e “recorreu à fraude”.¹³⁸ A solução apontada pelo jornal era que houvesse uma intervenção do Capitão do Porto para uma nova eleição, devidamente acompanhada e fiscalizada. Em reunião convocada para tratar do assunto, Minervino reagiu às acusações, garantindo que houve lisura no processo, sem qualquer fraude. Mattos Ibiapina, d’*O Ceará*, falando em nome da outra chapa, reafirmou a ideia de um novo pleito que, “depois de várias discussões”, foi aceito.¹³⁹

¹³⁵ “Queixas do Povo”. *O Ceará*, Fortaleza, 22 abr. 1928, p. 11.

¹³⁶ “Pela Deus e Mar”. *O Ceará*, Fortaleza, 3 jul. 1928, p. 6.

¹³⁷ “Uma agitação de homens do mar”. *O Ceará*, Fortaleza, 5 jul. 1928, p. 7.

¹³⁸ “Solução honrosa na Deus e Mar”. *O Ceará*, Fortaleza, 8 jul. 1928, p. 1.

¹³⁹ “Pela Deus e Mar. Uma solução honrosa”. *O Ceará*, Fortaleza, 10 jul. 1928, p. 10.

Finalmente, em 17 de julho, uma nova eleição, fiscalizada pela Capitania do Porto e pela imprensa, foi realizada. O resultado inverteu o anterior: o Sr. Luiz Rodrigues e boa parte dos que o acompanhavam, obtiveram a vitória.¹⁴⁰ O resultado eleitoral não fez findar as desavenças e o grupo derrotado resolveu se retirar da associação, promovendo um cisma, surgindo, assim, a “União Marítima”. Os meses que se seguiram foram marcados por acusações e disputas entre os integrantes das duas associações:

Contando com o apoio do chefe de capatazia do *Lloyd* Brasileiro, os dissidentes da ‘Deus e Mar’ têm feito terrível guerra aos estivadores pertencentes àquela sociedade. Ultimamente, essa campanha tem assumido proporções extraordinárias. Alguns sócios da ‘Deus e Mar’, impossibilitados de trabalhar nos dias de descarga dos vapores daquela companhia de navegação, pensaram em utilizar os seus barcos para a pesca. Pois bem, nem isso lhes tem sido permitido. Proibiram, terminantemente, que esses estivadores, aos quaes se nega trabalho por uma questão de baixa e degradante politicagem, utilizem os seus barcos para conseguirem o necessário à sua subsistência. É uma luta desigual.¹⁴¹

Uma denúncia de demissões chegou a ser feita, o que incluía “algumas dezenas” de marítimos: “Esses cidadãos queixam-se dos capatazes do *Lloyd* e da Costeira que, servindo de instrumento dos políticos, estão procurando vencer pela fome os estivadores, obrigando-os, assim, a abandonar a Deus e Mar”.¹⁴²

Várias das agremiações citadas buscaram estabelecer contatos com autoridades, de forma a viabilizar subvenções que garantiriam algumas atividades associativas, em especial as escolas. Na Mensagem de 1926, na parte referente às “Subvenções e auxílios”, consta 500\$000 para a Sociedade Artística Beneficente e 156\$000 para a Deus e Mar.¹⁴³ Em 1927, os montantes foram ainda mais significativos: 1:500\$000 para a SAB e o mesmo valor do ano anterior para a Deus e Mar.¹⁴⁴ Os recursos não eram exclusivamente estaduais, posto que a Sociedade Artística Beneficente cobra sua subvenção da Câmara Municipal,¹⁴⁵ e o mesmo ocorre com o Centro Artístico Cearense.¹⁴⁶ A Deus e Mar também requereu, pela imprensa, o pagamento da subvenção trimestral no valor de 150\$000.¹⁴⁷ Nas atas do Sindicato

¹⁴⁰ “Deus e Mar”. **O Ceará**, Fortaleza, 17 jul. 1928, p. 1.

¹⁴¹ “A politicagem provoca desídias entre os homens do mar”. **O Ceará**, Fortaleza, 18 out. 1928, p. 8.

¹⁴² “Sociedade Deus e Mar”. **O Ceará**, Fortaleza, 15 set. 1928, p. 8.

¹⁴³ MENSAGEM apresentada à Assembleia Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926, p. 105.

¹⁴⁴ MENSAGEM apresentada à Assembleia Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1927, p. 128.

¹⁴⁵ **A Razão**, Fortaleza, 11 abr. 1929, p. 3.

¹⁴⁶ **A Razão**, Fortaleza, 11 jun. 1929, p. 3.

¹⁴⁷ **A Razão**, Fortaleza, 13 jul. 1929, p. 6.

dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza consta, em 1928, o recebimento de 150\$000 “da subvenção dada pela Prefeitura Municipal para o auxílio da escola mantida por este Sindicato”.¹⁴⁸ No ano seguinte, o valor total da subvenção para a “Escola Proletária” do STPF foi registrado em 500\$000.¹⁴⁹

Claro que isso não esgota as conexões políticas estabelecidas pelas associações. A participação em pleitos, por exemplo, era bastante comum. A conexão com políticos era prática corrente em várias associações, apesar das críticas dos militantes de matriz anarquista e sindicalista revolucionário. Trataremos desse assunto na próxima seção, ao abordarmos as culturas militantes.

2.1.4 Culturas militantes

No tópico anterior, concentramos nossa atenção nas organizações mutualistas de trabalhadores, uma vez que, numericamente, elas foram muito expressivas. Focalizamos, especificamente, a prática e a organização dos socorros e outros serviços de beneficência. Tais aspectos podem ser considerados parte da cultura associativa, no sentido proposto por Claudio Batalha. Por cultura associativa, o autor entende não somente o “hábito de associar-se” – perceptível na proliferação de instituições dos mais variados tipos – mas as normas, os costumes, as práticas, as visões de mundo expressas nos discursos, todo o conjunto ritualizado da vida associativa, o que abarca também símbolos e festividades, por exemplo. A cultura associativa influencia e é influenciada pelas diversas culturas militantes que atuam em determinado momento. As culturas militantes – socialista, anarquista, comunista, reformista, católica ou outra – tentam atrair e conformar as associações.¹⁵⁰ Elas disputam espaço e contribuem para a cultura política da classe trabalhadora.

No alvorecer da República, surgem pelo país os primeiros partidos operários e socialistas, estimulados pela difusão das novas ideias e pelo otimismo com a mudança de regime. No Rio de Janeiro, destacou-se o *Partido Operário*, que teve no tipógrafo Luís da França e Silva, editor do jornal *Echo Popular*, um dos seus principais nomes. Outro grupo era o *Centro do Partido Operário*, liderado pelo tenente José Augusto Vinhaes. Enquanto o grupo de Vinhaes parece ter obtido maior penetração entre um amplo contingente de trabalhadores

¹⁴⁸ Ata da sessão ordinária do STPF, 25 de novembro de 1928.

¹⁴⁹ Ata da sessão ordinária do STPF, 14 de abril de 1929.

¹⁵⁰ BATALHA, Claudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 95 -119.

no Rio de Janeiro, o grupo de França e Silva, presumidamente, alcançou maior êxito na articulação e contato com grupos similares de outros recantos do país. Na Bahia, um Partido Operário foi organizado em 1890, a partir da ação de um grupo de trabalhadores liderados pelo alfaiate Elysiario Elysio da Cruz, pelo ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e pelo operário da construção Domingos Silva.¹⁵¹ No Ceará, igualmente, um Partido Operário foi constituído em 1890.

O “Manifesto” do Partido foi publicado no jornal *O Cearense*, sendo assinado por Aderson Ferro (dentista), Joaquim Lino da Silveira (carpina), Miguel Augusto Ferreira Lima (marceneiro), Olegário Antônio dos Santos (alfaiate), Antônio Joaquim Victorino da Silveira (maquinista), Augusto Thomé Wanderley (tipógrafo), João Xavier de Góes (pedreiro), Cassiano Ferreira Gomes (pedreiro), João de Medeiros Sobrinho (alfaiate), José Domingues de Souza (pedreiro), José Gonçalves da Costa (alfaiate), Antônio José dos Santos (fundidor).

O Partido surgia, oficialmente, com ramificações em cidades do interior, como Maranguape e Baturité, e apontava o interesse de garantir sua participação nas instâncias de poder para, a partir daí, alcançar melhorias para os trabalhadores:

Conquanto tenhamos adoptado o programma dos nossos irmãos dos demais estados brasileiros, todavia, entendemos dever encetar a campanha pela política, para o que chamamos a atenção dos nossos agremiados do interior do estado, pois enquanto não conseguirmos sentar o plebeu onde se tem sentado o aristocrata; dar ao pobre o mesmo direito que ao rico; confundir a beca com a bluzinha, isto é, trabalhar para que o carpina, o pedreiro, o barbeiro, o alfaiate, o sapateiro, etc., gozem das mesmas regalias políticas e sociais que o bacharel e as demais classes – igualitando assim o direito de todos os brasileiros – não cogitaremos jamais de outras reformas.

[...]

Consequindo isto e influindo nós diretamente sobre os destinos políticos do paiz, passaremos então a nos ocupar de outros melhoramentos que nos tragam o desenvolvimento moral e material das classes.¹⁵²

O partido investe na criação de uma banda de música, chamada “Euterpe Operária”, “tanto para tocar nos alegres dias da classe, como n’alguma festa particular, mediante prévio ajuste”,¹⁵³ na criação de uma escola noturna e na produção do jornal *O Combate*. A trajetória, contudo, seria tortuosa, marcada pela repressão e prisões, não tão diferente do destino sofrido pelos congêneres de outras cidades e da capital do país.

Com posição diferente, representando uma cisão com o Partido, temos o grupo editor do jornal *O Operário*, especialmente o tipógrafo João Rocha, que também participava

¹⁵¹ Cf. CASTELLUCCI, Aldrin. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

¹⁵² “Partido Operário – Manifesto”. *O Cearense*, Fortaleza, 9 jul. 1890, p. 1.

¹⁵³ “Noticiário”. *O Cearense*, Fortaleza, 19 jul. 1890, p. 1.

da “União Operária”, que já fizemos menção. N^o *Operário*, se veiculam matérias contrárias às greves e vários artigos pregam uma convivência harmônica entre patrões e trabalhadores. Nas palavras de Adelaide Gonçalves:

Os artigos de fundo do jornal são informados pelo uso recorrente de noções típicas do ideário positivista, como ordem, autoridade, equilíbrio, prudência, moderação, espraiando-se a diversos setores da vida social. Apresenta um conjunto de virtudes que devem constituir o ser operário: disciplina, respeito à hierarquia, adoção de normas de conduta moralizadoras, modeladas por uma concepção reforçadora da divisão social do trabalho e da hierarquização do poder. Sua linha de intervenção é pautada numa estratégia de não-confrontação com os valores do *status quo* e de contemporização cada vez mais explicitada com os quadros institucionais/oficiais.¹⁵⁴

Podemos acrescentar, seguindo a análise de Benito Schmidt, que, para grande parte dos partidos operários e socialistas criados nos primeiros anos da República, a maior fonte de inspiração estava no exemplo bem-sucedido do Partido Social-Democrata Alemão. Da mesma forma, as diretrizes das alas mais moderadas da Segunda Internacional também apareciam como influentes em alguns casos. No geral, tais partidos contavam com a dedicação e o carisma de seus militantes, que professavam um socialismo heterogêneo. Marx, por exemplo, aparecia muito mais em forma de curtas citações – como a clássica “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” – do que em leituras mais amplas, ao lado de outros nomes, como Benoît Malon – para quem a via revolucionária só seria cabível em momentos muito excepcionais, mas a via reformista deveria ser constante.¹⁵⁵

Entre os que professavam o socialismo, estava Theodomiro Theodorico de Castro, nascido em Fortaleza, em 23 de fevereiro de 1856. Trabalhou no comércio, na companhia inglesa “Ceará Gás *Company*” e, durante muitos anos, na Estrada de Ferro de Baturité, como telegrafista. Foi membro da diretoria do Partido Operário e atuou como presidente de instrução da escola noturna do partido. Participou do Centro Artístico Cearense (CAC) como membro da comissão executiva, contribuindo na produção do jornal *Primeiro de Maio*. Em sessão do CAC, por exemplo, Theodomiro expôs “as ideias do socialismo”, clamando “a seus companheiros que não se afastassem dela”.¹⁵⁶ Também foi orador da Sociedade Artística Beneficente. Faleceu em 8 de julho de 1907.

¹⁵⁴ GONÇALVES, Adelaide. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. 2001. Tese. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 127.

¹⁵⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v 1.

¹⁵⁶ “Centro Artístico Cearense”. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 4 jul. 1904, p. 2.

Outra influência que pode ser detectada veio da Maçonaria. O vínculo ideológico entre o pensamento maçônico e algumas experiências organizativas da época fica expresso claramente na pessoa de Joaquim Theophilo Cordeiro de Almeida, nascido em Itapipoca, em 1868. Theophilo participou, no alvorecer da república, do Partido Operário e, em 1902, foi um dos fundadores da Sociedade Artística Beneficente, sendo considerado sócio benemérito. Também foi um dos fundadores do Centro Artístico Cearense, atuando nesta associação durante vinte e cinco anos. Representou o CAC no Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro em 1912. Chegou a participar da fundação da Associação dos *Chauffeurs*, em 1924, exercendo a presidência durante vários anos. Era ativo membro da Maçonaria, participando da Loja Maçônica Liberdade IV. Exerceu a profissão de barbeiro, que abandonou ao instalar o restaurante “A Gruta”. Foi eleito Vereador para o período de 1924 a 1928. Era comum que lideranças de algumas organizações de artífices fossem maçons. O caso mais evidente foi o da Aliança Artística e Proletária de Quixadá, como demonstrou Marcos Diniz Silva.¹⁵⁷

Seja como for, com as decepções sentidas diante da repressão e do fechamento da política eleitoral aos partidos operários e socialistas na primeira década republicana, as reações foram múltiplas: alguns passaram a se dedicar à obtenção de direitos sociais sem maiores questionamentos em relação ao sistema vigente; outros passaram a negar a política institucional, se aproximando do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, que começava a crescer; outros ainda seguiram apostando na participação no processo eleitoral como caminho para ampliar a presença operária e seus direitos.

Apostando na via eleitoral, temos a experiência de organização do *Partido Socialista Cearense* (PSC), que surge a partir da ação militante de Gastão Justa, Eurico Pinto, Joaquim Alves e Raymundo Ramos – homens unidos por vínculos de amizade, leituras, atividades de escrita e comprometimento com a luta dos trabalhadores e dos mais pobres.¹⁵⁸ Como órgão do partido, foi editado o jornal *Ceará Socialista*. Em seu Manifesto, é dito que pretendiam adotar um “programa provisório”, calcado na realização dos “princípios da comissão do trabalho aprovadas na Conferência de Paz”, tais como:

¹⁵⁷ SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso:** a Maçonaria e os trabalhadores cearenses. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

¹⁵⁸ Gastão Justa teve grande participação em vários movimentos políticos e intensa ação jornalística. Nos anos 1930 o encontramos, por exemplo, escrevendo no jornal *A Rua*. Joaquim Alves, professor, se tornou conhecido por seus estudos e escritos em diversos campos. Eurico Pinto foi trabalhador gráfico, depois funcionário dos Correios e enveredou pelo teatro e colaborou para o jornal *O Ceará*. Raymundo Ramos, marceneiro, foi membro do Centro Artístico, chegando a escrever para o jornal *Primeiro de Maio*. Para mais informações sobre o grupo e uma análise detalhada do jornal conferir: Cf. GONÇALVES, Adelaide (org.). **Ceará Socialista:** anno 1919. Florianópolis: Insular, 2001, p. 36-51.

- 1º - O direito de associação;
- 2º - Os menores de 14 anos não serão admitidos no trabalho, nem na indústria e comércio; os menores de 14 a 18 anos farão somente trabalhos leves, sem prejuízo da educação profissional e geral;
- 3º - Salários iguaes, sem distinção de sexos, para trabalho igual;
- 4º - Repouso hebdomanário;
- 5º - Oito horas de trabalho por dia ou quarenta e oito horas por semana;
- 6º - Os estrangeiros legalmente admitidos terão direito ao mesmo tratamento dispensado aos nacionais;
- 7º - Todos os Estados organizarão o serviço de inspeção do trabalho, o qual deverá compreender as mulheres.¹⁵⁹

No esforço de estabelecer uma diferenciação em relação ao comunismo, tal qual o exemplo russo, o PSC, por meio do seu jornal, se mostra pouco afeito a uma política revolucionária e adepto de uma estratégia socialdemocrata, com insistentes reivindicações de direitos que deveriam ser garantidos na forma de leis:

Não queremos o que transformou as sociedades da Rússia, isto é, não aspiramos a igualdade de riquezas [...]

Não.

Queremos leis; leis que nos considerem como homens dignos e honrados, leis que nos façam capazes de merecer tudo quanto tem direito o cidadão; leis que nos dêem vida, mas uma vida perfeita, confortada e feliz, uma vida dignada nossa posição, de nosso meio humilde, mas honrado; leis que, de futuro, nos recompensem, nos assegurem a própria velhice; leis que nos façam justiça e nos dêem liberdade; leis que possam amenizar os nossos sofrimentos, as nossas dores, o nosso lar; leis, enfim, que nos garantam perante tudo e perante todos.¹⁶⁰

O grupo editor do *Ceará Socialista* concentrou grande atenção no problema da carestia, denunciando a ação dos açambarcadores; entrou em atrito com A.C. Mendes, proprietário do jornal *Correio do Ceará*; desenvolveu críticas ao Centro Artístico Cearense, tentando se diferenciar de uma linha julgada meramente assistencialista; denunciou acidentes de trabalho e prestou apoio a movimentos de luta.

Do mesmo período, são os jornais *Voz do Graphico*, órgão da *Associação Graphica do Ceará*, e *O Combate*, órgão da *Federação dos Trabalhadores do Ceará*, que revelam afinidades com as ideias do Anarquismo e do Sindicalismo Revolucionário. No Brasil, os Congressos Operários de 1906, 1913 e 1920 foram marcados pela adoção das ideias do sindicalismo revolucionário, o que ficou expresso nas resoluções aprovadas.

Vários assuntos foram objeto de debate em tais congressos, em especial o tema da neutralidade política e religiosa dos sindicatos. Os integrantes do Congresso de 1906, considerando “que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos

¹⁵⁹ “Manifesto do Partido Socialista Cearense”. *Ceará Socialista*, Fortaleza, 14 jul. 1919, p. 4.

¹⁶⁰ “O nosso ideal”. *Ceará Socialista*, Fortaleza, 10 ago.1919, p. 2.

comuns a toda classe operária”, aconselhavam “o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência”. As associações deveriam preferencialmente adotar o nome de sindicatos e a participação eleitoral deveria ser rechaçada. As caixas de auxílio mútuo não eram recomendadas; a única caixa aceitável era aquela formada para um fundo de greve. A ação direta era considerada a forma de luta por excelência.¹⁶¹ Segundo Edilene Toledo, o sindicalismo revolucionário se constitui como corrente política autônoma, que compartilha elementos do Anarquismo e do Marxismo. Nas suas palavras:

O novo do projeto sindicalista revolucionário era essa tentativa de conciliar a luta para obter vantagens a curto prazo no quadro do sistema existente, com uma perspectiva de longo prazo de derrubar o capitalismo e instaurar um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores através dos sindicatos. Portanto, a função do sindicato era dupla: consistia, ao mesmo tempo, em melhorar a condição operária e preparar sua emancipação futura, sendo dessa forma luta política e econômica juntas. O que implicava a recusa, a marginalização e o esvaziamento do papel do partido político.¹⁶²

O jornal *Voz do Graphico*, em seu primeiro número, ao apresentar o seu programa, expõe a importância atribuída ao sindicato, o que demonstra a grande afinidade com os ideais do sindicalismo revolucionário:

O Sindicato é a ESCOLA e o recreio do operário e de sua família; ali ele aprende a ler e ensina aos companheiros que desejam aprender; ali ele aprende a estimar o seu semelhante e irmão, dando assim um passo em prol do sentimento de igualdade; ali ele conhece que o interesse do trabalhador é um só em toda parte; ali ele aprende a ser homem de vontade e que é perigoso delegar seus direitos a estranhos (...); enfim, ali ele aprende a organizar, a produzir e distribuir equitativamente o bem comum segundo as necessidades de cada um.¹⁶³

O sindicato, nesta bela passagem, é visto como o espaço privilegiado do trabalhador, de sua socialização e do seu aprendizado de luta e, mais ainda, é a célula para uma futura e melhor sociedade, plasmada na solidariedade e na igualdade.

O grupo editor do *Voz do Graphico* promove críticas ao modelo associativo das demais associações. Ao se referir a União dos Sapateiros, lamentam a “inconsciência da maior parte desses operários”; quando se trata da Deus e Mar fazem referência aos “elementos estranhos que a rodeiam”, mas elogiam o que entendem ser um crescimento da solidariedade; sobre a União dos Pedreiros é dito que “segue vitoriosamente”, apesar de “beneficente”. Ao

¹⁶¹ HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil**: documentos. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979, p. 41-58. (O movimento operário, v.1).

¹⁶² TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 30.

¹⁶³ “O Nosso Programa”. **Voz do Graphico**, Fortaleza, ano I, n. 1, 25 dez. 1920. Destaque no original.

mesmo tempo, conclama as demais categorias para trilharem o caminho da formação de sindicatos: “Onde dormem os operários metalúrgicos, que não aparecem? O que fazem os pintores, os alfaiates, os carpinteiros, que não se agremiam? Venham todos enquanto é tempo”.¹⁶⁴ A disputa com as associações de orientação católica foi, provavelmente, a mais intensa, o que motivou até mesmo uma paródia ao hino do Círculo Operário publicado nas páginas no jornal, que fazia referência a caminhada do Círculo São José como “carneirada” do “Circo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”.¹⁶⁵

Importante ressaltar que o aparecimento do *Partido Socialista Cearense*, do seu jornal *Ceará Socialista*, dos jornais *Voz do Graphico* e o *Combate*, do surgimento de novas associações de trabalhadores e de alguns episódios grevistas, como os protagonizados pelos operários das obras do porto ou dos trabalhadores da companhia inglesa *Ceará Tramway Light and Power*, se ligam ao efervescente período entre 1917 e 1921. As grandes lutas operárias, nesta conjuntura, colocaram a temática das condições de vida das massas operárias e dos direitos do trabalho no centro do debate. Diante da explosão grevista de larga envergadura nas principais cidades, e o temor da expansão do movimento para tantas outras, a questão social entrava na ordem do dia – muito embora, vale ressaltar, a presença dos trabalhadores já se fizesse sentir no cenário social e político bem antes. Pelas suas dimensões, os episódios desse período podem ser tomados como importante ponto de inflexão e referência. Os trabalhadores, de certa maneira, forçaram sua entrada e o seu reconhecimento como atores políticos e demandaram direitos, mesclando de forma significativa temáticas ligadas ao mundo do trabalho com questões referentes à vida urbana.¹⁶⁶

O Centro Artístico Cearense foi a associação local que marcou presença no Primeiro Congresso Operário de 1906. Fácil perceber que o CAC não adotou a maioria das

¹⁶⁴ “Semana do Trabalhador”. *Voz do Graphico*, Fortaleza, ano I, n. 3, 6 jan. 1921.

¹⁶⁵ “Para a carneirada do ‘Circo’ dos operários católicos”. *Voz do Graphico*, Fortaleza, ano II, n. 18, 28 jan. de 1922.

¹⁶⁶ A historiografia sobre o tema é ampla. A título de exemplo remetemos a alguns trabalhos clássicos e recentes que consideram tal conjuntura como relevante. FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000; LOPREATO, Cristina. **O espírito da revolta** (a greve geral anarquista de 1917). 1996, Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996; GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979; MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981; SILVA JR, Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 5, p. 183 – 205, 1996; CASTELLUCCI, Aldrin. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131 – 166, 2005; TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017; BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

resoluções,¹⁶⁷ aliás, grande parte das associações aqui tratadas não abraçou o conjunto das indicações do Congresso Operário e o mesmo poderia ser dito para uma ampla gama de grupos pelo país. A neutralidade religiosa, obviamente, não se aplicaria, em nenhuma hipótese, às instituições confessionais, como o Círculo São José, que adotava como primeiro critério para um associado “ser catholico, apostholico, romano, praticante”.¹⁶⁸ A União Popular Christo Rei possuía a mesma característica: as caixas mutuárias e todos os serviços assistenciais criados ao longo dos anos continuaram compondo a prática corrente e fundamental das agremiações. Algumas, como a SAB e o CAC, integravam como sócios figuras de maior poder e prestígio na qualidade de beneméritos. Longe de excluírem a luta na política institucional, diversas associações chegavam a se unir para lançar ou apoiar nomes em diversos pleitos.

O Centro Artístico Cearense possuía uma longa trajetória em termos de participação eleitoral, apoiando, em especial, Theophilo Cordeiro, um de seus mais conhecidos integrantes, para a Câmara Municipal ou para a Assembleia Legislativa. Em outras ocasiões, prestaram apoio ao médico César Cals para o cargo de deputado estadual. Cals foi mencionado como sócio benemérito do CAC “em consequência dos inestimáveis serviços que, desinteressadamente, lhe vem prestando”.¹⁶⁹

Em 1928, por exemplo, uma reunião convocada para tratar do tema eleitoral, deliberou que as “associações de classe” pretendiam “pleitear oito cadeiras” nas eleições municipais. Realizada no Centro dos Importadores, o encontro contou com a presença dos seguintes grupos: Sociedade Beneficente dos Redeiros, Centro Artístico Cearense, União dos Barbeiros, 24 de Junho, Paz e União, União e Progresso, Socorro Mútuo, Sindicato dos Trabalhadores do Porto, União dos Pedreiros, Deus e Mar, Centro dos Trabalhistas, Círculo Católico São José, Associação dos *Chauffeurs*, Associação dos Merceeiros, entre outros.¹⁷⁰

No mesmo período, ocorreu a visita de Maurício de Lacerda¹⁷¹ ao Ceará, na chamada “Caravana Democrática”, com presença garantida junto “às classes proletárias”. Um

¹⁶⁷ Muito mais estreita foi a conexão do CAC com os grupos reformistas do Rio de Janeiro, o que fica expresso no nome de sua escola: Escola Pinto Machado, em homenagem a Antônio Augusto Pinto Machado, presidente da União Operária do Engenho de Dentro e organizador do Congresso Operário de 1912, que se diferenciava dos demais congressos marcados pelo sindicalismo revolucionário por aceitar vínculos com os poderes constituídos e apoiar uma política focada em reformas sociais e conquistas legais.

¹⁶⁸ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**, Fortaleza, 6 jun. 1918.

¹⁶⁹ “O Centro Artístico Cearense e a candidatura Cesar Cals”. **A Razão**, Fortaleza, 9 abr. 1929, p. 3.

¹⁷⁰ “As próximas eleições municipais”. **O Ceará**, Fortaleza, 9 fev. 1928, p. 11.

¹⁷¹ Maurício de Lacerda nasceu na cidade de Vassouras, RJ, em junho de 1888. Formado em direito em 1909, foi eleito como deputado, também pelo Rio de Janeiro, em diversas ocasiões. Acompanhou com atenção os movimentos sociais no Distrito Federal, se destacando como apoiador e batalhador em prol das

dos primeiros convites foi para visitar os ferroviários, onde o operário José Carvalho “disse ser, para ele, operário humilde, uma insigne honra saudar, em nome dos seus companheiros de oficinas, o paladino das novas ideias”. Maurício de Lacerda agradeceu as palavras e clamou por uma “política de classe”. Segundo ele, o operário deveria “conquistar o lugar que lhe cabe no grande cenário da vida nacional”. As visitas continuaram na União dos Pedreiros, na Deus e Mar e na Sociedade Artística Beneficente.¹⁷² O Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza se mobilizou para acompanhar os *meetings* promovidos.¹⁷³

Claro que, de alguma forma, o léxico do sindicalismo revolucionário foi abraçado. Se não totalmente, a ideia de resistência estava bem disseminada. O Sindicato dos Trabalhadores do Porto, por exemplo, era identificado como “de resistência e benefício”. Apesar da importância – justificada – que a historiografia dedica ao anarquismo e ao sindicalismo revolucionário, não podemos ignorar o peso e a grande ramificação de outras tendências, que eram taxadas pejorativamente com o rótulo de “amarelos”.

Para Claudio Batalha, o *reformismo* agrega um conjunto diversificado de atores e tendências, podendo incluir positivistas, republicanos, cooperativistas e certas alas do socialismo, sendo uma prática sindical largamente difundida. Apesar da heterogeneidade, alguns aspectos seriam comuns, tais como: a) aceitação de que as associações deveriam, sim, manter um aparato beneficente para seus membros e buscar uma solidez financeira; b) uma forma de atuação que não recusava a intermediação de políticos, intelectuais, advogados, jornalistas (e com os poderes constituídos) tendo em vista a obtenção de benefícios e melhorias, mesmo que parciais e pontuais, para a classe trabalhadora; c) o ideal de que as conquistas deveriam ser positivadas em forma de leis, o que seria uma garantia maior para os trabalhadores; d) não se recusava a participação em disputas eleitorais; e) a luta direta, através das greves, só deveria ser executada em casos específicos, caso esgotassem todas as demais formas de pressão e mediação.¹⁷⁴

Ao longo da década de 20, as ações continuariam em outros patamares. A criação das cooperativas de consumo marca a luta dos trabalhadores para interferir no mercado de

reivindicações operárias. Na qualidade de deputado, em 1917, foi proponente da elaboração de um amplo Código de Trabalho, apresentando projetos que versavam sobre inúmeros temas, tais como: estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e de menores, criação de um contrato de aprendizagem e estabelecimento de Comissões de Conciliação e Arbitragem com representação de patrões e operários, etc. Não surpreendendo, portanto, desfrutar de uma imagem positiva entre os trabalhadores cearenses.

¹⁷² “Maurício de Lacerda no Ceará”. **O Ceará**, Fortaleza, 14 ago. 1928, p. 2, 3, 4 e 9.

¹⁷³ “O grande *meeting* de hoje”. **O Ceará**, Fortaleza, 24 ago. 1928, p. 1.

¹⁷⁴ BATALHA, Claudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 32-35.

alimentos e amenizar os problemas provocados pela carestia. Perto do final da década, a ação de alguns militantes comunistas se torna mais intensa, com presença saliente em algumas categorias. A greve dos trabalhadores da *Ceará Light*, em 1929, pode ser tomada como um marco da aproximação dos comunistas com um grupo operário, alcançando grande visibilidade.¹⁷⁵ Em 1930, a edição de novos jornais de matiz comunista – como, por exemplo, o *Trabalhador Graphico* – evidenciavam a intensa atuação da militância.¹⁷⁶

Ao longo de quatro décadas, socialistas, católicos, anarquistas, sindicalistas e comunistas tentaram ganhar espaço e obter adesão dos trabalhadores e de suas associações para suas doutrinas e métodos de luta. O campo era amplamente disputado e a rivalidade era intensa. Ao mesmo tempo, as associações, majoritariamente mutualistas, desenvolviam um conjunto de práticas beneficentes e algumas ampliavam seus serviços e suas formas de atuação política. Um cenário complexo no qual a LCT tentaria se inserir, buscando apoio em algumas dessas tradições e práticas, ao mesmo tempo em que rejeitava outras.

2.2 Os trabalhadores e o corporativismo legionário

Depois dessa longa volta, estamos em condições de avançar com mais segurança para a gênese, inserção e atuação da LCT no mundo operário. Tal esforço era necessário para demonstrar que a classe trabalhadora não era uma página em branco ou uma matéria bruta à espera da palavra legionária para ganhar forma e conteúdo; como tentamos demonstrar, diferentes “projetos de identidade coletiva”¹⁷⁷ disputavam a adesão dos trabalhadores. Muitas, e por vezes conflitantes, tradições de organização e de luta faziam parte da cultura dos trabalhadores, que não poderia ser simplesmente ignorada. Como nos lembra Hobsbawm, todas as classes trabalhadoras “tendem a ser heterogêneas e com identificações múltiplas”,

¹⁷⁵ Cf. PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em movimento**: a trajetória de luta dos trabalhadores da *Ceará Light*. (Fortaleza, 1917 – 1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Cap. 2.

¹⁷⁶ “Circulam no período *Voz Proletária*, cuja primeira edição circula no Primeiro de Maio de 1930, sob a direção de Lauro Reginaldo, militante comunista; *O Edificador*, órgão da União dos Pedreiros, dirigido por José Pernambuco, com primeira edição também alusiva ao Primeiro de Maio; *O Lábaro*, órgão defensor dos interesses das empregadas domésticas, editado por Maria do Carmo e Lydia Alves, tratando com destaque da organização da mulher trabalhadora; *O Têxtil*, órgão do Sindicato dos Operários Têxteis, dirigido por Paulino Moraes; *Voz do Alfaiate*, órgão da União dos Alfaiates, sob a direção de Z. Azevedo; *O Jovem Proletário*, sob a direção do Socorro Proletário; *O Operário*, de Camocim, órgão de defesa do proletariado e do povo em geral, editado por Francisco Theodoro Rodrigues, entre outros prováveis títulos de corte comunista que faziam a propaganda associativa e as teses correntes do Bloco Operário e Camponês no Ceará”. GONÇALVES, Adelaide; BRUNO Allyson (org.). **O Trabalhador Graphico** (edição fac-similar). Fortaleza: Editora da UFC, 2002, p. 44.

¹⁷⁷ BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1.

sendo que, “uma identificação não exclui as outras”.¹⁷⁸ Era necessário dialogar com os operários, começando, evidentemente, pelos já organizados.

A LCT buscou uma fórmula que pudesse combinar três identificações: a primeira diretamente pelo prisma do mundo do trabalho, a segunda através de uma identificação nacional e, por fim, o elemento religioso, enquanto católicos, embora a LCT não exigisse afirmação confessional. Rapidamente foi ficando claro que o projeto legionário, em seus princípios e objetivos, pretendia forjar uma cultura corporativa, abrangendo a organização da classe e a elaboração de medidas/ações visando a solução da questão social. Se entendermos que símbolos são capazes de condensar ideias e ideais, talvez a melhor síntese de tais perspectivas estivesse expressa na bandeira legionária. Confeccionada a partir de um esboço sugerido em reunião da Legião¹⁷⁹ e doada por um grupo de senhoras da elite local (indicando o ideal de colaboração entre as classes), a bandeira mantinha um retângulo verde e um losango amarelo (similar a bandeira nacional, indicando rejeição do internacionalismo), com um círculo branco contendo em seu interior um braço musculoso (representando o trabalhador forte e laborioso) erguendo uma balança como símbolo da busca por justiça social.

Figura 1 – Bandeira da Legião Cearense do Trabalho



Fonte: Memorial da 7ª Região do Tribunal Regional do Trabalho - TRT

Desde o seu lançamento oficial, em agosto de 1931, a LCT se apresentou como força representativa que deveria ser levada em consideração. Pouco tempo depois, realizaram uma “Parada Cívica” no dia 07 de setembro. Com o tempo, o aniversário da Legião, em 23 de

¹⁷⁸ HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre História Operária. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 90.

¹⁷⁹ “Legião Cearense do Trabalho – A importante reunião de ontem”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 4 set. 1931, p. 7.

agosto, foi inserido como data de manifestação e, especialmente, o Primeiro de Maio foi incorporado como parte fundamental do calendário festivo.

2.2.1 A Legião e sua inserção social

Severino Sombra, em suas lembranças, utiliza a imagem de um “trator fazendo a terraplanagem na vida política brasileira” para se referir ao contexto aberto pela “Revolução de 1930” – embora seja bastante crítico do movimento de 1930, que considera desprovido de uma “ideia” ou “doutrina” que pudesse fundamentar um projeto de reconstrução nacional, ao que se refere como “fracasso ideológico”.¹⁸⁰

O processo de centralização política e administrativa iniciado com a chegada de Getúlio Vargas ao poder contava com um forte componente: uma tentativa de incorporar a classe trabalhadora como base de apoio ao novo regime, mediante um projeto corporativo e autoritário. No “Norte”,¹⁸¹ o movimento de 1930 obteve, desde cedo, um caráter bem mais amplo e popular se comparado com outras partes do país. Nas palavras de Dulce Pandolfi:

Vitoriosa a revolução, o Norte passa a ocupar um novo espaço no jogo político. Militarmente o poder fora conquistado, mas o trabalho de consolidação dos princípios revolucionários estava por ser feito. Tratava-se de um momento de redefinições das forças políticas; o governo recém-instaurado necessitava de fortes bases de apoio. O Norte representava um aliado natural para o governo provisório: além de ter contribuído militarmente para a vitória revolucionária, a revolução havia conseguido grande apoio popular na região.¹⁸²

Nos estados, a ação centralizadora se efetuou através da nomeação de interventores, inicialmente civis e depois militares, muitos deles ligados ao Tenentismo, que alcançava grande poder e prestígio naquele momento. Mesmo na qualidade de representantes diretos do novo governo, os Interventores precisaram negociar e alcançar algum tipo de equilíbrio com as forças políticas estaduais. O primeiro interventor cearense, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, natural do estado, não conseguiu se manter no jogo político, mesmo sendo irmão de Juarez Távora, liderança reconhecida no “Norte” desde a tomada do

¹⁸⁰ SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.

¹⁸¹ Termo que incluía os estados dos atuais Norte e Nordeste brasileiros, mais o Espírito Santo.

¹⁸² PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro *et al.* (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 345.

poder.¹⁸³ Fernandes Távora não teve condições de seguir à frente da Interventoria Cearense, mas o curto período no qual administrou o estado, foi marcado, dentre outros aspectos, por uma forte ação repressiva em relação aos comunistas. A chamada “Passeata da Fome”, idealizada pelo PCB para janeiro, não chegou a realizar-se, as investigações e diligências policiais pela capital e pelo interior tentaram esquadrihar os núcleos militantes, prisões foram efetuadas e 16 operários foram deportados.¹⁸⁴

O período de constituição da LCT corresponde, grosso modo, ao momento de transição do comando da interventoria, com a saída de Fernandes Távora e a nomeação de Roberto Carneiro de Mendonça. Esse último, na qualidade de “militar, neutro politicamente e estrangeiro” teria maior êxito no comando estadual. Dulce Pandolfi cita que Pernambuco, Pará, Ceará e Bahia foram os casos nos quais os interventores conseguiram maior estabilidade.¹⁸⁵ Esse sucesso foi obtido, no geral, por meio de algum tipo de acordo com grupos dominantes locais. Apesar disso, alguns conseguiram estabelecer uma “prática política renovadora”, buscando apoio nos setores urbanos, através da “incorporação da classe operária”, coerente com a política adotada em âmbito nacional. Isso seria visível principalmente em Pernambuco e no Pará.¹⁸⁶ No Ceará, Carneiro de Mendonça buscou, desde cedo, manter boas relações com a nova força política de organização dos trabalhadores que estava em franco crescimento: a Legião Cearense do Trabalho.

Não podemos negligenciar a importância das ideias e da força do tenentismo naquela conjuntura, o que facilitou a ação dos dois primeiros líderes da LCT, Severino Sombra e Jeovah Motta. Ambos passaram pela Escola Militar do Realengo (que começou a funcionar em 1911), se diferenciando de sua antecessora, a Escola Militar da Praia Vermelha, fechada em 1904. Enquanto na Praia Vermelha existia ampla formação positivista, no Realengo a disciplina e o ensino eram, de fato, majoritariamente militares.¹⁸⁷ No Exército, circulavam ideias de intervenção na política, como a do “soldado-cidadão”, que realizaria uma ação reformista, ou do “soldado-corporação”, com uma intervenção dita moderadora.¹⁸⁸

¹⁸³ LOPES, Raimundo Helio. **Um vice-reinado na república do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a guerra de 1932**. 2014. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2014.

¹⁸⁴ SOUSA, Simone de. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. *In*: SOUSA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 300.

¹⁸⁵ Lima Cavalcanti (PE), Magalhães Barata (PA), Carneiro de Mendonça (CE), Juraci Magalhães (BA).

¹⁸⁶ PANDOLFI, Dulce. *op. cit.*, p. 353.

¹⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 28.

¹⁸⁸ *Id. Ibidem*, p. 38 – 43.

No pós-1930, foram criadas “Legiões” em alguns estados, como São Paulo e Minas Gerais, por iniciativa dos tenentes, antes da criação do Clube 3 de Outubro.

A Igreja acompanhou com atenção a costura de alianças na montagem da LCT.¹⁸⁹ As páginas do jornal *O Nordeste* foram abertas para uma meticulosa cobertura de cada visita às associações, repercutindo as falas do tenente Sombra, e garantindo publicidade aos atos e à organização legionária. O tom elogioso era constante. Do ponto de vista da Igreja, a LCT era mais uma força coerente com seus princípios, alargando as instituições de organização da sociedade civil. Pelo menos até 1935, o apoio eclesiástico era incontestável.

Com o benefício da distância temporal, Jeovah Motta sintetizou muito bem os elementos envolvidos:

A Legião não se apresentava com um programa de luta de classes, o que facilitava a aproximação de muitos grupos operários. Não tinha um programa extremado, socialmente falando. Em segundo lugar, ela tinha o apoio implícito da Igreja, pois que o Severino Sombra falava em nome do pensamento católico. E o Padre Helder Câmara, com seu vigor e seu realismo, era para a Igreja um sinal de que a Legião, doutrinariamente, estava num bom caminho. Também não descarto a influência positiva do Tenentismo, pois que afinal o Severino era um tenente aos olhos da comunidade cearense.¹⁹⁰

O legionarismo, tal qual pensado e idealizado pelo seu líder e fundador, tinha, está claro, um intuito ou princípio de tutela, de feição paternalista: “Nós precisamos sobretudo defender o trabalho. Defendê-lo do liberalismo econômico que, reconhecido ou ignorado, regula atualmente as relações com o capital. Defendê-lo do comunismo que, parecendo exaltá-lo, rebaixa-o realmente a uma condição servil anti-humana”.¹⁹¹ Seguindo as pegadas das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, as críticas tanto ao liberalismo quanto ao comunismo seriam constantes. Os trabalhadores eram rotineiramente apresentados como carentes de proteção, inclusive para evitar que se tornassem presas fáceis de outras correntes

¹⁸⁹ No lançamento oficial da Legião estavam presentes, pela Igreja, monsenhor Quinderé, representando o arcebispo Dom Manoel da Silva Gomes; cônego José de Lima, vigário do Carmo; padre Geminiano Bezerra, vigário do Patrocínio; monsenhor José Gonçalves Resende; padres Lauro França, Misael Gomes, Helder Câmara e Paulino Heleiledent. Das autoridades estaduais e locais estavam presentes: major João da Silva Leal, interventor interino; Capitão Castro e Silva, comandante do 23º BC; major Ribeiro Montenegro, ajudante de ordens da interventoria; Dr. Urbano de Almeida, prefeito municipal; Clóvis Fontenelle, delegado de polícia; Tertuliano Menezes, delegado da polícia marítima; capitão Mário Hechster, comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros; Dr. Menezes Pimentel, diretor da Faculdade de Direito; Emílio Falcão, representante do diretor dos correios; desembargador Claudio Ideburque, coronel Antônio Diogo, provavelmente representante do setor industrial; e, evidentemente, “representantes de todas as classes e associações”, contingente avaliado em 8.000 pessoas. “Legião Cearense do Trabalho – Instalação solene no Teatro José de Alencar”. **A Razão**, Fortaleza, 25 ago. 1931, p. 8.

¹⁹⁰ MOTTA, Jeovah. Entrevista com o General Jeovah Motta concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, São João del-Rei, 1983. NUDOC, CD-ROM.

¹⁹¹ SOMBRA, Severino. **O Ideal Legionário**. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1931, p. 9.

políticas. Em seu programa, a Legião estava definida como uma “organização de associações populares e de classe”, com finalidade “econômica, política e social”. As marcas da doutrina social católica estão expressas de uma ponta a outra do programa legionário.

Tratando das suas finalidades “econômicas”, era rejeitada a ideia do trabalho como “simples mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura”; o trabalho possuiria um “valor moral”. A partir de tal reflexão se desdobra uma das propostas de maior alcance da LCT naquele momento: os contratos coletivos de trabalho, nos quais seriam definidos “o salário vital, as horas de trabalho, o repouso dominical, o limite de trabalho de menores e mulheres, o regime de conciliação e arbitragem e garantidas as condições higiênicas e morais”. O salário vital era entendido como o necessário para garantir o sustento do trabalhador e de sua família. Ainda eram sugeridas a participação nos lucros e a cogestão das empresas. As ações cooperativas e assistenciais deveriam ser fortalecidas. O direito de propriedade era garantido, focando em sua “disseminação”. As caixas de socorro mantidas por operários, patrões e Estado, precisavam ser ampliadas, garantindo recurso “nas doenças e na velhice [do operário] e o de sua família”. A unificação dos serviços médicos, hospitalares e judiciários aparece como proposta. No âmbito da educação, apostava na expansão das escolas operárias e no ensino profissional, tudo feito a partir de uma ação regulamentada e unificada. Agências de colocação eram previstas como uma meta da LCT, objetivando auxiliar o trabalhador a obter uma ocupação. As vilas operárias, construídas por patrões ou pelo Estado, eram apresentadas como uma solução possível para a questão da moradia, e o direito de greve, por fim, era reconhecido como “recurso extremo na defesa de um direito”, desde que utilizado “dentro da ordem e jamais em caráter violento”.

Em suas finalidades políticas, a Legião propunha a “integração das classes trabalhadoras organizadas” na vida política do país, não através dos partidos tradicionais, mas, sim, mediante a representação classista. A legislação social é apresentada como peça chave para “ratificar as reivindicações” operárias, e é defendido o direito de livre associação, “sem tirânicas imposições estatistas”. Nos meios jurídicos, era demandado o reconhecimento, o quanto antes, de um “regime de conciliação e arbitragem das comissões mistas de patrões e trabalhadores”. Os contratos coletivos, já citados, deveriam ser legalizados, uma vez que são vistos como “obra preliminar de salvaguarda do trabalho”.

Em sua finalidade social, a LCT propõe o “advento de uma nova ordem”, na qual o individualismo é repudiado e a economia devia estar subordinada “aos valores morais”, baseada em uma lógica “distributista e um regime corporativo”. Para garantir a plena execução de tal projeto, é reivindicada a “intervenção do Estado”, mas feita de forma “justa e

limitada”, longe do socialismo.¹⁹² A ideia de revolução era frontalmente recusada. A única revolução aceitável era a dos espíritos, a revolução moral. A conciliação de classes deveria substituir a luta de classes. A solução para os problemas da vida social, econômica e política passava por canais de pressão essencialmente pacíficos, via reformas sociais. Ou seja, revolução não, reformas sim.

A estratégia propugnada para mediar acordos entre patrões e trabalhadores passava pela realização de contratos coletivos e pela criação de Tribunais de Arbitragem, enquanto mecanismo capaz de dirimir conflitos. Como forma de dar o exemplo, na estrutura da Legião era previsto um órgão chamado, justamente, Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem, composto por operários e homens com formação no campo do direito, todos eleitos pelos integrantes do Conselho Legionário.

Embora fossem pouco simpáticos à greve, e muito mais afeitos à política de negociações e conciliações, as lideranças legionárias não deixaram de estar presentes e auxiliar diversos movimentos grevistas. Esse ponto merece melhor qualificação. A prática da greve, obviamente, não era estranha aos grupos operários. Relatos de greves envolvendo diversas categorias estão presentes durante toda a Primeira República. No entanto, para algumas associações, essa forma de luta por direitos estava excluída, como era o caso dos Círculos Operários. Ao incluir a possibilidade da greve em seu programa, a LCT se afastava, em termos de estratégia e forma de atuação, do modelo circulista. É muito provável que isso tenha gerado certas dúvidas e até desconfiças. Não à toa, foi necessário um acordo entre a direção eclesiástica, na pessoa de D. Manoel, e a chefia legionária para aparar arestas e permitir a participação de trabalhadores circulistas na LCT. Longe, portanto, do automatismo que por vezes se pensou, de que os Círculos foram a base fundamental da Legião.

Mas, então, porque o recurso à greve foi aceito pela LCT se contrariava princípio corrente entre os grupos confessionais católicos que negavam a prática grevista? A resposta mais provável é que era necessária tal concessão para garantir a adesão das muitas categorias. Recusar a greve poderia ter facilitado para os circulistas e agradado a Igreja, porém dificultaria bastante a aproximação de outros tantos grupos operários, que não pretendiam abrir mão de tal possibilidade; era como fechar uma porta. Ao garantir a greve como parte de seu arcabouço, a LCT viabilizava a entrada de diversos grupos. Claro que, para os líderes legionários, a greve seria sempre um último recurso, utilizável somente após findadas as tentativas de negociação e conciliação. Todas as eventuais greves deveriam ocorrer, assim se

¹⁹² “Programa da Legião Cearense do Trabalho”. In: SOMBRA, Severino. *op. cit.*, p. 45-49.

pensava, “dentro da lei e da ordem” e após passar pelo crivo do já citado Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem.

Vários nomes foram se agregando ao legionarismo, participando e/ou colaborando de alguma forma: o já citado tenente Jeovah Motta, que se tornaria o segundo líder da LCT; padre Helder Câmara, que assumiria a liderança da Juventude Operária Católica e teria grande papel na “sindicalização feminina”; o professor de direito Waldemar Falcão, que se tornaria ministro do trabalho durante o Estado Novo; o estudante de direito Ubirajara Índio do Ceará, com atribuições no secretariado da LCT, chefe interino alguns momentos e que seguiria carreira na Justiça do Trabalho.

Importante destacar a atuação de Waldemar Falcão como o elaborador do Regimento do Tribunal Legionário e seu primeiro presidente.¹⁹³ Falcão não era um nome desconhecido nos meios operários e, aparentemente, ele já possuía bom trânsito entre algumas organizações de trabalhadores e fortes vínculos com as autoridades eclesiásticas. Em 1931, o encontramos palestrando no 27º aniversário do Centro Artístico Cearense com o tema “O Brasil e o problema operário”.¹⁹⁴ Em outra oportunidade, Waldemar Falcão foi um dos organizadores da União Sindical do Trabalho, instituição que contava com o apoio da Igreja, de operários e de patrões, e que pode ser considerada precursora da LCT. Como integrante da União Sindical, Falcão propunha a adoção de um programa de “Seguros sociais”, inspirado, segundo ele, em exemplos da América do Norte e da Europa, especialmente na Dinamarca.¹⁹⁵

Conforme os estatutos, qualquer associação contando com, no mínimo, 30 sócios poderia fazer parte da LCT, ficando na obrigação de “acatar os avisos, instruções e circulares do Chefe, os decretos e resoluções do Conselho e as decisões do Tribunal Legionário”. Cada sociedade confederada contribuiria com uma cota para as atividades gerais. O Chefe teria mandato de três anos, podendo ser renovado por mais três. Curiosamente, nenhum chefe completou um mandato inteiro. Na sua ausência por um período de três meses, um triunvirato assumiria o comando. Semestralmente, era necessária uma moção de apoio; caso tal moção fosse rejeitada, o Chefe deveria renunciar. O Conselho funcionaria como órgão deliberativo e

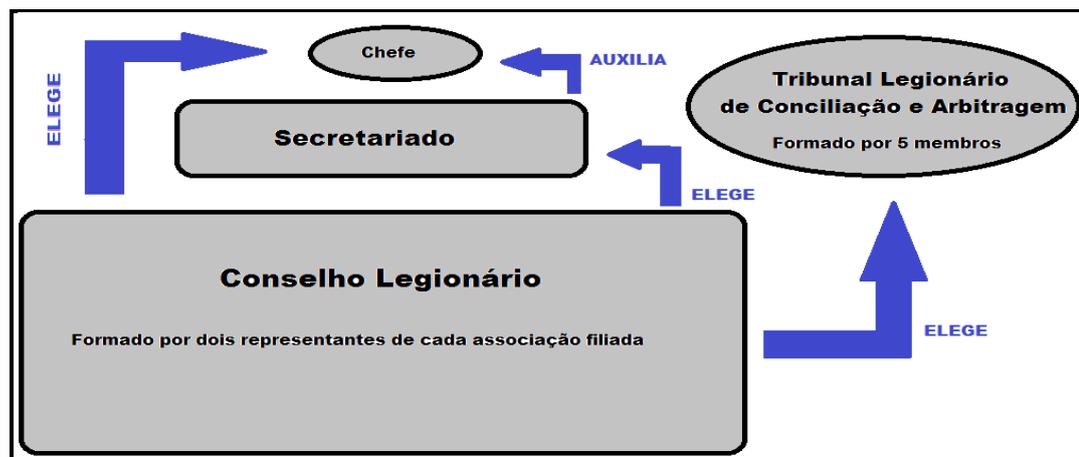
¹⁹³ Sombra recorda que precisava de alguém com conhecimento jurídico que pudesse dar um “formalismo” para a estrutura e para as decisões do “tribunal”. SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.

¹⁹⁴ “Centro Artístico Cearense”. **A Razão**, Fortaleza, 5 fev. 1931, p. 5.

¹⁹⁵ Sua proposta seria mantida por contribuições mensais dos trabalhadores e subvencionada por patrões e pelo Estado. Seria dividida em quatro seções: A, B, C e D. A seção “A” garantiria auxílios médicos e recursos em gêneros ou dinheiro em caso de moléstia para o trabalhador; a seção “B” garantiria o mesmo para a esposa do trabalhador, incluindo um auxílio maternidade; a seção “C” também atenderia às necessidades médicas e farmacêuticas dos filhos do trabalhador; a seção “D” funcionaria como um seguro em caso de desemprego, com auxílio em dinheiro, e colaboração para conseguir uma nova ocupação. “Em prol do operariado cearense”. **O Nordeste**, Fortaleza, 25 abr. 1931, p. 1 e 9.

suas decisões teriam “força de lei para as sociedades legionárias”. Cada sociedade teria direito a indicar duas pessoas para compor o Conselho. O Secretariado teria a incumbência de auxiliar o Chefe em todas as atividades e manter intercâmbio constante com as associações. O Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem, composto por cinco membros também escolhidos pelo Conselho, funcionaria como “órgão solucionador obrigatório das pendências entre os legionários”.¹⁹⁶ A seguir um esquema da estrutura da LCT:

Figura 2 – Esquema básico da estrutura da Legião



Fonte: Elaboração do autor a partir do Estatuto da LCT

A Legião era uma organização hierarquizada, com uma chefia que, supostamente, concentrava grandes poderes e seria portadora de uma mística capaz de agitar e eletrizar “as massas”. Não resta dúvida que a chefia legionária esperava mais do que uma adesão formal. A expectativa era de uma sincronia em termos de ideias e de ações. Um vínculo estreito entre as lideranças e os liderados. Em suas lembranças, Sombra adota uma narrativa voluntarista. Ele argumenta, por exemplo: “eu sempre vivi antecipado, eu sempre vivi além da minha geração”. A Legião aparece com espaço para construção de um novo campo político no qual ele, Sombra, era o grande artífice e o centro irradiador de uma verdadeira “pregação”:

Houve da minha parte, eu como que, tudo aquilo que se acumulara no meu espírito, na minha inteligência, ao longo desses anos de formação intelectual, de vivência com os pensadores brasileiros e católicos internacionais. Tudo aquilo, eu como que, fundi e lançava naqueles auditórios imensos que me ouviam atentamente, durante horas. Então ocorreu realmente um fato singular, também é outra singularidade a ser observada. Um fato singular no Brasil: uma preparação intelectual das massas.

[...]

Eu debatia, eu pregava a esses jovens, esses operários mais qualificados e a esses estudantes, eu pregava as minhas ideias, pregava, falava sobre um determinado

¹⁹⁶ “Programa da Legião Cearense do Trabalho”. In: SOMBRA, Severino. *op. cit.*, p. 49 – 53.

tema, sobre um determinado assunto, debatia com eles. Depois que eles estavam perfeitamente e tinham assimilado bem o meu pensamento, as minhas idéias, o pensamento que eu considerava necessário, não só do ponto de vista da sociologia cristã, como da realidade brasileira, então eu ia levar estes pensamentos a alguns, a algumas associações e cada um deles levaria a outras.¹⁹⁷

“Eu debatia”, “eu pregava”, “meu pensamento”, “minhas ideias”... Fica evidente que, para Sombra, as ideias são sempre de sua lavra e escorrem sempre em uma única direção: de cima para baixo. Aos trabalhadores, cabia simplesmente assimilar tais pensamentos; não seriam eles criadores de ideias próprias, não seriam capazes, supostamente, de produzir algo de forma independente ou de efetuar uma releitura daquilo que ouviam. No olhar de Severino havia “uma unidade de doutrina”, ou seja, o que ele pensava e dizia era exatamente o que os trabalhadores passavam a repetir e a acreditar. A própria LCT seria uma materialização de seu pensamento. Essa é a memória que ele quer estabelecer para os acontecimentos.

Essa perspectiva, em parte reproduzida na análise historiográfica, tem seu peso, mas não é determinante. A organização legionária não era exatamente como um sistema solar no qual o líder seria como uma estrela esbanjando luz e calor sobre um conjunto de astros que orbitariam ao seu redor, sem luz própria e prisioneiros de sua força gravitacional. A LCT, vista de forma mais detida, parece ser mais dinâmica e plural do que se imaginou.

Importante registrar que a Legião vivenciou reviravoltas, ligadas, essencialmente, às transformações no contexto político da época e pela sua dinâmica interna. Uma dessas reviravoltas ocorreu quando do exílio de Severino Sombra, por ter apoiado a Revolta Paulista de 1932. Importante notar que não foi seguido pelos demais expoentes da Legião. Tal mudança não significou um decréscimo nas atividades legionárias, ao contrário. Entre 1932 e 1934, temos o período de maior atividade dos grupos de trabalhadores ligados à LCT. Nos anos de 1933 e 1934, inclusive, é editado o periódico *Legionário*.

2.2.2 Assistência e intervenção

No seu lançamento oficial, a LCT contava com 22 sociedades federadas. Em 1933, já eram registradas 68 associações.¹⁹⁸ No início de 1934, em seu auge, contabilizava 94 associações, sendo 52 em Fortaleza e 42 no interior do estado.¹⁹⁹ A Legião, em seu

¹⁹⁷ SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.

¹⁹⁸ ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1933. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1932, p. 231 – 236.

¹⁹⁹ “A assembleia geral de ontem da Legião.” *O Nordeste*, Fortaleza, 15 jan. 1934, p. 3.

funcionamento, precisava ser suficientemente elástica para abrigar um conjunto variado de categorias operárias, com realidades de trabalho muito diferentes. Ao longo do tempo, algumas linhas do seu programa são simplesmente ignoradas, enquanto outros aspectos são redimensionados, revistos ou acrescentados. Desde o primeiro momento, nas aproximações iniciais, Severino precisou contar com o apoio de lideranças já estabelecidas no meio associativo para franquear sua presença e sua fala. Os nomes que aparecem na imprensa são, justamente, de indivíduos com boa inserção e que teriam ampla atuação no interior da LCT nos anos 30: Manuel dos Santos, que se tornaria o terceiro líder da LCT; Vital Félix de Souza, que seria o quinto e último líder da Legião; além de Manuel Nobre, João Lima e outros.

A perspectiva de intervir ou até de controlar o mercado de trabalho se manifestou de inúmeras formas, a partir de várias frentes de atuação. Em primeiro lugar, com a criação de um aparato assistencial unificado – englobando assistência médica, judiciária, educacional e agência de colocação. Em segundo lugar, através do fortalecimento associativo, com o crescimento do número geral de sindicatos e sua maior atuação interna e externa. Em terceiro lugar, mediante discursos que pretendiam influir na sociabilidade e no cotidiano do trabalhador para além do tempo de trabalho e da vida associativa (embora tenha sido o campo de menor sucesso); tal preocupação se desdobrou em um interesse pela vida urbana. Finalmente, uma atuação, demandada por pressão dos trabalhadores, que tensionavam o programa legionário aos seus limites, para obter um maior controle operário sobre as relações de trabalho e pela aplicação das leis sociais decretadas. Algumas categorias se sobressaíram neste aspecto. Neste tópico daremos atenção ao primeiro ponto; os demais serão considerados, separadamente, nos capítulos seguintes.

A preocupação com a saúde, a educação e com a colocação do trabalhador no mercado de trabalho estavam no horizonte de expectativas forjado pela Legião, atendendo às práticas bem estabelecidas nas sociedades de trabalhadores. Para cuidar dos três aspectos, a vasta experiência acumulada pelos membros das diversas associações foi grandemente aproveitada, ao mesmo tempo que a organização legionária, em forma de rede, favorecia a maximização de recursos, e os múltiplos contatos com autoridades do governo contribuía para a realização de ações.

As escolas foram, talvez, uma das maiores apostas da LCT. A seguir, uma listagem das escolas funcionando em 1933 conforme publicado no *Legionário*:

Tabela 3 – Escolas legionárias em 1933

Escola	Associação	Nº de alunos	Professores
Esc. Pinto Machado	Centro Artístico Cearense	140	José dos Anjos (professor e diretor), Lucrecia Pinho, Rômulo Marcarenhas, Porfirio Caetano, Oscar França
Esc. Pe. Guilherme Waessen	Círculo São José	65	Carolino de Aquino (professor e diretor)
Esc. Deus e União	Soc. Marítima Deus e União	85	Manuel Ramos (professor e diretor)
Esc. Christo Rei	União Pop. Christo Rei	85	Kerenski Motta
Esc. Dr. Uirajara Índio do Ceará	Sindicato da Fábrica Progresso	24	Celso Costa Lima, Vicente de Souza Barbosa, José Félix de Lima
Esc. 24 de Junho	Soc. Benef. 24 de Junho	25	Hermenegildo Sá
Esc. 5 de Julho	Sindicato dos Trabalhadores Ambulantes	25	Francisco de Assis Barbosa
Esc. Mestre Victorino	Sindicato dos Pedreiros	60	José Alves Maia
Esc. 1º de Maio	Soc. Beneficente 1º de Maio	26	José Leitão
Esc. Tristão de Ataíde	Sind. Dos Engraxates	10	Alberto Moreno
Esc. Dr. Barão de Studart	Sindicato dos Trabalhadores do Porto	45	Nenem Moura
Esc. 2 de Junho	Sindicato dos Vendedores Ambulantes	38	Elvira Araújo
“Escola Mixta”	Sindicato de Monte Alegre	26	Alexandrina Quaresma de Lima
“Curso diurno” (sexo feminino)	_____	60	Maria da Glória Martins

Fonte: *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 05, 1 abr. 1933, p. 3 e 4.

Fica evidente que as chamadas “escolas legionárias”, nada mais eram do que as tradicionais escolas das associações de trabalhadores, só que agora operando a partir de um esforço de centralização. Ao mesmo tempo, eram feitas constantes solicitações para que a Interventoria contribuísse para a ampliação dos estabelecimentos escolares junto aos sindicatos, o que foi obtido. Em comemoração ao “Dia do Trabalho”, em 1933, foi garantida a criação de cinco novas escolas diurnas com sede em alguns sindicatos.²⁰⁰

José dos Anjos, professor e diretor da Escola Pinto Machado, assinou um elogioso texto, publicado no *Legionário*, sobre a ação da LCT na criação de escolas:

Fundar sindicatos, unindo num só pensamento trabalhadores de uma mesma profissão, é verdadeiramente bello, é realmente útil, porque da arregimentação de suas energias dispersas somente vantagens advirão. Abrir, porém, escolas nestes sindicatos é mais útil ainda porque os proventos resultantes não atingirão somente

²⁰⁰ “Um decreto do governo criando escolas legionárias”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 9, 1 maio 1933, p. 1.

aos trabalhadores desta geração, mas irão além, irão aos operários do futuro, continuadores de nossa obra grandiosa.²⁰¹

Se todas as escolas prometidas chegaram, de fato, a ser criadas, é difícil saber, mas alguns casos são noticiados. Uma escola diurna foi aberta no Sindicato dos Operários do Matadouro Modelo, com 32 alunos matriculados e tendo como professora Eulália Martins.²⁰² No Sindicato do Curtume foram abertas duas turmas: uma diurna, com 100 crianças matriculadas, tendo Magnólia Pinto como professora, e uma noturna, com 32 adultos matriculados, tendo Alfredo Carneiro como professor.²⁰³

No “Regulamento” das escolas, elaborado ao longo das reuniões com os professores, estavam previstos o início e término das aulas, período de férias e horários. Era recomendado aos professores que adotassem no ensino, um “cunho mais intuitivo e prático”, conforme a “pedagogia moderna” e as “circunstâncias econômicas de sua escola”. O programa deveria ser elaborado pelo professor “do modo mais simples, de forma que o trabalho escolar fique bem concatenado e que não haja desacordo com os princípios pedagógicos modernos”. Deveria ser resguardado um dia da semana para “práticas de civismo, explicações de higiene, de moral, e rudimentos de sociologia, em breves dissertações sobre o Ideal Legionário”.²⁰⁴

Os termos utilizados indicam a preferência por um método de ensino divulgado nos anos finais do Império e que ganhou adeptos nas primeiras décadas da República. O “método intuitivo”, como argumenta Ângela de Castro Gomes, se caracterizava por “transferir o centro do processo de ensino do professor para o aluno”. A aprendizagem era entendida como transmissão de conhecimentos e valores. Nas palavras da autora:

A grande superioridade do método decorria de um fundamento científico: o reconhecimento da importância da *percepção sensorial* e, por isso, da eficiência da *intuição* para a aprendizagem. Isso significava que ensinar devia ser basicamente *educar os sentidos* das crianças, exercitando-as a observar o que estava próximo e o que era concreto. O ensino devia aprimorar a capacidade de ver, ouvir, falar e tocar, sendo os sentidos as janelas para o aprendizado da razão e também da emoção. As “lições das coisas” faziam com que o aluno tivesse um papel ativo no processo, *intuindo*, experimentando, sentindo o que deveria ser aprendido.²⁰⁵

²⁰¹ “A Legião e as escolas proletárias”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 9, 1 maio 1933, p. 9.

²⁰² **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 13, 27 maio 1933, p. 2.

²⁰³ **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 22, 29 jul. 1933, p. 6.

²⁰⁴ “Regulamento interno das escolas legionárias”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 21, 22 jul. 1933, p. 4.

²⁰⁵ GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; ALBERTI, Verena; PANDOLFI, Dulce (org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 399. Grifos no original.

Neste período, uma das maiores iniciativas em termos educacionais foi levada adiante pela Juventude Operária Católica (JOC), sob a liderança do padre Helder Câmara, que também desenvolvia grande militância no estímulo à “sindicalização feminina”. A JOC estava só parcialmente ligada à LCT, não podendo ser considerada como componente das atividades legionárias, mas como uma organização paralela. Uma pesquisa que pode ser feita no futuro é compreender com mais detalhes a formação e atuação da JOC no Ceará.

No campo da saúde e do atendimento jurídico, o plano aventado nas reuniões previa a “centralização dos serviços médicos e advocacionaes”, visando maior eficiência.²⁰⁶ A ideia foi sendo aprovada por alguns sindicatos e comentada em regozijo:

Os meios legionários, ultimamente, tem se agitado em torno de uma questão de real importância e interesse palpitante para a Legião.

Trata-se da centralização dos serviços médicos.

[...]

A Legião precisa, por esta centralização, instituir um serviço de assistência médica, constante, invariável e bem organizado, capaz de socorrer ao legionário em suas menores doenças e nas que lhes são constantes; ao filho do legionário quase sempre doente e amarelo; à família do legionário, também sempre doente, hoje disto, amanhã daquilo.

Acrescente-se ainda que bem poucos são os sindicatos que mantêm assistência médica. Recebe-a, apenas, o sócio de um determinado sindicato, que, apesar de esforços imensos, não pode pagar a um médico um honorário pelo qual o mesmo possa tomar o devido interesse pelos clientes.

Ao passo que, com a centralização desses serviços, **TODOS OS LEGIONÁRIOS** poderão ter uma assistência médica perfeita, geral e bem organizada.

[...]

Esta centralização em 1933 poderá perfeitamente constituir o primeiro passo para a construção do Hospital Legionário em 34.²⁰⁷

Apesar do tom entusiasmado e otimista, ao que parece, só foi possível garantir atendimento de especialidades médicas e jurídicas a partir de parcerias com profissionais da área, semelhante ao que existia em alguns sindicatos. No campo jurídico, o advogado Heribaldo Costa, segundo consta, chegou a atender mais de 250 legionários no espaço de três meses. Na assistência médica se destacaram Orlando Falcão, “oculista”, que chegou a prestar atendimento gratuito a “dezenas e dezenas de legionários, mediante simples cartão de apresentação do Secretário Geral ou do Sindicato a que pertence”, e o médico Vossio Brígido era constantemente requisitado.²⁰⁸ Em algumas ocasiões, trabalhadores de outras cidades eram encaminhados para o referido médico, como o Sr. Francisco Sebastião, sócio da União

²⁰⁶ “Conselho Legionário”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 1, 4 mar. 1933, p. 3.

²⁰⁷ “Um grande problema para a Legião”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 4, 25 mar. 1933, p. 1. Grifo no original.

²⁰⁸ “Assembleia Geral Trimestral da Legião”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 47, 20 jan. 1933, p. 2.

Operária Santa Teresa, de Aracati.²⁰⁹ No expediente da Chefia, que estava sendo exercida por um triunvirato,²¹⁰ três pessoas foram encaminhadas para atendimento com o “Dr. Vossio”.²¹¹ Somente em 1936, com a chefia ocupada por Vital Félix, um consultório e um posto de enfermagem foram criados na sede da Legião.²¹² A ideia de construir um grande hospital não vingou, especialmente se considerarmos o enfraquecimento da LCT.

A agência de colocação, já prevista como meta no programa legionário, só chegou a ser instituída em 1934, mas se mostrou uma das ações de maior eficiência da LCT. Nos seus primeiros meses de existência, a Legião demonstrava preocupação com o elevado número de pessoas sem trabalho, elaborando uma proposta que visava facilitar a obtenção de documentos imprescindíveis para se alcançar uma nova colocação. Em um Memorial, sugeria à Interventoria “a abolição ou redução, pelo menos, das taxas e selos dos documentos fornecidos pelas repartições estaduais sempre que os mesmos se destinarem a elementos pobres”.²¹³ Essa primeira iniciativa só prenunciava o esforço dos anos seguintes.

Anunciando que havia sido deliberado tomar medidas quanto à “momentosa questão dos desempregados”, a agência entrava em operação. As associações eram chamadas a participar:

Resta agora aos sindicatos e associações legionárias se agitarem em torno desse empreendimento, colaborando para a sua fiel execução.

A todos cumpre fazer uma estatística dos seus elementos deslocados, e enviar o quanto antes à agência de colocação, afim de que esta possa agir no interesse dos mesmos.

Nesse sentido, a agência irá dirigir-se a todos os industriais, oficinas, departamentos de trabalho, etc., cientificando-lhes que ao precisarem de qualquer operário dirijam-se à agência de colocação, que lhes são apresentados, sob responsabilidade, os mais hábeis e competentes.²¹⁴

Os pedidos surgiam dos mais diversos locais e às vezes com metas já definidas. O encaminhamento era feito a partir da rede de contatos que já mencionamos, seja junto aos estabelecimentos particulares, seja através de outras associações, ou mediante ações junto à órgãos e instituições públicas. Vejamos alguns casos: Francisco Olímpio, da Legião Operária Quixadaense, queria ingressar no Exército e foi apresentado ao tenente Carvalhedo; João Luís da Silva, também da Legião Operária Quixadaense, pedia colocação e a agência cuidaria do

²⁰⁹ “Do interior”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 47, 20 jan. 1934, p. 4.

²¹⁰ Com a saída de Jeovah Motta, eleito como Deputado para a Constituinte, a chefia legionária foi assumida por um triunvirato, composto por Ubirajara Índio do Ceará, Vital Félix de Sousa e Manuel dos Santos.

²¹¹ **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 50, 10 fev. 1934, p. 4.

²¹² “Como decorreu a instalação do consultório na LCT”. **A Razão**, Fortaleza, 20 ago. 1936, p. 3.

²¹³ “Legião Cearense do Trabalho”. **A Razão**, Fortaleza, 22 out. 1931, p. 6.

²¹⁴ **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 50, 10 fev. 1934, p. 1.

caso; Cícero Moreira, do sindicato da estrada de ferro, solicitava um novo emprego e foi direcionado para a agência; José Ferreira, que fazia o mesmo pedido, foi encaminhado para a Diretoria de Saúde Pública.²¹⁵

Seria enganoso, no entanto, imaginar que a atuação só tenha sido executada a partir do momento que a agência foi instaurada oficialmente. Na prática, a LCT foi instada a agir desde o primeiro momento. No seu cotidiano de funcionamento, a troca de ofícios e telegramas contendo requisições, respostas e agradecimentos era constante. Paralelamente, as querelas típicas do mundo do trabalho chegavam com celeridade. Inicialmente, duas ordens de questões se apresentaram: as demissões de trabalhadores e os atrasos no pagamento de salários. Na sequência, aumento de salários também foram incluídos. Um trabalhador gráfico, dispensado das oficinas do jornal *A Razão*, veio solicitar intervenção da LCT, que conseguiu sua readmissão no trabalho. Mais adiante, o Sr. Francisco Florindo havia sido demitido por ter faltado ao trabalho no dia 7 de setembro (para participar da Parada Legionária) e o Sr. João Ribeiro, motoneiro da *Light* e sócio da “1º de Maio”, também havia sido demitido. Foram formadas comissões para buscar um entendimento com os respectivos patrões.²¹⁶ O *chauffeur* João Ferreira, sócio da Sociedade Geral dos Automobilistas, havia sido reintegrado na Inspeção de Obras Contra as Secas, após “intervenção da Legião”.²¹⁷ Em outra oportunidade, o “legionário Adolfo Pereira pede intervenção da ‘Legião’ no sentido de lhe serem pagos vencimentos atrasados” e, na mesma ocasião, o “Presidente da 1º de Maio”, apresentou “oito dos seus associados, que pleiteiam a melhoria de salários na Fábrica S. Luiz, onde trabalham”.²¹⁸

No Secretariado da LCT, uma circular dos “trabalhadores de esgotos” pedia para a Legião “interessar-se pelo aumento de seus vencimentos”.²¹⁹ Enquanto isso, o senhor Raimundo Sabino Lopes solicitava a “intervenção da “Legião” no sentido de lhe serem pagos os salários a que tem direito”.²²⁰ Os exemplos se sucedem com regularidade, como a “reclamação da operária Raimunda Gomes, da fábrica de tecidos Mirtil Lima, no sentido de ser readmitida na mesma fábrica”.²²¹ A União Marítima de Aracati também solicita apoio da Legião para solucionar “o problema do serviço de transporte de sal em Caiçara”.²²² No início de 1932, Manuel dos Santos, ocupando interinamente a chefia, afirma ter obtido um acordo

²¹⁵ **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 51, 17 fev. 1934, p. 6.

²¹⁶ “Legião Cearense do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 10 set. 1931, p. 4.

²¹⁷ “Legião Cearense do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 15 set. 1931, p. 6.

²¹⁸ “Legião Cearense do Trabalho. Secretariado”. **A Razão**, Fortaleza, 17 out. 1931, p. 5.

²¹⁹ “Legião Cearense do Trabalho”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 out. 1931, p. 4.

²²⁰ “Legião Cearense do Trabalho - Secretariado”. **O Nordeste**, Fortaleza, 31 out. 1931, p. 11.

²²¹ “Legião Cearense do Trabalho - Secretariado”. **A Razão**, Fortaleza, 12 nov. 1931, p. 2.

²²² “Legião Cearense do Trabalho - Secretariado”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 2 dez. 1931, p. 2.

com o diretor do jornal *A Razão*, conforme pedido dos trabalhadores daquele periódico, no sentido se solucionar o problema “do atraso para com o pagamento das férias dos seus tipógraphos”.²²³ Em outra oportunidade, o Sindicato dos Trabalhadores de Campos Belos solicita “intervenção do Triunvirato no sentido de conseguir da Inspetoria Agrícola sementes de plantio”.²²⁴ As expectativas nutridas pelos trabalhadores sobre a Legião ganhavam forma em termos de reivindicações concretas.

Tais casos, que parecem pontuais, logo se avolumaram e a pressão interna só faria crescer. A intervenção da LCT era cada vez mais requerida como mediadora nos focos de atrito, conflito ou dificuldade nos ambientes de trabalho. Na sessão do Conselho Legionário, em 1933, várias falas requeriam intercessão legionária em diferentes problemas. Eusébio Mota, representando o Sindicato dos Operários da Estrada de Ferro de Baturité, solicitou “interferência da Legião no sentido de ser evitada a localização de doentes da febre nas imediações das oficinas da Estrada, no Urubu, por considerar isso uma ameaça à saúde do operariado que ali trabalha”; o Sr. Adauto Fernandes, por sua vez, solicitava uma ação “junto ao proprietário da Fábrica São José, no sentido de ser minorada a situação do operariado que trabalha naquele estabelecimento industrial”; por fim, Joaquim Barbosa pedia atenção especial para “a situação aflitiva dos operários das obras do Porto”.²²⁵

No repertório de queixas, o efetivo respeito às leis trabalhistas desponta. Não surpreende, portanto, que na fundação do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, o chefe da LCT, percebendo o foco do momento, tenha se concentrado nos temas da “sindicalização das classes”, avançando especificamente sobre “o salário atual e as condições de misérias dos trabalhadores” e, com destaque, “sobre o horário de trabalho, que de acordo com a lei vigente são de 8 horas diários e, no entanto, não está sendo obedecido pela maioria dos Srs. industriais”. A fala foi concluída clamando por integração de todos junto à LCT “para reivindicação dos direitos dos trabalhadores”.²²⁶

Em mais uma reunião do Conselho, Romão Ribeiro dos Santos falou sobre as “leis do trabalho”, especialmente a “de oito horas”, que não estava “sendo cumprida nos estabelecimentos fabris, chamando para o caso a atenção do Chefe”. Na mesma ocasião, o conselheiro Luís de França Araújo, tratando da situação dos barbeiros, solicita ação da Legião “no sentido de que a Prefeitura faça cumprir a lei sobre fechamento das barbearias”.²²⁷

²²³ “Legião Cearense do Trabalho”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 4 jan. 1932, p. 3.

²²⁴ “Legião Cearense do Trabalho”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 14 jan. 1933, p. 7.

²²⁵ “Conselho Legionário”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 3, 18 mar. 1933, p. 4.

²²⁶ Ata da Sessão de Fundação do SOFSM, 4 de abril de 1933.

²²⁷ “Conselho Legionário”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 12, 20 maio 1933, p. 4.

Os vínculos entre a liderança e os trabalhadores podiam ser estabelecidos através dos órgãos da LCT, como o secretariado e o conselho, mas também diretamente através das visitas semanais aos sindicatos. Para os visitantes, era uma forma de levar a “palavra” legionária, os temas do momento, ganhar corações e mentes. Ao mesmo tempo, era ocasião para tentar dar resposta aos anseios e reivindicações que chegavam constantemente. Dito de outra forma, esse contato deve ser pensado de forma dialógica. As lideranças pretendiam estreitar o controle, mas ao mesmo tempo deviam perceber os pontos de resistência e ceder quando necessário; os trabalhadores desejavam cobrar determinadas ações e, simultaneamente, demonstrar integração ao projeto legionário. Uma relação dinâmica e permeada tanto por momentos de consentimento quanto de discordância.

Em visita ao Sindicato dos Operários da Estrada de Ferro de Baturité, longe dos operários, simplesmente, ouvirem a “palavra” do Chefe, foi o líder que ouviu a situação e as reclamações operárias. Eusébio Mota, após agradecer a presença de Jeovah Motta, Chefe da Legião, enfatizou que “era preciso mesmo que ele chegasse até nós para ouvir de viva voz quais são as necessidades mais prementes dos trabalhadores desta casa”. O orador desfia uma série de questões, tais como o problema dos acidentes de trabalho, “o maior flagelo dos trabalhadores”, reclamando a pouca atenção do Governo para com os operários do setor, destacando a expectativa de que “na nova constituinte a questão social seja tratada com o devido respeito”.²²⁸ A intervenção do governo federal na regulação das relações de trabalho gerou expectativas quanto à execução prática das leis decretadas. A Legião, pela sua força e expressividade social e política, era vista como potencial mediadora.

No Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria (SOFSM), fundado com forte presença da Legião, os vínculos eram intensos. Em uma sessão esteve presente o “Dr. Ubirajara” comentando que a Legião seguia “firme e forte” e que era hora acertada para todos fortalecerem a organização visando “a conquista dos nossos direitos”. Ganharam destaque os informes sobre a criação das “Inspetorias de Trabalho”, sobre “as leis do Ministério do Trabalho” e uma proposta de “congraçamento dos Sindicatos da ‘Indústria Têxtil’”.²²⁹

Mais uma vez, na sessão de 11 de abril, foi a vez do legionário Antônio Nunes, presidente interino, iniciar os trabalhos do dia “comentando as leis sobre o trabalho das mulheres; e sobre o horário das (8) oito horas diárias de trabalho”.²³⁰ Na sessão seguinte, mais uma vez, o tema da lei e dos direitos reaparece, o Secretário da Legião, em visita ao SOFSM,

²²⁸ “A visita do Chefe da Legião ao Sindicato dos Operários da Estrada de Ferro de Baturité”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 10, 6 maio 1933, p. 4.

²²⁹ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 09 de abril de 1933.

²³⁰ Ata da Sessão Extraordinária do SOFSM, 11 de abril de 1933.

fala sobre “a união dos sindicatos e a reivindicação dos mesmos sobre as leis decretadas que ainda não foram executadas”.²³¹ O assunto era urgente e relevante, e atraía o interesse dos trabalhadores, o que explica as constantes e reiteradas menções.

Em 1934, em uma espécie de balanço, era afirmado o seguinte:

Não se podem enumerar todos os casos em que a assistência legionária é invocada. Funcionam, com regularidade, a assistência judiciária e a agência de colocação, que, só por si, seriam bastante para atrair para a Legião a simpatia e o interesse de todos os legionários, relativamente à questão da assistência. Mas, em mil outros casos de grande ou de pequena importância, é a Legião invocada pelos seus sócios e pelos seus sindicatos, afim de amparar suas pretensões. Desde as intersecções junto aos poderes públicos, desde os diminutos entendimentos entre partes adversas até ao recurso extremo da greve, tem agido a Legião no sentido de não deixar no abandono nenhum dos numerosos casos que aparecem, cada dia, na vida das associações e dos legionários.²³²

Sem dúvida, as greves foram os momentos de maior visibilidade, forçando posições mais extremas e levantando de maneira mais clara questões que fervilhavam no cotidiano. Foi após a greve dos trabalhadores da *Light*, que Severino Sombra foi convidado para colaborar como consultor no Ministério do Trabalho e já estava estabelecendo contatos para levar adiante a criação de uma Legião Brasileira do Trabalho. A Guerra de 1932 e seu exílio frustraram tal plano. As cobranças vindas de baixo quanto às leis trabalhistas, e um maior controle dos trabalhadores sobre as relações de trabalho, levaram ao movimento no porto, que culminou em um grande êxito, com a assinatura entre os sindicatos e as companhias de navegação de um contrato coletivo.

A greve dos sapateiros também teve como ápice a elaboração de um contrato assinado entre o sindicato da categoria e os proprietários de oficinas. Foi no impulso dado pela greve dos padeiros, talvez uma das mais intensas desta conjuntura, que se aventou o plano de uma Padaria Legionária, ideia “recebida nos meios operários com o maior entusiasmo”. O capital necessário foi levantado entre particulares e sindicatos, que se tornavam acionistas no novo negócio.²³³ Em um cenário de elevada concorrência entre as padarias de Fortaleza, a LCT dava um passo que provavelmente em nada agradava os demais proprietários. No Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria o assunto aparece repetidas vezes. A categoria votou sua participação na sociedade, adquirindo um conjunto de ações, e

²³¹ Ata da Sessão Ordinária do SOFMS, 16 de abril de 1933.

²³² “Assistência Legionária”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 52, 24 fev. 1934, p. 1.

²³³ “Uma grande realização da Legião”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 47, 20 jan. 1934, p. 1.

aprovou a sugestão de que o padeiro “que despachava o pão na fábrica” passasse a adquirir o pão “na Panificadora Legionária”.²³⁴

A rede assistencial da LCT ainda incluía uma biblioteca e cursos noturnos no secretariado, compondo uma estratégia para gestar lideranças. Mesmo que consideremos o intuito de doutrinação, a rigor, podemos afirmar que o cotidiano das atividades no conselho, nas diferentes secretarias, nas visitas aos sindicatos etc., se tornou uma impressionante escola de formação de líderes. Uns conversavam com os outros, ouviam as queixas das diversas categorias, falavam dos problemas, discutiam e deliberavam ações, participavam de comissões e mantinham um intercâmbio intenso com pessoas das mais diversas procedências.

A vida associativa nestes anos esteve muito conectada à Legião. Muitos sindicatos surgiram nos primeiros anos da década de 1930 a partir do estímulo e do apoio da LCT. O suporte oferecido pela Legião foi fundamental para os primeiros passos organizativos de muitas categorias ou para o fortalecimento de grupos já organizados. Mas isto não significa dizer que o cotidiano interno de cada sindicato era comandado de fora, pelos líderes da LCT. Cada sociedade possuía uma dinâmica própria, que dependendo do momento poderia, sim, estar sob ampla influência da cúpula legionária, mas em outros momentos apresentava maior autonomia. Importante lembrar que outros sujeitos também atuavam, com projetos distintos, o que implicava uma disputa pela lealdade dos trabalhadores. Se o comunismo aparecia como o constante oponente, não era, porém, a única força social em campo. O sindicalismo oficial também representava um competidor poderoso pela organização dos trabalhadores. Veremos um pouco mais sobre isso, focando em alguns casos específicos, no capítulo seguinte.

²³⁴ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 17 de junho de 1934.

3 “OPERÁRIOS DO BRASIL, UNI-VOS”: AS ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES E A LEGIÃO.

A importância dos sindicatos era sempre reiterada nos discursos legionários, possuindo papel primordial na sua proposta de um “Estado nacional-sindicalista”. Agregar uma rede de associações na capital, nas cidades do interior, nos distritos isolados e nos campos, era a meta por excelência, que pôde ser constatada em seu “Boletim Nº 01”, primeiramente divulgado pela imprensa e depois reproduzido no primeiro número do *Legionário*. O texto defendia o “fortalecimento dos laços de solidariedade e de formação nítida da consciência de classe” entre todos os trabalhadores, tendo como objetivo a busca “de justiça social” e a “dignificação do Trabalho e do Trabalhador”. Era necessário findar os hábitos de individualismo, de dispersão e de “insolidarismo”, supostamente mais visíveis nas localidades interioranas. Um dedicado trabalho de militância era julgado imprescindível para alterar esse panorama, levando, a todos, as vantagens e o gosto pelo associativismo. O sindicato era apresentado aos trabalhadores como “o único defensor possível para as suas aspirações, para as suas necessidades, para os seus anseios de justiça”:

O sindicato inicialmente lhes fornecerá o médico, o advogado, a escola para os filhos, livrando-os, assim, de fortes laços de submissão ao patrão, ao rendeiro, ao coronel, ao chefe político. O sindicato se transformará no advogado de suas aspirações de classe, organizando o programa de suas necessidades, pois estas somente no sindicato poderão ser vistas, sentidas, compreendidas.

O sindicato se constituirá o seu órgão de comunicação com os governos, com as autoridades, esclarecendo as pretensões e os interesses da classe, e amparando-os convenientemente e proficientemente.²³⁵

A proposta retém todo o aparato previdenciário e assistencial, sem qualquer descontinuidade em relação ao que era praticado pelas diversas associações. Ao mesmo tempo, elevava o sindicato ao papel de intermediário político frente o Estado, o que garantiria maior autonomia da classe em relação aos patrões, sem que isso implicasse qualquer perspectiva revolucionária ou de confrontação aberta. Em vários momentos isso foi reafirmado: “Operários e trabalhadores, todos que vivem do seu esforço, devem procurar nas organizações sindicais a defesa dos seus direitos, a garantia da sua própria existência, como homens capazes de querer e sentir”.²³⁶

Tal posição foi mantida inalterável ao longo dos anos. Nesse sentido, podemos afirmar que a Legião se tornou um centro propulsor para a constituição de novos sindicatos e,

²³⁵ “Legião Cearense do Trabalho. Boletim Nº 01”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30 jan. 1933, p. 4.

²³⁶ “A sindicalização das classes”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 1, 4 mar. 1933, p. 3.

de forma similar, também foram promovidas fusões entre associações que reuniam integrantes de uma mesma categoria. Não resta dúvida que o panorama associativo no início dos anos 1930 foi bastante influenciado pela Legião Cearense do Trabalho.

Quando, em 1933, a LCT funda o seu órgão de divulgação, o semanário *Legionário*, o cenário era de crescimento dos conflitos sociais e de intensas disputas políticas, especialmente com a proximidade do processo de constitucionalização, do avanço do sindicalismo oficial, de embates com grupos de esquerda e com a eclosão de algumas grandes greves. Com a publicação de uma folha própria, era aberto um espaço privilegiado para difusão de ideias e debate político. Sem estar desconectado de sua propaganda doutrinária, percebemos a grande atenção dedicada, em inúmeras edições, ao estímulo para a formação de sindicatos e o destaque conferido à vida associativa.

Tamanha era a relevância dedicada ao associativismo, que até mesmo uma releitura do famoso dístico marxista “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”, estampou o cabeçalho do *Legionário*. A frase, bastante conhecida e de ampla circulação nos meios operários, não foi reproduzida tal e qual o original, uma vez que o internacionalismo operário marxista era rejeitado, e a versão adotada no periódico da LCT se caracterizava pelo prisma do nacionalismo: “Operários do Brasil, uni-vos”. De toda forma, os sindicatos eram entendidos como as células fundamentais de um novo sistema político a ser constituído.

Figura 3 – Cabeçalho do segundo número do *Legionário*



Fonte: *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 2, 11 mar. 1933, p. 1

Se o conjunto das relações sociais poderia ser mediatizado através dos sindicatos, espaços por excelência do trabalhador, os partidos, por sua vez, eram esvaziados de importância em uma nova realidade social. Vistos como instituições de puro divisionismo, da demagogia e do atomismo, não teriam lugar no programa da LCT. Os trabalhadores organizados nos sindicatos é que escolheriam seus representantes e, assim, participariam da vida política nacional. A representação de classes era a chave de uma nova forma de participação política, coerente com o pensamento corporativista.

Figura 4 – Cabeçalho do sexto número do *Legionário*



Fonte: *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 6, 8 abr. 1933, p. 1

Tal projeto rivalizava e disputava com outras tendências, em especial com o comunismo, mas também com o corporativismo estatal. A tensão entre uma linha corporativa mais autônoma em relação ao Estado Vargasista, ou a aceitação do sindicalismo oficial, permeia toda a história da LCT. A aproximação das maiores lideranças com o integralismo, a partir de 1933, significou outro ponto de tensão junto às bases operárias. Destacamos que a vida associativa seguia caminhos próprios, possuindo dinâmicas internas específicas, apesar da vontade de controle manifestada pelos chefes. Mesmo as associações diretamente criadas sob forte influência, e presença, da LCT não eram sempre fiéis aos desígnios dos líderes.

3.1 “A febre de associação”

A LCT obtinha adesões de forma relativamente fácil. Era comum o recebimento de telegramas informando que determinadas associações haviam decidido hipotecar seu apoio e aderir ao legionarismo. Um exemplo disso foram os círculos operários das cidades de Cascavel e de Limoeiro, que decidiram participar pouco depois do lançamento oficial da Legião.²³⁷ O mesmo aconteceu com o Círculo Operário de Juazeiro e com a “União Milagrense”, uma “cooperativa beneficente”, com quase 400 sócios, da cidade de Milagres.²³⁸ A União Geral dos Trabalhadores em Padarias, de Fortaleza, após assembleia, também aprovou seu ingresso na LCT.²³⁹ Em outras ocasiões, o vínculo era estabelecido mediante um contato direto de representantes da LCT com as associações. Foi assim, por exemplo, nas cidades de Aracati e de Quixadá. Na primeira, a visita de uma comitiva conseguiu obter as adesões da União Marítima Jesus dos Navegantes, do Círculo Operário de Aracati e da União Operária Santa Teresa.²⁴⁰ Severino Sombra visitou a Aliança Artística e Proletária de

²³⁷ *O Nordeste*, Fortaleza, 4 set. 1931, p. 8.

²³⁸ *O Nordeste*, Fortaleza, 14 set. 1931, p. 6.

²³⁹ *O Nordeste*, Fortaleza, 21 set. 1931, p. 8.

²⁴⁰ “Os Legionários em Aracati”. *O Nordeste*, Fortaleza, 30 set. 1931, p. 9.

Quixadá, o que rendeu, pouco depois, o apoio desta associação.²⁴¹ Também manifestaram seu apoio os círculos operários das cidades de Redenção e de Pacoti.²⁴² Mas existia todo um cálculo político; mesmo associações visitadas desde o primeiro momento não chegaram a aderir de imediato. Foi o caso da Beneficente dos Tecelões:

Aquela agremiação que, em atitude de neutralidade, aguardava a consecução do programa legionário, acaba de reconhecer na ‘Legião’ única força organizada capaz de defender os direitos do proletariado.

Na mesma sessão foram nomeados representantes juntos à ‘Legião’, os Srs. Francisco Pereira da Silva e Antonio Nunes de Souza, prestigiosos membros da Beneficente dos Tecelões.²⁴³

Na mesma data, foram recebidas as adesões do Sindicato dos Trabalhadores do Curtume de Fortaleza e da Legião Operária de Tianguá. O Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José de Sobral, em carta, afirmava estar acompanhando com atenção “o movimento de confederação que há no seio das classes operárias de Fortaleza” e decidiu, “por deliberação unânime”, ser partícipe da LCT.²⁴⁴ Pouco depois era a vez da “União Beneficente Missaovelhense”, da cidade de Missão Velha, afirmar seu interesse.²⁴⁵ No mês seguinte, o apoio veio da “União Operária Jardimense”, da cidade de Jardim.²⁴⁶

De forma pontual, Severino Sombra se recorda do apoio manifestado por Paulino Morais, conhecido militante comunista na cidade.²⁴⁷ Nas lembranças de Severino, o jovem Morais, trabalhador gráfico, “aos sábados imprimia um jornalzinho, ‘A Voz Operária’, e saía à noite, na calada da noite, saía jogando exemplares deste jornalzinho debaixo das portas daquelas principais figuras do operariado cearense”. Por mais de uma vez Morais teria sido detido pela polícia devido sua militância e agora, como fica evidente, estava se afastando do comunismo. Sua presença na LCT seria de grande destaque. Ainda de acordo com as recordações de Sombra, “transformou-se num grande orador, os discursos dele eram realmente arrebatadores, coberto de palmas, ele despertava um entusiasmo extraordinário, também com a sua convicção, com sua honestidade”.²⁴⁸

A adesão da “União Artística Operária Caxiense”, da cidade de Caxias, do estado do Maranhão, que contava com 512 sócios, foi considerada de grande importância simbólica,

²⁴¹ “O Chefe da Legião Cearense do Trabalho em Quixadá”. **O Nordeste**, Fortaleza, 6 out. 1931, p. 3.

²⁴² “Legião Cearense do Trabalho. Secretariado”. **A Razão**, Fortaleza, 12 nov. 1931, p. 2.

²⁴³ “Movimento Legionário”. **A Razão**, Fortaleza, 17 nov. 1931, p. 3.

²⁴⁴ “Adesão do Círculo Operário de Sobral à Legião”. **O Nordeste**, Fortaleza, 18 nov. 1931, p. 3.

²⁴⁵ “Legião Cearense do Trabalho. Secretariado”. **A Razão**, Fortaleza, 20 nov. 1931, p. 5.

²⁴⁶ “Legião Cearense do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 4 dez. 1931, p. 3.

²⁴⁷ Encontramos Morais, por exemplo, escrevendo no jornal *Trabalhador Graphico* em 1930.

²⁴⁸ SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.

posto que era o primeiro exemplo de uma associação de fora do Ceará a integrar a LCT.²⁴⁹ Em tom de regozijo, *O Nordeste* comentava que “o ideal da Legião Cearense do Trabalho” avançava “pelo Brasil afora”, tendo sido objeto de elogios na imprensa de São Paulo, recebido adesão de uma associação maranhense e despertado interesse de Juracy Magalhães, interventor da Bahia. Tais fatos prenunciavam, assim se esperava, a criação da “Legião Brasileira do Trabalho”.²⁵⁰

Quebrando um pouco a aparente monotonia de uma trajetória ascendente, a Associação dos *Chauffeurs*, que havia integrado a LCT desde o primeiro momento, resolveu se desligar da Legião, o que gerou um mal-estar entre a chefia legionária e o Sr. Theophilo Cordeiro, presidente da agremiação. Embora tenha proporcionado um ligeiro debate nas páginas da imprensa, o caso não teve maiores repercussões. Apesar dos convites, a Phenix Caixeiral, uma das maiores e mais conhecidas associações da capital, nunca chegou a fazer parte da LCT. Não havia qualquer hostilidade ou disputa envolvida e, ao que parece, as lideranças e sócios da Phenix preferiam resguardar sua autonomia, trilhar caminhos próprios e só entabular alianças pontuais. As “mutuais étnicas”, por outro lado, nunca foram efetivamente convidadas para participar. As duas mais relevantes eram a Sociedade Beneficente Dous de Fevereiro, reunindo integrantes da colônia portuguesa, e a Liga Paraense, que recrutava sócios entre indivíduos naturais do Pará que vivessem no Ceará.

Mas, como dissemos, não só através de tais apoios se fez o crescimento da LCT. A fundação de novos sindicatos, mediante contato com as respectivas categorias, funcionou como uma espécie de reforço mútuo. Alguns casos merecem destaque.

No expediente do Secretariado, em outubro de 1931, o grupo legionário da cidade de Camocim comunicava a fundação e a adesão do Sindicato dos Trabalhadores do Porto daquela localidade.²⁵¹ Das cidades do interior, foram mencionadas associações sendo fundadas em Pajuçara e em Caracuzinho.²⁵² Em Fortaleza, o Sindicato dos Trabalhadores da *Light*, o Sindicato dos Engraxates, a União dos Trabalhadores em Cafés e Restaurantes, o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns contaram com franco apoio da LCT em seu início. No setor fabril, os trabalhadores que ainda não contavam com sindicatos também foram organizados em 1933, como o Sindicato dos Operários da Fábrica Ceará Industrial, o Sindicato da Usina Ceará e o Sindicato dos Operários da Fábrica Santa

²⁴⁹ “O programa da Legião Cearense do Trabalho no Maranhão”. *O Nordeste*, Fortaleza, 10 dez. 1931, p. 1.

²⁵⁰ *O Nordeste*, Fortaleza, 14 dez. 1931, p. 1.

²⁵¹ “Legião Cearense do Trabalho. Secretariado”. *A Razão*, Fortaleza, 17 out. 1931, p. 5.

²⁵² “Legião Cearense do Trabalho”. *O Nordeste*, Fortaleza, 8 out. 1931, p. 5; “Legião Cearense do Trabalho em Caracuzinho”. *O Nordeste*, Fortaleza, 21 out. 1931, p. 5.

Maria. Comentando a organização dos “empregados em jornais”, o *Correio do Ceará* afirmava:

Então veio a febre de associação e todos os indivíduos que empregam suas atividades no mesmo ramo de vida, compreendendo a necessidade de zelar pelos seus interesses, fazendo valer os seus direitos, se agruparam em núcleos, revivendo o axioma – “a união faz a força”. Assim, segundo nos consta, está em vias de formação a “Associação dos Pequenos Empregados em Jornais”, que, como suas congêneres no sul do país, tem por finalidade regular a situação desses empregados anônimos, como sejam, entre nós, os repórteres, cronistas e revisores, que militam na imprensa.²⁵³

Essa “febre” associativa era creditada a dois fatores conjugados: o ímpeto proporcionado pela Legião Cearense do Trabalho e o estímulo governamental desde a criação do Ministério do Trabalho, com o anúncio de uma legislação favorável aos trabalhadores sindicalizados. Eusébio Mota, antiga liderança entre os ferroviários, relembra que nos anos 1930 foram criados muitos sindicatos, comentando que “até as aguadoras de covas, no cemitério, foram sindicalizadas”.²⁵⁴ Sua lembrança lança uma questão que merece mais atenção: a atuação das mulheres.

Várias categorias e sindicatos eram essencialmente masculinos, como os portuários, os ferroviários, os padeiros, os sapateiros, os trabalhadores dos bondes, os pedreiros, entre outros. O setor têxtil, por outro lado, reunia tanto homens quanto mulheres; essas também aparecem, em grande número, nos serviços domésticos. Na atividade de “sindicalização feminina” desponta Padre Helder Câmara, que já desenvolvia atuante papel na Juventude Operária Católica (JOC), conforme divulgado no *Legionário*:

De início serão organizadas as lavadeiras e engomadeiras, as domésticas (copeiras, amas e cozinheiras) e rendeiras.

Tem havido nos bairros da capital reuniões necessárias de organização de núcleos e sub-núcleos destes sindicatos.

[...]

O movimento é católico e legionário, como é o jocismo, e por isso está fadado a empolgar, em breves dias, as operárias em geral, que a semelhança dos operários, irão ter os seus sindicatos onde serão ventilados os assumptos do seu interesse.

Assim como os operários fabris e artistas tem os seus sindicatos, onde os seus vários problemas, depois de examinados e discutidos, são encaminhados às soluções, as lavadeiras, engomadeiras, domésticas, etc. precisam também possuir o seu órgão de defesa, que é, indiscutivelmente, o sindicato.²⁵⁵

²⁵³ “Os empregados de jornais se organizam”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 31 jan. 1933, p. 6.

²⁵⁴ ALENCAR, Eusébio Mota de. *Dona Lima, a curandeira*. 2. ed. Fortaleza: A Fortaleza, 1965, p. 41.

²⁵⁵ “O Ideal Legionário despertando a mulher operária”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 11, 13 maio 1933, p. 5.

Essa “sindicalização feminina” foi gestada a partir de uma série de ações de propaganda e de um conjunto de reuniões efetuadas principalmente nos bairros periféricos da capital, muitos deles referidos na imprensa como arrabaldes, subúrbios ou o termo mais comum, “areias” – o que evidencia os espaços de moradia da ampla maioria das mulheres dedicadas aos serviços domésticos. O êxito da iniciativa foi estrondoso: em menos de dois meses vários dos “núcleos e sub-núcleos” estavam plenamente instalados, somando um número avaliado em 1.135 trabalhadoras já organizadas:

Nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 realizam-se animadas sessões nos núcleos do Sindicato das Lavadeiras e Engomadeiras nos seguintes bairros: Alagadiço, Vila Operária D. Manoel, Piedade, Prainha, José Bonifácio e Alagadiço novamente. A todos estes bairros compareceram d. Nana Vieira encarregada da parte financeira do Sindicato, Osório U. Soares, secretário do Jocismo, e o Pe. Helder Camara, chefe dos Jocistas. Nos diversos núcleos foi discutida a questão das mensalidades.

Já se acha iniciado o serviço de inqueritos sob a direção de d. Nenem Vieira, ao mesmo tempo a parte escolar sob os cuidados de d. Ideltrudes Cordeiro. Até hoje se acha inscrito o seguinte número de Lavadeiras e Engomadeiras: bairro da Piedade 210; bairro dos Navegantes, 200; bairro do Benfica, 80; bairro da Prainha, 180; bairro Moura Brasil, 75; bairro José Bonifácio, 100; bairro do Alagadiço, 90; e bairro Vila O. D. Manoel, 200.

Reina grande entusiasmo nas classes operárias femininas de nossas areias.²⁵⁶

O panorama associativo estava em visível processo de expansão e de redefinição. As associações bem estabelecidas ampliavam sua presença na esfera pública e algumas categorias se animavam em um esforço de organização. Ao mesmo tempo, observamos fusões entre associações, até então, apartadas e o exemplo de maior destaque foi entre os marítimos. Conforme destacamos no capítulo anterior, as disputas no pleito da Deus e Mar, em 1928, terminaram em uma cisão. A partir daquele momento, a Deus e Mar e a União Marítima passaram a se hostilizar e a se rivalizar, disputando o serviço de estiva. As implicações eram perfeitamente conhecidas:

Desunidos, perderam a força para fazer valer seus direitos e necessidades, ficam a mercê dos patrões.

É assim que as agências de navegação, tomando parte na rivalidade, dão trabalho aos membros da “União Marítima” e recusam aos da “Deus e Mar”, pelo que estão sem serviço cento e cinquenta estivadores sócios desta última, cuja vida vai se tornando um rosário de aflições, reduzidos a miséria com as suas famílias.

Por sua vez, os que logram collocação ficam também em situação inferior, desde que, sendo grande o número de desempregados, os patrões impõe-lhes os salários e as condições que entendem.²⁵⁷

²⁵⁶ “Sindicalização operária católica feminina”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 18, 1 jul. 1933, p. 3.

²⁵⁷ “A união faz a força”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 21 jan. 1931, p. 4.

Um passo fundamental para a reunificação foi dado a partir do momento que ambas passaram a fazer parte da LCT. Nas reuniões do secretariado e no conselho legionário, os problemas eram rotineiramente colocados e debatidos. Era o início das negociações visando uma reunificação e, em dezembro de 1931, o plano começou a ganhar corpo: uma reunião foi convocada para debater o assunto em terreno neutro, na sede do Círculo São José, com a presença de aproximadamente 600 marítimos e muitos integrantes do conselho legionário. A reunião foi conduzida com cuidado, sendo comentadas as “desvantagens, as explorações a que estavam sujeitos os homens da praia enquanto permanecessem divididos em dois grupos”, e, em votação, a unificação foi aprovada por unanimidade, sendo formada comissão para formular as “bases de um acordo”.²⁵⁸ Severino Sombra se recorda deste intrincado processo como um momento de aprendizagem:

Realmente eu não podia entender, [...], como se processava o trabalho marítimo. O que é que cada um daqueles homens com suas diferentes categorias, cada um deles exercia, como é que essas categorias dos trabalhadores marítimos se entrosava. Então eu passei noites e noites na praia nas sedes dessas duas associações, aprendendo como era o trabalho marítimo, como é que eles se processavam, como é que eles faziam, a terminologia usada, inclusive, não só termos técnicos, mas termos da gíria marítima local. Então aprendi tudo isso.²⁵⁹

Uma semana depois o acordo estava pronto. Em texto curto, o documento versava sobre os termos necessários para a unidade e demonstrava o interesse por um maior controle do mercado de trabalho. No primeiro ponto ficou definido que a nova associação seria chamada “Sociedade Marítima Deus e União”, mesclando os nomes dos dois grêmios; o segundo ponto definia que, pelos próximos seis meses, a direção seria exercida por um delegado indicado pela Legião e um conselho definido pelas duas partes (tal modelo se tornou comum quando novos sindicatos foram fundados); o terceiro ponto destacava a pretensão de estabelecer, o quanto antes, um “contrato coletivo entre a nova organização e as companhias marítimas”. Os demais pontos tratavam da reversão do patrimônio das duas organizações para a nova, dispensa do pagamento da joia por 30 dias, adoção de uma nova bandeira e estandarte e elaboração de um “cadastro dos marítimos e das respectivas funções, vencimentos etc.”. Severino Sombra salientou o contrato como meta necessária e comemorou o resultado. Manuel dos Santos destacou que a Legião havia conseguido o “que já havia sido tentado inúmeras vezes, improficuamente”, ou seja, unir os marítimos. Também falou Raimundo de Moura, “um velho operário”, que talvez tenha captado muito bem o que tudo aquilo significou

²⁵⁸ “Pela fusão da Deus e Mar e União Marítima”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 7 dez. 1931, p. 3.

²⁵⁹ SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.

em termos de expectativa para os trabalhadores, comentando que a “união que deve existir na classe marítima” era necessária “para que assim ela possa fazer valer os seus direitos”. Raimundo foi “vivamente aplaudido pela assistência”.²⁶⁰

Importante destacar que entre os novos sindicatos que foram formados, tanto encontramos categorias que aparentemente nunca tiveram associação própria quanto grupos que já haviam vivenciado experiências organizativas e, por algum motivo, sofreram processo de desmantelamento. O sindicato dos trabalhadores da companhia inglesa *The Ceará Tramway, Light and Power* parece ser o exemplo mais saliente do segundo tipo.

Até 1929, a “Sociedade União e Progresso” representava os trabalhadores da *Light*. Neste mesmo ano, uma grande greve agitou a cidade e o apoio popular aos grevistas foi expressivo, com inúmeras manifestações de solidariedade e auxílios materiais, o que permitiu o prolongamento do movimento. A influência comunista era evidente, já que nos *meetings* e comícios realizados pela cidade era comum ser cantada a “Internacional” e, além do mais, o presidente da União e Progresso era José Joaquim de Lima, chamado de “José Pernambuco”, um conhecido militante comunista. A pressão dos grupos conservadores não tardou: ao final de vários dias de paralisação, a greve findou sem que as reivindicações tenham sido atendidas pela *Light* e a “Sociedade União e Progresso” deixou de existir após esse resultado.

Os trabalhadores sabiam que a gerência da *Light* não veria com bons olhos a formação de uma nova associação. Isso explica, em boa medida, a escolha de montar o sindicato contando não só com o apoio da Legião, mas colocando pessoas experientes de outras associações na posição de lideranças: “A diretoria provisória é composta em sua maioria de pessoas estranhas a classe, elementos pertencentes a outras associações, por indicação dos trabalhadores da ‘Light’”.²⁶¹ As reservas não eram infundadas e o esforço de reorganização enfrentava firme antipatia por parte da gerência da companhia inglesa, que, provavelmente, via na rearticulação dos trabalhadores uma ameaça, considerando a trajetória de lutas desta categoria que protagonizou greves em 1917, 1919, 1925 e 1929. Não demoraria a notícia de que os trabalhadores da *Light*, especialmente os filiados ao sindicato, “estavam sendo perseguidos por alguns chefes de serviços daquela companhia”.²⁶²

Além dos trabalhadores da *Light*, outras categorias enfrentavam dificuldades para constituir e/ou ampliar suas associações. Tendo em vista a oposição patronal, se torna compreensível a nota divulgada pela União dos Empregados em Cafés e Hotéis:

²⁶⁰ “Realizada a grande aspiração dos marítimos cearenses”. **O Nordeste**, Fortaleza, 10 dez. 1931, p. 1.

²⁶¹ “Sindicato dos Operários da Light”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 out. 1931, p. 4.

²⁶² “Legião Cearense do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 14 jan. 1932, p. 2.

A “União dos Empregados em Cafês e Hotéis”, por sua Diretoria abaixo assinada, declara aos Srs. patrões, isto é, proprietários de cafês e hotéis, que os seus humildes empregados, ora se organizando em sociedade, não visam, absolutamente, a hostilizá-los, nem formam demonstração de força que vá coagir a boa marcha dos seus negócios.²⁶³

No setor fabril, os trabalhadores reunidos no Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria também entabularam um discurso que não primava pela confrontação, mas reafirmava uma postura conciliatória. As animosidades eram bem conhecidas em algumas fábricas, com perseguições às lideranças e aos sindicalizados. O problema era patente e mereceu destaque no *Legionário* referenciando trecho da lei de sindicalização de 1931.

Figura 5 – Edição do *Legionário* destacando o artigo 13 do decreto 19.770



Fonte: *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 12, 20 maio 1933, p. 1.

A mensagem tinha alvo bem determinado: o proprietário da fábrica Ceará Industrial, que já possuía longo e tortuoso histórico de atritos com a LCT e com o sindicato. No lance mais recente, alguns trabalhadores haviam sido demitidos:

Logo após a fundação do Sindicato dos Operários da Fábrica de Tecidos Ceará Industrial, foram, pelo gerente daquele estabelecimento, Sr. Francisco Diogo, demitidos dois de seus operários, sem que para isso houvesse motivo. Como referido industrial se manifestasse, sempre, adverso a organização de seus trabalhadores, especialmente sob a bandeira legionária, foi, imediatamente, visto que tal gesto nada mais era do que uma represália a atitude de seus empregados, membros ativos do Sindicato.²⁶⁴

Nas cidades do interior, a situação não era mais fácil. Em Camocim, o prefeito não ficou satisfeito quando a sociedade “Deus e Mar” da localidade, similar à existente em Fortaleza, filiou-se a LCT, reduzindo seu poder sobre o grupo, dando início a uma série de pressões. Em carta assinada por “um grupo de marítimos”, a situação foi denunciada. No texto, era dito que o prefeito Gentil Barreira estava perdendo seus “instrumentos políticos”, ou seja, a ingerência que exercia sobre a associação, e isso “foi o bastante para que esse velho

²⁶³ “União dos Empregados em Cafês e Hoteis – Declaração”. *O Nordeste*, Fortaleza, 25 nov. 1931, p. 9.

²⁶⁴ “Legião Cearense do Trabalho – Nota”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 5 jun. 1933, p. 6.

político da Pátria Velha rompesse com essa sociedade que tantos benefícios vem prestando a nós, pobres desprotegidos, que só temos a proteção de nossa sociedade”. Na missiva, era afirmado que a “perseguição do dr. Gentil é tão grande que anda de casa em casa dos marítimos convidando e obrigando a assinar lista para fundar outra sociedade e acabar com a nossa Deus e Mar, mas é engano dele porque nós marítimos nunca deixaremos esta velha sociedade”.²⁶⁵ Acrescentavam já ter repassado telegramas para a Deus e Mar de Fortaleza, para a LCT e apelavam diretamente ao Interventor. De outra localidade chega uma queixa lida em reunião do secretariado: uma “representação do Sindicato dos Trabalhadores de Caracuzinho” reclamando da “pressão de que estão sendo vítimas da parte dos proprietários de terras daquele lugar”.²⁶⁶ O caso foi repassado, em forma de “Memorial”, ao interventor.

Muitas categorias buscaram na LCT um anteparo em seu esforço de (re)organização. Os problemas, no entanto, não eram fáceis de resolver. A sensação de perda de poder e de influência, como ocorreu entre o Prefeito de Camocim em relação à associação marítima local, provocou atritos desde cedo. Habilmente, os trabalhadores recorreram às associações de Fortaleza, à LCT e conseguiram tornar público o problema por meio da imprensa, apelando para uma retórica que dialogava diretamente com o Interventor, destacando que o prefeito da cidade era um típico representante da “Pátria Velha”. No mesmo sentido, os trabalhadores de Caracuzinho esperavam contrabalançar o poder dos donos de terra locais através da mediação da LCT, que poderia acionar o governo com maior facilidade.

Os trabalhadores em cafés e em hotéis fizeram uso de um “discurso público” baseado em uma retórica de conciliação, moldando sua “fala” ao que acreditavam ser a expectativa dos patrões, desta forma, adotaram expressões que aparentavam fraqueza, deferência e uma recusa de qualquer perspectiva de confrontação, adaptando seu discurso aos aspectos mais gerais da política sindical do momento, que primava por uma política de colaboração de classes, tanto na proposta do governo varguista quanto no projeto legionário. Essa forma de atuação pode ser entendida como parte das “artes da resistência”, nos termos de James C. Scott: aproveitar as brechas do discurso dominante, explorando suas margens de interpretação e ambiguidades de forma a alcançar benefícios e/ou evitar retaliações.²⁶⁷

As tentativas de conciliação, por diversas vezes, chegavam ao ponto de esgarçamento e, em alguns casos, a escalada de atritos levou a grandes greves. Seja como for, não deixa de ser importante a referência da LCT à lei sindical do governo, já que a Legião

²⁶⁵ “A ‘Deus e Mar’ e o prefeito de Camocim”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 nov. 1931, p. 6.

²⁶⁶ “Legião Cearense do Trabalho”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 12 jan. 1932, p. 2.

²⁶⁷ SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

marcava posição contrária à sindicalização oficial. No entanto, não se trata de contradição ou oportunismo, mas de um jogo político calculado.

3.2 Integralismo, sindicalismo oficial varguista e comunismo

Em agosto de 1933, uma “caravana integralista” chegava ao Ceará, sendo a primeira vez que Plínio Salgado pisava em solo cearense. Boa parte dos líderes da LCT já havia estabelecido conexões com a Ação Integralista Brasileira (AIB), alentando, como ideia subjacente, que a força do legionarismo fosse canalizada para o movimento do sigma. As relações, especialmente entre os líderes, foram de fato bem estreitas; Jeovah Motta, por exemplo, acumulou simultaneamente a chefia legionária e a função de chefe provincial da AIB, e as páginas do *Legionário* passaram a abrigar material de divulgação do Integralismo. Apesar disso, as duas organizações continuaram institucionalmente separadas.

Em setembro, foi a vez de Getúlio Vargas visitar as terras cearenses, como parte de um itinerário de viagem pelos estados do “Norte”, sendo, também, a primeira vez que o então presidente pisava no Ceará. O contexto geral envolvia os trabalhos da Constituinte e podemos dizer que Getúlio, de certa forma, estava em campanha. Era o momento de solidificar sua imagem como comandante da nação e suplantar eventuais competidores. Podemos tomar essas duas visitas, separadas por um mês de diferença, como metáforas de uma ampla disputa envolvendo os trabalhadores. De um lado, o integralismo e, de outro, o varguismo. No centro, por assim dizer, estava o apoio e a adesão dos trabalhadores o que, no Ceará, especialmente em Fortaleza, envolvia a Legião Cearense do Trabalho. Porém, havia outro competidor em campo: as forças de esquerda, associadas ao comunismo de forma geral. De forma mais ou menos visível, os comunistas foram sempre considerados pelas lideranças legionárias como seus oponentes por excelência.

3.2.1 Os legionários e o integralismo: apontamentos

Seria fácil elencar em termos ideológicos as profundas analogias entre LCT e AIB a partir, principalmente, dos textos de conteúdo doutrinal de ambos os movimentos e de alguns aspectos de suas práticas políticas. Os próprios líderes legionários o fizeram de forma clara e repetida, por exemplo, a partir da edição número 21, de 22 de julho de 1933, o *Legionário* passa a garantir uma página para divulgação da doutrina integralista, não por coincidência, era a preparação para a chegada da “caravana integralista”.

Na edição número 24, podemos acompanhar, em texto de primeira página, o que parece ser um longo arrazoado focado em demonstrar os vínculos entre os dois movimentos. Os pontos comuns eram salientados, como a crítica ao modelo liberal, ao comunismo e o elogio do nacionalismo. A conclusão que deveria ser tirada era estampada sem rodeios: “O evangelho legionário todo é assim, em tudo igual, semelhante em tudo a doutrina integralista”, ou ainda, “a força nova do Integralismo é a mesmíssima da Legião”. A reafirmação era necessária como forma de convencimento e, caso alguma dúvida persistisse, seguia a recomendação límpida e simples: “O legionário pode vestir, indiferentemente, a blusa mescla do trabalho dignificante e dignificado, ou a camisa verde oliva da mocidade pensante e laboriosa, patriótica e sadia, agrupada sob o estandarte do Integralismo”. Não era conveniente deixar espaço para interpretações desviantes, uma vez que a LCT deveria ser compreendida, de agora em diante, como parte indissolúvel do movimento do sigma: “No Ceará, o Integralismo está organizado e representado pela Legião Cearense do Trabalho!”.²⁶⁸

O discurso público pretende falar por todos e abarcar a coletividade em um só entendimento, trazendo um discurso de unidade que não abre espaço para visões divergentes. Seria pouco profícuo buscar, nas páginas da publicação oficial, evidências contrastantes. Poderíamos facilmente traçar paralelos a partir dos escritos de Severino Sombra (no caso, o material reunido no opúsculo *O Ideal Legionário*) e os vários textos de Plínio Salgado, e tornaríamos a identificar similaridades de pensamento.²⁶⁹ O mesmo poderia ser feito com a leitura de passagens do *Legionário*, o que só reafirmaria a conexão com o Integralismo.

Tal linha de investigação é perfeitamente legítima, mas costuma ser apresentada de forma a supor uma ampla e uniforme aceitação da ideologia do sigma pelos trabalhadores. A ideia é simples e segue um encadeamento que se pretende lógico: se os trabalhadores faziam parte da LCT e a Legião se ligou à AIB, inclusive possuindo profundas semelhanças ideológicas entre as duas, poderíamos supor que os trabalhadores também abraçaram em massa o pensamento integralista. De certa maneira, essa linha de investigação está presente em Alfredo Montenegro²⁷⁰ e é seguida por Willian Mello.²⁷¹

²⁶⁸ “Integralismo e Legião”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 24, 12 ago. 1933, p. 1.

²⁶⁹ Podemos afirmar que no interior do Integralismo existiam três grandes alas, ou tendências: a de Plínio Salgado, a de Gustavo Barroso e a de Miguel Reale. Inegável que a ala pliniana foi dominante e com ela que se estabeleceu contato entre a AIB e os líderes da LCT. Cf. TRINDADE, Héliogio. **Integralismo** (o fascismo brasileiro na década de 30). 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1979; BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 269 – 286, 2013; MAIO, Marcos Chor; Cytrynowicz, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

²⁷⁰ MONTENEGRO, João Alfredo. **O Integralismo no Ceará: variações ideológicas**. Fortaleza: IOCE, 1986.

As análises de Josênio Parente, cientista político, e, mais recentemente, de João Rameres Régis, historiador, apresentam algumas nuances em tal interpretação. Se é inegável que as maiores lideranças da Legião aderiram ao Integralismo, não podemos, contudo, supor que automaticamente os líderes sindicais de base e o conjunto dos trabalhadores os tenham seguido de forma tão simples. Parente demonstrou que figuras de grande expressão no sindicalismo da época, como Vital Félix e Inácio Ramos, não chegaram a aderir ao Integralismo.²⁷² Já Régis, destacou que, se é inviável estudar a AIB local sem atentar para a LCT, seria arriscado falar de uma ligação orgânica, uma vez que elas se mantiveram com estruturas e rotinas próprias e, ponto relevante, não houve a incorporação de uma pela outra.²⁷³ Gostaríamos de sugerir alguns novos aspectos que podem permitir a relativização da ideia de uma ampla adesão dos trabalhadores à AIB.

A primeira pista está justamente no fato de que as duas organizações foram mantidas institucionalmente separadas, mesmo quando Jeovah Motta acumulou tanto a chefia legionária quanto a função de chefe provincial do Integralismo no Ceará. Seria, provavelmente, o momento perfeito para uma fusão, o que não ocorreu. Mas tal afirmação, por si só, pouco esclarece. Outro indício podemos encontrar nas memórias do senhor “Muriçoca”, apelido de José Cassiano da Silva, reproduzido por Willian Mello e que aqui aproveitamos um trecho, a seguir:

Entrevistador: O senhor falou da legião, que legião era essa?

Muriçoca: A Legião Cearense do Trabalho foi uma organização que houve naquela época que o comandante diretor era o Tenente Severino Sombra, e tinha aqueles dois movimentos, era a Ação Integralista Brasileira e a Legião Cearense do Trabalho.

Entrevistador: Eram ligadas uma a outra?

Muriçoca: Não. Eram inimigas, eram contra.²⁷⁴

Ele acrescenta que, mesmo com os convites de um padre chamado Antônio Gomes, nunca chegou a ingressar na AIB, preferindo ficar somente na Legião. Para o Sr. Cassiano, não era tão indiferente assim vestir a camisa verde oliva ou a blusa mescla.

Sabemos que o terreno da memória é escorregadio. Talvez, à primeira vista, poderíamos simplesmente ignorar a fala do senhor “Muriçoca”, posto que LCT e AIB nunca

²⁷¹ MELLO, Willian. A Legião Cearense do Trabalho, o Integralismo e os trabalhadores cearenses (1931 – 1937): apontamentos para um debate. In: MELLO, Willian (org.). **Legionários, “galinhas verdes” e a política no Ceará (1929 – 1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016, p. 51-72.

²⁷² PARENTE, Josênio. **Anauê: os camisas-verdes no poder**. Fortaleza: EDUFUC, 1999.

²⁷³ REGIS, João Rameres. Integralistas e legionários na política cearense no pós-1930. In: MELLO, Willian. (org.). *op. cit.* Fortaleza: EdUECE, 2016, p. 11-50.

²⁷⁴ Entrevista com Senhor Muriçoca, Fita 4, 12 de maio de 1998, Morro do Ouro, Fortaleza – CE. Entrevistador: Salvino Lobo. Projeto Persona e Predicado do Museu da Imagem e do Som (MIS), Fortaleza – CE. *Apud*: MELLO, Willian. *op. cit.*, p. 66.

foram “inimigas”, logo, tudo não passaria de um evidente erro ou o entrevistado simplesmente pretendia evitar qualquer associação com um movimento de inspiração fascista. No entanto, como sugere Alessandro Portelli, a questão da credibilidade das fontes orais se coloca de forma “diferente”. Nas suas palavras: “A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir”.²⁷⁵ As formas de lembrar guardam esquemas próprios, subjetivos, que fazem sentido para o narrador, sendo assim, podemos pensar que não estamos diante de um simples equívoco e indagar por que o senhor Cassiano construiu a relação nestes termos.

Em interessante estudo, Portelli demonstrou como a memória de antigos trabalhadores comunistas, que lutaram contra o fascismo e vivenciaram os momentos de redefinição da política do Partido no imediato pós-guerra, continham narrativas muitas vezes imprecisas dos acontecimentos, deslizando “para o reino da fantasia”, mas revelavam um vigoroso substrato de sentimentos, visões e projetos alternativos. Em suas falas, muitos dos entrevistados, mesmo recontando a história de forma factualmente errada, revelavam insatisfações que permeavam a mente de muitos que viveram aquele período.²⁷⁶ Para o presente caso, pensamos que as reminiscências do senhor Cassiano, se não captavam exatamente os vínculos e as tramas políticas que conectavam AIB e LCT, revelam muito mais algo que estava oculto e que não aparecia no material oficial: uma profunda rejeição ao integralismo por parte de um grande contingente de trabalhadores.

No Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria (SOFSM), a primeira menção ao Integralismo surgiu quando Paulino Morais, em visita, anunciou, como iminente, a chegada ao Ceará de uma comitiva com a presença de Plínio Salgado. Certamente, o mesmo informe foi repassado nos demais sindicatos, objetivando gerar algum tipo de empolgação e favorecer o estreitamento de relações entre os dois movimentos. Na sessão seguinte, o assunto volta à baila, mas de forma bem mais interessante: o novo visitante citou que a “caravana integralista” já estava em Fortaleza e aproveitou para desfazer certas impressões e “esclareceu que a Legião não se desviou do seu programa, como dizem alguns elementos, abraçando o Integralismo”.²⁷⁷ Algum tempo depois, houve uma convocação para reunião extraordinária da

²⁷⁵ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, 1997.

²⁷⁶ PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 41-58, 1993.

²⁷⁷ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 18 de agosto de 1933.

LCT e um dos principais pontos debatidos, conforme foi dito no sindicato, era justamente sobre muitos afirmarem “que a Legião é boa, mas o Integralismo não é”.²⁷⁸

Mesmo sucintas, tais passagens fazem crer que interpretações dissonantes daquelas projetadas pelas lideranças e divulgadas nas páginas do *Legionário*, circulavam entre os trabalhadores. Possivelmente, para muitos, a questão não se colocava da mesma forma e nos mesmos termos definidos pelos chefes.

Mais uma vez, algumas pistas provêm do SOFSM. Em sessão, Raimundo Evangelista, que em outros breves momentos teceu comentários sobre a AIB, pediu a palavra e teria dito, conforme registrado em ata, o seguinte: “era integralista e não deixava o seu sindicato, se era de deixar o seu sindicato antes deixava o integralismo”.²⁷⁹ O vínculo com o sigma foi afirmado, indicando que trabalhadores aderiram à AIB. Por outro lado, é perceptível que a fala se insere em algum tipo de incômodo vivenciado internamente, permitindo inferir que a ênfase na propaganda do credo verde, em detrimento das questões prementes do sindicato, poderia ser mal vista. O que foi dito por Evangelista revela que se alguns aderiram ao Integralismo, outros não o fizeram, e isso poderia ser um foco de tensão no interior de alguns sindicatos.

Podemos relacionar esses apontamentos com o que foi narrado pelo senhor “Muriçoca”. Na publicação oficial da LCT não havia espaço para registrar as dúvidas e as indisposições dos trabalhadores quanto ao Integralismo, enquanto na memória do senhor Cassiano o tema surgiu de forma dúbia. A rejeição ao Integralismo, por parte de significativos contingentes de trabalhadores, só se manifestava, pelo menos nos registros escritos, em breves momentos e, só por meio de outras fontes, foi possível detectar um pouco desse pensamento dissonante. Dificilmente tal rejeição se apresentava na produção de manifestos ou material similar, estando mais presente no falatório fora de cena ou na simples indiferença. É claro que na época, no calor do momento, o fato era de amplo conhecimento da chefia legionária, que tentava a todo custo, pela palavra falada e escrita, alterar as percepções e diluir as resistências. A dificuldade de explicar tais detalhes retrospectivamente aparece na entrevista de Jeovah Motta. Segundo ele “tudo funcionou como se havendo a Legião, havia também o Integralismo”, ou seja, “a Legião para os problemas do programa legionário e da luta operária e sindical” e o “Integralismo, movimento político para aliciar todas as classes”.²⁸⁰

²⁷⁸ Ata da Assembleia Geral do SOFSM, 15 de setembro de 1933.

²⁷⁹ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 26 de maio de 1935.

²⁸⁰ MOTTA, Jeovah. Entrevista com o General Jeovah Motta concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, São João del-Rei, 1983. NUDOC, CD-ROM.

Muito possivelmente, a distinção era compreendida por uma parte dos trabalhadores em termos concretos. Era difícil crer que o Integralismo seria capaz de dar vazão prática às reivindicações proletárias, indo além da promessa contida em textos doutrinários. Talvez, justamente, aí esteja o eixo de divergência sentida por muitos trabalhadores durante aqueles anos: enquanto na Legião eles imaginavam encontrar um ambiente no qual era possível levar adiante lutas concretas (e, de fato, assim fizeram), no Integralismo isso era, no mínimo, duvidoso. As similitudes de ideias entre os dois movimentos acabavam sendo pouco relevantes para os trabalhadores. Sem dúvida, alguns devem ter se engajado em ambos os movimentos com similar esperança, mas, muitos outros, a maioria, não entendia o fenômeno da mesma maneira, apesar dos apelos dos chefes. Tal noção pode ter sido sentida por muitos trabalhadores desde o início e pelos demais, algum tempo depois. Essa dificuldade, cremos, tornou inviável a diluição de um movimento no outro, evitando que a LCT fosse pura e simplesmente absorvida pela AIB, desaparecendo institucionalmente.

Sintomático que Jeovah Motta, líder da LCT e da AIB no Ceará, e eleito Deputado com o apoio de ambos os movimentos, tenha abandonado o Integralismo em 1937 afirmando, na época, que dentro da AIB suas aspirações “não encontram satisfação” em prol “da Justiça Social, da Organização Nacional e da cultura e libertação do povo”:

*Meu Integralismo formou-se ao sopro rude das reivindicações populares, nas lutas da Legião Cearense do Trabalho, e foi sempre, acima de tudo, o anticapitalismo, a não transigência com os hábitos e ideais da vida burguesa, com a opressão das forças econômicas sociais dominantes. E a convicção a que cheguei de que a Ação Integralista Brasileira, tanto pela sua doutrina como pela sua organização, não é e não poderá ser instrumento adequado desses meus ideais e ímpetos; a compreensão a que hoje me rendo de que nela, na realidade, não há lugar para a ampla e intensa ação proletária sindical.*²⁸¹

O contato com grupos operários forjou sua preocupação para uma “ação proletária sindical”, que agora percebia como inviável dentro do Integralismo, semelhante ao que muitos trabalhadores haviam percebido bem antes. A carta de Jeovah Motta foi amplamente reproduzida em diversos jornais do país e sua renúncia, e desligamento, da AIB em 1937 foi como uma bomba para o movimento integralista. Seja como for, a partir da decretação do Estado Novo, não só a AIB seria proscrita, mas a LCT também chegaria ao fim.

²⁸¹ A carta foi publicada em diversos periódicos, por exemplo: **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1937, p. 3; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1937, p. 5; **A Batalha**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1937, p. 2; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 de jun. 1937, p. 3. Grifo nosso.

3.2.2 *Sindicalismo oficial e legislação trabalhista: a recusa e o desejo*

Alguns meses depois da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas baixava o decreto nº 19.770, regulando a sindicalização da classe operária e da classe patronal. Conforme o texto, um sindicato, para ser reconhecido, deveria abrigar no mínimo 30 associados, com pelo menos 2/3 de brasileiros natos ou naturalizados, e esta agremiação deveria se abster “de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso”. Para obter o reconhecimento oficial, era necessário enviar cópia da ata de instalação junto com uma relação do número de sócios (incluindo nome, profissão, idade, estado civil, residência, nacionalidade e local onde exerce atividade profissional), todavia, a aprovação estava condicionada às modificações eventualmente indicadas pelo Ministério. A fiscalização estatal poderia ser efetuada por meio do acompanhamento das sessões, remessa de materiais e até mesmo via intervenção. Uma vez reconhecido, o sindicato poderia “fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, cooperativas, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência”, além de ser facultado celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho.

Ganhando personalidade jurídica, os sindicatos eram definidos como órgãos de cooperação e de colaboração com o poder público, sendo garantido o direito de pleitear uma série de benefícios, tais como: “medidas de proteção, auxílios, subvenções, para os seus institutos de assistência e de educação, já existentes ou que se venham a criar”; regularização de horas de trabalho, em particular para mulheres e crianças; melhorias nos salários e/ou fixação de salários mínimos; “regulamentação e fiscalização das condições higiênicas do trabalho em fábricas, em oficinas, em casas de comércio, usinas e nos campos”; ações preventivas ou repressivas contra infrações das leis. Era expressamente proibido aos patrões “despedir, suspender e rebaixar de categoria, de salário ou de ordenado o operário ou empregado, pelo fato de associar-se ao sindicato de sua classe”.²⁸² É importante ressaltar que não estavam inclusos os funcionários públicos e os que trabalhavam em serviços domésticos, que aguardariam regulamentação à parte.

O decreto, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, vinha para transformar e para concorrer com o padrão associativo até então vigente. Consagrando o princípio da unicidade e definindo os sindicatos como órgãos consultivos e de colaboração com o poder público,

²⁸² Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931. “Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/05/2018.

pretendia-se trazer “as associações operárias para a órbita do Estado”. Vedando a divulgação de ideologias políticas e religiosas, a meta era quebrar as organizações independentes, em especial as de esquerda. O caráter tutelar permitia ao Estado fiscalizar e intervir nos sindicatos. Por outro lado, havia garantias legais para o funcionamento sindical e, idealmente, evitar represálias patronais, o que despertou interesse de várias associações pelo país. Embora definida como facultativa, a sindicalização tornava-se, na prática, compulsória, “já que apenas os elementos sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social”.²⁸³

Não foram poucos os que recusaram se submeter à nova lei sindical e as resistências vieram de muitas frentes: dos meios operários, do setor empresarial e da Igreja, que também se mostrou refratária a tal modelo, já que representava uma ameaça ao sindicalismo de base confessional. Evidentemente que algumas categorias se mostraram animadas com a possibilidade de obter, por via do reconhecimento oficial, uma melhor estabilidade e segurança, além de usufruir de benefícios.

A LCT estimulou, por um lado, uma estratégia de recusa em relação à oficialização dos sindicatos, criticando severamente o decreto nº 19.770 de março de 1931. Por outro lado, fazia ampla divulgação dos projetos e das leis trabalhistas decretadas. Essa postura não é, em si, contraditória e mesmo que possamos considerá-la ambivalente, ela possuía uma lógica própria no interior das disputas políticas e das relações de força.

Sabemos que a lei sindical de 1931 foi escrita por várias mãos. Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, por exemplo, eram experimentados nomes com longas relações junto à classe trabalhadora e suas lutas. Ambos foram consultores do Ministério e colaboraram na configuração do decreto 19.770 e nos anteprojetos de leis trabalhistas na gestão de Lindolfo Collor.²⁸⁴ Os benefícios oriundos do reconhecimento oficial, o que provavelmente foi o foco de vários dos colaboradores, tinham como contrapartida a aceitação da tutela estatal, o que se casava com o interesse do novo grupo no poder. Seja como for, Collor circulou pelo país para divulgar e para estimular a sindicalização, contudo, em diversas ocasiões, o contato foi áspero e no Ceará não foi diferente.

Em evento no Teatro José de Alencar, um forte debate teve lugar entre o Ministro e Severino Sombra. O tenente questionou a lei sindical e vários aspectos das novas leis; Collor retrucou que, na prática, não havia leis ainda, somente anteprojetos, justamente para serem analisados e questionados. Independente dos detalhes das falas, a Legião transformou o

²⁸³ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 163.

²⁸⁴ BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.

episódio em um exemplo de altivez e de coragem do chefe legionário. Para o Ministro, possivelmente, foi mais um episódio, dentre outros, de resistência ao projeto sindical do governo. Como citou Ângela Araújo, “os quatorze meses da gestão de Collor foram marcados pela instabilidade, devido tanto aos ataques tenentistas quanto ao descontentamento e às pressões de trabalhadores e empresários em relação à elaboração da legislação trabalhista”.²⁸⁵ Se para muitos trabalhadores o principal problema era a ameaça à autonomia sindical, para o empresariado o problema era duplo, pois além de não concordarem em submeter suas associações aos ditames do governo, se mostravam contrários a uma nova e ampla legislação trabalhista. Para substituir Collor no Ministério, entrou Salgado Filho com a tarefa de fazer avançar o projeto corporativo estatal.

Na Legião, foi adotada uma ação bifronte: por um lado, se recusava a aderir ao modelo sindical do governo e, por outro, se fazia ampla campanha de cada lei à medida de sua decretação, reivindicando seu pleno cumprimento. Dentro das possibilidades políticas daquela conjuntura, os trabalhadores tentaram garantir o melhor dos dois mundos: colher os benefícios da legislação social sem os entraves e controles estatais. A estratégia de recusa à oficialização, em especial entre 1931 e 1934, é perceptível através dos dados oficiais.

Tabela 4 - Sindicatos de empregados oficialmente reconhecidos entre 1931 e 1934

Unidades Políticas	1931	1932	1933	1934	Total
Distrito Federal	21	25	20	08	74
São Paulo	02	06	52	27	87
Rio de Janeiro	04	24	29	20	77
Rio Grande do Sul	-	06	48	21	75
Santa Catarina	-	19	10	03	32
Pará	-	11	11	03	25
Paraná	10	06	06	-	22
Minas Gerais	-	-	22	31	53
Bahia	-	01	21	33	55
Pernambuco	-	08	09	09	26
Espírito Santo	-	04	10	12	26
Sergipe	02	02	03	08	15
Maranhão	-	-	06	02	08
Alagoas	-	04	02	02	08
Rio G. do Norte	-	-	04	03	07
Piauí	-	-	03	05	08
CEARÁ	-	-	01	02	03
Paraíba	-	-	02	01	03
Mato Grosso	-	-	-	03	03
Amazonas e Acre	-	-	-	15	15
Goiás	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p. 315.

²⁸⁵ ARAÚJO, Ângela. **Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30**. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994, p. 92.

Se no primeiro ano o movimento de sindicalização foi tímido, com pouquíssimos sindicatos reconhecidos em quase todos os estados da federação, o cenário começa a mudar após a guerra civil de 1932, quando o governo inicia, de fato, a implementação de uma série de leis. No centro-sul, o antigo Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais disparavam em termos de sindicalização. No Norte, Bahia e Pernambuco se destacavam como os estados com mais sindicatos reconhecidos; enquanto o Ceará, até 1934, contava com o pequeno número de apenas três sindicatos oficializados, um dos índices mais baixos do país.

Uma parte da atuação legionária era pautada na mobilização de forças, visando pressionar por modificações na lei de sindicalização em vigor, como atestamos através do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria: “O expediente constou de uma circular do Chefe da Legião Cearense do Trabalho para que o Sindicato se dirija ao Sr. Chefe do Governo Provisório e ao Ministro do Trabalho para que seja aprovado o projeto de reforma da Lei de Sindicalização decreto 19.770”.²⁸⁶

Como afirma Ângela de Castro Gomes, a “redefinição corporativa”, no marco institucional e legal pretendido pelo governo, não era “um fato decidido e acabado”:

Isto é, esta não é a única direção possível do processo político que se vive, principalmente se o examinarmos a partir das forças políticas em choque pelo controle do aparelho de Estado. A situação conjuntural é de luta entre propostas políticas distintas, inclusive entre várias formas de autoritarismo, nas quais o papel do Estado e das corporações nem sempre era exatamente o mesmo.²⁸⁷

Recusar a oficialização foi viável por um tempo, especialmente até o limiar de 1934, quando foi ficando evidente que tal estratégia era cada vez mais contraproducente. As implicações de tal recusa foram sentidas em vários aspectos, por exemplo, impossibilitando a eleição de deputados classistas quando da convocação de eleições para a Constituinte. Os “candidatos legionários”, Waldemar Falcão e Jeovah Motta, no entanto, disputaram o pleito como indicados pela Liga Eleitoral Católica (LEC).

A LEC foi constituída como alternativa da Igreja para participar das eleições sem se constituir em partido, ou melhor, adotando uma postura suprapartidária. Seu principal articulador leigo foi Alceu de Amoroso Lima, com franco apoio do Cardeal Leme. Em termos gerais, a Liga anunciaria sua plataforma fundamental contendo dez pontos e os indivíduos e

²⁸⁶ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 21 de julho de 1933.

²⁸⁷ GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 217.

partidos que se comprometessem com os princípios anunciados, receberiam o beneplácito da LEC, sendo, então, recomendados como candidatos que mereciam o voto dos católicos.

No Ceará, a LEC acabou ganhando a forma de um verdadeiro partido político, montando o que parecia ser uma chapa própria e disputando, principalmente, com o Partido Social Democrático (PSD) o voto popular.²⁸⁸ Na LCT, chegou a ser montado um posto de alistamento eleitoral funcionando diariamente na sede do secretariado. É válido mencionar os novos elementos presentes no modelo eleitoral que se iniciava: a) voto secreto; b) voto feminino; c) atuação da recém criada Justiça Eleitoral, que retirava dos legislativos estaduais o poder de fiscalizar e reconhecer os resultados; d) criação dos deputados classistas, sem efeito para o Ceará como já destacamos.²⁸⁹ Todo o desenrolar do processo eleitoral foi acirrado e o mesmo ocorreria nas eleições seguintes.²⁹⁰ Ao final, a Liga obteve grande vitória com a eleição dos seus candidatos. Em Fortaleza, por exemplo, o voto de legenda garantiu para a LEC 3.456 votos contra 1.048 para o PSD.²⁹¹

O resultado já prenunciava a provável saída de Jeovah Motta da Legião, posto que deveria assumir mandato como deputado, o que se concretizou em novembro de 1933, embora tenha mantido proximidade por mais um tempo. A chefia ficava interinamente com Ubirajara Índio do Ceará até que, em fevereiro de 1934, assumiu um novo triunvirato, com Manuel dos Santos, Vital Félix e Ubirajara Índio. Em maio do mesmo ano, Manuel dos Santos foi eleito como novo chefe da LCT.

Tal momento coincidiu com o retorno ao Brasil do tenente Sombra, após quase dois anos de exílio em Portugal. Severino Sombra disputou a liderança da AIB, em Vassouras (1934), com Plínio Salgado, sem sucesso. Ao mesmo tempo, proferiu diversas declarações à imprensa questionando e desqualificando o funcionamento da LCT nos últimos anos, o que azedou as relações. Se o antigo chefe pretendia retomar o controle da Legião, tal fato não aconteceu, demonstrando que o caráter personalista e a mística de fundador e de primeiro líder não eram suficientes. De volta ao Ceará, a opção de Severino foi fundar um movimento

²⁸⁸ Fortaleza estava dividida em duas zonas eleitoras com doze seções cada uma. Como parte de sua estratégia, a LEC montou 24 postos para orientar os seus eleitores, cada posto correspondendo a uma das seções de votação. “Ao eleitorado católico de Fortaleza”. **O Nordeste**, Fortaleza, 2 maio 1933, p. 3.

²⁸⁹ Para os nossos padrões atuais, o número de votantes seria considerado extremamente baixo, totalizando apenas 7.541 eleitores em Fortaleza. **O Nordeste**, Fortaleza, 4 maio 1933, p. 1.

²⁹⁰ Denúncias de manipulações de parte a parte foram comuns. Em alguns momentos detectamos visões críticas sobre o voto feminino, visto como mais facilmente manipulável. João Nogueira, por exemplo, em crônica datada de 1934, narra “dois casos jocosos” sobre o “voto feminino”, nos quais mulheres supostamente votavam com o rosário nas mãos e entoando orações. O cronista conclui: “Isto na capital: imagine-se como teriam votado, no sertão, essas pobres criaturas!” Independente da veracidade dos relatos, o teor é crítico em relação ao discernimento e capacidade feminina para participar das eleições. NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**: crônicas. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980, p. 179–180.

²⁹¹ **O Nordeste**, Fortaleza, 20 maio 1933, p. 1.

paralelo, intitulado “Campanha Legionária”. Em alguns momentos, ocorreram atritos entre membros das duas agremiações e, mesmo sem obter a mesma expressividade de outrora, funcionou como um concorrente para a LCT.

Em agosto de 1934, a Legião convoca o seu “Primeiro Congresso Legionário” para dinamizar as atividades e favorecer a integração das associações da capital com as das cidades do interior. Vários representantes vieram para Fortaleza oriundos de Aracati, Quixadá, Crato e outras localidades, nas quais a presença legionária era significativa.

Fechando a série de reuniões que compuseram esse Primeiro Congresso, Jeovah Motta, na qualidade de deputado, participou de debate sobre a “Lei de Sindicalização Operária”. Após recapitular o histórico de rejeição da sindicalização oficial por parte da LCT, Motta reconheceu que era o momento de inverter tal posição, argumentando ser “um erro a não sindicalização”. Afirmou ter observado, no Rio de Janeiro, a atuação dos comunistas, que estavam estrategicamente abraçando a oficialização dos sindicatos e ganhando espaço junto aos trabalhadores. A Legião, segundo ele, poderia prosseguir como um “partido político” ou como uma federação de sindicatos no qual os membros se agregariam paralelamente, sem abrir mão de suas propostas fundamentais. Além disso, somente os sindicalizados desfrutariam dos benefícios das leis trabalhistas, logo, era cada vez mais difícil defender os direitos operários e recusar a oficialização.²⁹²

Em outubro de 1934, ocorreria uma nova eleição e, mais uma vez, a LEC demonstraria sua força, pondo em prática a mesma estrutura que lhe garantiu o êxito no ano anterior. A Legião torna a apresentar Waldemar Falcão e Jeovah Motta como candidatos legionários para a Câmara Federal. Como também seriam escolhidos os deputados para a constituinte estadual, a LCT indica Ubirajara Índio do Ceará e Manuel dos Santos como candidatos, logicamente apoiados pela Liga Eleitoral Católica junto com outros nomes.²⁹³ Computados os votos, foi inegável uma nova vitória da LEC: Waldemar Falcão, Jeovah Motta e Ubirajara Índio são eleitos, mas não Manuel dos Santos.²⁹⁴

Na conjuntura entre os meses finais de 1933 e meados de 1935, as correntes de esquerda se rearticulavam com a Liga Operária Independente e a Aliança Nacional Libertadora. Os conflitos, opondo aliancistas e integralistas, se tornaram comuns. Na Legião, em fevereiro de 1935, o capitão Carvalhedeo foi eleito como novo chefe. A escolha não foi apreciada pelas bases operárias e, no SOFSM, Francisco Delfino, acompanhado por outros

²⁹² **O Nordeste**, Fortaleza, 6 set. 1933, p. 4.

²⁹³ “Liga Eleitoral Católica”. **O Nordeste**, Fortaleza, 29 set. 1934, p. 1.

²⁹⁴ “A LEC venceu”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 24 nov. 1934, p. 1; “Eleição de 14 de outubro - Os candidatos eleitos”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 26 nov. 1934, p. 1.

colegas, contestou a escolha, indicando que o chefe da Legião “devia ser um operário e não um militar”.²⁹⁵ Alguns membros (embora poucos) haviam deixado a LCT para ingressar na “Campanha Legionária”, acompanhando Severino Sombra. Outras categorias começaram a se deslocar politicamente para movimentos de esquerda. Enquanto as greves entre 1932 e 1934 tiveram grande participação legionária, os movimentos grevistas, a partir de 1935, dialogaram com outros grupos, funcionando como barômetro da situação política.

Importante destacar a mudança de orientação dentro da Igreja Católica: o apoio eclesiástico à Legião foi inequívoco desde 1931, mas a partir de 1935 se tornou visível uma redução do espaço destinado à LCT (o jornal *O Nordeste*, por exemplo, reduziu as notícias sobre o cotidiano legionário). Não estamos falando de oposição ou crítica, mas a Igreja, a partir da oficialização da Ação Católica, em 1935, define como prioridade a organização nos moldes do circulismo, que garantiam de forma mais efetiva o controle por parte da hierarquia católica se comparado a organismos como a Legião. O aspecto aglutinador de associações, caráter fundamental da LCT, deixava de ser interessante para a cúpula da Igreja, sendo tal fenômeno detectado também por Deivison Amaral em relação à Confederação Católica do Trabalho (CCT) de Belo Horizonte (MG), instituição que guarda similaridades com a Legião Cearense do Trabalho.²⁹⁶ LCT e CCT perderam dinamismo frente à nova orientação da Igreja.

Manuel dos Santos ficou menos de um ano na chefia da LCT, e a liderança de Carvalhedeo foi ainda menor, apenas seis meses. Para ocupar seu lugar, foi eleito, em agosto de 1935, Vital Félix de Sousa, que desfrutava de uma imagem extremamente positiva devido sua longa trajetória na direção do Sindicato dos Trabalhadores do Porto. A missão de Vital Félix era difícil: reagrupar uma Legião fraturada. Em Fortaleza, a LCT estava menor, considerando a saída de várias categorias no último ano e, se na capital o movimento enfraqueceu, no sul do estado o cenário era diferente. Notícias davam conta de uma grande efervescência no Crato e cidades próximas a partir da liderança local de Francisco Inácio Ramos.²⁹⁷ Não surpreende que o 2º Congresso Legionário tenha sido realizado, justamente, na cidade do Crato, o que demonstra o peso crescente do setor da LCT no sul do Ceará.²⁹⁸ Até mesmo uma subvenção especial, com crédito de 5:000\$000, foi aprovada pela Assembleia Estadual “para construção da sede das escolas proletárias da Legião Cearense do Trabalho na

²⁹⁵ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 10 de fevereiro de 1935.

²⁹⁶ AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho**: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909 – 1941). 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015, p. 107-114.

²⁹⁷ “Observações do Cariri – Formidável organização trabalhista”. *O Nordeste*, Fortaleza, 12 dez. 1936, p. 4.

²⁹⁸ “II Congresso Legionário”. *A Razão*, Fortaleza, 27 out. 1936, p. 6.

cidade do Crato”.²⁹⁹ Se o I Congresso foi realizado em Fortaleza e os membros da LCT no interior se deslocaram para a capital, agora estava clara a mudança do eixo de maior representação legionária, concentrado na região do Cariri. A capital, que pelo menos até o início de 1935, concentrava o maior número de associações ligadas à Legião e era o polo irradiador, estava reduzida em sua importância.

Vital Félix, Inácio Ramos e os demais nomes que permaneceram no comando, a partir de uma compreensão do momento e maior sensibilidade para o que acontecia nas bases, trataram de encaminhar uma reversão completa da postura outrora predominante quanto ao sindicalismo oficial: a recusa foi totalmente abandonada em prol de uma política de adesão. Impossível saber se conseguiriam expandir novamente a LCT em outras cidades e se na capital seria possível atrair de volta as categorias que deixaram o legionarismo. Com a decretação do Estado Novo, a Legião deixou de existir.

3.2.3 Os Comunistas, *antípodas da Legião*

A militância comunista teve seu espaço de atuação profundamente cerceado no início da década de 1930. Como citamos anteriormente, as ações projetadas foram desbaratadas e diversos militantes foram presos, alguns foram deportados e outros mudaram de cidade ou de estado. Nas atas do Sindicato dos Trabalhadores do Porto, Vital Félix alertou os associados “que tivessem o máximo de cuidado” e não andassem “propalando pelas ruas” qualquer tipo de proximidade com o comunismo, posto que alguns haviam sido presos e a liderança do sindicato teve que atuar junto às autoridades “para botar dois sócios fora da cadeia”.³⁰⁰ Lógico que o STPF não apresentava, na prática, vínculos com o comunismo, mas era bem possível que integrantes fossem próximos de alguma forma.

Entre os documentos do Tribunal de Justiça disponíveis no Arquivo Público do Estado do Ceará, localizamos um inquérito iniciado em Cajazeiras, estado da Paraíba, remetido à polícia cearense, que lança luz sobre esse momento. No caso, havia sido detido, ao sair de uma agência dos correios, o indivíduo Antônio Francisco de Oliveira que, quando interrogado, afirmou ter 36 anos, ser brasileiro, artista, residente em Fortaleza, sabendo ler e escrever. Questionado sobre sua presença na Paraíba, dividiu sua argumentação em duas partes: na primeira, explicava que sua proximidade com José Joaquim de Lima, notório militante comunista conhecido pelo apelido José Pernambuco, era estritamente vinculada ao

²⁹⁹ **A Razão**, Fortaleza, 18 dez. 1936, p. 3.

³⁰⁰ Ata da sessão ordinária do STPF, 25 de janeiro de 1931.

exercício de um mesmo ofício. Em segunda parte, comentava sua atuação na associação União dos Pedreiros, cujas reuniões foram entendidas pela polícia como de caráter comunista. Vamos seguir o registro de depoimento:

José Pernambuco era conhecido por todos em Fortaleza como chefe comunista e era pedreiro e, como elle depoente é também pedreiro, muitas vezes trabalhava junto com José Pernambuco e outros seus companheiros de arte, ao terminarem o serviço regressando para suas casas junto com José Pernambuco, passava na Praça do Ferreira e os frequentadores da Praça ao ver elles passarem juntos diziam: ‘La vae o chefe comunista e todos aquelles que lhe acompanham são’; [...] que de setembro para outubro estava elle depoente na qualidade de Diretor da Sociedade União dos Pedreiros, reformando os Estatutos da citada União, com uma comissão dos membros da sociedade, sendo a reunião em casa ou residência d'elle depoente; que estas reuniões deu lugar a comentarem que diziam ser comunista a ponto de em dias de outubro, não precisando bem o dia, ser a casa cercada e varejada pela Policia, que nada encontraram; que por conselho de diversos camaradas, temendo ser preso e deportado, vivendo do trabalho afim de ganhar o pão para os seus filhos, resolveu retirar-se daquela capital.³⁰¹

Antônio foi detido em uma agência dos correios, quando apanhava três cartas que foram anexadas ao inquérito. Na primeira, o irmão, Manuel, informava que não havia mais “perseguição” e “perigo”, sendo assim, Antônio já poderia retornar, embora o trabalho estivesse escasso por conta do inverno. Na segunda carta, a esposa, com bela caligrafia, informava que ela e os filhos estavam com saúde, mas passando dificuldades financeiras, e recomendando que Antônio, ao regressar, não deveria aparecer “logo aqui de uma vez”, mas ficar na “Parangaba” na casa de um amigo, considerando que alguns vizinhos seriam verdadeiros “algozes”, especialmente uma tal Chiquinha Damião que teria sido autora da denúncia de todos como comunistas. A terceira, sem assinatura do remetente, indicava que tudo estava “aparentemente parado”, isso após 15 terem sido deportados “para o sul do *paiz*”. Todos os demais teriam sido postos em liberdade, mas persistia “rigorosa vigilância policial”.

Se Antônio Francisco foi preso ao buscar tais cartas, significa que sua identidade era conhecida e estava sendo vigiado na Paraíba. A remessa do material (depoimento e cartas) para o Ceará demonstra o compartilhamento de informações. Não sabemos que fim levou o pedreiro e sua família, mas o pequeno inquérito ajuda a compreender detalhes do processo repressivo que fragilizou a atuação da militância comunista. Ações públicas e de elevada visibilidade, como comícios, *meetings* e reuniões abertas estavam fora de questão por um tempo, fazendo com que tudo se tornasse mais clandestino.

³⁰¹ APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Crimes Políticos, Caixa 01, Processo nº 1931/01.

No seu início, a LCT se beneficiou, portanto, do evidente enfraquecimento da militância comunista. Se com o Integralismo as grandes lideranças legionárias esperavam uma aliança e com o sindicalismo oficial a posição foi oscilante, passando da rejeição a aceitação, em relação ao Comunismo não existiu meio-termo ou dúvida: era um opositor a ser vencido. No discurso, a ameaça comunista era apresentada como persistente, como se estivesse sempre à espreita, esperando um momento de fragilidade da Legião. Sistemáticamente, os indivíduos e os grupos de esquerda, genericamente associados ao comunismo, eram avaliados como potenciais competidores na disputa pela lealdade operária. Em outros termos, o comunismo seria a grande antípoda do legionarismo.

Entre meados de 1931 até o final de 1932, os militantes pareciam ter optado, prioritariamente, por formas de atuação anônimas. Isso ficava evidente no caso dos boletins encontrados nas oficinas da Rede de Viação Cearense (RVC) em certa manhã, no início do trabalho. Tão logo o local foi aberto, foram encontrados os ditos “boletins comunistas” em todos os locais, inclusive nas “mesas dos funcionários de escritório”. O diretor da RVC, Ulpiano de Barros, determinou abertura de inquérito, julgando incompreensível que, havendo quatro vigias, “nenhum visse pessoa estranha nas oficinas penetrar e fazer tal serviço, no que gastaria no mínimo uma hora”. A polícia também foi acionada e o operário Clóvis Barbosa, “tido como comunista”, foi detido para averiguações. Tudo feito “com o maior sigilo”.³⁰² Não sabemos o resultado de tais averiguações, mas fica evidente a forma anônima de atuação, já que os boletins foram distribuídos de forma oculta e sem autoria identificada, mas é possível pensar que o autor (ou autores) da ação desfrutasse da cumplicidade de outros.

Somente em 1933 observamos formas públicas de apresentação dos grupos socialistas/comunistas, com a criação da Liga Operária Independente (LOI) que agregava, conforme a *Gazeta de Notícias*, “elementos proletários adeptos do socialismo”. Sem dúvida, o processo de constitucionalização do país arrefeceu a repressão. No entanto, os choques entre os adeptos do socialismo e os integralistas magnetizaram a atenção justamente no lançamento oficial da LOI, em outubro de 1933.

Previsto para o dia 15 de outubro, em um prédio à rua Floriano Peixoto, o lançamento da LOI foi anunciado “pela imprensa e em boletins”. A *Gazeta* ressaltou que a solenidade estava envolta em “certa expectativa desagradável”, posto que se propalava a provável presença de “pessoas avessas às doutrinas e aos participantes do referido grêmio”, o que gerava temor “que o extremismo e a exaltação degenerassem em perturbação da ordem”.

³⁰² “Centenas de boletins comunistas espalhados nas oficinas do Urubu”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 abr. 1932, p. 2.

E foi exatamente isso que aconteceu. As falas dos dois primeiros oradores foram aparteadas por vaia e palavras de ordem proferidas por “elementos pertencentes ao integralismo nacional”. Tão logo teve início o discurso do terceiro orador, jornalista Jáder de Carvalho, sua fala foi interrompida por gritos ainda mais ferozes e, repentinamente, um tiro foi disparado no salão: “Estabeleceu-se então o pânico na pequena saleta onde se realizava a sessão. Os tiros se repetem, aumentando grandemente a confusão, sendo que um deles atingiu levemente o orador, que tombou ao solo já com um pequeno ferimento na cabeça”.³⁰³

O jornal *A Rua* também garantiu destaque ao caso, ressaltando que o conflito prosseguiu no lado de fora de prédio, com atritos entre membros da LOI e da AIB. Entre os ditos “elementos pertencentes ao integralismo” que estiveram presentes, estavam inclusos “praças da Força Federal”.³⁰⁴ A *Gazeta* também citou a presença de soldados do exército, o que não surpreende, pois o Integralismo possuía muitos adeptos entre os militares. Da mesma forma, isso esclarece o relato de golpes e ferimentos produzidos pelo uso de sabres.

Um inquérito foi aberto para apurar a violência e descobrir o autor do disparo que feriu o jornalista Jáder de Carvalho. O episódio gerou um extremo mal-estar para o então capitão Jeovah Motta, que também era chefe provincial da AIB. Motta publicou nota através do *Legionário* esclarecendo que os acontecimentos noticiados “ocorreram inteiramente à revelia dos órgãos diretores da Legião e do Integralismo”.³⁰⁵ De uma forma ou de outra, não encontramos, nas visitas feitas por representantes legionários aos sindicatos, qualquer fala que possa ser considerada indutora de confrontações físicas contra opositores, mas é inegável que observamos uma urgência na atitude de traçar e de definir fronteiras.

No Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria se comentou, em setembro de 1933, sobre o aparecimento da “Liga dos Operários Independentes”, sem maiores explicações.³⁰⁶ Em novembro, o representante da Legião alertava que, diante da partida de Jeovah Motta para o Rio de Janeiro, para atuar na constituinte, “os nossos inimigos” poderiam aproveitar a “ausência do Chefe para fazer intrigas e confusões”.³⁰⁷ A propaganda comunista precisava ser rebatida em cada oportunidade, especialmente em momentos mais sensíveis, como os episódios grevistas. Quando da greve dos padeiros, os visitantes fizeram questão de “explicar o caso dos padeiros, desmentindo todos os elementos comunistas”.³⁰⁸

³⁰³ “A luta de classes invade a cidade”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 17 out. 1933, p. 1.

³⁰⁴ **A Rua**, Fortaleza, 17 out. 1933, p. 1.

³⁰⁵ “Nota do Chefe da Legião e da Ação Integralista”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 34, 21 out. 1933, p. 5.

³⁰⁶ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 8 de setembro de 1933.

³⁰⁷ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 3 de novembro de 1933.

³⁰⁸ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 24 de novembro de 1933.

Tornou-se imprescindível alargar o escopo de atuação, abrindo espaço para atividades fora das associações, tal qual estava sendo feito pelos militantes comunistas.

Em consequência da campanha de mentiras que elementos comunistas, ultimamente, desenvolveram covardemente contra Legião Cearense do Trabalho e pelo fato de estarem se tornando por demais audaciosos esses lacaios do capitalismo moscovita, resolveram as autoridades legionárias realizar uma série de comícios nos bairros de Fortaleza tendo por finalidade, orientar e esclarecer o operariado e o povo em geral contra os planos terroristas e os intuítos maléficis destes inimigos da Pátria brasileira.³⁰⁹

Se ações públicas não eram novidade, adotava-se agora um novo campo de atuação: os comícios nos arrabaldes. Não bastava o discurso no espaço das associações, era necessário alcançar a população mais pobre em suas áreas de habitação. Prosseguia, assim, a batalha sem tréguas contra o comunismo.

Era importante contraditar os oponentes, demonstrar suas falácias. Citar a situação vivida na Rússia aparecia como o contraponto preferencial, sendo dito e repetido à exaustão como exemplo perfeito da impraticabilidade do comunismo e suas falsas “promessas”:

O comunismo poderá fazer a felicidade do povo do Brasil? Não; porque o comunismo não extingue a miséria, o comunismo não acaba a pobreza e nem a ignorância.

Os comunistas procuram seduzir o povo com a promessa de que o comunismo abolirá os impostos. É uma falsidade. Os comunistas não podem viver sem o dinheiro do povo e por isso nenhum imposto será acabado.

Na Rússia a experiência deu resultado negativo. A miséria do povo aumentou naquele país. E si os comunistas de lá ainda estão no poder é porque de comunistas eles só tem o nome.³¹⁰

Mas nem todas as mensagens e os discursos tinham como alvo somente o operariado, uma vez que se pretendia alcançar simultaneamente os patrões. Reiteradamente se reproduzia a ideia de que o fracasso da Legião implicaria em vitória para o comunismo. No que podemos considerar uma forma de ação pedagógica, exortava-se que os patrões deveriam rever sua política de atritos e de indisposições em relação à LCT:

Envolta em um indiferentismo criminoso e de uma ingratidão lastimável, não reconhece a burguesia a sinceridade e o desprendimento de como agimos, procurando reunir as classes trabalhadoras e orientá-las num sentido de ordem, sem nenhum interesse individual, tendo em vista, apenas, o bem social, quando ella é que seria a grande prejudicada pela vitória do communismo, e permanece hostil ao nosso movimento, dizendo-se, paradoxalmente, anti-communista. [...]

Dois caminhos se rasgam às suas vistas: – Legião ou Communismo.
Escolham os Srs. capitalistas: não pode haver meio-termo.³¹¹

³⁰⁹ “Comícios legionários”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 40, 2 dez. 1933, p. 5.

³¹⁰ **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 44, 30 dez. 1933, p. 6.

Em 1935, momento de notório enfraquecimento da LCT, as forças de esquerda ganharam mais proeminência. Ao que tudo indica, boa parte da iniciativa partiu de membros da União dos Pedreiros, o que é bastante significativo, já que foi uma associação visada pela vigilância policial no combate ao comunismo no início da década.

Foi a União dos Pedreiros que convocou uma “conferência” para discutir a “luta pelo cumprimento da Lei de 8 horas de trabalho”. Compareceram representantes da União Geral dos Trabalhadores em Construção Civil, Sindicato dos Pintores, União dos Redeiros, Sindicato dos Trabalhadores Gráficos e outros, que aprovaram a formação de uma “frente única sindical”.³¹² Foi do mesmo período (em maio) a greve dos operários da Usina Gurgel, liderada por um comitê tirado da citada “Frente Única Sindical” e não pela Legião, diferente de outras tantas greves nos anos anteriores.

Por fim, claro, a formação de um núcleo local da Aliança Nacional Libertadora (ANL),³¹³ tornando evidente o crescimento de organismos animados por grupos de esquerda. Tal qual a Legião alguns anos antes, o lançamento oficial da ANL, no Ceará, foi realizado no Teatro José de Alencar,³¹⁴ mas é evidente que seus membros estavam atuando bem antes, através de reuniões, divulgação de impressos e comícios. O tempo de vida da ANL foi breve, uma vez que baseado na Lei de Segurança Nacional, o governo Vargas decretou, no início de julho, o fechamento da organização e, desta forma, uma nova onda repressiva ganhou força.

Em 1935, a Legião estava enfraquecida pelas dissensões e já não dispunha de um órgão impresso próprio, o que torna difícil rastrear os debates internos. Identificamos, porém, a opção por uma rápida mudança da sua liderança: saída do capitão Carvalhedo (cuja passagem pela chefia foi breve e não bem-vista pelas bases operárias) e a eleição de Vital Félix de Sousa, cuja posse marcava o quarto ano de existência da LCT.³¹⁵ Como único exemplar de texto assinado por Vital Félix, temos um “Manifesto ao operariado”, que retomava a ideia da Legião como “organização proletária, para proletários”, afirmando erguer “uma bandeira branca da paz”, abrindo espaço para um futuro retorno das associações que haviam se desvinculado da LCT. Enquanto discurso situado em um momento de notório avanço repressivo sobre o movimento operário, o texto segue garantindo o rechaço à “prática

³¹¹ “Carta aberta aos capitalistas”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 3, 18 mar. 1933, p. 2.

³¹² **O Combate**, Fortaleza, 3 abr. 1935, p. 2.

³¹³ Seguindo o padrão das “frentes populares” da Europa, a Aliança Nacional Libertadora foi constituída em 1935 unindo intelectuais, militares, operários e sujeitos diversos, tendo como princípios centrais a luta contra o fascismo, o anti-imperialismo e a defesa da soberania nacional. Luís Carlos Prestes foi considerado presidente de honra. Seu crescimento foi rápido, rivalizando com a AIB.

³¹⁴ “Aliança Nacional Libertadora”. **Unitário**, Fortaleza, 24 maio 1935, p. 1 e 7.

³¹⁵ “Legião Cearense do Trabalho”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 25 ago. 1935, p. 8.

da violência” e uma recusa de “toda e qualquer forma de agitação comunista”. Os patrões eram criticados por sonegar os direitos do operariado e o nacionalismo era ressaltado.³¹⁶

Seja nos espaços das associações ou em comícios nos arrabaldes, com argumentação em veículo impresso ou em forma oral, direcionado para operários e para patrões, os líderes da Legião não deixaram de ressaltar como característica o anticomunismo.

3.3 Vidas associativas

Pretendemos sugerir agora uma mudança no foco: reduzir a escala de observação, entendendo que este pode ser um caminho promissor no desvendamento de processos não captados anteriormente.³¹⁷ Nossa atenção será, prioritariamente, para o que podemos chamar de “vida associativa”³¹⁸ de alguns sindicatos da capital cearense, a saber: o Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, o Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil e o Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza. Limitar um pouco melhor o material documental, efetuando uma análise intensiva, pode revelar aspectos até então pouco conhecidos. Não se trata de isolar o objeto, que seria supostamente visto como fechado em si mesmo, muito menos buscar os exemplos que confirmariam regras gerais previamente conhecidas.³¹⁹ No nosso caso, a expectativa é dupla: a) desvendar dinâmicas internas próprias aos sindicatos, com questões, problemas, aprendizados e busca de soluções específicas; b) conhecer de forma mais vívida como se processava o relacionamento entre um grupo delimitado de trabalhadores e a organização legionária. Tais dimensões são entendidas “como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação”.³²⁰

3.3.1 “Trabalho e Prosperidade”: o Sindicato da Fábrica Santa Maria em perspectiva

No dia 04 do mês de abril de 1933, “crescido número de operários” estavam reunidos na residência do Sr. Pedro Firmino, na rua da Assunção nº 209, para a solenidade de fundação do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria (SOFSM), cujo acontecimento já havia sido idealizado e anunciado pelas páginas do *Legionário*. No evento, como era de se

³¹⁶ “Manifesto ao operariado”. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 30 ago. 1935, p. 7.

³¹⁷ REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-37.

³¹⁸ BATALHA, Claudio. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 91-99, 1997.

³¹⁹ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. p. 133-161.

³²⁰ REVEL, Jacques. *op. cit.*, p. 17.

imaginar, estavam presentes alguns expoentes da Legião Cearense do Trabalho, incluindo o chefe, capitão Jeovah Motta. Após a fala do líder da LCT, o Sindicato foi considerado oficialmente fundado por aclamação dos presentes,³²¹ e para dirigir a nova organização foi indicado, em caráter interino, o legionário Antônio Nunes de Souza, indivíduo com larga experiência organizativa, sendo encontrado discursando na União e Prosperidade dos Redeiros³²² que, em 1930, completava onze anos de existência, na Associação Beneficente dos Tecelões,³²³ como orador e secretário do Sindicato dos Sapateiros,³²⁴ sendo eleito também como presidente da associação “1º de Maio”.³²⁵

Na sessão extraordinária do dia 7 de abril, começou a ser decidida a organização interna do Sindicato. José Alexandre Pereira, que se destacaria ao longo do tempo, foi o primeiro a tomar a palavra, falando da importância de um “serviço de propaganda”, visando agregar sócios, “sobre as condições de trabalho” e, o que parece revelador, “o modo de fazermos o nosso movimento sem ofensas a ‘quem quer que seja’”,³²⁶ conforme foi registrado em ata. Nas palavras de Alexandre, a associação deveria evitar assumir um caráter de conflito explícito – o que ficava subentendido como evitar confrontar abertamente o patrão.

Para o funcionamento interno foi sugerido pelo “Diretor interino” o “esboço da Legião, posto em prática em outros sindicatos com ótimo resultado”. A sugestão foi acatada com a ressalva de ser ampliado, de três para cinco, o número de integrantes de algumas comissões, o que se reveste de importância ao tentar integrar, desde cedo, um maior número de pessoas nas tarefas administrativas.³²⁷ Não dispomos dos estatutos do SOFSM, mas podemos arriscar a ideia de que seria semelhante, em alguns pontos, ao estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da *Light*, também organizado com presença da LCT.

Logo no seu primeiro artigo era ratificado o vínculo com a Legião:

³²¹ Ata da Sessão de Fundação do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, 04 de abril de 1933

³²² “União e Prosperidade dos Redeiros”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 4 jul. 1930, p. 7.

³²³ “A visita do Chefe a ‘Associação Beneficente dos Tecelões’”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 5, 1 abr. 1933, p. 3.

³²⁴ “O Sindicato dos Sapateiros comemora brilhantemente o seu 1º aniversário”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 9, 1 maio 1933, p. 11.

³²⁵ “O novo presidente da 1º de Maio”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 31, 30 set. 1933, p. 2.

³²⁶ Ata da Sessão Extraordinária do SOFSM, 07 de abril de 1933.

³²⁷ A composição da primeira diretoria era a seguinte: Conselho Executivo: José Alexandre Pereira, João Claudino de Oliveira e Raimundo Evangelista de Souza; Comissão de Finanças: Raimundo Nonato Martins, Aristides Ferreira de Andrade, Pedro Firmino, Francisca Miranda e Leunília Lima Bastos; Comissão de Propaganda: Pedro Nogueira Vasconsellos, Francisco Delfino, José de Assis Braga, Maria Nogueira Vasconsellos e Maria de Souza Galvão; Comissão de Sindicância: Francisco Magalhães, Manoel Guedes da Silva, Francisco de Assis Leal, Clarisse Baptista de Souza e Maria Salviana Bezerra. Secretariado: Secretário de Atas: Raimundo Firmino Gomes; Secretário correspondente: Solano Moreira de Mello; Tesoureiro: Francisco Monteiro de Lima. Comissão de elaboração dos Estatutos: Israel do Nascimento, José Messias de Albuquerque, João Claudino de Oliveira, Francisco Monteiro Lima e Solano Moreira, presidida por João França Ferreira, da comissão de sindicalização da Legião.

O ‘Sindicato de Operários e Trabalhadores da Light’, fundado em 23 de novembro de 1931, nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, filiado à Legião Cearense do Trabalho, é uma sociedade beneficente, com ilimitado número de sócios sem distinção de nacionalidade, credos políticos ou religiosos.³²⁸

A estrutura administrativa se apresentava enxuta: “Art. 2 – O Sindicato de Operários e Trabalhadores da *Light* terá uma única classe de sócios – Efectivos”. Eram, portanto, evitadas todas aquelas diferenças entre sócios fundadores, efetivos, honorários e beneméritos. A assembleia geral era mencionada como o órgão máximo de deliberação e a beneficência se apresentava como central. No SOFSM, até onde é possível perceber, o primeiro artigo dos estatutos constava disposição similar, afirmando o vínculo com o legionarismo.³²⁹ Da mesma maneira, o modelo interno foi simplificado, sem as diversas hierarquizações de associados. No sindicato da *Light* foi adotado o lema “Coragem, Amor e Trabalho” e no SOFSM o lema era “Trabalho e Prosperidade”. Na organização dos socorros, várias foram as propostas quanto ao valor das mensalidades, incluindo diferenças entre homens e mulheres. Sendo feita votação, a ideia de Pedro Firmino, sugerindo valores baixos de contribuição mensal, foi aprovada, ao contrário de outras propostas com mensalidades mais elevadas. Os socorros passariam a ser pagos “depois de fundo de reserva suficiente”.³³⁰

À medida que o sindicato começava a funcionar de forma regular, as adesões cresciam. Em boa parte das ocasiões, a inclusão de algum novo sócio ou nova sócia vinha acompanhada de informações como estado civil e idade. Percebemos, por exemplo, que a pessoa mais jovem a ingressar no sindicato foi Roza Martins, com 14 anos, e o mais velho foi Francisco Moraes, mencionado como “mestre de fiação”, com 66 anos. No geral, a faixa etária predominante é entre 20 e 40 anos. A idade de Francisco destoa dos demais, o que revela que foi mantido na fábrica devido a sua qualificação.

Com sessões semanais, o sindicato passou a receber sistematicamente os mais diversos convites e comunicados de tantas outras associações da capital e do interior. Entre os muitos ofícios e cartas recebidos, estavam agremiações tais como: Associação dos Merceeiros, Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, Liga Social dos Redeiros, Sindicato da Fábrica Santo Antônio, Sindicato da Fábrica de Tecidos São José,

³²⁸ No artigo 40 esta ligação era reforçada: “Art. 40 – Terá força de lei para esta Sociedade as deliberações emanadas pelo conselho deliberativo da Legião Cearense do Trabalho”. “Estatutos do Sindicato de Operários e Trabalhadores da Light”. **O Povo**, Fortaleza, 8 jan. 1932, p. 8 e 9.

³²⁹ “José Alexandre falou que estava no artigo 1º dos nossos estatutos que a diretoria obedecia aos órgãos legionários”. Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 8 de julho de 1934.

³³⁰ Ata da Sessão Extraordinária do SOFSM, 7 de abril de 1933.

Sindicato dos Alfaiates, Sindicato dos Engraxates, Sindicato dos Carroceiros, Sindicato dos Trabalhadores Ambulantes de Fortaleza, Centro Artístico Cearense, União Geral dos Trabalhadores em Padarias, Sociedade 1º de Maio, União Artística Iguatuense, União Trabalhista de Sobral, Aliança Artística e Proletária de Quixadá, entre outros. Na maioria dos casos, os convites se referiam às cerimônias comemorativas e solenidades de aniversário da associação e/ou posse de nova diretoria. Quando de solenidades do próprio SOFSM, convites e comunicados eram enviados para as várias associações. Comparecer uma representação em tais oportunidades, era uma forma de reconhecer e ser reconhecido como parte da classe.

É sempre um desafio definir os elementos que mobilizam a entrada de alguém nas associações, mas podemos afirmar que o interesse pela securitização (o socorro em caso de doença, especificamente) se torna central nas expectativas depositadas pelos sócios sobre o Sindicato. As profundas continuidades em relação às sociedades mutualistas se tornam evidentes.

Para alguns, o sindicato possuía uma função instrumental: prestação de serviços de caráter previdenciário, como é o caso da operária Elisabete Gomes, que se recusava a fazer parte do sindicato, apesar dos apelos dos colegas, afirmando que “não podia fazer parte do sindicato porque pagava uma sociedade dela e da mãe”.³³¹ Na ata seguinte, é acrescentado que ela preferia “sair da fábrica”³³² se houvesse insistência, o que sugere, provavelmente, que a operária estava em boa posição para logo encontrar outra ocupação. E mais: ela já pagava uma associação (para si e para a mãe, talvez viúva) e não via necessidade de trocar uma associação por outra ou, muito menos, acrescentar uma nova despesa. Nesse sentido, para ela, a participação como sócia de alguma beneficente se inscreve na garantia de um conjunto de serviços de cunho securitário.

Para a maioria, no entanto, a entrada no Sindicato que pretendia representar especificamente os trabalhadores da fábrica, pareceu uma escolha acertada. Podemos considerar que era mais fácil confiar em colegas de trabalho, com os quais já existe uma proximidade e, dependendo do caso, se conhece fora do ambiente laboral, para gerir os fundos sociais. Isso nos mostra que existiam, conectados com os interesses materiais, outros valores orientando suas escolhas.

Mesmo sendo definido que só após certo tempo seriam pagos os auxílios aos sócios doentes, isso não impedia que se exercitasse a solidariedade. Israel do Nascimento sugere que o sócio adoentado fosse dispensado das mensalidades e, aproveitando a ocasião,

³³¹ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 15 de dezembro de 1933.

³³² Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 22 de dezembro de 1933.

“fez um apelo” em favor da “companheira Ana de Oliveira, por achar-se a mesma doente e sem recursos”. O caso foi debatido, o que parece ter gerado certos desentendimentos. Intervindo mais uma vez, Israel insistiu, “com sua palavra fácil”, para que “ninguém *quizesse* saber que quando uma associada está boa, compra pó e ruge para se pintar e quando está doente não tem recurso algum para seu sustento”.³³³ Fica patente que, para alguns, a vida particular da sócia se torna objeto de debate – o que gera incômodo em outros. Normalmente, era através de um sócio ou de uma sócia que se ficava sabendo de colegas doentes. Israel informou sobre a situação de Ana e, em outro caso, Maria da Conceição Magalhães pediu a palavra para informar que “tendo ido visitar a consócia Maria do Carmo Silva” a encontrou “bastante doente”, necessitando de ajuda.³³⁴ Ficou deliberado que cada um contribuiria com 100 réis.

O sindicato, quando já dispunha de capital suficiente para o pagamento dos socorros, pôs em ação as visitas aos companheiros adoentados, o que se tornou prática comum, tal qual em outras associações. Como se trata de uma categoria composta por ambos os sexos, as visitas eram planejadas de modo a garantir certo decoro: no geral, comissões formadas por mulheres visitavam colegas mulheres e comissões formadas por homens visitavam colegas homens. Por exemplo, o operário Francisco Delfino foi visitado por Gerônimo Baptista e Francisco Gomes, enquanto a operária Alice Gomes receberia a visita de Maria da Conceição Magalhães e Maria Odete das Neves. Da mesma maneira, Francisco Porto recebeu visita dos sócios Luiz Raulino, Raimundo Moura e Sebastião Gomes; já Joanna Pereira foi visitada por Laura Pinheiro, Maria de Oliveira e Marquina de Souza.³³⁵

A leitura das atas nos permite identificar que existe um esforço para construir um campo de ação essencialmente colaborativo. Desde o início, com um número amplo de participantes em algumas comissões, já era visível tal intento. Em alguns momentos, percebemos críticas direcionadas ao “mau costume” de alguns “companheiros associados”, que ao chegarem à sede do sindicato passam muito tempo “do lado de fora”,³³⁶ quando deveriam estar participando das atividades internas. É visível uma firme expectativa, entre os principais elementos que assumiram as tarefas de direção, de que cada um contribua para o crescimento e para o êxito da associação. Colaborar na rotina administrativa do sindicato pode ser considerado um dos sentidos do termo “trabalho” presente no lema do sindicato (“Trabalho e Prosperidade”) e registrado ao final de cada ata. Em 1935, por exemplo, José

³³³ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 30 de junho de 1933.

³³⁴ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 7 de julho de 1933.

³³⁵ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 27 de outubro de 1933.

³³⁶ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 16 de junho de 1933.

Alexandre reclamava da “pouca vontade” de alguns sócios que não “queriam trabalhar [no Sindicato]”, afirmando que mesmo estando “fora da mesa”, ou seja, da diretoria, “quando os outros estivessem cansados ele estava pronto para trabalhar pelo Sindicato”.³³⁷

Para alcançar a meta de ampla participação, se fazia necessário aparar arestas e desentendimentos – muito embora a vida associativa se torne palco de novos problemas que demandam solução. Em pelo menos duas ocasiões isso fica explícito: a primeira temos o “caso” envolvendo Raimundo Evangelista e Pedro Firmino. Não sabemos exatamente o teor das desavenças – possivelmente algum tipo de ofensa entre os dois – mas o problema foi levado para deliberação de uma Assembleia Geral:

Fala Pedro Firmino dizendo que perdoava a falta e fazendo votos para que todos perdoassem. Fala Raymundo Evangelista dizendo que estava reconhecendo que estava completamente errado, portanto, pedia mil desculpas por que tinha errado, o qual esperava nos companheiros ser perdoado. Fala Israel do Nascimento pedindo para todos os companheiros perdoarem esta grande falta do companheiro Raymundo Evangelista. Falou o companheiro José Alexandre Pereira, apresentado 3 meses sem gozo social para o Sr. Raymundo Evangelista e tento sido submetido em votação passou por maioria para ser perdoado. [...] Fala o Sr. Raymundo Evangelista agradecendo os companheiros por terem perdoado a sua falta.³³⁸

Através do ritual envolvendo o reconhecimento do erro, acompanhado de um pedido de desculpas ao conjunto dos sócios, se segue o perdão decidido coletivamente, sem necessidade de maiores repreensões e punições. Dessa maneira, com a ritualização institucional, uma situação conflituosa é convertida em instrumento de socialização e coesão. O que poderia ser tão somente um momento vergonhoso para Evangelista, ao ponto de afastá-lo da vida sindical, teve efeito inverso: sua presença seria constante ao longo dos anos.

Na segunda ocasião estavam envolvidos João Claudino e Maria das Neves:

Teve a palavra o companheiro João Claudino que tratou sobre a companheira Maria das Neves ter ficado desgostosa consigo devido mal-entendido da parte da consocia. O companheiro pediu ao presidente que mandasse a comissão do Sindicato se ter com a companheira a fim de tudo se normalizar, pois não desejava indiferença com ninguém.³³⁹

Na sessão seguinte, o caso foi retomado com a comissão “tendo feito com que viessem a esta sessão a companheira Maria das Neves e estando presente o sócio João Claudino” e, mais uma vez, o relato não revela o teor do “mal-entendido”, só mencionando que ambos “explicaram seus pontos de vista e terminaram ambos voltando ao que o Sindicato

³³⁷ Ata da Sessão Extraordinária do SOFSM, 1 de agosto de 1935.

³³⁸ Ata da Sessão de Assembleia Geral do SOFSM, 13 de maio de 1933.

³³⁹ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 4 de agosto de 1933.

desejava, isto é, a harmonia entre os companheiros”.³⁴⁰ Repetidamente, o ritual institucional, com a desavença sendo tratada coletivamente, favoreceu o entendimento.

Da mesma forma que se dedica atenção às regras de polidez e de decoro no ambiente associativo, uma espécie de etiqueta institucional, existe firme preocupação com a imagem pública do Sindicato e, logo, do grupo. Evitar o falatório externo dos problemas internos se torna essencial, considerando, nas palavras de Goffman, “a imagem de si próprios que essas pessoas estão tentando estabelecer”.³⁴¹ Isso é claramente dito em algumas ocasiões: “Fala João Claudino pedindo para [os] associados não tratarem os segredos do Sindicato pelas ruas [...] Falou mais Israel do Nascimento pedindo para qualquer que for tratar por fora nos segredos do Sindicato ser castigado rigorosamente”.³⁴² Em outro momento – quando se ventila a informação de que um grupo de patrões estaria “trabalhando na formação de sociedades” com o objetivo de “destruírem o alicerce da Legião” – se ressaltou o cuidado necessário para que “fora daquele recinto não fosse tratado o que se trata nas sessões, pois casos já têm sido discutidos aqui e no outro dia de manhã já se sabe nas bodegas o que se passa no Sindicato”.³⁴³ Guardar segredo do que ocorre e do que é discutido durante as sessões era fundamental para a imagem pública do grupo e, também, por cuidados políticos. A discrição se tornava uma virtude a ser cultivada.

O compromisso com as reuniões e com o debate interno era cobrado constantemente. Diferente do que se poderia pensar, encontrar pessoas dispostas a participar regularmente na rotina burocrática do sindicato se revelou desafiador. Devemos lembrar que tais tarefas envolvem um dispêndio de tempo, subtraído de outras tantas atividades – em uma época que não existe pagamento pelo trabalho sindical, tudo precisa ser feito no tempo livre do trabalhador e de forma gratuita, salvo os pagamentos decididos em assembleia para o Tesoureiro.

A honraria de ser escolhido ou escolhida para uma função, muitas vezes era recusada, sendo comum os casos durante todo o período de existência do Sindicato, e os motivos da recusa, ou do abandono dos cargos pelos eleitos, eram múltiplos. Logo nas primeiras semanas, as defecções foram registradas: Leunília Lima, Maria Nogueira, Francisco Magalhães, por 3 ausências seguidas sem justificativa, e Maria Salviana, “por não mais

³⁴⁰ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 11 de agosto de 1933.

³⁴¹ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 266.

³⁴² Ata da Sessão da Assembleia Geral do SOFSM, 13 de maio de 1933.

³⁴³ Ata da Sessão Ordinária do STFSM, 27 de julho de 1933.

querer”.³⁴⁴ A desistência do cargo podia ser negada ou adiada, considerando as dificuldades para substituição do integrante. Em certa ocasião, Israel solicita “seu afastamento do cargo de secretário-correspondente interino, sendo depois de bem discutido, adiado o pedido por *carência de estudos*”.³⁴⁵ Mais adiante, José Alexandre, normalmente muito ativo, pede sua exoneração do Conselho Executivo e, no seu lugar, foi eleito Israel.³⁴⁶

Uma verdadeira dança das cadeiras pode ser acompanhada no cotidiano associativo onde, raramente, se seguia um mês sem a necessidade de remanejamentos e/ou novas eleições pontuais. Ainda nos motivos que incentivam a desistência, selecionamos mais dois casos: no primeiro, Pedro Nogueira “escreveu comunicando que devido ir morar um pouco distante não podia mais continuar fazendo parte da diretoria deste Sindicato”;³⁴⁷ no segundo, Solano Moreira recusa momentaneamente o cargo “porque ia passar uma temporada no interior”. A distância da moradia em relação à sede se torna um argumento válido da mesma forma que a ausência da capital. Tais deslocamentos geraram a necessidade de especificar que o sindicato só prestaria os socorros em Fortaleza.³⁴⁸

Importante destacar que as mulheres, embora sejam numericamente expressivas enquanto sócias, são menos presentes nas falas e compoem a diretoria, claro que sempre são partícipes de algumas comissões, porém, o acúmulo de tarefas, na fábrica e no lar, tornava difícil o desempenho de atividades administrativas na associação. Um caso que parece ser extremo, ocorrido no Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil, talvez possa auxiliar a dimensionar tal fator: “Com a palavra a companheira Benvinda Ferreira Lourenço cientificou que a sócia Maria de Nazareth Martins, por ir se casar, não continua no sindicato”.³⁴⁹ Um caso extremo, como falamos, por indicar o fim do vínculo associativo, o que não parece ser a situação predominante. Mesmo operárias casadas, em sua maioria, continuavam sendo sócias. Mas o caso indica um problema: conciliar tantas atividades era, no mínimo, difícil. Uma exceção ajuda a confirmar a regra: em setembro de 1935, Maria da Conceição Medeiros preside as sessões do SOFSM, sendo tal fato saudado pelos colegas: “O sócio Solano Moreira pediu a palavra e disse que sempre teve em boa conta a companheira Conceição e foi um dos

³⁴⁴ Como substitutos foram escolhidos Francisco Gomes, Maria Conceição Magalhães, Roza Ribeiro Moura, Ana de Oliveira e Raimunda Pereira da Silva. Ata da Sessão Ordinária do STFSM, 16 de abril de 1933.

³⁴⁵ Ata da Sessão Ordinária do STFSM, 28 de maio de 1933. Grifo nosso

³⁴⁶ Ata da Sessão Ordinária do STFSM, 14 de julho de 1933.

³⁴⁷ Ata da Sessão da Assembleia Geral do STFSM, 3 de novembro de 1933.

³⁴⁸ Ata da Sessão da Assembleia Geral do SOFSM, 3 de novembro de 1933.

³⁴⁹ Ata da Sessão Ordinária do Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil, 15 de novembro de 1936.

tais que ficou satisfeito quando a mesma ingressou no Conselho Executivo”.³⁵⁰ Em nenhuma outra ocasião encontramos mulheres presidindo as sessões do sindicato.

Na evidente impossibilidade de manter a constância de um bom número de pessoas atuando na rotina burocrática, espera-se que, no mínimo, os sócios compareçam às Assembleias Gerais e aos atos públicos, notadamente o Primeiro de Maio e alguns eventos da LCT. Em janeiro de 1934 foram estabelecidas possíveis punições para os ausentes: “O presidente apresentou mais que o sócio que faltar as concentrações da Legião ou as Assembleias Gerais do Sindicato, além dos castigos previstos pelos Estatutos, poderão perder ainda de 10% a 40% dos *gosos* sociais (socorros e sinistros)”.³⁵¹ As punições, de fato, são aplicadas em alguns momentos aos que não justificam suas ausências, embora seja comum o perdão aos colegas. Entramos em um ponto de fricção no relacionamento entre trabalhadores, sindicato e a LCT que não aparece nos jornais e demais textos produzidos pela chefia.

A presença e o apoio logístico da Legião foram visíveis durante alguns anos, pelo menos até 1935. Em 1933, por exemplo, o desfile do dia Primeiro de Maio estava sendo meticulosamente preparado. Como disse Paulino Moraes em visita ao sindicato, a data devia “ser imponente”.³⁵² O Primeiro de Maio foi o principal evento que teve origem na classe operária e vários regimes, inclusive os autoritários e conservadores, compreendiam bem sua relevância e tentavam se apoderar da data, oferecendo novos significados. Na LCT, o Primeiro de Maio era apresentado como momento de festa e não de luta; seria demonstração da dignidade do trabalho e do trabalhador, mas em uma perspectiva de colaboração de classes. Além disso, em poucos dias seria realizada a eleição para a constituinte, o que revestia o ato do Primeiro de Maio de uma relevância ímpar.

Não muito tempo depois, no bojo das aproximações com o Integralismo e proximidade do aniversário da LCT, tiveram início insistências para que “todos os legionários, homens e mulheres, se apresentassem na grande festa de 23 de agosto, 2º aniversário da fundação da Legião, vestidos com a blusa mescla”.³⁵³ A solução para a aquisição da blusa mescla veio por intermédio do proprietário da fábrica, que facilitou o valor a ser pago em parcelas pelos trabalhadores.

A manifestação do dia 23 de agosto de 1933 provocou a primeira fissura real no relacionamento entre a LCT e os trabalhadores filiados ao SOFSM, por conta das cobranças realizadas sobre os membros do sindicato para participarem do referido evento legionário.

³⁵⁰ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 8 de setembro de 1935.

³⁵¹ Ata da Assembleia Geral do SOFSM, 12 de janeiro de 1934.

³⁵² Ata da sessão ordinária do SOFSM, 23 de abril de 1933.

³⁵³ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 21 de julho de 1933.

Vários sócios foram chamados para “justificarem suas faltas” e todos explicaram sua ausência, sendo que a justificativa de José Patrício foi considerada insuficiente por Israel do Nascimento, que presidia a sessão, recomendando 30 dias de suspensão como castigo, o que “não foi aceito pela maioria”.

O associado Francisco de Assis Leal também devia se explicar, pois, além da ausência, teria dito “que era melhor jogar dominó”, o que foi confirmado posteriormente, levando o presidente da sessão a cobrar suspensão por seis meses, enquanto Alexandre Pereira sugeriu três meses de suspensão para Francisco, o que gerou uma discussão entre ambos. Alexandre considerava que a penalidade sugerida por Israel era muito elevada e contrária aos estatutos. Israel polemizou ao afirmar “que deixava os estatutos e ia cumprir as ordens do Chefe”. O assunto foi votado, pairando dúvidas quanto ao resultado, sendo necessárias três votações. Ao final, a punição sugerida por Israel foi aprovada, embora o resultado tenha sido apertado e sujeito a contestações. O problema estava longe de chegar ao fim.

Na reunião seguinte, Francisco Leal encaminhou uma carta protestando quanto ao extremo rigor da penalidade. O representante da LCT, Sr. Souza Lima, comentou que Leal deveria “dar prova de disciplina” e “se submeter ao castigo”, ressaltando “a obediência que o Sindicato deve ter para com o Ideal Legionário”,³⁵⁴ mas Francisco Leal estava decidido: ele elaborou uma petição, reunindo colegas de trabalho a seu favor, e reivindicou uma assembleia geral, realizada em 15 de setembro. O associado iniciou explicando sua situação e, em seguida, a sócia Maria de Oliveira pediu a palavra, argumentando que a punição aplicada era exagerada e que se o sócio, ao justificar sua ausência, confirmou o que havia dito – quanto a preferir jogar dominó – o fez “porque era homem”, ou seja, não desmentiria sua própria fala, complementando que ele estava arrependido (pelos termos usados e não pela ausência em si). Maria de Oliveira sugeria o perdão para Francisco Leal.

Foram feitas várias propostas, desde a de Israel, mantendo os 6 meses de suspensão, até o perdão total. O representante legionário era Paulino Morais, que adotou uma linguagem de contemporização, bem diferente do que foi falado em momento anterior por outro secretário da LCT. Frente ao conjunto dos sócios reunidos em assembleia, o tom de comando era amenizado. Feita a votação, o perdão foi aprovado por ampla maioria.

Fica saliente, em primeiro lugar, que enquanto o desfile de 1º de Maio não provocou qualquer tipo de desavença interna, a participação na comemoração do aniversário da LCT acabou gerando problemas, demonstrando uma maior legitimidade da data do

³⁵⁴ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 1 de setembro de 1933.

trabalhador. Em segundo lugar, a ânsia de Israel para punir e o excessivo controle da chefia legionária provocava incômodos, mesmo entre membros fiéis. A fala dos representantes legionários, diante da coletividade reunida em assembleia geral, era flexionada, adotando postura mais conciliatória e menos imperativa. Israel se desgastou frente os colegas, ao insistir em uma punição elevada. Em 1934, fora da diretoria, ele chegou a encaminhar uma carta “pedindo desculpas aos consócios que não ficaram satisfeitos quando o mesmo ocupava o cargo no conselho executivo na gestão passada”.³⁵⁵

Pode parecer, pelo que destacamos até aqui, que sempre eram possíveis os acordos e os ajustes entre os membros do sindicato, mas isso estaria distante da realidade. Da mesma maneira que observamos momentos de fraternidade, solidariedade e coesão, também encontramos dissensos, disputas e desarranjos. José Alexandre, em alguns momentos, optou por sair da diretoria por críticas que recebia de outros sócios, mantendo-se ativo nas reuniões apesar disso. Israel, da mesma maneira, escolheu ficar afastado do conjunto das atividades, o que contraria sua ampla disposição e participação no primeiro ano do sindicato. Chegou a ser incluído em ata que Israel “disse que não acompanhava mais o movimento”.³⁵⁶ Às vezes encontramos idas e vindas, como no caso de Francisco Leal, “que tinha se retirado do Sindicato [e] estava com vontade de entrar novamente e foi aprovado”.³⁵⁷

No período de auge, o sindicato chegou a reunir 180 associados, o que representa a quase totalidade dos operários da Fábrica Santa Maria, que contava com aproximadamente duas centenas de trabalhadores. O período de maior engajamento e interesse pela vida associativa coincide com o momento de ascenso dos movimentos sociais em geral, marcado pela criação de vários sindicatos e pela realização de greves em algumas categorias, entre 1933 até meados de 1935, decaindo a partir daí.

Tabela 5 – Sessões do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
1933	-	-	-	7*	5	3	5	4	5	4	4	6	43
1934	4	3	3	5	3	5	5	4	5	4	3	5	49
1935	4	2	4	3	4	2	2	5	5	2	1	1	35
1936	2	2	x	3	1	x	3	x	x	1	1	x	13
1937	x	x	1	x	X	x	x	x	x	x	x	x	1
1938	1**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: elaboração do autor a partir do Livro de Atas do SOFSM

* Incluindo a Assembleia de Fundação do Sindicato. ** Última ata do Sindicato.

³⁵⁵ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 8 de abril de 1934

³⁵⁶ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 6 de maio de 1934.

³⁵⁷ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 29 de abril de 1934.

Percebemos que o período mais significativo é até setembro de 1935, mesmo com eventuais variações para mais ou para menos mês a mês. Em 1936, o número absoluto de sessões não alcançou sequer a metade em relação ao ano anterior. Nos dois anos seguintes, a existência do sindicato era muito mais virtual do que real.

Quais seriam as razões do esvaziamento do sindicato? A criação de uma nova organização se tornou o objetivo de muitos trabalhadores. O novo sindicato, assim se esperava, uma vez obtendo o reconhecimento oficial, garantiria o efetivo cumprimento das leis trabalhistas decretadas. Isso não significava que a direção do SOFSM estivesse automaticamente sendo alijada de sua importância. Na verdade, eles estariam compondo, em várias ocasiões, a diretoria do Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil.

Se, desde 1935, a nova instituição começava a operar, obtendo em 1936 a carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho, por que mantiveram o sindicato da fábrica ainda em funcionamento? A resposta pode estar nas peripécias do próprio sindicalismo nestes anos. Em 1931, a lei de sindicalização definia, entre outros pontos, a unicidade sindical, que foi contestada veementemente em vários pontos do país. Em 1934, com a nova constituição, temos a volta do pluralismo sindical. O Governo, contudo, atrelou os benefícios da legislação ao fato de pertencer a um sindicato oficial. Temos, portanto, a convivência de dois modelos. Alguns trabalhadores esperavam garantir, estrategicamente, o gozo dos novos direitos legais através da constituição de um sindicato que seria reconhecido; ao mesmo tempo mantiveram ativa – mesmo que de forma precária – uma organização paralela e autônoma. Caso uma nova mudança viesse a ser implantada nos anos seguintes, poderiam retornar ao sindicato inicial, digamos assim.

Sabemos que essa possibilidade não se concretizou, mas isso não implica dizer que não estivesse no horizonte de possibilidades daqueles que acompanharam tantas mudanças. Para eles, o modelo ora implantado talvez não estivesse tão garantido; talvez ainda sentissem como real a possibilidade de alterações. Após a decretação do Estado Novo esse sentimento deve ter mudado. A partir daí, o sindicato da fábrica começou a ser abandonado até pelos que fizeram um esforço em prol da sua continuidade; a mudança foi sentida como definitiva. O pequeno patrimônio acumulado em móveis – como cadeiras, armários e estantes – foi vendido ao sindicato têxtil, marcando assim, de forma prática e simbólica, o término das atividades do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria.

O relacionamento com o patrão foi multiforme, sofrendo variações ao longo do tempo. No início, a relação parecia ser amistosa de parte a parte. Os trabalhadores, seja por precaução ou por convicção, evitaram qualquer tipo de atrito e o sindicato não assumiu

postura reivindicatória saliente. O patrão aceitou a reivindicação da LCT e passou a cumprir a jornada de 8 horas. Ponto sensível, o dinheiro das mensalidades do sindicato ficou por um bom tempo sob o controle do dono da fábrica. Somente os valores de um tímido fundo de greve foram depositados em um banco. Tal situação parece ser similar às caixas mutualistas criadas e mantidas por empresas. A ingerência patronal se manifesta em algumas ocasiões, tentando fazer do sindicato correia de transmissão de sua vontade. Em dado momento, o tesoureiro relatou que o patrão queria “todos no Sindicato”, mas acabando com a “taxa legionária” e desvinculando o sindicato da LCT. O desconforto foi geral. Alguns disseram que “o sindicato não era do patrão, era sim dos operários”. Solano Moreira chegou a sugerir que fosse levada uma cópia dos estatutos ao Sr. Manuel J. de Lima, “para ele ver os direitos que nós temos”.³⁵⁸ Aos poucos, o clima amigável foi desaparecendo.

Ao mesmo tempo, os vínculos criados no ambiente de trabalho foram estreitados na convivência durante as atividades sindicais. Mesmo com as divergências surgidas eventualmente, um grupo desenvolveu firme laço de solidariedade e ação conjunta. Entre eles, temos José Alexandre, João Claudino, Solano Moreira e outros. Alguns atuavam de forma mais ostensiva, tomando a palavra um número maior de vezes, propondo bastante, discordando, concordando e entrando em atrito justamente pela participação constante. Outros falavam menos nas sessões, o que não significa que dialogassem menos com os demais, mas sua participação era imprescindível para a continuidade da organização. Esse mesmo grupo esteve presente no sindicato têxtil, renomeado no início dos anos 1940 como Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem.

Esse conjunto de homens e mulheres havia acumulado uma *expertise* em termos de organização, conhecimento esse importante na constituição do novo sindicato, agora em contato mais estreito com operários e operárias das demais fábricas, e em um cenário diverso. Todo o aprendizado em termos de debate quanto às leis sociais também foi levado adiante. Veremos mais um pouco sobre isso no próximo tópico.

3.3.2 A tessitura de uma nova organização: o Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil

Confederar os trabalhadores das diversas fábricas têxteis foi dito e repetido em diversas oportunidades nas visitas dos secretários legionários ao SOFSM. Em 15 de agosto de 1935, na Rua Senador Pompeu s/n, tal projeto começava a se tornar realidade. Um grande

³⁵⁸ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 19 de maio de 1935.

número de trabalhadores, “representando a terça parte dos profissionais do ramo [têxtil] na localidade”, estavam dando o pontapé inicial para a formação do Sindicato “de acordo com as leis vigentes”. Na lista dos presentes identificamos com facilidade alguns nomes conhecidos: Solano Moreira, Raymundo Evangelista, Manoel Guedes, José Alexandre Pereira, Pedro Firmino, João Claudino, etc.³⁵⁹ Todos partícipes do SOFSM. Foram debatidos e aprovados os estatutos, infelizmente não transcritos, e foi eleita a primeira diretoria.³⁶⁰ Somente em novembro uma nova sessão é realizada. Sem nenhuma atividade, Raymundo Evangelista expressou com clareza a razão maior que motivou a criação do sindicato: “a necessidade do operariado em se abrigar nas leis da legislação em vigor”, que garantia “vantagens aos sindicalizados”.³⁶¹ A expectativa era quanto ao reconhecimento oficial do sindicato pelo Ministério do Trabalho.

A espera foi longa. A carta sindical só chegou em setembro de 1936. Seja como for, o momento foi comemorado, pois se afirmava que “grandes benefícios hão de vir deste ato”. O momento era de “contentamento” e todos deveriam se unir “ao redor do Sindicato para, desta maneira, de acordo com as leis em vigor” trabalhar “para as reivindicações da classe”.³⁶² Foi definido que todos poderiam ingressar no sindicato sem necessidade de pagamento da joia nas próximas reuniões. Na sessão seguinte, muitas pessoas solicitaram sua filiação, o que continuaria ocorrendo daí para frente e vários integrantes da primeira diretoria pediam renúncia.³⁶³ Uma nova eleição foi realizada e João Claudino de Oliveira foi eleito como novo presidente.³⁶⁴ Nenhuma palavra sobre a Legião Cearense do Trabalho. Apesar de não constar nas atas, o que se justifica pela necessidade de seguir o mais estritamente possível os trâmites legais exigidos, a formação do sindicato foi indissociável da LCT.

Podemos tratar como marcos relevantes no processo de organização dos operários e das operárias do ramo têxtil, o inquérito promovido pela Legião nas fábricas, a realização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores das Fábricas de Fiação e Tecelagem e, claro, o trânsito de ideias junto aos trabalhadores sobre a legislação sindical e trabalhista.

Com o inquérito promovido nos estabelecimentos fabris, a Legião, de certa maneira, colocou na cena e no debate público aquilo que até então estava velado: a realidade do trabalho nas fábricas. É óbvio que com isso não queremos dizer que fosse inédita tal

³⁵⁹ Ata da sessão de instalação do Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil, 15 de agosto de 1935.

³⁶⁰ Comissão Executiva: Presidente: João Barbosa Nogueira; Secretário: Solano Moreira; Tesoureiro: Raimundo Nonato Martins; Diretores: Benvinda Ferreira Lourenço, Maria Nazareth de Almeida e Firmina Pereira; Conselho Fiscal: José Alexandre Pereira, Raymundo Evangelista de Souza e Francisca Miranda.

³⁶¹ Ata da sessão ordinária do SOIT, 15 de novembro de 1935.

³⁶² Ata da sessão ordinária do SOIT, 27 de setembro de 1936.

³⁶³ Ata da sessão ordinária do SOIT, 11 de outubro de 1936.

³⁶⁴ Ata da sessão ordinária do SOIT, de 25 de outubro de 1936.

preocupação, longe disso. A imprensa operária, por exemplo, costumava fazer denúncias quanto ao tema e, certamente, a realidade vivenciada no interior desses estabelecimentos não era desconhecida. Os trabalhadores conversavam entre si, relatavam o que viviam cotidianamente, reclamavam do ritmo de trabalho, dos salários e dos patrões, por exemplo. Mas todo esse profundo e provavelmente denso conhecimento do “laboratório secreto da produção” só raramente se tornava central no debate político e no discurso público. Nenhuma novidade que os trabalhadores tenham, historicamente, buscado nas suas sociedades, ligas e sindicatos, a força coletiva para minorar as adversidades e enfrentar o poder patronal e, justamente, em tais ocasiões, as suas condições se tornavam assunto mais amplo e pauta de debates legislativos.

O inquérito promovido pela LCT se beneficiou de um profundo senso de oportunidade. No momento, estava em franco progresso uma transformação de perspectiva. O mundo da fábrica deixava de ser o núcleo do pleno arbítrio patronal, fechado para outros grupos e poderes, e passava a ser vasculhada e analisada, além de sua estrutura e forma de organização serem ponderadas, a condição de trabalho era avaliada a partir de uma escala de valores que não obedecia ao controle dos proprietários. Em resumo: o mundo da produção era objeto de um olhar externo, que poderia levar adiante críticas ao modelo de gerenciamento praticado e estimular/cobrar alterações. Ao publicar nas páginas do *Legionário* o resultado de cada inquérito, fábrica por fábrica, a LCT estimulava o debate, fomentava considerações e estimulava uma perspectiva de melhoria. Indicando que o resultado do inquérito seria levado ao fiscal do trabalho tão logo fosse montada uma inspetoria em Fortaleza, a LCT colocava no horizonte o funcionamento das instituições destinadas a fiscalizar e fazer cumprir a legislação.

Podemos dizer que vários processos convergiam, já que o poder público adentrava o mundo do trabalho a partir de um esforço de regulamentação legal. Samuel Sousa argumentou que o conhecimento da legislação se tornava central para os trabalhadores instrumentalizarem determinadas demandas. Tal conhecimento era, na maioria dos casos, articulado coletivamente, em especial nas conversas entre trabalhadores no ambiente de trabalho ou nas associações. O contato com advogados também se tornava um trunfo fundamental.³⁶⁵

Os trabalhadores se beneficiaram e souberam explorar as potencialidades do momento e o contato constante com jovens detentores de formação no campo jurídico, atentos

³⁶⁵ SOUZA, Samuel Fernando de. “**Coagidos ou subornados**”: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

aos processos e procedimentos legislativos. Tal contato era facilitado dentro da estrutura legionária. Comentar, ler e debater sobre as leis se tornou comum e os sindicatos eram campos por excelência para o debate sobre lei e direitos. Em várias sessões isso era feito de forma seguida. No SOFSM, em reunião do dia 09 de abril de 1933, Ubirajara Índio discursou “sobre as condições dos operários das Fábricas de Tecidos”, dando destaque para a criação, em breve, das “Inspetorias do Trabalho” e das “leis do Ministério do Trabalho”. Sua fala concluiu citando a possibilidade de um “congraçamento dos Sindicatos”³⁶⁶ e, desta forma, podemos dizer que todos os pontos estão aí, devidamente condensados. Na sessão seguinte, o tema é retomado, sendo comentadas “as leis sobre o trabalho das mulheres e sobre o horário de 8 horas”.³⁶⁷ Em 16 de abril, mais uma vez, se fala em reivindicar “as leis decretadas que ainda não foram executadas”.³⁶⁸ Não surpreende a repetição praticamente invariável do assunto, uma vez que estava cristalizada uma noção de cidadania fundamentada no direito a ter direitos.

Em um primeiro momento, a lei que regulamentava a jornada de 8 horas de trabalho era o assunto mais citado. A garantia de tal direito esbarrava em um ponto central: as fábricas adotavam em sua maioria o pagamento por produção. Isso implicava dizer que simplesmente reduzir o tempo de trabalho reduziria o salário. O problema era delicado e só poderia ser conduzido mediante intrincadas negociações. A principal estratégia foi baseada em exigir as 8 horas com a manutenção dos salários no patamar médio atual de cada trabalhador.

Com o Congresso dos Trabalhadores das Fábricas de Tecidos, patrocinado pela LCT, os debates prosseguiram, agrupando representações de cada sindicato. As reclamações eram muitas. Aduato Marinho “falou sobre o trabalho das mulheres, exaustivo e contrário aos dispositivos das leis em vigor”. Segundo ele, as operárias, “com a lei na mão”, não podem “trabalhar noites inteiras como acontece em algumas fábricas”, já Gumercindo Souza discorreu sobre a “má vontade” de alguns patrões em relação ao inquérito e quanto “ao aumento de salários”.³⁶⁹ Alguns industriais se comprometeram a adotar o que definia a lei sobre a jornada de 8 horas mantendo os salários, enquanto outros se mostravam refratários a

³⁶⁶ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 9 de abril de 1933.

³⁶⁷ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 11 de abril de 1933.

³⁶⁸ Ata da sessão ordinária do SOFSM, 16 de abril de 1933.

³⁶⁹ “Congresso dos Trabalhadores das Fábricas de Fiação e Tecido”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 11, 13 maio 1933, p. 1.

qualquer mudança.³⁷⁰ A possibilidade de conagração e unificação entre os trabalhadores do ramo se tornava cada vez mais palpável.

No *Legionário* sempre se garantia espaço para reprodução, na íntegra, das mais importantes leis, nacionais ou locais. O texto escrito complementava esse clima de amplo debate sobre o direito dos trabalhadores. Nas reuniões dos sindicatos, a palavra escrita ganhava a forma oral através do modelo da leitura comentada. José Fontenelle, integrante do secretariado da LCT, aproveitou sua visita para falar do “artigo de fundo do ‘Legionário’, lendo e comentando o mesmo”.³⁷¹ Em 27 de julho, o presidente interino, “com sua palavra ponderada e firme” analisou a atuação da Legião e leu artigos “do penúltimo número do jornal *Legionário*”.³⁷² Em outro momento, “o secretário da Legião” fez a leitura de “um artigo do jornal *Legionário*”.³⁷³ Os exemplos se sucedem e, provavelmente, nos demais sindicatos a prática deveria ser semelhante.

Segundo Martyn Lyons, os trabalhadores estavam, junto com as mulheres e as crianças, entre os novos leitores do século XIX. Para a Europa, o autor identificou avanços na alfabetização e uma maior circulação de textos impressos como fatores que ampliaram as possibilidades de leituras, alargando os horizontes das classes subalternas, o que gerava ansiedade entre as classes mais elevadas e projetos para cultivar leituras julgadas adequadas.³⁷⁴ Evidentemente, não podemos transpor a análise de Lyons diretamente para a realidade da capital cearense no século XX. Se para a Europa os dados informam uma alfabetização em massa, essa não era a situação de Fortaleza. As estatísticas disponíveis a partir do censo de 1920 dão a medida do tamanho do desafio.

Tabela 6 – População de Fortaleza em 1920 segundo o grau de instrução

TOTAL				SABENDO LER E ESCREVER				NÃO SABENDO LER NEM ESCREVER			
Até 6 anos	7 a 14 anos	15 em diante	Soma	Até 6 anos	7 a 14 anos	15 em diante	Soma	Até 6 anos	7 a 14 anos	15 em diante	Soma
11.982	14.991	51.563	78.536	315	6.891	28.959	36.165	11.667	8.100	22.604	42.371

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p. 54.

³⁷⁰ “Congresso dos Trabalhadores das Fábricas de Fiação e Tecido”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 12, 20 maio 1933, p. 3.

³⁷¹ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 23 de abril de 1933.

³⁷² Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 27 de julho de 1933.

³⁷³ Ata da Sessão Ordinária do SOFSM, 15 de julho de 1934.

³⁷⁴ LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CHARTIER, Roger; CAVALLLO, Guglielmo (org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. v. 2.

Mais da metade da população total não dominava a leitura e a escrita e, até onde podemos perceber, muitos aprendiam a ler e a escrever na vida adulta ou próximo dela. Entre os trabalhadores, as oportunidades de instrução passavam, muitas vezes, pelo esforço do autodidatismo ou pela frequência às escolas mantidas pelos sindicatos. Vimos que a Legião tentou ampliar o número de escolas, assim como a JOC e outras iniciativas também atuaram neste campo, embora seja difícil avaliar os resultados em termos gerais. Um pouco mais detalhado, o censo de 1940 permite contemplar a diferença de instrução por idade e por sexo, lembrando que a população havia mais que dobrado em duas décadas.

Tabela 7 – População de Fortaleza em 1940 por faixa etária, sexo e grau de instrução

Faixas de idade	TOTAIS			SABEM LER E ESCREVER			NÃO SABEM LER E ESCREVER		
	Soma	H	M	Soma	H	M	Soma	H	M
	180.185	83.266	96.919	92.922	44.095	48.827	61.887	26.188	35.699
De 0 a 9 anos	45.445	23.039	22.406	6.077	2.942	3.135	14.268	7.221	7.047
De 10 a 19 anos	43.151	20.266	22.885	29.468	13.519	15.949	13.633	6.728	6.905
De 20 a 29 anos	35.503	15.680	19.823	23.647	11.148	12.499	11.816	4.516	7.300
De 30 a 39 anos	23.726	10.767	12.959	15.194	7.565	7.629	8.464	3.176	5.288
De 40 a 49 anos	16.022	7.423	8.599	9.547	4.980	4.567	6.439	2.429	4.010
De 50 a 59 anos	9.156	3.840	5.316	5.269	2.547	2.722	3.860	1.283	2.577
De 60 a 69 anos	3.991	1.325	2.666	2.131	863	1.268	1.852	461	1.391
De 70 a 79 anos	1.990	569	1.421	1.010	339	671	979	230	749
De 80 em diante	836	203	633	351	94	257	483	108	375
Idade ignorada	365	154	211	228	98	130	93	36	57

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil [1940]. Série Regional, Parte IV: Ceará. Tomo I: Censo Demográfico, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 128 e 129.

Em números totais, mais da metade da população dominava a leitura e a escrita ao final da década de 30, o que é válido para ambos os sexos. Entre 10 e 49 anos, faixa etária predominante entre os trabalhadores do setor têxtil, 77.856 pessoas, entre homens e mulheres, sabiam ler e escrever conforme o censo, embora seja incerto o grau de habilidade em termos de escrita e leitura. Entre os que não sabiam ler e escrever, no somatório das mesmas faixas, temos 40.352 pessoas; um número ainda elevado. Na escrita das atas, por exemplo, percebemos que alguns parecem dispor de mais competência no uso do idioma e apresentam uma caligrafia melhor, enquanto outros demonstraram mais dificuldades e evitaram ao

máximo desempenhar tal função. Vimos também que algumas atribuições eram difíceis de conseguir substitutos por “carência de estudos”, por exemplo, para ser correspondente, devendo redigir cartas, convites e comunicados, o que tornava imprescindível um bom domínio da escrita.

Como alertou Edward Thompson, o analfabetismo não exclui as pessoas do discurso político.³⁷⁵ A leitura coletiva era uma prática antiga e corrente entre as classes subalternas. Os estudos que investigam as práticas de leitura sempre ressaltam que a privatização do ato de ler conviveu, especialmente entre as classes pobres, com a leitura feita para uma audiência. Mais desafiador seria desvendar, afinal de contas, quem lia o que, quando, onde, como e por quê.³⁷⁶ Se jornais, livros, manifestos e outros impressos podiam ser deixados nos bancos das praças, dos bondes e das barbearias, ou emprestados e trocados com amigos, vizinhos, colegas de trabalho e do sindicato, ainda não dispomos de informações detalhadas sobre as leituras efetivas. Sobre o assunto que destacamos, a leitura comentada do *Legionário*, sabemos que tal era feita nos sindicatos nos momentos de reunião. Ao atualizar o modelo da leitura comentada, evidentemente, se esperava contornar o analfabetismo. Logicamente, eram selecionados os pontos preferenciais e julgados relevantes em cada momento. Vasculhando as edições a partir dos momentos mencionados nas atas, percebemos que os textos prioritários versavam sobre as eleições e os candidatos legionários, sobre os problemas em algumas fábricas, sobre a importância do sindicalismo e sobre alguns movimentos, como o do porto e a greve dos padeiros.

Podemos concluir, com segurança, que um grande conhecimento das leis trabalhistas se tornou possível mediante a conjugação de todo esse aparato, envolvendo as conversas entre trabalhadores, leitura das leis por intermédio dos jornais, incluindo o *Legionário*, debates nas reuniões dos sindicatos, contando, inclusive, com a presença de pessoas que detinham um bom conhecimento jurídico, como Ubirajara Índio do Ceará. Importante observar que, à medida que as instituições responsáveis pelo cumprimento das leis começam de fato a operar no Ceará, os trabalhadores começam a recorrer a esses órgãos e, em paralelo, o mesmo Ubirajara Índio se torna auxiliar da inspetoria, desenvolvendo, a partir daí, sólida carreira na Justiça do Trabalho.

³⁷⁵ THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 304.

³⁷⁶ DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 199-236.

No Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil, desde a oficialização em 1936 até a decretação do Estado Novo, o funcionamento interno foi tomado por questões referentes ao cumprimento da legislação. Em novembro de 1936, era apresentada uma queixa dos trabalhadores da Fábrica São José de que “o patrão está com as carteiras [de trabalho] dos referidos sócios presas”;³⁷⁷ uma evidente estratégia para burlar as leis. O caso foi levado diretamente ao Inspetor Regional que comunicou “que já providenciara” a solução do problema. Resolvido o caso da retenção das carteiras profissionais, a queixa preponderante era sobre a garantia do direito de férias. Nenhum outro assunto catalisou tantas atenções quanto esse ao longo dos primeiros anos.

Em termos legais, o decreto nº 23.103, de agosto de 1933, regulamentava o direito de férias para os empregados em estabelecimentos comerciais e bancários.³⁷⁸ Um novo decreto (nº 23.768) de janeiro de 1934, passava a garantir o direito às férias também para os trabalhadores da indústria que fossem sindicalizados.³⁷⁹ Vale lembrar que o reconhecimento deste direito foi a maior derrota patronal na época, que cerrou fileiras visando impedir sua aprovação. Com esse decreto, o governo “amarrava, decididamente, as duas pontas de sua política trabalhista”.³⁸⁰ Cada vez mais, lutar contra o reconhecimento oficial parecia significar lutar contra a lei de férias. Até os comunistas modificaram sua política contrária à sindicalização oficial e passaram a lutar pelo reconhecimento dos sindicatos. No Ceará, a política de rejeição estava se tornando problemática para os operários. Se reduzir o tempo de trabalho foi historicamente central na luta dos trabalhadores em inúmeros países, a conquista das férias remuneradas era tão importante quanto.

A luta para efetivar o direito foi constante, enfrentando, inclusive, “a deficiência da Inspeção Regional do Trabalho”, como foi criticado certa vez.³⁸¹ O tempo de espera foi longo, mas o resultado foi positivo, pois finalmente os trabalhadores tiveram o seu direito garantido. Em vários momentos lá estavam, participando das sessões, nomes como Solano Moreira e José Alexandre.

³⁷⁷ Ata da sessão ordinária do SOIT, 22 de novembro de 1936.

³⁷⁸ Decreto nº 23.103, 19 de agosto de 1933. “Regula a concessão de férias aos empregados em estabelecimentos comerciais e bancários e em instituições de assistência privada.” Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23103-19-agosto-1933-526803-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/05/2018.

³⁷⁹ Decreto nº 23.768, 18 de janeiro de 1934. “Regula a concessão de férias aos empregados na indústria, sindicalizados”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23768-18-janeiro-1934-526823-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/05/2018.

³⁸⁰ ARAUJO, Ângela. *op. cit.*, 257.

³⁸¹ Ata da sessão ordinária do SOIT, 06 de maio de 1937.

Quando foi decretado o Estado Novo, o sindicato foi visitado pelo Inspetor Regional que, ao tomar a palavra, comenta sobre a “intenção do atual regime brasileiro que será corporativista”. Isso, provavelmente, não era estranho aos trabalhadores, especialmente os que de uma forma ou de outra se relacionaram com a Legião Cearense do Trabalho. O novo ministro também era um velho conhecido dos trabalhadores e sindicalistas que participaram da LCT: Waldemar Falcão. Segundo Ângela de Castro Gomes, a chegada de Falcão ao MTIC se explica pela notória conexão com o movimento trabalhista e pelo apoio da Igreja Católica. Sua passagem pelo ministério representou um momento de reforço e adaptação das organizações sindicais aos princípios corporativistas e o coroamento de tal projeto com a instituição da Justiça do Trabalho e de maior atuação na área previdenciária.³⁸²

Após um hiato de quase um ano sem atas, uma nova diretoria estava no comando do sindicato em 1938. Os assuntos preponderantes eram reclamações trabalhistas, muitas vezes sem detalhes, além de serem citadas multas, retenção de carteiras profissionais, demissões sem justa causa, o pagamento de férias pendentes ou ainda a garantia de desfrutar do tempo de férias. Foi também a época de organização do “Têxtil Futebol *Club*”.

Em 1940, o antigo grupo estava de volta à Diretoria. Encontramos novamente José Alexandre, João Claudino, Solano Moreira, Raimundo Nonato e outros, todos eles ainda vinculados à Fábrica Santa Maria, porém enfrentando vários problemas. O tempo de aparente concórdia com o patrão era coisa do passado: os relatos citavam pressões e ameaças constantes. O clima era de tal forma asfíxiante que vários deles já cogitavam solicitar exoneração. Em 1943, em um cenário de nova guerra mundial, vivenciando dificuldades contábeis e de negociação com as fábricas, o sindicato passa a ser gerido por um Interventor nomeado pelo governo; neste ano houve a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho. Neste momento, foi providenciado o quadro que homenageava a primeira diretoria de fundadores que podemos encontrar, ainda hoje, na entrada do sindicato. Lá estão, justamente, pequenas fotos desgastadas pela ação do tempo, na parte inferior da esquerda para a direita: Francisca Miranda, Raimundo Nonato, Solano Moreira, o interventor federal no sindicato, João Claudino, Benvinda Lourenço e José Alexandre – além das figuras de autoridade como Getúlio Vargas e o Ministro do Trabalho à época, Marcondes Filho.

³⁸² GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 183 - 184.

Figura 6 – Quadro de homenagem aos sócios fundadores do Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza

Encerramos aqui nosso relato, que já se afastou bastante do foco, mas o fizemos por considerar relevante, uma vez que demonstrava a unidade de um grupo que desenvolveu seu aprendizado sindical uma década antes, no Sindicato da Fábrica Santa Maria e nos debates da Legião Cearense do Trabalho.

3.3.3 A voz do porto: o Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza nos anos 1920 e 1930

Como nos ensina Hobsbawm, o porto pode ser considerado uma indústria de “fronteiras fluidas”, com um complexo conjunto de atividades que, para um observador desatento, seria talvez indiferenciada, mas apresentando grandes minúcias, com um mosaico de ofícios envolvidos no transporte de cargas. No porto, não existiria “nenhum núcleo óbvio e predestinado para o seu sindicato”, sendo perfeitamente possível a constituição de várias associações organizando separadamente cada “seção do trabalho”.³⁸³

Sabemos que a Sociedade Deus e Mar operava desde 1912, provavelmente incluindo os vários ofícios que, de uma forma ou de outra, estavam envolvidos nas atividades

³⁸³ HOBBSAWM, Eric. **Os trabalhadores:** estudos sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 242-243.

do porto: catraieiros, lancheiros, estivadores, marítimos e portuários propriamente ditos. A formação do STPF data de 1921. Não dispomos de informações sobre os primeiros dois anos de existência do sindicato, já que as atas disponíveis iniciam em novembro de 1923. Mesmo na imprensa não foi possível localizar dados mais específicos. Contudo, ao que parece, a Deus e Mar agregou, prioritariamente, os quatro primeiros grupos citados. Trabalhadores que operavam o transporte de mercadorias em terra, com o uso ou não de trolés e pequenos vagões, encontraram no STPF um espaço mais adequado para se congregarem. Tudo indica que não houve qualquer tipo de disputa entre o STPF e a Deus e Mar, o que evidencia que as associações recrutavam seus membros entre grupos diferentes, embora aproximados no convívio do cais. As duas mantiveram um relacionamento amistoso e participaram de ações conjugadas ao longo dos anos.

A principal pista que nos permite compreender melhor a formação do STPF está nas lembranças de Vital Félix de Sousa, cuja vida se confunde com a trajetória da categoria e do sindicato portuário. Vital Félix cedeu uma entrevista ao cientista político Josênio Camelo Parente, que hoje faz parte do acervo do Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC). Em uma narrativa difícil e entrecortada, Vital Félix, nascido em 1894, conta sua trajetória como migrante, de Várzea Alegre para Fortaleza por volta de 1900, seu primeiro trabalho, como carroceiro, até seu ingresso no trabalho do porto e o momento da fundação do Sindicato.

Na memória de Vital Félix, três influências se destacam como marcantes: a) o apoio da Deus e Mar, uma associação “forte e respeitada”, que garantia “assistência e segurança do serviço” aos seus filiados; b) o amparo oferecido pela Igreja, através do Círculo Operário São José, já que a sede do Círculo e o Seminário Episcopal de Fortaleza eram próximos da área do porto; c) a convivência com “os ingleses”, ou seja, o contato com os marítimos ingleses que aqui aportavam, já que “todo dia havia navio inglês no porto”; ou ainda de alguns brasileiros que viajavam nas embarcações estrangeiras e assim passavam a conhecer melhor a experiência de organização nos portos ingleses.³⁸⁴ Os portuários de Fortaleza se beneficiaram de tais conexões. Como menciona Marcel van der Linden, é muito comum que sindicatos sejam formados “imitando o exemplo de outros”. A pura e simples emulação, porém, não é sempre possível ou mesmo desejável. Devemos falar, portanto, de

³⁸⁴ SOUSA, Vital Félix. Entrevista com Vital Félix de Sousa concedida a Josênio Camelo Parente, Fortaleza, 1983. NUDOC, CD-ROM.

significativa circulação de experiências, em contexto favorável a internacionalização das formas agremiativas e dos métodos de ação política.³⁸⁵

A vida associativa, em parte, não guarda muitas diferenças formais em relação ao que já conhecemos de outros sindicatos. Em primeiro lugar, facilmente se percebe a relevância dos socorros, mas com um acréscimo especial: no Sindicato dos Trabalhadores do Porto, o pecúlio ganha muito destaque. Isso se explica pela grande periculosidade do serviço portuário, o que não raro levava a fatalidades. Em segundo lugar, o ingresso cumpre o mesmo protocolo padrão: o pedido formal, feito por escrito ou pessoalmente, acompanhado por uma indicação de algum sócio (ou conjunto de sócios) ou ainda a realização de uma sindicância para avaliar a conveniência de aceitar ou não o proponente como membro do sindicato. Em terceiro lugar, a atenção quanto à participação dos sócios nas atividades internas é requerida algumas vezes. A atenção para o comportamento institucional não é, porém, o fator mais relevante. No STPF ganha muito mais destaque uma preocupação com as condutas no tempo de trabalho e na vida social, conectando de forma criativa a prática dos socorros, a vida familiar, o vínculo de trabalho e o comportamento público dos membros.

Começamos pelos socorros. O modelo inicialmente é o mais comum: o sócio recebia um determinado valor quando impossibilitado de trabalhar e, em casos mais graves, o internamento na Santa Casa de Misericórdia, os medicamentos, as visitas médicas e o atendimento de enfermagem eram custeados pelo Sindicato. Contudo, em maio de 1924, se ventilou a ideia de suspensão dos socorros.³⁸⁶ A proposta acabou sendo aprovada em Assembleia Geral Extraordinária. Embora não seja dito explicitamente, o Sindicato estava empenhado na aquisição de um terreno para sua futura sede. A suspensão temporária serviria para permitir uma poupança e garantir os fundos necessários para a compra. Os pecúlios continuariam a ser pagos normalmente e, para auxiliar os sócios em caso de necessidade, foram reforçadas duas modalidades de ajuda mútua: no primeiro caso se tornou recorrente a chamada “Bolsa da Migalha” e, em segundo lugar, uma cotização das capatazias.

A “Bolsa da Migalha”, em cada sessão, receberia dos presentes uma contribuição no valor que fosse possível e o montante angariado seria revertido para os necessitados do momento. Em 20 de julho o valor de 4\$300 réis foi entregue a Alexandre Felix.³⁸⁷ Na sessão seguinte, a bolsa rendeu 8\$900 réis, “sendo socorrido o inválido Luiz Ferreira da Conceição

³⁸⁵ LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 247 e 249.

³⁸⁶ Ata da sessão ordinária do STPF, 25 de maio de 1924.

³⁸⁷ Ata da sessão ordinária do STPF, 20 de julho de 1924.

com metade”.³⁸⁸ Em novembro do mesmo ano, foram arrecadados 3\$640 réis “para socorrer um associado que se acha internado na Santa Casa de Misericórdia”.³⁸⁹ Poderíamos, facilmente, multiplicar os exemplos, mas o procedimento era sempre o mesmo.

A segunda forma apelava diretamente para as capatazias, que ficavam incumbidas de se cotizar caso um dos seus integrantes sofresse com doença ou acidente. Fica claro que, no geral, isso significa um peso extra que parece ter sido levado adiante com poucas queixas. Provavelmente, a aquisição de um terreno e construção de sede própria eram fatores de orgulho para a categoria, o que tornava aceitável o esforço.

Somente em janeiro de 1926, os socorros foram restabelecidos conforme deliberação de uma Assembleia Geral, com o novo valor de 3\$000 réis para as mensalidades. Ficou resolvido o seguinte:

1º Em caso de doença, diária de dois mil e cem réis (2\$100) paga semanalmente [...] durante o tempo que durar a doença; uma visita médica [na residência do associado e custeada pelo Sindicato] e, em caso de morte, o respectivo funeral. 2º Trinta dias (um mês) de atraso no pagamento de sua mensalidades perde direito ao socorro e sessenta dias (dois meses) perde direito ao pecúlio.³⁹⁰

A “Bolsa da Migalha” continuava a circular, sendo o valor revertido em benefício de pessoas que estivessem necessitando, especialmente antigos trabalhadores inválidos.

O pecúlio aparece bastante. Os valores citados oscilavam, o que provavelmente guarda relação com o tempo médio de contribuições ou com o montante que a pessoa beneficiária poderia ter recebido antecipadamente. Em janeiro de 1924, a viúva de Manoel Luiz Vieira recebeu 578\$000 (quinhentos e setenta e oito mil réis).³⁹¹ No mesmo mês, a senhora Maria Anna Ferreira, viúva de Domingos Ramos, recebeu 476\$000 (quatrocentos e setenta e seis mil réis).³⁹² Em algumas ocasiões, parte do valor do pecúlio era antecipado, mediante solicitação, até que o valor total fosse liberado: “A diretoria deliberou adiantar por conta do pecúlio deixado pelo ex-sócio Antonio Pereira do Nascimento para sua esposa a quantia de cinquenta (sic) mil réis, e mais vinte mil réis à viúva do ex-sócio Vicente Ferreira”.³⁹³ O pedido para adiantar uma parte do benefício revela a necessidade urgente das famílias, em especial diante do falecimento daquele que poderia ser o principal esteio de sustento do lar. Tal dimensão estava explícita, por exemplo, na carta enviada pela viúva de

³⁸⁸ Ata da sessão ordinária do STPF, 22 de julho de 1924.

³⁸⁹ Ata da sessão ordinária do STPF, 02 de novembro de 1924.

³⁹⁰ Ata da Assembleia Geral do STPF, 10 de janeiro de 1926.

³⁹¹ Ata da sessão ordinária do STPF, 14 de janeiro de 1924.

³⁹² Ata da sessão ordinária do STPF, 20 de janeiro de 1924.

³⁹³ Ata da sessão ordinária do STPF, 27 de janeiro de 1924.

um sócio que “pedia para lhe ser adiantado cem mil réis (100\$000) do seu pecúlio para socorrer as despesas inadiáveis”.³⁹⁴ Como de costume, a solicitação foi prontamente satisfeita.

O pecúlio poderia ser para a viúva e/ou para os filhos ou ainda para a mãe do sócio falecido a depender da situação. Além dos exemplos que já citamos, podemos acrescentar o caso da órfã Maria de Nazareth, filha do sócio falecido Alfredo Porfírio de Oliveira, que receberia 500\$000 réis, depositados em uma caderneta bancária e sacável quando a jovem completasse 18 anos.³⁹⁵

À primeira vista, nada mais simples de ser resolvido, mas podiam ocorrer controvérsias. Quando Antônio Monteiro faleceu, sua mãe “veio a sociedade pedir algum dinheiro” adiantando como parte do pecúlio que julgava ter direito, posto que seu filho, embora casado, não vivia “com a mulher e sim com a mãe”.³⁹⁶ Ela recebeu 50\$000 réis. O valor total do pecúlio era objeto de disputa entre a esposa e a mãe do sócio falecido. Por intermédio de sua filha, irmã de Antônio, Dona Maria Monteiro encaminhava uma carta que foi lida no sindicato. O argumento era simples: embora casado com Marcelina (a viúva), Antônio “não fazia vida com ela antes de morrer”; os dois filhos não eram do sócio recém falecido, mas de uma união anterior.³⁹⁷ Somente no ano seguinte foi dada uma solução, sem maiores explicações, quando foi chamada pelo Sindicato a viúva do consócio Antônio Monteiro para, “munida dos documentos necessários, vir receber a parte do pecúlio que tem direito”.³⁹⁸ O uso da palavra “parte” pode indicar uma solução de consenso, talvez amigável. Tal possibilidade é plausível considerando o histórico desse tipo de problema.

Em caso anterior, quando Francisco Pereira da Silva faleceu, sua situação gerava uma pendência, por “não ser casado civilmente” e os filhos não estarem “registrados”. O pecúlio iria, portanto, para a mãe, mas essa “pedia ao Sindicato que dividisse o tal pecúlio com a sua nora, Maria Mendes”.³⁹⁹ Como se percebe, a situação foi solucionada de forma simples, rápida e amistosa. Aproveitando o momento, um dos diretores reforçou “a necessidade do casamento civil e identificação dos filhos na organização social”. Dados disponíveis para o final dos anos 1930 nos permitem estabelecer um perfil dos portuários quanto ao estado civil, como podemos observar a seguir.

³⁹⁴ Ata da sessão ordinária do STPF, 14 de junho de 1925.

³⁹⁵ Ata da Assembleia Geral do STPF, 11 de setembro de 1927.

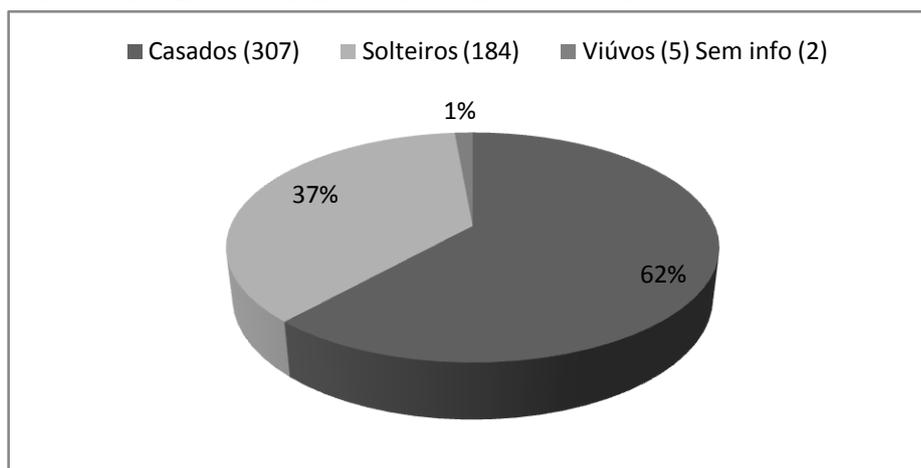
³⁹⁶ Ata da sessão ordinária do STPF, 26 de maio de 1929.

³⁹⁷ Ata da sessão ordinária do STPF, 29 de julho de 1929.

³⁹⁸ Ata da sessão ordinária do STPF, 30 de novembro de 1930.

³⁹⁹ Ata da sessão extraordinária do STPF, 15 de abril de 1928.

Gráfico 1 – Estado Civil dos Trabalhadores do Porto



Fonte: Elaboração própria a partir do “Livro de Registros de Associados” do STPF, datado de 1939

Mais de 60% dos trabalhadores eram casados no final da década, o que não significa que a união estivesse regularizada em termos legais. Se tais dados forem similares para os anos anteriores, não surpreende o teor expresso na fala que citamos acima. Como veremos, a preocupação com a família extrapolava a questão do pagamento dos pecúlios.

Em interessante caso, o sócio João Bernardo encaminha ao sindicato uma carta “pedindo socorros”, pois estava doente “impossibilitado de trabalhar”. A diretoria decidiu “que fosse dado o socorro, mas em vista do sócio estar separado da família, o respectivo socorro será dividido com a família”.⁴⁰⁰

Não só os socorros poderiam ser divididos, mas também o salário, considerando as necessidades familiares. Em dada ocasião, por ordem da diretoria, “todo e qualquer capataz que trabalhar com o consócio João da Silva” deveria descontar de seu pagamento “um terço para ser entregue a sua esposa, em virtude de estar separado da mesma sem motivos justificados, e sendo o único culpado o consócio assim referido”.⁴⁰¹ Adentramos em uma questão que apresentava significativa importância, já que surge de forma recorrente: a vida conjugal e familiar se torna objeto de vigilância coletiva através do sindicato. Era comum que os sócios fossem interpelados, admoestados e até punidos em caso de separação, abandono do lar e/ou brigas no âmbito doméstico.

O senhor José Machado encaminhou pedido de entrar para o sindicato e uma comissão de sindicância foi montada. Após verificação, a comissão indicou problemas: “o proposto é dado ao vício de embriaguez e está separado sem motivos da família, quer dizer, mulher e filhos”. José Machado reconheceu como verídicas as informações e prometeu

⁴⁰⁰ Ata da sessão ordinária do STFP, 17 de agosto de 1930.

⁴⁰¹ Ata da sessão ordinária do STPF, 19 de agosto de 1928.

“corrigir-se da embriaguez e fazer o possível para se juntar com a família”.⁴⁰² Também teve sua solicitação negada o “Sr. João Pereira Lopes por motivo de ter feito parte nesta sociedade já duas vezes e ter sido eliminado por si próprio e também por motivo de ser *mau filho para com os seus pais*”.⁴⁰³ Teremos oportunidade de falar sobre o problema relacionado ao consumo de bebidas adiante, por hora percebemos a preocupação com os vínculos familiares.

Uma comissão foi formada para “se entender com o companheiro diretor Manuel Marinho” para que fosse solucionado “o caso do seu casamento”, sendo dito que a diretoria pretendia “usar dos direitos que lhe compete e entregar o caso a Polícia, caso o companheiro não leve mais a sério os seus compromissos”.⁴⁰⁴ Diferente de outros, a situação parecia ser grave. Nada mais é dito sobre o assunto; ficamos, assim, sem saber o conteúdo exato. Possivelmente Manuel Marinho regularizou sua situação. Mas o que poderia demandar uma ação da polícia? Talvez um caso de bigamia ou uma promessa de casamento (em caso de defloração, por exemplo) estivesse pendente.

Para se explicar “sobre assunto familiar, ou melhor, abandono de lar” foi convocado José Fernandes de Sousa. Inicialmente, ele foi “aconselhado para volver aos braços da família”, mas o sócio respondeu “que isso jamais faria”. Sua “digna consorte” estava presente na sessão demonstrando indignação. A decisão da diretoria foi dura: “ficava ele [José Fernandes] suspenso do trabalho até pensar melhor”.⁴⁰⁵ João da Cruz de Brito também foi suspenso já que “não pretendia mais fazer parte de sua família”. O tempo serviria para “que o companheiro pensasse”.⁴⁰⁶ O objetivo óbvio era recompor o casal e garantir a unidade familiar. Com esse intento foi chamado Pedro Pereira para explicar por que “tinha abandonado a sua mulher”, no que respondeu, de forma reservada, “que tinha abandonado por questão dos dois”. Inquirido se desejava “fazer vida com a mulher”, respondeu afirmativamente. A situação se inverteu e uma comissão foi tirada “para se entender com a mulher”.⁴⁰⁷ Duas sessões depois, o “mistério” foi revelado: Pedro Pereira foi chamado perante sua esposa, que afirmou não querer “fazer mais vida com o mesmo por motivo do companheiro só querer andar alcoolizado”. O presidente cedeu a palavra para Pedro “dizer alguma coisa”, no que ele se comprometeu “que evitaria mais possível [o álcool] para não ter mais questão nenhuma com a sua mulher”.⁴⁰⁸ A vigilância, evidentemente, era feita pelo

⁴⁰² Ata da sessão ordinária do STPF, 13 de setembro de 1925.

⁴⁰³ Ata da sessão ordinária do STFP, 23 de junho de 1929. Grifo nosso

⁴⁰⁴ Ata da sessão ordinária do STFP, 27 de dezembro de 1925.

⁴⁰⁵ Ata da sessão ordinária do STFP, 16 de maio de 1927.

⁴⁰⁶ Ata da sessão ordinária do STFP, 29 de junho de 1930.

⁴⁰⁷ Ata da sessão ordinária do STFP, 30 de abril de 1929.

⁴⁰⁸ Ata da sessão ordinária do STFP, 19 de maio de 1929.

conjunto da categoria. Por exemplo, foi chamado perante a diretoria Antônio Francisco “por vir darem parte do mesmo que andava maltratando a sua família”.⁴⁰⁹

Fica claro que se faz referência a algum tipo de justificativa que poderia tornar aceitável o rompimento do núcleo familiar. As pistas estão aqui e ali nos relatos e nas decisões. O término da vida conjugal precisava de uma justificativa considerando os códigos culturais daqueles homens. O exemplo seguinte é revelador: Manoel Alves de Sant’Anna foi “ouvido relativamente a uma desinteligência” entre ele e sua esposa. O sócio afirmou que o problema “foi ela não saber engomar, lavar e nem costurar e, por este motivo, jamais voltará a casa e fazer vida com ela”. A diretoria parece ter considerado a justificativa de Manoel como aceitável, deliberando que para “atender as necessidades dos filhos” do sócio, todo “capataz que trabalhar com o consócio acima referido [deveria] tirar metade de seu salário para reverter em benefício dos mesmos”.⁴¹⁰ Francisco Faustino também teve que se explicar, embora sua justificativa não tenha sido detalhada. Ao que parece, seus motivos foram aceitos e não foi necessária uma ação semelhante às anteriores, retendo parte do pagamento, já que o mesmo se “comprometeu que não deixaria de dar auxílio aos filhos”.⁴¹¹

Se a mulher precisava cuidar da casa, saber engomar, lavar e costurar, como desejava Manoel Alves de Sant’Anna, o homem deveria prover o lar, sendo bom marido e/ou bom filho, como os casos revelam. O Sindicato assumia a tarefa, sancionada pela maioria dos membros, de velar e zelar por isso, inclusive determinando a retenção de parte dos ganhos do trabalhador para sua família, que não deveria ficar desamparada.

O álcool aparece como componente de atrito, como vimos no caso de Pedro Pereira. Sua reserva em explicitar a raiz da desavença, era tanto o interesse em preservar algum tipo de intimidade do casal quanto para evitar sanções ainda mais severas, já que o consumo alcoólico era repreendido e punido costumeiramente.

Penalidades para sócios que abusassem do consumo de bebidas alcoólicas não era algo inusitado, muito pelo contrário. É comum encontrarmos nos estatutos de diversas associações prescrições sobre o tema. Embora não tenhamos localizado os estatutos do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza, dispomos do texto completo da segunda reforma dos estatutos da Deus e Mar. É perfeitamente provável que os dispositivos fossem análogos, já que através das atas do STPF podemos acompanhar alguns aspectos na prática, confirmando a semelhança.

⁴⁰⁹ Reunião dos Chefes de Serviço do STPF, 19 de dezembro de 1929.

⁴¹⁰ Ata da sessão ordinária do STPF, 21 de outubro de 1928.

⁴¹¹ Ata da sessão ordinária do STPF, 26 de outubro de 1930.

No estatuto da Deus e Mar, em seu capítulo 3, estavam previstas multas, nunca inferiores a cinco mil réis, em caso de abandono do trabalho “sem motivo justificado”, inobservância (por parte dos chefes de serviço) das ordens do fiscal ou do presidente da sociedade e, também direcionada aos chefes de serviço, permitir o trabalho de pessoas alcoolizadas. Poderia ser suspenso por vários dias o sócio que provocasse o impedimento dos embarques por estar “embriagado, jogando ou praticando acto reprovável”. Comparecer às sessões em estado de embriaguez também seria motivo para suspensão, e promover algum tipo de atentado físico “ou a honra de qualquer companheiro e mesmo a honra de sua família” era razão suficiente para suspensão e/ou expulsão do quadro social.⁴¹²

Na ata de 15 de fevereiro de 1925 do STFP consta que três sócios haviam sido multados, em razão da “campanha alcoólica”, e efetuado o pagamento total de 15\$000 réis.⁴¹³ Em maio, o sócio Claudino foi intimado perante a diretoria “para receber uns conselhos sobre ter sido encontrado na via pública completamente embriagado”, se comprometendo a “não cair em outra falta”.⁴¹⁴ Esses dois pequenos exemplos já demonstram similaridades com o que era praticado na sociedade Deus e Mar. Os sócios multados, ao que tudo indica, foram flagrados embriagados ou consumindo bebidas durante o trabalho, enquanto Claudino estava no espaço público em situação julgada como vexatória. Em outra sessão, foi a vez de Francisco Bruno ser repreendido por ter “infringido as leis proibitivas do álcool”, com o alerta de punição “com todo rigor” em eventual reincidência.⁴¹⁵ Também foram admoestados Jeronymo Gomes da Silva e José Tibúrcio “por terem sido apanhados em estado de embriaguez”. Os dois “prometeram corrigir-se”.⁴¹⁶ Jeronymo, no entanto, não passou muito tempo longe do álcool, já que em dezembro do mesmo ano estava novamente perante a diretoria “por reincidir nas faltas já cometidas, isto é, a infração das leis da campanha antialcoólicas”, com o agravante de “ter comparecido à sede social em estado de embriaguez” e ainda promovendo “ofensas e ameaças” contra um dos diretores. Jeronymo foi suspenso do trabalho por cinco dias e alertado para a possibilidade de eliminação “na primeira reincidência que praticar”.⁴¹⁷

O Sindicato havia abraçado o que chama de “campanha antialcoólica”, deliberando o seguinte:

⁴¹² “Segunda reforma dos estatutos da Sociedade ‘Deus e Mar’”. **Diário do Ceará**, Fortaleza, 15 out. 1927, p. 5.

⁴¹³ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do STFP, 15 de fevereiro de 1925.

⁴¹⁴ Ata da sessão ordinária do STFP, 03 de maio de 1925.

⁴¹⁵ Ata da sessão ordinária do STFP, 31 de maio de 1925.

⁴¹⁶ Ata da sessão ordinária do STFP, 13 de setembro de 1925.

⁴¹⁷ Ata da sessão ordinária do STFP, 13 de dezembro de 1925.

Daquela data em diante, a primeira vez que o sócio transgredir os regulamentos da dita campanha será multado em 5\$000; a segunda vez será multado em 10\$000; na terceira vez o fiscal o intimará a comparecer perante a Diretoria e esta então aplicará a penalidade que o caso exigir.⁴¹⁸

A severidade aparente do texto era, na prática, abrandada em inúmeras oportunidades, considerando a prioridade conferida a se tentar um consenso ou mudança de postura do sócio e a depender da especificidade de cada situação. Francisco da Silva havia sido multado pelo fiscal da campanha, mas após “ponderações” sobre o ocorrido a decisão foi para ser “dispensada tal multa e, no caso de nova infração, a sociedade dar-lhe-ia o castigo merecido”. Enquanto isso, Antônio Correia, também multado, não compareceu à sessão e “teve a sua multa de pé”.⁴¹⁹ João Rodrigues “prestou sério compromisso de dar término a uma série de extravagâncias do seu uso próprio com o álcool”,⁴²⁰ enquanto Antônio Lopes teve a multa dispensada por “ser a primeira vez que o camarada”⁴²¹ cometia tal infração. Francisco José da Costa, que andava alcoolizado, mesmo após “severo conselho dado pela diretoria”, se comprometeu “de jamais fazer uso do vício com abundância e largueza espiritual”.⁴²² Geronimo Gomes de Lima foi chamado à mesa da diretoria “em cujo altar social fez sincero juramento de abandonar o álcool, o que vem prejudicando-o no serviço”.⁴²³

O sócio que demonstrasse maior compromisso com uma mudança de comportamento tinha mais chances de ver suas penalidades abrandadas. Quem não teve tal sorte foi Manoel Cypriano, pois além de “andar alcoolizado” cometia “actos indecentes”, tendo sua multa mantida com o acréscimo de ser paga em 48 horas⁴²⁴ e, pouco depois, ele seria suspenso do trabalho. Francisco Octaviano também não teve o benefício de ver sua punição abrandada. Segundo consta, foi suspenso do serviço porque estava “embriagado no cinema do Círculo Católico São José”, sendo “transportado para casa pelas mãos dos consócios”,⁴²⁵ um ato julgado atentatório contra a boa imagem pretendida pela categoria. Os capatazes, que deviam dar exemplo aos demais, eram multados de forma ainda mais intensa. Antônio Moreira, por exemplo, teve que desembolsar 10\$000 réis.⁴²⁶

⁴¹⁸ Ata da sessão ordinária do STFP, 25 de outubro de 1925.

⁴¹⁹ Ata da sessão ordinária do STFP, 16 de maio de 1927.

⁴²⁰ Ata da sessão ordinária do STFP, 22 de agosto de 1927.

⁴²¹ Ata da sessão ordinária do STFP, 4 de setembro de 1927.

⁴²² Ata da sessão ordinária do STFP, 25 de setembro de 1927.

⁴²³ Ata da sessão ordinária do STFP, 18 de março de 1928.

⁴²⁴ Ata da sessão ordinária do STFP, 9 de outubro de 1927.

⁴²⁵ Ata da sessão ordinária do STFP, 27 de abril de 1930.

⁴²⁶ Ata da sessão ordinária do STFP, 8 de janeiro de 1928.

Havia os casos extremos, que por repetidas vezes eram multados e suspensos, o que demandava ações mais firmes, como a possibilidade de suspensão dos socorros ou a expulsão do quadro social. Na primeira possibilidade temos o exemplo seguinte:

A Diretoria resolveu o seguinte caso do consócio Francisco Geronimo (vulgo Jatobá) que de ora em diante não se responsabilizará por qualquer acidente que venha sofrer o consócio acima citado, uma vez ficando provado que seja por consequência de bebidas alcoólicas, salvo casos excepcionais.⁴²⁷

A exclusão do quadro social era, evidentemente, a punição máxima, que poderia provocar o fim do vínculo de trabalho no porto. O leitor deve lembrar de Octaviano, citado mais acima – quando foi flagrado embriagado no cinema do Círculo São José. As brigas envolvendo o associado, ao que parece, eram comuns. Em junho de 1930, Manuel Torres afirmava que o “consócio Octaviano puxou o canivete 2 vezes e muito o maltratou com palavras obscenas”.⁴²⁸ Os agravantes renderam uma suspensão de três meses para Octaviano. Mas ainda não era o fim. Pouco mais de um mês depois de tal incidente, José Candido da Silva, conhecido como “Pantera”, trouxe uma denúncia contra Adelino Ferreira e Francisco Octaviano “que estavam brigando alcoolizados defronte a residência dele”.⁴²⁹ A rixa se deu em uma taberna. Adelino explicou a situação da seguinte forma: “o sócio Francisco Octaviano queria que ele pagasse cachaça para ele beber, o sócio Adelino disse para ele que não pagava”, resultando uma agressão. A situação de Octaviano não era boa “em virtude de ser reincidente por três vezes e estando suspenso por espaço de 3 meses dos *gosos* sociais por motivo de álcool, e reincide infringindo as leis da sociedade”. A diretoria deliberou “em toto [sic] que o sócio estaria eliminado”.⁴³⁰ A decisão foi confirmada em Assembleia Geral realizada poucos dias depois. Foi a última vez que encontramos o nome de Octaviano.

Se apresentar alcoolizado no sindicato também gerava punições. João Rodrigues de Senna, “o Bolacha”, foi suspenso por cinco dias “por achar-se o mesmo em estado de embriaguez no recinto social”, sendo admoestado e retirado do local.⁴³¹ José Paulino foi suspenso quatro dias por “chegar ao recinto social em estado de embriaguez”, o que desrespeitava “os costumes sociais”.⁴³² Constatamos que o abuso do álcool era também uma justificativa para negar a filiação. Vejamos mais dois exemplos que devem ser suficientes: Antônio Alexandre pretendia voltar ao sindicato, mas compareceu à sessão “em estado de

⁴²⁷ Ata da Reunião dos Chefes de Serviço, 8 de agosto de 1929.

⁴²⁸ Ata da sessão ordinária do STFP, 7 de junho de 1930.

⁴²⁹ Ata da sessão ordinária do STFP, 27 de julho de 1930.

⁴³⁰ Ata da sessão ordinária do STFP, 3 de agosto de 1930.

⁴³¹ Ata da Reunião dos Chefes de Serviço, 8 de dezembro de 1927.

⁴³² Ata da sessão ordinária do STFP, 25 de março de 1928.

embriaguez”, tendo seu pedido “rejeitado unanimemente”⁴³³ e José Pereira da Silva teve seu pedido de associação negado “por motivo de ser um grande viciado em álcool”, mas foi concedido um prazo de noventa dias para mostrar que estava regenerado.⁴³⁴

Em dado momento, os 23 mais notórios “viciados em álcool” foram aconselhados coletivamente e advertidos que poderiam ser “todos eliminados”.⁴³⁵ Semelhante preocupação, como dissemos, não era exclusiva das associações ligadas ao porto. Nos estatutos do Sindicato dos Trabalhadores da *Light*, em seu artigo 7º, consta: “§4º - Abster-se de excessos alcoólicos ou da prática de qualquer ato degradante e aconselhar a mesma abstenção no meio social”.⁴³⁶ O comparecimento às sessões em “estado de embriaguez” poderia implicar a suspensão dos direitos de sócio e, em casos de reincidência, desligamento do quadro social.

O problema, vale destacar, não era o uso de bebidas alcoólicas em si, mas o consumo reiterado, já que a abstinência completa não aparece como recomendação. O apelo é muito mais em favor da moderação. O consumo excessivo poderia implicar em degradação pessoal, provocar a decadência familiar e conspurcar a imagem do Sindicato, trazendo descrédito ao conjunto da categoria. Em alguns momentos percebemos tais noções de forma explícita. Vital Félix toma a palavra em uma Assembleia Geral e destaca que o uso excessivo do álcool viria “pôr em descrédito o nosso nome social”.⁴³⁷ Em outra oportunidade tornaria a tocar no assunto, ressaltando que tal vício vem “infelicitando a coletividade”.⁴³⁸

Se o problema da embriaguez aparece de forma recorrente, não era o único assunto que poderia estar relacionado à imagem pública do grupo. Algumas prescrições pretendiam colaborar para a criação de uma impressão moralmente positiva da categoria, como na ocasião que foi decidido estar proibido trabalhar “despido meio corpo, ao bem da moral pública”.⁴³⁹

Vimos no caso dos operários da Fábrica Santa Maria o interesse em solucionar desentendimentos entre os colegas. No porto isso era ainda mais urgente, considerando que os atritos eram mais intensos e até mais violentos. Através do sindicato havia uma tentativa de estabelecer a prática do controle e do autocontrole, suavizando as relações cotidianas. Francisco Gomes e José da Penha foram convocados para resolver “questões entre os dois”, tendo como resultado que a rusga parece ter sido resolvida: “desfizeram tudo, tornando-se

⁴³³ Ata da sessão ordinária do STFP, 1 de novembro de 1925.

⁴³⁴ Ata da sessão ordinária do STFP, 28 de setembro de 1930.

⁴³⁵ Ata da sessão ordinária do STFP, 7 de julho de 1929.

⁴³⁶ “Estatutos do Sindicato de Operários e Trabalhadores da *Light*”. **O Povo**, Fortaleza, 8 jan. 1932, p. 8 e 9.

⁴³⁷ Ata da Assembleia Geral do STFP, 11 de setembro de 1927.

⁴³⁸ Ata da sessão ordinária do STFP, 25 de março de 1928.

⁴³⁹ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do STFP, 15 de fevereiro de 1925.

amigos”.⁴⁴⁰ Os sócios José Barbosa e Manoel Marinho também foram chamados para prestar esclarecimentos por serem flagrados brigando “perante o público”.⁴⁴¹ As brigas entre companheiros precisavam ser apaziguadas pelo “bem da coletividade”, como foi dito claramente quando dois capatazes iniciaram uma rixa pouco antes do início de uma reunião:

Em frente ao recinto social, antes de começar os trabalhos, ouve um ligeiro incidente entre os companheiros capatazes Benedito José Ferreira e Antônio Alves Lopes motivado por questões fortes, e pelo qual o companheiro presidente chamou-os a presença da Diretoria e aconselhou para que não se reproduzisse outro ato dessa natureza, e pediu a ambos que fizesse desaparecer aquilo e voltassem a serem o mesmo que eram outrora a bem da coletividade.⁴⁴²

Em outra ocasião, o diretor Pedro Galdino trouxe para discussão o problema envolvendo os sócios Antônio Izidoro e Francisco de Assis “por estarem ambos [em] renhida luta por ocasião do pagamento”,⁴⁴³ ambos foram repreendidos. No mesmo sentido, foi ouvido José Silvério “relativamente a um pugilato havido entre si e o consócio José Vicente, sendo que este não compareceu à sessão e por essa razão ficou o mesmo suspenso do trabalho”.⁴⁴⁴ Enquanto isso, os sócios Manoel de Lima e João Bezerra “fizeram ver” à diretoria “que daquela data em diante” nada ficaria “diferente um com o outro”. O presidente, no mesmo momento, solicitou que os dois entregassem “as armas que conduziam”.⁴⁴⁵ O recolhimento das armas era medida, ao mesmo tempo, prática e simbólica. Se ainda restasse alguma rusga, o potencial de letalidade poderia ser reduzido pelo menos no momento. Aceitar entregar as armas significava reconhecer a autoridade do sindicato e o término das hostilidades. A situação era relevante, pois poucos dias antes, na sociedade Deus e Mar, uma rixa surgida no ambiente de trabalho não logrou solução dentro da sociedade, sendo concluída com uma cena de sangue. O caso envolveu João Candido dos Santos, casado e com seis filhos, e Vicente José dos Santos, também casado e, aparentemente, sem filhos, ambos trabalhavam, respectivamente, nas lanchas 11 e 12 da firma “Castro e Filho” e a disputa teve início no momento da descarga de um navio. Na sessão da Deus e Mar, João Candido “comunicou a diretoria” que Vicente o havia injuriado. Vicente foi suspenso e, demonstrando contrariedade, pediu sua “exclusão do quadro social”, permanecendo do lado de fora do recinto, aguardando a saída de João Candido, que foi atacado ao sair da sede do sindicato, vindo a falecer.⁴⁴⁶

⁴⁴⁰ Ata da sessão ordinária do STFP, 4 de setembro de 1927.

⁴⁴¹ Ata da Assembleia Geral do STFP, 24 de junho de 1928.

⁴⁴² Ata da Reunião dos Chefes de Serviço, 30 de novembro de 1927.

⁴⁴³ Ata da sessão ordinária do STFP, 27 de setembro de 1928.

⁴⁴⁴ Ata da sessão ordinária do STFP, 6 de janeiro de 1929.

⁴⁴⁵ Ata da sessão ordinária do STFP, 20 de outubro de 1929.

⁴⁴⁶ “O doloroso caso da ‘Deus e Mar’”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 15 out. 1929, p. 7.

Os eventuais motivos para cizânias poderiam ser de ordem diversa. Disputas no ambiente de trabalho (sendo uma das mais comuns), problemas de convívio entre vizinhos, uso de termos insultuosos e até mesmo questões amorosas. Por exemplo, o consócio Manoel Marinho foi chamado para dar explicações sobre a acusação de estar “seduzindo a mulher do consócio Manoel Pedro”.⁴⁴⁷ Alfredo Gomes Damasceno foi ouvido “relativamente a um incidente” entre ele e o sócio Manoel Mendes. Alfredo Gomes alegou que se ofendeu o companheiro de trabalho “foi em sua legítima defesa”, pois Manoel Mendes o havia “maltratado com palavras ofensivas”. A solução proposta por Telles da Rocha, um dos diretores, era bastante sugestiva: “se no caso de ambos não guardarem ressentimentos, a Diretoria deveria desculpá-los, e no caso contrário serão castigados severamente”.⁴⁴⁸ A sugestão foi aceita por maioria e os dois pelo menos tentaram demonstrar ter voltado “a velha amizade”. Mais uma vez fica explícito que o foco era sempre evitar maiores conflitos e confrontos; mediar acordos que pudessem findar as rixas e o uso da violência.

Identificamos uma atenção ao vocabulário. Algumas queixas versavam sobre o uso de expressões julgadas ofensivas e inadequadas, tanto por uma questão de imagem quanto porque poderiam provocar uma escalada rumo a ações de violência física. José Raymundo e Antônio Izidoro foram advertidos por proferirem “palavras obscenas”⁴⁴⁹ e Benedito Ferreira “fez queixa do consócio Raymundo Muniz por ter o mesmo chamado-o de infiel”.⁴⁵⁰ A briga entre José Soares e José Paulino foi explicada como tendo origem “por motivo de palavras *immoraes*”.⁴⁵¹ Para finalizar citamos o caso de João Pereira da Silva, chamado diante da Diretoria “por motivo de ter maltratado pessoalmente” Francisco Casimiro:

A diretoria perguntou ao sócio Francisco Casimiro o que queria que fizesse com o sócio João Pereira da Silva. O sócio pediu que a diretoria aconselhasse pela primeira vez. O Sr. Presidente chamou o sócio a presença da diretoria e o aconselhou e o sócio se comprometeu que não ofenderia mais o outro sócio.⁴⁵²

Decerto, Casimiro optou pelo aconselhamento seguindo o padrão corrente quando se tratava de uma primeira falta e porque era melhor escolher algo leve, que não geraria ressentimento por parte de João Pereira. Os procedimentos institucionais para solucionar tais conflitos eram bem conhecidos e podemos arriscar a hipótese de que, guardados os seus

⁴⁴⁷ Ata da Reunião dos Chefes de Serviço, 19 de dezembro de 1929.

⁴⁴⁸ Ata da sessão ordinária do STPF, 2 de fevereiro de 1930.

⁴⁴⁹ Ata da sessão ordinária do STPF, 6 de maio de 1928.

⁴⁵⁰ Ata da sessão ordinária do STPF, 20 de maio de 1928.

⁴⁵¹ Ata da sessão ordinária do STPF, 14 de abril de 1929.

⁴⁵² Ata da sessão ordinária do STPF, 24 de agosto de 1930.

limites, eram eficientes para neutralizar a ampliação de parte das desavenças, oferecendo compensações em termos morais consideradas aceitáveis e válidas dentro daquele universo.

No momento, não vamos detalhar os encaminhamentos decididos no sindicato quanto aos conflitos com as firmas comerciais e as empresas de navegação que atuavam no porto, pois tais aspectos vão compor o conteúdo do quarto capítulo, no qual abordaremos com mais pormenores o histórico de lutas de algumas categorias.

Similar ao que vimos em outros sindicatos, os portuários também eram cobrados quanto ao comparecimento às assembleias gerais,⁴⁵³ sendo a diretoria ainda mais cobrada.⁴⁵⁴ Diferente do que vimos no Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, marcado por um fluxo constante de pessoas transitando entre as várias funções, com muitas desistências, no STPF tal fenômeno foi extremamente raro. Em vários anos registramos somente um exemplo: Benedito José Pereira foi o único que pediu sua “demissão do cargo”. Vital Félix deixou a decisão a critério do conjunto da diretoria, e o pedido foi aceito, embora tenha sido registrado em tom ríspido e condenatório que o referido membro não queria “trabalhar pela coletividade dos companheiros”.⁴⁵⁵ No sentido oposto, observamos a manutenção por décadas de um mesmo grupo dirigente, ao redor de Vital Félix de Sousa e Telles da Rocha, os dois nomes que mais se destacavam. Isso poderia nos levar a concluir uma ausência de democracia interna? Estaríamos diante de uma espécie de “oligarquia”?

Guardadas todas as diferenças podemos nos apoiar nas reflexões sugeridas por Adhemar Lourenço da Silva Júnior sobre o processo de oligarquização em sociedades de socorro mútuo.⁴⁵⁶ Seria preciso questionar se toda perpetuação é efeito de manobras internas e se toda mudança é fruto de uma “democracia” elevada. A troca e/ou substituição de pessoas que compõem a direção não necessariamente é sinal de “mais democracia”. Em alguns momentos, a alta rotatividade pode ser simplesmente resultado de constantes desistências, como no Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, ou até mesmo de caos administrativo. Cada situação precisa ser analisada em suas especificidades. No caso da Deus e Mar, vimos que a tentativa da diretoria para se manter no poder (considerando inclusive as

⁴⁵³ “Todos os sócios deste Sindicato que trabalham no litoral, os quaes faltarem as sessões de Assembleia Geral sem comunicarem a Diretoria ou a seus capatazes serão suspensos do trabalho um dia e os que não trabalham no litoral serão multados na quantia de dois mil réis (2\$000)”. Ata da sessão ordinária do STPF, 1 de novembro de 1925.

⁴⁵⁴ “Toda vez que um diretor ou suplente deixar de comparecer as sessões, quer ordinárias, quer da diretoria, sem a devida justificação, será suspenso dos gozos sociais por 30 dias, ou incorrerá na multa de 2\$000 que reverterá para os cofres sociais”. Ata da Assembleia Geral do STPF, 5 de julho de 1925.

⁴⁵⁵ Ata da sessão ordinária do STFP, 24 de agosto de 1930.

⁴⁵⁶ SILVA JR., Adhemar Lourenço da Silva. *Oligarquias em sociedades de socorros mútuos (1854 – 1940)*. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 78-108, 2010.

acusações de fraude, suporte de grupos políticos locais e de algumas companhias de navegação), teve como resultado o amplo questionamento público do processo eleitoral, sua anulação e a realização de novo pleito. Os derrotados fundaram nova agremiação. Em tal exemplo, o projeto de monopolização se tornou evidente e foi frustrado por uma ação coletiva de boa parte dos sócios. Nada similar ocorreu no STPF. Isso nos levaria a concluir que o grupo dirigente conseguia dominar melhor a situação e silenciar opositores?

O acompanhamento do cotidiano do Sindicato no período abordado revela muito mais os elementos de legitimidade da atuação de boa parte da diretoria. Esse parece ser o elemento decisivo. Se não tomarmos, a priori, o uso do termo “oligarquia” com sentido pejorativo podemos considerar que a manutenção de determinadas pessoas foi muito mais o reconhecimento de sua liderança de fato e uma integração satisfatória com os anseios da maioria.⁴⁵⁷ A presença de Vital Félix, inclusive, surpreende não só por sua atividade no STPF, mas também por estar presente em outras associações, como a “24 de Junho”.

Todos os elementos que destacamos até aqui fazem parte de um amplo repertório de iniciativas com várias finalidades que se cruzam: garantir amparo frente às adversidades, estabelecer uma imagem positiva da categoria, solucionar rixas e queixas surgidas na vida cotidiana, instituir uma forma de controle comunitário dos comportamentos e reforçar a coesão do grupo, por mais desafiador que fosse tal empreitada. Da mesma maneira, foi levada adiante a participação do STPF em ações políticas coligadas com outras associações. Podemos afirmar que foi obtido significativo êxito nesse sentido.

O Sindicato participa de várias atividades, atuando em concerto com outros grupos. Raymundo Ramos, provavelmente o mesmo que havia sido liderança no Partido Socialista Cearense, agora como membro do “Comitê Pró-Reforma Eleitoral”, veio ao STPF “pedir apoio e solidariedade a nobre causa do voto secreto” e o “Sindicato apoiou incondicionalmente a causa”.⁴⁵⁸ Em 1927, foi comentado em sessão “sobre a morte dos italianos Sacco e Vanzetti”, sendo inserido em ata um “voto de protesto a tamanha selvageria”.⁴⁵⁹ Em assembleia geral realizada em 1928, “o companheiro Telles da Rocha” comentou em detalhes sobre a formação de uma “chapa trabalhista” para concorrer às eleições (como citamos no primeiro capítulo). A ideia defendida se baseava no princípio de que “era chegado o momento do operariado unido e fortalecido por um ideal tomar parte nas lutas

⁴⁵⁷ Ressaltamos que tais considerações só são válidas para o período abordado, que abarca as décadas de 1920 e 1930, não sendo generalizável de forma automática para as décadas seguintes, que aguardam novas pesquisas.

⁴⁵⁸ Ata da sessão ordinária do STPF, 2 de agosto de 1925.

⁴⁵⁹ Ata da sessão ordinária do STPF, 28 de agosto de 1927.

políticas estaduais”.⁴⁶⁰ Pouco depois o sindicato era visitado por Manoel dos Santos, que já mencionamos bastante em outras oportunidades, como membro do “Comitê Trabalhista” para reforçar a proposta. Quando ocorreu a cisão no interior da Deus e Mar, com o surgimento da União Marítima, em 1928, o STPF não passou por qualquer problema similar. Inclusive, não se posicionou diante das desavenças e disputas entre as duas agremiações, buscando sempre um bom relacionamento com ambas. Vital Félix chegou a participar da União Sindical do Trabalho no início dos anos 1930, lá conhecendo Waldemar Falcão.

Quando começa a ser formada a LCT, o STPF estava bem estruturado, com receita crescente, sede própria, firme atuação no mercado de trabalho portuário e elevada reputação pública. Entre os nomes que afloraram nas lembranças de Jeovah Motta está, evidentemente, o de Vital Félix, “líder do pessoal do porto [...] o núcleo mais organizado”.⁴⁶¹ Vital Félix não se singularizava por uma produção escrita ou militância editorial. Parece mais afeito e habilidoso ao trabalho sindical “miúdo”, de pouca visibilidade, porém fundamental no cotidiano das associações. Com o tempo, especialmente pela participação na LCT, sua presença ganharia maior projeção. Enquanto outros líderes da Legião eram mencionados (e lembrados) como hábeis em grandes discursos, fazendo uso de uma linguagem articulada formal e dispendo de um arcabouço de leituras, Vital Félix foi citado como possuindo uma verve próxima ao coloquial e à sensibilidade da audiência dos trabalhadores, recorrendo ao humor em diversas oportunidades. *O Nordeste*, por exemplo, citou sua “inteligência, não obstante a sua rudimentar cultura intelectual” como capaz de “vibrar o verbo”. “Rústico, mas inteligente”, encadearia ideias facilmente, em especial com o uso de seu “expansivo humorismo” e pela “sinceridade e convicção” de suas falas.⁴⁶²

Em outro momento, é reiterada a apreciação: “A sua palavra rústica, desataviada de quaisquer enfeites, a todos surpreendeu [...] Soube, na rusticidade encantadora de suas frases idealizadas à maneira de conversa familiar, fazer voltar-se para elle a atenção geral”. O seu “modo de falar”, argumentaram, demonstrava que Vital Félix era “bem o tipo representativo da energia máscula do caboclo cearense, afeita às lutas dos vendavais da sorte”.⁴⁶³ Sua firmeza parecia inabalável. Foi o último líder da LCT. Sua atuação continuaria no mundo portuário durante décadas e, após o Estado Novo, integrou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁴⁶⁰ Ata da Assembleia Geral do STPF, 12 de fevereiro de 1928.

⁴⁶¹ MOTTA, Jeovah. Entrevista com o General Jeovah Motta concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, São João del-Rei, 1983. NUDOC, CD-ROM.

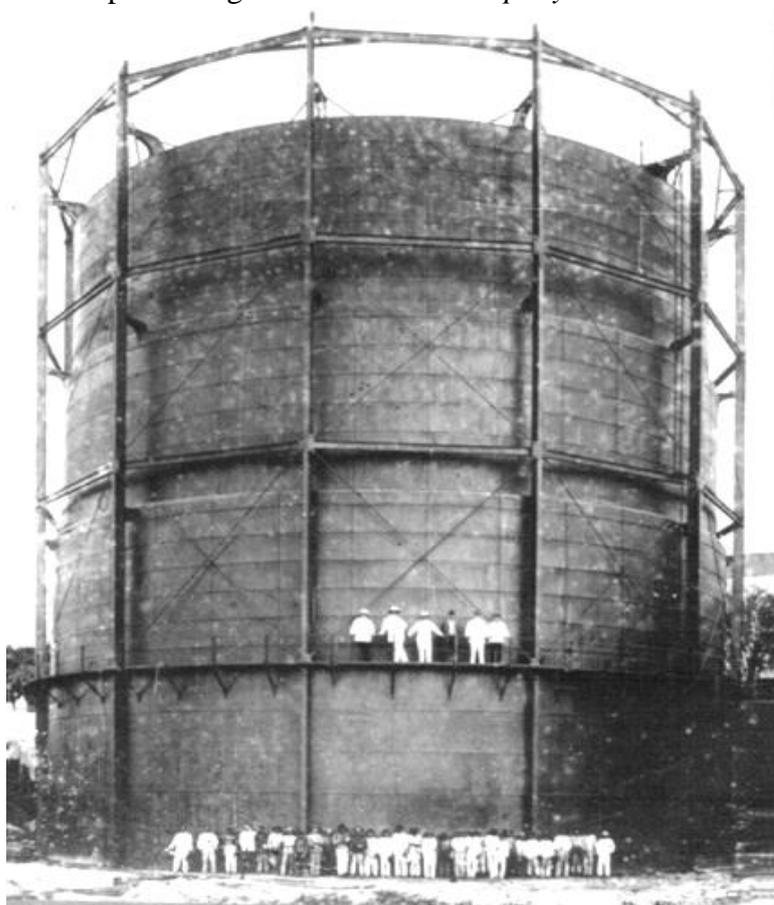
⁴⁶² *O Nordeste*, Fortaleza, 17 ago. 1933, p. 1.

⁴⁶³ “Vital Félix representa, de facto, o tipo caboclo cearense”. *O Nordeste*, Fortaleza, 23 dez. 1933, p. 5.

4 FORTALEZA OPERÁRIA: OS MUNDOS DO TRABALHO DA CAPITAL CEARENSE

Nas páginas anteriores, dedicamos atenção à montagem do projeto corporativo da Legião Cearense do Trabalho e como esse se aproximava ou rivalizava em relação a outros movimentos e tendências políticas. O universo associativo ganhou destaque em nossa análise por sua incontestável relevância. Contudo, a experiência dos trabalhadores não se restringe ao espaço de suas organizações. A pesquisa em arquivos e fontes diversas nos permitiu enveredar por outros campos de investigação e indagar sobre o papel dos trabalhadores e da LCT para além do âmbito das associações. Entre as muitas fontes compulsadas, algumas imagens despertaram nossa atenção. Seleccionamos duas que julgamos particularmente interessantes. Na primeira, podemos ver os trabalhadores e a equipe técnica do gasômetro da “*Ceará Gás Company*”, companhia inglesa instalada na capital cearense no século XIX e que, até a primeira metade da década de 1930, explorava o serviço de iluminação pública de parte da cidade com seus combustores dispostos nas principais ruas e praças.

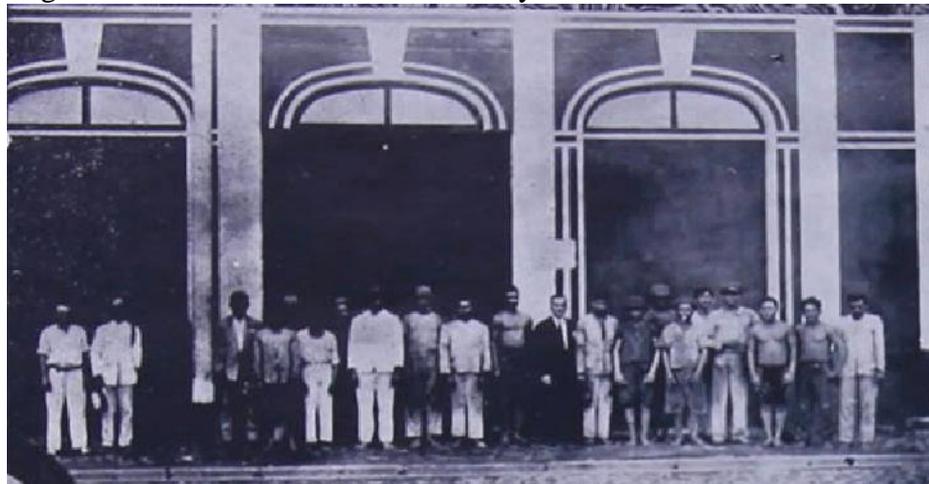
Figura 7 – Técnicos e trabalhadores diante do Gasômetro da companhia inglesa *Ceará Gás Company*.



Fonte: Arquivo Nirez. Foto das primeiras décadas do século XX.

A imagem seguinte – presente no *Álbum de Fortaleza*, editado em 1931 – apresenta o grupo de trabalhadores da Fábrica Myrian, que entrou em operação em 1929, momento de notório crescimento do parque fabril local.

Figura 8 – Trabalhadores da Fábrica Myrian



Fonte: *Álbum de Fortaleza*, 1931.

O “testemunho das imagens”, sugere Peter Burke, pode ser um caminho promissor para “suscitar novas questões”, sendo que o pesquisador, ao utilizá-las como evidência, deve estar vigilante “aos diferentes propósitos” dos produtores das imagens e permanecer atento às “convenções visuais”.⁴⁶⁴ Guardadas as diferenças, as duas fotografias seguem um padrão bem conhecido: operários posando diante dos muros, portões ou locais de trabalho. As imagens de máquinas e indústrias, produzidas no final do século XIX e primeiras décadas do XX, remetem ao ideário e às representações do progresso.⁴⁶⁵ O gásômetro e a fábrica podem ser entendidos como signos e símbolos de uma realidade urbana e industrial, moderna. O gás produzido a partir da queima de carvão seguia por uma estrutura metálica subterrânea até os combustores, cuja chama quebrava a escuridão (pelo menos em delimitada área da cidade) e favorecia uma vida noturna mais intensa. Na fábrica, os produtos extraídos da natureza eram manufaturados, agregando valor, para ganharem o comércio, seja local, nacional ou, quiçá, internacional.

Para captar a dimensão do gásômetro, um portento se pensarmos no caráter térreo da maioria das construções, o fotógrafo precisou tomar distância. As fisionomias se perdem completamente, e os homens se tornam pequenos diante da estrutura. No entanto, temos aqui

⁴⁶⁴ BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004, p. 11 – 24.

⁴⁶⁵ PESAVENTO, Sandra. Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880 – 1920). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 2, p. 165-183, 1994.

o que podemos considerar uma metáfora visual: os grupos não se misturam. Os técnicos que comandam o trabalho, muitos deles ingleses, ficaram na parte superior da instalação. Os trabalhadores no solo. A hierarquia e a disciplina do ambiente de trabalho se reproduzem na fotografia. A maioria dos trabalhadores, vale destacar, habitava próximo ao gasômetro.

Na segunda imagem, alguns operários aparecem de branco, outros com roupas sujas e desgastadas e alguns ainda sem camisa, vários (a maioria) descalços, com uma pessoa de terno (seria um dos proprietários? seria o gerente?). A imagem não está isolada, já que faz parte de um *Álbum*, expressando uma “narrativa fotográfica da cidade”.⁴⁶⁶ Ganharam proeminência logradouros, praças, monumentos, construções públicas e particulares, figuras de autoridade (civil, militar e religiosa), e, claro, a elite econômica (comerciantes, industriais, banqueiros) e “intelectual” (escritores, médicos, engenheiros) da capital cearense. Jovens senhoritas e crianças (pertencentes às famílias da “boa sociedade”) completam o conjunto. Tudo, por assim dizer, atestando a trajetória de progresso, de modernidade e de civilidade da capital. Os trabalhadores pouco aparecem. A imagem que destacamos não chega a ser uma exceção, mas com certeza os trabalhadores não ganham o mesmo relevo. Nenhuma surpresa que as moradias populares e os arrabaldes não tenham sido “dignos” de serem cristalizados em imagem pelas lentes fotográficas, posto que o *Álbum* pretendia dar a ver uma cidade em franco progresso, civilizada, limpa e harmônica.

A ideia subjacente era a de que os sujeitos de destaque eram os principais agentes construtores e modeladores da cidade. Conforme argumenta Margarida Andrade, poder público e poder privado estiveram amplamente imbricados no processo de produção do espaço urbano de Fortaleza. Até 1933, o poder público teria conseguido, com relativo grau de sucesso, orquestrar, induzir e disciplinar a expansão da cidade, ou de uma parte selecionada da cidade, para ser mais exato. Por intermédio de uma teia legislativa e intervenções pontuais, teria sido possível dar forma à paisagem. No entanto, boa parte da efetiva produção material foi levada adiante pelo poder privado – negociantes e industriais, nacionais e estrangeiros –, que tanto se apropriava do solo quanto edificava e realizava obras de infraestrutura.⁴⁶⁷ Evidentemente, tal tese é válida como princípio geral, mas precisa ser matizada considerando as possibilidades, mesmo díspares, de ação da população pobre.

⁴⁶⁶ POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 55-90, 2007.

⁴⁶⁷ ANDRADE, Margarida. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)** 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

É perceptível que a ação combinada do poder público e de poderosos grupos empresariais e intelectuais esperava garantir a entrada de Fortaleza na *modernidade*. Falar de modernidade significa tratar de ideias e processos ambivalentes. Acompanhando Marshall Berman, podemos afirmar que a *experiência da modernidade*, pessoal e social, se caracteriza por uma condição de permanente criação e destruição, atração e repúdio, que ao mesmo tempo em que promete poder, aventura, transformação e autotransformação, também ameaça solapar e destruir o que se tem, o que se sabe e o que se é. O “turbilhão da vida moderna” surge alimentado por inúmeras fontes: pelos avanços e descobertas da ciência; pela industrialização, com aplicação de novas técnicas e tecnologias no âmbito da produção; pelas mudanças nas relações de trabalho; pelas migrações de massa; por um crescimento urbano acelerado; por um ritmo mais intenso de vida; pelo aumento do poder do Estado; e, evidentemente, por novos movimentos sociais, desafiando governos e patrões, tudo isso em um processo de internacionalização de um mercado capitalista.⁴⁶⁸

Na experiência dos trabalhadores aqui considerados, a cidade possuía grande importância como *locus* concreto da vida. Era na cidade que se buscava garantir a sobrevivência, se habitava (ainda que nos arrabaldes e precariamente) e se construía laços de pertencimento, de sociabilidade e de solidariedade fundamentais na vida da classe trabalhadora, mesmo quando se referem prioritariamente a pedaços da cidade. A historiografia tem consagrado grande destaque a outros aspectos da vida operária, como moradia, família, cotidiano, lazer e sociabilidades. Para Mike Savage, uma atenção particular à questão das *redes*, do *espaço* (enquanto associado aos estilos e modos de vida dos trabalhadores), do *território* e do *urbanismo* pode contribuir positivamente para a compreensão do processo de formação e transformação da classe.⁴⁶⁹ Nesse sentido, a história social dos trabalhadores se entrelaça com a história urbana ao entendermos a cidade em sua *materialidade*, *sociabilidade* e *sensibilidade*.⁴⁷⁰

Salvo no tema da moradia operária, a Legião não apresentou nenhum projeto sobre a cidade. A precariedade das periferias passou, inicialmente, ao largo do programa legionário. Foi a partir de demandas e questões surgidas durante as reformas urbanas dos anos 1930 que a LCT se posicionou sobre a difícil situação dos trabalhadores que habitavam os subúrbios e ensaiou exigências de melhorias, incorporando tais temas ao seu arcabouço e

⁴⁶⁸ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15-16.

⁴⁶⁹ SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 6-33, 2011.

⁴⁷⁰ PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

horizonte de preocupações. As reivindicações por melhores condições de vida contemplaram, mesmo que momentaneamente, o tema da dignidade da moradia e do direito aos benefícios urbanos. O lazer permaneceu como um campo de ampla autonomia dos trabalhadores.

Iniciaremos com uma visão geral sobre o perfil da população e do mercado de trabalho e, em seguida, trataremos da questão da moradia operária. Na sequência, destacamos as reformas e transformações urbanas, avançando sobre os diversos usos da cidade, incluindo uma análise sobre a forma pela qual os jornais construíram impressões (estigmas) sobre pessoas, hábitos e locais. Por fim, analisamos o lazer e as formas de sociabilidade dos trabalhadores.

4.1 Um perfil aproximado da classe trabalhadora e do mercado de trabalho

Na formação do mercado de trabalho urbano, as migrações tiveram papel fundamental. Para Fortaleza, tal afirmação é amplamente verdadeira. Os constantes fluxos populacionais do campo para as cidades se fizeram sentir durante décadas, tanto no século XIX quanto no XX. Tais migrações se intensificavam, como se sabe, nos momentos de seca.

Como salientou Frederico de Castro Neves, principalmente a partir de 1877, a “vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca”.⁴⁷¹ Muitos sertanejos se deslocavam para onde fosse possível encontrar sustento, trabalho e abrigo. A capital se tornava o destino prioritário. Um elevado número de retirantes ocupou as ruas de Fortaleza, exibindo suas misérias, apelando para a caridade e exigindo ações de socorros. Podemos dizer que, guardadas as diferenças, situações similares se repetiriam em outros anos de estiagem.

Claro que muitos retirantes pereceram nos estafantes caminhos ou foram vitimados por doenças, agravadas pela debilitação física. Houve aqueles que migraram para outras partes do país e não mais regressaram. Outros tantos, tão logo as chuvas surgiam, tratavam de retornar ao campo. Diversas obras de socorros foram iniciadas em tais momentos como forma de manter ocupada a massa de retirantes. Tyrone Cândido analisou os arranjos e desarrajos nas políticas de socorros e obras públicas entre 1877 e 1919, observando com argúcia a ação dos agricultores, transformados em retirantes e convertidos em operários. Ele os chamou de “proletários das secas”, destacando sua ampla mobilidade.⁴⁷² Tais migrações para Fortaleza não eram, de forma alguma, estimuladas. A tônica geral era sempre de manter

⁴⁷¹ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 25.

⁴⁷² CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas:** experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Curitiba: Editora Appris, 2019.

o homem do campo no campo e, após as estiagens, garantir o seu retorno o mais rapidamente possível. Evidente que muitos permaneceram na capital, engrossando as cifras populacionais.

Tabela 8 – População de Fortaleza entre 1890 e 1940

Ano	1890	1900	1910	1920	1940
População	40.902	48.369	65.816	78.536	180.185

Elaborado pelo autor a partir de: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p. 46; BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil [1940]. Série Regional, Parte IV: Ceará. Tomo I: Censo Demográfico, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 50.

Sem dúvida, a mobilidade é uma característica importante. O acréscimo populacional atesta, por sua vez, a permanência de muitos. Criar vínculos, estabelecer uma moradia, ganhar a vida. Habitar e trabalhar. Onde e como exatamente? A pluralidade de atividades, antigas e novas, com ou sem necessidade de qualificação mais específica, tornava a cidade um lugar propício na luta para garantir a sobrevivência. Tudo isso em um ambiente em constante transformação, especialmente nos anos 1930, década de relevantes intervenções urbanas e de uma grande seca em 1932. Se a população da capital quase duplicou entre 1890 e 1920, ela mais do que dobrou entre 1920 e 1940.

Importante destacarmos uma migração sazonal, de pessoas que residiam nas vilas próximas e trabalhavam em Fortaleza. Era o caso de parte dos habitantes da vila de “Porangaba” (posteriormente Parangaba). Conforme registrado por Antônio Bezerra de Menezes, no início do século XX, a vila era “quase um arrabalde” de Fortaleza, já que eram “tantos e tão fáceis os meios de comunicação com a capital”. Diariamente, seja pela ferrovia, seja através de bondes, diversas pessoas que possuíam ocupação em Fortaleza iam e vinham entre um lugar e outro.⁴⁷³ Não seria difícil imaginar algo similar em relação a outras vilas, o que demonstra que Fortaleza, e especialmente seu perímetro central, era polo de atração e principal mercado de trabalho, concentrando inúmeros serviços e ocupações.

Para traçar um perfil aproximado da população e do mercado de trabalho da capital nos anos 1930, podemos recorrer aos dados dos Recenseamentos de 1920 e 1940, além de outras informações. No Recenseamento de 1920, considerado um dos mais completos, temos uma importante distribuição da população, à época de quase 80 mil pessoas, por um

⁴⁷³ MENEZES, Antônio Bezerra de. Porangaba. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Ano15, 1901, p. 62.

conjunto de profissões/atividades (ou suposta ausência delas). Reproduzimos o conteúdo quase integralmente a seguir, com poucas alterações na forma.⁴⁷⁴

Tabela 9 – População de Fortaleza em 1920 segundo as profissões

PROFISSÕES	Homens (Bras.)	Mulheres (Bras.)	Estrang.	TOTAIS	
Agricultura	2.347	120	16	2.483	
Criação	35	3	-	38	
Caça e Pesca	673	44	2	719	
Trab. em pedreiras	17	-	-	17	
Indústria Têxtil	112	262	2	376	
Trab. com couros e peles	8	-	-	8	
Trab. com madeiras	58	-	-	58	
Metalurgia	459	-	6	465	
Trab. com Cerâmica	6	-	-	6	
Trab. com produtos químicos	31	-	-	31	
Alimentação	502	19	17	538	
Vestuário e toucador	1.045	3.997	18 (+1)	5.061	
Mobiliário	158	-	1	159	
Edificação	1.436	-	5	1.441	
Prod. e transmissão de forças físicas	125	-	3	128	
Ciênc., letras, artes e indústrias de luxo	238	823	9	1.070	
Outras atividades de transformação	123	229	14	366	
Transportes Marítimos e fluviais	844	-	-	844	
Transportes Terrestres e aéreos	1.120	-	2	1.122	
Correios, Telégrafos e Telefones	124	2	-	126	
Bancos, câmbio, seguros, etc.	110	-	3	113	
Comércio	3.138	225	204	3.567	
Outras espécies de comércio	171	8	18	197	
Exército (Oficiais e Praças)	647	-	-	647	
Armada (Oficiais e Praças)	54	-	-	54	
Polícia (Oficiais e Praças)	323	-	-	323	
Bombeiros (Oficiais e Praças)	-	-	-	-	
Adm. Pública (Fed., Est., Mun.)	1.381	35	4	1.420	
Adm. Particular	284	20	1	305	
Religiosos	33	35	9	77	
Judiciário	125	-	1	126	
Médicos	181	51	1	233	
Magistério	74	392	22	488	
Ciências, letras e artes	292	44	7	343	
Pessoas que vivem de rendas	95	91	7	193	
Serviço Doméstico	489	2.781	9 (+1)	3.280	
Profissões “mal definidas”	1.761	335	39 (+65)	2.200	
Profissão não declarada e sem profissão	0 a 14	12.523	13.128	51	25.702
	15 a 20	2.009	5.378	16	7.403
	21 e +	776	15.813	125 (+81)	16.795

Fonte: Recenseamento do Brasil [1920]. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930, volume IV, 5ª Parte – População, p. 110 – 113.

⁴⁷⁴ Mantivemos ao máximo as divisões conforme dispostas no original, com distinções entre homens e mulheres nascidos no Brasil, mas unificamos os estrangeiros de ambos os sexos. Optamos por colocar entre parêntesis, na coluna dos estrangeiros, as pessoas cuja nacionalidade foi apresentada como “ignorada”. O número total de estrangeiros, como se percebe, é quase irrelevante no conjunto.

Salta aos olhos, inicialmente, o considerável número de pessoas dedicadas à agricultura e pesca. Como se sabe, comunidades de pescadores habitavam quase toda a orla litorânea da cidade, de leste a oeste. Muitos garantiam, assim, a própria sobrevivência e o abastecimento diário de pescado para o comércio. A existência de hortas e currais era fato bem conhecido nos arredores do perímetro central, praticamente cercado por sítios e chácaras, e algumas famílias que habitavam a periferia tentavam manter uma pequena produção de verduras, frutas e criação de animais. Se tal produção servia para consumo próprio, as fontes também atestam sua comercialização. Não devemos falar, portanto, em uma separação rígida entre campo e cidade. Fortaleza também recebia diariamente a produção do interior, seja das regiões serranas ou do sertão.

Apresentado no Recenseamento como setor de “Transformação e emprego de matéria-prima”, estavam incluídas atividades industriais, artesanais, transportes, comércio e edificação como os mais significativos (além dos trabalhadores em correios, telégrafos, bancos etc.). Unindo todos os segmentos, temos cerca de 15.646 pessoas, o que representa quase 20% da população em 1920. O setor de “vestuário e toucador” despontava, concentrando o número mais elevado, demonstrando a relevância do trabalho em costura e alfaiataria, sendo preponderante o contingente de mulheres. Eventualmente, as costureiras poderiam ser recrutadas para o trabalho nas fábricas, como foi captado pela LCT, o que mencionaremos mais adiante. Logo em seguida vinha o comércio, com mais de três mil trabalhadores. Muitas atividades produtivas eram artesanais, em pequenas e médias oficinas: ourives, oleiros, sapateiros, marceneiros etc.

Os estabelecimentos comerciais da cidade eram numerosos, o que garantia uma variedade de oportunidades de trabalho em condições bastante diversas. O contingente de caixeiros, portanto, era bem significativo, e a presença durante décadas da Phenix Caixeiral demonstra a importância desses trabalhadores. O ramo da edificação, com pedreiros e serventes, vem logo em seguida. A “indústria de luxo” aparece de forma significativa, o que podemos supor tratar-se de uma produção por encomenda e de preços mais elevados.

Nos “transportes terrestres”, o número indica uma grande quantidade de carregadores, carroceiros e *chauffeurs*. Provavelmente, estavam incluídos os motoneiros e condutores de bondes. Em 1929, conforme o jornal *O Nordeste*, o Registro de Matrículas e Placas da Prefeitura contabilizava 551 veículos, sendo 349 automóveis, 29 ônibus e 173 caminhões. Especificamente os automóveis seriam 157 particulares, 161 de aluguel e 31 oficiais. O número de veículos de aluguel explica a importância e, até certo ponto, a elevada

visibilidade dos *chauffeurs* no período. Além disso, estavam registradas 134 carroças.⁴⁷⁵ No critério “Transportes marítimos e fluviais” estavam os trabalhadores do porto. O número parece estar aquém do que se esperaria, o que pode indicar terem levado em consideração somente os trabalhadores (estivadores, catraieiros, portuários) efetivamente engajados nas firmas de importação e exportação e nas companhias de navegação, ignorando outros que poderiam não trabalhar todos os dias, já que o trabalho portuário é notoriamente sazonal.

Verificamos a aparente pequenez da indústria têxtil, com apenas 376 operários em 1920. Se tomarmos alguns dados dispersos para o final da década e início dos anos 1930, o quadro fica diverso. A LCT promoveu uma série de visitas às fábricas existentes em Fortaleza com vistas à produção de um inquérito sobre as condições de trabalho. Em algumas ocasiões, a entrada no ambiente fabril foi proibida pelos proprietários, o que gerou críticas e atritos. O resultado do inquérito foi publicado em edições sucessivas no *Legionário*, em 1933. O destaque maior foram as visitas aos estabelecimentos do ramo têxtil: Fábrica Progresso, Fábrica Santo Antônio, Fábrica Ceará Industrial, Fábrica Santa Elisa, Usina Ceará, Fábrica Santa Maria, Fábrica São José e Fábrica Baturité. Também foram visitados o Curtume Cearense, as oficinas da estrada de ferro e padarias. Podemos comparar os números divulgados com os registrados pelo jornal *O Nordeste* em 1928 e àqueles captados por Elizabeth Aragão para 1935 a partir de dados oficiais.

Tabela 10 – Operários nas fábricas têxteis.

FÁBRICAS	Número de Operários		
	1928 ⁴⁷⁶	1933 ⁴⁷⁷	1935 ⁴⁷⁸
<i>Fábrica Progresso</i>	-----	110	171
<i>Fábrica Santo Antônio</i>	70	± 62	90
<i>Fábrica Ceará Industrial</i>	250	± 200	230
<i>Fábrica Santa Elisa</i>	350	-----	280
<i>Usina Ceará (Usina Gurgel)*</i>	450	± 300	-----
<i>Fábrica Santa Maria</i>	240	± 200	190
<i>Fábrica São José</i>	200	± 450	1.000
<i>Fábrica Baturité</i>	-----	90	100

Fonte: Elaboração do autor

* Originalmente fábrica de óleo de algodão, mas que manteve, no período, um setor de fiação e tecelagem.

⁴⁷⁵ “Os veículos em Fortaleza”. *O Nordeste*, Fortaleza, 2 out. 1929, p. 7.

⁴⁷⁶ *O Nordeste*, Fortaleza, 29 jun. 1928, p. 23, 25, 34, 48, 56.

⁴⁷⁷ *Legionário*, Fortaleza, n. 2, 11 mar. 1933, p. 4; n. 4, 25 mar. 1933, p. 4; n. 5, 1 abr. 1933, p. 4; n. 6, 8 abr. 1933, p. 1; n. 7, 15 abr. 1933, p. 4; n. 8, 22 abr. 1933, p. 4; n. 9, 1 maio 1933, p. 10; n. 11, 13 maio 1933, p. 4.

⁴⁷⁸ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Exploração Algodoeira no Ceará. São Paulo: Irmãos Spina, 1935, p. 13. *Apud*: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *A trajetória da indústria têxtil no Ceará*: o setor de fiação e tecelagem, 1880 – 1950. Fortaleza: Edições UFC: Stylus Comunicações, 1989, p. 63.

No *Legionário*, os números são apresentados de forma aproximada, argumentando-se o cenário de demissões devido à crise do início da década de 1930 e que, na maioria das fábricas, era comum o recrutamento de costureiras para serviços extraordinários sem que fossem integradas de forma mais duradoura. Além disso, não divulgaram o número de trabalhadores da Fábrica Santa Elisa. Da mesma maneira, *O Nordeste* não registrou o contingente operário das Fábricas Progresso e Baturité.⁴⁷⁹ Em números gerais, a indústria têxtil abarcava algo em torno de 1.500 trabalhadores no final dos 20 e início dos anos 30, subindo para cerca de 2.000 na metade da década devido, principalmente, ao expressivo crescimento da Fábrica São José. Vale destacar que outras fábricas, ligadas ao setor de óleos vegetais, como a Fábrica Myrian, também começaram a operar no período.

Voltando ao Recenseamento de 1920, no que podem ser considerados os estratos intermediários da sociedade e uma elite de indivíduos que “vivem de rendas”, encontramos alguns milhares em atividades administrativas (tanto pública quanto particular), sacerdotes, médicos, advogados, professores e agentes da polícia e exército. Somadas todas as categorias citadas, teríamos pouco mais de 4.200 pessoas, ou seja, menos de 6% no conjunto da população dos anos 1920.

Os três últimos critérios aparecem no Recenseamento como “Diversos”. Aqui encontramos o grosso da população trabalhadora. Se descontarmos as crianças entre zero e 14 anos, temos um número acima de 29.600 pessoas, o que representa quase 38% da população total e pouco acima de 56% da massa de trabalhadores ativos ou em disponibilidade, se assim podemos dizer. Encontramos significativo contingente de empregadas domésticas e um número esmagador de pessoas sem profissão ou de profissão “mal definida” (termo, no mínimo, ambíguo). O número de mulheres nos serviços domésticos era tão elevado e sua presença era tão marcante que não surpreende o esforço de “sindicalização feminina” na década de 1930, como já mencionamos nos capítulos anteriores. Domésticas poderiam ser as “criadas”, que trabalhavam para uma família específica; poderiam ser as lavadeiras e engomadeiras, que prestavam seus serviços para uma ou várias famílias.

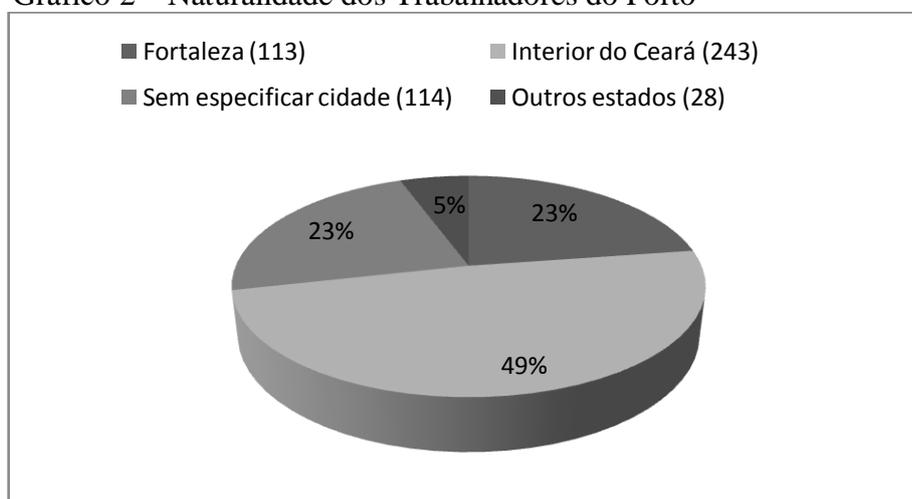
Consideradas “sem profissão”, claro, eram as crianças e jovens até os 14 anos, mas também as donas de casa, já que o trabalho doméstico para sua própria família (diferente das que trabalhavam mediante pagamento) não era considerado como profissão. Mesmo com tais exceções, o número de pessoas “sem profissão” ou de profissão “mal definida” indica, por óbvio, a dificuldade dos recenseadores de “encaixar” determinados trabalhadores em alguma

⁴⁷⁹ Para o “Curtume Cearense”, *O Nordeste* registrou 80 pessoas e o *Legionário* indicou 90.

atividade regular de forma clara e mais ou menos evidente. Difícil precisar se os trabalhadores ambulantes foram considerados neste critério ou inclusos no conjunto do comércio. Conforme *O Nordeste*, estavam matriculados 1.512 ambulantes em 1929.⁴⁸⁰ Em outras fontes, como nos processos criminais, encontramos, por exemplo, muitos que se definem como jornaleiros, ou seja, que trabalham por jornada, sendo contratados para tarefas pontuais, de poucas horas, um único dia ou poucos dias, sem local certo e sempre dependente de novas oportunidades. Hoje, poderíamos dizer que se trata de uma “informalidade”. Tais pessoas podem fazer algo um dia e outra coisa no dia seguinte, ou amargar períodos de maior dificuldade/ociosidade. É bom destacar que podem estar incluídas as prostitutas (opção que obviamente não surge no censo), os doentes impossibilitados de trabalhar, os que ganhavam a vida com atividades suspeitas, os mendigos etc. Tais indivíduos seriam os “desclassificados” da sociedade, considerados ora como dignos da piedade, ora como indesejáveis, quiçá perigosos.

Mensurar a distribuição de migrantes e de nascidos em Fortaleza para cada profissão demandaria um volume imenso de pesquisa a partir de outras fontes, pois os censos não fazem tal distinção. Tentamos elaborar algo do tipo para uma categoria importante: os portuários. Utilizamos o “Livro de Registro de Associados” do STPF.

Gráfico 2 – Naturalidade dos Trabalhadores do Porto



Fonte: Elaboração do autor a partir do Livro de Registro de Associados do STPF (1939)

Pelo menos para o final dos anos 1930, a maioria dos portuários era formada por migrantes. Vale lembrar que Vital Félix, destacado líder do STPF durante décadas, era natural de Várzea Alegre. Levando em consideração que pelo menos uma parte dos que não souberam indicar seu local de origem pode muito bem ser naturais de alguma localidade

⁴⁸⁰ “Os veículos em Fortaleza”. *O Nordeste*, Fortaleza, 2 out. 1929, p. 7.

interiorana, esse percentual sobe ainda mais. Tudo indica que o porto concentrou com facilidade um número significativo de migrantes.

O censo de 1920 não especifica a cor dos habitantes, mas podemos dispor do que consta no censo de 1940, com a lembrança de que tratamos de uma população que cresceu de pouco mais de 78.000 para cerca de 180 mil indivíduos.

Tabela 11 – População de Fortaleza segundo a cor e o sexo conforme o censo de 1940

BRANCOS		PRETOS		PARDOS		AMARELOS		NÃO DECLARADO	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
46.377	52.907	12.604	15.676	23.761	27.701	82	104	442	531

Fonte: BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil [1940]. Série Regional, Parte IV: Ceará. Tomo I: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 128.

O contingente de pretos e pardos era de aproximadamente 44% da população considerando o censo, que também indicava serem apenas 833 os estrangeiros vivendo na capital e 42 pessoas de nacionalidade ignorada. Do total, os católicos eram 174.564, maioria absoluta. Os protestantes eram 1.961, os espíritas somavam 2.259, ortodoxos eram 18, israelitas 49, maometanos e budistas dois cada, os sem religião eram 490 e os de religião “não declarada” eram 457. Positivistas foram incluídos em tal critério, com 4 pessoas.⁴⁸¹

O perfil que surge é de uma classe trabalhadora com elevado número de migrantes e filhos de migrantes, em sua grande maioria do próprio estado do Ceará, com notável proporção de pretos e pardos. Em termos religiosos, o perfil era homogêneo, já que a população era majoritariamente católica. Como Fortaleza não se destacava como cidade fabril, embora o número de fábricas e operários tenha crescido ao longo das décadas de 1920 e 1930, não podemos falar de uma homogeneidade em termos de um operariado industrial. O mercado de trabalho era multifacetado, destacando-se o trabalho de costureiras, alfaiates, pedreiros e artífices em geral; uma profusão de estabelecimentos comerciais; um movimento portuário em constante agitação; algumas fábricas, que aos poucos ganhavam maior importância, especialmente as têxteis; e um elevado número de pessoas, especialmente mulheres, dedicadas ao trabalho doméstico, e muitos milhares em atividades transitórias e “informais”, que pouco requeriam em termos de qualificação, como os ambulantes, os carregadores, os jornaleiros etc.

⁴⁸¹ BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil [1940]. Série Regional, Parte IV: Ceará. Tomo I: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 128.

4.2 Em busca do lar operário

O acréscimo acelerado no número de habitantes foi o resultado indesejado das migrações. As autoridades se mostravam particularmente inquietas quanto ao impacto disto em relação à saúde pública. Perto do final do século XIX, por exemplo, o responsável pelo serviço de Higiene anotou em seu relatório que, “sobretudo desde a grande secca de 1877, a população tem crescido extraordinariamente, a área urbana decuplicou-se e a sua proverbial salubridade vai desaparecendo”.⁴⁸² Um crescente número de pobres, em formas de habitar nada adequadas em termos higiênicos, era considerado fonte de epidemias. Até Rodolpho Theóphilo, ferrenho crítico e opositor do governo da época, se mostrou preocupado com as conexões entre o grande fluxo de migrantes e a proliferação de doenças.⁴⁸³ Relatando os resultados de sua conhecida campanha particular de vacinação para erradicar a varíola no início do século XX, Theóphilo anotou que, além da notória dificuldade de convencimento da população pobre quanto aos efeitos positivos da vacina, havia uma adversidade extra no constante fluxo de pessoas na capital: “Não falo já durante as seccas; porém nos annos normaes”. Logicamente, os subúrbios eram os locais de concentração da população migrante pobre: “Como já disse não há cidade alguma cujo movimento de população adventícia seja maior que na capital do Ceará. Vacino os moradores de uma rua nos subúrbios e em meses depois, quando volto, já encontro gente nova. Assim não sei quando poderei dar por terminada essa tarefa”.⁴⁸⁴

Rastreando e compilando fontes, percebemos facilmente que a moradia dos mais pobres se tornava objeto de interesse, na maioria das vezes, atrelada a duas chaves de entendimento: aluguel e salubridade. Mesmo grupos radicalmente opostos citavam eventualmente o tema.

Décadas depois das observações citadas acima, o jornal de matiz comunista *Trabalhador Graphico*, em 1930, denunciava a dificuldade vivenciada por muitos

⁴⁸² RELATÓRIO do Inspetor de Saúde Pública, Dr. João Marinho de Andrade. *In*: MENSAGEM do Presidente do Estado, Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle, a Assembleia Legislativa do Ceará, Fortaleza: Typografia d'A República, 1894, p. 71.

⁴⁸³ Rodolpho Theóphilo se destacou como farmacêutico, benemérito, cronista e historiógrafo das secas, literato e partícipe de movimentos culturais da época. Em sua vasta obra, se destaca um propósito de registro e crítica à política oficial adotada pela oligarquia Acioly, fazendo uso principalmente da palavra escrita. Sua campanha de vacinação (em 1904), realizada sem qualquer apoio do poder público, ganhou forte dimensão política, tanto que os responsáveis pelo serviço de Higiene costumavam tecer críticas e desqualificar seu trabalho, muito embora diversos médicos da cidade tenham lhe prestado apoio. *Cf.* PORTO, Eymard. **Babaquara, chefetes e cabroeira**: Fortaleza no início do século XX. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara/Secretaria de Cultura, 1993. Cap. 2.

⁴⁸⁴ THEÓPHILO, Rodolpho. **Varíola e vacinação no Ceará**. (Edição fac-similar de edição publicada em 1904). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 145 e 224.

trabalhadores para garantir o “pagamento do aluguel das ‘Cabeças de Porcos’ onde moramos”.⁴⁸⁵ A reclamação faz alusão ao famoso cortiço carioca conhecido como “Cabeça de Porco”, posto abaixo em uma verdadeira “operação de guerra” na primeira década republicana, como analisou Sidney Chalhoub.⁴⁸⁶ Em 1933, o *Legionário*, por sua vez, anotava que nos arrabaldes preponderavam “Casas condenadas por todas as regras de higiene”.⁴⁸⁷

Ressalvados momentos pontuais, a preocupação com o lar operário surge de forma bastante lateral no horizonte de atuação da LCT. O tema é pouco perceptível ao longo dos anos, mas não ausente. Em termos gerais, a Legião acenava com a sugestão das vilas operárias como modelo preferencial de moradia para os trabalhadores: “Villas operárias, construídas com o auxílio do Estado e das empresas, facilitarão ao legionário a posse de um lar ou o seu aluguel a preço especial”.⁴⁸⁸

Afinal, onde e como moravam os operários? Em Fortaleza, como de resto em vários locais, devemos pensar em termos plurais, ou seja, em diversas “maneiras de morar”.⁴⁸⁹ Não só pelas notáveis diferenças entre as residências da elite e as moradias “populares”, mas pela enorme diversificação de *habitats* na cidade: nas pensões ou albergues nas ruas do perímetro central, em cortiços mais afastados, em alguma vila operária, no alto ou nos fundos dos estabelecimentos comerciais até as palhoças e choupanas nos arrabaldes da capital. Vale a pena tentarmos montar um panorama geral.

4.2.1 Maneiras de morar (I): legislação, quartos, vilas e aluguéis

A preocupação com o lar operário ganha envergadura com o crescimento das cidades e do número de pobres em situação precária. Roger-Henri Guerrand demonstrou, para o caso francês, que entre os séculos XIX e XX, filantropos, reformadores sociais, liberais, conservadores, militantes de esquerda e autoridades governamentais trataram de elaborar propostas versando sobre tal temática. Apesar da pluralidade de iniciativas e projetos, o resultado permaneceu aquém diante do enorme desafio.⁴⁹⁰ É na interseção entre ações particulares, empreendimentos imobiliários, medidas governamentais e a busca por um teto

⁴⁸⁵ **Trabalhador Graphico**, Fortaleza, Ano I, n. 5, 17 maio 1930, p. 6.

⁴⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 15-20.

⁴⁸⁷ **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 17, 24 jun. 1933, p. 1.

⁴⁸⁸ “Programa da Legião Cearense do Trabalho”. In: SOMBRA, Severino. **O Ideal Legionário**. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1931, p. 46.

⁴⁸⁹ PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada, 4: da Revolução Francesa a Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 284-301.

⁴⁹⁰ GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle (org.). *op. cit.*, p. 302-385.

por parte dos trabalhadores que podemos entender melhor o assunto. Tal problemática é indissociável das transformações urbanas em geral.

Um caminho preliminar relevante para captarmos tais movimentos se dá pelo exame da legalidade urbana, ou seja, todo o “conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço da cidade”, como sugeriu Raquel Rolnik. Evidentemente, isso não significa tomar a letra da lei como possuindo uma correspondência perfeita em relação às práticas. Nas palavras da autora, a lei funciona “como um referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final”, funcionando como “uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável”. A legalidade, assim definida, “ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada”.⁴⁹¹

Qual era o cenário no início do período republicano? Conectando os dados do Censo realizado pela Chefia de Polícia em 1887 com as Décimas Urbanas de 1890, Margarida Andrade chegou a uma impressionante constatação: dos 5.560 imóveis arrolados na área urbana de Fortaleza, 3.990 eram de aluguel (o que corresponde a 71,92%), 1.405 eram habitados pelo proprietário (o que representava 25,27%), 34 estavam fechados, 70 estavam em construção e 52 em ruínas. Mais ainda: foram arroladas 1.044 palhoças, sendo 773 de aluguel e 271 habitadas pelo dono.⁴⁹²

Os números são expressivos e não deixam margem para dúvida: a maioria da população não dispunha de moradia própria. Residir na cidade significava, para muitos, pagar aluguel. Mesmo as palhoças eram em sua maioria alugadas. Isso sem dúvida representava um peso constante no orçamento dos trabalhadores, como percebeu o próprio Presidente do Estado em 1895: “A vida torna-se asfíxica para o proletário vivendo de salário, ordenado ou soldo. A grande massa dos consumidores o que ganha, mal chega para o aluguel do albergue ou nicho em que vive emparedada, quase de pé e nua com a sua prole que é a única riqueza”.⁴⁹³ Apesar da anotação desassossegada, ainda estamos longe de qualquer tipo de plano habitacional popular. Aliás, a tendência que se anunciava era de outro molde. Uma série de normatizações urbanas, especialmente nos códigos de posturas, buscava empurrar os mais pobres para as periferias.

⁴⁹¹ ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997, p. 13.

⁴⁹² ANDRADE, Margarida. *op. cit.*, p. 157 e 165.

⁴⁹³ MENSAGEM do Presidente do Estado, Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle, apresentada a Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Typografia d’A República, 1895, p. 11.

O Código de Posturas decretado pela Câmara Municipal em 1893, aperfeiçoando determinações anteriores, estabeleceu claramente zonas exclusivas em termos de construção de moradias. As palhoças (até então numerosas) só poderiam ser erguidas, daí por diante, fora da zona urbana: “Art. 2º - É proibido dentro da circunscrição urbana edificar casas de palha ou taipa, assim como construir cercas ou curraes. Multa de 30\$000 ao infrator”.⁴⁹⁴ Anunciava-se o propósito de afastar as moradias mais precárias do perímetro urbano. As casas de taipa só seriam toleradas fora da circunscrição urbana. Da mesma maneira, espaços julgados infectos, como currais, estavam banidos. Em ambos os casos, construções condenadas. Conforme o artigo 78 do mesmo código, ficavam proibidas, dentro do perímetro urbano, fábricas de curtume, de sabão e óleos, depósito de couro, salgadeiras, depósitos de sal e outras fábricas e depósitos que exalasses mau cheiro.⁴⁹⁵

Muitos trabalhadores, evidentemente, continuaram buscando habitar na área urbana da cidade. Considerando o peso que poderia significar um aluguel elevado, era mais provável sacrificar o conforto e até mesmo a higiene. Domicílios sumários, a maioria dispendo de um único compartimento, eram a opção ao alcance do bolso. Entre as modalidades já existentes de morar (e que continuaram crescendo) estava o aluguel de quartos, ou seja, de pequenos cômodos, muitos deles em travessas ou no alto de estabelecimentos comerciais. Também existiam moradias em sótãos e porões. Tais *habitats* foram alvos preferenciais de atenção conforme o “Regulamento da Directoria Geral de Hygiene” (decreto 1643, de 8.11.1918).

O decreto garantia (art. 303) poderes para a inspeção sanitária das casas novas ou reformadas, inclusive “as de aluguel”, cabendo ao inspetor verificar “se oferecem ou não as condições indispensáveis de hygiene e asseio para serem habitadas”.⁴⁹⁶ Foram particularmente visadas as casas ou cômodos nas travessas e as habitações em porões e sótãos. (art. 312 e 314). As primeiras deveriam obrigatoriamente dispor de quintal (ou área livre) e instalações sanitárias, enquanto os segundos deveriam garantir arejamento e iluminação de forma adequada. Na impossibilidade de tais condições, a habitação seria proibida. Nas palavras de Maria Clélia Lustosa da Costa, tal decreto significou a consagração das ideias higienistas no Ceará.⁴⁹⁷ As exigências da Diretoria de Higiene se revelariam um incômodo para os

⁴⁹⁴ “Código de Posturas”. **A República**, Fortaleza, 27 out. 1893, p. 1.

⁴⁹⁵ “Código de Posturas”. **A República**, Fortaleza, 18 nov. 1893, p. 4.

⁴⁹⁶ “Regulamento da Directoria Geral de Hygiene. Dec. 1643 de 8 de novembro de 1918”. **Gazeta Oficial**, Fortaleza, 28 jan. 1919, p. 3.

⁴⁹⁷ COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Capítulos de geografia histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017, p. 48.

proprietários de imóveis no início dos anos 30, o que gerou desavenças especialmente quando a fiscalização cresceu.

Esmiuçando e ampliando o que havia sido determinado no Código de Posturas de 1893, o decreto da Diretoria de Higiene também estabelecia inspeções em “fábricas, oficinas e estabelecimentos congêneres” visando verificar se seriam “insalubres, perigosos à saúde dos vizinhos, ou simplesmente incomodos” (art. 391). Os proprietários poderiam ser intimados a efetuar melhoramentos ou até mesmo a remover as fábricas de local, já que o objetivo máximo era proteger “não só os operários como os habitantes dos arredores contra a ação nociva ou incomoda dos gases, poeiras, vapores e fumaças” (art. 394).⁴⁹⁸

Os pequenos cômodos continuavam sendo uma alternativa. Dois exemplos se mostram reveladores. No primeiro, Manoel Nogueira, solteiro, 24 anos e natural de Quixadá, foi encontrado morto (de causa não especificada) no quarto que residia na “Pensão do Comércio” (situada na Rua Barão do Rio Branco). Manoel era trabalhador do comércio e dividia o dito quarto com Francisco Monte, tipógrafo.⁴⁹⁹ Mesmo um ambiente exíguo, como um quarto de pensão, poderia ser compartilhado, permitindo o rateio do custo do aluguel entre jovens trabalhadores solteiros. Outro caso nos chega através da queixa da lavadeira Joana Monteiro contra o Sr. Henrique de Oliveira, “encarregado dos alugueis dos quartos nos altos do ‘Café Poty’”. Joana afirma ter sido insultada com “palavras injuriosas” quando fazia a cobrança de alguns moradores dos ditos quartos pela lavagem de roupas.⁵⁰⁰ Em ambos os casos, formas de morar comuns na época. Parcelar uma propriedade em uma série de pequenos alojamentos era uma forma de maximizar os lucros.

A existência desses pequenos cômodos era tão comum que um conjunto específico deles, situado na Rua do Seminário, praticamente nas bordas da zona urbana, foi chamado de “Quartos Novos” no final dos anos 1920 e início dos anos 1930. Localizamos uma verdadeira celeuma provocada pelo incômodo de antigos moradores da localidade em relação aos inquilinos dos ditos quartos:

As famílias do começo da Rua do Seminário, circunvizinhas aos barulhentos e insuportáveis ‘Quartos Novos’, por intersecção do seu brilhante periódico católico, lançam um brado de misericórdia ao digno e atencioso inspetor da polícia marítima, a quem está adstricto o caso, afim de s.s. tomar uma providência severa sobre os distúrbios cometidos naqueles cubículos. Para tais berros, palavrões, etc., não escolhem hora os seus provocadores. Frequentemente se dão conflitos durante a manhã e à noite, entre as mundanas. Para falar a verdade, há dias e noites de relativa

⁴⁹⁸ “Regulamento da Diretoria Geral de Hygiene. Dec. 1643 de 8 de novembro de 1918”. **Gazeta Oficial**, Fortaleza, 1 fev. 1919, p. 1.

⁴⁹⁹ “Encontrado morto no quarto da Pensão”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 2 abr. 1927, p. 1.

⁵⁰⁰ APEC, Livro de Registro de Queixas da 1ª Delegacia de Polícia, Livro 37, Queixa nº 9. 24 jul. 1932.

calma. Contudo, para prevenir possíveis desavenças, queríamos, Sr. redator, que o Sr. Tertuliano Menezes, sempre solícito em considerar os reclamos públicos, [...], designasse um guarda marítimo especialmente para dar plantão pela manhã e à noite, na esquina da mercearia do Sr. Domingos Catolé, foco e ponto convergente onde se aglomeram os autores da assuada infernal, que já estamos aborrecidos de tolerar.⁵⁰¹

Fica claro que o cerne do problema era ter “mundanas” como vizinhas. Os costumes desregrados e o comportamento pouco pacato geravam insatisfação, especialmente pelo fato de que os domicílios eram muitas vezes os locais para receber os clientes. A solicitação foi atendida, mas, para surpresa e desagrado dos moradores, o guarda destacado para o local não se mostrou à altura das expectativas. Através de uma carta, publicada na coluna “Crônica da Cidade”, “Os moradores” davam vazão às suas renovadas reclamações. Agora pediam para “retirar o guarda cívico 438 de nome Zé Alves” de suas atribuições de “policiamento dos ‘Quartos Novos’, substituindo-o por outro”. A queixa dos moradores indicava a ocorrência de um assalto recente na localidade, facilitado pelo fato de o citado Zé Alves “ter abandonado o posto para dormir na casa engomadeira Gertrudes, como sempre faz”. O guarda ainda teria o condenável costume de proferir “ditos pilhéricos, manifestadamente impróprios às suas funções”, com o agravante de rotineiramente “implicar com a mercearia do Sr. Domingos Catolé, impondo a este cidadão fechar o estabelecimento antes da hora regulamentar”.⁵⁰² O guarda foi transferido, mas as queixas tiveram continuidade. Os reclamantes, sem meias-palavras, só percebiam uma medida a ser tomada: “ordenar a mudança de todo aquele pessoal”.⁵⁰³ Poucos dias depois, “as mundanas” foram intimadas a buscar novas moradas.⁵⁰⁴ Com elas também sumiam frequentadores indesejáveis.

Nos anos de 1920, surgiu um novo tipo de moradia: as primeiras vilas operárias, edificadas por alguns industriais, inseridas na lógica de fixação da força de trabalho e de maior controle sobre a vida operária para além do tempo de trabalho. Margarida Andrade identificou que a primeira vila foi construída por Antônio Diogo de Siqueira, em 1922, contando com 66 casas, chamada “Vila Diogo”. Na sequência, em 1926, a “Vila Pompeu”, ligada à Fábrica Progresso, com cerca de 11 casinhas conforme inquérito do *Legionário*,⁵⁰⁵ e a “Vila São José”, em 1928, da Fábrica de mesmo nome pertencente ao industrial Philomeno Gomes. Essa última cresceria rapidamente, alcançando cerca de 80 casas em 1933. Em 1932, novamente Antônio Diogo edificaria mais 20 casas de uma nova vila chamada “Araken”,

⁵⁰¹ “Reclamando contra o barulho dos Quartos Novos”. **O Nordeste**, Fortaleza, 15 dez. 1931, p. 3.

⁵⁰² “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 18 jan. 1932, p. 5.

⁵⁰³ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 11 fev. 1932, p. 4.

⁵⁰⁴ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 16 fev. 1932, p. 5.

⁵⁰⁵ “Inquérito nos estabelecimentos industriais”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 2, 11 mar. 1933, p. 4.

contigua à outra fábrica de sua propriedade. Por fim, em 1934, a “Vila J. Pinto do Carmo”, com 27 casas ligadas à Fábrica Baturité.⁵⁰⁶

O Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, com apoio da Igreja, também encaminhou iniciativa no campo da habitação. Como demonstrou Ana Cristina Pereira Lima, a Igreja defendia o modelo de residências unifamiliares como o mais adequado para resguardar a privacidade e garantir a morigeração dos hábitos, o que desenvolveria entre os trabalhadores um gosto pela vida doméstica. A “Vila Operária Dom Manuel”, edificada em meados da década de 1920, contava com 31 casas para serem vendidas a pequenos comerciantes sócios do círculo, longe, portanto, de atingir a maioria dos associados e visivelmente direcionando a iniciativa aos que poderiam arcar com as prestações de forma regular.⁵⁰⁷

Todos os empreendimentos citados se beneficiaram de incentivos estatais. Uma série de decretos e leis, ao longo dos anos 1920, garantiram condições especiais para a edificação de vilas. Em 1925, por exemplo, a Lei 2.266 concedia isenção do pagamento da décima urbana e de todos os impostos estaduais por 15 anos a quem construísse vilas com no mínimo 10 casas, obedecendo os preceitos higiênicos e que fossem alugadas pelo valor máximo de 50\$000.⁵⁰⁸ Vários particulares aproveitaram tais incentivos. A estatística predial para 1932 registrava um total de 15 vilas (tanto as ligadas às fábricas quanto outras) que, juntas, reuniam 293 casas.⁵⁰⁹ No levantamento promovido pela Recebedoria do Estado, em 1933, o número de casas em vilas operárias atingia 421.⁵¹⁰ A edificação de imóveis de aluguel seguia como um excelente negócio e as vilas pareciam desfrutar da franca preferência dos poderes públicos como a forma mais adequada de moradia para trabalhadores.

Em 1932, um novo Código Municipal se mostrou mais minucioso. As “casas populares” deveriam ser erguidas em solo seco, afastada dos logradouros públicos no mínimo 4 metros, com paredes de tijolos regulares devidamente rebocadas e caiadas, com pelo menos três compartimentos e com cobertura de telhas ou material incombustível. As vilas,

⁵⁰⁶ ANDRADE, Margarida. **Onde moram os operários...**: vilas operárias em Fortaleza (1920 – 1945). 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990, p. 156.

⁵⁰⁷ LIMA, Ana Cristina Pereira. **“Obreiros pacíficos”**: o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (Fortaleza, 1915 – 1931). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, p. 96-97.

⁵⁰⁸ ANDRADE, Margarida. *op. cit.*, p. 149 – 150.

⁵⁰⁹ ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1932, Fortaleza: Gráfica Urânia, 1932, p. 20.

⁵¹⁰ **O Povo**, Fortaleza, 19 jul. 1933, p. 1.

especificamente, deveriam respeitar determinações similares, com o acréscimo de possuir calçada construída e iluminada e dispor de no mínimo dois compartimentos.⁵¹¹

A cidade, conforme o novo Código, estava dividida em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural (art. 19). As “casas populares”, em vilas ou não, só poderiam ser erguidas nas zonas suburbana e rural da capital. Reafirma-se o projeto de evitar a presença dos mais pobres residindo no coração da urbe. Era reiterada a proibição de “indústria nociva, insalubre, perigosa ou ruidosa” dentro das zonas central e urbana. As já existentes deveriam ser isoladas e garantidas alterações de forma a evitar perigo, barulho e sujeira. Todo o conjunto de leis citadas contribuiu para dar forma à geografia social da cidade, como uma linha invisível: “para dentro, o comércio, as fábricas não incômodas e moradia da elite; para fora, a habitação popular e tudo que cheira mal, polui e contamina”.⁵¹²

Tal processo não era singular à capital cearense, muito pelo contrário. Desde as últimas décadas do período monárquico e durante a era republicana, as principais cidades do país foram alvo de uma série de normatizações e intervenções, de maior ou menor escala, que buscavam garantir uma adequação do território urbano a parâmetros julgados mais civilizados. Tais iniciativas promoviam – ou desejavam promover – uma crescente especialização e zoneamento dos espaços, e consequente segregação social. O controle da moradia era julgado fundamental tanto por questões de higiene e salubridade quanto como parte de um projeto para homogeneizar vizinhanças.⁵¹³

De forma muito interessante, observamos variações no ímpeto de construções entre 1930 e 1934, período sabidamente conturbado pelo impacto da crise internacional e pelos efeitos locais de uma nova grande seca.

Tabela 12 – Construções entre 1930 e 1934

	1930	1931	1932	1933	1934
Alvenaria	330	513	509	290	297
Taipa	89	100	184	304	181
TOTAL	419	613	693	594	478

Fonte: Almanaque estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1936. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1935, p. 59.

O pico de construções se dá em 1932, mas no ano seguinte ocorreu uma inversão: as edificações de alvenaria sofreram uma significativa queda enquanto as casas de taipa

⁵¹¹ FORTALEZA. CÓDIGO MUNICIPAL. (Decreto nº 70, 13 de dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 89-90.

⁵¹² ROLNIK, Raquel. *op. cit.*, p. 48.

⁵¹³ MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

mantiveram a tendência ascendente. O mais provável é que tenha se tornado momentaneamente desinteressante a aplicação de maiores somas para erguer construções de alvenaria em uma conjuntura tão delicada.⁵¹⁴ Muito mais fácil e menos custoso levantar casas de taipa e já sabemos que era usual que muitas delas fossem alugadas. Ora, enquanto residências de alvenaria tinham custos maiores e, se erguidas dentro do perímetro urbano, estavam suscetíveis a fiscalizações e exigências da municipalidade e da Inspetoria de Saúde, as casas de taipa eram levantadas nas zonas suburbana e rural da capital. Podemos alargar a reflexão e indicar que, embora os aluguéis das casas de taipa fossem menores, ainda assim eram possíveis ganhos significativos, já que os gastos com melhorias eram praticamente inexistentes, posto que, além da municipalidade ser menos atenta a tais moradas, seus potenciais inquilinos também eram menos exigentes por força das circunstâncias. Como argumentou José Borzacchiello da Silva, o expressivo crescimento demográfico a partir da década de 30, significando uma expansão da mancha urbana, não foi acompanhado de infraestrutura e serviços adequados, favorecendo o processo de “favelização”.⁵¹⁵

Não devemos descartar o potencial de construção de moradias próprias pela população pobre no período (daí o salto no número de casas de taipa), já que o risco de despejo diante da falta de pagamento do aluguel era um temor pairando sobre as cabeças de muitos trabalhadores, como fica visível no caso de Hélio Vieira, morador de uma casa na Rua Tristão Gonçalves pertencente ao Sr. José de Mello. Como Hélio estava devendo alguns meses de aluguel, “e não os podia pagar”, o senhorio ordenou o destelhamento da casa, “vendo-se o inquilino, coitado, na contingência de abandoná-la sem ter para onde ir”.⁵¹⁶ Tal situação ajuda a compreender o entusiasmo “pelo meio da classe operária”, em 1930, quanto ao “boato” sobre uma possível redução dos aluguéis, considerando que os proprietários haviam “elevado os alugueis alguns em 40%”: “Hoje o operário não pode morar na rua [na área alinhada e calçada]. A rua é para quem pode e para meretrizes. O operário é relegado às areias, e ainda lá vae se encontrar o aumento”.⁵¹⁷ O boato logo se mostrou verdadeiro. No início de 1931, foi decretada a redução dos aluguéis.⁵¹⁸ Se o decreto foi devidamente

⁵¹⁴ Em 1933, conforme a Recebedoria do Estado, existiam mais de 1.200 imóveis fechados, o que pode sugerir dificuldade de locação. **O Povo**, Fortaleza, 19 jul. 1933, p. 1.

⁵¹⁵ SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992, p. 29-30.

⁵¹⁶ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 jan. 1928, p. 7.

⁵¹⁷ “Coluna Operária”. **A Razão**, Fortaleza, 27 nov. 1930, p. 7.

⁵¹⁸ “Art. 1 - Os alugueis das casas do município de Fortaleza, a partir de 1º de fevereiro até 31 de dezembro do corrente ano, sofrerão os seguintes abatimentos: 20% até 50\$000, 15% de 51\$000 até 100\$000, 10% de 101\$000 até 150\$000. [...] Art. 3º - Os alugueis nas casas das villas operárias terão as reduções estabelecidas no art. 1º servindo de base para a fixação do aluguel os recibos dos três últimos meses”. **A Razão**, Fortaleza, 29 jan. 1931, p. 5.

obedecido é difícil dizer, mas o debate sobre o custo do aluguel teve continuidade nos anos seguintes.

Embora a Legião tenha apostado nas vilas como solução possível para a questão da moradia, não foi elaborado qualquer empreendimento específico. No entanto, envolvida nos mais diversos tipos de queixas, o *Legionário* publicou sérias reclamações quanto à situação dos operários residentes na Vila São José. O acréscimo no valor do aluguel e a rigidez das regras aplicadas, seguidas de multas, tornaram-se uma fonte de animosidades:

O Sr. Pedro Philomeno, como se sabe, tem uma ‘villa operária’ cujas casas são alugadas aos seus empregados.

Os alugueis são de 40\$ mensaes, pagos semanalmente.

Até ahi nada de mais. O pior é que aquele industrial, não se satisfazendo com os 40\$ vai descontar mais dez por cento nos salários dos operários, para o aluguel das casas.

[...]

Os dez por cento de aumento no aluguel das casas, neste momento de aperturas e misérias para o operariado em geral, diz bem alto da *benemerência* desse adiantado industrial conterrâneo.

Há, além disso, várias exigências inquisitoriais, postas em prática na villa, como sejam multas sobre os que criam cachorros, etc., etc.⁵¹⁹

O “momento de aperturas” citado surge em outras oportunidades de 1930 em diante, muitas vezes associado ao cenário de crise, conectando o global e o local. O assunto ganhou espaço nas “Crônicas da Cidade”, do jornal *Correio do Ceará*, quando Waldemar Gomes da Silva, um pouco alcoolizado, cantava na rua e foi detido pela polícia. Ao delegado e aos repórteres, apresentou um pedaço de papel, que disse ter encontrado, contendo o que cantarolava:

Quando o mundo era habitado
Só pelo reino animal
Já reinava muita inveja
Muito bicho desigual
Que também se comprazia
Com a prática do mal
O tatu peba era dono
D’um bonito vilarejo
Cobrava um bruto aluguel
Sem cerimônia, sem pejo
Os bichos intimidados
Com mandado de despejo.⁵²⁰

Tendo realmente encontrado o dito papel, ou que fosse de sua autoria, Waldemar Gomes cantarolou uma denúncia recorrendo ao verso e à fábula para quem quisesse ouvir. Sem dúvida, a mensagem fazia sentido para muitos trabalhadores.

⁵¹⁹ “A ‘Villa Operária’ do Sr. Pedro Philomeno”. *Legionário*, ano I, n. 33, 14 out. 1933, p. 2. Grifo no original

⁵²⁰ “Crônica da Cidade”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 26 jan. 1932, p. 5.

Fica evidente que a preocupação proletária focava prioritariamente no custo da moradia, semelhante ao que captou Michelle Perrot para os operários parisienses no XIX: “Por um longo período, a reivindicação operária se refere ao aluguel, não à moradia. Desta, fala-se em termos de custo, de peso no orçamento, não de conforto ou espaço”.⁵²¹

Outra interessante modalidade de habitação, que associava trabalho e domicílio, foi encontrada entre os padeiros, conforme inquérito da LCT: vários deles residiam em dependências da própria padaria, fato que foi registrado para o caso da Padaria Ideal, uma das mais importantes da cidade:

A padaria possui dois dormitórios: um terrestre e outro no pavimento superior. Este último mede 15 metros de comprimento por 3 e meio de largura. Dormem aí, em redes, 10 operários.

Localizadas nesta sala encontram-se também mais de 10 malas de tamanho regular, caixas e caixões. Pelas paredes, em cabides, armadores e pregos prendem roupas, paletós, calças, camisas, etc.

O dormitório solar mede 15 metros de comprimento por 3 e meio de largura. Dormem aí 10 operários.⁵²²

A situação não era exclusividade da Padaria Ideal, pois, em crônica de 1932, encontramos uma briga entre Francisco Eugenio de Hollanda, 24 anos, e Norberto Gomes da Silva, 25 anos, ambos solteiros e “residentes na Padaria ‘Palmeira’ onde trabalham como panificadores”.⁵²³ A briga rendeu para os dois uma estadia na cadeia.

Essa era uma forma de morar para homens solteiros, como facilmente se percebe. Não fica claro se havia exigência dos proprietários, mas sem dúvida era conveniente ter os padeiros concentrados no próprio local, já que o trabalho iniciava diariamente antes do raiar do sol. Para os padeiros, talvez fosse uma alternativa até certo ponto aceitável, desde que provisória, já que os aluguéis eram pesados e a outra opção seria buscar domicílios mais distantes. Os pertences eram sumários e a coabitação esvaziava qualquer privacidade.

Com o crescimento da população e o encarecimento progressivo do solo urbano, atrelado às exigências crescentes em termos de edificação, morar no perímetro central se tornava inviável para a grande maioria dos trabalhadores. Mesmo que muitos tenham feito um grande esforço para permanecer na área urbana, próximos, portanto, dos locais de trabalho, dos principais serviços e de uma série de equipamentos de lazer, é inegável que a tendência era essencialmente centrífuga. Nenhuma surpresa que os arrabaldes fossem o espaço por excelência dos trabalhadores pobres.

⁵²¹ PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 102.

⁵²² “Inquérito nos estabelecimentos de panificação”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 20, 15 jun. 1933, p. 3.

⁵²³ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 9 jan. 1932, p. 4.

4.2.2 Maneiras de morar (II): rumo aos arrabaldes e “pontas de rua”

Rememorando sua infância nos anos 1930, Eduardo Campos comenta o seguinte: “Fortaleza estava dividida em duas metades de gente: a que morava na área do calçamento... e a que vivia (vivia?) pelas ‘areias’, [...], gente modesta abrigada quase sempre em casebres”.⁵²⁴ Claro que muitas pessoas efetivamente viviam nas ‘areias’. Era lá que estava a grande maioria dos trabalhadores.

A imagem de uma cidade partida não é nova, muito pelo contrário. Facilmente pode ser rastreada, por exemplo, nas referências às grandes metrópoles do XIX, como Londres e Paris, feitas por literatos e observadores variados. Foi justamente a partir da inspiração de Dickens (autor de “Um conto de duas cidades”, “Tempos difíceis” e inúmeras outras obras) que Margarida Neves, em busca do “povo na rua”, sugeriu, para o Rio de Janeiro, a coexistência de duas cidades diferentes e até hostis.⁵²⁵ A lembrança de Eduardo Campos nos permite inquirir algo similar para Fortaleza. A materialidade inscrita no solo (calçamento x areias) se tornava um traço capaz de contribuir para definir lugares e pessoas. Sem dúvida outras tantas diferenças distinguiam a ‘cidade do calçamento’ da ‘cidade das areias’, como os demais benefícios urbanos (iluminação, coleta de lixo etc.). O tema da salubridade, como frisamos desde o início, retorna sistematicamente como fonte de preocupação, já que os pobres e suas moradias apresentavam situação ainda mais precarizada nas periferias.

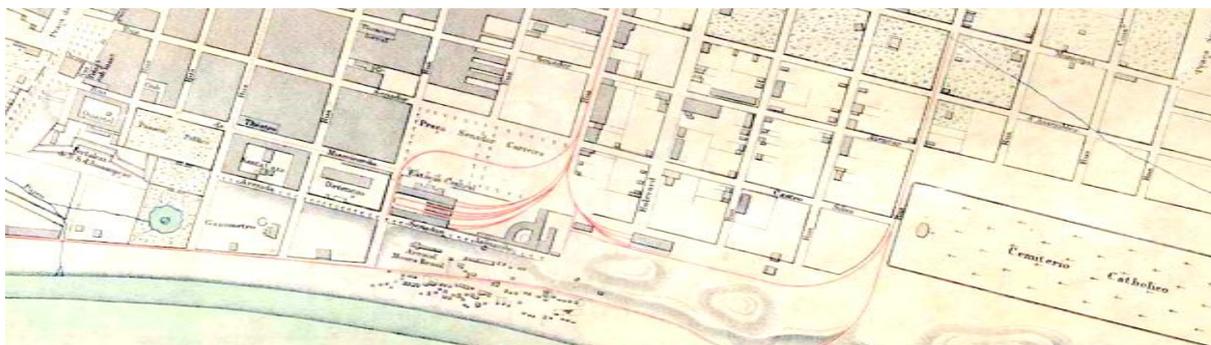
As hierarquizações e exclusões, projetadas e induzidas pela legislação e por intervenções no espaço urbano, contribuíram para solidificar, ao longo do tempo, a imagem de uma cidade dividida ao ponto de, muitas vezes, a expressão “cidade” ser aplicada unicamente para o perímetro urbano central, como veremos.

Os arrabaldes, por óbvio, já eram habitados bem antes dos anos 30, década das recordações de Eduardo Campos e, ao longo de todo o período republicano, ganhariam densidade. Vamos retroceder, novamente, para a última década do século XIX. O mais famoso lugar de habitação da população pobre, situado próximo ao perímetro urbano, era o Arraial Moura Brasil, entre a via férrea e o mar, conforme aparece na planta projetada por Adolpho Hebster em 1888.

⁵²⁴ CAMPOS, Eduardo. **O inventário do cotidiano** (Breve memória da cidade de Fortaleza). Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 53.

⁵²⁵ NEVES, Margarida. O povo na rua: um “Conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 135-155.

Figura 9 – Detalhe da Planta da Cidade de Fortaleza, de Adolpho Hebster, em 1888



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c6/Planta_da_cidade_da_Fortaleza_capital_da_provincia_do_Cear%C3%A1-Adolphe_Hebster-1888.jpg> Acesso em 06/06/2019. Recorte feito pelo autor.

Segundo Margarida Andrade, o arraial contava com 40 imóveis de alvenaria e 44 palhoças em 1887, chegando a 70 de alvenaria e 60 palhoças em 1890. Destacavam-se como moradores jornaleiros, lavadeiras, artistas, pescadores, negociantes e alguns estabelecimentos comerciais. Em 1922, eram registrados 388 imóveis.⁵²⁶

Nos arrabaldes, os aluguéis eram menores e era mais fácil iniciar a construção de um casebre próprio com o uso de materiais baratos, embora o cenário geral fosse essencialmente precário. É mais uma vez Rodolpho Theóphilo que, no início do século XX, descreve uma dessas “choupanas” mais miseráveis:

Senti calafrios, confesso, quando entrei na primeira choupana. Imagine-se as proporções da choça, que para entrar nella tive de me abaixar até quase ficar de cócoras. Era um pequeno quadrado tendo uns três metros em cada face. As paredes eram feitas de alguns ramos seccos dando entrada franca ao sol, a chuva e ao vento e aos olhares dos transeuntes.⁵²⁷

Com a tendência do deslocamento populacional, outros tantos pontos teriam incremento demográfico. Décadas à frente, a imprensa repetidamente registrava a situação de pobreza e insalubridade da população residente nas periferias, com novas localidades surgindo ou crescendo. *O Ceará*, em 1928, comentou o seguinte:

No Morro do Moinho, no Morro do Croatá, na Gameleira, nas Cambirimbas, Alta Mira, Prado Velho, Coqueirinho, Lagoa da Onça, outros logarejos, dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, em miseráveis choupanas, onde predomina a mais absoluta falta de higiene, vivem na mais negra miséria. É verdadeiramente desolador o quadro que se apresenta aos olhos dos que penetram nesses bairros, que não são labutados por mendigos, mas por gente que trabalha, por

⁵²⁶ ANDRADE, Margarida. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)** 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 164 – 165, 176.

⁵²⁷ THEÓPHILO, Rodolpho. *op. cit.*, p. 108.

carregadores, vendedores de frutas, lavadeiras, engomadeiras, verdureiras, etc., etc.⁵²⁸

Muito embora a palavra “bairro” fosse utilizada de forma corrente, muitos dos locais citados não eram exatamente bairros. Seja como for, eram identificados como territórios da classe trabalhadora e não de indivíduos ociosos, vagabundos, mendigos ou criminosos. É muito difícil definir, afinal, a localização exata de cada um desses territórios. Nas fontes, aqui e ali, encontramos um esforço para especificar melhor onde se situava um determinado local. Por exemplo, as “Cambirimbas”, marcadas por serem um “theatro de cenas tragicômicas”, eram descritas pelo *Correio do Ceará* aos seus leitores:

Muitos ouvem falar nas Cambirimbas mas não conhecem a topografia do terreno, nem sabem onde ficam.
É uma faixa arenosa, pontilhada de casebres esbranquiçados ou pardacentos que se estende atrás da Estação Otávio Bonfim...
De princípio o terreno mostra-se largo mas, gradativamente, vae estreitando-se, afinando-se, enfim, reduzindo-se dimensões de um simples corredor.
A gente pobre localiza-se nas casinhas, que emprestam a esse lugar um aspecto rústico e, por vezes, sombrio.⁵²⁹

Visitando um “cortiço” no bairro Benfica, situado no quadrante formado pelas ruas dos Coelhos, Antônio Pompeu, Tristão Gonçalves e Imperador, depois de uma caminhada pelo areial, os redatores do *Correio do Ceará* afirmaram ter encontrado “um verdadeiro cortiço”: “Casas de todos os feitios e tamanhos, na sua maioria casebres, cobertas de palhas, tapadas com taboas, pedaços de zinco [...] tudo sem simetria de espécie alguma”. Com habitações “paupérrimas”, a higiene era mínima e a água era “tirada de um poço, já quase na Rua do Imperador, até onde o ‘Cortiço’ tem limite”. Conversando com um comerciante local, teriam ouvido o seguinte: “Isso aqui é muito pacato. Aqui é raro dar-se uma desordem”. E um pedido: “Consigam pelo seu jornal acabarem com tal nome [Cortiço]. Chamem o Arraial de Cicrano ou de Beltrano”.⁵³⁰

Talvez a descrição feita não se coadune com a imagem cristalizada de um cortiço ‘clássico’. No entanto, como demonstrou Sidney Chalhoub, a própria definição de uma habitação coletiva como cortiço foi objeto de inúmeras controvérsias desde o XIX. No geral, prevalecia muito o julgamento do observador. De uma forma ou de outra, argumenta Chalhoub, cortiço foi o termo que se tornou usual especialmente quando as autoridades

⁵²⁸ “Como vivem as classes pobres de Fortaleza”. *O Ceará*, Fortaleza, 2 dez. 1928, p. 9

⁵²⁹ “Crônica da Cidade”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 14 maio 1929, p. 5.

⁵³⁰ “A vida nos bairros pobres”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 7 out. 1931, p. 7.

sanitárias desejavam estigmatizar determinada habitação coletiva.⁵³¹ Ora, nesse sentido, o estigma associado ao nome “cortiço” poderia fazer fluir imagens múltiplas e negativas, como criminalidade, promiscuidade e devassidão. Não à toa, a preocupação do merceeiro em esclarecer que o local era tranquilo e solicitar apoio para uma mudança de nomenclatura. Fazia sentido se pensarmos que os órgãos de imprensa eram elementos poderosos na criação ou cristalização de opiniões sobre locais e pessoas. A fluidez do termo também explica porque, para os repórteres, estavam diante de um “verdadeiro cortiço”, já que se depararam com um aglomerado informe, construído de forma improvisada, com uso de materiais simples e baratos, abrigando famílias diversas, com pouca privacidade e desprovido de simetria estética e geométrica.

Em outra ocasião, foi o jornal *A Rua* que descreveu, em tons que impressionam, a situação dos pobres que viviam “Nos arredores da cidade”:

É nos arredores da cidade que a gente conhece perfeitamente qual a má vida dos lares pobres. Os que moram no centro, passeando de praças para praças, em retretas e em festas, desconhecem que a miséria campeia nos arrabaldes. Só o repórter se sente com coragem de penetrar em albergues sujos, sem luz e sem pão, em vielas tristes, esconsas, por esses longínquos bairros das areias e dos subúrbios.

[...]

Nas ‘pontas de ruas’, onde a cidade começa a extinguir-se, até as casas dos caboclos mudam de forma: no lugar de casarões espaçosos, fachadas pintadas, jardins à porta, vêem-se espécies de pardieiros, nichos onde se alojam, às vezes, famílias numerosas

[...]

Ao lado das moradas, um ‘vão’ de terra para o plantio de verduras, ou um galinheiro.⁵³²

As descrições rotineiramente focalizam os grupos mais pauperizados dentro um grande horizonte que, claro, continua sendo de pobreza. Mas os arrabaldes, ao concentrarem segmentos variados da classe trabalhadora e grupos julgados marginalizados, poderiam apresentar algumas diferenças, embora tênues. Lado a lado viviam famílias com condições ligeiramente melhores que outras e casas de alvenaria ao lado de palhoças.⁵³³

Pelo caráter de flagrante insalubridade atribuído aos arrabaldes, estratégias para controlar epidemias e endemias foram postas em execução mediante visitas domiciliares de inspeção e desinfecção de casas nas quais tenham sido constatadas focos de doenças contagiosas (particularmente em ocasiões de falecimento). Na década de 1920, tais práticas

⁵³¹ CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p. 38-40.

⁵³² “Nos arredores da cidade”. *A Rua*, Fortaleza, 17 fev. 1933, p. 8.

⁵³³ Novamente conforme a Recebedoria do Estado existiam cerca de 4.000 choupanas nos arrabaldes. *O Povo*, Fortaleza, 19 jul. 1933, p. 1. Os dados que apresentamos anteriormente indicam o rápido avanço das casas de taipa especialmente nos anos de seca, 1932 e 1933.

foram alargadas através de parcerias com o governo federal e com a Fundação *Rockefeller*, essa última, a partir de 1923, dedicada ao combate à febre amarela.⁵³⁴

A *Gazeta de Notícias* captou a impressão dos moradores quanto à ação do governo e dos agentes da Comissão *Rockefeller* nos anos 1930. Inicialmente, no Benfica, em trecho marcado por “grande quantidade de casebres imundos”, uma senhora disse aos repórteres que por ali só aparecia “o mata-mosquito para lhe derramar a água obtida com grande sacrifício”, isso “quando não lhe arreventa o vasilhame”. Acrescentou que, na maioria das vezes, os agentes “nem sequer pedem licença para penetrar nas casas pobres”. No Morro do Moinho foram ouvidas novas queixas contra “os guardas da *Rockefeller*”. No entanto, um tom bem diferente foi dedicado à atuação das “doutoras da Cruz Vermelha”. Os moradores frisaram que elas “não são exigentes em demasia” e demonstravam muito mais paciência para oferecer “explicações a respeito das doenças” e sobre como proceder “com os casos que fossem aparecendo”. No bairro Fernandes Vieira, mais uma vez, críticas aos agentes da *Rockefeller* e elogios “às doutoras”. No geral prevalecia, entre a população, uma “descrença” quanto a medidas do governo que pudessem beneficiá-los, conforme a *Gazeta*.⁵³⁵

O “areial” dos arrabaldes, além de ser fonte potencial de doenças, aparecia para a Legião como um amplificador das dificuldades dos mais pobres. Segundo opinião expressa no *Legionário*, tal situação era uma fonte extra de sofrimentos para a classe trabalhadora, embarçando uma vida familiar equilibrada, provocando desapego ao lar e gerando a busca por prazeres fora da vida doméstica, podendo conduzir a hábitos moralmente duvidosos ou condenáveis:

Areial immenso a encher de vermes e de doenças os homens de amanhã. Areial immenso a aumentar de muito o martírio do trabalhador pobre, que depois de lutar o dia inteiro ainda tem que comer quarteirões e quarteirões de areia para alcançar sua casinha. Areial immenso a impedir que o operário almoce com sua família – come, às pressas, alguma cousa fora de casa, o que além de alimentá-lo insufficientemente, mal, ainda o afasta do lar onde sua influência de esposo e de pai era mais que necessária e onde elle devia beber a influência familiar. Areial immenso sem luz, sem alegria sadia o que leva o operário e não amar sua palhoça e a buscar fora de casa a sua distração.⁵³⁶

Se a expansão dos arrabaldes é constante ao longo de toda a Primeira República, em ritmo ora compassado, ora célere, é inegável que nos anos 30 (associado, claro, à seca de 1932) ocorreu um grande *boom* no crescimento das periferias. Não à toa, a imprensa

⁵³⁴ PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860 - 1930)**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 122.

⁵³⁵ “A situação da pobreza nos bairros desta capital”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 10 jul. 1933, p. 2.

⁵³⁶ “Calçamento para as areias!”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 17, 24 jun. 1933, p. 1.

demonstrava maior preocupação quanto à vida nos subúrbios, e os administradores públicos providenciaram um novo Código Municipal para regular a produção do espaço.

Além da imprensa e das autoridades, literatos também captaram o fenômeno. Dois escritores conseguiram transformar o tema da pobreza em bairros periféricos em energia criativa: Fran Martins e Martins D’Alvarez. O primeiro com o romance *Ponta de Rua* e o segundo no romance *Morro do Moinho*, ambos escritos e publicados na década de 1930, período marcado como auge dos romances proletários.⁵³⁷ Como afirma Luís Bueno: “os anos 30 são a época do romance social, de cunho neonaturalista, preocupado em representar, quase sem intermediação, aspectos da sociedade brasileira na forma de narrativas que beiram a reportagem ou o estudo sociológico”.⁵³⁸

O romance *Morro do Moinho* inicia acompanhando Francisco Ferreira do Nascimento, recém-chegado à capital, cujo primeiro teto foi na humilde hospedaria de “dona Mariquinha”, chamada, sintomaticamente, “Hotel dos Pobres”. Essas pequenas pensões baratas – que costumeiramente buscavam se diferenciar das “pensões alegres”, habitadas por prostitutas – eram opção de hospedagem mais ou menos demorada. Um mês depois, Francisco deixava a pequena hospedaria para se estabelecer no Morro do Moinho. No texto de Martins D’Alvarez, o local apresentaria as típicas características de um “arraial decadente”: “ruas tortuosas, de casas baixas e tristes”, cuja “desordem” exprimiria a vida “exaustiva e desencantada da plebe”. Com becos e vielas compondo um cenário labiríntico, o Morro seria um “galho abandonado na risonha metrópole cearense”. Como espaço de moradia dos proletários, “todos trabalham”: “Os homens na rua. As mulheres, na lavanderia. As crianças, nas compras e na cozinha”.⁵³⁹

Somos então apresentados, primeiramente, à casa de dona Quinó, viúva e mãe de Janú, uma morada “pequena e sórdida” como praticamente todas do Morro, mas possuindo três compartimentos: uma sala, um quarto e uma cozinha. Quinó, “paupérrima e trabalhadora”, era a “melhor doceira do bairro”, sendo através da venda de guloseimas que garantia seu sustento. A outra moradia era a de “mestre José”, pai da jovem Liquinha, um

⁵³⁷ Entre os muitos autores e obras podemos citar: Jorge Amado, com *No País do Carnaval* [1931], *Cacau* [1933], *Suor* [1934], *Jubiabá* [1935]; Oswald de Andrade, com *Serafim Ponte Grande* [1933]; Patrícia Galvão [Pagu], com *Parque Industrial* [1933]; Racquel de Queiroz, com *O Quinze* [1930]; Graciliano Ramos, com *Caetés* [1933], *Angústia* [1936], *Vidas Secas* [1938]; José Lins do Rego, com *Menino de Engenho* [1932], *Banguê* [1934], *Moleque Ricardo* [1935], *Usina* [1936].

⁵³⁸ BUENO, Luís. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 19.

⁵³⁹ D’ALVAREZ, Martins. *Morro do Moinho* [1937]. In: D’ALVAREZ, Martins. **Ficções**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997, p. 88.

“honesto e respeitável ferreiro da vizinhança”, cuja morada é também sua oficina.⁵⁴⁰ Será na casa de Quinó que Francisco Ferreira residirá por um tempo.

O espaço doméstico, para os grupos pobres, pode ser também lugar de produção. O lar, portanto, não era apenas o refúgio familiar de descanso após o trabalho realizado em outro local, mas o espaço mesmo das atividades produtivas. Quinó, com suas afamadas guloseimas, e mestre José, trabalhando como ferreiro, são como alegorias de uma realidade social bem mais ampla. Ao mesmo tempo, ao abrigar Francisco em sua casa, situação intermediada por um amigo de confiança, Quinó adotava estratégia que, mesmo incômoda, alargava um pouco mais os pequenos ganhos através de um aluguel.

No romance *Ponta de Rua*, o cenário é o bairro Alto da Balança, bem mais afastado da área urbana que o Arraial Moura Brasil, o Morro do Moinho e outras periferias. Pontilhado de “casinhas antigas, esburacadas e sujas” em “vielas escuras”, não seria diferente de tantos outros arrabaldes.⁵⁴¹

O mesmo paralelismo que Antonio Candido identificou entre *L’Aussomoir*, de Emile Zola, e *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, podemos estabelecer entre essas obras e o romance de Fran Martins. O enredo acompanha a trajetória de José Clementino, movido pelo desejo de enriquecimento a todo custo, revelando aspectos da crueza de sua relação com a população do bairro, sistematicamente explorada pelo comerciante, tal qual João Romão e os moradores do cortiço carioca na obra de Aluísio de Azevedo. Temos, portanto, a “coexistência íntima do explorado e do explorador” e, simultaneamente, “uma história de trabalhadores intimamente ligados ao projeto econômico de um ganhador de dinheiro”.⁵⁴²

No texto, a população do Alto se refere à área urbana como “a cidade”, como se o bairro fosse um território não só diferente, mas apartado. Como sugerimos antes, tal noção não é nova e pode ser encontrada em outras fontes, por exemplo, nas “crônicas da cidade”.

Em certa ocasião, foram detidos e levados para o xadrez “Uma trindade de ébrios”. Eram eles: João Cassiano de Matos, do bairro Tauape, Hermínio Silva, do Arraial Moura Brasil e José Alexandre de Oliveira, do Morro do Moinho. “Esta trindade ficou, *por ser gente de fora da cidade*, ‘hospedada’, com todas as honras de ‘visitantes’ no famoso ‘salão de honra’ policial”.⁵⁴³ Os três territórios estão fora da zona urbana conforme definida no Código Municipal de 1932, ao qual já fizemos menção. Fica evidente que “a cidade” era entendida

⁵⁴⁰ *Id. Ibidem*, p. 90 e 91.

⁵⁴¹ MARTINS, Fran. *Ponta de Rua* [1937]. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1999, p. 18 e 19.

⁵⁴² CANDIDO, Antonio. De Cortiço a Cortiço. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 126-127.

⁵⁴³ “Crônica da Cidade”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 29 jul. 1931, p. 5. Grifo nosso.

como coincidindo com tal zona, não à toa os três indivíduos, ainda mais ébrios, só poderiam ser “gente de fora”, “visitantes”, como se anotou ironicamente.

No enredo de Fran Martins, a certa altura, a ameaça de construção de uma vila operária pelo rico José Clementino põe em alvoroço a população do bairro. O medo que transborda entre a comunidade não é uma recusa a um novo tipo de moradia (como se os pobres fossem refratários a melhorias), mas outro temor: o de serem escorraçados do local ou perderem sua independência:

O Alto era deles todos. Agora, passara a ser somente do Clementino. Ele fazia e desfazia [...] Prometia aos grandes da cidade construir uma vila, extorqui-los ainda mais. Isso equivalia a dizer que mandaria destruir todas aquelas casinhas, as ruas tortas, o cacimbão, para levantar chalés e bangalôs que eles não poderiam habitar. Queria dizer que seriam expulsos do Alto... [...] Eles preferiam viver desprezados, anônimos, esquecidos. Preferiam suas palhoças toscas [...] Eram ruins, é verdade, eram péssimas, tinham razão. Mas ninguém viria importuná-los pelo aluguel, ninguém os ameaçaria de por no olho da rua, se no dia marcado faltasse com que pagar ao senhorio. Eram ruins, eram péssimas, mas eles eram os senhores de suas baiúcas, os únicos a mandar nelas...⁵⁴⁴

Claro que não se trata de buscar nos textos literários um espelho fiel da realidade, mas sim uma representação, uma “visão literária do urbano”:

[...] os relatos literários nos colocam diante de cenas urbanas que reconstituem uma possibilidade de existência do social, expressando as forças em luta, os projetos realizados e as propostas vencidas, aquilo que se concretizou e aquilo que poderia ter sido, mas não ultrapassou o nível do projeto, do sonho e do ‘desejato’.⁵⁴⁵

As transformações que impactavam a vida dos moradores do Alto da Balança, no texto ficcional de Fran Martins, se relacionam a mudanças mais gerais ligadas às renovadas intervenções no espaço urbano e à expansão de um mercado de terras e especulação imobiliária, abarcando localidades até então mais afastadas. No entanto, essas pessoas, habitando os subúrbios, eram muitas vezes vistas como não fazendo parte da cidade. Eram sujeitos “desprezados, anônimos, esquecidos”, pois pouco recebiam em termos de melhorias urbanas, mas lembrados quando suas moradias eram percebidas como focos de doenças que deveriam ser vasculhadas e extirpadas, quando seu comportamento destoava do ideal de modernidade pretendido ou ainda quando se revoltavam contra medidas arbitrárias.

⁵⁴⁴ MARTINS, Fran. *op. cit.*, p. 131, 133 – 134.

⁵⁴⁵ PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002, p. 14.

4.3 O espetáculo da rua

A cidade surge, em primeiro lugar, como artefato. O espaço edificado guarda as marcas da ação humana sobre o meio. Essa materialidade expressa o esforço criador e transformador dos habitantes. Mas a cidade é também o conjunto das relações e representações constituídas no e sobre o urbano, ou seja, abarca as sociabilidades tecidas por uma grande diversidade de atores, grupos e classes em constante interação e/ou oposição e todo o imaginário (ideias, impressões, sentimentos e projetos) elaborado sobre o meio urbano existente/observado ou mesmo sobre a cidade sonhada/idealizada.

Mas é claro que as possibilidades de criação são assimétricas. Nas palavras de Sandra Pesavento, autoridades, urbanistas, médicos sanitaristas e outros profissionais (sem esquecer os comerciantes, os industriais, os proprietários do solo urbano em geral) são os principais “produtores do espaço”, já que detentores de poderes e de saberes que garantem sua atuação, enquanto o conjunto dos habitantes pobres da cidade, trabalhadores em sua maioria, é principalmente de “consumidores do espaço”.⁵⁴⁶

É manifesto que os mesmos sujeitos que dispõem de maiores poderes para produzir e modelar o urbano são os principais elaboradores de representações sobre os diversos espaços da cidade e, ao mesmo tempo, tentam, por múltiplos mecanismos, definir os hábitos aceitáveis considerando sua visão de como seria a cidade ideal.

Que fique claro que não se trata de sugerir, para a população trabalhadora e pobre, uma postura passiva, uma acomodação resignada ou inércia. Falar dos trabalhadores como “consumidores do espaço” significa pensar em desigualdade de forças. Além do mais, como argumenta Michel de Certeau, o consumo também é uma produção, que se apresenta como criativa, insidiosa e até subversiva.⁵⁴⁷ Mesmo não dispondo de recursos de poder para definir o perfil urbano em sentido amplo, a presença da população trabalhadora era capaz de constituir espaços específicos (ainda que nos arrabaldes), demandar melhorias, organizar formas de sociabilidade e até mesmo representações próprias sobre o urbano.

Não parece haver dúvida que nos anos 1930 ganhou força um novo impulso de modernização da capital cearense, materializado na elaboração de um novo Código Municipal, na verticalização das construções, na abertura de novas ruas, na mudança do sistema de iluminação pública, no calçamento de vias e um avanço de loteamentos de áreas

⁵⁴⁶ PESAVENTO, Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

⁵⁴⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

nos subúrbios. Uma malha urbana pensada conforme os padrões do “moderno urbanismo”, a serviço da produção e da acumulação de capital, mas também uma cidade desejada, apropriada e vivida pelos trabalhadores, seja no seu perímetro central, seja nas periferias.

A Legião, embora de forma tímida, se posicionou em algumas oportunidades tentando expressar as necessidades dos trabalhadores, tanto daqueles que nada recebiam em termos de melhoramentos urbanísticos quanto dos que estavam engajados em obras públicas (como os calceteiros) ou os que poderiam ser afetados negativamente (como os gasistas).

Interessa-nos acompanhar, inicialmente, algumas dessas representações, justapondo imagens que desvendam as impressões do urbano e as mutações do espaço e seus principais agentes. Os escritos de literatos, memorialistas e cronistas são os textos principais nesse sentido. Em seguida, analisamos o esforço empreendido pelo poder público, nos anos 1930, para remodelar partes da cidade. Por fim, de que forma os trabalhadores recortavam pedaços do urbano, marcando sua presença.

4.3.1 A cidade como texto

À medida que crescia e era transformado em termos espaciais e populacionais, o espaço da urbe foi sendo observado com atenção. Cronistas, jornalistas e literatos se debruçaram sobre a cidade, ou sobre partes dela, para louvar ou lamentar as mudanças. Sandra Pesavento os chamou de leitores especiais da cidade.⁵⁴⁸ Para os mais saudosistas, era uma cidade que desaparecia e uma nova, não necessariamente melhor, que surgia. Para os entusiastas, era a modernidade que chegava, mesmo que de forma tardia.

Os muitos migrantes que aqui aportavam pela primeira vez decerto ficaram surpresos com as diferenças marcantes entre a capital e seus respectivos locais de origem. As características urbanas nas duas primeiras décadas do século XX surgem, por exemplo, através de relatos na forma de memórias. Mencionaremos dois: Joaquim Pimenta e Otacílio de Azevedo.

Pimenta, natural de Tauá, se deslocou para Fortaleza em 1904. Diz ter ficado surpreso com a estrada de ferro e, mais ainda, com um dos trabalhadores da ferrovia que cantarolava “uma música lindíssima, maravilhosa, sem nenhuma semelhança com as modinhas cantadas em todo o território dos Inhamuns”. Posteriormente, reconheceu a canção quando executada por uma orquestra no Passeio Público, importante espaço de sociabilidade

⁵⁴⁸ PESAVENTO, Sandra. *op. cit.*, p. 284.

no final do século XIX e início do XX. Desembarcando em Fortaleza, foi recebido pelo tio. Tomaram um bonde puxado por burros e foram para a Praça do Ferreira, onde os quiosques de madeira magnetizaram sua atenção. Na praça, tomaram um segundo bonde até o *Boulevard* Visconde do Rio Branco. No dia seguinte, tornou a apanhar os bondes, ansioso para “conhecer a cidade e comprar um chapéu”. Impressionou-lhe a “sensação de vida, de movimento, de um ambiente novo que desde a véspera começara a respirar”. Evitou se afastar demais da Praça do Ferreira, receoso que estava de se perder enquanto olhava com atenção para “as vitrinas e para dentro das casas de comércio, abarrotadas de mercadorias”.⁵⁴⁹

Otacílio de Azevedo, por sua vez, chegou a Fortaleza “por volta de 1910, matuto vindo de Redenção”. Afirma ter se deslumbrado ao observar, pela janela do trem, “a luz dos combustores a gás”, ficando ainda mais impressionado com a “multidão” de pessoas ao desembarcar. Foi recebido por um irmão, que já vivia na capital. Sua primeira morada foi em um hotel. No mesmo dia, foi conduzido para conhecer a cidade: “Na ânsia de mostrar-me tudo, Júlio entrava aqui e ali, saltava imensas soleiras de calçadas desiguais. Vimos cafés, lojas, bilhares, restaurantes e longas avenidas. Muitas vezes assustava-me pensando que estávamos perdidos”. Também menciona os bondes de tração animal. Em poucos anos, Otacílio seria empregado nas oficinas de bondes, mas agora movidos pela energia elétrica produzida pela companhia “*Ceará Tramway, Light and Power*”. Nos dias seguintes, outras novidades, como visitar a Praça do Ferreira (e seus quiosques) e frequentar os cinemas.⁵⁵⁰

Unidos pela experiência da migração, embora os motivos, condições e situações possam ser de ordem diversa, ambos enveredaram no mundo das letras. Otacílio com suas poesias e Joaquim Pimenta, já aluno da Faculdade de Direito, como partícipe da produção de impressos (sucessivos) como *A Fortaleza*, *Terra da Luz* e *O Demolidor*.⁵⁵¹ Pimenta se notabilizou por seu envolvimento com o movimento operário.⁵⁵²

⁵⁴⁹ PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do passado** (Tauá – Fortaleza). Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 99-102.

⁵⁵⁰ AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça: reminiscências**. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992, p. 23-24.

⁵⁵¹ GONÇALVES, Adelaide. Demolindo a Sociedade Burguesa: intelectuais e imprensa libertária no Ceará. **Trajetos**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 77 – 93, 2003.

⁵⁵² Natural de Tauá, Ceará, nasceu em janeiro de 1886. Fez os primeiros estudos com o padre Joaquim Ferreira de Melo em sua cidade natal. Em 1904, seguiu para Fortaleza. Estudou no Liceu do Ceará e matriculou-se, em 1906, na Faculdade de Direito. Familiarizou-se com o pensamento socialista, participando da edição de diversas publicações. Em 1909, deixou Fortaleza e se estabeleceu em Recife, sendo, em 1911, nomeado promotor público e, em 1915, livre-docente de filosofia do direito na Faculdade de Direito de Recife. Nos anos 1919 e 1920, se destacou como grande liderança de diversas greves em Pernambuco. Manteve intensa participação nas disputas políticas durante a década de 1920. Apoiou a Revolução de 30 e, quando foi criado o Ministério do Trabalho, Joaquim Pimenta seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de colaborar com Lindolfo Collor, primeiro titular da pasta. Atuou ao longo dos anos em diversos jornais. Faleceu em março de 1963.

Nas reminiscências, localizamos aspectos que definem rotineiramente o urbano. A vida na cidade, que se imagina como metrópole, é movimento, é diversidade, é agitação, ou pelo menos assim foi vista (e lembrada) por aqueles que acabavam de chegar. O trem aparece como meio comum de deslocamento. A surpresa com os elementos físicos e simbólicos da “moderna” capital conectam as lembranças: a multidão de pessoas, a iluminação, os bondes, as lojas, os quiosques, as opções de lazer e sociabilidade, a iluminação, a Praça do Ferreira e o temor de ficar perdido naquele ambiente novo.

No romance *Morro do Moinho*, Francisco Ferreira também ficou surpreso ao chegar à Praça do Ferreira, mas não tanto “pela aglomeração de povo”, pois isso já lhe parecia familiar em Juazeiro nas romarias, mas, sobretudo, “pela agitação de transeuntes, o buzinar de automóveis, o tilintar de bondes”.⁵⁵³ A multidão urbana não era apenas número, mas também pressa, ritmo acelerado em suas movimentações pelo espaço. Um conjunto de novos sons marcava o viver em cidade, exigindo uma nova sensibilidade acústica.

Ao longo dos anos, evidentemente, a cidade foi mudando. Um cronista, identificado somente pelo pseudônimo Licurgo, em texto de 1934, expressava uma evidente nostalgia em relação ao passado recente. Afirmou que uma década antes o que se tinha era “uma cidade simples, sem arranha-céu, sem ‘auto-omnibus’ [sic], mal calçada e bem vestida de folhagem verdejante”. Era uma cidade que, ao amanhecer, se ouvia “o badalar dos chocalhos dos inúmeros jumentinhos”, que levavam água ou lenha, ambos vendidos de porta em porta. E, ao mesmo tempo, “passavam, céleres, o padeiro, o verdureiro e outros vendedores”. Mas, nos anos 30, afirma, “tudo mudou”, pois “a civilização trouxe as torneiras e os caminhões”, em direção às nuvens foram “os tetos das casas” e o “concreto calçou as ruas”. Segundo diz, até o pudor foi reduzido, mesmo entre as moças, cujas roupas mostravam um pouco mais o colo!⁵⁵⁴ Sua leitura da cidade lamenta o que se perdeu, mas, para o jornal *O Nordeste*, era o progresso que, enfim, chegava, apesar das dificuldades:

Quem conheceu Fortaleza a dois lustros passados, há de chegar a conclusão de que somos a capital que, apesar das crises climatéricas que afligem o nosso Estado, mais tem progredido no território nacional.
Arrabaldes inóspitos até hontem, hoje se enfeitam de lindos *bungalows*.
Praças desprezadas até pouco, hoje são bonitos logradouros.
E, nesta febre crescente de progresso, Fortaleza vai levando de vencida os mais belos empreendimentos.⁵⁵⁵

⁵⁵³ D’ALVAREZ, Martins. *op. cit.*, p. 79.

⁵⁵⁴ LICURGO. Fortaleza de outrora. In: ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1934. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1934, p. 184.

⁵⁵⁵ “O Progresso da Cidade”. *O Nordeste*, Fortaleza, 4 maio 1931, p. 7.

Podemos captar aspectos deste processo através da representação literária no romance *Ponta de Rua*. Como mencionamos, a influência inspiradora *d'O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, é perceptível em toda a estrutura narrativa do romance de Fran Martins. A trama acompanha a ascensão de José Clementino, que vai de humilde cortador de lenha nas terras do rico coronel Honorato, de Messejana, a proprietário de uma pequena bodega na ponta de rua, no Alto da Balança, arrabalde da capital, tornando-se próspero capitalista do comércio da cidade. Sua determinação na busca do enriquecimento será a força motriz de boa parte das transformações que vão impactar a vida da população que habitava a região.

A fortuna de Clementino, obtida através de vários expedientes, está ligada principalmente ao comércio. Inicia com uma pequena bodega, que depois se torna uma mercearia. Seus ganhos crescem enganando no preço e no peso. Adquire terrenos, constrói pequenos barracos para alugar, monta novos comércios em outros locais, avança na aquisição de sítios e chácaras, ergue uma vacaria, abre um escritório de importação no porto e, ao final, planeja se tornar um industrial. Se tomarmos o texto de Fran Martins como uma alegoria, temos identificada a mudança do eixo da riqueza: não se trata da posse fundiária tradicional (representada pelo coronel Honorato), mas de atividades comerciais, imobiliárias e industriais. Seriam esses os sujeitos (comerciantes, donos de casas exportadoras e importadoras e de indústrias) que davam o tom das transformações e eram os donos do poder na cidade.

Sua riqueza lhe colocou em contato com novos elementos e seus desejos foram mudando. A vida “na cidade”, ou, mais especificamente, os hábitos de sociabilidade da elite, surgem pelo olhar de Clementino:

Estava rico, tinha dinheiro e começava a repudiar o povo que o cercava. O meio não o servia mais [...]. E passava noites inteiras pensando no que seria a vida na cidade. Só ouvia falar em clubes, festas, bailes, carnaval, piqueniques. Seduzia-o aquele ambiente novo, mais limpo, mais a seu gosto.⁵⁵⁶

A “ponta de rua”, agora, lhe parecia asquerosa. O modo de vida “na cidade”, por outro lado, era sedutor: “festas com gente boa”, na qual se bebia “cerveja, whisky, vermute, e não cachaça forte, como lá no Alto”. Inclusive as moças da cidade “não eram como as do Alto”, pois tinham “olhos azuis, unhas polidas, os pés pequeninos, os braços alvíssimos. Não andavam descalças [...]. Até a língua que falavam era outra língua, não tinha aqueles termos grosseiros”.⁵⁵⁷ Para marcar sua nova posição, precisava se diferenciar do povo pobre e

⁵⁵⁶ MARTINS, Fran. *op. cit.*, p. 80.

⁵⁵⁷ *Id. Ibidem*, p. 81.

adquirir os hábitos típicos da classe abastada. Clementino precisava de um novo tipo de habitação. O modelo adotado segue o padrão já estabelecido pela elite da cidade: um bangalô.

Figura 10 – “Bangalows Elegantes”



Fonte: *Álbum de Fortaleza*, 1931.

O advento do automóvel e dos bondes favoreceu o deslocamento da elite para outras partes da cidade, mais distantes do bulício e do tumulto do perímetro central, que continuava, no entanto, a ser o catalisador de grande parte das atividades comerciais e culturais. A edificação, contando com um afastamento tanto frontal quanto lateral das ruas, às vezes providas de jardins bem cuidados, se mantinha protegida de contatos com o domínio público, resguardando bastante a intimidade. Dispondo de vários cômodos, esses palacetes especializavam as funções dos compartimentos do lar. Cada aspecto da vida privada desfrutaria de um lugar adequado no imóvel.

Embora os exteriores tenham sido cristalizados em imagem, os interiores das residências da elite dificilmente o foram. Uma oportunidade de adentrar o espaço privado das casas burguesas surge através de um leilão de objetos e utensílios pertencentes ao “Dr. Jonas Miranda e família”. O volume de peças impressiona. Cada conjunto surge discriminado para os respectivos aposentos/cômodos do domicílio.

Para a “Sala de visitas”, estavam disponíveis para arrematação: um piano de origem alemã, um banquinho giratório, uma mobília estufada em veludo, uma mesa de centro com pinturas feitas à mão, uma coluna de marcenaria “para estatueta ou lâmpada”, outra coluna de estilo alemão para estatueta ou jarro, um tapete de “smyrna”, dois tapetes ingleses, cinco estatuetas de terracota de cores diferentes (sendo algumas de origem flamenga), um jarro de porcelana da Tchecoslováquia, vários “bibelôs” e diversas “pinturas a óleo de artistas nacionais e internacionais”. Para o “Quarto de Vestir”, temos um guarda-casaco de cedro, um guarda-vestido com ornamentação “renascença”, uma mobília de bambu de fabricação francesa, um oratório de cedro e outros objetos. Para o “Quarto de Dormir”, surgem, por

exemplo, uma cama de peroba do sul, um lavatório de cedro, uma mesa de cabeceira de peroba e pedra de mármore, um cortinado de rendas, um dossel de “madeira esculpida”, uma mesa para leitura de cedro e outros objetos de marcenaria. Para a “Sala de Jantar”: um “guarda-louça de cedro”, uma grande mesa de peroba, uma mesa de pão feita de mármore, um filtro, uma geladeira, uma máquina de costura Singer, um conjunto de aparelho de chá de origem japonesa, copos de cristais, bules ingleses, garrafas alemãs etc. Também são citados outros tantos apetrechos para jardim.⁵⁵⁸

Hobsbawm já havia indicado que, desde o XIX, a impressão mais evidente do interior do domicílio burguês era ser “demasiadamente repleto e oculto”, com uma massa de objetos, normalmente bem elaborados, sendo reveladores de um *ethos* específico.

Isso era sem dúvida um sinal de riqueza e *status* [...] Objetos expressavam seu custo e, no tempo em que a maioria dos objetos domésticos era produzida ainda por processos manuais, a elaboração representava um índice adequado para expressar o valor de objetos caros. O custo também comprava conforto, que era tanto visível quanto experienciado. Mesmo assim, os objetos eram mais do que meramente utilitários ou símbolos de *status* e sucesso. Tinham valor em si mesmos como expressões de personalidade, como sendo o programa e a realidade da vida burguesa, e mesmo como *transformadores* do homem. No lar, tudo isso era expresso e concentrado. Daí a sua grande acumulação.⁵⁵⁹

Da mesma forma que a morada burguesa era bem dividida e equipada, com seus compartimentos devidamente especializados, assim deveria ser a cidade ideal: bem organizada, com espaços zoneados para cada grupo social e para as diversas atividades urbanas, dispondo de aparelhamentos adequados para uma vida moderna. Empreendimentos privados e públicos davam forma ao ambiente urbano.

4.3.2 “Remodelações da capital”

A década de 1930, já ressaltamos, foi marcada por renovadas iniciativas que procuravam transformar a paisagem e os comportamentos. De forma entusiasmada, *O Nordeste* afirmava notar “um movimento assaz intenso de real progresso”, isso porque “O Sr. Prefeito de Fortaleza, com a visão larga das cousas, compreendeu que esta época de calamidade era bem o tempo mais apropriado para nelle se derramar alguns contos de réis da Municipalidade em obras de utilidade pública e de embelezamento de nossa urbe”.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ “Importantíssimo leilão”. *O Nordeste*, Fortaleza, 7 out. 1928, p. 6.

⁵⁵⁹ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital, 1848 - 1875*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 322.

⁵⁶⁰ “As remodelações da capital”. *O Nordeste*, Fortaleza, 14 out. 1932, p. 3.

Na linguagem corrente, “progresso” (ou seus correlatos) brotava como palavra-chave invocada em diversas matérias da imprensa e nos textos de autoridades. Junto com ela surgiam também desenvolvimento, modernização, civilização ou civilidade como parte do léxico. Um expressivo rol de mudanças se mostrava como de larga importância e impacto material e simbólico. A modernidade desejada seria alcançada a partir de intervenções no espaço e da tentativa de redesenhar as relações dos sujeitos em seus usos da cidade.

Se seguirmos a pista sugerida na crônica assinada pelo misterioso Licurgo, entre as mudanças que saltavam aos olhos estava a expansão para o alto, com a verticalização das edificações. Para o *Correio do Ceará*, se existia um indicador infalível “do progresso e da civilização”, esse seria o uso de elevadores. Isso porque “a existência do elevador é índice seguro da existência de grandes prédios e, conseqüentemente, de movimento”.⁵⁶¹ Era óbvio para as pessoas da época que a referência a tal equipamento se devia a recente inauguração do *Excelsior Hotel*, situado em um dos ângulos da Praça do Ferreira. Com sete andares, foi o primeiro arranha-céu da capital e considerado marco inconteste da verticalização urbana. Construído em estilo eclético, com decoração importada e diversos equipamentos de conforto, inclusive os ditos elevadores, o *Excelsior* foi efusivamente elogiado na imprensa, posto que sinalizava “o progresso e o avanço da nossa civilização”.⁵⁶²

A legislação buscou induzir esse tipo de edificação. O Código Municipal de 1932 definia, em seu artigo 225, que no perímetro central só seriam permitidos sobrados.⁵⁶³ Ao estabelecer tal preferência, ficava claro um projeto de verticalização como sinal de uma modernidade que se expressaria em um conjunto de grandes prédios, semelhante às metrópoles estrangeiras. O *Excelsior*, embora fosse exceção, deveria se tornar a regra.

Ora, um dos caminhos para regular a vida cidadina era a decretação dos códigos de construção/obras e de comportamento (posturas) que buscavam direcionar a expansão urbana, padronizar as edificações, zonestar os espaços e normatizar os hábitos. O momento de centralização política fortaleceu o Poder Executivo, garantindo, assim, maior raio e liberdade de ação para a prefeitura e para a Interventoria, o que não significa que não encontrassem contestações e limites nas intervenções planejadas.⁵⁶⁴

⁵⁶¹ “Fortaleza e seu progresso”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 19 maio 1932, p. 7.

⁵⁶² “Um acontecimento em Fortaleza”. *A Nação*, Fortaleza, 1 jan. 1932, p. 1.

⁵⁶³ FORTALEZA. CÓDIGO MUNICIPAL. *op. cit.*, p. 61.

⁵⁶⁴ As ações mais significativas ocorreram durante a Interventoria do Capitão Roberto Carneiro de Mendonça (setembro de 1931 a setembro de 1934) e dos Prefeitos Tibúrcio Cavalcante (outubro de 1931 a abril de 1933) e Raimundo Girão (abril de 1933 a outubro de 1934). Girão, contudo, já ocupava o cargo interinamente desde dezembro de 1932.

O Major Tibúrcio Cavalcante, prefeito, considerando que o Código de Posturas de 1893 já não dava conta de atender as “necessidades gerais” da cidade, sendo “sobremodo omissis e antiquado”, embaraçando, portanto, a “urbanização metódica da cidade”, resolveu decretar um novo Código Municipal. Vimos que tal Código delimitava a cidade em quatro zonas (central, urbana, suburbana e rural) e que as moradias populares deveriam ser erguidas nas duas últimas. De forma geral, foram estabelecidas regras meticulosas de construção, prevendo medidas, volumes e materiais adequados, isso tanto para residências quanto para os mais diversos tipos de estabelecimentos comerciais. O objetivo, claro, era garantir a harmonia estética, social e sanitária da cidade, princípios que se achavam interligados.

Nas gestões de Tibúrcio Cavalcante e Raimundo Girão, os planos que visavam garantir maior fluidez no movimento urbano ganharam ações práticas através da abertura ou prolongamento de ruas e aplicação de uma nova pavimentação.

A (re)construção da Avenida Pessoa Anta (antes Rua da Praia), na área do porto, se mostrou sinalização positiva em termos de intervenção urbana conforme a imprensa. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o prefeito havia ordenado a eliminação de um morro próximo, que atravancava o caminho, planificando o terreno. Tal via permitiria conexão rápida com a área mais a leste: “É uma artéria larga, de majestosa projeção, que facilitará sobremodo o trânsito naquela parte da cidade, de grande necessidade, uma vez que se fala na construção do porto de Mucuripe”. Complementava que alguns prédios foram demolidos, mediante indenização, pois, “em face do próprio desenvolvimento, todo sacrifício é justo”.⁵⁶⁵

A abertura da Rua Liberato Barroso, na área central, alcançando as Ruas Floriano Peixoto e Major Facundo, também contribuiria, conforme o plano dos agentes públicos, para descongestionar o fluxo, favorecendo “o desenvolvimento do tráfego urbano”.⁵⁶⁶ Da mesma maneira, alguns prédios foram demolidos.

Não podemos falar de grandes cirurgias urbanas, mas de intervenções pontuais. A medida de maior projeção veio de forma paralela: a pavimentação a concreto ou paralelepípedo de diversas vias acompanhada da colocação do meio-fio, cuja prioridade foi dada para as ruas centrais e algumas outras de maior importância dentro da zona urbana.

Nas recordações de Eduardo Campos, esse momento ganhou destaque. Segundo conta, “quando meus pais se mudaram para a capital, morar na Rua do Imperador conferia *status*, ainda que na verdade não passasse de via pública em areia, o que sucedia a começo dos

⁵⁶⁵ “Fortaleza progride”. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 15 fev. 1933, p. 1 e 5.

⁵⁶⁶ RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal Cap. Roberto Carneiro de Mendonça. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936, p. 289.

anos trinta”. A situação não permaneceu muito tempo assim, “pois logo veio o progresso anunciado pelo fio de pedra, a exigir fossem todas as calçadas niveladas, e o piso, antes de terra frouxa, coberto de calçamento de pedra tosca...”.⁵⁶⁷

Diferentes registros ressaltavam (desde o XIX ou até antes) o areial como um problema a ser vencido. O areial e/ou um tipo irregular de calçamento não condizia com o padrão moderno imaginado: “Depois do surto de renovação verificado nos últimos annos e que tem dado à capital aspecto de cidade moderna, era triste ver como destoava do seu progresso a velha e antiquada pavimentação das suas ruas”.⁵⁶⁸ Nesse sentido, as opções definiam como prioridade focar na zona urbana.

A notícia quanto ao novo calçamento foi, inicialmente, bem recebida e até louvada, mas existia um detalhe que logo geraria atritos: cabia aos proprietários de imóveis custear a colocação do meio-fio, a padronização dos passeios e parte da pavimentação das vias. Os donos de imóveis, reunidos no “Centro dos Proprietários”, debateram o assunto e deliberaram formar “uma barreira indestrutível” para rejeitar as exigências da prefeitura e da Inspetoria de Saúde Pública.⁵⁶⁹ Nos informes transmitidos à imprensa, afirmavam que a Prefeitura deveria “enfrentar, sozinha, a pavimentação das ruas”, enquanto as requisições da Inspetoria de Saúde eram mencionadas como impraticáveis.⁵⁷⁰

O assunto ganhou atenção da LCT, que ironizou as repetidas reclamações dos donos de imóveis, apesar de serem os principais beneficiados:

O Sr. Prefeito resolver calçamentar a concreto algumas ruas centrais. A ideia foi recebida com simphathia e aplausos pela gente rica, que logo antegozou o prazer das chispadas longas e acolchoadas [...] por sobre o cimento macio e camarada. Mas, não foi camarada o Sr. Prefeito, e decretou que a gente rica pagasse o empreendimento. E foi o bastante para que aplausos e simphathias murchassem, coitadinhas, vencidas por uma onda impetuosa de ataques.

Tem sido uma choradeira pavorosa. De fazer pena. Jornais e mais jornais, números seguidos, não fazem outra coisa senão (desabafar em lamúrias e reclamações) vehicular os desabafos lamurientos dessa gente endinheirada.

[...]

Já que as ruas centrais vão ostentar o luxo de um calçamento caro, para uso e goso da gente rica, esta gente que use e gose, mas pague.⁵⁷¹

A “gente endinheirada”, especialmente os que dispunham de veículos ou poderiam contratar carros de aluguel, não estava disposta a desembolsar o custeio do

⁵⁶⁷ CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do passado**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1998, p. 9.

⁵⁶⁸ RELATÓRIO, *op. cit.*, 292.

⁵⁶⁹ “Para combater as exigências da Prefeitura e da Saúde Pública”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 29 jun. 1933, p. 7.

⁵⁷⁰ “O Centro dos Proprietários e a pavimentação das ruas”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 1 jul. 1933, p. 1.

⁵⁷¹ “A questão do calçamento”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 19, 8 jul. 1933, p. 2.

melhoramento. As articulações e pressões lograram resultado parcial. No fim das contas, obtiveram uma redução do valor a ser pago: caindo para cerca de 1/3 do total. Mas, e os arrabaldes? E os bairros pobres da cidade? Continuariam amargando o areial tão característico? Contra o que era visto como desprezo e/ou descaso, a Legião protestava:

Já tivemos prefeitos de avenidas *chics*. Já tivemos prefeitos para as ruas burguesas. Os pobres também são gente. Não nos lembremos delles apenas para cobrar impostos. Calçamentos para as areais, Sr. Prefeito! Mas que isso não seja para exigir fios de pedra que os pobres não podem pagar. Que isto nem por sombra vá dificultar os habitantes das areias. Precisamos favorecer o povinho humilde que se abate e definha a poucos kilometros das luzes e belezas do centro da cidade. Conhece o Sr. Prefeito o Arraial Moura Brasil? Conhece a Aldeota? Conhece as areais da Piedade? Conhece as Cambirimbas? Conhece o Croatá?⁵⁷²

A LCT, portanto, abre espaço para tratar de questões urbanas, inicialmente fora de seu âmbito de preocupação. Se os diversos prefeitos, até então, concederam toda atenção para as “avenidas *chics*” e “ruas burguesas”, era hora de lembrar dos pobres, que estavam, na maioria das vezes, tão próximos “das luzes e belezas” da área central e, ao mesmo tempo, tão distantes de qualquer um desses benefícios. A Legião incorporava ao seu arcabouço de reivindicações a demanda por um quinhão dos melhoramentos urbanos para os bairros e locais de habitação da população trabalhadora pobre.

Com o início das obras, uma nova questão despontou: a situação dos trabalhadores calceteiros, engajados nas atividades de calçamento. Desde cedo, foram comuns atritos entre a empresa contratada e os trabalhadores.

Os calceteiros foram divididos em vários grupos, chamados simplesmente por “turmas”, responsáveis por uma rua ou conjunto de ruas e liderada por um chefe de serviço, detentor de maior experiência e ascendência moral. Tão logo o trabalho começou, os calceteiros estavam organizados e reivindicaram o cumprimento da jornada máxima de 8 horas por dia, o que gerou atritos. Em primeiro lance, o Sr. Joaquim Lima, “contratante dos serviços de calçamento”, iniciou ofensiva contra as lideranças do movimento:

Este senhor, num gesto de autoritarismo compatível mesmo com aqueles que sentem-se bem em esmagar o operário, suspendera do serviço o companheiro Paulino Pereira com a turma que este dirigia, pelo facto de pertencerem ao Sindicato da classe e aquelle ter sido um dos seus organizadores.

Essa attitude do contratante de serviços de calçamentos, além de absurda, foi acompanhada de palavras grosseiras, o que causou forte indignação da parte dos operários que, acto contínuo, fizeram ciente ao seu presidente, nosso companheiro Francisco Barbosa.

⁵⁷² “Calçamento para as areais!”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 17, 24 jun. 1933, p. 1.

Esse foi apenas o primeiro ponto de confronto, pois tão logo o mesmo Sr. Joaquim Lima soubesse “que toda classe estava organizada”, ordenou a suspensão de Severino de Brito, outro chefe de serviço, dessa vez da “turma do Alagadiço”. A situação de animosidades crescia, com a iminência de paralisação de toda a obra de pavimentação. Uma solução para a escalada de atritos foi buscada com a mediação do Inspetor Regional do Trabalho, que convocou representantes da prefeitura, do sindicato e o Sr. Joaquim Lima no mesmo dia. O contratante foi interpelado ante o ocorrido, sendo instado a “acatar o Sindicato operário, como uma organização que se apóia nas leis do país”.⁵⁷³ Diante da nova configuração, que alterava a correlação de forças, as suspensões foram anuladas e todos voltaram ao trabalho, com o acréscimo da garantia da jornada de 8 horas diárias.

Outra mudança estava ligada ao sistema de iluminação da cidade. Desde o século XIX, a *Ceará Gás Company* monopolizava o serviço. Os debates indicavam que era absurda a manutenção da iluminação pública através do gás, um método já superado. A opção, por óbvio, era pela eletricidade, uma fonte de energia julgada mais potente e limpa, logo, mais moderna. As negociações foram longas e culminaram com a rescisão do contrato com a *Ceará Gás Company* por parte da Interventoria.⁵⁷⁴

A rescisão do contrato se tornou fonte de angústia para os trabalhadores gasistas, que clamaram por uma intervenção da LCT.⁵⁷⁵ Nesse intuito, foi buscado um entendimento com o interventor. Pelo acordado, o governo providenciaria para que os 54 operários “fossem empregados em outros serviços do Estado e em lugares fixos sem nenhum prejuízo de suas atividades”.⁵⁷⁶ Um resultado positivo.

Algumas mudanças na paisagem possuíam efeito simbólico. Em particular, a substituição do coreto da Praça do Ferreira por uma “Coluna da Hora”, uma torre encimada por um relógio que marcaria a hora oficial do Município.⁵⁷⁷ O assunto se tornou objeto de grande peleja jornalística. O jornal *A Rua* repetidamente publicou textos contestando a medida. Diziam, por exemplo, que o prefeito Raimundo Girão promovia uma “Administração terremoto” ao planejar destruir um equipamento tão caro à memória da cidade:

⁵⁷³ “O Sindicato dos Calceteiros age em defesa dos seus associados”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 32, 7 out. 1933, p. 4.

⁵⁷⁴ RELATÓRIO. *op. cit.*, p. 147 – 168.

⁵⁷⁵ “A sessão do Conselho Legionário”. **O Nordeste**, Fortaleza, 13 jul. 1934, p. 3.

⁵⁷⁶ “A situação do operariado da Ceará Gás”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 16 jul. 1934, p. 7.

⁵⁷⁷ O Coreto havia sido reformado em 1925, na administração do prefeito Godofredo Maciel. Na mesma oportunidade, os tradicionais quiosques situados em cada um dos quatro cantos da Praça do Ferreira foram demolidos, dando mais espaço para a circulação de automóveis e bondes.

O coreto da Praça do Ferreira, de tradições tão memoráveis na história das conquistas liberais do Ceará, vai ser destruído pela mão inovadora do Sr. Prefeito Municipal.

Exigências de ordem estética ou o extravagante prazer de impedir que a alma da cidade ali encontre o seu natural pulmão, nas horas angustiosas e de asfixia de suas liberdades, tantas vezes ameaçada, quantas vezes defendida com ardor e bravura?⁵⁷⁸

Em outra oportunidade, questionavam se o prefeito sofreria de “passadofobia” considerando a “sanha de aniquilar o passado”. Não deixa de ser curioso notar que Raimundo Girão se destacaria como importante historiador, autor de inúmeras obras. O clamor de nada adiantou, pois o coreto acabou desaparecendo pela ação das “picaretas” da prefeitura, que puseram abaixo a “tribuna do povo livre do Ceará”, lamentavam.⁵⁷⁹

Se o Coreto remetia a uma memória de movimentos políticos, como espaço para oradores discursarem diante de multidões ou local para orquestras em momentos de conagração, a Coluna da Hora se inscrevia em outra chave de entendimento. O ritmo mecânico do relógio anunciava e simbolizava o tempo regulado e metódico da produção. As ruas da cidade e, principalmente, a Praça do Ferreira, deveriam ser lugar de passagem, considerando a faina cotidiana, em cadência acelerada e não mais tomada por agitações e movimentos sociais, que poderiam ser vistos como desnecessários ou incômodos, ou até como formas de desperdício de tempo produtivo.

Formato diferente de *utilizar* as ruas era aquele efetivado, em várias oportunidades, pelos trabalhadores reunidos sob a bandeira legionária. Em desfiles e paradas, incluindo o Primeiro de Maio, os operários organizados se reuniam, se apresentavam publicamente e caminhavam pelas ruas exibindo estandartes de seus ofícios, uma forma de apropriação e ressignificação do espaço público, altamente ritualizada, que podemos chamar, seguindo Claudio Batalha, de “geografia associativa”.⁵⁸⁰ A escolha dos locais de concentração e as ruas que receberiam a multidão em caminhada nada tinha de aleatório ou fortuito, revelando muito mais o interesse de garantir visibilidade e conquistar coletivamente lugares considerados importantes em termos simbólicos.

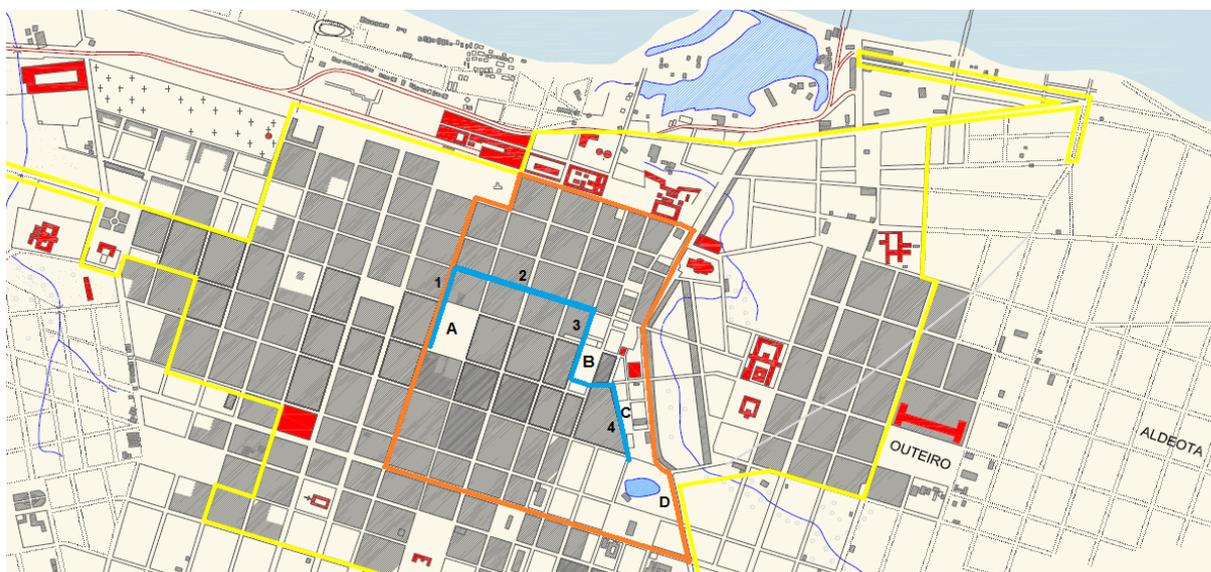
⁵⁷⁸ “Administração terremoto”. **A Rua**, Fortaleza, 2 set. 1933, p. 1.

⁵⁷⁹ “O Coreto da Praça do Ferreira – Vai desaparecer a Tribuna Popular”. **A Rua**, Fortaleza, 12 out. 1933, p. 1.

⁵⁸⁰ BATALHA, Claudio. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In: AZEVEDO, Elciene *et al.* (org.). **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 251-269. Cf. HOBBSAWM, Eric. As transformações dos rituais do operariado. In: HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

Aproveitando as reconstituições cartográficas de Margarida Andrade,⁵⁸¹ justapomos o itinerário de algumas dessas manifestações: a Parada de 7 de Setembro em 1931⁵⁸² e o Primeiro de Maio em 1932,⁵⁸³ cujos trajetos foram exatamente os mesmos.

Figura 11 – Itinerário de manifestação pública da LCT



Fonte: elaborado pelo autor.

Legendas:

<ul style="list-style-type: none"> — Zona Central — Zona Urbana — Itinerário da Legião 	<ul style="list-style-type: none"> A - Praça José de Alencar B - Praça do Ferreira C - Praça dos Voluntários D - Parque da Independência 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Rua 24 de Maio 2 - Rua São Paulo 3 - Rua Major Facundo 4 - Rua General Bezerril
---	--	--

A Legião adotava como trajeto prioritário para seus cortejos permanecer na zona central. Podemos perceber o intuito de marcar presença na área mais valorizada da urbe, desfilar diante das principais casas comerciais, bancos e jornais, estando bem perto dos prédios que abrigavam órgãos da administração pública. Mesmo com mudanças nos itinerários em outros momentos, o perímetro central continuou sendo visado como local privilegiado e, dentro dele, a Praça do Ferreira, palco de inúmeros movimentos políticos e de variadas intervenções urbanas, já que era considerada o “coração da cidade”.

O desígnio do então prefeito Raimundo Girão e de seu antecessor ia além das ações citadas. O desejo era elaborar um sistemático plano de urbanização e expansão para a cidade, anunciado como meta desde a decretação do Código Municipal, redefinindo por completo a morfologia urbana. Com tal intento, foi proposta a contratação do urbanista Nestor

⁵⁸¹ ANDRADE, Margarida. *op. cit.*, p. 191 e 194.

⁵⁸² “A grande parada legionária de ontem”. *O Nordeste*, Fortaleza, 8 set. 1931, p. 1.

⁵⁸³ “As comemorações do Dia do Trabalho em Fortaleza”. *O Nordeste*, Fortaleza, 2 maio 1932, p. 4.

de Figueiredo, cujo plano ousado previa mudanças de altíssima envergadura.⁵⁸⁴ Embora recusado pelo Conselho Consultivo da cidade, o prefeito ignorou tal decisão, contratando o urbanista. No decreto (reproduzido na Revista do Instituto do Ceará), argumentava-se que um plano de urbanização abarcaria “um complexo de soluções de problemas diversos, todos estreitamente ligados à vida das gerações atuais e das gerações vindouras”.⁵⁸⁵

Mesmo fora da prefeitura, Girão continuou defendendo (em texto de 1935) a necessidade de tal iniciativa, posto que, segundo argumentava, somente um projeto “nos moldes e nas regras do moderno urbanismo” poderia corrigir os problemas e preparar a cidade do futuro.⁵⁸⁶ Apesar dos apelos, as administrações seguintes romperam o contrato e o plano foi abandonado. Já estava em andamento e ganhando cada vez mais densidade um conjunto de empreendimentos particulares que recortava fatias do espaço além da zona urbana, constituindo loteamentos. A obra *Ponta de Rua* capturou literariamente esse processo de avanço de um mercado de terras e disputa pela posse do solo nas áreas periféricas da cidade nos anos 1930. Na visão do rico José Clementino, a “ponta de rua” precisava de um “pulso forte que a integrasse no ritmo dinâmico da civilização, varrendo as velharias, queimando o passado”, em direção à “forma moderna”.⁵⁸⁷ Nesse sentido, podemos afirmar o poderoso papel da iniciativa privada, como havia argumentado Margarida Andrade.

Raimundo Girão retomaria o tema em sua *Geografia Estética de Fortaleza* promovendo, de certa forma, um acerto de contas com aquele período. Afirmando que a cidade seria como um “organismo vivo ou, como diria Corbusier, uma criação, um composto humano de proteção e trabalho”, não deveria crescer “sem as modelagens e as correções que a ciência urbanista sabe impor”. O urbanista, portanto, estaria dotado da “habilidade de *médico*, às vezes de *cirurgião*, de ortopedista, a endireitar membros ou amputar excrescências, restaurando a anatomia para que a fisiologia se processe normalmente”.⁵⁸⁸

Richard Sennet, interessado na íntima conexão entre as experiências corporais e os espaços em que as pessoas vivem, demonstrou, ao percorrer momentos profundamente sugestivos, o imbricamento entre a arquitetura e as formas de organização urbana, e as

⁵⁸⁴ O projeto alargaria exponencialmente o zoneamento da cidade, prevendo a criação de áreas residenciais, bairros-jardins, bosques, parques, bairros para atividades comerciais de varejo e de atacado, bairros industriais, zonas escolares, zonas hospitalares etc. Sem dúvida, demandaria significativas remoções e demolições.

⁵⁸⁵ “DECRETO MUNICIPAL Nº 108, de 30 de agosto de 1933”. *Apud*: GIRÃO, Raimundo. Plano de Urbanização de Fortaleza (Subsídios para sua história). *In*: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo 57, 1943, p. 213.

⁵⁸⁶ GIRÃO, Raimundo. *op. cit.*, p. 210.

⁵⁸⁷ MARTINS, Fran. *op. cit.*, p. 114.

⁵⁸⁸ GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1979, p. 73. Grifos no original.

sensações e concepções sobre o corpo humano e os modos de viver. O autor identifica que, desde o século XVII, um maior conhecimento sobre a circulação do sangue e do mecanismo da respiração foram relacionados à noção de cidade saudável, que deveria, assim, ser desobstruída, com fluxos livres e desimpedidos. Tudo que atravancasse o caminho deveria ser extirpado. De forma correlata, a concepção de Adam Smith sobre liberdade econômica também foi influenciada por tais ideias, privilegiando o movimento livre do mercado como capaz de promover o progresso econômico.⁵⁸⁹ Assim sendo, as vias urbanas são associadas às artérias e veias. Como locais de elevada importância e convergência, tornam-se o coração ou o pulmão da urbe. Não à toa, Raimundo Girão se referiu ao urbanista como detentor de qualidades semelhantes às do médico, do cirurgião e do ortopedista.

Todas as inúmeras referências (coetâneas ou póstumas aos anos 30) revelam conexão com tendências correntes em várias partes do mundo, ligadas à constituição do urbanismo como campo do saber nas primeiras décadas do século XX, a partir de quatro características fundamentais: a) agenciamento de outros saberes, como o conhecimento médico, a geografia humana, a economia etc.; b) posituação da cidade como fator de progresso econômico, já que concentra negócios, força de trabalho e infraestrutura; c) a cidade pensada como organismo, tomando de empréstimo metáforas do discurso médico; d) por fim, o urbano entendido como totalidade indissociável, reforçando a necessidade de um planejamento global “como forma de transformar as relações sociais”.⁵⁹⁰

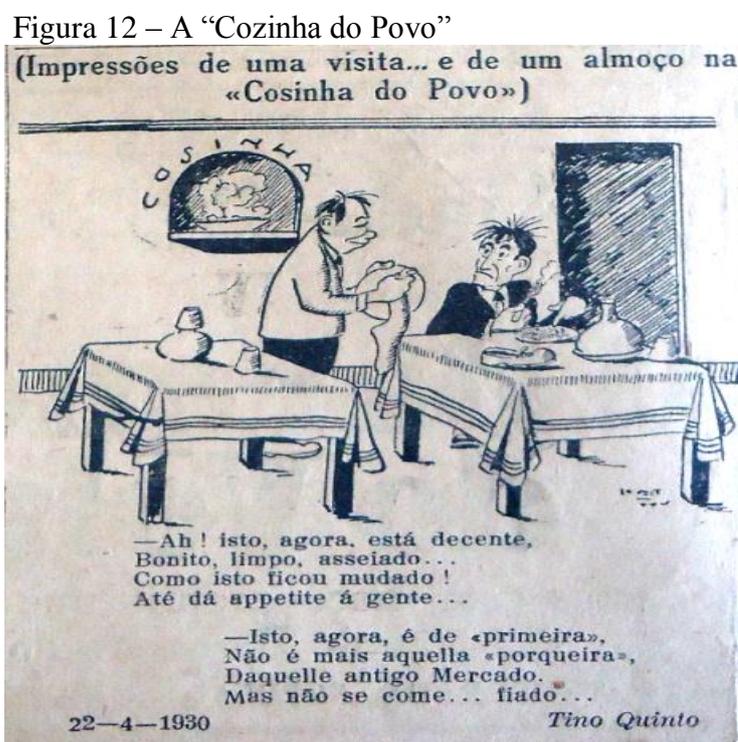
Redesenhar o espaço da cidade era uma forma de atuar sobre a sociedade, especialmente se fossem seguidos os conhecimentos acumulados pela nova ciência urbana. Embora não realizado, o projeto de Nestor de Figueiredo foi parte desse processo.

Por fim, interessante mencionar outra alteração realizada no perímetro central: a demolição da “Cozinha do Povo”, em 1936. Funcionando como um restaurante popular, era local de encontros cotidianos. Para lá, na hora do almoço, convergiam inúmeros trabalhadores dos mais diferentes ofícios, especialmente os mais humildes. A zona central, importante repetir, concentrava variadas e importantes atividades, sendo destacado polo de atração para muitos trabalhadores, notadamente daqueles que, de uma forma ou de outra, dependiam do trabalho desempenhado diretamente nas ruas, circulando de um canto a outro durante boa parte do dia. Nada mais óbvio que procurar um local barato para alimentação. Em irônica charge publicada no *Correio do Ceará*, a reforma promovida no local (em 1930) foi

⁵⁸⁹ SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. Especialmente o Cap. 8.

⁵⁹⁰ RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. Urbanismo: olhando a cidade, agindo na sociedade. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). *op. cit.*, p. 110-113.

destacada. Melhorias estéticas e higiênicas eram salientadas, mas com a ressalva de que a “Cozinha”, embora fosse “do povo”, não aceitava o “fiado”, prática comum entre pequenos comerciantes e sua clientela da vizinhança.



Fonte: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 22 abr. 1930, p. 1

O restaurante popular teria sua existência ceifada em 1936. Sua presença não mais se coadunava com o cenário estabelecido para a área central. O jornal *A Rua* informava que o “velho pardieiro” seria demolido e, no seu lugar, surgiria um “um belo edifício destinado a poderosa empresa comercial”. Afirmavam que a ‘Cozinha’ apresentava um “exterior desagradável” e um interior “sujo e desarranjado”, portanto, nada melhor que ser substituído por um prédio “digno do nosso adiantamento urbano”, embora manifestassem pesar por aqueles que se achavam na iminência de “perder o seu ponto de refeições baratas”. Mesmo nos últimos momentos, ressaltaram, ainda eram servidas refeições para “engraxates e carregadores, comboieiros e vagabundos”.⁵⁹¹

Pouco depois, em sessão da Câmara, era comentado que Fortaleza tomava “proporções de uma cidade civilizada”, ganhando “edifícios de proporções agigantadas, verdadeiros arranha-céus”, afora outras mudanças, o que era digno de aplausos. O fim da Cozinha do Povo, “fregate de comboieiros, engraxates, carreteiros e de quantos só possuem alguns tostões para matar a fome”, era um mal menor diante do progresso urbano. A

⁵⁹¹ “Está sendo demolida a ‘Cozinha do Povo’”. *A Rua*, Fortaleza, 20 maio 1936, p. 7.

recomendação era para que o prefeito tentasse providenciar um novo local, sendo sugeridos o segundo ou o terceiro plano do Passeio Público.⁵⁹²

Se mudanças espaciais e de arquitetura tinham como finalidade alcançar transformações sociais, a remoção de um ambiente como o restaurante popular, para no seu lugar surgir um arranha-céu de “poderosa empresa”, símbolo do progresso econômico, pode ser tomado como sinal da extirpação de práticas sociais julgadas inadequadas à cidade.

Mesmo que uma grande e sistemática reconfiguração da morfologia urbana não tenha sido efetivada, o conjunto de ações operadas foi de monta. A verticalização urbana seguiu seu compasso, uma nova iluminação para a área central, através da eletricidade, foi implantada, novas ruas foram abertas e pavimentadas e a Praça do Ferreira, com a Coluna da Hora, indicava a pretensão de um novo uso do espaço, que privilegiasse o aproveitamento útil e produtivo do tempo, em nome do progresso social e econômico. Mas havia algo que ainda parecia destoar: o conjunto de práticas e hábitos dos habitantes da cidade, cujas formas de se apropriar do espaço eram bem diferentes do que havia sido imaginado pelos administradores públicos, por segmentos da elite econômica e por intelectuais e letrados.

4.3.3 Nas ruas, na polícia e na imprensa

Enquanto algumas categorias, como os operários fabris, executavam seus ofícios confinados no espaço das indústrias, outros ganhavam as ruas. Eduardo Campos, em suas crônicas, recorda do verdureiro e do padeiro, “o primeiro às primeiras horas da manhã e o segundo, por volta das quatro horas, para vender o pão do chá”. Também se recorda do “homem que vendia leite”, por vezes trazendo o animal consigo, além dos vendedores de romances em folhetos.⁵⁹³ Em outra crônica, comenta que a “oficina vinha à porta”, com o “consertador de panelas”, o “amolador de tesoura e facas de cozinha” e o sapateiro, sendo que esse último possuía a “maior freguesia”, todos eventualmente armando banquinhas nos passeios. E acrescenta aqueles contratados “por ‘um dia de serviço’” para tarefas variadas, os jornaleros.⁵⁹⁴ Além dos citados por Campos, existiam os aguadeiros e seus jumentinhos (lembrados na crônica de Licurgo, que mencionamos em páginas anteriores), os ambulantes, os vendedores de doces em tabuleiros, os carregadores, as lavadeiras e engomadeiras.

⁵⁹² “A demolição da ‘Cozinha do Povo’”. **A Rua**, Fortaleza, 10 jun. 1936, p. 5.

⁵⁹³ CAMPOS, Eduardo. *op. cit.*, p. 50.

⁵⁹⁴ CAMPOS, Eduardo. **A volta do inquilino do passado**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1998, p. 46-47.

O espetáculo da rua incluía, portanto, uma enorme diversidade de sujeitos cuidando de seus afazeres, procurando serviço ou simplesmente descansando nos interstícios do trabalho. Para as autoridades políticas e policiais, era inquietante que existissem tantas pessoas vivendo de ocupações temporárias e/ou em marcadas por um fluxo extremamente “livre” pelas ruas, sem estarem submetidas a laços formais de trabalho, com local bem definido, horário fixo e padrão identificável. Como tais grupos não possuíam padrões em sentido estrito, apresentavam certa independência que era preciso controlar por outros meios. Sendo assim, a municipalidade e a polícia assumiam a função de vigilância. Foram especialmente visados os grupos que, de uma forma ou de outra, dependiam da circulação pela cidade para garantir sua sobrevivência (como os ambulantes e os carregadores). Ao mesmo tempo, a imprensa comentava e avaliava um conjunto de situações, práticas e modos de se apropriar do espaço que estava na contramão da modernidade, elaborando impressões sobre pessoas e locais, qualificando os comportamentos.

Os aguadeiros parecem ter sido particularmente prejudicados pelas novas determinações, já que sua circulação pela área urbana foi proibida. Uma carta escrita por “Um aguadeiro” apelava para os administradores públicos reverterem tal proibição:

Peço-lhe, por amor aos pobres, dê uma nota em seu conceituado jornal pedindo à Prefeitura que *afrox* [sic] mais o acocho em que nós estamos, os distribuidores d’água em jumentinhos, pela cidade. O Sr. não imagina quanto prejuízo nos veio dar essa proibição. [...]

Diga, pelo seu jornal, ao digno Prefeito de Fortaleza, que é major do Exército, honrado e amigo do povo, que tenha dó de nós. Lembre ao Dr. Girão, o secretário, que elle deve saber o que é seca braba e como ella vem dificultando a vida da gente humilde, em toda parte, na capital inclusive.⁵⁹⁵

Acrescentaram que, diante do aumento dos preços de vários produtos e do custo “da casinha ruim e dos trapos de roupa”, era quase impossível viver. A linguagem era deferente, na expectativa de sensibilizar a coletividade e os administradores da urbe, mas de nada adiantou. Os animais foram banidos das ruas do perímetro urbano, parte da cidade cuja vigilância era mais presente, e a venda de água de porta em porta se tornava difícil.

Se os animais não eram bem-vindos nas vias, qualquer coisa que embaraçasse o caminhar rápido precisava ser coibida. Um capítulo inteiro do Código Municipal foi dedicado à regulamentação do comércio ambulante. Primeiramente, todo ambulante necessitaria de matrícula a ser sempre portada. Estabelecimentos, como as padarias, que fizessem uso de distribuidores ou vendedores de rua, poderiam providenciar a matrícula em seu nome.

⁵⁹⁵ “Pelos aguadeiros ambulantes”. *O Nordeste*, Fortaleza, 21 jan. 1932, p. 2. Grifo no original.

Qualquer um que estivesse sem a licença pagaria multa de 20\$000 e todas as mercadorias seriam apreendidas. O ambulante não teria “o direito a estacionar nos logradouros, senão o tempo necessário para efetuar a venda”. Era completamente proibida a “colocação de mesas, cadeiras ou outros objetos que possam impedir o livre trânsito público”.⁵⁹⁶

Coerente com o que vimos até aqui, tudo que pudesse obstruir ou dificultar o livre fluir de pessoas ou veículos era evitado. “Movimento” era outra palavra-chave comum no vocabulário. Movimento era sinal de vida, estagnação era morte. Otimizar o fluxo e eliminar o congestionamento, favorecendo a rapidez, eram as metas visadas.

Os trabalhadores que transportavam volumes deviam ser disciplinados a adotar um deslocamento mais ágil ou abandonar a calçada e caminhar pela via. Em 1929, o jornal *O Ceará* destacava reclamação quanto ao hábito de andarem pessoas pelas calçadas, “mesmo nas ruas de maior movimento”, conduzindo “avantajados fardos, trouxas, volumes, pacotes enormes”, o que atrapalharia o trânsito rápido dos demais, situação essa que havia sido proibida em momentos anteriores, quando se impôs aos carregadores circular pela faixa do calçamento. Mas tal “postura” acabou esquecida, sendo sugerido que fosse recuperada da “poeira dos arquivos”.⁵⁹⁷ A queixa foi reiterada dias depois, sendo dito que “padeiros e outros carregadores de grandes cestas” continuavam a transitar “livremente pelos passeios, dando em resultado os frequentes encontrões, os abalroamentos de todos os dias e de todas as horas, em plena cidade”.⁵⁹⁸ Retirar tal proibição do esquecimento foi o que acabou acontecendo.

Conforme o novo código, estava vetado “conservar ou descarregar” nos passeios objetos, mercadorias ou materiais, sob pena de multa (art. 381). Além disso, eram reiteradas as antigas regras: “Art. 382 – É proibido o trânsito pelos passeios aos carregadores e mercadores ambulantes. Penas: Multa de 10\$000 e prisão por 24 horas”.⁵⁹⁹ Ao que parece, pelo menos durante um tempo, tal postura foi efetivamente exigida pela polícia, como revela a situação de José de Araújo, carregador, que “passava calmamente conduzindo uma caixa por cima de uma calçada” quando foi repreendido. A resposta do carregador foi ríspida: “Simporte [sic] com a sua vida e deixe-me ganhar meu dinheiro”. A fala não agradou o guarda, que conduziu o carregador para a delegacia.⁶⁰⁰ A cobrança efetuada pelo agente da ordem poderia ser malvista, posto que atrapalhasse o ganha-pão de alguns trabalhadores.

⁵⁹⁶ FORTALEZA. CÓDIGO MUNICIPAL. *op. cit.* p. 105 – 106.

⁵⁹⁷ “Queixas do Povo”. *O Ceará*, Fortaleza, 12 jan. 1929, p. 9.

⁵⁹⁸ “Queixas do Povo”. *O Ceará*, Fortaleza, 18 jan. 1929, p. 5.

⁵⁹⁹ FORTALEZA. CÓDIGO MUNICIPAL. *op. cit.* p. 97.

⁶⁰⁰ “Crônica da Cidade”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 1 abr. 1932, p. 6.

O mesmo poderia acontecer com qualquer trabalhador ou trabalhadora, inclusive com aquelas que conduzissem cestos ou tabuleiros. Uma forma de crítica a tal determinação nos chega através de versos musicados:

Não se pode mais andar	Quando ela vem
Com a cesta pela calçada (bis)	Do mercado e na calçada
Pois a polícia quer ver por querer	O guarda chama a atenção
Toda gente da terra civilizada	E fica toda amuada
Pois se é assim	Sai resmungando
Causou descontentamento	Dando grito, dando esturro
A mulata já não quer	A calçada é para gente
Andar pelo calçamento	Calçamento é só pra burro. ⁶⁰¹

Existia um descompasso entre as iniciativas civilizadoras e a realidade de parte da população, ou, podemos dizer, uma inadequação de normas rígidas às práticas diárias dos ocupantes das ruas. Se a calçada era destinada aos pedestres, verificamos, no mínimo, um incômodo com a exigência de que esses deveriam caminhar pelo calçamento, a parte da via designada aos veículos e aos animais, que também estavam sendo banidos. Talvez até a aplicação da postura fosse percebida como humilhante. O que para autoridades e agentes responsáveis era ordem, para os trabalhadores era desordem.

Independente das inúmeras regras e da vigilância, havia outros tantos comportamentos que, pelo menos por parte da imprensa e das autoridades, não condiziam com o padrão urbano idealizado. Tratando do tema, o *Correio do Ceará* comentava o que considerou uma “louvável campanha da polícia de costumes”, destinada a findar “com certos hábitos provincianos e ridículos uns, inconvenientes e imoraes outros”. No primeiro caso, destacava-se uma “ativa repressão à garotada sem educação que perturba o trânsito e o sossego público, jogando *football*, fazendo algazarra e correndo pelas ruas”. No segundo caso estaria uma atenção maior para “a desenvoltura das creadas de servir, em palestra com os namorados pelas esquinas”, isso especialmente nos “lugares de pouca luz, nas ruas mais centrais de Fortaleza”. Acompanhando o resultado de uma ronda policial, o jornal divulga o nome de diversas empregadas/criadas, 16 no total, que foram levadas à delegacia:

Temos em nosso poder os nomes de todas as pessoas que estavam em idílio com as referidas caboclas e que também foram levados à polícia. Deixamos, por hora, de dar publicidade à lista. Entretanto, em caso de reincidência, o faremos, a fim de fazer cessar o abuso que vem envergonhando as nossas famílias [...]
Também temos o nome dos patrões de todas elas, com o nome da rua e o número da casa onde são empregadas.⁶⁰²

⁶⁰¹ “Crônica da Cidade”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 4 jan. 1932, p. 6.

⁶⁰² “As louváveis campanhas da polícia de costumes.” *Correio do Ceará*, Fortaleza, 27 jul. 1931, p. 7.

Entre os atores das ruas, a garotada a aproveitava como local de diversão e as empregadas domésticas, longe dos seus afazeres diários, para encontros amorosos. Se não houve qualquer pudor em citar os nomes das “creadas”, o mesmo não se aplicou aos rapazes que as acompanhavam, poupados que foram de maior exposição, pelo menos no primeiro momento. O texto parecia indicar que nos pontos de pouca luz a moral cambaleia e, de forma muito curiosa, chamava à ordem os padrões das jovens, que deveriam fazer uso de sua autoridade e coibir o comportamento de suas criadas no lar e fora dele. Em ambos os casos, uma vez no espaço público, eram assunto de polícia.

Um caminho para se desvelar essas tensões surge através de um conjunto específico de registros na imprensa: as colunas policiais. Vasculhando periódicos das primeiras décadas do século XX, facilmente localizamos este gênero de produção jornalística. Os periódicos *A Tribuna* e *O Ceará*, nos anos 1920, mesmo possuindo tendências políticas diferentes, abrigaram colunas com mesmo nome: “Na polícia e nas ruas”. Nos anos 1930, o jornal *A Rua* adotou a mesma nomenclatura. No entanto, o exemplo mais longo e paradigmático foi o do *Correio do Ceará*. Sua coluna “Crônica da Cidade” foi presença constante em suas páginas de meados da década de 1920 até meados da década de 1930. O nome adotado nos remete à crônica como gênero literário. Evidentemente, não estamos sugerindo uma associação direta, mas a existência de similaridades e pontos de contato, mesmo que em alguns aspectos só de forma tangencial.

A crônica, argumenta Antonio Candido, costuma ser considerada um “gênero menor”, mas isso em nada diminui o seu brilho, pois, ao adotar uma forma mais livre e leve, como se tratasse de temas de somenos importância, ela se aproximaria facilmente do cotidiano, se ajustando à sensibilidade dos leitores. Sem se preocupar com uma escrita monumental, a crônica privilegia “o miúdo”, destrinchando seu valor, quase sempre recorrendo ao humor. Possuindo característica efêmera, ligada ao episódico, sua perspectiva dominante é a dos que escrevem ao “rés-do-chão”. Embora a crônica tenha assumido um ar de despreocupação, com o fito de divertir, poderia levar longe, na singeleza do texto, elementos de crítica social e de estímulo à reflexão.⁶⁰³ Sem grandes pretensões, já que a princípio não é produzida para durar, a crônica pode ser considerada filha do jornal e do folhetim.⁶⁰⁴

⁶⁰³ CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio (org.). **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.

⁶⁰⁴ A origem da crônica pode ser conectada às mudanças operadas na imprensa e sua ligação com a literatura. Na França das primeiras décadas do século XIX, surgia o *feuilleton*, originalmente um espaço, normalmente no rodapé da página, dedicado a temas diversos, ditos frívolos ou de menor relevância. Sendo um espaço aberto, recebia contribuições de literatos, que publicavam romances em fatias; temos, então, o romance em folhetim.

Sidney Chalhoub, Margarida Neves e Leonardo Pereira parecem concordar com Antonio Candido quanto ao apego da crônica aos pequenos acontecimentos, aos assuntos do dia, o que se adapta à produção diária dos jornais e pode garantir o interesse do público leitor. Os autores insistem em algumas características fundamentais: a) entender a crônica como um gênero dialógico, no qual se estabelece uma cumplicidade entre autor (ou autores) e público, envolvendo códigos compartilhados, possíveis reações e até colaborações dos leitores; b) a realidade entendida tanto como “matéria-prima” quanto “horizonte de intervenção”, ou seja, os cronistas dependem dos imponderáveis acontecimentos cotidianos, que lhes fornecem temas e problemas, mas também buscam interagir com o mundo, analisando, qualificando e transformando o real, possuindo a crônica um caráter de intervenção social.⁶⁰⁵

Estamos falando, evidentemente, de um momento no qual a grande imprensa já se constituía como uma empresa, com forte interesse comercial.⁶⁰⁶ As inovações técnicas favoreceram o aumento das tiragens, com um relativo barateamento dos custos do impresso, e o uso de imagens (fotografias, charges, etc.). Nas cidades, um público letrado mais significativo se tornava um mercado a ser disputado. Na grande imprensa, “onde se mesclam interesses políticos e lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis”.⁶⁰⁷

A coluna “crônica da cidade”, do *Correio do Ceará*, mantém com o gênero literário esse apego ao pormenor, catado aqui e ali a partir dos acontecimentos e incidentes miúdos da vida cotidiana, privilegiando, no caso, o desvio e o delito, seguindo as pegadas de modelos exitosos na imprensa de outras partes do país que, desde os anos de 1910, mas principalmente na década seguinte, dedicavam grande espaço para matérias ditas “sensacionais”.⁶⁰⁸

As crônicas captavam, pelo olhar do repórter e da linha editorial do jornal, um pouco da experiência viva e palpável das ruas. Exercitando a arte de “converter os

Como um chamariz para o público leitor, o *feuilleton*, portanto, vai se especializando. O modelo é abraçado pela imprensa brasileira e a popularidade do gênero se torna inequívoca. E como diversos dos grandes escritores da época atuavam na imprensa, muitos romances foram assim publicados, de forma seriada, mas também textos mais curtos que serviam para experimentação narrativa, no qual se comentava o que acontecia pela cidade, dando origem à crônica, uma mescla de jornalismo e literatura. Cf. MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In: CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, p. 93 – 133; SANTOS, Jeana Laura da Cunha. Do folhetim à crônica: gêneros fronteirços entre o livro e o jornal. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano 6, n. 1, p. 11-22, 2009. Jeane Laura Santos recupera o debate que sugere a precedência inglesa em relação à França quanto a origem do romance seriado.

⁶⁰⁵ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo (org.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 9-20.

⁶⁰⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, p. 275.

⁶⁰⁷ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 15.

⁶⁰⁸ Cf. BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007. Cap. 2.

acontecimentos do dia em matérias jornalísticas”, os repórteres mantiveram contato estreito com a polícia. Era a partir dos registros policiais cotidianos que eram elaboradas a maioria das crônicas: “Converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio do manejo de imagens padronizadas, clichês, ‘ângulos’, ‘pontos de vista’ e enredos”.⁶⁰⁹ A tendência para a estereotipagem e para a estigmatização era forte.

Podemos vislumbrar um intento moralizador nos textos. Citar a quebra da norma, mencionando o sujeito ou sujeitos do delito, é uma forma de condenação. Mas o tom predominante é outro: o teor dos enredos construídos, na maioria das crônicas, é irônico, satírico. Os desvios e desviantes são convertidos, em diversas oportunidades, em personagens e episódios pitorescos. Os acontecimentos são narrativizados de forma a gerar um efeito anedótico. É claro que não é sempre assim e mesmo a ironia pretendida não se fastia da condenação moral. Em determinadas ocasiões, claro, a jocosidade é afastada em nome da reprovação aos desviantes e como um alerta para os demais.

Durante um bom tempo a coluna era identificada unicamente com o nome. Em 1928, por outro lado, já é comum o uso de imagens conferindo destaque e marcando claramente o espaço desfrutado pelas crônicas no jornal. A regularidade de publicação revela que tais registros ganharam o gosto dos leitores. Havia curiosidade ou, talvez, fascínio. Em várias oportunidades se reproduziam versos e canções, como já vimos, e até mesmo o modo de falar, colorindo o relato.

Figura 13 – Cabeçalho da coluna Crônica da Cidade



Fonte: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 12 jul. 1928, p. 4.

Ébrios, gatunos, brigões, cantadores de serenatas e prostitutas são os personagens mais comuns de forma geral. Com o tempo, as jogatinas e os acidentes de trânsito também figuram nas crônicas. Os larápios são muitas vezes identificados com a expressão jocosa

⁶⁰⁹ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 71 e 83.

“amigos do alheio”. Já os consumidores contumazes de bebidas alcoólicas são “amigos de Baco”. As prostitutas recebem epítetos variados, como marafonas, mundanas, “abelhas”, ou o nada lisonjeiro “horizontais”. As casas de prostituição, por sua vez, eram as “colméias”.

Nas crônicas, desfilam tantos *personagens* e situações que levaríamos muitas páginas para esmiuçar conteúdos e formas, o que não é exatamente nosso objetivo. É como se a partir de casos particulares fossem exemplificados tipos mais gerais, arquétipos, que representavam o avesso da ordem.

Encontramos indivíduos como Avelino, “o vigarista”, sempre “insinuante e engenhoso” para convencer e enganar os incautos;⁶¹⁰ ou o “Pé de Anjo”, cujo apelido indicava a habilidade para penetrar nos quintais sem ser percebido e afanar o que lá encontrasse;⁶¹¹ e ainda ébrios, como Granjeiro, um “typo das ruas”: “A rua é sua vida, é o seu encanto, é o seu aplauso e a sua graça diária do amanhecer ao anoitecer, de quando em vez, bebericando, aqui, ali e acolá”.⁶¹² Granjeiro reunia duas qualidades negativas: a vadiagem e a embriaguez.

Havia também um tipo de “quadrilha”, mas não de “amigos do alheio e sim de amigos das farras, da viola e do cumbe [cachaça]”, conhecidos “desordeiros e serenatistas”, especialmente atuantes nos arrabaldes, que por serem afastados do “centro da cidade” ficavam mais facilmente “longe das vistas das autoridade policiais”.⁶¹³

Unindo o hábito etílico a uma propensão para poesia estavam o “Motoleu”, apelido de Sebastião Alves Batista, um poeta das ruas, e Ventura, “o homem das aventuras”. O primeiro, com “versos a cantar aos quatro cantos”, foi para no xadrez ao escolher os bancos da Praça Pedro II para suas declamações animadas pelo álcool.⁶¹⁴ O segundo, da mesma maneira, foi levado para a delegacia e no seu bolso alguns versos: “Devo a bodega, a família e ao doutor / Tenho a vida de dívidas crivada / Devo tudo, almofada, cobertor / Chapéu, luz, roupa lavada / Até meu terno velho já sem cor / Estou devendo ao galego camarada”.⁶¹⁵

Os “Don Juans” figuravam aqui e ali. Um deles era o Tavares, “almofadinha metido a poeta”, frequentador assíduo dos cafés da cidade, cuja única habilidade seria arranjar “namoradas”. Tavares foi parar nas crônicas quando uma de suas últimas investidas, a jovem Adelinha, o botou para correr sob ameaça de um “cabo de vassoura”, sob o olhar atento de um

⁶¹⁰ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 9 fev. 1927, p. 5.

⁶¹¹ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 10 mar. 1927, p. 4.

⁶¹² “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 9 jul. 1931, p. 6.

⁶¹³ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 nov. 1930, p. 7.

⁶¹⁴ Os ditos versos: “Não te lamentos / O mundo é mesmo assim / Chora que eu já chorei / E tu zombaste de mim / Amei e não venci / Outro não amou, venceu / Protegido da sorte / Foi mais feliz do que eu”. “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 17 set. 1931, p. 4.

⁶¹⁵ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 17 jun. 1932, p. 6.

guarda próximo.⁶¹⁶ Enquanto alerta quanto a determinados ‘tipos’ de hábitos dissolutos, isso valia para ambos os sexos, como no caso da jovem Mariquinhas, apelido de Maria José Freire, que não perdia um samba, “desde as Cambirimbas ao Meireles e da Marinha ao Cocó”. Não haveria “engraxate, condutor de bonde, *chauffeur*, ou mesmo soldado, não falando dos famosos almofadinhas, que não conheça a garota”. Mariquinhas teria “uma infinidade de namorados [...] fosse quem fosse, preto, branco, caboclo, etc.”.⁶¹⁷ Pouco depois, ficava-se sabendo de uma jovem que havia sofrido um aborto e sido levada para a Santa Casa: “Era a infeliz Mariquinhas, aquela criatura que não perdia forrós...”.⁶¹⁸ A situação dramática funcionava como exemplo didático de destino trágico, fruto de escolhas erradas.

Tratando das “mulheres de vida fácil”, uma crônica citava que as “abelhas da Duque de Caxias vivem a dar trabalho”. No episódio mais recente, as “abelhas mestras” estavam realizando uma festa, com a tradicional “bebedeira”, seguida de “ciumadas” e cenas de “desregramento”, situação julgada vexatória para as “famílias da circunvizinhança”. Uma grande confusão, um “charivari”, como foi registrado, levou uma das “mestras”, Maria de Lourdes, para a delegacia.⁶¹⁹ Não era a primeira e nem seria a última vez que o *boulevard* Duque de Caxias, uma das vias mais importantes da cidade, apareceria nas crônicas. Ao que tudo indica, lá estavam situadas diversas “colméias”, tornando-se um desses “lugares de enclave”, verdadeiros antros encravados na zona urbana.⁶²⁰

Até brigas de casais poderiam fornecer material para as crônicas, especialmente se o caso tivesse algo “a mais”, como aconteceu quando o Sr. Canuto, afeito ao consumo de álcool, ouviu tremendas repreensões da esposa e respondeu emendando alguns versinhos: “Ai mulher! / Eu não posso mais sofrer / Vou cortar a tua língua / Dar para os cachorro comer! / Que mulher tão danada / Que mulher tão faladeira / Ela junta-se com as outras / Para ir na feiticeira”.⁶²¹ Os dois se atracaram e a polícia interveio.

O controle da “vagabundagem” diurna e noturna mobilizava a polícia e interessava aos repórteres, como no caso de seis “vadios” detidos à noite, que “bem poderiam ter ocupações e viver noutras condições”, como se anotou em clara reprovação moral. Todos foram liberados pela manhã. Curiosamente, ao final, se expõe que os seis talvez não fossem exatamente vadios já que “os cinco primeiros, quando Deus dá bom tempo, são engraxates; o

⁶¹⁶ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 12 jan. 1927, p. 4.

⁶¹⁷ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 jan. 1927, p. 5.

⁶¹⁸ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 26 jan. 1927, p. 3.

⁶¹⁹ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 9 jul. 1931, p. 6.

⁶²⁰ PESAVENTO, Sandra. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 28.

⁶²¹ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 17 jan. 1927, p. 5.

último, barbeiro”.⁶²² O caso revela que existiam transições e o “trabalhador” poderia, sob determinadas circunstâncias, se tornar o “vadio”, o “ébrio” ou o “desordeiro”.

É digno de nota que nem toda transgressão ou desvio era crime e nem todo caso de prisão implicava abertura de um inquérito e, muito menos, de um processo criminal. Na maioria dos casos, o infrator era liberado no dia seguinte. Ao lado das atividades de detecção e prisão em casos de crimes graves, a polícia atuava em sentido mais amplo, de normatização e vigilância sobre o cotidiano, na instituição de uma nova e moderna ordem urbana, com destaque para o que eram considerados hábitos incômodos ou indecorosos, de forma muito semelhante ao que identificou Boris Fausto para São Paulo. Segundo o autor, a defasagem entre o número de pessoas detidas e o número de processos abertos revela o papel de “controle social” exercido pela polícia, que dedicava atenção a tudo que fosse considerado uma ameaça ao bem viver, especialmente as contravenções como vadiagem, embriaguez e desordem.⁶²³

De uma forma ou de outra, longe de exhibir o espetáculo de civilidade pretendido pela elite burguesa, o espaço público exibia um cenário ambíguo, onde a desordem insistia em reaparecer. A cidade continuava marcada e manchada pela presença de uma série de sujeitos e práticas, especialmente no domínio público, que representavam uma alteridade incômoda. Eram, em primeiro lugar, ladrões, bêbados, vagabundos, desordeiros e prostitutas que representavam a antítese da ordem. Se o primeiro atentava contra a propriedade particular, o segundo demonstrava não saber aproveitar seu tempo livre de forma moralmente correta e sadia, enquanto o terceiro sequer poderia ser considerado um membro produtivo da sociedade. Aliás, era entendimento corrente que um vício facilmente poderia levar ao seguinte. O vadio era visto como um larápio em potencial e, da mesma forma, propenso ao uso do álcool. Além disso, era comum a associação entre embriaguez e desordem. A prostituta, por sua vez, ameaçava a integridade das famílias e comprometia a moral, devendo restringir suas atividades aos espaços internos e ao período noturno. Por questão de decoro, deveria evitar ser vista na rua à luz do dia, o que nem sempre era obedecido.

Em termos gerais, o desperdício do tempo associava-se à ocupação inútil das ruas e o que era verdade para as zonas urbana e central seria ainda mais verdadeiro para as periferias. Mas até aqui ainda não enveredamos para os momentos de sociabilidade e diversão da classe trabalhadora, que será assunto do tópico seguinte.

⁶²² “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 25 jul. 1931, p. 5.

⁶²³ FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Cap. 1.

4.4 Sociabilidade e lazer

A vida da população trabalhadora é mais do que só trabalhar, ainda que o âmbito da produção, das atividades necessárias para a sobrevivência, seja fundamental em inúmeros sentidos, inclusive na qualidade de elemento central de identificação e reconhecimento social. Mas o cotidiano não pode ser apenas isso, ou melhor, pode ser algo além disso. Se a vida é materialmente difícil e insegura, é importante aproveitá-la de forma alegre sempre que possível. “Uma vida cheia e feliz”,⁶²⁴ em habilidosa expressão de Richard Hoggart, precisa incluir um conjunto de situações e relações que permitam desfrutar de períodos de descanso, talvez até de puro ócio, de atividades que envolvam calor humano em momentos descontraídos, de atividades lúdicas, de festividades, do lazer, enfim. Os usos do tempo livre, para além das obrigações diárias, ou até nos interstícios da jornada de trabalho, são múltiplos.

O que o trabalhador fazia fora do tempo de trabalho e fora das associações, ao que parece, interessou muito pouco à Legião. Evidentemente que, ao reiterar a imagem do trabalhador sóbrio, honrado e morigerado, poderíamos supor que ficava subentendida a adoção de padrões de conduta, no cotidiano e nas formas de se divertir, fundamentada em costumes moralmente aceitáveis, preferencialmente familiares, e opções de lazer ordeiras, distantes de tudo que pudesse ser considerado imoral ou degradante.

A reflexão de Eric Hobsbawm sobre a formação da cultura da classe operária britânica entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX se mostra inspiradora. De forma bastante esquemática, podemos dizer que, para Hobsbawm, as transformações econômicas e sociais da época favoreceram uma homogeneidade do proletariado inglês, que associado ao relativo isolamento geográfico da residência operária colaborou para a formação de hábitos e práticas comuns, permitindo falar de um todo coerente e até coeso, com alto grau de estabilização ao longo do tempo em escala nacional, materializado em formas de vestuário, de habitação, de alimentação e de lazer, além das sólidas relações de reciprocidade típicas da classe trabalhadora, tudo isso sem necessariamente ocorrer o apagamento de aspectos culturais regionais e locais.⁶²⁵

Poderíamos falar de padrões coesos para a cultura dos trabalhadores de Fortaleza semelhantes aos que analisou Eric Hobsbawm para a classe trabalhadora inglesa

⁶²⁴ HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura:** aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 159. v. 1.

⁶²⁵ Cf. HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre a história operária. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. Especialmente os capítulos “A formação da cultura da classe operária britânica” e “O fazer-se da classe operária, 1870 – 1914”.

“tradicional”? À primeira vista, pelas enormes diferenças econômicas, sociais e culturais que separam as duas realidades, a resposta seria negativa, mas o exame minucioso da documentação, especialmente através da imprensa, da literatura e até de processos criminais, parece permitir a identificação de um conjunto de costumes, formas de interação e de diversão comuns para a época, o que indica a classe trabalhadora não como um grupo apartado, mas imerso em uma “cultura popular” mais ampla, passível de comparação, apontando semelhanças com trabalhadores de outras cidades do país.

O cotidiano pode ser pensado de forma diferenciada. Não se trata de imaginar a simples repetição de hábitos e costumes herdados e irrefletidos, automatizados e despolitizados. Muito mais interessante pensar o cotidiano como unificador entre as condições de vida e a elaboração de um modo de vida. As condições de vida se referem, prioritariamente, aos condicionamentos e pressões materiais que impactam e até certo ponto constroem a situação vivenciada pela classe trabalhadora. O modo de vida, por outro lado, reforça o potencial criativo em termos de hábitos e rotinas definidos e transformados coletivamente. As condições de vida aparecem como estruturas difíceis de superar e que as pessoas precisam aprender a suportar ou enfrentar de alguma maneira. O modo de vida envolve as sociabilidades, as formas de agregação, os elementos comuns que unem de forma prática e simbólica as pessoas que vivenciam determinadas condições. As duas dimensões são inseparáveis, e o cotidiano é um *locus* fundamental de observação dessa conexão.

Iniciaremos pensando o cotidiano no horizonte mais próximo da vida proletária: o bairro, as relações de vizinhança, as pequenas formas de agregação e a importância dos botequins e pequenos comércios. Em seguida, indagamos se é possível falar de uma atuação da Legião Cearense do Trabalho no campo das sociabilidades, do cotidiano e do lazer operário, especialmente pelo contraste com iniciativas postas em ação pelos governos autoritários da época. Por fim, conferimos atenção especial para as festividades.

4.4.1 Vizinhança, sociabilidade e algumas formas de diversão

Richard Hoggart sugere que a vida da classe trabalhadora, observada atentamente, possui um forte sentido “do pessoal, do concreto, do local”.⁶²⁶ Nada mais próximo disso que o bairro, portanto. Embora o conjunto da cidade possa ser entendido como fundamental na vida

⁶²⁶ HOGGART, Richard. *op. cit.*, p. 41.

operária, o espaço do “bairro” é aquele da intimidade, do conhecimento mútuo (em oposição ao anonimato), do informal e da mutualidade, como analisou Antoine Prost:

O bairro se define subjetivamente, para seu morador, pelo conjunto dos itinerários percorridos a partir de sua casa. Percorridos a pé, naturalmente, pois a área do bairro é a do pedestre [...] O espaço concreto do bairro ou da vila é um espaço aberto a todos, regido por regras coletivas, mas que tem como ‘foco’, no sentido óptico, um lugar fechado, um lar. [...]

Esse espaço é o lugar do conhecimento mútuo: cada qual é conhecido num certo número de particularidades de sua vida privada por pessoas que não são parentes nem amigas, e que no entanto não são estranhas – os vizinhos. A proximidade espacial cria um conhecimento mútuo pelo menos aproximativo: quem não é conhecido parece intruso.⁶²⁷

Sendo o bairro um espaço fronteiro entre o pessoal/privado e o impessoal/público, chama atenção a densa teia de relacionamentos calcada na vizinhança, a pouca privacidade, o uso de espaços comuns da localidade, a importância dos botequins e pequenos comércios, além dos jogos e serenatas.

A intensa aglomeração e a mesquinhez das habitações, na maioria dos casos de paredes contíguas, pouco favorecia em termos de privacidade. Nas conversas, claro, um pouco da vida dos outros ganhava sempre destaque: “A vizinhança é simultaneamente cúmplice e hostil”, anotou Michelle Perrot.⁶²⁸ As bisbilhotices, os mexericos e as fofocas da vida alheia compunham a pauta do tribunal da vizinhança.

No romance *Morro do Moinho*, as visitas da jovem Liquinha à residência de dona Quinó, diziam “as más línguas”, era menos pelas guloseimas e mais pelo interesse em Janú. Pouco importava a longa amizade entre as duas famílias, pois isso não influía “na balança maliciosa da vizinhança”. Mas os comentários eram devidamente devolvidos. Liquinha, com “olhos irônicos”, adorava acompanhar o pequeno espetáculo dos moradores que se dirigiam à missa na capela de Santa Teresinha. O que lhe interessava eram os detalhes dos olhares furtivos, dos “colóquios amorosos” e das “atitudes disfarçadas” de namorados que fingiam ser apenas “simples conhecidos”, pois ela, “como todo o bairro, sabia a história verdadeira de cada um”.⁶²⁹ As “rodinhas” formadas nas calçadas ao início da noite funcionavam como oportunidade extra para se comentar e avaliar os últimos incidentes: os novos casais, os

⁶²⁷ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado: transições e interferências. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (org.). **História da vida privada, 5:** da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 100.

⁶²⁸ PERROT, Michelle. Figuras e papeis. In: PERROT, Michelle. *op. cit.*, p. 159.

⁶²⁹ D’ALVAREZ, Martins. *op. cit.*, p. 91 e 96.

nascimentos, os falecimentos, as brigas, as separações... A frente da casa de Liquinha concentrava tais momentos, o que Janú apelidou de “pelourinho do bairro”.⁶³⁰

O olhar da vizinhança variava e oscilava entre a reprovação, a tolerância e a indulgência. Mas não se trata de pura maledicência quanto à vida do outro. Existem códigos de conduta que cada um deve (ou tenta) seguir de forma a obter a estima dos demais. Esse conjunto de regras de convívio se mostra fundamental no cotidiano. Pierre Mayol entende tais problemáticas como códigos de *conveniência*.⁶³¹ O comportamento que convém é aquele que segue de forma mais próxima possível o que é bem aceito pela maioria, evitando ao máximo o que possa ser julgado acintoso, escandaloso ou imoral; pode ser entendido como fórmula de compromisso no trato interpessoal. O resultado esperado é ser bem-visto, ser reconhecido e auferir gentilezas e benefícios, que em determinados casos, como o dos que desenvolvem laços firmes de amizade, incluem pequenos auxílios e convites para ocasiões especiais, como refeições em comum e pequenas festas.

Entre os locais de uso compartilhado estavam os lavadouros e as fontes de água. Os arrabaldes, longe de receber água encanada, dependiam de métodos mais tradicionais, como recorrer às cacimbas e poços. O mencionado “Cortiço”, visto pelos repórteres do *Correio do Ceará*, era abastecido por um poço próximo. No romance *Ponta de Rua*, o “cacimbão” da “Praça Três Corações” era a principal fonte de água dos moradores e quando José Clementino pretendeu aterrjá-lo, a comunidade se ergueu em fúria.

Os estabelecimentos comerciais, especialmente os botequins e tavernas, eram espaços de lazer (majoritariamente masculinos) comuns em toda cidade, especialmente nos subúrbios. Foi na bodega “Estrela D’Alva” que ocorreu o crime que abre o romance *Ponta de Rua*. O crime regado a álcool e motivado por uma disputa amorosa parece compor um estereótipo comum das classes subalternas pelo olhar dos setores de maior poder aquisitivo: os pobres possuíam uma vida desregrada, de relacionamentos promíscuos, consumidores vorazes de bebidas alcoólicas e potencialmente violentos. A bodega seria o palco no qual tudo isso se amplificava, podendo ser considerado um mau-lugar. É bom que se diga que tal imagem estereotipada é desconstruída ao longo do romance.

Os botequins/bodegas eram particularmente frequentados após o trabalho, ou mesmo nos interstícios do tempo de trabalho. Reunindo pessoas de procedência diversa, passavam a ser vigiados. Desde o início da República, ou até antes, a reunião de certos

⁶³⁰ *Id. Ibidem*, p. 141.

⁶³¹ MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; MAYOL, Pierre; GIARD, Luce. **A Invenção do Cotidiano**. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 46-69.

grupos, especialmente em estabelecimentos comerciais, era algo suspeito e até proibido: “Art. 129 – São proibidos os ajuntamentos de menores, filhos-família, criados, ociosos ou mendigos nas tavernas, mercearias ou mesmo nas esquinas ou calçadas”.⁶³²

Sidney Chalhoub argumentou sobre o caráter central do botequim no cotidiano popular carioca, como “centro aglutinador e difusor de informações”, podendo ser entendido como um notável “observatório popular”.⁶³³ Facilmente podemos indicar característica similar para Fortaleza. Edigar de Alencar, por exemplo, lembra das antigas bodegas como ponto “de convergência e referência e reduto de importância acima das rotineiras e modestas atividades mercantis”, funcionando como grande “catalisador e divulgador dos acontecimentos”. Nesses espaços, “seresteiros” costumavam aprimorar canções e versos, entremeados de debates e goles de bebidas: “Não eram raros os cantadores e violeiros que apareciam e sentavam à porta da bodega para os seus improvisos e para cantar ou contar estórias rimadas do sertão”. Em resumo, argumenta, as bodegas “Eram verdadeiros fortins da vida do povo”.⁶³⁴ No espaço da cidade, os cafés, as bodegas e as mercearias cumpriam um importante papel denexo social.

Dentro desse microcosmo das relações de vizinhança, o pequeno comerciante do bairro desfrutava de uma posição de destaque. Voltando ao caso de uma visita dos redatores do *Correio do Ceará* ao “Cortiço” situado no bairro Benfica, os repórteres, ao questionarem onde poderiam encontrar a pessoa que procuravam, teriam recebido como resposta de um morador: “Vá aquela mercearia do ‘seu Chaves’ [...] Se ele não souber ninguém poderá informar”.⁶³⁵ O comerciante conhece quase todos, sabe um pouco da vida de cada um, está em posição privilegiada na rede informacional do local.

Além de beber e conversar, nos botequins também se jogava, ou pelo menos era o que se fazia nos arrabaldes aos domingos, como um conjunto de matérias do *Correio do Ceará* captou. Visitando “parte da população litorânea” da Praia de Iracema, os repórteres diziam ter observado que os moradores passavam seu domingo jogando em pequenos grupos. Cartas e dominó eram as opções, isso tanto nas pequenas residências quanto nas bodegas. Em alguns casos, mediante apostas de valores módicos para animar a partida. Caminhando um pouco mais, em direção à Alfândega, encontraram um grupo dedicado ao “*foot-ball*”.⁶³⁶

O mesmo cenário parecia se repetir, uma semana depois, no Arraial Moura Brasil. Logo no início, uma pequena “venda” com uma placa que dizia: “Congo dos Navegantes.

⁶³² “Código de Posturas”. **A República**, Fortaleza, 28 nov. 1893, p. 3.

⁶³³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 312.

⁶³⁴ ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e de anteontem**. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980, p. 77 - 83.

⁶³⁵ “A vida nos bairros pobres”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 7 out. 1931, p. 7.

⁶³⁶ “Domingo, pelos arrabaldes”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 4 jun. 1930, p. 7.

Panelada todos os sábados”. Caminhando mais um pouco, outras tantas “bodegas” e os primeiros “joguinhos de baralho”. Continuando, após passar por um beco, ouviram tocar um gramofone e, na porta de uma casa, “outro baralhinho pra divertir”. Mulheres fumando cachimbos e um “sujeito dedilhando o violão” compunham o cenário.⁶³⁷

No bairro São Gerardo, ao final da linha de bonde, com o destaque de uma via “larga e limpa, a perder de vista” (hoje Avenida Bezerra de Menezes), marcando paisagem “de um bucolismo encantador”, os repórteres afirmam ter encontrado uma bodega, com a satírica placa que dizia “Fiado só amanhã”, e diversos grupos de “*footballers*”.⁶³⁸

No Outeiro, pelo menos à primeira vista, o contraste se dá pela presença de maior número de chácaras de alguns ricos proprietários da cidade, ao lado de alguns becos e ruelas habitados por pessoas mais simples. O arremate é curioso: “Isso é que é pedaço de terra bom pra se morar. Ninguém joga baralho, *football*, dominó [...] ninguém toca violão, nem cavaquinho, nem pife, nem harmônica; ninguém canta. É um povo privilegiado este. Também não vimos nada, como os senhores estão vendo”.⁶³⁹

A prática de jogos era recorrente, não se confundindo, apesar de envolver eventualmente pequenas apostas, com os jogos de azar tão combatidos pela polícia e pela imprensa. A música poderia estar presente, com violas e cantorias. As bodegas, por outro lado, eram quase onipresentes.

Parece ser inequívoca a popularização do futebol. Em 1921, o jornal *A Tribuna* afirmava que “o divertimento” havia se tornado “o *sport* por excelência da mocidade”.⁶⁴⁰ Ao que se sabe, as primeiras partidas do esporte bretão em terra cearense ocorreram no início do século XX (1903/1904), possivelmente pela influência de marinheiros e/ou viajantes ingleses. O terceiro plano do Passeio Público foi o espaço dessas primeiras pejeas, reunindo estrangeiros e nacionais, atraindo um crescente público de curiosos. Rapidamente, a prática foi sendo abraçada por membros da elite local e por segmentos populares. Enquanto crianças adotavam as ruas como locais para o jogo, opção veementemente condenada pela imprensa, times compostos por integrantes da elite, de escolas e da Faculdade de Direito eram formados, realizando disputas entre si. Times populares também estavam sendo constituídos nas

⁶³⁷ “Domingo, pelos arrabaldes”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 9 jun. 1930, p. 2.

⁶³⁸ “Domingo, pelos arrabaldes”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 16 jul. 1930, p. 3.

⁶³⁹ “Domingo, pelos arrabaldes”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 22 jul. 1930, p. 7.

⁶⁴⁰ “Na polícia e nas ruas”. **A Tribuna**, Fortaleza, 1 mar. 1921, p. 3.

periferias. A imprensa, por sua vez, passou a dedicar espaço para o jogo, atraindo leitores entre os entusiastas do esporte e fomentando novos torcedores.⁶⁴¹

No Pirambu, em 1932, um “jogo de *football*” reunia “dois clubes locais” que se enfrentavam de forma acirrada: “A vitória era uma questão de honra, e todos disputavam com perfeita lealdade”. O clima mudou quando um dos contendores puxou uma faca, sendo desarmado e conduzido à delegacia por um guarda.⁶⁴² No Alto da Balança, o atrito resultou na abertura de um processo criminal contra Francisco Hollanda, 20 anos, solteiro, jornalista, analfabeto e residente no local, que teria arremessado uma pedra, ferindo Ozeas Alves da Silva. O caso aconteceu “por exaltação em um encontro de *football*”. A vítima, Ozeas, fazia parte do time visitante, “São Cristovam”, composto por pessoas que residiam em outros locais da cidade, que enfrentava o time do Alto da Balança, chamado “Vingador”.⁶⁴³ A disputa atraía pessoas de vários arrabaldes. A constituição de times amadores era, portanto, bastante comum, tomando por base, principalmente, as relações de vizinhança.

Encontramos também a popularização do cinema. Otacílio de Azevedo, rememorando seus primeiros dias em Fortaleza, cita a frequência repetida aos “cinematógrafos”, que dispunham de acompanhamento musical por piano ou orquestra das imagens projetadas. As salas, apesar de situadas na zona central, nem sempre eram tão confortáveis ou acusticamente adequadas, mas ainda assim atraíam vultoso público.⁶⁴⁴ Como se percebe, diferente das práticas anteriores, era necessário recorrer às salas de exibição que, na esmagadora maioria, não ficavam, à época, nos próprios arrabaldes.

Montar uma sala de cinema era fonte de orgulho para as associações, sendo muito frequentadas por sujeitos de diversas procedências, homens e mulheres. *O Ceará* publicou, certa vez, uma carta de um assíduo leitor e apreciador da sétima arte, destinada ao Centro Artístico Cearense, destacando aspectos do cinema mantido pelo CAC. Dizia a carta que devido “a comodidade do preço das entradas”, a sala seria muito concorrida, “não mais se achando uma só cadeira desocupada meia hora antes de início da sessão”. O autor da missiva julgava que seria útil para todos a adoção de assentos numerados, findando a disputa de lugares que se repetia a cada exibição.⁶⁴⁵

⁶⁴¹ Cf. MAIA NETO, Vicente Moreira. **Futebol, imprensa e cidade: o processo de especialização da crônica esportiva em Fortaleza (1921 – 1930)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014; PINTO, Rodrigo Márcio. **Do Passeio Público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904 – 1945)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

⁶⁴² “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 4 abr. 1932, p. 1.

⁶⁴³ APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Ferimentos, Caixa 21, Processo Nº 1930/30.

⁶⁴⁴ AZEVEDO, Otacílio. *op. cit.*, p. 23 – 26.

⁶⁴⁵ “Com os dirigentes do cinema do Centro Artístico”. **O Ceará**, Fortaleza, 26 abr. 1929, p. 10.

Figura 14 – Cinema da Phenix Caixeiral, inaugurado em 1930



Fonte: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 3 jan. 1931, p. 1.

Os trabalhadores portuários, por exemplo, recorriam à sala de exibição mais próxima da área do porto: o cinema pertencente ao Círculo São José. Isso fica visível com o caso que citamos no capítulo anterior, quando um sócio do Sindicato dos Trabalhadores do Porto, chamado Octaviano, estava embriagado no local, sendo conduzido para casa por outros portuários que também estavam na sessão.⁶⁴⁶

As associações de trabalhadores, portanto, não estavam alheias ao lazer operário. Mas, e quanto à atuação da LCT? O acompanhamento das atividades da Legião permite afirmar um papel tímido nesse campo. Podemos dizer que se tratou da área de menor sucesso da Legião, mas seria ainda mais correto argumentar que quase nada foi realmente tentado.

Localizamos, de forma pontual, sugestões e convites para atividades que nada mais eram do que um acompanhamento das práticas realizadas pelas associações operárias. Em maio de 1933, por exemplo, era divulgado um “recital da artista brasileira Amélia Brandão”, com participação da “cantora regional Silene Nery”, no Teatro José de Alencar. Eram previstos “sambas, canções, marchas, etc.”.⁶⁴⁷ Em comemoração à vitória da greve, o Sindicato dos Sapateiros e a LCT promoveram um “animado Pic-nic”, partindo de Fortaleza rumo a Monte Alegre.⁶⁴⁸ Seguindo a tradição católica, as festas juninas ganharam atenção, ou, mais especificamente, as “festas joaninas” no dia de São João, realizadas na associação “24 de Junho”, data do santo. Os folguedos tiveram “feição acentuadamente familiar”:

⁶⁴⁶ Ata da sessão ordinária do STFP, 27 de abril de 1930.

⁶⁴⁷ *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 10, 6 maio 1933, p. 1.

⁶⁴⁸ “Pic-nic do Sindicato dos Sapateiros em Monte Alegre”. *Legionário*, ano I, n. 17, 24 jun 1933, p. 1.

Aqui, um grupo a cantar, ali, um cordão para animar a festa, acolá, uma roda a se divertir, vivendo [sic] a Legião.

O Bar estava frequentadíssimo: bolos, aluá, café, peixe assado, cerveja, etc.

Em meio da festa o companheiro Argemiro Carvalho realizou a sua propagada conferência sobre o sugestivo título *Lendas e Abusões!*

Um sucesso! Boas gargalhadas e franco entusiasmo. O conferencista ovacionadíssimo teve a sua consagração oratória.⁶⁴⁹

Comida e bebida, músicas e piadas, mas tudo com um caráter respeitável. Se alguma conclusão pode ser tirada deste breve episódio era que a Legião pretendia destacar uma forma de divertimento comedida, livre de tudo que pudesse ser considerado excessivo ou suspeito, como alta quantidade de bebida alcoólica e/ou algum tipo de confusão/desordem.

Os exemplos, portanto, podem ser contados nos dedos de uma única mão. Seria totalmente despropositado estabelecer qualquer associação, neste quesito, com ações de larguíssima envergadura postas em ação pelos regimes fascistas do entreguerras, que montaram vasta estrutura para modelar e controlar o lazer dos trabalhadores na tentativa de evitar a organização autônoma das formas de lazer.

Na Itália, durante o fascismo, a organização recreativa ficou a cargo da *Opera Nazionale Dopolavoro*, que cuidava da preparação e realização de competições esportivas, passeios aos domingos e excursões turísticas nos fins de semana, proporcionando também redução no preço das passagens dos trens e de espetáculos.⁶⁵⁰ A busca do consenso passava por alcançar o trabalhador em seu tempo livre.⁶⁵¹

Na Alemanha nazista, por sua vez, inspirada no exemplo italiano, a organização “Força pela Alegria” pretendia coordenar o tempo de lazer dos trabalhadores conforme os interesses da “comunidade nacional e racial”. O regime nazista se apoderou do aparato socialdemocrata existente (como pousadas e centros esportivos), o que forneceu à “Força pela Alegria” uma vultosa estrutura pronta para uso conforme os interesses do governo. Eram garantidas sessões de educação física e ginástica, aulas baratas de iatismo e tênis, além da exibição de peças teatrais, com conteúdos censurados e fiscalizados, evidentemente. O investimento no turismo foi o mais significativo, com viagens e excursões diversas, tanto por terra quanto por mar. Todo o investimento não deixou de guardar contradições e nem sempre alcançou os objetivos ideológicos pretendidos.⁶⁵²

⁶⁴⁹ “Festa Joanina”. **Legionário**, ano I, n. 18, 1 jul. 1933, p. 2.

⁶⁵⁰ TRENTO, Angelo. **Fascismo italiano**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993, p. 51.

⁶⁵¹ GAGLIARDI, Alessio. Controlar o tempo livre: a *Opera Nazionale Dopolavoro* na Itália Fascista. In: BRÊA, Maria Elizabeth; CARNEIRO, Maria Tucci (org.). **O controle dos corpos e das mentes: estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: USP, 2019.

⁶⁵² EVANS, Richard. **O Terceiro Reich no poder**. 3. ed. São Paulo: Planeta, 2016, p. 528-534.

Por parte da Legião, portanto, não encontramos uma perspectiva de intervenção na vida dos trabalhadores para além dos espaços do trabalho e do universo associativo. Dito de outra forma: as lideranças da LCT nunca aparentaram pretender alcançar algum tipo de controle real sobre as sociabilidades e o lazer dos trabalhadores em sua vida cotidiana.

Além das sociabilidades na vizinhança, da frequência aos botequins, dos jogos de dominó ou cartas, dos cinemas e do futebol, existiam várias festas que marcavam a vida dos trabalhadores, intercalando períodos de intenso trabalho e momentos festivos, maiores ou menores. Tais ocasiões quebravam a monotonia e eram aguardadas ansiosamente.

4.4.2 *Enfim, a festa*

Em 1929, um crime na madrugada exigiu a presença da polícia. O momento requeria atenção redobrada: noite de Carnaval. O local era suspeito: um bordel. A vítima era Clara Martins Chaves, 34 anos, também conhecida como “Dondon”, proprietária da “Pensão Dondon”, uma das muitas casas de meretrício da cidade. O acusado era Francisco Candido de Mesquita, 28 anos, terceiro sargento do 23º Batalhão de Caçadores. A referida pensão estava situada na Rua da Praia, depois rebatizada como Avenida Pessoa Anta, próxima ao porto.⁶⁵³

Esse caso é particularmente instrutivo. Condenada e tolerada, a prostituição era uma constante na cidade. As prostitutas poderiam habitar cômodos minúsculos, como tantos outros trabalhadores, ou poderiam viver em pensões maiores, “pensões alegres” ou “colméias”, como se dizia na imprensa. Se fosse possível manter todas as atividades com o máximo de discrição, tanto melhor. Mas nem sempre era assim. Em ambos os casos, poderiam representar um incômodo para a vizinhança, já que não estamos falando de zonas apartadas. A “Pensão Dondon” era quase uma exceção, posto que suas congêneres mais citadas na imprensa estavam encravadas na zona central, em ruas consideradas importantes.

A noite de Carnaval era especial. Esperava-se uma clientela maior e provável ampliação no consumo de cerveja. E foi esse o problema: o terceiro sargento bebeu e, ao receber a cobrança, contestou a conta. Clara Martins exigiu o pagamento e foi golpeada com um soco. O bordel, em seu faturamento, não dependia apenas do comércio do sexo e oferecia uma experiência mais ampla, com comida, bebida, música e danças, compondo o que podemos chamar de “cultura do bordel”, em expressão de Margareth Rago.⁶⁵⁴

⁶⁵³ APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Ferimentos, Caixa 17, Processo N° 1929/9.

⁶⁵⁴ RAGO, Margareth. **Prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 167.

Seis testemunhas foram arroladas no inquérito. Dois deles eram ligados ao comércio: Antônio Rocha, 26 anos, amazonense, casado, auxiliar do comércio, sabendo ler e escrever; e Clínio Porto de Mendonça, 25 anos, solteiro, comerciante, provavelmente dono do próprio negócio, sabendo ler e escrever. Outros dois não estavam lá como clientes, mas como integrantes da orquestra que animava a festividade: Júlio Carlos Sampaio, sapateiro, 30 anos, cearense, sabendo ler e escrever; e João Feliciano da Costa, também sapateiro, 19 anos, analfabeto. Os dois últimos também possuíam a mesma profissão: Ruy Costa, 22 anos, e Euclides Themotheo de Lima, 30 anos, ambos jornalistas.

Os dois homens ligados ao comércio desfrutavam a noite de carnaval, enquanto os dois sapateiros estavam em atividade remunerada, no caso, em algo diferente do ofício pelo qual eram identificados socialmente. Por fim, os dois últimos estavam à caça de notícias. Ruy Costa afirmou que, além da Pensão Dondon, visitou “muitas outras partes aonde se festejava o carnaval, a fim de colher notas para o seu jornal”. Euclides Themotheo, igualmente, disse que havia circulado em “diversas outras” pensões, colhendo “reportagens”.

Os dias de Carnaval eram dias de exceção, e logo mais voltaremos a isso, mas deve ser evidente que, por maiores que fossem as expectativas e a espera em relação à data, os momentos de diversão das classes subalternas não podem ser reduzidos aos dias da folia carnavalesca e, muito menos, à frequência às “pensões alegres”, independente do dia do ano. Outras tantas festas podem ser descobertas e analisadas através de fontes variadas, com destaque para os registros e narrativas elaborados pela imprensa que acompanhavam a ação policial, revelando um rico universo festivo.

Devemos voltar nossa busca para aquelas relações “do pessoal, do concreto, do local” nas quais se engendravam muitos momentos festivos. Metodologicamente, não se trata de pensar as festas pelo prisma do pitoresco e do anedótico, mas como reveladoras de clivagens e tensões na sociedade. A festividade pode ser compreendida como momento de encruzilhada entre expressões culturais e formas de lazer criadas e partilhadas pelos grupos subalternos e o interesse de controlar as manifestações populares por parte das autoridades.

Entre os momentos festivos, temos aqueles que seguiam o calendário litúrgico católico. No Mucuripe do início do século XX, tais ocasiões atraíam abundante público. Segundo Antônio Bezerra, a população do local era majoritariamente “composta de jangadeiros, lobos do mar”, abrigando tanto residências “caídas e cobertas de telha” quanto casebres cobertos de “palha de carnaúba”. Mas era no tempo das novenas de Nossa Senhora da Saúde, protetora dos pescadores, que o local mudava seu colorido, já que “a população da capital se transportava ao povoado”. A capelinha era enfeitada, o foguetório alertava

sonoramente outra temporalidade, os rapazes se apresentavam “de camisa de flanela de cor e calça branca engommada, com larga faixa vistosa à cinta”, enquanto as moças trajavam “vestidos novos de chitas alegres, tendo ao pescoço diversas voltas de aljôfares”. Concluídas as celebrações litúrgicas começavam “os divertimentos”, com destaque para diferenças de classe: “Aqui dançam os burgueses a valsa e a quadrilha; ali o povo toma parte no samba sapateando ao som das violas, a que acompanham os escolhidos cantadores em desafio”.⁶⁵⁵

Após o ofício religioso, a diversão mundana. A festividade mesclava o sagrado e o profano, e, sem dúvida, seriam similares em outros subúrbios. Enquanto as manifestações de piedade e fé, e os divertimentos que lhes seguiam, costumavam ser bem-vistos, diferente seria a apreciação de inúmeras outras formas mais corriqueiras de festa, nas quais, pela própria natureza da maioria das fontes, a estigmatização era quase sempre a regra.⁶⁵⁶

No romance de Martins D’Alvarez, os moradores do Morro do Moinho, “aos sábados”, se alvoroçavam e se preparavam para a “folgança”, fervilhando “projetos para as vadiações da noite”, que permitiriam aplacar “as canseiras da semana”:

Assim, mal acaba a ceia magra de feijão com passoca, cada um toma o rumo que se traçou. Os espiritualistas marcham para o catimbó, oculto nos antros escuros, ansiosos por se comunicarem com o reino invisível dos seus guias caboclos. Os restantes, que são quase todos, caem na bagunça. Os sambas se multiplicam. Os sambas rivalizam. Os sambas se desafiam. E, para exaltar o entusiasmo, todos bebem. As bodegas regorgitam. As vendas transbordam. [...] E à medida que a noite avança, a pressão dos batuques aumenta, e o Morro enlouquece. Loucura cujo fim imprevisito obedece à mesma fórmula simples: ninguém sabe folgar sem beber, nem beber sem cometer desatinos.⁶⁵⁷

Outras religiosidades despontam. Acompanhando a imprensa da época, especialmente nos anos de 1920 e de 1930, facilmente se percebe o renitente combate aos chamados “catimbós” e antros de “feitiçaria”. Mas, no que nos interessa, se destaca o espaço e o tempo da festa, com samba e bebida, que pelo olhar de membros de outras classes, facilmente degeneraria para a bagunça, a loucura e a desordem. Era a partir de entendimento similar que a polícia costumava intervir, e a imprensa se apressava para registrar e comentar.

⁶⁵⁵ MENEZES, Antônio Bezerra de. As praias. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Ano 16, 1902, p. 94-96.

⁶⁵⁶ Goffman trabalhou com a ideia do *estigma* – uma apreciação negativa – associado às pessoas que poderiam possuir alguma característica mais ou menos evidente que as tornariam diferentes de outras, especialmente quando tal atributo é considerado um defeito, uma fraqueza ou uma desvantagem física, social ou moral. Utilizaremos aqui a ideia de *estigma* para nos referir, justamente, a atributos muitas vezes estereotipados produzidos socialmente sobre pessoas, notadamente pobres, e lugares específicos da cidade. Cf. GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

⁶⁵⁷ D’ALVAREZ, Martins. *op. cit.*, p. 89.

No mundo dos subalternos, as residências se abriam episodicamente, ou regularmente, para se tornarem espaços festivos. Nos bairros afastados, eram comuns tais momentos de diversão – que podiam eventualmente ser palco de alguma confusão, indo parar nas crônicas policiais. Foi o caso de uma festa, em noite de domingo, no bairro São Gerardo, na qual não faltavam “caboclinhas e marmanjos”. Motivados por uma disputa amorosa, os sapateiros Perico de Souza e Zezé Pereira, já pelo final da festa, entraram em luta. A polícia chegou e ambos foram passar um tempo na prisão.⁶⁵⁸

Quem também foi parar na delegacia foi Joana Batista da Silva, “mulherzinha para o serviço doméstico e para as farras”, que pretendia ir com amigas a uma festa no Mucuripe. No entanto, Joana começou sua diversão bem antes e em dado momento “não se aguentava em pé”. Um guarda conduziu Joana para a delegacia do 1º Distrito, na qual o Delegado tratou de deixá-la em uma cela “para ‘quebrar’ a força da pressão alcoólica”.⁶⁵⁹

Outro caso, em crônica intitulada “Com que sapatos em vou?”, foi o da “empregada festeira” Maria Lima, conhecida como Maroca, que tinha o hábito de frequentar diversas “festas dançantes” na cidade e, em uma dessas, teria ficado descalça, o que a impossibilitava de comparecer na festividade seguinte. Mas a solução apareceu: usar “os sapatos da patroa”, só que sem autorização prévia. O resultado foi passar um dia no xadrez.⁶⁶⁰

O uso de sapatos parece ser exigência comum, talvez como um marcador de respeitabilidade. Roberto dos Santos, vulgo “Roberto da Matta”, 24 anos, casado e jornalista, pretendia adentrar o salão de dança em uma festa promovida por seu irmão Manuel dos Santos, vulgo “Manduca”, 21 anos, carroceiro e solteiro, sendo impedido por estar descalço. Roberto, embriagado, reagiu de forma violenta, golpeando a faca o próprio irmão. Entre as testemunhas temos uma amostra dos frequentadores: Antônio Ramos, 19 anos, tecelão, casado, analfabeto; Raimundo Nonato, 24 anos, casado, ajudante de *chauffeur*, sabendo ler e escrever; Manoel Barbosa, 23 anos, magarefe, solteiro, analfabeto.⁶⁶¹

Da mesma forma que os sapateiros Júlio e João animavam com música o carnaval na Pensão Dondon, sendo remunerados pelo trabalho, as pequenas festas domiciliares nos arrabaldes poderiam ser uma oportunidade para trabalhadores pobres auferirem um ganho extra, em uma microeconomia popular, cobrando a entrada, a comida e a bebida, equilibrando o gosto musical e o paladar. Esse foi o caso de uma animada festa, em noite de sábado, no bairro Alagadiço, na residência “do popular Joaquim Carroceiro”. Quem desejasse “ter direito

⁶⁵⁸ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 26 ago.1931, p. 6.

⁶⁵⁹ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 23 set. 1931, p. 3.

⁶⁶⁰ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 30 out. 1931, p. 5.

⁶⁶¹ APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Ferimentos, Caixa 20, Processo Nº 1930/12.

a panelada e dançar o ‘charleston’ pagaria a quantia de 5\$000”, sendo que “as damas só pagavam a ‘boia’”. Muito aluá era servido, o barulho era imenso e “ninguém se entendia”. Por volta das 23h, o engraxate Francisco Pereira da Silva chegou ao local querendo comer e dançar sem pagar: “Tornou-se valente. Portou-se mal, sendo posto fora e afinal tomou uma tunda de pau nas costelas para sair o sangue ruim”. Não se sabe quem desferiu o golpe, mas Francisco foi parar na Santa Casa.⁶⁶²

Mas podia acontecer de a festa ser encerrada pela polícia por falta de licença, como aconteceu com o senhor Oliveira, acostumado a oferecer festividades na sua residência, onde sempre compareciam as “caboclinhas cheirosas da beira do Urubu”. Em uma dessas, na virada do ano, com o lugar “tinindo de gente”, eis que chega o guarda indagando pela licença. Na ausência do documento, a festa findou e “seu Oliveira” foi para a delegacia prestar esclarecimentos resmungando: “Como é triste a gente ser pobre! Os ricos não precisam [de] licença pra dançar!”.⁶⁶³

Em outro caso, o “mestre cortador, alfaiate de merecimento”, conhecido como “seu Chiquinho”, considerado alguém “que gosta muito de festas”, exagerou na bebida enquanto assistia um baile carnavalesco e começou a criar confusão. Como não é novidade, o resultado foi o de sempre: Chiquinho foi passar a noite no xadrez. E quem também lá estava era o conhecidíssimo Motoleu, que improvisou uns versos: “Chico, cabra danisco / Com todo mundo brigava / Corria perigo e risco / Passar por onde ele estava”.⁶⁶⁴

E por falar em Carnaval, se nos anos 1930 a elite realizava deslumbrantes festas no espaço recluso e exclusivo dos clubes, os trabalhadores e populares tomavam as ruas e realizavam a folia nos subúrbios e nas “areias”. Em um baile no Arraial Moura Brasil, em uma “casinha pequenina de gente boa que dá hospedagem a todos e não envergonha ninguém”, tocava um “jazz de fazer gente dançar” um “verdadeiro delírio”. O único elemento destoante foi o Chico Bezerra, que teria agredido uma senhorita, o que causou revolta. O sujeito foi rapidamente recolhido e ficou “hospedado” na cadeia no último dia de carnaval.⁶⁶⁵

A expectativa pelos dias do “Reinado de Momo” magnetizava a atenção tanto da população, que aguardava a folia, e daqueles que esperavam lucrar com os dias de festa, quanto das autoridades, que julgavam necessário ampliar a vigilância, e da imprensa, que acompanhava e avaliava os acontecimentos, mesmo os aparentemente mais insignificantes, como a cantoria de um sujeito chamado Cabral, pernambucano de 27 anos:

⁶⁶² “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 20 set. 1928, p. 4.

⁶⁶³ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 4 jan. 1932, p. 6.

⁶⁶⁴ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 2 fev. 1932, p. 4.

⁶⁶⁵ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 12. fev. 1932, p. 3.

Está na hora da folia
Vamos para o Bacanal
A fuzarca, hoje em dia
Só se faz no carnaval

A donzela recatada
De feitio original
Fica como amalucada
Quando chega o carnaval

A criança de chupete
Não conhece o bem e o mal
Nunca vi fazer careta
Ao samba de carnaval

A casada deixa tudo
A filharada infernal
Para brincar o entrudo
Quando chega o carnaval.⁶⁶⁶

Para alguns, os poucos dias de carnaval não eram suficientes, e a folia deveria se perpetuar por mais tempo, como desejava um grupo de oito rapazes, no bairro da Piedade, que foram flagrados com garrafas de bebida alcoólica e entoando um “batuque” que iniciava com o refrão “Eu fui num samba / Pra matá minha saudade / Na Piedade! / Na piedade!”:

Rapaziada
No batuque nunca falha
Quando a roda está formada
Bate até chapéu de palha

Não tem bandeira
Pra samba ninguém se vexa
Mexe a moça solteira
Que as casadas também mexe

Gente danada
Pra samba ta sempre boa
Samba a filha da creada
E a família da patroa

E a cozinheira
Pra pega também o dela
Vai mexendo com as cadeiras
Quando mexe na panela.⁶⁶⁷

Ambos os versos recorrem à lógica da inversão carnavalesca, como inauguradora de um tempo diferenciado, do mundo pelo “avesso”, em uma espécie de “paródia da vida ordinária”, similar, em termos formais, ao que analisou Mikhail Bakhtin para a cultura cômica e as festas carnavalescas entre a Idade Média e o Renascimento.⁶⁶⁸

As bebidas alcoólicas pareciam ser companheiras inseparáveis dos mais pobres em momentos de diversão. Os que ocasionalmente (ou repetidamente) exageravam no seu consumo se arriscavam a cair nas malhas da lei e amargar um tempo nas celas das delegacias. Do ponto de vista da polícia, prevalecia a associação entre embriaguez e desordem. As campanhas contra o alcoolismo foram intensas no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 com a defesa da abstinência completa como ideal.⁶⁶⁹

⁶⁶⁶ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 1 fev. 1932, p. 5.

⁶⁶⁷ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 3 mar. 1932, p. 6.

⁶⁶⁸ BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora HUCITEC; Editora da Universidade de Brasília, 1987, p. 4-11.

⁶⁶⁹ COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915 – 1935)**: trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, 2009.

A ação policial parece ser bem comum, revelando o intento de regular, desbastar e disciplinar determinadas formas de diversão características da população trabalhadora. Mas a pura repressão não era a alternativa prioritária; proibição e tolerância precisavam ser equilibradas, em doses ponderadas. Se a festa era inevitável, e seria má ideia simplesmente tentar proibir, melhor exigir a solicitação de licença prévia, o que permitiria saber de antemão onde cada uma ocorreria. Controlar os “excessos” parecia mais plausível e exequível. E como já tivemos oportunidade de verificar, garantir a ordem pública, combatendo bebedeira, cantorias e desordens, compunha o *modus operandi* do policiamento cotidiano.

Do ponto de vista dos que queriam se divertir, escapar da vigilância ostensiva nos momentos de lazer seria um fator relevante. O local que, para as autoridades, seria um antro de pobreza e confusão poderia, pelo olhar festivo, ser o espaço ideal para fluir a musicalidade mais ao gosto dos trabalhadores: “Tava num samba / Lá no Outeiro / Surgiu um guarda / Que não tinha letreiro / O samba bom / É do Morro do Moinho / Onde guarda não surge / E se brinca miudinho”.⁶⁷⁰

Se as crônicas tipificavam pessoas e lugares, definindo assim os antros da cidade, os arrabaldes figuravam como os espaços privilegiados do desvio, como uma “outra cidade”, na feliz expressão de Sandra Pesavento.⁶⁷¹ Mesmo através do sarcasmo, esse conjunto de incidentes registrados e comentados na imprensa se tornou fundamental para a criação ou cristalização de imagens estigmatizantes. Seria um equívoco, contudo, concluir que as crônicas só teriam valor pela identificação dos desviantes e desordeiros. Tal percepção nos faria estabelecer uma associação entre classes pobres como classes perigosas, o que até poderia ser o pensamento dos repórteres e de parcela dos leitores. Devemos ter em mente que os enredos construídos em geral operam pelo que podemos chamar de “técnica do holofote”, expressão de Auerbach utilizada por Maria Helena Capelato: na imprensa, os jornalistas projetam luz sobre uma pequena parte de um grande contexto, já que é o desvio que chama atenção, deixando o restante na penumbra.⁶⁷² Essa ideia é metodologicamente valiosa.

Uma leitura atenta permite a desmontagem dos estereótipos e simultaneamente a revelação de fragmentos de vivências sociais. Basta observar que, na esmagadora maioria dos casos, o “desviante” era um ou outro sujeito singular, e as festividades reuniam muitas pessoas. Lembremos que, por intermédio dos jornais, só ficamos sabendo das ocasiões em que houve intervenção policial, escapando informações sobre outras tantas festas em que nada do

⁶⁷⁰ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 27 out. 1931, p. 5.

⁶⁷¹ PESAVENTO, Sandra. *op. cit.*

⁶⁷² CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al* (org.). **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003, p. 139-159.

tipo ocorreu. Mesmo assim, encontramos uma densa rede de sociabilidade. Outros casos poderiam ser citados, mas por hora podemos perceber que, nesses episódios, que se tornam matéria-prima para um anedotário policial da imprensa, os trabalhadores não estão confinados em um setor da cidade: eles circulam, se movimentam conforme a “oferta” possível de atividades de convívio e diversão. Nesse sentido, a cidade “é, no sentido forte, ‘poetizada’ pelo sujeito: este a re-fabricou para seu uso próprio desmontando as correntes do aparelho urbano; ele impõe a ordem externa da cidade a sua lei de consumo de espaço”.⁶⁷³

Ao mesmo tempo, era comum que “populares” elaborassem rimas sobre fatos e situações correntes, possivelmente encaixando-os em melodias. As canções e os versos, portanto, se tornavam um meio eficaz para comunicar opiniões. É provável que a criação se realizasse dentro de um repertório comum, notadamente em forma de sambas, ao que parece. Evidente que o recurso às canções funcionava como artifício mnemônico, e uma pessoa com maior presença de espírito poderia recriar ou improvisar um conjunto de versos. Eventualmente, tais composições poderiam ser passadas de pessoa para pessoa, sendo rascunhadas em pedaços de papel, crescendo e sendo aperfeiçoadas e, em alguns poucos casos, sendo interceptadas pela polícia e caindo nas mãos e/ou nos ouvidos dos repórteres.

A troça poderia abrigar uma crítica social e política sobre situações correntes, e não apenas o recurso à inversão em versos de carnaval, revelando conexão com os problemas e condições concretas da época e do lugar. Ao longo do texto, recuperamos versos em formato de fábula que reclamavam do custo dos aluguéis e da ameaça de despejo; outros que citavam dívidas e dificuldades financeiras; aquelas que questionavam as regras urbanas; ou ainda as que demonstravam um desejo de maior liberdade para a folgança.

Da mesma forma que as autoridades e a imprensa adjetivavam e tipificavam os espaços e as pessoas, os grupos populares também demonstravam suas preferências. Podemos pensar que as palavras de Michelle Perrot são adequadas, também, para os trabalhadores de Fortaleza: “é sobre a cidade que eles investem com seu desejo”. No jogo tenso entre regras e violações, interdições e apropriações, os trabalhadores expressavam sua percepção: “Essa cidade, cenário da ascensão ou da degradação, fronteira móvel da boa sorte e da desgraça, os operários a desejam aberta e tratam de usá-la livremente”.⁶⁷⁴

⁶⁷³ MAYOL, Pierre. *op. cit.*, p. 43.

⁶⁷⁴ PERROT, Michelle. Maneiras de morar. *In*: PERROT, Michelle *op. cit.*, p. 292.

5 TEMPOS E MOVIMENTOS: TRABALHADORES NA LUTA POR DIREITOS

Crises são momentos de verdade. Elas trazem a luz os conflitos que na vida diária permanecem ocultos sobre as regras e rotinas do protocolo social. [...] Nesses momentos expõem-se as contradições por trás da retórica de hegemonia, consenso e harmonia social.⁶⁷⁵

Vamos dedicar, mais uma vez, um pouco de atenção ao romance *Ponta de Rua*. Como destacamos anteriormente, no enredo, a sanha de enriquecimento de José Clementino foi o fator que promoveu as principais transformações na região periférica do Alto da Balança. Inicialmente, as mudanças foram bem-vistas e reverteram em uma imagem positiva para Clementino, conferindo-lhe nova feição na comunidade: era o “amigo dos pobres”, que remediava “as misérias alheias”, um “verdadeiro santo”.⁶⁷⁶

As mudanças não deveriam encontrar rejeição ou resistência, assim imaginava Clementino: “O povo era pobre. Havia de [se] sujeitar as inovações. [...] O povo havia de ceder”.⁶⁷⁷ Pedrão, velho tipógrafo, foi o primeiro a perceber a crescente brutalidade do antigo colega: “O Benfeitor não existia, Clementino não passava de um patrão ruim, como todos os outros, como todos no mundo...”.⁶⁷⁸ Passou a denunciar a forma de enriquecimento do merceeiro, detalhando os esquemas ilícitos e fraudes que conhecia bem. A construção de um bangalô, o aterramento do cacimbão e a ameaça de destruição dos casebres para edificação de uma grande vila operária fizeram crescer a fúria da comunidade.

A revolta se expressa inicialmente em mexericos e fofocas, um discurso que circula entre o povo, que é, em seguida, rabiscado nas paredes em forma de grafite, e fezes são atiradas sorrateiramente no jardim do bangalô. A reação de Clementino foi brutal: todos despedidos. “E a revolta se caracterizou. Revolta muda, em que palavras se perdiam nas gargantas. Revolta viva, que só esperava o momento para estourar”. O momento parecia transmutar para a luta aberta: “Era a primeira vez que a ponta de rua em peso protestava por uma injustiça”. Foi decidido um boicote: ninguém mais pisaria nos comércios de José Clementino enquanto, na “Sociedade 1º de Maio”, ele foi expurgado do quadro de honra. Mas só isso não parecia suficiente. Quando, por fim, Clementino mandou aterrar o cacimbão, fonte de água da comunidade, os ânimos se exasperaram ao limite. Era a hora da desforra. O melhor momento seria no dia do noivado de Clementino com uma “burguesa”. No fim da tarde, a

⁶⁷⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue**: a rebelião dos escravos de Demerara. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-14.

⁶⁷⁶ MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1999, p. 44.

⁶⁷⁷ *Id. Ibidem*, p. 114.

⁶⁷⁸ *Id. Ibidem*, p. 95.

multidão se reuniu na Praça Três Corações e iniciou sua marcha, chamando atenção de todos por onde passava: “Era gente do Alto que descia à cidade”.⁶⁷⁹ Clementino sofreu uma humilhação pública e todos foram parar no xadrez. Mas nada disso o paralisou.

A derrubada dos casebres teve início, com nova revolta. Clementino dizia ter a lei ao seu lado, mas, afirmavam os trabalhadores, havia uma “outra justiça”, e era “em nome dessa lei universal” que eles resistiam. A vigilância policial cresceu, as reuniões na “Sociedade 1º de Maio” escassearam e somente as pequenas “rodinhas” predominavam. Mas o temor das elites, reverberado pela imprensa “conservadora” e insuflado por José Clementino, deitou raízes. O “Alto” agora era visto como um antro perigoso a ser vigiado. Repórteres, polícia e detenções passaram a ser constantes. “Seria o fim?”, indaga o autor, sem oferecer resposta.⁶⁸⁰ Ou melhor: o texto é a resposta. O romance pode ser entendido como uma narrativa de crítica social, denunciando o processo de enriquecimento de uma elite que, de forma avassaladora, passa por cima de grupos, comunidades e modos de vida, sem maiores preocupações. O texto surge como um libelo que, em sua ficcionalidade, buscava influenciar outros grupos, interferir na vida social. A palavra escrita é arma de luta, como se desse voz aos vencidos,⁶⁸¹ já que a literatura guardava um grande prestígio como “instrumento particularmente eficiente de propaganda intelectual”.⁶⁸²

Na narrativa, a revolta surge de dentro da comunidade, de uma tomada de consciência da exploração promovida por Clementino, cuja aura de benemérito se quebra. Em boa medida, foi em “defesa do comum”, da “comunalidade”,⁶⁸³ que os trabalhadores imaginados por Fran Martins enfrentaram o poderoso Clementino: defendiam suas moradas e seus locais de uso coletivo, como o cacimbão que lhes fornecia água, e em nome de sua dignidade. Não existia nenhum fator externo que promovesse essa “conscientização”, pois as ideologias políticas do momento pouco importavam para a multidão pobre da periferia. Mas essa revolta não parece ser capaz de garantir saídas efetivas, não se mostra suficiente para vencer ou mudar o *status quo*. A representação literária nos instiga a refletir sobre as múltiplas formas de agência e resistência da população trabalhadora à época.

⁶⁷⁹ *Id. Ibidem*, p. 138-151.

⁶⁸⁰ *Id. Ibidem*, p. 155-169.

⁶⁸¹ “A literatura de ficção, a poesia e o teatro, embora escritos para deleitação dos que podem e sabem ler e, portanto, veem a vitrina da pobreza como algo que afinal serve de entretenimento, [...], na verdade foram a alternativa que restou para que fosse dada voz aos pobres, que só podem falar ou gritar”. LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850 – 1930). Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da USP, 2008, p. 26.

⁶⁸² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 227.

⁶⁸³ LINEBAUGH, Peter. **Ned Ludd e a Rainha Mab**: destruição de máquinas, romantismo e os comuns de 1811-1812. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2019.

Entre as formas de “discurso político” dos “grupos subordinados”, James C. Scott cita quatro possibilidades: primeiramente, uma forma “mais segura e mais pública”, que toma como ponto de partida a imagem retórica adotada pela própria elite, buscando explorar possíveis brechas e ambiguidades, de forma a obter ganhos; em segundo lugar, o “discurso oculto” proferido “fora de cena”, ao “abrigo do olhar intimidante” dos que detêm o poder; em terceiro lugar, uma forma intermediária, fundamentada em discursos proferidos através de uma “política de disfarce e anonimato”, com o intento de proteger a identidade dos seus autores; por fim, os momentos de ruptura, de confrontação aberta, quando os cuidados e receios são abandonados, “tornando público o discurso que até então fora oculto”.⁶⁸⁴

De forma um tanto esquemática, podemos sugerir que os trabalhadores da ficção transitaram por todas essas formas. Primeiro tentaram chegar a acordos, mantendo boas relações com o “benemérito” José Clementino; depois passaram a críticas que circulavam de pessoa para pessoa, ditas em voz baixa nos cantos; em sequência, começaram a hostilizar o explorador, demonstrando sua contrariedade através do recurso aos grafites e às fezes atiradas na propriedade de seu oponente. Em ambos os casos, tais formas de desagravo apelavam para o disfarce; o autor (ou autores) poderia ser qualquer um, protegido pelo véu do anonimato e pela cumplicidade da comunidade do bairro. Finalmente, a população recorreu ao confronto, retirando Clementino do quadro de honra da associação local, promovendo um boicote e, de forma ainda mais afrontosa, partindo para uma manifestação pública.

A presença ostensiva da multidão pobre que ousou “descer” do Alto da Balança, sair da periferia, avançar pelas ruas em ares de protesto, chocava e aterrorizava os ricos capitalistas locais, recuperando sólidas imagens das multidões turbulentas, ameaçadoras, violentas e destrutivas.⁶⁸⁵ Era uma demonstração do potencial de revolta desses grupos pauperizados. A pobreza não era novidade, mas o sentimento de exploração, juntamente com as ameaças aos elementos de seu modo de vida, exacerbava o ressentimento, a sede de justiça ou, pelo menos, de um desagravo contra o agente causador de parte dos seus infortúnios.

A década de 1930 foi de intensas disputas políticas e de significativos momentos de conflito e, de certa maneira, fonte de inspiração para os escritores. Enquanto na ficção de Fran Martins os trabalhadores ignoravam as tendências políticas do momento e sua revolta não conseguia alcançar resultados efetivos, bem diversa foi a realidade concreta dos grupos pesquisados. Os trabalhadores estavam integrados nos debates da conjuntura, mediatizados

⁶⁸⁴ SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 48-50.

⁶⁸⁵ Cf. BRESCIANI, Maria Stella. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 9-42.

especialmente pela relação com a Legião Cearense do Trabalho, e conseguiram não só manifestar suas insatisfações e interesses, mas também atuaram na elaboração de propostas e exigiram a implantação e/ou ampliação de direitos, buscando transformar leis e projetos em realidade. Foram, portanto, partícipes na construção dos direitos sociais.

Neste capítulo, vamos em busca de tais relações, desvendando um pouco mais acerca da realidade de trabalho e dos conflitos de algumas importantes categorias, no caso, os trabalhadores da companhia inglesa *Light and Power*, os portuários, os sapateiros, os padeiros e os trabalhadores do ramo têxtil. Veremos como abraçaram, elaboraram e reelaboraram projetos em circulação, a partir de suas experiências concretas e particulares de trabalho, inserindo demandas, atualizando e generalizando reivindicações.

5.1 Contratos, leis e cogestão: instituindo o controle operário

Perto do final de 1933, uma greve entre os padeiros parecia iminente, não sendo o primeiro movimento grevista de uma categoria ligada à LCT. A *Gazeta de Notícias* sugestivamente comentou que não era possível “obscurer o fato de as ‘paredes’, embora em caráter pacífico, se verificarem agora, após a fundação da Legião, com mais frequência que anteriormente”.⁶⁸⁶ Tão logo uma greve findava, parecia que outra despontava no horizonte, isso sem contar os inúmeros atritos que não chegaram a desembocar em uma ação grevista.

É sem dúvida curioso que uma instituição assumidamente conservadora, que defendia o primado da ordem, a manutenção das hierarquias e diuturnamente alardeava os méritos da colaboração de classes, tenha estado envolvida em tantos episódios grevistas. Mas a Legião, que não era revolucionária, adotava posições reformistas, defendendo um conjunto de reivindicações arrojadas. Isso não é contraditório, posto que se coaduna com visões correntes à época que defendiam a necessidade de controles na esfera econômica, novos modelos políticos e sociais e uma renovada arquitetura institucional como caminhos para corrigir distorções e dirimir conflitos.

A verdadeira solução da questão social era entendida como possível se fossem aplacados os motivos de revolta dos trabalhadores, estabelecendo freios às formas mais severas de exploração, chegando ao ponto de propor tanto um conjunto indispensável de direitos (justiça social) quanto a integração dos trabalhadores, em posição paritária, na esfera de deliberação sobre a organização produtiva. Tais perspectivas foram elaboradas e

⁶⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 14 nov. 1933, p. 3.

fundamentadas tanto através de uma leitura dos princípios da doutrina social católica quanto das tradições e experiências dos trabalhadores.

Na coletividade das fábricas, dos canteiros de obras, das oficinas, dos estabelecimentos comerciais, das padarias, do cais do porto etc., a maioria dos trabalhadores aprendia o ofício acompanhando e observando os mais experientes; era, portanto, trabalhando que ocorria a aprendizagem profissional na maioria dos casos. O conhecimento era tácito, dependendo muito mais da repetição de gestos, até a obtenção da necessária perícia, do que em meticolosas explicações orais. Na troca de experiências entre colegas de trabalho, aprendiam-se macetes, regras e pequenos segredos do serviço, mas também estratégias formais e informais de resistência que permitiam amenizar as dificuldades, contornar exigências excessivas, boicotar ordens e, assim, dependendo das circunstâncias, garantir um melhor controle do ritmo da produção. Em grande parte, desenvolvia-se uma intrincada luta “sobre o tempo”, em habilidosa expressão de Thompson: os trabalhadores avançavam em tentativas para definir o uso do tempo nas mais diversas atividades.⁶⁸⁷ De forma similar, Michelle Perrot assevera que os trabalhadores franceses, entre os séculos XIX e XX, insistiam, em suas reivindicações, “na necessidade de tempo livre e controle operário”.⁶⁸⁸

Assim sendo, as múltiplas categorias socioprofissionais que a Legião tentou (e conseguiu) arregimentar vivenciavam condições de trabalho bem diferentes, mas apresentavam anseios gerais próximos em relação a certos temas, ou, dito de outra forma, o programa legionário funcionou como uma soldagem de interesses. Articularemos, assim, a ideia de luta *sobre o tempo* com a noção de *controle operário*, conceito utilizado no sentido proposto pelo historiador norte-americano David Montgomery.

Em suas pesquisas, Montgomery estava interessado em discutir como esse tema se traduziu na experiência de muitos milhões de trabalhadores dos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, em particular no enfrentamento das estratégias patronais de domínio sobre o trabalho, especialmente conectadas à chamada “administração científica” (que teve em Taylor seu maior idealizador e apóstolo). Para Montgomery, a prática do *controle operário* se manifestou de inúmeras e diferentes formas, por exemplo, pelo domínio sobre o processo de trabalho mantido por grupos de artífices, detentores de um saber especializado; mas também mediante resistências silenciosas e opacas às demandas e inovações pretendidas pelos patrões, minando cotidianamente a autoridade e as pretensões de

⁶⁸⁷ THOMPSON, Edward. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 293-294.

⁶⁸⁸ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 74.

comando; outras vezes, grupos de trabalhadores se articularam para impor regras objetivando regulamentar o exercício da profissão e o mercado de trabalho.⁶⁸⁹

A perspectiva de Montgomery nos convida a pensar tanto nas formas opacas quanto nas formas mais visíveis de enfrentamento, o que podemos associar às noções de *discurso oculto*, *discurso público*, *infrapolítica* e *formas cotidianas de resistência*,⁶⁹⁰ de James Scott. Boa parte das ações operárias não ganhava notoriedade, mas grassava nos ambientes de trabalho através de ações prosaicas, por vezes julgadas triviais ou disfarçadas (as “armas dos fracos”), sem o recurso a confrontações coletivas. Embora raramente noticiados, os enfrentamentos microscópicos faziam parte do cotidiano.

Fernando Teixeira da Silva, retomando a reflexão de David Montgomery, assinala que o controle operário pode ser entendido em duas perspectivas intercambiáveis: primeiramente, significando a luta dos trabalhadores com a finalidade de obter ampla margem de comando da organização do trabalho, resistindo às estratégias de mando julgadas despóticas e contrárias à dignidade operária; em segundo lugar, como todo conjunto multifacetado de lutas, destinadas a alcançar melhores condições de vida e trabalho, como segurança no emprego, redução da jornada de trabalho, melhores salários, controle do mercado de trabalho e criação ou cumprimento de leis trabalhistas. Tais lutas se ligam a eventos e processos em diferentes escalas (local, nacional e internacional).⁶⁹¹

As reclamações e pedidos de intervenção e mediação, direcionadas à chefia legionária, envolviam problemas típicos do mundo do trabalho, como longas jornadas, rígida disciplina, multas, insalubridade, demissões injustificadas, atrasos ou retenção de salários etc. Todos estes aspectos, denunciados pelos próprios operários, formavam uma parte importante da experiência concreta vivenciada no exercício da atividade laboral. Sobre tais dificuldades e queixas é que se articulariam, aos poucos, as demandas expostas durante as greves, ou em movimentos que não chegavam ao ponto da greve.

Os trabalhadores, desde cedo, nutriram expectativas de que a atuação legionária não ficasse adstrita ao aspecto doutrinário, que as propostas não se resumissem aos discursos e aos escritos, mas que ganhassem aplicação prática. À medida que começaram a requerer a intermediação da LCT em uma série de questões, a instituição entrou no foco do conflito social, do qual dificilmente seria possível escapar. Sendo ainda mais específico: para manter a

⁶⁸⁹ Cf. MONTGOMERY, David. **Workers' control in America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

⁶⁹⁰ Cf. SCOTT, James. *op. cit.* Cf. SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, p. 217-243, 2011.

⁶⁹¹ SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 25-26.

posição e a credibilidade, os chefes precisavam se empenhar verdadeiramente em prol das demandas operárias; até certo ponto, eram reféns de sua própria retórica, sob o risco de cair em total descrédito. Os líderes legionários foram, assim, por diversas vezes, arrebatados pelo ímpeto, pela energia, pelas necessidades e pelas expectativas dos trabalhadores.

As greves, por conseguinte, são momentos ímpares, iluminando o que até então estava oculto. À primeira vista, a maioria parecia iniciar com um problema pontual, mas, rapidamente, ficava óbvio que havia muito mais em ebulição: demandas por melhorias nos salários e nas condições de trabalho, cumprimento das leis existentes, proposições sistemáticas por regras acordadas mediante negociação paritária (com algum tipo de arbitragem) sobre as relações de trabalho, chegando ao âmago das relações de poder nas fábricas, nas oficinas, nas padarias, no cais do porto. Em síntese, a Legião Cearense do Trabalho tanto vocalizava as demandas quanto contribuía para formatar e aprimorar essas mesmas reivindicações, ou seja, havia influência e aprendizado recíproco.

Fazendo uma leitura inspirada e bastante livre a partir das ideias de Barrington Moore, podemos deduzir que os trabalhadores sentiam as formas vigentes de organização do trabalho como essencialmente injustas em vários sentidos. A autoridade patronal, ou de seus representantes, se tornava objeto de escrutínio, no qual determinadas ações passavam a ser consideradas abusivas e até despóticas, logo, indignas de tolerância ou aceitação, sendo desafiadas no intento de sua substituição por novos termos considerados mais justos.⁶⁹² Além disso, o momento parecia oportuno para levar adiante mudanças significativas, amplificando demandas há muito acalentadas, e a formação da Legião Cearense do Trabalho, até certo ponto, foi tanto uma expressão de tal otimismo quanto funcionou como infusora de energia, elaborando um diagnóstico da situação e propondo soluções que comungavam com os anseios dos próprios trabalhadores.

Considerando que o trabalho era entendido como possuindo uma dimensão moral e o trabalhador deveria ter resguardada a sua dignidade, não podendo ficar à mercê da pura e simples lei da oferta e da procura, era necessário superar os males do individualismo e pôr limites ao despotismo patronal nas ocasiões em que tal se manifestasse. Para os operários, assim alardeou o *Legionário* inúmeras vezes, era imprescindível a organização associativa, pois só os sindicatos poderiam negociar os termos e condições de trabalho com os patrões.

⁶⁹² MOORE JR, Barrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987. Cap. 1.

Figura 15 – Cabeçalho do 28º número do *Legionário*



Fonte: *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 28, 9 set. 1933, p. 1.

Texto: “Enquanto perdurar a livre concorrência, o contracto individual, quase nada conseguirá o operariado. É preciso que elle se associe a uma organização que trate com os patrões sobre as condições de trabalho de todos os companheiros de sua classe, num contracto colectivo”.

No programa legionário, uma política de regulamentação do mercado de trabalho e de contratação coletiva era o eixo principal no qual os demais temas pareciam amalgamados. Os contratos coletivos, portanto, substituiriam eficazmente os contratos individuais, julgados obsoletos para dar conta da questão social, especialmente considerando o estágio de crise do capitalismo e as novas características da economia.

A expectativa era que, em cada convenção, fossem estabelecidas em minúcias, tanto quanto possível, as regras para as inúmeras divergências e atritos, criando um patamar seguro de entendimento e de responsabilidades mútuas, ou seja, uma vez acordado, o contrato teria força de lei para ambas as partes. Especialmente para os operários, imaginava-se que os contratos dariam conta de avançar e garantir direitos, como salário vital, tempo de descanso, proteção para mulheres e crianças e sistemas arbitrais: “O Contracto Collectivo em que sejam fixados o salário victal, as horas de trabalho, o repouso dominical, o limite de trabalho dos menores e mulheres, o regime de conciliação e arbitragem e garantidas as condições higienicas e moraes é o primeiro passo para a organização da sociedade de classe”.⁶⁹³

Ao Estado, além de influir na esfera econômica, caberia chancelar e vigiar os contratos, atuando através da arbitragem sempre que necessário e legislando oportunamente em temas sensíveis, mas sem estabelecer uma tutela direta sobre as organizações operárias, que teriam sua autonomia resguardada, diferente da proposta corporativa varguista, que atrelava os sindicatos ao Estado. O projeto legionário, pela importância que dedicava aos contratos, embora pautado no corporativismo católico, guardava similaridades com outra experiência normalmente pouco mencionada: o *New Deal* dos Estados Unidos.

⁶⁹³ *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 34, 21 out. 1933, p. 1.

As razões invocadas costumeiramente para distinguir a experiência dos Estados Unidos daquela vivenciada no Brasil, no tocante à organização operária na década de 30, segundo Flavio Limonic, levantam os seguintes aspectos: enquanto o Brasil teria sido marcado por forte autoritarismo estatal e pela implementação de um projeto corporativo, com uma visão orgânica da sociedade, os Estados Unidos estariam calcados em uma tradição liberal, com padrões plurais de representação, pelo individualismo e pelo contratualismo privado. A presença maior do Estado brasileiro, determinando a configuração das instituições sindicais, seria, assim se supunha, diferente do papel do Estado norte-americano, avesso a qualquer interferência do tipo. Limonic argumenta que, mesmo com tradições políticas diferentes, isso não impediu que a intervenção do Estado, nos EUA e no Brasil, tivesse papel relevante na conformação das organizações operárias e do campo de luta, e que o próprio sistema de regulamentação, embora distinto entre os dois países, seja compreendido como resultado de um longo processo de conflitos.⁶⁹⁴

No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, rotineiramente padrões recorreram aos tribunais e à polícia para limitar as formas organizativas dos trabalhadores e desbaratar greves nos Estados Unidos. O Poder Judiciário, portanto, foi interpelado inúmeras vezes e atuou como desarticulador do movimento operário, resguardando o princípio da negociação contratual individual, repetidamente condenando greves como conspirações que atentavam contra a ordem social e econômica. Apesar dos percalços, foram muitas e por vezes ferozes as lutas dos trabalhadores visando regular as condições de trabalho e os salários. No contexto da Primeira Grande Guerra, ocorreram os primeiros ensaios de aproximação entre o governo federal e grupos organizados de trabalhadores, mas os ganhos desse curto período não foram mantidos por muito tempo após o fim do esforço de guerra.

Ainda segundo o autor, o *New Deal* pode ser tomado como importante na inflexão dos termos de relacionamento entre o Estado e as organizações do movimento operário norte-americano. Através da *National Labor Relations Board*, agência federal criada por força do *National Labor Relations Act*, de 1935, o Estado interveio em busca de uma nova modalidade de regulação do capitalismo, assumindo papel relevante na passagem da contratação individual do trabalho para a contratação coletiva, inclusive com o arrefecimento das medidas intimidatórias e coercitivas contra os esforços associativos dos operários.⁶⁹⁵ Esse modelo

⁶⁹⁴ Cf. LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do *New Deal***: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

⁶⁹⁵ Importante destacar que as Encíclicas papais também ressoaram nos Estados Unidos entre parcelas dos trabalhadores e suas lideranças, especialmente os imigrantes irlandeses, italianos, poloneses e seus descendentes.

contratual representaria uma nova forma de pactuação entre Estado, sindicatos e empresas: os trabalhadores teriam assegurado os seus direitos associativos (conforme regras definidas pela NLRA e NLRB) e o poder para negociar contratos coletivos, garantindo ganhos salariais, ampliando seu poder de compra e, logo, o consumo de massa, o que, por sua vez, alimentaria a demanda e o crescimento econômico. Em contrapartida, as instituições sindicais abririam mão do recurso à greve como instrumento de pressão durante a vigência dos contratos, mantendo a continuidade da produção e o compromisso com a ordem capitalista (propriedade privada, mercado e lucros). Tal pactuação, por fim, garantiria a paz social.

A obrigatoriedade do campo patronal em reconhecer os sindicatos como instituições legítimas, enquanto forças atuantes na vida social e política; a imperiosidade de negociar contratos coletivos, entendidos como fórmula agregadora policlassista; a possibilidade de recursos arbitrais em situações de desrespeito aos regulamentos e contratos, mas sem atrelar diretamente as instituições sindicais à estrutura estatal, embora reconhecendo o papel do Estado; e tudo isso em uma perspectiva que objetivava solucionar o conflito distributivo, a questão social, alcançando a harmonia nas relações de trabalho, aproximam a experiência legionária daquela almejada pelo *New Deal*. Evidentemente, também existiram diferenças entre as duas modalidades/propostas: por sua base corporativista, o projeto legionário, por exemplo, recusava os partidos e apostava na representação classista como novo modelo político, em completa substituição ao padrão liberal.

Para que tal projeto funcionasse de forma real, era preciso que os patrões aceitassem jogar o jogo sugerido pela Legião. Todas as vezes que algum atuava de forma julgada conciliatória, implantando medidas de amparo aos operários ou atendendo alguma reivindicação, tais atos eram elogiados. Um patrão cômico das suas obrigações representaria uma garantia da paz social, mas a pura e simples admoestação raramente obtinha efeito prático de longa duração.

Enquanto os patrões pareciam interpretar a ideia de colaboração de classes como significando muito mais subordinação sem questionamentos, os operários pareceram compreender a questão como a necessidade de se buscar compromissos negociados, regulando as relações de trabalho, firmando contratos, criando instituições de arbitragem e respeitando leis trabalhistas. Em outros termos, para os trabalhadores, era o momento de fazer avançar formas de controle sobre o mercado de trabalho, o que despertou a fúria patronal.

Não à toa, o então general Severino Sombra, em entrevista concedida ao historiador Sebastião Ponte, indagado sobre a receptividade do patronato à Legião, respondeu que o movimento teria sido bem-visto inicialmente, mas que, em dado momento, houve certa

“inquietação”, provocada a partir da greve na *Light* (em 1932), e afirma: “eles [os patrões] devem ter sentido, nessa ocasião, que o movimento era prá valer”:

O operário ficou sabendo, o patronato ficou sabendo e o povo cearense ficou sabendo que realmente aquele movimento era prá valer. Não era apenas um, vamos dizer, um idealismo vago e sem consequências, uma criação puramente intelectual, um jogo de palavras, mera oratória etc., não: era para se concretizar em reivindicações.⁶⁹⁶

Faz sentido a ênfase de Severino sobre essa greve: foi a primeira de uma categoria operária ligada ao legionarismo e a única enquanto ele era chefe da LCT. De certa maneira, representou o pontapé inicial de várias outras greves nos anos seguintes. Se os patrões esperavam que a Legião atuasse eficazmente como amortecedora da luta de classes e mantivesse uma postura de eterna aquiescência diante do capital, difundindo entre os operários os preceitos da obediência, da disciplina e do anticomunismo, decerto ficaram frustrados com a crescente onda de reivindicações.

A mediação da LCT nos conflitos causava estranheza ou aberta resistência. Em 1932, por exemplo, durante a citada greve na *Ceará Light*, a companhia inglesa, em ofício, considerou que as reivindicações formuladas pelo sindicato operário e pela Legião implicariam em uma “inversão das normas regulares da hierarquia funcional”.⁶⁹⁷ A dificuldade para se conciliar os múltiplos interesses em disputa ganhou destaque nos anos seguintes. Até mesmo Padre Helder Câmara, ao propor uma tabela de preços para o trabalho das lavadeiras e das engomadeiras, percebeu as adversidades:

A seguir, falou o revdmo. Padre Helder Câmara que disse não ser geralmente a classe rica, entre nós, bem intencionada, pois todas as vezes que o operário solicita a sua colaboração, ella se nega.

[...]

Quanto à questão do controle dos preços por que devem ser lavadas e engomadas as roupas, disse o orador, não deve a burguesia se alarmar, pois elles serão fixados de acordo com a necessidade da família da operária, com a variedade de seus trabalhos e as possibilidades das famílias empregadoras.⁶⁹⁸

Quando o avanço organizativo e reivindicatório alcançou com mais intensidade os operários industriais do ramo têxtil, os mesmos problemas foram identificados:

É interessante a *attitude de alguns capitalistas combatendo, sistematicamente, o ideal legionário.*

⁶⁹⁶ SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.

⁶⁹⁷ “Ofício datado de 23 de fevereiro de 1932”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 26 e 27 mar. 1932, p. 1.

⁶⁹⁸ “Pela Sindicalização Operária Católica Feminina”. *O Nordeste*, Fortaleza, 2 nov. 1933, p. 3.

Não compreendo como esses senhores dizem não querer o comunismo e no momento em que sentimos os horizontes turvados na hora mais crítica que atravessa a nacionalidade, eles permaneceram indiferentes a tudo.⁶⁹⁹

E os proprietários de padarias, reunidos na “Associação dos Panificadores do Ceará”, recorreram diretamente à polícia contra “os empregados das nossas padarias que são sócios da Legião Cearense do Trabalho” por pretenderem “fazer descabidas imposições nos estabelecimentos de nossa propriedade, lançando neles a indisciplina e maior anarquia imaginável”.⁷⁰⁰

Na retórica patronal, era como se os trabalhadores estivessem prontos para virar o mundo do trabalho de ponta-cabeça. Muitos não aceitavam a mínima interferência em seus negócios, uma boa parte sequer estava disposta a tolerar a organização associativa dos trabalhadores e, muito menos, negociar com os sindicatos. A intervenção legionária e as reivindicações operárias eram entendidas como intromissões espúrias nas relações de trabalho e no espaço de poder privativo da classe patronal, o que precisava ser evitado a todo custo. Além disso, chegaram a ser tratadas como uma ameaça à disciplina, podendo desorganizar a produção e provocar caos econômico.

Quebrar as resistências e fazer avançar a pauta em prol da regulamentação, contratos, salários, segurança, dignidade etc. não foi fácil. Nesse sentido, a letra da lei funcionava como um recurso poderoso para os trabalhadores, permitindo a estruturação das reivindicações em torno da ideia do cumprimento da legislação como forma de justiça, submetendo o despotismo patronal ao domínio da lei.

Como bem demonstrou Magda Barros Biavaschi, o direito do trabalho inaugurou (e reconheceu) a figura do trabalhador como *sujeito de direitos*. Longe da ideia de uma “cópia fascista”, a autora reconstruiu e recuperou várias tendências que funcionaram como fontes do direito do trabalho no Brasil: os princípios católicos fundamentados nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*; os exemplos das constituições mexicana de 1917 e da República de Weimar, na Alemanha, de 1919; as recomendações da Organização Internacional de Trabalho (OIT), a partir de 1919, cuja criação funcionou como marco do reconhecimento internacional desse novo ramo do direito; as experiências legislativas vigentes na Inglaterra, França e, especialmente, nos países escandinavos; a experiência de reflexão nacional sobre o tema, particularmente nos órgãos que tinham como tarefa elaborar, fiscalizar e fazer cumprir as leis. Por fim, evidentemente, a pressão exercida pelos

⁶⁹⁹ “Definam-se Srs. capitalistas”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 9, 1 maio 1933, p. 7. Grifo nosso

⁷⁰⁰ “A Associação dos Panificadores do Ceará representa ao Chefe de Polícia contra os padeiros legionários”. **O Povo**, Fortaleza, 27 out. 1933, p. 7.

trabalhadores diante dos patrões e do Estado, tornando imperiosa a criação de uma legislação protetiva como resposta à questão social. Nas palavras de Biavaschi:

Fruto das lutas sociais travadas em várias frentes e da compreensão de uma profunda desigualdade fundante da relação capital e trabalho, tinha início o processo de positivação dos direitos sonegados à classe operária, inicialmente, na esfera dos direitos individuais; depois, na dos coletivos do trabalho. Nascia, assim, um ramo do direito preocupado, desde a sua gênese, em instituir mecanismos legais para compensar a assimetria nas relações de poder na indústria. Rompendo com a lógica liberal da igualdade das partes e contrapondo-se ao primado da autonomia das vontades, o Direito do Trabalho passou a disciplinar as relações de trabalho, protegendo os mais desiguais. Daí porque o seu princípio nuclear é o da proteção. [...] Quando se compreende o Direito do Trabalho como um estatuto nascido, basicamente, das pressões exercidas diante do Estado, introduzindo mecanismos extramercado de compensação das desigualdades criadas no processo de acumulação capitalista, percebe-se que o princípio que o cimenta é o da proteção, do qual são expressões todos os demais.⁷⁰¹

Em busca de direitos comuns ou incomuns, as lutas operárias foram bem mais intensas do que se poderia imaginar. Iniciamos, logo adiante, com a greve na *Light*, que abre a temporada de lutas. Em seguida, verificamos os embates envolvendo os portuários, os sapateiros, os padeiros e os trabalhadores têxteis.

5.2 Greve na *Light*: uma prova de fogo

A paralisação das atividades na usina da *Light and Power*, durante a madrugada do dia 26 de março, interrompeu a produção de energia elétrica. Jornais, fábricas e residências (as que dispunham de eletricidade, claro) foram afetadas imediatamente. Ao amanhecer, como era de se imaginar, os bondes não circularam. Embora os boatos de greve fossem comuns há alguns dias, os detalhes eram desconhecidos. Uma coletiva de imprensa foi convocada pelo tenente Severino Sombra para esclarecer o assunto, sendo então disponibilizado, aos jornalistas, um conjunto de ofícios trocados entre a gerência da *Light*, o sindicato e a LCT.

A *Light and Power*, companhia com sede em Londres (Inglaterra), era detentora, na capital cearense, da concessão da produção de energia elétrica e do transporte público por bondes (os *tramways*) em caráter de monopólio. A *Light* iniciou suas operações em 1913, após adquirir o material da Companhia Ferro-Carril, de bondes movidos por tração animal. Desde então, a companhia inglesa marcou sua presença na cidade, muitas vezes de forma

⁷⁰¹ BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007, p. 66.

conflitiva em relação aos interesses da população. Podemos adentrar um pouco em um dos ambientes de trabalho na *Light* através das recordações de Otacílio de Azevedo.

Otacílio recorda do seu ofício como pintor nas oficinas da *Light* durante a segunda década do século XX. Segundo nos conta, eram dez horas de trabalho diário, nos quais devia remover a camada de tinta velha dos veículos, aplicar produto antiferruginoso, lixar e envernizar. O trabalho “era penoso e demorado”, provocando sérios problemas respiratórios. E, segundo afirma, foi nos intervalos “desse serviço estafante e perigoso” que mais leu e até escreveu, “escondido dos patrões ingleses”, produzindo vários de seus poemas publicados em seguida. Seu relato prossegue avançando sobre o padrão de relacionamento entre os operários e os dirigentes da empresa estrangeira:

Eu disse que o trabalho era penoso e insalubre e o salário vergonhoso. Mas além disso o que mais nos doía era a ausência completa de justiça ou caridade por parte dos donos da Companhia. Certa vez, um dos operários sofreu um acidente: um grande choque o projetou dentro de uma vala e ele quebrou uma perna. Durante algum tempo ele viveu de pequena parte de nossos salários; nós nos cotizávamos e ele recebia agradecido a nossa esmola. Graças a isso não morreu de fome junto com a família. Um dia, ele voltou ao trabalho e ao entrar, mancando um pouco, um dos ingleses em sua fala arrezada, declarou que ele estava na rua – não queriam ali aleijados. Não havia, àquele tempo, amparo legal ao trabalhador no Brasil.⁷⁰²

Nas reminiscências de Otacílio, a impessoalidade gerencial, talvez aprofundada pela diferença nacional, a ausência de “justiça ou caridade” dos patrões no trato com os operários, associadas à carência de “amparo legal” ao trabalhador, marcava uma forma de relacionamento desprovida de reciprocidade (mesmo na forma de uma reciprocidade desigual), na qual o conflito de interesses parecia aflorar com mais vigor, alimentando o sentimento de injustiça.⁷⁰³ Nesse sentido, os trabalhadores só poderiam contar uns com os outros e as melhorias só viriam mediante obra de suas mãos, de forma colaborativa.

Azevedo trabalhou nas oficinas, mas a companhia estava dividida em três setores fundamentais: a usina de energia, o tráfego e as oficinas. Durante vários anos, a lucratividade do negócio dependeu inteiramente da circulação de bondes, no qual estavam envolvidos três grupos de trabalhadores: os motorneiros (que guiavam o veículo), os condutores (que efetuavam as cobranças dos passageiros) e os fiscais. Em greves anteriores (1917, 1919 e 1925), os trabalhadores do tráfego de bondes foram os protagonistas das paralisações, sem

⁷⁰² AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**: reminiscências. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992, p. 89-91.

⁷⁰³ MOORE JR, Barrington. *op. cit.*

contato com os operários da usina e das oficinas. A posição privilegiada do setor, especialmente dos motorneiros, fortalecia seu poder de barganha.

Com o tempo, a expansão do uso da eletricidade em diferentes estabelecimentos alargou os ganhos da empresa em outro campo; simultaneamente, o início da circulação dos ônibus, na segunda metade da década de 1920, provocou uma queda na rentabilidade dos bondes, embora continuassem fundamentais na estratégia de negócios. Além disso, a *Light* teve tempo para preparar um maior número de pessoas aptas a guiar seus *tramways*. O potencial de pressão dos motorneiros (que agora poderiam ser mais facilmente substituídos) e dos demais trabalhadores do tráfego, ficou menor. Em 1929, uma nova greve marcou uma mudança de estratégia, com a união entre os três setores de atividade da companhia. As reivindicações formuladas contemplavam benefícios para todos os grupos, incluindo a aplicação da lei de acidentes de trabalho, de 1919, e da lei de férias, de 1925.

Na greve de 1932, a unidade entre os trabalhadores do tráfego, das oficinas e da usina estava plenamente estabelecida; era, inclusive, a única forma de confrontar o poder da *Light* com chances reais de êxito. A paralisação se mostrou exitosa, demonstrando um alto grau de coesão e o reconhecimento da liderança da Legião na condução da greve:

Decretada a greve, foram postadas turmas de operários, na usina, nas oficinas, em todas as dependências da Companhia, para evitarem todo e qualquer atentado ao seu patrimônio, não sendo impedido que quem o queira volte ao serviço, fure a greve. Neste caso, apenas o que furar será eliminado do Sindicato. Os próprios operários garantem a ordem, o que foi levado ao conhecimento do Sr. Capitão Chefe de Polícia.⁷⁰⁴

Severino Sombra, na coletiva de imprensa, esmiuçou detalhes da ojeriza manifestada pela administração da *Light* quanto ao sindicato dos trabalhadores, o que gerou uma série de incidentes. Acrescentou que, ao levar ao gerente da companhia “o contrato colectivo – garantia dos direitos dos operários, assegurada em todos os grandes centros mundiais, principalmente na Europa – aquele recebeu-o descortêsmente, recebendo revide a altura”.⁷⁰⁵ Os ofícios foram disponibilizados à imprensa, que reproduziu o material na íntegra.

As negociações tiveram início diretamente entre o sindicato da categoria e a gerência da *Light*. O primeiro documento era, justamente, um “Memorial” elaborado em “concorridíssima Assembleia Geral”. No texto, o Sindicato se apresentava como instituição voltada para “defesa e amparo mútuo”, com o objetivo de “mediar, proveitosamente, pelos meios aconselhados de direito, o pacífico entendimento, para que reine a melhor harmonia

⁷⁰⁴ “O movimento grevista do pessoal da Light”. *O Nordeste*, Fortaleza, 27 mar. 1932, p. 1.

⁷⁰⁵ *Ibidem*.

entre operários e dirigentes que representam a Empresa”, isso apesar das “divergências profundas dos interesses que cada parte tem o vital dever de acautelar”. Na sequência, a reivindicação era explicitada: exigiam o afastamento imediato do chefe de serviço, José Paulo (ou José de Paula), intermediário hierárquico entre os administradores ingleses e os operários.

O teor das denúncias não deixava margem para dúvidas quanto ao núcleo da discórdia: o Sr. José de Paula era acusado de instituir uma política de “personalismo” e favoritismo, “aproveitando-se de seu cargo para proteger abertamente os que sejam de seu agrado” enquanto desenvolvia “o máximo rigor contra aqueles de quem não estima”. O alvo prioritário das perseguições eram “todos aqueles que sabe pertencerem a esta sociedade”, com o acréscimo de executar uma “pressão antipathica e inqualificável contra quem quer que saiba intencionado de aproximar-se desta organização de classe”, com o propósito declarado de “aniquilar, dissolver e fragmentar o Sindicato”.⁷⁰⁶

A resposta da *Light* não tardou e também não agradou. No ofício, o gerente interino alegou que só existiriam “vagas acusações” contra o chefe de serviço e, além do mais, a pretensão do Sindicato provocava estranhamento, posto que significaria “uma inversão das normas regulares da hierarquia funcional”; afirmava-se que somente aos superiores caberia avaliar a atuação de seus funcionários, não sendo esse um tema para os operários.⁷⁰⁷ Frente à negativa, as negociações passaram rapidamente para a Legião Cearense do Trabalho.

O ofício da LCT avançava em um ataque direto à postura da companhia, com um estilo retórico habilidoso, provocativo e desafiador. Primeiramente, afirmavam que a “linguagem clara, sincera, franca do operário oprimido” se diferenciava “fortemente da palavra sinuosa, sedição, carregada de preconceitos tirânicos e tradutora de uma mentalidade desambientada, do patrão estrangeiro”. A sequência contemplava um conjunto de questões que reafirmavam o ideal da LCT:

Estaremos no tempo em que o patrão era absoluto? Em que sua vontade, boa ou má, esmagava as liberdades? [...]

Então, porque negar-se o patrão a ouvir aos seus operários e invocar, ridicularmente, uma pretensa “inversão da hierarquia funcional” – expressão bacharelescamente definidora de uma mentalidade liberal burguesa assentada sobre a ideia decrépita da preponderância tirânica do capital sobre o trabalho?

Se há realmente o espírito de colaboração que deve existir entre o Capital e o Trabalho, necessária à salvação da ordem e da pátria, porque a vontade do segundo manifestar-se é inverter a hierarquia funcional?

A verdadeira ordem não é a desordem econômica e a falsa hierarquia introduzidas pelo liberalismo. [...]

Até quando um patrão estrangeiro poderá fingir esquecer que em sua pátria, que não quer ser destruída, as relações entre patrões e operários, ambos organizados,

⁷⁰⁶ “Memorial” [20 fev. 1932]. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 26 e 27 mar. 1932, p. 1. (Edição conjunta)

⁷⁰⁷ “A resposta da *Light*” [23 fev. 1932]. *Ibidem*.

regulam-se por ajustes, contratos collectivos, comissões de conciliação e arbitragem e poderá tentar estabelecer em nossa terra os métodos que há dezenas de annos foram de lá expulsos e que nós aqui não podemos aceitar mais?⁷⁰⁸

Encabeçada pela LCT, a negociação começou a ser aprofundada, com um alargamento da pauta. As demandas, entregues pessoalmente pelo tenente Severino Sombra ao gerente interino da *Light*, J.H. Russell (encontro caracterizado por animosidades, como posteriormente relatou à imprensa o próprio tenente Severino Sombra), previa a feitura de um “Contrato Collectivo” entre a *Ceará Light* e o sindicato dos trabalhadores:

A Legião Cearense do Trabalho propõe a conclusão de um ‘Contrato Collectivo’ entre a Companhia e o Sindicato filiado, sobre as seguintes bases:
1) Revisão dos salários; 2) Regulamentação do trabalho; 3) Reconhecimento do regime de conciliação e arbitragem da Legião; 4) Designação de uma comissão mista para levar a efeito o constante do 1º e 2º itens; 5) Impossibilidade de expulsão da Companhia ou suspensão por mais de dez (10) dias de qualquer membro do Sindicato, durante o período anterior à assinatura do contrato, sem o consentimento expresso da Legião; 6) Nomeação pelo Governo do Estado de uma autoridade, aceita pelas duas partes, para presidir a comissão mista referida no 4º item.
Severino Sombra. Chefe da Legião.⁷⁰⁹

Uma nova força social parecia ameaçar o poder da companhia sobre os trabalhadores: a Legião Cearense do Trabalho, organização de prestígio no meio local, aglutinadora de várias associações. Enquanto se desenvolvia a troca de ofícios e documentos, a demissão de três trabalhadores contribuiu para incendiar ainda mais as animosidades, tornando mais tensa a situação e mais provável uma radicalização nas ações.

A gerência da *Light* tentou ganhar tempo. Em ofício de 21 de março de 1932, o gerente interino Russell solicitava um prazo para aguardar a chegada do Gerente Geral, mister E.M.O. Scott.⁷¹⁰ As lideranças legionárias consideraram ilusórias as expectativas de um tratamento justo da questão por parte do Gerente Scott, resolvendo encaminhar a decretação da greve. No dia 22 de março foram elaborados dois importantes documentos: o decreto do “Tribunal Legionário de Conciliação a Arbitragem”, expondo os fundamentos que legitimariam a ação grevista, tendo em vista que as tentativas de negociação e conciliação não foram bem acolhidas, e um novo Memorial de reivindicações, ainda mais detalhado.

O “Memorial” exigia, nos dois primeiros pontos, a readmissão dos três operários demitidos e o afastamento do Chefe de Serviço, Sr. José de Paula. O terceiro ponto, subdividido em diversos itens, dispunha das cláusulas do contrato coletivo. O item “a” requisitava uma revisão dos salários em 20% para todos os trabalhadores enquanto o item “b”

⁷⁰⁸ “Ofício da Legião” [10 mar. 1932]. *Ibidem*, p. 1 e 2.

⁷⁰⁹ “Contrato Coletivo”. *Ibidem*, p. 2.

⁷¹⁰ *Ibidem*, p. 2.

estipulava que a “Regulamentação escrita do trabalho”, em todos os departamentos, deveria incluir “os processos de escala para o serviço, de promoção de categorias, de horas de trabalho durante o dia e a noite, os serviços próprios de cada operário, os deveres e direitos dos trabalhadores, chefes de serviço, contramestres e patrões, modos de pagamento e tudo o que for necessário à boa marcha do serviço e a extinção do arbítrio pessoal”. Tal regulamento deveria ser confeccionado (conforme o item “f”) por uma comissão de sete membros, três escolhidos pelo sindicato, três pela companhia e um sétimo membro como mediador.

O item “c” previa a formação de uma “Comissão Mista Permanente de Arbitragem”, composta por dois representantes dos operários, dois da companhia e um desempassador. Tal comissão seria, daí por diante, “o único poder competente para suspender, rebaixar, expulsar ou infringir qualquer pena de carácter definitivo aos operários”. O item “d” estipulava a nomeação, pelo Sindicato, de vários “fiscais de trabalho” para observar o pleno respeito ao regulamento. Conforme o item “i”, todos os representantes dos trabalhadores, nas supracitadas comissões, só poderiam ser legionários.

Por fim, restavam reivindicações que pareciam imprescindíveis aos seus formuladores. No item “j” se previa o pleno reconhecimento do sindicato como “representante oficial dos operários da companhia para todos os efeitos econômicos, sociais, moraes e jurídicos, levando em consideração a sua condição de filiada a Legião Cearense do Trabalho”. Tal dispositivo tinha a intenção óbvia de legitimar ambas as organizações, assegurando o poder necessário à associação para efetivamente cumprir o papel que lhe caberia e, ao mesmo tempo, certificar a Legião como órgão aglutinador dos trabalhadores. O item “k” pleiteava o “desconto nas folhas de pagamento das mensalidades dos sócios do Sindicato”. Salta aos olhos a semelhança com o imposto sindical: uma espécie de contribuição compulsória de todos os trabalhadores para financiar a manutenção das organizações operárias.⁷¹¹

O regulamento, a comissão mista permanente de arbitragem e a nomeação de fiscais pelo sindicato formavam um eixo conectado de reivindicações que tinham como finalidade intrínseca criar mecanismos institucionais que avançavam no sentido de um controle operário sobre as relações de trabalho, emparedando a administração da *Light*.

O regulamento, assim se esperava, funcionaria como um dispositivo limitador das volições e do despotismo patronal, pois, ao tornar claras as regras, as atribuições, os direitos e as exatas condições de trabalho, essas ficariam menos sujeitas a mudanças conforme o bel-prazer das chefias, findando, simultaneamente, com qualquer política de personalismo e

⁷¹¹ “Memorial” [22 mar. 1932]. *O Nordeste*, Fortaleza, 27 mar. 1932, p. 4.

favoritismo; seria como uma mediação, que regularia de forma mais equitativa – pelo menos em teoria – as relações entre patrões e trabalhadores no âmbito das atividades cotidianas.

A formação de uma comissão de arbitragem era reivindicação ainda mais ousada, pois a companhia seria forçada a dividir seu poder. Tal comissão se tornaria, uma vez constituída, a instância máxima de autoridade disciplinar, um organismo deliberativo supremo no trato das desavenças cotidianas, dispondo de poder para resolver, em definitivo, quaisquer pendências. Visivelmente, tal medida implicava uma cogestão das relações de trabalho. A companhia não mais poderia decidir, unilateralmente, o destino de seus operários. A opinião, a palavra, o posicionamento e os interesses dos trabalhadores teriam vez e força, respaldados por uma instituição cuja participação desses – em condição paritária – estaria garantida.

Os fiscais, por fim, seriam os olhos e ouvidos do sindicato, uma presença da instituição sindical no interior da companhia, atuando como um elo rápido de comunicação entre a comissão, o sindicato e os trabalhadores, permitindo a fácil e justa resolução de pequenos conflitos e compartilhando o poder no espaço concreto da companhia.

Com a greve, todo esse debate ganhou maior publicidade, empolgando amplos segmentos da classe trabalhadora, tanto que no mesmo dia 27, à noite, foi realizada uma sessão extraordinária na sociedade marítima “Deus e União”, com a presença de várias figuras da expressão da LCT, incluindo Severino Sombra. Em discurso, Severino reforçou o “caracter sadio do movimento” esperando contar com o apoio das demais associações, pois “se no prazo de 48 horas depois de sua declaração, a greve não estiver vitoriosa, os trabalhadores do porto haverão de aderir a parede” e ainda, se passadas outras 48 horas, “os empregados de padarias se enfileirão ao movimento”. Arrematava o líder legionário: “Será a marcha das greves parciais, até uma geral”.⁷¹² Esse movimento era, para a Legião, como uma prova de fogo: a vitória dos trabalhadores da *Light* seria o triunfo da LCT, uma demonstração de seu potencial, daí sua extrema relevância.

No dia 28, *O Nordeste* noticiou que o movimento grevista continuava “na melhor ordem possível, não se registrando o menor incidente”, desfrutando da “simpatia unânime do povo”. Informava ainda acerca da reunião do Conselho Legionário, ocorrida na noite do dia anterior, na sede da “Artística Beneficente”. Fizeram uso da palavra os legionários Aauto Marinho, representando o Sindicato dos Trabalhadores em Curtume, e Marcos Marrocos, representante dos trabalhadores em padarias, ambos garantindo plena solidariedade aos operários em greve. Foi também noticiado que haviam sido realizadas “animadas sessões nas

⁷¹² “Um movimento grevista em Fortaleza”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 26 e 27 mar. 1932, p. 7.

diversas sociedades de classes e populares, fazendo-se ouvir vários oradores sobre o movimento grevista do pessoal da Light”.⁷¹³

As articulações da Legião não se esgotavam no plano local, pois Waldemar Falcão, em telegrama, informou estar divulgando a greve na capital federal, mantendo contatos sucessivos com o interventor Carneiro de Mendonça e com o Ministro do Trabalho:

Além publicação hoje ‘Jornal Rio’ dirigi appello Federação Trabalho que tomará conhecimento sessão hoje. Conferenciei assumpto Interventor Mendonça, combinando meios defender direitos operários Light. Se possível mande detalhes afim conferenciar Ministro Trabalho. Falcão.⁷¹⁴

Rio, 28 – Conferenciei com o Ministro do Trabalho que ficou telegraphar com urgência mandando abrir uma syndicancia para defesa dos direitos do operariado. Publiquei hoje vibrante exposição da causa do proletariado da Light. Mande notícias. Falcão.⁷¹⁵

Localmente, os auxílios e as moções de solidariedade se multiplicavam. A estrutura organizacional da Legião era bastante eficiente, costurando o apoio necessário à greve, inclusive com certa simpatia governamental. Foi em tal contexto, dois dias após o início do movimento, que houve a primeira sinalização positiva, com a promessa de atendimento de parte da pauta, ficando acertada a retirada do Sr. José de Paula da chefia do tráfego, a readmissão dos três operários demitidos e a regulamentação do trabalho.⁷¹⁶ Os demais pontos seriam discutidos na reunião seguinte.

Analisando as decisões, o *Correio do Ceará* afirmou tratar-se de “vitória” do movimento grevista, acrescentando que a companhia e os representantes dos trabalhadores haviam aceitado o desembargador Olívio Câmara (interventor interino) como árbitro.⁷¹⁷ Já o jornal *O Nordeste* divulgava moções de apoio das seguintes agremiações: Deus e União de Aracati, Sociedade Beneficente 2 de Junho, Sociedade Geral dos Automobilistas Cearenses, União Sindical dos Engraxates e União Beneficente dos Empregados em Cafés e Hotéis.⁷¹⁸ Por fim, era destacado que a Legião estava efetuando o pagamento das diárias dos trabalhadores, o que assegurava a subsistência dos mesmos, enquanto um novo telegrama diretamente do Ministério do Trabalho parecia fortalecer a causa dos grevistas.⁷¹⁹

⁷¹³ “O movimento grevista do pessoal da Light”. *O Nordeste*, Fortaleza, 28 mar. 1932, p. 4.

⁷¹⁴ “O movimento grevista do pessoal da Light”. *O Nordeste*, Fortaleza, 27 mar. 1932, p. 9.

⁷¹⁵ “A greve da Light”. *O Nordeste*, Fortaleza, 29 mar. 1932, p. 4.

⁷¹⁶ “A greve da Light”. *O Nordeste*, Fortaleza, 29 mar. 1932, p. 1.

⁷¹⁷ “A greve dos operários da Light”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 29 mar. 1932, p. 7.

⁷¹⁸ “Movimento grevista do pessoal da Light”. *O Nordeste*, Fortaleza, 30 mar. 1932, p. 4.

⁷¹⁹ “De Central Rio, 28 – Informado estar declarada greve, desde sabbado último pessoal Ceara Tramway Light e Power Limited, lembro conveniência essa Interventoria designar comissão arbitral idônea que faça syndicancia sobre causa legitimidade greve, tomando depoimento dos chefes grevistas e dos representantes

De grande importância no momento, foi divulgado um ofício do Clube 3 de Outubro,⁷²⁰ seção do Ceará. Nesse documento, incentivava-se uma intervenção governamental rápida para solucionar a greve: “o Estado deve intervir de uma maneira justa na vida econômico-social da colectividade”, tanto para “evitar que as doutrinas subversivas apresentem-se ao operariado” quanto como as únicas capazes de “levar as forças do capital a ceder”. Neste sentido, cabia aos poderes públicos buscar “fórmulas de conciliação” para solucionar, “dentro da justiça, o dissídio entre patrões e operários”.⁷²¹

Mas nem assim as negociações pareciam chegar a um termo. A demora gerava um clima de dúvida quanto ao que poderia acontecer. O gerente Scott solicitou mais tempo para se comunicar com os acionistas, em Londres. O tenente Severino Sombra, em ofício ao interventor, protestou “contra a maneira criminosa” dos “representantes da Companhia, com demoras de todo injustificadas”, acrescentando que mesmo após a “proposta de arbitragem do Sr. Ministro do Trabalho”, a gerência da *Light* continuava com protelações, no intuito de levar “os operários a capitulação”. Em telegrama à Interventoria, o Ministro Interino do Trabalho dava resposta às dúvidas sobre a formação e o poder deliberativo da comissão arbitral:

Rio, 31 – Respondendo vosso telegramma, Interventor Ceará. Julgo como Vocencia que comissão deve ser constituída apaziguamento partes, sendo dois membros escolhidos pelo Sindicato, dois pela Companhia e desempatador eleito pelos outros quatro. Essa Comissão Arbitral deve resolver definitivamente pontos submettidos. Saudações cordiaes. Afrânio de Mello Franco, Ministro Interino, Trabalho.⁷²²

O ministério, aparentemente, acatava sugestão da LCT sobre o formato da comissão e conferia à mesma poder deliberativo total no assunto. A pressão do Clube 3 de Outubro, no Rio, se mostrou relevante no mesmo sentido: “a ação do grêmio revolucionário junto ao ministro do trabalho tem sido em prol da adoção imediata, para o caso, de uma comissão arbitral, composta de elementos do Sindicato, da *Light* e mais um desempatador”.⁷²³ Se era reconhecida a legitimidade de tal mecanismo, as protelações da companhia só poderiam ser percebidas como medidas espúrias e recebidas com ásperas críticas. Quando os

da Companhia, assegurando toda liberdade e garantia permanência nos cargos dos grevistas depoentes e encaminhando assumpto prompta solução que harmonize interesses colidentes, salvaguardando direitos do operariado e da Companhia. Muito estimaria notícias vossencia me proporcionasse respeito caso. Mello Franco, ministro interino do trabalho”. “A greve dos operários da *Light*”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 31 mar. 1932, p. 7.

⁷²⁰ O Clube 3 de Outubro foi criado em fevereiro de 1931 e representou uma tentativa de organização nacional do movimento tenentista. Basicamente, criticava o federalismo oligárquico, defendia a instauração de um governo forte e intervencionista e era favorável a implantação de uma legislação trabalhista.

⁷²¹ “A greve dos operários da *Light*”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 1 abr. 1932, p. 7.

⁷²² “Continua a greve dos operários da *Light*”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 2 abr. 1932, p. 1.

⁷²³ *Ibidem*.

acionistas ingleses, de Londres, responderam contrariamente à formação de uma comissão arbitral, a temperatura atingiu o limite. No domingo, dia 3 de abril, foi decretada a paralisação para os trabalhadores do porto, com adesão total dos trabalhadores do setor. A promessa de expansão da greve para outras categorias não ficou somente na retórica.

Para o *Correio do Ceará*, a situação ganhou uma dimensão ainda mais preocupante, pois o abastecimento da capital era feito principalmente “por via marítima” diante da falta de gêneros “em vista da seca”:

Não mais embarcando nem desembarcando mercadorias, o commercio ficará ferido de morte nas suas transações, os gêneros alimentícios encarecerão extraordinariamente, prejudicando a população e os próprios grevistas e agravando ainda mais a situação dos flagellados pela secca que estão a morrer de fome.⁷²⁴

Neste mesmo entendimento se posicionariam as autointituladas “classes conservadoras”, em memorial publicado pelo mesmo jornal acima citado. O documento ia assinado pelos seguintes grupos: Associação Comercial, Centro dos Importadores, Centro dos Exportadores, Associação dos Agentes Comerciais, Associação dos Merceeiros, União dos Importadores de Estivas, Centro dos Retalhistas e Phenix Caixeiral. Os elementos supracitados insistiam no problema dos “flagelados que arrastam a sua penúria pelos sertões”, o que gerava sentimentos “de mal-estar e apreensões”, sendo recomendada uma ação “serena, porém enérgica” do governo.⁷²⁵ Decerto, as classes ligadas ao comércio possuíam motivos bem sólidos para considerarem esta questão muito mais relevante – o temor dos saques.

O que se tentava argumentar (tanto a imprensa quanto os grupos acima descritos e, logo, também o governo) eram as circunstâncias extremamente delicadas para o Ceará. Frente à seca e à miséria da população de retirantes, as demandas dos trabalhadores grevistas – já parcialmente atendidas – deveriam dar lugar a um sentimento e comportamento mais humanitário para o bem da coletividade e dos mais necessitados. Fundamentalmente, a prioridade devia ser deslocada para este novo problema social.⁷²⁶

⁷²⁴ “O movimento grevista”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 4 abr. 1932, p. 1.

⁷²⁵ “Continua a greve da Light”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 4 abr. 1932, p. 7.

⁷²⁶ As articulações e medidas estatais foram executadas rapidamente – favorecidas por um período centralizador e intervencionista. Através de uma série de decretos, seria posta em prática uma intervenção no mercado de trabalho e no mercado de alimentos. Para conter a movimentação da massa de retirantes, também seriam criados sete campos de concentração. A opção por uma intervenção estatal era favorecida pelo contexto político do país e a seca se tornava uma questão de segurança nacional. NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Fortaleza- CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 116-129; 135-141.

Os dias seguintes foram decisivos. Após intenso debate (telegráfico) envolvendo o Capitão Carneiro de Mendonça (interventor oficial), o desembargador Olívio Câmara (interventor interino) e o tenente Severino Sombra, foram definidos os acordos possíveis. Sombra argumentou que os pontos ainda controversos seriam o reconhecimento do sindicato e a aceitação, pela *Light*, de um regime de arbitragem. O capitão Carneiro de Mendonça teria respondido que, em virtude da revisão da “legislação Collor” (lei de sindicalização decretada em 1931), não seria possível “assumir compromissos” desse tipo, sugerindo, todavia, ser favorável a uma solução proveitosa aos operários, desde que fosse levada em consideração a difícil condição do estado do Ceará, “assolado por terrível seca”. O interventor solicitou a normalização dos trabalhos, aceitando os pontos já acordados e os demais ficando a critério do Ministério. O líder da Legião respondeu que faria “o pessoal voltar ao trabalho” desde que “o Ministro do Trabalho chame a si a questão”.⁷²⁷ Uma solução parecia estar se desenhando no horizonte político. Faltava, porém, o posicionamento da companhia aceitando o poder deliberativo final do MTIC.

Uma nova reunião, no dia 6 de abril, selaria de vez a questão: “A *Light* aceitou considerar o ministro do trabalho como mediador para resolver esses pontos conforme achar justo, adotando a companhia o ponto de vista de S. Excia. desde que seja transformado em lei”.⁷²⁸ Diante disto, o chefe da LCT, tenente Severino Sombra, deu por encerrada a greve, sendo, então, assinada a ata do acordo. A notícia foi rapidamente divulgada à imprensa e a Legião mandou providenciar grande quantidade de boletins convocando o operariado para uma “festa da vitória”, com uma grande “concentração legionária”.⁷²⁹

O saldo geral foi considerado positivo, uma vitória, segundo a Legião, e não é para menos: o sindicato foi mantido e, apesar das resistências patronais, aceito como interlocutor; a regulamentação do trabalho foi conquistada; o chefe do tráfego substituído; e os três operários readmitidos. Por outro lado, os trabalhadores também tiveram que ceder: o contrato coletivo ficou pendente; os fiscais do sindicato, que atuavam nos departamentos da empresa, não foram instituídos; a comissão mista permanente de arbitragem não foi formada, aguardando legislação específica sobre o tema; e o reajuste salarial seria decidido após análise da situação contábil da empresa. Fica evidente que os dois lados fizeram concessões.

Os trabalhadores, liderados pela LCT, erigiram uma rede de apoio ampla, sensibilizando outros sujeitos e grupos. No caso, a relativa simpatia de autoridades nos vários

⁷²⁷ “A greve da *Light*”. **O Nordeste**, Fortaleza, 5 abr. 1932, p. 1.

⁷²⁸ “Terminou a greve dos operários da *Light*”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 6 abr. 1932, p. 7.

⁷²⁹ **O Nordeste**, Fortaleza, 6 abr. 1932, p. 8.

escalões, especialmente o apoio do Clube 3 de Outubro, que agregava membros ligados ao tenentismo e que atuava como um grupo forte de pressão junto ao governo federal, significou a composição de um poder capaz de rivalizar eficazmente com a companhia inglesa, um contrapeso que alteraria a correlação de forças de forma favorável aos operários.

Parece não haver muitas dúvidas de que o Ministério do Trabalho logrou obter um ganho político significativo, sendo reconhecido como árbitro das desavenças entre patrões e operários. Durante aos anos 1930, o Estado foi ampliando, mediante a pressão contraditória de vários grupos, sua forma de intervenção social, obtendo apoio entre os trabalhadores a partir do real ou imaginário papel de agente regulador das relações de trabalho.⁷³⁰ Como se sabe, tratou-se um processo longo, recheado de incertezas e muito distante da perspectiva de algo elaborado unicamente de cima para baixo. Boa parcela das medidas deve ser relacionada às lutas operárias, embora a forma como fora efetivamente implantada e o resultado geral alcançado dependessem da correlação – obviamente desigual – de forças entre o operariado, o governo e a classe patronal.

5.3 No cais do porto

No romance de Martins D'Alvarez, Francisco Ferreira do Nascimento nutria um grande desejo: “conhecer de perto o mar”. Tão logo chegou à capital e se estabeleceu em uma pensão, tratou de convidar um garoto para lhe servir de guia e ambos rumaram para a praia próxima. Junto com a surpresa pela imensidão de água salgada, sua atenção se fixou no “movimento nervoso” do porto, deixando-nos uma imagem literária daquela realidade:

Passageiros apressados, trabalhadores superlotados, troles abarrotados de caixas e fardos, rangendo nos trilhos, tangidos a muque.

E em volta de tudo aquilo, refletindo a alegria de viver, um mundo de barcos dançava no dorso rebelde das águas.

Francisco, inassimilável aquele tumulto de civilização, na ânsia de observar e conhecer, esgueirava-se untosamente à margem do movimento, agarrado ao paredão do trapiche, até alcançar a escala de acesso às embarcações.

E, sem importunar ou ser importunado, viu como as lanchas engoliam e vomitavam passageiros, trabalho ciclópico, em que o oceano, por vezes, parecia dominado pelos músculos tenazes do homem.⁷³¹

⁷³⁰ Em maio de 1932, pouco depois da greve que analisamos, o governo instituiu a criação de “Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento” e de “Convenções Coletivas de Trabalho”. Os trabalhadores, por conseguinte, poderiam pleitear contratos (convenções) válidos para toda uma categoria e requerer intervenção e julgamento estatal para os problemas de descumprimento da lei. Em novembro desse mesmo ano, o decreto seria alterado, só concedendo o direito de demandar ações nas Juntas e/ou Comissões Mistas aos trabalhadores sindicalizados, uma forma de reforçar o sindicalismo oficial.

⁷³¹ D'ALVAREZ, Martins. *Morro do Moinho* [1937]. In: D'ALVAREZ, Martins. **Ficções**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997, p. 79.

Em uma economia com forte peso do setor comercial (exportador e importador), o porto se tornava ponto de entroncamento de múltiplos interesses: grandes companhias de navegação, casas de comércio, firmas intermediárias, a presença do Estado, todos interessados, de alguma forma, nos negócios de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias. A disputa pelo controle do porto se torna um nó de reivindicações antagônicas. Foi em tal cenário complexo que os trabalhadores portuários atuaram no intuito de ganhar mais influência sobre a atividade econômica e, assim, a ideia de um contrato coletivo, peça importante do programa da LCT, se tornou elemento central.

A regulamentação e o contrato de trabalho pretendidos pelos portuários almejavam a conquista da *closed shop*, expressão inglesa que significa o controle sindical da contratação e gestão da força de trabalho. No porto de Fortaleza, a obtenção da *closed shop* foi um processo longo, que culminou em 1933, após diversas escaramuças de mais de uma década. Nenhuma outra categoria, no período analisado, conseguiu um contrato tão abrangente.

Se a literatura focalizou a agitação do trabalho no porto de Fortaleza, nos deixando uma representação verossímil, o estrangeiro Robert Platt, que visitou a capital cearense na época do romance de Martins D'Alvarez, década de 1930, apontou a lente de sua câmera para o mesmo espaço, produzindo um conjunto de imagens fotográficas de vários ângulos do trabalho portuário, o que nos permite um vislumbre daquela realidade.

Em terra, como podemos perceber, portuários recebiam as mercadorias (no caso, o que parecem ser inúmeros fardos compactados de algodão e outros produtos em sacos, talvez grãos) provenientes das diversas casas comerciais e de fábricas (como a Fábrica Diogo, como pode ser lido na lateral de um dos veículos), e acomodavam os blocos em troles que eram, na sequência, empurrados pelos trilhos em direção à estrutura do píer. Ao longe, navios aguardavam a carga e, talvez, também tenham desembarcado mercadorias. Na extremidade do píer, um guindaste era manobrado de forma a transferir as mercadorias para as embarcações de menor porte ou vice-versa, descarregando de tais embarcações.

Figura 16 – Portuários movimentando troles



Fonte: AGSL Digital Photo Archive: South America. University of Wisconsin. Coleção Robert Platt.

Figura 17 – Portuários em atividade



Fonte: AGSL Digital Photo Archive: South America. University of Wisconsin. Coleção Robert Platt.

Figura 18 – Pequenas embarcações e guindaste do porto



Fonte: AGSL Digital Photo Archive: South America. University of Wisconsin. Coleção Robert Platt.

Pelas próprias características estruturais do porto, navios de maior calado não podiam atracar diretamente no píer, pois a pouca profundidade das águas facilitava o encalhe. A solução era permanecer ancorado à distância e embarcações menores (lanchas, catraias, alvarengas) providenciariam o traslado das mercadorias. Várias firmas possuíam esses tipos de embarcações, que se tornaram parte fundamental da paisagem e das atividades de embarque e desembarque. Quando a maré estava baixa, portuários poderiam receber os volumes diretamente na praia. No *Correio do Ceará*, em edição de 1931, foi estampada uma fotografia demonstrativa de tal situação, na qual podemos ver diversos homens apanhando volumes diretamente na água e caminhando na areia da praia.⁷³² No texto, o lamento: “Quanto a construção do porto de Fortaleza, prevejo, que os navios ainda por muitos annos, continuarão a ser descarregadas por homens seminus que entrando n’água até os peitos, vão receber as mercadorias para trazê-las para terra”.⁷³³

Os limites do porto da capital foram constantemente invocados como um problema que atravancava o progresso da cidade, considerado deveras acanhado frente ao volume crescente das transações comerciais. O *Correio do Ceará*, por exemplo, comentou certa vez sobre as “trabalhosas” e “caras manobras” que tinham que fazer “as mercadorias do comércio do Estado”:

Um volume sae de bordo para uma alvarenga e às vezes nella tem que ficar longo tempo, dias seguidos expostos à água do mar, que as ondas elevam, às chuvas e ao sol. Dessa embarcação passa elle para a ponte e, só então após algum tempo, é revisto e entregue ao dono. Nisto tudo vae um mundo de trabalho, de tempo, de dinheiro e de perigo, de sorte que não só nos fica mais caro o gênero importado, como, também, os produtos de exportação saem mais onerados. Frequentemente os artigos caem e quebram-se, ou ficam avariados por água do mar, ou o que é pior, vão ter ao fundo verde do oceano [...]. Até as taxas de seguro as companhias elevam quando se trata do nosso porto.⁷³⁴

A reprodução da opinião de um abalizado especialista confirmava a precariedade geral, o que obstruía a celeridade tão desejada:

Um único guindaste, a vapor, installado nessa ponte, faz o transbordo das mercadorias. Este serviço, insufficiente pela sua morosidade e pouca capacidade, difficulta o transbordo das mercadorias que demandam o porto, retendo grande parte dellas em alvarengas que aguardam, em um mar revolto, o momento oportuno de sua descarga. Isso traz, naturalmente, o encarecimento da mercadoria pelos seguros onerosos a que estão sujeitas, sem fallar nos prejuízos que causa ao commercio o retardamento da sua entrega.⁷³⁵

⁷³² Pelo desgaste do original, a reprodução da imagem com qualidade se mostrou inviável.

⁷³³ “O porto de Fortaleza”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 2 mar. 1931, p. 15.

⁷³⁴ “O nosso porto”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 27 set. 1930, p. 1.

Diversos projetos foram idealizados, ao longo de décadas, como possíveis soluções, incluindo propostas que defendiam a transferência do porto para a região do Mucuripe, o que só se concretizou na década de 1960. No período que tratamos, portanto, muitos foram os planos que nunca saíram do papel; somente alguns pequenos e pontuais ajustes foram efetivados na estrutura da Ponte Metálica, como era chamado o píer, nas primeiras décadas do século XX.⁷³⁶ Nesse sentido, em Fortaleza, o “trabalho ciclópico” no porto não era diferente da realidade identificada em outras zonas portuárias no tocante à oscilação da chegada e da partida dos navios, agudizada pela precariedade.

Podemos afirmar que o regime de trabalho estava marcado pela sazonalidade, que alternava períodos de intensa atividade com momentos de ócio. Segundo Maria Cecília Velasco e Cruz, a partir da segunda metade do século XIX, a era dos navios a vapor (substituindo os navios à vela) proporcionou maior rapidez nos mares, o que, aliado às melhorias nas comunicações, desenvolvimento de técnicas de armazenagem, refrigeração e conservação dos produtos, tornaram mais regulares e seguras as viagens, mas não eliminaram sua característica oscilante, pois sempre eram possíveis alterações provocadas por mudanças no setor produtivo das mercadorias a serem transportadas, variações nas estações e no clima, além de guerras e crises econômicas variadas.⁷³⁷

De toda forma, tal e qual em outros locais, manter um corpo permanente de trabalhadores empregados raramente era interessante para as companhias de navegação e para as firmas e casas comerciais que operavam nos portos. Muito melhor, do ponto de vista econômico, manter pouquíssimos contratados e recrutar a força de trabalho de forma avulsa e maleável, conforme o caráter errático da chegada dos navios.

A contratação, no fim das contas, ficava nas mãos dos capatazes, que poderiam escolher conforme sua preferência os homens que os acompanhariam em dado serviço. Se tal escolha se repetiria nos dias seguintes, tal dependeria de fatores pessoais, o que favorecia renovadas competições e um sistema de favoritismo. O grupo era comumente chamado de terno, composto por um número variável de integrantes. Os ternos eram formados tanto para o serviço de estiva (movimentação, carregamento, descarga e arrumação de mercadorias nos navios) quanto para o trabalho portuário propriamente (aquele realizado no píer e em terra).

⁷³⁵ “Uma velha aspiração do povo cearense que vai se realizar, afinal”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 27 set. 1930, p. 5.

⁷³⁶ GIRÃO, Raimundo. A tragédia portuária. In: GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1979, p. 209-222.

⁷³⁷ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. **Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

A dinâmica de trabalho nos portos estava ligada ao sistema de contratação, marcado pela disputa cotidiana de vagas na “parede”, termo que indicava o local (ou mais de um local) onde os pretendentes se aglomeravam na expectativa de serem escolhidos para o trabalho naquele dia ou para uma tarefa específica, sem qualquer garantia de continuidade no dia seguinte ou mesmo no próprio dia. Esse formato de contratação gerava uma disputa pelas oportunidades, que poderiam, em certos períodos, ser bem escassas. Era também possível a existência de competições por determinados serviços, como o transporte de cargas específicas, cujo pagamento era maior.

O ideal de regular o trabalho, reduzir ou até eliminar as rivalidades e competições na “parede”, garantir segurança e boa margem de independência no serviço aparece como meta acalentada pelos trabalhadores a partir de suas experiências cotidianas. A *closed shop* era considerada a resposta para tais problemas. O processo que envolveu essa importante conquista pode ser entendido através da sugestão de Maria Cecília Velasco e Cruz sobre a “dialética da solidariedade e da rivalidade” nos portos.⁷³⁸ Submetidos à lógica da rivalidade, oriunda principalmente do sistema de contratação, as várias categorias, especialmente os portuários e os estivadores, realizavam suas atividades de modo colaborativo, em ações conexas; entrava em ação, portanto, a lógica da solidariedade. Ao longo de duas décadas, um esforço gradativo, paciente e consistente, foi executado tendo como objetivo ampliar o controle dos trabalhadores sobre o sistema de contratação, no qual as associações tiveram um papel determinante, galvanizando a solidariedade, aplainando as rixas, atuando como instituição disciplinadora e como um tribunal julgador das divergências.

Para começar, era imperioso enquadrar os capatazes/contramestres/chefes de serviço, termos intercambiáveis. Os capatazes continuavam a ser o elo entre as firmas comerciais e os trabalhadores portuários, dispondo de liberdade para escolha das turmas e autoridade no comando das tarefas. Mas, a partir da prática construída pelas associações, sua atuação foi deixando de ser pautada em um personalismo; sua postura e suas decisões passavam a ser objeto de análise, regulação e, se fosse o caso, repreensão e punição por parte do sindicato da categoria. Tal medida começaria a pôr fim à disputa por serviço no carregamento e descarregamento e avançava com vistas à elaboração de uma tabela única, que precisava ser referendada e cumprida por todos os capatazes. Em 1927, o assunto foi objeto de acalorada discussão, pois um capataz parecia estar descumprindo os acordos:

⁷³⁸ CRUZ, Maria Cecília Velasco. Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 6, n. 6, p. 29-63, 2002.

O companheiro Antônio Moreira, usando a palavra, trouxe, com o consentimento geral, ao conhecimento da mesa, que chamado a fazer um embarque deu o preço de acordo com o do seu colega Antônio Faustino, mas a casa dona do embarque andou a procura de saber do capataz João Lopez o seu preço, o que Moreira veio a saber que este ia fazer por menos da tabela. A diretoria deu ordens ao Sr. 1º Fiscal para se entender a respeito com o capataz João Lopez.⁷³⁹

Na sessão seguinte foi dito, após as verificações, que o capataz João Lopez se comprometeu a seguir a determinação geral. Meses depois, o anseio de instituir uma tabela única prosseguia. Novamente, Antônio Moreira, “capataz do *Lloyd*”, pediu “aos demais capatazes para que todos adotassem um só preço para todas as casas, relativamente ao embarque de mercadorias”. Concordando com o tema, o capataz João Florentino, “da Casa Boris”, hipotecou apoio total à ideia, sugerindo que todos que porventura infringissem o acordo fossem “punidos com uma multa determinada pela Diretoria”. O debate prosseguiu:

Pediu a palavra o companheiro Antônio Faustino de Souza (capataz da Casa Leite Barbosa) o qual propôs a Diretoria que para melhor ordem e regulamentação do serviço, a Diretoria deveria adotar uma tabela, com os respectivos preços, a fim de evitar qualquer irregularidade; em seguida o companheiro Presidente submeteu a apreciação de todos os presentes e sendo aprovado unanimemente.⁷⁴⁰

Fica evidente que a política de controle do processo de trabalho envolvia, também, a solução das rixas, dúvidas e todo tipo de desavenças entre os próprios trabalhadores diretamente no momento de trabalho; o sindicato, portanto, atrai para si o papel de disciplinador dos operários. Especificamente, era preciso coibir determinados comportamentos que atentavam contra a pretensão de regulamentar e gerir as atividades no porto. O sócio Francisco Basil, certa vez, foi suspenso “pelo fiscal” por “se achar em mesa de jogo em ocasião do trabalho”, mas, por ter demonstrado respeito às decisões, a pena foi abrandada.⁷⁴¹ Cícero Pedro e Manoel Ribeiro, “por terem os mesmos travado fortes discussões na ocasião do trabalho”, foram punidos com 4 dias de suspensão.⁷⁴² Em outro momento, três sócios foram suspensos “por estarem brigando por ocasião do trabalho”.⁷⁴³ Os capatazes deveriam tomar cuidados próprios, não tolerando sócios alcoolizados no trabalho.⁷⁴⁴

No cotidiano do cais, cabia ao Fiscal Geral acompanhar, avaliar e decidir de forma rápida os casos que fossem surgindo: “Ficou unanimemente resolvido que o Fiscal Geral

⁷³⁹ Ata da Sessão de Assembleia Geral do STPF, 10 de agosto de 1927.

⁷⁴⁰ Ata da Reunião dos Chefes de Serviço do STPF, 23 de novembro de 1927.

⁷⁴¹ Ata da Sessão Ordinária do STPF, 31 de maio de 1925.

⁷⁴² Ata da Sessão Ordinária do STPF, 17 de junho de 1928.

⁷⁴³ Ata da Sessão Ordinária do STPF, 8 de dezembro de 1928.

⁷⁴⁴ Ata da Sessão Ordinária do STPF, 03 de junho de 1928.

superintenda-se com todo o serviço externo da ‘Sociedade’ como seja: questão no trabalho de qualquer espécie, abandono de serviço por embriaguez; brigas; palavras obscenas e qualquer coisa que venha trazer trabalhos para a ‘Sociedade’”.⁷⁴⁵

Como foi possível acompanhar pelo exame dos livros de atas do STPF, o sindicato atuou como um tribunal que julgava e punia o comportamento dos membros, mediante o respaldo de ampla maioria. Muitas vezes, os benefícios prestados pela agremiação foram atrelados a um comportamento público moralmente aceitável. Reduzir o consumo do álcool e as brigas moralizava e dignificava a categoria e a instituição, credenciando o sindicato como agente capaz de controlar o processo de trabalho em sentido amplo. É correto que isso não foi estabelecido de uma hora para outra e que as ações da organização sindical, no período indicado, se apoiavam e dialogavam com a cultura de trabalho dos portuários.

A *Gazeta de Notícias*, no texto “Estivadores de Aço”, justamente quando a categoria estava prestes a conquistar o tão almejado contrato coletivo, comentou e avaliou a cultura de trabalho dos homens do porto e as características de sua atuação social e política. Afirmaram, inicialmente, que o porto era o local “onde mais se trabalha e onde a alegria nunca fugiu”, pois bastava qualquer um se deter ali por um lapso de tempo (similar ao personagem Francisco Ferreira no romance de Martins D’Alvarez) para notar “a resignação e tenacidade do trabalhador cearense”, conduzindo “pesados fardos”, porém “mantendo nos lábios o eterno sorriso”. E a fadiga era secundária, pois “Havendo serviço, existindo lanchas atracadas ao viaduto, trabalha a capatazia dois e mais dias ininterruptos”. Se um “novato” ou mesmo um “veterano” “ousa dizer que as pernas lhe doem, recebe logo os desmoralizantes epítetos – ‘parteira aposentada’, ‘aberto’”:

Se faz cara feia, se reclama do peso de um volume, se se escora aos outros, quando empurrando os troles, o ferreteamento consiste em ser posto em dúvida a fidelidade do lar do maldizente, dúvida essa proclamada, por eufemismos, em alta voz. Assim eles chamam o queixoso de “côco”, “gordo”, “corvo” e “gouro”.

O imputado não se aborrece. Ri. Mas a réplica é fulminante.

[...]

E graças e risotas dos picantes ditos fazem com que o tempo voe para aqueles gigantes da força física e da fortaleza de ânimo.⁷⁴⁶

A imagem projetada fala de homens destemidos e alegres, uma cultura de ofício que entremeia o esforço físico exaustivo, podendo varar dia e noite, com a existência de uma camaradagem cotidiana no exercício laboral, cujas brincadeiras e zombarias podiam amenizar o cansaço, mas sem perder a possibilidade de reprimendas contra aqueles que procuravam,

⁷⁴⁵ Ata da Reunião dos Chefes de Serviço do STPF, 11 de dezembro de 1930.

⁷⁴⁶ “Estivadores de Aço”. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 5 mar. 1933, p. 6.

por exemplo, se apoiar no trabalho dos outros. Força e honra pareciam se mesclar e apontavam para a valorização da resistência física: “A utilização de símbolos de virilidade estabelecia distinções binárias entre aptidão e inabilidade, força e fraqueza, destreza e negligência, masculino e feminino, disciplina e inobservância no serviço”.⁷⁴⁷

Além disso, do ponto de vista político, continuava o mesmo texto, os portuários cearenses manifestariam, supostamente, uma postura diferente de seus congêneres do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, já que esses viveriam “em eterno pé de guerra”, como um “Vesúvio prestes a deitar lavas”. Os trabalhadores do porto de Fortaleza, por outro lado, “produzem o duplo, ganham menos e não tem sequer o arremedo do conforto usufruído pelos seus companheiros”. Embora sempre “prontos a repelir uma afronta a punhal ou a cacete”, seriam “ordeiros e produtores”, aguardando uma “lei estadual ou federal que regule a sua posição, perante os patrões”. Apesar da insistência quanto a imaginada diferença entre os portuários de Fortaleza em comparação com os de outros estados (mais rebeldes os últimos e mais pacíficos os primeiros), o texto afirma que já ocorreram pelo menos três greves recentes e que a categoria estava pronta, disciplinada e decidida para novas lutas:

A ausência de lei reguladora da matéria ventilada é danosa ao trabalhador, como também prejudicial ao comércio e às próprias companhias de navegação. Surge, por exemplo, um incidente entre o agente e o chefe de estiva. Não há lei porque se baseiem os desavindos. Formam-se então as sessões nas sedes das sociedades, trocam-se ofícios e nada resolvem a contento geral. O resultado é a greve. Paralisam o tráfego marítimo e, com isso, vão se dezenas e dezenas de contos de réis em prejuízos, em poucos dias, para ambas as partes em discórdia. Do ano passado para cá, já três *paredes* se verificaram ali. E outras hão de vir. Capatazia e estiva estão arregimentadas em um só bloco e são sobremodo disciplinadas. Para uma greve basta um grito do chefe. E o capataz geral – Sr. Vital Félix de Souza – em quem eles confiam inteiramente, pelo modo correto de proceder, não trepida em dar sinal de levante pacífico logo haja sobejas razões para isso.⁷⁴⁸

Como nos lembra Velasco e Cruz, no porto, temos uma “comunidade operária tecida por práticas de trabalho manual costumeiras e saberes que são mantidos sob o controle do grupo e aprendido *in loco*, trabalhando junto e de forma coletiva”.⁷⁴⁹ Se o aprendizado do ofício ocorre trabalhando, o mesmo se dá com as táticas de resistência e enfrentamento, aprendidas e recriadas na prática. No caso, o sindicato buscou se apoiar em uma militância de base, construindo um espaço de atuação alicerçado na incorporação de tais práticas exercidas no cais e oferecendo respostas às necessidades operárias.

⁷⁴⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. *op. cit.*, p. 150.

⁷⁴⁸ “Estivadores de Aço”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 5 mar. 1933, p. 6.

⁷⁴⁹ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *op. cit.*, p. 43.

Como vimos até aqui, a dinâmica de trabalho, comum nos diversos portos, era marcada pela sazonalidade. Levando em consideração esse aspecto e a precariedade técnica do porto de Fortaleza, tornava-se corriqueira uma disputa cotidiana em torno da velocidade, da eficiência e do custo dos serviços, como analisamos com destaque anteriormente. Entrava na equação o “fator tempo”. Para as companhias de navegação, o ganho provinha do navio no mar, em trânsito; navio ancorado demoradamente no cais redundava em prejuízo. Da mesma maneira, para as casas comerciais, qualquer retardo no embarque ou desembarque representava um acréscimo nos custos operacionais ou até prejuízos maiores, caso a mercadoria fosse perecível ou afetada por intempéries ou pela água do mar. Ora, sendo um ofício no qual as máquinas tinham pouca importância na definição do ritmo, podemos imaginar a margem de poder dos trabalhadores, como bem citou Fernando Teixeira:

Durante muito tempo, o principal ‘instrumento’ do trabalho nos portos foi a força física, empregada pelos ternos de estiva e docas, de forma que o funcionamento do trabalho dependia, em grau elevado, da perícia e da capacidade de iniciativa dos trabalhadores.

[...]

Como as despesas com a estiva atingiam grande parte da receita bruta das companhias de navegação, a margem de lucros dependia muito do ritmo de trabalho.

[...] Por outro lado, a urgência dos armadores fazia com que o tempo fosse um poderoso aliado dos estivadores. Como grande parte das operações não era ritmada por máquinas automáticas e as cargas e dimensões dos navios eram padronizadas, a eficiência no trabalho dependia de um considerável grau de habilidade dos estivadores na improvisação de iniciativas no decorrer da jornada.⁷⁵⁰

O grande número de casas comerciais e firmas atuante no porto pulverizava o campo patronal, o que até certo ponto oportunizava formas de pressão pautadas na exploração de tal brecha, por exemplo, realizando paralisações parciais, atrasando o embarque ou desembarque somente daqueles que se recusavam a negociar, e continuando normalmente o trabalho com os demais estabelecimentos. Em 1925, por exemplo, uma comissão da “Deus e Mar” compareceu na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Porto propondo uma “greve contra a casa do Sr. Jeremias Arruda”,⁷⁵¹ sugestão momentaneamente recusada. O caso revela que eram comuns paralisações focadas em uma ou poucas casas comerciais, sem que fosse necessária a decretação de uma greve geral no cais.

Percebemos, assim, uma arma relativamente eficaz na mão de estivadores e portuários: as pequenas e breves paralisações. Paralelamente, o Sindicato atuava no plano da negociação, buscando fechar acordos e resolver desavenças com as firmas de forma mais duradoura. Durante a década de 1920, o acompanhamento da vida sindical do STPF apontou

⁷⁵⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. *op. cit.*, p. 148 e 171.

⁷⁵¹ Ata da sessão ordinária do STPF, 26 de abril de 1925.

para uma rotina que buscava evitar grandes confrontações e optava por ações políticas moderadas, uma postura que pretendia garantir a respeitabilidade e o reconhecimento público do grupo e da instituição, sem perder de vista os avanços possíveis no controle do cais.

Como já era de se imaginar, o intento dos trabalhadores, mediados pelo Sindicato, precisava ser negociado e/ou imposto aos armadores, firmas e casas comerciais. Em certa ocasião, por exemplo, isso ficou explícito: “Com a palavra o sócio Cícero Bernardo, o qual levou ao conhecimento da Diretoria que a firma V. Castro e Filho, da qual é Capataz, havia o dispensado de seu trabalho por não se submeter a fazer o serviço por menos da tabela”.⁷⁵²

De forma similar, em reunião no Centro dos Exportadores, foi negociado o preço do transporte considerando o peso, sendo fechado acordo com as casas comerciais “Joaquim Gonçalves” e “Gradvohl & Filhos”: “dando o seguinte resultado: aumento de R\$ 50 por cada unidade de sacaria, limite de peso de cada unidade 100 ribas e multa de 10% por cada infração de excesso no limite do peso”.⁷⁵³ Enquanto isso, outras firmas tentavam reduzir o custo do transporte. O expediente da sessão ordinária de setembro de 1929 “constou de um ofício da Firma F. Moreira e Mirtyl Lima reclamando sob o embarque do algodão relativamente ao preço de 1.000 réis do Pavilhão para Ponte; propõem 800 réis do Pavilhão à Ponte”.⁷⁵⁴ Em sessão seguinte, foi encaminhado um ofício diretamente ao “Centro dos Exportadores” sobre o embarque do algodão tipo almofadinha.⁷⁵⁵ Algumas sessões depois, o “Centro” respondeu “que estava de acordo com o ofício”, ficando ajustado o “preço do transporte do algodão denominado almofadinha”.⁷⁵⁶

Avançando palmo a palmo, a diretoria do sindicato apelava em prol de “maior união”, especialmente para “sustar qualquer revanche que venha contra nós”.⁷⁵⁷ Alguns meses depois, a tabela continuava como objeto de discussão:

Depois de iniciados os trabalhos entrou em discussão a confecção da tabela de serviço, que deverá ser rigorosamente respeitada por todos os chefes de serviço; em torno desse assunto [após várias ideias] ficou definitivamente assentado um acordo com todos para qualquer serviço extra seja consultado o Fiscal Geral da sociedade, com o fim de evitar mal entendimento da parte dos trabalhadores, pois que os demais serviços de acordo com a praxe e todos são sabedores como deve ser cobrado.⁷⁵⁸

⁷⁵² Ata da Sessão Ordinária do STPF, 4 de novembro de 1928.

⁷⁵³ Ata da Sessão Ordinária do STPF, 30 de junho de 1929.

⁷⁵⁴ Ata da Sessão Ordinária do STPF, 15 de setembro de 1929.

⁷⁵⁵ Ata da Sessão Ordinária do STPF, 22 de setembro de 1929.

⁷⁵⁶ Ata da Sessão Ordinária do STPF, 10 de novembro de 1929.

⁷⁵⁷ Ata da Sessão Ordinária do STPF, 19 de junho de 1930.

⁷⁵⁸ Ata da Reunião dos Chefes de Serviço do STPF, 11 de dezembro de 1930.

Além do sistema de contratação, uma série de elementos impactavam as condições de trabalho, especialmente quatro aspectos: a) o tipo de mercadoria a ser embarcada ou desembarcada, o que gerava a necessidade de maiores ou menores cuidados no traslado e no seu adequado acondicionamento; b) o peso/volume; c) os horários e dias específicos das atividades, considerando valores extraordinários conforme a variação entre os períodos diurno e noturno e entre os “dias úteis” e os domingos e feriados; d) a distância a ser percorrida, critério mais relevante para os portuários que para os estivadores.

As múltiplas combinações possíveis entre os quatro elementos geravam mais trabalho ou exigiam ritmo mais intenso, demandavam maior vigor, provocavam maior desgaste físico e/ou aumentavam os riscos. Tudo isso, portanto, era objeto de debates e de embates. Garantir a preferência no serviço para os sócios e tabelar os preços parece ter sido o foco inicial da Sociedade Deus e Mar (desde 1912) e do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza, a partir de 1921, mas, para ampliar o terreno de controle sindical sobre as relações de trabalho, era imprescindível que as categorias atuassem como um exército disciplinado e pudessem dispor de força suficiente para enfrentar as companhias de navegação, os proprietários de pequenas embarcações e as casas comerciais.

O histórico de atuação estratégica demonstrava uma postura pautada em manter boas relações com sujeitos de outras classes e autoridades e participar de organismos maiores. A adesão ao legionarismo se insere como uma continuidade de tal prática. O repertório de propostas da LCT dialogava facilmente com as ações correntes da categoria. Não parece haver dúvida que a ideia de um contrato coletivo germinava entre os trabalhadores do porto bem antes do surgimento da LCT, sendo assim, os projetos se fertilizavam mutuamente. No início da década de 1930, com um alargamento do horizonte de expectativas, tal militância se tornou bem mais aguerrida, com três greves em um curto espaço de tempo. Combinando alianças políticas e uma pressão ampliada, a expectativa era mover a balança, decisivamente, para o lado dos trabalhadores.

Das três greves citadas, duas são facilmente localizáveis na imprensa.⁷⁵⁹ Uma já mencionamos, pois se tratou da paralisação geral do porto em solidariedade à greve dos trabalhadores da *Light*. A outra ocorreu entre os estivadores que trabalhavam para a companhia *Booth & Co. Ltd.*, em janeiro de 1933, cujo estopim foi a recusa da citada companhia em aceitar o Sr. José Felipe da Silva como capataz geral da estiva. O referido José Felipe havia desempenhado tal função durante muitos anos, mas, em 1928, com a cisão da “Deus e Mar” e o surgimento da “União Marítima”, o serviço foi dividido, o que decerto

⁷⁵⁹ A outra greve não ganhou destaque na imprensa, talvez por ter sido bastante rápida.

favorecia bastante a *Booth*, que aproveitou tal divisão como forma de pressionar para baixo os pagamentos da estivagem. Quando, em 1931, as duas associações foram reunificadas, formando a “Deus e União”, a companhia de navegação continuou recusando uma negociação unificada, evitando que José Felipe assumisse o comando de toda a estiva.⁷⁶⁰

Os estivadores se mantiveram irredutíveis, exigindo o respeito à posição de José Felipe como capataz geral,⁷⁶¹ demonstrando que reconheciam sua legitimidade no desempenho da função, sendo lícito imaginar que ele conquistou o apoio coletivo por significativa reciprocidade no exercício da tarefa, provavelmente atuando conforme expectativas caras ao grupo. Após 3 dias de paralisação foi fechado acordo no qual José Felipe comandaria o serviço de estiva de 7 navios a cada dez, ficando os demais a critério da *Booth*.⁷⁶² O mais interessante no caso é, em primeiro lugar, a insistência dos estivadores em definir quem teria o papel de coordenar as atividades, defendendo o capataz que julgavam merecer sua confiança; em segundo lugar, a rapidez do resultado, pois, provavelmente, a *Booth* não pretendia enfrentar uma paralisação longa, considerando que já estava com dois navios ociosos no porto; em terceiro lugar, uma greve focada em uma única companhia, coerente com o que discutimos anteriormente.

Interessante observar que o decréscimo das atividades no porto (por conta da seca em 1932 e 1933) não parece ter afetado a mobilização dos estivadores e dos portuários. Em setembro de 1933, a “Deus e União” e o Sindicato dos Trabalhadores do Porto tomaram a iniciativa de retomar a luta pela regulamentação dos serviços no cais, matéria rapidamente abraçada pela LCT, novamente defendendo a urgência de um grande contrato coletivo.⁷⁶³ Alguns dias depois, as companhias, agentes e casas comerciais apresentaram uma contraproposta, vista como sinal positivo.⁷⁶⁴ Não demorou para que as páginas do *Legionário* estampassem a notícia de “Uma grande vitória da Legião”: “A situação dos operários da praia, de agora em diante, apresenta-se perfeitamente regularizada, e, ao par de aumento razoável de salário, assegura garantia e justiça na distribuição dos serviços”.⁷⁶⁵ Conforme o jornal *O Nordeste*:

⁷⁶⁰ “Greve na praia”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 16 jan. 1933, p. 7.

⁷⁶¹ “A greve dos estivadores”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 17 jan. 1933, p. 7.

⁷⁶² “A greve dos estivadores da Booth”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 jan. 1933, p. 2.

⁷⁶³ “A ‘Deus e União’ e o ‘Sindicato dos Trabalhadores do Porto’ se movimentam”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 27, 2 set. 1933, p. 1.

⁷⁶⁴ “A Legião continua a pugnar pelas reivindicações dos trabalhadores da praia”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 28, 9 set. 1933, p. 1.

⁷⁶⁵ “Uma grande vitória da Legião”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 29, 16 set. 1933, p. 9. A primeira parte do contrato, envolvendo o trabalho de estiva, foi assinado por Oscar Pettezzoni [representante da companhia Lloyd Brasileiro], Bolívar Purcell [gerente da *Booth Co. Ltd.*], Stanley Nottingham [representando a casa Leite Barbosa & Cia], Antônio Rodrigues Carneiro [da Casa Boris] e Vicente Castro Filho [proprietário da

O contracto, além de garantir justiça na distribuição dos serviços, traz um aumento regular de salário, ficando as sociedades acima referidas, com a exclusividade dos serviços.

Os patrões, por sua vez, lucrarão por ficarem as sociedades responsabilizadas pelo serviço, fiscalizando o trabalho dos operários, impondo a ordem e a disciplina necessária, sem, com isto, se preocuparem aquelles.⁷⁶⁶

Pelo contrato, ficava definido que o serviço de estiva seria efetuado por trabalhadores matriculados na capitania dos portos e sócios da “Deus e União”, respeitando o critério de nove membros em cada terno para navios providos de guinchos hidráulicos e onze para navios servidos por madeiramento. A escala dos ternos se daria mediante rodízio, equalizando as oportunidades e eliminando a disputa por serviços melhores. A sociedade impediria o embarque de qualquer trabalhador em estado de embriaguez e as companhias poderiam recusar nomes se pairassem dúvidas quanto à honestidade. Estivadores e contramestres se comprometiam a proceder com respeito, cuidado, decência e asseio às atividades, devendo ser punidos pela sociedade em caso de inobservância. O dia de trabalho estava definido das 7 às 16h; enquanto o trabalho noturno iria das 19h até 4h, com intervalos para refeições. Nos domingos e feriados (especificamente Ano Bom, Sexta-Feira da Paixão, 1º de Maio, Finados e Natal), cada período seria reduzido em uma hora. Os pagamentos seriam contabilizados por hora trabalhada, variando o valor conforme a distinção de horário diurno ou noturno e entre dias úteis e os domingos e feriados.⁷⁶⁷

Para o trabalho dos portuários, em terra e no píer, uma tabela discriminava o valor do serviço considerando o tipo de mercadoria, o peso, o local exato de recepção ou descarga e a diferença conforme o trabalho fosse dentro do horário regulamentar ou como atividade extraordinária. A minuciosidade procurava deixar cobertas as variantes, eliminando dúvidas. Mais de 40 casas comerciais assinaram o acordo, com o compromisso de respeitar a tabela.

firma V. Castro Filho, que operava o serviço com pequenas embarcações]. Pelos operários assinaram o contrato capitão Jehovah Motta, Vital Félix de Souza [presidente do STPF] e João Luiz de Deus [presidente da “Deus e União”].

⁷⁶⁶ “Realizando um dos postulados do Ideal Legionário”. **O Nordeste**, Fortaleza, 13 out. 1933, p. 4.

⁷⁶⁷ “Contracto Colletivo”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 34, 21 out. 1933, p. 1 e 6.

Figura 19 – Tabela de preços de embarques e desembarques no porto de Fortaleza.

ESPECIE	Preço, recebendo a mercadoria nos armazens do quadro do porto		Preço, recebendo a mercadoria no Pavilhão		Preço, recebendo a mercadoria em localidades diversas		OBSERVAÇÕES
	No Horário	No Extraordinário	No Horário	No Extraordinário	No Horário	No Extraordinário	
Algodão almofadinha 180 kilos	1\$500	1\$800	1\$100	1\$500			
Mamona—sacco	\$500	\$600	\$350	\$400			
Caroço de algodão	\$500	\$600	\$350	\$400			
Cera	\$800	1\$000	\$600	\$800			
Peltes—fardos	\$015	\$020	\$010	\$015			Preço por kilo
Couros	\$015	\$020	\$010	\$015			Idem idem
Couros a granel	\$180	\$230	\$150	\$180			Idem por unidade
Kerozene e gasolina, 2 latas					\$250	\$300	Em qualquer armazem de inflamaveis
Kerozene, 3 latas					\$300	\$400	Idem idem idem
Cimento até 50 kilos	\$250	\$300	\$200	\$250			Na Fabrica de cimento
Idem idem					\$300	\$350	Nos armazens da Inspectoria proximos ao Pavilhão
Idem idem					\$220	\$280	
Idem em barricas de 180 kilos	1\$300	1\$500	\$800	1\$000			
Idem em barricas de 150 ditos	1\$100	1\$300	\$700	\$900			
Idem idem 180 ditos					1\$000	1\$200	Nos armazens da Inspectoria proximos ao Pavilhão
Idem idem 150 ditos					\$900	1\$100	Idem idem idem
Caixas de cerveja vãsias	\$250	\$300	\$200	\$240			
Engradados idem idem	\$200	\$240	\$150	\$180			
Saccaria em geral—60 kilos	\$350	\$450	\$200	\$280			Seccaria superior e inferior a 60 ks. preço—será nesta base
Alcatrão em tambores					2\$500	3\$000	Recebendo no Gazometro
Barris com oleo de 200 kilos					2\$400	2\$900	Idem na Cia. Industrial Algodão e Oleo
Idem idem pequenos					1\$800	2\$100	Idem idem idem
Idem idem de 200 kilos	1\$800	2\$300	1\$000	1\$300			
Idem idem pequenos	1\$200	1\$400	\$800	1\$000			
Barricas de vasilhames grandes	2\$500	3\$000	1\$500	2\$000			
Tambores de ferro, vãsios pequenos	\$600	\$700	\$500	\$600			
Idem idem idem grandes	\$900	1\$000	\$800	\$900			
Residuo—fardo de 60 kilos	\$350	\$450	\$200	\$250			

CARGA POR TONELADA (PESO) Preço — 4\$500 dentro do horario — 5\$000 com extraordinario, compreendendo as mercadorias abaixo especificadas e mais qualquer outra, cujo preço não foi fixado por unidade.

«Fardos de tecidos de qualquer tamanho; Calxaria de qualquer especie; ferro; Rolos de sola; encapados de qualquer especie; caixas de sabão; fardos de redes; fardos de esteiras; fardos de chapéus; tubos de oxigenio; rolos de fimo; arame farpado c/aumento de 10 % Volumes de grande peso da Rede de Viação Cearense e Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas, serão pagos a 4\$500 dentro do horario e 5\$000 com extraordinario, por tonelada (peso), comprometendo-se a firma encarregada do serviço, a prestar algum auxilio para facilitar o trabalho quando necessario, como seja:—obter o guindaste da Rede de Viação Cearense e locomotiva para conduzir os carros.

Fonte: *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 35, 28 out. 1933, p. 4.

Esse grande contrato coletivo marcou a obtenção da *closed shop* entre os portuários e os estivadores locais, similar aos seus congêneres do Rio de Janeiro (que haviam obtido tal conquista no início do século XX) e de Santos (que também alcançaram a *closed shop* em 1933). O acordo contemplava um sistema que prometia findar as disputas na contratação, equalizando as oportunidades, e garantindo, simultaneamente, pagamentos conforme a carga, o horário e os dias específicos, de forma uniformizada, o que atendia a uma antiga reivindicação dos trabalhadores do porto. Como a bibliografia sobre o tema destaca, os avanços obtidos pelos portuários foram, posteriormente, incorporados na legislação trabalhista, longe da ideia de uma antecipação estatal às demandas e reivindicações operárias. A legislação, no caso, consagrou conquistas obtidas mediante longas e difíceis lutas.

5.4 “Sapateiros a postos”

A greve dos sapateiros foi a mais longa do período, totalizando 29 dias. Seria tentador imaginar e sugerir, a partir disso, que os sapateiros de Fortaleza se caracterizariam por forte radicalismo social e político, com uma militância aguerrida em assuntos atinentes ao seu ofício e a temas mais amplos, destacando-se entre as demais categorias e, talvez, assumindo papel de ponta como liderança, semelhante ao que foi analisado por Eric Hobsbawm e Joan Scott em texto clássico.⁷⁶⁸ Mas a realidade, contudo, não era exatamente assim, pois dificilmente os sapateiros apareciam com alguma proeminência.

Na formação da “Sociedade Beneficente União Operária”, em 1890, somente dois sapateiros assinaram a convocação, número igual ao de funileiros, ferreiros e ourives, e menor que o de tipógrafos (4) e de carpinas (3).⁷⁶⁹ No mesmo sentido, o Partido Operário, também de 1890, não registrou nenhum sapateiro entre os signatários de seu “Manifesto”, frente a 3 pedreiros, 3 alfaiates, 1 maquinista, 1 carpina, 1 marceneiro, 1 tipógrafo e 1 fundidor.⁷⁷⁰ É de se imaginar que o quantitativo de sapateiros na cidade fosse, à época, maior que algumas das categorias citadas. Nos anos 1920, militantes ligados ao Anarquismo comentavam, através do jornal *Voz do Graphico*, que a “União dos Sapateiros” estaria marcada pela “inconsciência da maior parte desses operários”,⁷⁷¹ e, no início da década de 1930, os sapateiros não se destacavam no cotidiano da LCT, não desempenhando papel saliente na estrutura organizativa e/ou nas reuniões legionárias, com exceção do período de greve.

A imprensa, inclusive, não citava os sapateiros como grupo particularmente bem organizado e/ou militante. Na época, os portuários é que eram mencionados como detentores de uma eficiente organização, e os padeiros, por sua vez, eram julgados como excepcionalmente insubordinados e até radicais. Em resumo, os sapateiros, como se percebe, não se sobressaíam nesse campo.

Poderíamos supor que o ofício deteria uma reputação mais afeita a festas e circuitos de intensa sociabilidade na comparação com outros trabalhadores? Sem dúvida, localizamos artífices e aprendizes sapateiros em momentos festivos variados, inclusive como integrantes de bandas em bordeis. Contudo, a análise da imprensa e, especialmente, das crônicas policiais, não permite afirmar qualquer tendência especial dos sapateiros nesse

⁷⁶⁸ HOBBSAWM, Eric; SCOTT, Joan. Sapateiros politizados. In: HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

⁷⁶⁹ “Aos operários”. **Libertador**, Fortaleza, 17 jun. 1890, p. 3.

⁷⁷⁰ “Partido Operário – Manifesto”. **O Cearense**, Fortaleza, 9 jul. 1890, p. 1.

⁷⁷¹ “Semana do Trabalhador”. **Voz do Graphico**, Fortaleza, ano I, n. 3, 6 jan. 1921.

aspecto; estavam, portanto, tão bem representados quanto outros grupos, embora pesquisas mais aprofundadas possam ser feitas. Também não os encontramos com destaque entre aqueles considerados pelas autoridades policiais como “ébrios” e “desordeiros”. No perfil elaborado por Raul Max Costa, a partir dos processos criminais entre 1917 e 1935, os sapateiros não figuram como categoria representativa, muito pelo contrário. Conforme demonstrado no levantamento do autor, jornaleiros, carreteiros, agricultores, ambulantes, domésticas, meretrizes e até mesmo policiais surgem com mais destaque.⁷⁷²

O caminho para a compreensão das características do ofício precisa ser buscado de outras formas, combinando impressões qualitativas e dados quantitativos. A literatura e os censos, portanto, são vias de entrada preferenciais.

No conto “*Sapateiro também é gente*”, de 1932, Fran Martins narra a desventura do jovem Juca, oficial sapateiro na oficina de mestre Josino. Juca estava enamorado de Glorinha, moça criada pela tia, Dona Ernestina. Esse relacionamento, no entanto, não era permitido pela tia da jovem, posto que o humilde sapateiro, apesar de honesto, era um simples trabalhador manual e não possuía cultura letrada para ser um bom pretendente. Juca resolve deixar por um tempo a oficina, recomendando o rapaz Honório da Cachoeira em seu lugar, apesar do lamento do patrão de perder tão talentoso trabalhador. Um tempo fora da cidade e Juca volta dominando as letras, sabendo ler, escrever e recitar poemas. No entanto, suas desventuras não tiveram fim: a moça já estava noiva do mesmo rapaz que havia ficado em seu posto na oficina. Juca, atônito, não compreende como isso seria possível. A explicação foi fulminante: a tia adoecera e, antes de seu falecimento, fez a sobrinha jurar que se casaria com Honório da Cachoeira, já que a família estava passando por dificuldades financeiras e a moça deveria selar matrimônio com alguém detentor de um ofício seguro capaz de garantir o sustento familiar.⁷⁷³

No romance *Ponta de Rua*, também de Fran Martins, temos outra representação bem curiosa: a “negra Romana”, viúva, reclamava de sua difícil situação financeira, indicando que antes, enquanto seu marido estava vivo, cuja profissão era justamente a de sapateiro, “não dependia dos outros, tinha vontade própria”.⁷⁷⁴ No romance *Morro do Moinho*, Quinó,

⁷⁷² COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915 – 1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, 2009, p. 75.

⁷⁷³ MARTINS, Fran. *Sapateiro também é gente*. In: MARTINS, Fran. **Manipueira: contos de Juazeiro do Padre Cícero**. Fortaleza: Gráfica Urânia, 1932, p. 65-71.

⁷⁷⁴ MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1999, p. 63.

também viúva, maldiz as escolhas de seu falecido marido, sapateiro, que ensinou o filho “a ler, a escrever e a contar”, mas não o ensinou, a tempo, o ofício.⁷⁷⁵

Do ponto de vista das representações literárias, ser sapateiro, nos anos 1930, era possuir um ofício respeitável, que garantia a sobrevivência do trabalhador e de sua família de forma frugal, sendo possível o aprendizado familiar da profissão, passado de pai para filho, o que sugere uma relativa autonomia associada ao domínio do saber do ofício. É bem possível afirmar que sempre havia algum trabalho disponível, não à toa Eduardo Campos recorda que, entre os artesãos dos anos 1930, o sapateiro possuía a maior freguesia.⁷⁷⁶ Uma vez adquiridos os instrumentos básicos, era perfeitamente possível trabalhar por conta própria, armando pequenas tendas ou banquinhas nas calçadas, ou ainda na própria moradia, especialmente efetuando reparos e remendos, posto que, do ponto de vista dos poucos recursos da maioria, era mais provável e barato ajustar um par de calçados que adquirir um novo.

Em Fortaleza, o setor de calçados era marcado por uma profusão de pequenas e médias oficinas de sapataria, inexistindo grandes fábricas no ramo calçadista. Um sapateiro empregado em uma oficina poderia eventualmente realizar pequenos serviços por fora, o que suplementava seus ganhos. De toda forma, como estamos falando de uma greve, fica óbvio que tratamos de trabalhadores assalariados e não de artesãos independentes. Sendo assim, o censo se torna fonte importantíssima.

As médias estatísticas precisam ser tratadas com cuidado, como bem demonstrou Edward Thompson. Para o caso dos artesãos ingleses, a análise de Thompson foi bastante acurada: determinadas profissões poderiam auferir remunerações melhores durante certos períodos do ano e amargar grandes dificuldades no restante; grupos bem organizados conseguiam conquistar e/ou manter condições de trabalho julgadas como adequadas e pagamentos mais elevados que outros não organizados; trabalhadores que detinham raras qualificações, logicamente, obtinham ganhos mais significativos que os menos qualificados ou em relação àqueles cujo mercado de trabalho estivesse saturado; dentro de um mesmo ofício, igualmente, poderiam existir distinções e gradações salientes, relacionadas à qualificação e divisão de tarefas.⁷⁷⁷

O Ceará possuía, em 1920, conforme o recenseamento, pelo menos 43 oficinas de sapatarias, com um número total de 238 operários em atividade, o que significa uma média de

⁷⁷⁵ D'ALVAREZ, Martins. Morro do Moinho [1937]. In: D'ALVAREZ, Martins. **Ficções**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997, p. 91.

⁷⁷⁶ CAMPOS, Eduardo. **A volta do inquilino do passado**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1998, p. 47.

⁷⁷⁷ THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 71-116.

aproximadamente 5,5 trabalhadores por oficina.⁷⁷⁸ Parece óbvio que dificilmente os pesquisadores teriam encontrado a totalidade dos sapateiros existentes no estado, focando naqueles que estavam inseridos em oficinas, na qualidade de trabalhadores remunerados; os sapateiros independentes escapam dos dados.

Em termos de ganho, o recenseamento permitiu comparar as médias salariais de algumas categorias, no caso, as médias do setor metalúrgico e do setor de fabricação de calçados, como se reproduz a seguir, ambos subdivididos em determinadas especializações. Na metalurgia, temos fundidores, limadores, serralheiros e torneiros, enquanto no ramo calçadista temos cortadores, montadores, pespontadores e acabadores.

Tabela 13 – Média salarial de metalúrgicos e sapateiros no Ceará em 1920

Metalurgia				Calçados			
Fundidor	Limador	Serralheiro	Torneiro	Cortador	Montador	Pespontador	Acabador
4\$822	4\$214	5\$467	5\$250	3\$471	1\$929	2\$111	2\$417

Fonte: BRASIL. Recenseamento do Brasil [1920]. Volume V, 2ª Parte – Salários. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1928, p. XVI.

O ofício de sapateiro, portanto, possuía uma sólida divisão de tarefas nas oficinas, com distinções salariais dependendo da qualificação. Na média, mesmo os cortadores não atingiam remuneração similar a qualquer trabalhador do ramo metalúrgico. Mas existia uma exceção que foi citada no recenseamento: os especialistas em calçados “Modelo Luís XV”, cuja média salarial estava em 5\$000 réis.⁷⁷⁹ Uma especialidade rara, que dependia de elevada perícia, logicamente surgia como distinta da maioria.

Enquanto algumas casas comerciais pareciam possuir oficinas próprias, a maioria dependia bastante das encomendas feitas pelas lojas estabelecidas na praça. Ao que tudo indica, o trabalho com os materiais (como o couro) viabilizava tanto a produção de calçados quanto outras mercadorias. Isso fica explícito ao observarmos a denúncia do Sr. José Amaro, que, pela imprensa, protestou contra o “sapateiro infiel” de nome Petronílio H. da Silva, com oficina à rua Major Facundo, “por ter recebido do queixoso material para confecção de bolsas e calçados, desviando parte do material na confecção de outras obras, que vendeu a Gambetá, Carlos Eugenio etc.”.⁷⁸⁰ Provavelmente, o queixoso, Sr. José Amaro, era o mesmo de uma propaganda que localizamos nos jornais, garantindo a sua freguesia produtos dos mais variados tipos, para todos os gostos:

⁷⁷⁸ BRASIL. Recenseamento do Brasil [1920]. Volume V, 1ª Parte – Indústrias. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927, p. 484.

⁷⁷⁹ BRASIL. Recenseamento do Brasil [1920]. Volume V, 2ª Parte – Salários. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1928, p. 153.

⁷⁸⁰ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 23 nov. 1931, p. 3.

Quem tem calçado na praça / Bonito, bom e decente / Que agrada toda gente / Preço quase de graça / Nas cores que a gente quer / Naco, bezerro e verniz / Couro estampado e magiz / Do gosto que convier / Trabalho bem acabado / Resistente e bem solado / O freguez não compra caro / Não vende artigo ruim / E a preço bem barato assim / Só na banca O ZÉAMARO.⁷⁸¹

A própria Legião, em dado momento, se comprometeu com o recém-fundado “Sindicato dos Pequenos Fabricantes de Calçados” nas negociações com os comerciantes locais.⁷⁸² Nesse momento (1933), estava em andamento a iniciativa do Sindicato dos Sapateiros de reivindicar uma nova tabela de salários no exercício da profissão.

O primeiro passo do sindicato operário foi produzir um “inquérito rigoroso a respeito das tabelas de preço em vigor nas diversas oficinas”. Embora não reproduzido em qualquer periódico, a conclusão foi de uma “grande disparidade”, sendo que em alguns estabelecimentos os valores eram “excessivamente baixos”. A próxima etapa visava buscar “entendimentos” a fim de “ser a matéria regulada definitivamente”, findando “os abusos e as explorações que a classe vem soffrendo”.⁷⁸³

A iniciativa logo enfrentou os primeiros percalços com uma contraofensiva capitaneada pelos patrões Tibúrcio Monte e Francisco Medeiros (sócios da firma Medeiros & Cia), que procuravam dificultar os contatos entre os sapateiros e liderar a reação.⁷⁸⁴ A chefia legionária se apressou na realização de reuniões com vários proprietários de oficinas, debatendo a tabela, o que gerou otimismo quanto a sua aceitação. A expectativa positiva não logrou ser satisfeita, pois, assim que oficialmente apresentada, a tabela foi, “com surpresa, inteiramente rejeitada”. Decerto, em articulações de bastidores, os patrões haviam fechado questão contrária ao assunto. Julgando “esgotados os recursos suasórios”, a greve foi deflagrada pelo Sindicato dos Sapateiros após aprovação do Tribunal Legionário. Sintomaticamente, tão logo a paralisação teve início, 15 proprietários procuraram um entendimento com a chefia da LCT, comprometendo-se a assinar a tabela.⁷⁸⁵

As semanas seguintes foram de impasse, com a greve sendo mantida integralmente sem que houvesse acordo, posto que o restante dos proprietários de oficinas continuava irredutível. Embora pouco noticiada pela imprensa, é possível discernir alguns

⁷⁸¹ “Soneto”. **O Nordeste**, Fortaleza, 5 jun. 1931, p. 6. Destaque no original.

⁷⁸² “Os pequenos proprietários de sapatarias reúnem-se no Secretariado da Legião”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 7, 15 abr. 1933, p. 2; “Fundou-se o Sindicato dos Pequenos Fabricantes de Calçados”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 9, 1 maio. 1933, p. 6.

⁷⁸³ “Sapateiros a postos!”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 4, 25 mar. 1933, p. 2.

⁷⁸⁴ “Sindicato dos Sapateiros. Nota”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, nº 5, 1 abr. 1933, p. 4; “Sapateiros! Cuidado”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 7, 15 abr. 1933, p. 4.

⁷⁸⁵ “A greve do Sindicato dos Sapateiros”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 12, 20 maio 1933, p. 1.

lances. No campo patronal, a estratégia parece ter se fundamentado em três aspectos: a) divulgar que as reivindicações eram extremamente elevadas e, portanto, seriam impraticáveis e implicariam um encarecimento exorbitante dos preços dos calçados; b) minar a legitimidade do ato grevista, sugerindo que não ocorreram negociações entre as partes; c) procurar acionar o Interventor, com vistas a uma ação contra a greve. Especialmente os dois primeiros pontos mereceram uma resposta:

A tabella de preços pleiteada não importa num augmento de 70% como alguns patrões têm procurado fazer crer, com o intuito de estabelecer confusões e afastar, assim, o aspecto simpático e justo da greve.

De que a tabella não é produto de apaixonamento e não excede os limites do razoável e do justo é prova evidentíssima o facto de, há muito, viverem alguns patrões tomando-a como base para o pagamento dos seus operários.

A greve foi decretada pelo Tribunal Legionário, após demorado estudo da questão, e uma vez esgotados os recursos outros, de natureza suasória e amigável.⁷⁸⁶

No início de junho, diante do prolongamento da greve e do desgaste que poderia provocar sua continuidade ainda por tempo indeterminado, a Legião resolve adotar uma mudança de estratégia que se mostraria decisiva: o retorno às atividades dos operários das oficinas cujos proprietários aceitaram respeitar a tabela, que garantia aumentos salariais entre 15 e 20%.⁷⁸⁷ Com tal decisão, a LCT lançava mão de um recurso que aproveitava as divisões no campo patronal.

A estratégia pareceu surtir efeito. Rapidamente, o Sr. Pio Rodrigues, proprietário da “Casa Pio”, “um dos [estabelecimentos] mais importantes do Estado”, apressou-se em fechar acordo e retomou suas atividades enquanto um novo órgão patronal, a “União dos Industriais de Calçados”, requereu apoio do Interventor, como já citamos, sem êxito. Mais de vinte estabelecimentos optaram por aceitar a nova tabela.⁷⁸⁸ Com 24 dias, a LCT divulgava que a greve caminhava para “o seu epílogo”, pois outros donos de oficinas pareciam dispostos a aceitar as reivindicações, restando, porém, “um ou outro reduto de má vontade”.⁷⁸⁹ Com mais alguns dias, a paralisação chegou ao fim, uma greve “inglória aos burgueses e patriótica para os sapateiros”, como foi dito na Assembleia do Sindicato.⁷⁹⁰

O trabalho com sapatos, na Fortaleza dos anos de 1930, como percebemos, garantia trabalho praticamente constante, o que significava, pelo menos nas projeções literárias, uma ligeira estabilidade pessoal e familiar, embora os ganhos fossem pequenos se

⁷⁸⁶ “Legião Cearense do Trabalho Nota”. **O Nordeste**, Fortaleza, 22 maio 1933, p. 4.

⁷⁸⁷ “Ainda a greve dos sapateiros”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 14, 3 jun. 1933, p. 1.

⁷⁸⁸ “A greve dos sapateiros”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 8 jun. 1933, p. 7.

⁷⁸⁹ “Aproxima-se o fim da greve”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 15, 10 jun. 1933, p. 1.

⁷⁹⁰ “Assembleia Geral do Sindicato dos Sapateiros”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 17, 24 jun. 1933, p. 4.

comparados com grupos mais qualificados. Apesar de ser possível o exercício independente da profissão, atuando como sapateiro “remendão”, era bem comum o trabalho em oficinas, nas quais prevalecia importante divisão das tarefas. As oficinas, com pequeno número de trabalhadores, recebiam materiais e encomendas das casas comerciais da cidade, eventualmente competindo entre si. Em tal contexto, ao que tudo indica, as remunerações não cresceram de forma satisfatória.

Animados pelo contexto e pelo exemplo das greves de outros grupos, os sapateiros se lançaram na conquista de uma tabela salarial, apoiada pela LCT. Os patrões ficaram divididos e o recurso às autoridades, esperando medidas repressivas contra a greve, não foi atendido, o que favoreceu os trabalhadores. A Legião, por sua vez, disponibilizava recursos aos grevistas, a partir das doações das demais categorias operárias. Não resta dúvida que a correlação de forças se mostrou favorável aos operários. Mesmo os patrões mais intransigentes se viram compelidos a aceitar as reivindicações.

5.5 O pão de cada dia

Em 1934, o jornal *Correio do Ceará* afirmou que, nas terras alencarinhas, sempre existiria uma categoria “em evidência no sentido da turbulência”. Antes eram “os cadetes”, depois “os *chauffeurs*”, mas um novo grupo, “embora mais humilde”, vinha galgando esse posto: os padeiros. Ora seriam travestidos de “Don Juans”, conquistadores, ora metidos “a valentes”, ou ainda “protagonistas de tragédias”.⁷⁹¹ A imagem de um grupo turbulento se explica pela situação peculiar da categoria naquele contexto dos anos de 1920 e de 1930 em termos de relações de trabalho, disputas trabalhistas e, claro, importância do pão como alimento relevante na vida urbana. Os padeiros, portanto, possuíam uma reputação de inquietude, insubordinação e rebeldia, que poderia, em alguns momentos, ser considerada pelos patrões como pura delinquência. Uma categoria obstinada em suas lutas.

No Brasil, o hábito do consumo do pão (em especial nas cidades) se expandiu nas últimas décadas do século XIX e início do XX, tornando-se um produto de primeira necessidade, notadamente pela influência de estrangeiros.⁷⁹² Em Fortaleza, inclusive, vários

⁷⁹¹ “O Padeiro”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 20 ago. 1934, p. 6.

⁷⁹² ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil, Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 304-306.

proprietários de padarias eram estrangeiros, especialmente portugueses; os nomes dos estabelecimentos, muitas vezes, deixavam evidente a procedência.⁷⁹³

Memorialistas fizeram questão de ressaltar as qualidades dos pães de outrora. Edigar de Alencar dedicou um capítulo de suas memórias para o pão produzido em Fortaleza, “gabado pelos gregos da terra e pelos troianos que apareciam”. Sua lembrança olfativa e gustativa realça os méritos do produto em épocas pretéritas: de melhor aspecto, odor e sabor, como faz questão de ressaltar. No início do século XX, segundo nos conta, não eram tantas as padarias existentes, mas já disputavam a preferência da clientela, sendo a maioria “propriedade de portugueses e até de italianos”. A venda do pão, pela manhã ou pela tarde, ocorria nos balcões e nas ruas, e vários eram os tipos oferecidos, além de outros produtos, como bolachas variadas, rosquinhas etc.⁷⁹⁴ A propaganda da “Padaria das Duas Nações”, de 1906, justamente prometia a seus clientes, que esperava tornar fieis, qualidade semelhante à existente na Europa, incluindo asseio e variedade.

Figura 20 – Propaganda da Padaria das Duas Nações



PADARIA DAS DUAS NAÇÕES
de
Manoel Nunes Siqueira

Tendo se mudado da rua Senna Madureira, n.º 115 para a RUA FORMOSA N.ºs 26 e 28 ESQUINA DA RUA DAS FLORES, o seu proprietário fez a montagem de tal forma que não deixa nada a desejar de suas congêneres da Europa.

Para isto chama a CRITERIOSA ATENÇÃO de sua amável e numerosa freguesia e do público em geral convidando todos para visitá-la a fim de que possam [sic] verificar o asseio e escrúpulo com q' são fabricados os seus productos já por demais conhecidos. *Pão, biscoitos finos, bolachas de todas as qualidades, rosca, tacão, etc.*

Isto em grande quantidade, em barricas e a retalho, de kilo e cento e de menos quantidade se faz compra.

Visitem a

PADARIA DAS DUAS NAÇÕES
26 - 28 - Rua Formosa - 26 - 28
Telephone n. 249

Manoel Nunes Siqueira

Fonte: Almanaque estatístico, mercantil, industrial e literário do Ceará, 1906, p. XVI.

⁷⁹³ Por exemplo, Padaria Lisbonense, Padaria Duas Nações, Padaria Franc-Fort.

⁷⁹⁴ ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e de anteontem**. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980, p. 53-57.

Se, no início do século XX, segundo Alencar, os estabelecimentos de panificação não eram numerosos, a situação seria diferente no final da década de 1920, tanto que o *Correio do Ceará* ironizou que “eram tantas as padarias em Fortaleza que, com pouco mais, as próprias padarias estarão a vender pão umas as outras”,⁷⁹⁵ comentário ensejado pela inauguração de mais um estabelecimento do gênero na capital. Com um número bem maior de panificadoras, a disputa pela clientela se tornou mais intensa.

Como boa parte do fornecimento era feito mediante pregões nas ruas, era preciso uma atenção por parte dos vendedores que circulavam com seus cestos para lá e para cá. Edigar de Alencar, após mencionar o hábito do pão do chá para consumo às tardes, embora raramente com chá, recorda de episódios pitorescos como “a apresentação esperta e rimada” dos padeiros da Padaria Santo Antônio, que eloquentemente divulgavam: “– E olhe o pão-do-chá! Da Padaria do seu Emílio Sá”. Ou ainda de um vendedor novato, fora de hora, que anunciava “– Pão de leite, suíço e doce!”, no que foi entendido por uma senhora como “– O Padre Leite suicidou-se”.⁷⁹⁶

Mas é claro que as padarias levavam muito a sério o seu espaço no mercado local. Como garantir que um dado vendedor estava fornecendo pão de alguma padaria específica? Foi pensando nisso que, em 1929, a “Padaria e Merceria Triumpho”, de Manoel Nunes de Siqueira, publicava propaganda na imprensa alertando “sua estimada freguesia” que os seus vendedores traziam sempre uma chapa escrita “Triumpho” nas cestas.⁷⁹⁷ Alguns anos depois, a “Padaria e Confeitaria Lisbonense” divulgou propaganda similar.⁷⁹⁸

As propagandas na imprensa, portanto, eram comuns. Enquanto a “Padaria Duas Nações” prometia “pão quente das 3 horas em diante”, tudo feito “em amassadeira mecânica, com os preceitos de higiene e farinha de primeira”,⁷⁹⁹ a “Padaria Imparcial” garantia estrutura montada “de acordo com os mais rigorosos preceitos higiênicos” e contando com “pessoal competentíssimo no seu ramo”, asseverando agradar “o mais exigente paladar”.⁸⁰⁰ A “Padaria Palmeira” apostou em versinhos rimados para fixar sua marca e conquistar a preferência: “A Padaria Rei do Nordeste / É filial da Palmeira / Não pode haver quem conteste / Que são ambas de primeira”.⁸⁰¹ De forma ainda mais enfática, anunciavam que, apesar do preço um pouco maior, ofereciam produto bem melhor: “Em todas as padarias / Que vendem pão barato

⁷⁹⁵ “Padarias em Fortaleza”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 22 maio 1929, p. 3.

⁷⁹⁶ ALENCAR, Edigar de. *op. cit.*, p. 55 e 56.

⁷⁹⁷ “Padaria e Merceria Triumpho”. *O Ceará*, Fortaleza, 27 jul. 1929, p. 7.

⁷⁹⁸ “Padaria e Confeitaria Lisbonense”. *O Nordeste*, Fortaleza, 1 jun. 1934, p. 5.

⁷⁹⁹ “Padaria Duas Nações”. *A Rua*, Fortaleza, 14 set. 1933, p. 7.

⁸⁰⁰ “Padaria Imparcial”. *A Rua*, Fortaleza, 24 maio. 1935, p. 23.

⁸⁰¹ “Padarias”. *O Nordeste*, Fortaleza, 16 fev. 1931, p. 2.

/ Ou a farinha não presta / Ou o manipulador é fraco / Quem se quiser sujeitar / Comprará o pão barato / E quem quiser saborear / Compra mais caro, é um facto!”⁸⁰²

Em geral, a maioria sempre ressaltava a qualidade dos ingredientes, especialmente da farinha e da água, a atualidade e eficiência dos equipamentos, a higiene dos ambientes e a competência dos trabalhadores envolvidos. A propaganda da “Padaria Duas Nações”, que reproduzimos anteriormente, contava com uma imagem idealizada do trabalho interno: essencialmente manual, realizado por homens decente e caracteristicamente trajados, acompanhados de um rapaz mais jovem na provável condição de aprendiz.

Muita embora algumas padarias, com o tempo, conferissem grande atenção aos implementos mecânicos adotados, a fabricação do pão era essencialmente uma arte. Cada padeiro conhecia integralmente o processo de produção e era capaz de executá-lo de forma autônoma. Tal saber era adquirido através do aprendizado, envolvendo um dispêndio de tempo para o domínio do conhecimento necessário. Da mesma maneira, o ofício dependia grandemente desse saber prático, pois as máquinas não controlavam ou definiam o ritmo das operações. A preparação e manipulação da massa, a combinação exata dos ingredientes, a duração apropriada de cada etapa, o uso adequado dos instrumentos etc. demandavam bastante perícia. Era um ambiente normalmente barulhento e quente pelo alvoroço quase ininterrupto de homens em ação e pela temperatura dos fornos em repetido funcionamento. Não à toa, certa vez uma queixa foi estampada pelo fato de que os padeiros das padarias “Vitória” e “Duas Nações” estavam “em trajes de Adão” ou “somente de cueca”.⁸⁰³

Embora todos os envolvidos fossem amiúde chamados de padeiros, precisamos atentar para as distinções. No comando das atividades temos o Mestre, mais experiente e profundo conhecedor do ofício e dos seus “segredos”, normalmente cioso de sua posição e prerrogativas, acompanhado de outros tantos padeiros (que poderiam ser também chamados de forneiros) que entendiam bem o processo e cujo número variava conforme a dimensão do estabelecimento e, eventualmente, aprendizes. A lógica artesanal era forte. Existiam os entregadores e/ou vendedores, que atuavam nas ruas, no trabalho externo. Durante um bom tempo, os padeiros realizavam tal tarefa junto com outros que não detinham o conhecimento da fabricação do pão.

Um dos focos mais visíveis de atrito ocorria entre os proprietários das padarias e os entregadores. Não era incomum que um e outro simplesmente utilizassem o dinheiro obtido para consumo de bebidas alcoólicas ou sumissem com o resultado das vendas, situação

⁸⁰² “Pão barato em Fortaleza”. *O Nordeste*, Fortaleza, 24 jan. 1931, p. 12.

⁸⁰³ “Crônica da Cidade”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 15 abr. 1931, p. 5.

repetidamente denunciada. Foi o que aconteceu, segundo Manuel Nunes de Siqueira, dono da “Padaria Triumpho”, que prestou queixa na delegacia contra os “moços distribuidores de pães José Pedro e Francisco Monte”, que teriam recebido da freguesia 52\$000 e 53\$000, respectivamente, desaparecendo com o dinheiro.⁸⁰⁴

Em outras ocasiões, os atritos envolviam violências físicas, como aconteceu entre um padeiro e seu patrão, em 1922, conforme um processo criminal. Os envolvidos eram Antônio Ramos da Silva, branco, cearense, 35 anos, solteiro, padeiro, sabendo ler e escrever, e João Francisco Casal, 40 anos, casado, português, sabendo ler e escrever e proprietário da “Padaria Franc-Fort”. O processo teve início a partir da queixa prestada pelo ofendido. Antônio Ramos, em depoimento, disse que, ao chegar à padaria, informou ao patrão “que ia deixar a casa, pois havia encontrado melhor ordenado”, sendo, então, agredido com um golpe na face, o que quebrou o chapéu que usava e lhe feriu o nariz. Antônio garante que não reagiu, preferindo prestar queixa. Três testemunhas foram convocadas para depor.

Francisco Marques, 29 anos, casado, não sabendo ler e escrever, disse que o queixoso chegou à padaria alcoolizado e quase derramava calda na massa, caindo e ficando ferido na ocasião, complementando que não sabia “se entre o offendido e outra qualquer pessoa houve discussões nem briga”. Jorge Julião, 17 anos, cearense, residente na própria padaria, não sabendo ler e nem escrever, relatou, de forma similar ao depoente anterior, que Antônio Ramos havia chegado ao trabalho embriagado e quase derramava “uma lata de calda” sobre o fermento e o lúpulo, no que foi impedido pelo Sr. João Casal, caindo então o queixoso, o que ocasionou a lesão. José Cardoso Ferreira, 24 anos, solteiro, sabendo ler e escrever, contou os acontecimentos de outra maneira. Disse que Antônio Ramos chegou ao trabalho cobrando o patrão uma gratificação prometida e informando que pretendia deixar o estabelecimento; João Casal, então, teria desferido uma bofetada em Antônio.

O acusado, em seu depoimento, garantiu que o queixoso havia chegado ao trabalho embriagado, confirmando que o padeiro teria citado a oferta de emprego em outra padaria, com salário maior, mas que isso não provocou reação de sua parte. João Casal alegou que, mesmo assim, o queixoso pretendia inutilizar o fermento e a calda, deixando “tudo em condições de não poder ser feito pão”. Ao tentar derramar o produto, Antônio teria escorregado, sendo que a queda provocou o ferimento, segundo João Casal.

Ao final do processo, o Juiz considerou que, diante da demanda do padeiro pela gratificação e o informe de sua saída para trabalhar em outro local, se impôs uma desavença. Frente à negativa de João Casal em pagar o dito valor, Antônio teria sim ameaçado inutilizar a

⁸⁰⁴ “Crônica da Cidade”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 22 fev. 1932, p. 3.

massa. O que se segue era objeto de dúvida, considerando os depoimentos de duas testemunhas que pareciam confirmar a versão do patrão e somente uma corroborava a narrativa do queixoso. Na conclusão, o Juiz opina pelo encerramento do processo com a inocência do réu, embora, na verdade, fosse bem provável a sua culpa: “Eu estou convicto de que, realmente, Casal esbofeteou Ramos e o feriu. Mas que se há de fazer contra a mentira que se alçou e veio ser verdade processual dentro dos autos? Já que a mentira conseguiu infiltrar-se e a verdade, expulsa e envergonhada voltou ao seu poço: que há de fazer a justiça irmã gêmea da verdade, senão, acompanhá-la ao fundo soturno das águas?”.⁸⁰⁵

Mas nenhum caso mostrou de forma tão eloquente o quanto a temperatura poderia ficar elevada nas tensões entre proprietários e trabalhadores como a “tragédia” na “Padaria São Geraldo”, palco dos acontecimentos, situada no bairro Benfica, cujo atrito na “prestação de contas” foi concluída de forma “sangrenta, trágica e impressionante”, finalizando um “drama de ódio e morte”.

O pomo da discórdia entre Carlos Gomes de Oliveira, dono da padaria, e José Xavier de Salles, 18 anos e ex-cabo, entregador, envolvia uma diferença entre o número de pães entregues e o valor final: “José ficara a dever a quantia de 16\$790”, ouvindo falas “enérgicas” de Carlos Gomes. Entre os companheiros de trabalho, o jovem entregador teria externado o profundo ressentimento, garantindo que, se fosse novamente acusado e ofendido, “daria na cara do patrão”. Durante a madrugada, “a atividade era grande” e, por volta das 2h30m, a primeira fornada estava pronta para ir às cestas. Foi então que teve início nova discussão. Carlos Gomes, julgando inaceitável a insubordinação de seu empregado, resolveu discipliná-lo “com um chicote” feito a partir de fios elétricos: “– Sabe que vai apanhar?”, teria dito o proprietário. No terceiro estalo do chicote, José Xavier apanhou uma faca e avançou sobre o patrão, sendo que a arma “violenta e fulminantemente” feriu Carlos Gomes de forma que se mostraria letal, mas esse, antes de falecer, sacou um revólver do bolso e o descarregou sobre o empregado, acertando três tiros fulminantes. No total foram, conforme peritos e observadores, nove facadas em Carlos Gomes e cinco tiros em José Xavier, sendo dois de raspão, além das marcas das chicotadas.⁸⁰⁶

Fica evidente que, além da massa do pão, uma série de atritos e desentendimentos fermentava cotidianamente nas padarias. Para compreender um pouco mais a tessitura concreta das relações de trabalho, podemos nos apoiar no inquérito promovido pela LCT na “Padaria Ideal”, uma das mais famosas da capital, cujas características eram similares “em

⁸⁰⁵ APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Ferimentos, Caixa 9, Processo Nº 1922/7.

⁸⁰⁶ “Uma trágica prestação de contas”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 7 ago. 1934, p. 8.

todas as outras, com modificações apenas em questão de higiene e salários”. Conforme o *Legionário*, mais de 30 homens atuavam na padaria, a maioria na qualidade de “efetivos”, ou seja, “os que trabalham no serviço de massa e venda de pão, recebendo pelo primeiro um ordenado certo e uma percentagem na venda”, enquanto os demais eram chamados de “parasitas”, pois “apenas vendem o pão”. Os ditos efetivos eram, portanto, os que trabalhavam “no serviço propriamente dito de panificação”. Como podemos perceber, seguia a lógica que apontamos anteriormente, com uma produção majoritariamente artesanal.

Surgia como fato curioso a questão da preferência dos fregueses, pois existiriam aqueles “que pertencem a Padaria” e outros “que pertencem ao padeiro”. A situação foi assim explicada: “O padeiro distribui o pão. Acontece que nessa distribuição constante, em um certo número de domicílios, dentro em pouco tempo, estabelece-se um conhecimento tal entre fregueses e padeiros que aqueles ficam mais ligados a estes que à própria padaria”. Tal circunstância foi avaliada como positiva para os padeiros: “Muito facilmente, no dia em que o padeiro deixar a padaria em que trabalha, levará consigo a freguesia em que elle distribuía o pão”. Diante disso, “as demissões são por demais raras” e, quando ocorrem, não “tomam aspecto revoltante”, pois havia “facilidade de emprego”, muito embora, para os patrões, a saída de um bom padeiro poderia implicar “a perda da freguesia”.⁸⁰⁷ Ainda que associada à questão da venda de porta em porta, podemos imaginar que a clientela poderia preferir, pelo sabor e qualidade, o pão produzido por um padeiro determinado. Estaria aí um fator a mais no choque entre João Casal e o padeiro Antônio Ramos, que pretendia deixar a padaria?

Salários e horário de trabalho também foram considerados. No caso dos dois principais forneiros, a remuneração na “Padaria Ideal” era de 180\$000 e 150\$000, enquanto os ajudantes recebiam 70\$000. Os demais recebiam salários que variavam de 120\$000 a 65\$000. O horário era extenso, com alguns intervalos, cuja descrição é valiosa:

Em geral, o trabalho tem início às 4 horas da tarde prolongando-se até as 5:30; há uma primeira intermitência. Em seguida, após um descanso de uma hora e meia, inicia-se novamente (às 7 horas) até as 12 da noite; um segundo intervalo (os operários vão dormir). Às duas horas da madrugada começa novamente até às 4 horas; um terceiro descanso. Este tempo todo é empregado no serviço de panificação. Recomeça, depois, às 5 horas até às 8, em venda de pão, de volta da venda, trabalham os padeiros até às 10 horas em serviço de massa para biscoitos, saindo para vender o pão chamado do almoço, das 10 às 12 horas. Descansam das 12 às 4 da tarde, para em seguida recomeçar o trabalho [...].⁸⁰⁸

⁸⁰⁷ “Inquérito nos estabelecimentos de panificação”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 20, 15 jul. 1933, p. 3.

⁸⁰⁸ *Ibidem*.

Com tal jornada de trabalho, não surpreende que uma das maiores demandas dos padeiros tenha sido em torno do descanso dominical. Em 1931, Antônio Marcos Marrocos, liderança da categoria, comentava sobre tal problema e reclamava, em reunião do Conselho Legionário, sobre “a situação de arrocho em que se acham os padeiros, prejudicados que veem sendo nos seus direitos, pelos proprietários de padarias”.⁸⁰⁹

A definição do horário de funcionamento das padarias, como das demais atividades comerciais, era, tradicionalmente, um tema adstrito à municipalidade. Isso explica porque o “Memorial” elaborado pela categoria, em 1932, tenha sido direcionado ao prefeito da capital pleiteando “um direito justo, universalmente reconhecido e praticado em todos os países, em todas as cidades do mundo: o direito ao descanso dominical”. A reivindicação frisava a urgência de uma lei regulando o tema, asseverando que o pão poderia ser fornecido sem problemas até a noite de sábado e as atividades seriam retomadas “às segundas-feiras, às duas horas da manhã”, o que garantia pão fresquinho ao amanhecer, conciliando os interesses da população e a reivindicação exposta pela associação padeiral.⁸¹⁰

A reivindicação parece ter sido bem acolhida, tanto que, em abril de 1932, um decreto municipal assegurou o descanso aos domingos, medida recebida com agradecimentos especiais dos padeiros ao prefeito.⁸¹¹ Quase um ano depois, no *Legionário*, era elogiada a atuação tenaz de José Fontenelle, representante da LCT junto ao sindicato padeiral, cujo laborioso esforço de negociação garantiu a criação e aplicação do referido decreto. Na mesma oportunidade, foi denunciada a burla promovida pelas padarias “Iracema”, “São Gerardo” e “Imperial”, que estavam funcionando à revelia da lei municipal.

É lamentável que esses panificadores estejam, desta maneira, não só pisando a Lei, mas também espezinhando os direitos dos seus colaboradores, dos construtores da sua riqueza, do seu progresso, num acinte às autoridades constituídas e à classe dos trabalhadores em padarias que se acha organizada e que por isso tem direito a ser considerada pelos Srs. industriais.⁸¹²

Como se percebe, a normatização não findou com a queda de braço cotidiana e, além disso, novos decretos foram editados nos meses seguintes, redefinindo o tema, evidenciando que as pretensões de parte a parte continuavam colidindo. No decreto nº 46, de 22 de junho de 1932, por exemplo, ficou definido que o horário de fechamento das portas

⁸⁰⁹ “Legião Cearense do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 4 dez. 1931, p. 3.

⁸¹⁰ “A União Geral dos Trabalhadores em Padarias e o descanso dominical”. **O Nordeste**, Fortaleza, 8 mar. 1932, p. 7.

⁸¹¹ “Simples, porém sincera, justificação dos padeiros”. **O Nordeste**, Fortaleza, 22 abr. 1932, p. 6.

⁸¹² “As Padarias ‘Iracema’, ‘S. Gerardo’ e ‘Imperial’ desrespeitam um decreto da prefeitura”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 2, 11 mar. 1932, p. 3.

seria das 6 horas do domingo até as 6 horas da segunda-feira, mas permitindo a entrada dos padeiros incumbidos do preparo da massa, o que criava uma brecha legal. Já no decreto nº 82, de 10 de fevereiro de 1933, os horários foram reformulados, determinando que as padarias não poderiam funcionar das 21h do sábado até as 21h do domingo. Tais decretos foram reproduzidos no *Legionário*, denunciando seu descumprimento por vários donos de padarias: “Se o operário não estivesse organizado, como hoje, representando uma força consciente, o logro seria mais evidente”.⁸¹³

Não à toa, localizamos repetidas indisposições patronais quanto aos esforços associativos dos padeiros. Em 1932, os representantes da União Geral dos Trabalhadores em Padarias (UGTB) não foram bem recebidos na padaria do Sr. José Pedra, que “tomou atitudes reacionárias, não permitindo que os nossos camaradas falassem com os nossos companheiros que trabalham no seu estabelecimento” e sequer autorizou que os padeiros “saíssem de dentro de sua propriedade”.⁸¹⁴ Em outra ocasião, foi denunciada atitude similar de um “português autoritário”, proprietário da “Padaria Americana”, que ficou irado ao saber que o mestre estava distribuindo, entre os padeiros, fichas sindicais: “O lusitano entendeu que em sua padaria não devia ter associados e zás... ‘desviou’ todas as fichas”.⁸¹⁵

De toda forma, em agosto de 1933, a UGTB reforçou sua campanha de sindicalização, objetivando “reivindicar nossos direitos, custe o que custar”.⁸¹⁶ No mesmo mês, foi baixado, pelo Governo Vargas, o Decreto nº 23.104, que regulava nacionalmente o trabalho no setor de panificação, estabelecendo, entre outros itens, a jornada de 8 horas diárias, sendo o máximo de 48 horas por semana, o descanso semanal de 24h consecutivas aos domingos (salvo convenção coletiva que acorde outro dia) e a necessidade de carteira profissional.⁸¹⁷ O decreto federal proporcionava novo ânimo à luta pelo repouso dominical e demais direitos, similar ao que foi vivenciado pelos padeiros de Porto Alegre.⁸¹⁸

No cotidiano, os ânimos continuavam acirrados, já que muitos patrões continuavam operando seus negócios ao arrepio da lei e mantinham postura antissindical. Para os trabalhadores, ficava claro que somente através da organização e da pressão constante seria possível conquistar os direitos na prática. Foi em tal contexto que teve início um agravamento

⁸¹³ “Prefeitura Municipal de Fortaleza”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 7, 15 abr. 1933, p. 3.

⁸¹⁴ “A União dos Trabalhadores em Padarias não foi bem recebida”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 20 fev. 1932, p. 4.

⁸¹⁵ “Um português arbitrário na Padaria Americana”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 14, 3 jun. 1933, p. 1.

⁸¹⁶ “União Geral dos Trabalhadores em Padarias”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 23, 5 ago. 1933, p. 6.

⁸¹⁷ Decreto nº 23.104 de 19 de agosto de 1933. “Regula a duração e condições do trabalho na indústria de panificação”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23104-19-agosto-1933-526804-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/01/2020.

⁸¹⁸ FORTES, Alexandre. Como era gostoso o meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933/1934). *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, p. 88-124, 1997.

dos atritos na “Padaria Ceará”, cujo proprietário, “procurando perseguir e desprestigiar o Mestre”, tratou de empregar um operário não sindicalizado, que passou a deter autoridade na padaria. Como reação, o “mestre” pediu sua demissão, “no que foi acompanhado por mais quatro dos seus companheiros, num gesto de solidariedade e de protesto”. A atitude tomada pelo patrão foi rapidamente associada à repulsa em relação aos esforços associativos da categoria e aos seus principais promotores: “Esse nosso companheiro é ainda um baluarte do Sindicato, um dínamo pelo trabalho de sindicalização da classe. Onde elle chega e onde trabalha, logo procura organizar o operariado e já são muitas as dezenas de padeiros que elle colocou dentro do Sindicato”.⁸¹⁹ A edição do *Legionário* que destacou tal caso veio a público um dia depois de uma forte investida patronal.

Reunidos na Associação dos Panificadores do Ceará, os donos de padarias buscaram diretamente a Chefatura de Polícia contra o sindicato padeiral e, especialmente, contra a LCT. Citaram a existência de “positivas ameaças” por parte “dos empregados de nossas padarias que são sócios da Legião Cearense do Trabalho”, que estariam, “franca e ostensivamente”, fazendo “descabidas imposições nos estabelecimentos de nossa propriedade, lançando neles a indisciplina e maior anarquia imaginável”. Citaram como absurda a situação da “Padaria Ceará”, julgando que ao proprietário cabia, única e exclusivamente, decidir sobre o funcionamento e posição de qualquer trabalhador, logo, a greve que lá iniciava era inaceitável. Reclamavam do absurdo de uma organização “intervir e intrometer-se” nas atividades de “administração, gerência, economia e particularidades íntimas dos nossos estabelecimentos”. Declaravam, “com absoluta segurança”, que o principal fomentador de tais ações era o Sr. José Fontenele, “funcionário do Ministério do Trabalho e membro de destaque da Legião Cearense do Trabalho”. Por fim, argumentavam que os “desgostosos” não se mostravam insatisfeitos com os salários, posto que a remuneração fosse alta e o tratamento era costumeiramente justo, segundo afirmam, mas “sim porque querem mandar, querem ser senhores daquilo que não lhes pertence”.⁸²⁰

Os proprietários se revelaram profundamente ciosos de suas prerrogativas e incomodados com as crescentes reivindicações dos trabalhadores, não amenizando nos qualificativos. Aliás, nas linhas do texto, foram citadas algumas formas cotidianas de pressão executadas nos ambientes de trabalho que provocavam “enormes prejuízos”, como, por exemplo, a estratégia de iniciar a preparação da massa e abandonar “o serviço do fabrico do

⁸¹⁹ “As ocorrências na Padaria Ceará”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 35, 28 out. 1933, p. 1.

⁸²⁰ “A Associação dos Panificadores do Ceará representa ao Chefe de Polícia contra os padeiros legionários”. *O Povo*, Fortaleza, 27 out. 1933, p. 7.

pão à noite, certos da impossibilidade de lançarmos mão de outros recursos”, ou ainda a inutilização dos produtos “com querosene, com creolina”, inclusive na hora da distribuição.⁸²¹

As respostas da Legião vieram rapidamente. Em primeiro lugar, trataram de contestar a propalada boa conduta dos patrões em relação aos trabalhadores. Para exemplificar que tal seria um mito, narraram os maus tratos sofridos por um jovem trabalhador:

Na Padaria Ceará, do Sr. Carlos Monteiro, havia um operário menor de 16 anos, por nome Assis, que trabalhava no balcão, vendendo pão [...].

Pois bem, certa vez, porque o pequeno caixeiro desagradasse o patrão numa insignificância, mas que foi suficiente para irritar os electrizantes nervos do Sr. Carlos Monteiro, este toma de uma corda dobrada em duas ou três voltas, e, estupidamente e brutalmente, a faz vibrar diversas vezes sobre o corpo indefeso do seu pequeno caixeiro!

E se não fora a intervenção de terceiros, como a do nosso companheiro Benevides Sombra, legionário padeiro, que acudiu a vítima da agressão bárbara do Sr. Carlos Monteiro, não sabemos qual seria o fim daquela desumanidade!

Porque o Sr. Carlos não diz isso à polícia?⁸²²

Temos mais um exemplo de tratamento violento, com notórias similaridades em relação ao que citamos anteriormente, com o uso de algo assemelhado a um chicote, ecoando a memória da escravidão. Todo o complexo sistema de mando, de atitudes e comportamentos senhoriais ligado ao cativo escravo, até certo ponto, continuava a permear a visão de certos patrões no trato com os trabalhadores.

Em seguida, na mesma edição do *Legionário*, foram rebatidos pormenorizadamente os demais argumentos da associação patronal. Os membros da LCT manifestavam o ridículo dos “senhores donos de padarias” se julgarem “ameaçados pelas supostas violências da Legião” e que seu texto se achava recheado “de sophismas, de insinuações mesquinhas, de palpites extravagantes”. Tanto era assim que, por mais de uma vez, a organização legionária buscou entendimentos enquanto os panificadores “não tiveram sequer a delicadeza” de responder os ofícios que a LCT endereçou, e nem os padeiros receberiam os gordos salários sugeridos, diferente da situação dos donos de padarias, “em sua maioria portugueses”, que geralmente “vivem muito bem, desfrutando nababescamente as rendas fabulosas da indústria que abraçaram”. Para finalizar, se posicionaram quanto ao teor geral do documento:

Pela representação a que nos referimos, uma cousa estamos certos: o grau de mentalidade patronal desses senhores panificadores!

⁸²¹ *Ibidem*.

⁸²² “Os Srs. Panificadores tratam muito bem os seus operários”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 36, 4 nov. 1933, p. 4.

É interessante a gente ouvi-los, até parecem fidalgos. Olham para o operariado por cima dos ombros... possuem noção estreitíssima sobre o direito de propriedade: as padarias são nossas, gritam freneticamente! Sabemos disso, e nem as queremos. O que exigimos é respeito aos operários, salário justo, higiene, observância de direitos e deveres. Porque o padeiro é operário não quer dizer que pode ser explorado, como acontece. O trabalho está em pé de igualdade ao capital. E a Legião defenderá em todos os transes o respeito a esse princípio.⁸²³

Do ponto de vista defendido pela Legião, a questão poderia ser resolvida, tal e qual foi buscado em outros movimentos, com a assinatura de um contrato coletivo, que garantisse definitivamente o que postulava o decreto nº 23.104, cujo desrespeito gerava “descontentamentos, desconfianças, instabilidades”.⁸²⁴ Pouco depois, sem grande surpresa, a greve foi decretada. Além da questão salarial, estava em jogo uma “legislação que, estabelecida, por concordância de vistas entre os padeiros e os proprietários de padarias, viesse determinar a melhoria de situação dos primeiros, limitar direitos e deveres de cada qual e estabelecer as normas de solução dos litígios porventura surgidos”.⁸²⁵

No dia seguinte, pela imprensa, já se reclamava “da falta do necessaríssimo alimento que é o pão”. Os informes davam conta de que poucas padarias conseguiam produzir alguma quantidade de pães e os vendiam no balcão, enquanto uma e outra, recorrendo a indivíduos desempregados na qualidade de fura-greves, tentavam realizar a entrega domiciliar. Nesse sentido, um grupo indefinido de grevistas promoveu a apreensão das cestas. Diante de tal ação, os patrões encaminharam um novo ofício ao interventor e ao chefe de polícia, reclamando medidas enérgicas contra os “padeiros-legionários” que estavam abraçando a “greve violenta”, enquanto o número de grevistas era calculado em 550.⁸²⁶

A Inspetoria Regional do Trabalho começou a atuar, convocando os representantes das partes para uma reunião conciliatória. A Legião, por sua vez, publicizou as reivindicações fundamentais dos padeiros, que esperava ver contempladas em um acordo. Em seu primeiro ponto, era exigido que o trabalho em padarias só fosse executado por pessoas que detivessem carteira profissional (conforme o Decreto 23.104) e filiados à União Geral dos Trabalhadores em Padarias. O segundo ponto se desdobrava em vários itens, por exemplo, o fim da dupla função, ou seja, padeiros não mais fariam a venda ou entrega dos pães nas ruas, e aqueles dedicados à distribuição não participariam dos serviços internos; menores de 14 anos não seriam empregados nas padarias; garantia do pão e do café pela manhã e à noite para os

⁸²³ “A verdade sobre o caso surgido entre empregadores e empregados em padarias”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 36, 4 nov. 1933, p. 6.

⁸²⁴ “O Contrato Coletivo dos empregados em Padarias”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 37, 11 nov. 1933, p. 1.

⁸²⁵ “Entraram em greve os padeiros de Fortaleza”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 14 nov. 1933, p. 2.

⁸²⁶ “A greve dos padeiros”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 15 nov. 1933, p. 5.

trabalhadores; pleno direito aos padeiros, uma vez quitados débitos porventura existentes, de “empregar as suas atividades em toda e qualquer padaria” quando não se acharem satisfeitos, sem qualquer tipo de perseguição; nomeação de fiscais pela UGTP; respeito ao tempo de descanso conforme o decreto federal. Também eram reivindicados salários maiores para as diversas categorias, maior prestígio e autoridade dos mestres na condução do trabalho e outros pontos, incluindo a readmissão dos padeiros que foram demitidos.⁸²⁷

A resposta veio em sequência. Os panificadores aceitavam o primeiro ponto, determinando que somente padeiros portadores de carteiras profissionais seriam empregados, mas não se comprometiam antecipadamente que tais fossem, necessariamente, associados da UGTB. Da mesma forma, aceitavam sem ressalvas o fim da dupla função para os padeiros, sendo assim, os serviços internos e externos, produção e distribuição, ficariam perfeitamente distintos. Os vendedores, por sua vez, deveriam adquirir o pão por um preço fixo, sem qualquer vínculo com a padaria. Ficava aceita a garantia de café e pão aos trabalhadores por parte dos patrões conforme solicitado. A liberdade para o padeiro mudar de estabelecimento também era aceita, desde que “exista outro que o substitua” e qualquer débito existente fosse quitado. A presença de fiscais escolhidos pela UGTB era totalmente rejeitada enquanto a ideia de prestigiar o trabalho dos mestres era aceita, mas sem que isso implicasse ou significasse qualquer redução do “princípio de autoridade do empregador”, único com poder para comandar e/ou alterar a dinâmica da produção e definir o número de empregados. Estava em jogo, mais uma vez, uma luta em torno do controle do processo e do local de trabalho. O regime de 8h de trabalho diário também seria respeitado, conforme a resposta, revelando que, na prática, não era cumprido até então. Não houve compromisso com ajustes salariais imediatos considerando a variedade contábil das diversas padarias. Por fim, afirmavam a disposição de readmitir os padeiros conforme a necessidade de cada estabelecimento.⁸²⁸

A Legião aceitou os termos desde que as negociações salariais fossem concluídas, em cada padaria, no prazo de dez dias. Ao mesmo tempo, a UGTB se comprometia a atuar como fiadora de créditos para os padeiros e os vendedores. Dessa forma, após as tratativas quanto aos últimos detalhes, a greve foi encerrada e o seu resultado foi considerado uma vitória.⁸²⁹

⁸²⁷ “A greve dos padeiros”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 38, 18 nov. 1933, p. 6.

⁸²⁸ “A Associação dos Panificadores do Ceará em resposta às bases apresentadas pela União Geral dos Trabalhadores em Padarias”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 19 nov. 1933, p. 7 - 8.

⁸²⁹ “Como terminou a greve dos padeiros”. **Legionário**, ano I, n. 39, 25 nov. 1933, p. 1.

5.6 Fiando e tecendo: batalhas no setor têxtil

Na primeira edição do *Legionário*, em 4 de março de 1933, foi divulgada a ideia de um grande inquérito nos estabelecimentos industriais de Fortaleza, o que permitiria conhecer um pouco melhor a “vida operária” na capital.⁸³⁰ Como fizemos menção em outro momento, a realização de tal inquérito era parte de uma tendência maior de discussão sobre as condições de trabalho vigentes e elaboração da legislação trabalhista, o que fomentou expectativas quanto ao pleno cumprimento das leis de proteção ao trabalhador. Além disso, tal inquérito se integrava como parte de um esforço visando organizar e mobilizar os operários e as operárias do ramo têxtil, até então fracamente arregimentados, e seu conteúdo – e os debates e embates que produziu – nos conduz através da “paisagem familiar do capitalismo industrial disciplinado”.⁸³¹

Esquemáticamente, circunscrevendo somente as fábricas têxteis, temos aquelas nas quais a entrada dos representantes legionários foi permitida: Fábrica Progresso, de Thomas Pompeu de Sousa Brasil; Fábrica Santa Maria, de Manoel J. de Lima; Fábrica São José, de Pedro Philomeno Gomes; Fábrica Baturité, de José Pinto do Carmo. Por outro lado, aquelas cuja visitação foi vetada: Fábrica Santo Antônio, Fábrica Santa Elisa, Ceará Industrial e Usina Ceará, as três primeiras pertencentes ao grupo familiar “A.D. Siqueira & Filhos” e a última tendo sócios principais a família Gurgel e a família Siqueira.⁸³²

Algumas das citadas fábricas eram de origem recente enquanto outras, mais antigas, haviam mudado de mãos mais de uma vez ao longo do tempo. O primeiro estabelecimento visitado foi a Fábrica Progresso, cuja escolha não foi aleatória, pois tal indústria era a mais antiga do ramo na cidade, fundada em 1882. Não existe dúvida, e isso logo ficará evidente, que as mais destacadas eram as indústrias da família Diogo de Siqueira e, pelo grande crescimento, a Fábrica São José, de Philomeno Gomes, que se consolidaram e expandiram nas décadas de 1920 e 1930.

Evidente que a posição de Fortaleza como principal centro exportador da produção algodoeira do estado, no século XIX, contribuiu para as primeiras iniciativas industriais ligadas ao aproveitamento do produto, inicialmente através do beneficiamento e prensamento para exportação e, na sequência, na fabricação de tecidos e redes, por exemplo. Como argumenta Elizabeth Fiúza Aragão, a expansão das indústrias têxteis no Ceará,

⁸³⁰ “Inquérito nos estabelecimentos industriais”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 1, 4 mar. 1933, p. 3.

⁸³¹ THOMPSON, Edward. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In: op. cit.*, p. 291.

⁸³² Embora a entrada em algumas fábricas tenha sido vetada, tal fato não impediu a realização do inquérito, pois as informações foram colhidas diretamente junto aos operários e às operárias, fora dos ambientes fabris.

especialmente em Fortaleza, nas primeiras décadas do século XX, está ligada à diversificação de negócios de alguns capitalistas locais. Enquanto em outras partes do país os fabulosos lucros da produção agrícola (sendo o setor cafeeiro no sudeste do Brasil o exemplo mais notável) viabilizaram o investimento fabril, no Ceará foi majoritariamente a fortuna acumulada no comércio exportador e importador que garantiu os recursos que seriam investidos em diferentes formas de produção industrial, incluindo, claro, a têxtil. A aquisição de terras e aplicação de recursos na produção agrícola, considerando esse conjunto de capitães de indústria, dar-se-ia conjuntamente ou posteriormente aos seus negócios no ramo fabril, marcando uma forma de “consolidação e perpetuação das riquezas”. Evidente que tais fazendas poderiam funcionar como fornecedoras de matéria-prima, mas essa não era a tônica dominante.⁸³³ Além disso, tais grupos familiares mantiveram estreitos contatos entre si e empreenderam projetos comuns, formando sociedades.

A vida de Antônio Diogo de Siqueira (1864 - 1932) se torna exemplar como protótipo do capitalista local. Natural de Uruburetama, deslocou-se com a família para Sobral e depois para Fortaleza, trabalhando com o pai como marchante. Aproveitando o sebo do boi abatido, constituiu uma pequena fábrica de sabão, adquirindo também algumas máquinas para extração do óleo de algodão. Daí adveio o plano de montar uma fábrica de fiação, que se concretizou com a Fábrica Santa Elisa, em 1904. Antônio Diogo de Siqueira adquiriu a Fábrica Santo Antônio e a Ceará Industrial, entre 1925 e 1930, e, paralelamente, manteve-se como sócio de outros tantos empreendimentos, incluindo participação na Usina Ceará, junto com a família Gurgel. Também investiu no ramo de cigarros, com a Fábrica Araken. Algumas das citadas unidades fabris dispunham de vilas operárias. Adquiriu diversas fazendas em diferentes cidades e integrou várias associações como o Centro dos Importadores, Centro dos Exportadores e Associação Comercial, além de manter atividades filantrópicas, como a manutenção do Leprosário Antônio Diogo, em Canafistula. O Coronel Antônio Diogo, como era conhecido, faleceu em 1932, legando aos filhos um verdadeiro império, com negócios em diversos campos.⁸³⁴ Foi com um dos herdeiros de Antônio Diogo – seu filho Francisco Diogo de Siqueira – que a Legião travou importantes embates. Podemos ver um pouco da disposição de algumas propriedades deste grupo empresarial na imagem adiante.

⁸³³ ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará:** o setor de fiação e tecelagem, 1880-1950. Fortaleza: Ed. Universidade Federal do Ceará: Stylus Comunicações, 1989, p. 83-86.

⁸³⁴ *Id. Ibidem*, p. 86 – 88; Cf. VIANA, Carlos Negreiros. As múltiplas facetas de um marchante: a vida empresarial de Antônio Diogo de Siqueira. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 123, p. 239-259, 2009.

Figura 21 – Algumas fábricas e vilas operárias do Grupo Diogo



Fonte: ANDRADE, Margarida. **Onde moram os operários...** Vilas Operárias em Fortaleza (1920 – 1945). 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990, p. 246.

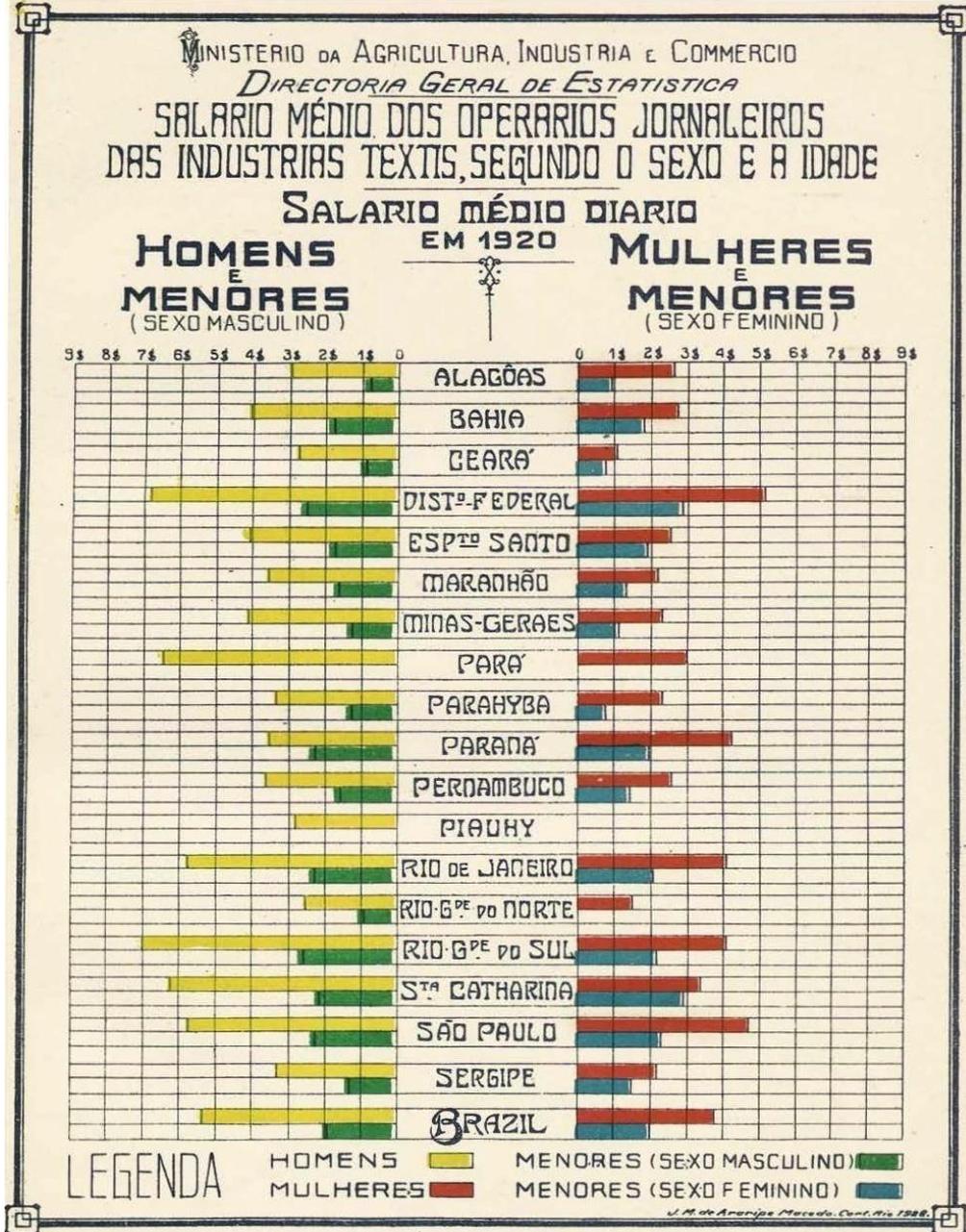
Legenda: 1. Vila Diogo 2. Fábrica Santa Elisa 3. Residência de Antônio Diogo.
4. Fábrica Ceará Industrial 5. Prensa 6. Fábrica Araken 7. Vila Araken

Pedro Philomeno Gomes (1888 - 1983), outro importante capitão de indústria, nasceu em Sobral, em 1888, ingressando nas atividades empresariais como sócio do pai e de alguns irmãos na Fábrica Iracema, no ramo de fumos e cigarros. Em parceria com Antônio Diogo e outros capitalistas, enveredou na produção de sabão e óleos e planejou erguer uma nova fábrica de tecidos. Abandonando a sociedade por volta de 1927, por desentendimentos com o sócio, deixou permanentemente qualquer investimento no setor de sabão e óleos, concentrando-se nas demais atividades. Em 1928, inaugurou a Fábrica São José, dedicada exclusivamente à fiação e à tecelagem, com cerca de 300 operários. Em 1934, tal fábrica contava com aproximadamente 1.000 trabalhadores, sendo a maior indústria de tecidos do Ceará, e também dispo de uma grande vila operária.⁸³⁵

No geral, no inquérito da LCT, foram visados os salários, a jornada de trabalho, as condições de salubridade e a forma de relacionamento entre patrões e trabalhadores. Nenhuma surpresa que tenha sido identificado o baixo valor salarial, pois o Censo de 1920 já mostrava a posição nada lisonjeira do Ceará nesse quesito, ficando como penúltimo colocado entre os estados da federação considerados, bem abaixo da média nacional, como pode ser constatado na imagem reproduzida a seguir.

⁸³⁵ Cf. VIANA, Carlos Negreiros Viana. A vida empresarial de Pedro Philomeno: um longo e fundamental capítulo da história industrial do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 122, p. 213-223, 2008.

Figura 22 – Salário médio dos operários e operárias das indústrias têxteis



Fonte: BRASIL. Recenseamento do Brasil [1920]. Volume V, 2ª Parte – Salários. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1928.

Se tomarmos exclusivamente o salário das mulheres conforme as médias acima, a posição cearense se torna ainda mais grave: caindo para a última posição no quadro nacional. As principais divisões de tarefas incluíam o trabalho de fiandeiras(as), tecelões(ãs), costureiras(as), engomadoras(as), maçarocueiras(as), urdidoras(as), noveleiras(as), passadoras(as) e tintureiras(as). O censo identificou médias salariais de cada grupo no Ceará, com evidentes diferenças conforme o sexo. Por exemplo, no trabalho de costura, cujos ganhos eram os menores, homens recebiam 1\$000 e mulheres apenas 800 por dia; na fiação, a

remuneração média dos homens era 2\$000 e as mulheres recebiam 1\$455; na maçaroca, os homens auferiam cerca de 2\$700 e as mulheres aproximadamente 1\$800; na tinturaria, os homens conseguiam uma média de 1\$562 e as mulheres 1\$000; por fim, com a maior discrepância, um tecelão conseguiria uma diária de 3\$202 enquanto uma tecelã 1\$919.⁸³⁶

A Legião também detectou o trabalho infantil em alguns estabelecimentos, como na Fábrica Progresso, na qual foram encontradas 5 crianças.⁸³⁷ A jornada diária em todas as indústrias rotineiramente extrapolava 9h, podendo facilmente chegar a 10h e, em alguns casos, até 12h por dia para algumas tarefas, em absoluta desobediência ao decreto que definia a jornada diária de 8h.⁸³⁸ Além disso, foram denunciadas arbitrariedades na delimitação do tempo de trabalho, como no caso da Fábrica Santo Antônio:

Alli não há um horário certo, pela razão muito simples de não existir no estabelecimento um relógio! “Iniciamos o serviço manhã cedo”, diz-nos um operário, “e só largamos para o almoço quando chega a *bóia* do gerente. O nosso relógio, lá na Santo Antônio, é o prato de comer do Sr. Gerente. Se por felicidade este chega às 11 horas, nós saímos a esta hora, se porém chega às 11:30 é justamente quando deixamos o serviço para o almoço. À tarde, para largarmos o trabalho é a mesma cousa, isto é, é a vontade exclusiva do Sr. Gerente, porque é elle que tem o relógio no bolso”.⁸³⁹

Relato em vários aspectos semelhante ao que foi analisado por E.P. Thompson ao tratar das notações do tempo e imposição de uma nova disciplina de trabalho no processo de industrialização na Inglaterra, no qual foram identificadas repetidas tentativas de “expropriar os trabalhadores de todo conhecimento sobre o tempo”.⁸⁴⁰

Vigilância e punições, claro, faziam parte do repertório padrão para garantir assiduidade, pontualidade, evitar brincadeiras e conversas durante o trabalho, garantindo o máximo de aproveitamento do tempo, e evitar qualquer tipo de desperdício ou descuido com o material. Na Fábrica São José, o gerenciamento ficava a cargo do técnico suíço Carlos Muller, formado em engenharia têxtil na Alemanha. Muller afirmou considerar o trabalhador cearense como “vontadoso e inteligente”, mas flagrantemente prejudicado pela “absoluta falta de instrução, quer de letras, quer profissional”, o que redundava em constantes dificuldades na execução das tarefas. O epíteto “vontadoso” pode indicar uma postura mais altiva, pouco

⁸³⁶ BRASIL. Recenseamento do Brasil [1920]. Volume V, 2ª Parte – Salários. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1928, p. 131 e 133.

⁸³⁷ “Inquérito nos estabelecimentos industriais”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 2, 11 mar. 1933, p. 4.

⁸³⁸ Decreto nº 21.364, de 4 de maio de 1932. “Regula o horário para o trabalho industrial”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21364-4-maio-1932-526751-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/01/2020.

⁸³⁹ “Inquérito nos estabelecimentos industriais”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 4, 25 mar. 1933, p. 4.

⁸⁴⁰ THOMPSON, Edward. *op. cit.*, p. 293 - 294.

submissa, voluntariosa. As multas, complementou, visavam “pôr termo a certos abusos”⁸⁴¹ e poderiam ser abrandadas ou seu valor era revertido, supostamente, para uma caixa de auxílio que beneficiaria os demais trabalhadores, mas, como sua administração e aplicação escapava totalmente ao controle dos operários, eram malvistas pela coletividade.

Se a lei que estabelecia a jornada de 8h por dia parecia ser letra morta, situação semelhante ocorria com o decreto nº 21.417-A, que regulava o trabalho feminino nos estabelecimentos comerciais e industriais, determinando salários iguais para tarefas iguais, proibição do trabalho feminino das 22h às 5h e a garantia de 4 semanas de afastamento antes e depois do parto.⁸⁴² Da Fábrica Ceará Industrial, de Francisco Diogo, por exemplo, foi dito o seguinte: “As mulheres grávidas, a quem a lei favorece uns tantos benefícios, de nada gozam, porque o homem é absoluto, não obedecendo leis, sejam elas quais forem”.⁸⁴³

Por fim, vale destacar que alguns industriais investiram na edificação de residências para uma parte dos trabalhadores. A criação das vilas operárias, como fator fundamental de fixação da força de trabalho, e a promoção de atividades assistenciais, revelam um projeto bastante comum. José Sérgio Leite Lopes, em estudo clássico, demonstrou a enorme estrutura constituída pela Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, que começava com o aliciamento da força de trabalho e se expandia com a moradia vinculada ao trabalho fabril, acesso a um roçado como atividade complementar, uma feira administrada pela companhia, controlando a circulação de produtos de primeira necessidade, além de várias atividades recreativas.⁸⁴⁴ No Rio Grande do Sul, Alexandre Fortes demonstrou que a influência da indústria Renner, a maior empregadora de Porto Alegre nos anos de 1930, extrapolava os muros da fábrica e se espraiava pela comunidade, compondo um vasto aparato assistencial abarcando múltiplas dimensões da vida operária, incluindo moradia e lazer. Além disso, A.J. Renner foi apresentado, por seus biógrafos, como grande capitão de indústria, provedor de trabalho e personagem quase mítico, cuja atuação buscava ser entendida como protetora e zelosa em relação aos trabalhadores.⁸⁴⁵

⁸⁴¹ “Inquérito nos estabelecimentos industriais”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 9, 1 maio 1933, p. 10.

⁸⁴² Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932. “Regula as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/01/2020.

⁸⁴³ “Inquérito nos estabelecimentos industriais”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 5, 1 abr. 1933, p. 4.

⁸⁴⁴ LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

⁸⁴⁵ FORTES, Alexandre. **“Nós do quarto distrito”**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 177-278.

Em ambos os casos, os respectivos patrões desejavam ser reconhecidos como benfeitores. Guardadas as evidentes diferenças de grandeza, posto que os casos analisados por Leite Lopes e Alexandre Fortes se referem a vastos sistemas fabris, podemos perceber processo similar em algumas indústrias de Fortaleza. Durante a inauguração da sede do Sindicato dos Operários da Fábrica São José, na vila operária São José, o proprietário da fábrica, Pedro Philomeno Gomes, aproveitou a oportunidade para o anúncio de diversos melhoramentos. Em seu discurso, teria dito o seguinte:

Dentro de pouco tempo seria instalado um hospital, cujo material cirúrgico já fora adquirido; instalaria, igualmente, uma escola diurna para os filhos dos operários, uma noturna para os operários, propriamente, e uma profissional, em que se pudessem aperfeiçoar nos diversos mistérios.

E não só isso. Estava tratando da instalação de um cinema e da organização de uma banda de música, garantindo, por outro lado, observar rigorosamente as determinações legais, referentes aos interesses gerais do operariado, como a lei de férias, etc.

Ubirajara Índio, representando a LCT, “produziu acalorada oração, dizendo-se rejubilado por ver ali concretizado o ideal legionário – o patrão ao lado do operário, comungando dos mesmos sentimentos de fraternização, defendendo interesses recíprocos”.⁸⁴⁶

Esse foi, para a LCT, um exemplo da política de colaboração de classes na prática. Ações de benemerência patronal eram entendidas como geradoras de um fluxo virtuoso de reciprocidade entre as partes, rompendo a indiferença, a hostilidade e o antagonismo; eram criadoras, assim se imaginava, de um vínculo moral e social. Além disso, um bom patrão seria um modelo a ser seguido, um exemplo para toda a classe. A autoimagem projetada por uma boa parte dos industriais combinava três componentes: a ideia do “*self made man*”, do benemérito/filantropo e do bom patrão. De certa maneira, e até certo ponto, tal projeção se casava com o ideal da Legião, que demonstrava franca preferência por patrões de feição *paternalista*, o que talvez fosse uma perspectiva bastante ampla, pois, como argumenta Antoine Prost: “para a mentalidade da época, o patrão ou é um paternalista ou é um explorador cínico e feroz”.⁸⁴⁷

O conceito de *paternalismo* apresenta desafios, como foi amplamente discutido por Edward Thompson. Primeiramente, a perda de especificidade histórica, posto que seu uso tem sido tão amplo que abarcaria épocas e locais muito diversos. Em segundo lugar, envolve

⁸⁴⁶ “A inauguração da sede do Sindicato Operário da Fábrica São José”. **O Nordeste**, Fortaleza, 5 jul. 1932, p. 1 e 5.

⁸⁴⁷ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado: o trabalho. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (org.). **História da vida privada, 5:** da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 40-41.

normalmente uma descrição das “relações sociais vistas de cima”. Em terceiro lugar, sugere um relativo equilíbrio social, em relações próximas e consentidas, livre de conflitos. Por fim, paternalismo poderia ser muito mais um “mito” ou uma “ideologia”, confundindo o real e o ideal, que remete tais relações a um passado idealizado ou se projeta no presente o desejo de algo do tipo.⁸⁴⁸ Isso não quer dizer que o conceito deva ser simplesmente descartado, pois o próprio Thompson o mantém, mas que precisa ser devidamente qualificado. Seria proveitoso, portanto, pensarmos em relações paternalistas no âmbito da indústria, em um contexto de luta de classes.

Se voltarmos ao caso citado mais acima, percebemos que, para o industrial, aquela foi uma oportunidade ímpar para reforçar, em ampla teatralização pública, sua imagem de bom patrão, inclusive se comprometendo, para efeitos externos, com o respeito à lei. Mais uma vez, o conceito de *teatro*, conforme a análise de Thompson, implica considerar as mediações simbólicas do exercício do poder, expressas em gestos e ações minuciosamente calculadas para gerar deferência. José Sérgio Leite Lopes demonstrou, para um contexto industrial, que o proprietário da fábrica empregava, de forma eficiente, um vistoso espetáculo, uma “teatralização da dominação”, na qual afirmava seu próprio poder para grandes contingentes de trabalhadores.⁸⁴⁹

Se o paternalismo, em tal sentido, pode ser tanto um mito quanto uma ideologia, outro termo que parece central é *reciprocidade*. Barrington Moore insiste no tema da reciprocidade, ou “obrigações mútuas”, como ideia-chave nas relações sociais, lembrando que isso “não implica igualdade de responsabilidades ou obrigações”, muito pelo contrário. Tal e qual no conceito de paternalismo, as obrigações mútuas funcionam muito mais como um ideal e como ideologia, tanto para mistificar a realidade, como um invólucro que camufla a exploração, quanto na qualidade de componente das “concepções populares” acerca das formas justas de atuação daqueles que detêm o poder, bem como dos seus limites. Ou seja, se a hierarquia e a autoridade são aceitas, espera-se uma conformidade dos poderosos com determinados padrões, cuja violação ou quebra de expectativas provocam revolta.⁸⁵⁰

Voltamos, então, ao eixo da nossa argumentação. A publicidade do inquérito envolvia tanto um maior conhecimento em relação ao mundo das fábricas quanto atingia a “representação respeitável”⁸⁵¹ que os proprietários tinham de si mesmos e que buscavam manter no discurso público. Nas páginas do periódico, os padrões que franquearam a entrada

⁸⁴⁸ THOMPSON, Edward. Patrícios e plebeus. In: THOMPSON, Edward *op. cit.*, p. 27 – 32.

⁸⁴⁹ LOPES, José Sérgio Leite. *op. cit.*, p. 51-52.

⁸⁵⁰ MOORE JR., Barrington. *op. cit.*, p. 682-687.

⁸⁵¹ SCOTT, James. *op. cit.*, p. 83 – 84.

dos representantes legionários são bem-vistos, apresentados como “amigos dos operários”, enquanto aqueles que impedem o exame das condições internas são considerados exploradores. A imagem de um patrão que “auxilia” seus trabalhadores muito agradaria os industriais. No entanto, bastou que algumas irregularidades e queixas fossem expostas para o clima azedar:

Os proprietários da ‘Fabrica Progresso’ que eram considerados como amigos dos operários, após a nossa visita aqulle estabelecimento industrial, naturalmente porque veiculamos algumas irregularidades que constatamos, estão demonstrando má vontade para com os seus servidores.⁸⁵²

Nas palavras de um antigo líder operário cearense: “O nosso órgão oficial, o jornal ‘Legionário’, era lido e temido pelos patrões desonestos que o compravam para saberem em que pé andavam as cousas”.⁸⁵³ Entre os extremos do “paternalista” e do “explorador cínico e feroz” ou do “patrão desonesto”, existia uma infinidade de gradações e oscilações, pois facilmente o ideal ruía diante de situações concretas. Seja como for, nenhum industrial despertou tanta ojeriza quanto Francisco Diogo de Siqueira, ao negar completamente qualquer verificação no interior das fábricas de sua família: “De *boa vontade* não. Nas MINHAS Fábricas não consinto. Sou o DONO [...] O Sr. pode visitar o Sindicato, a Fábrica não”, teria dito o industrial a um representante da LCT, cujas palavras, reproduzidas no impresso, foram grafadas com destaque.⁸⁵⁴

Devemos ter em mente que os espaços das fábricas são, historicamente, redutos da plena autoridade patronal. Da porta da fábrica para dentro, a vontade do patrão é “lei” e seu arbítrio deve ser inquestionável. Ciosos de seu domínio, os capitalistas consideravam que a organização interna dos estabelecimentos seria um tema particular, privativo, quase como um prolongamento do seu próprio “eu”. A entrada de uma organização poderia significar uma ameaça, uma violação ao ser poder supostamente incontestável.

A atitude do Sr. José Diogo, negando-se a franquear a fábrica de sua propriedade para uma reportagem desta folha, é reveladora de uma mentalidade atrasada e prepotente. Esse Sr. é bem um índice da burguesia cega e arrogante.[...] Para o Sr. Diogo, o operário é apenas a miserável mercadoria humana, que elle compra, sobre a qual adquire direitos absolutos e em relação à qual se exime de qualquer dever ou compromisso de ordem moral ou social. [...] Indifferentes são, para o Sr. Diogo, a sua saúde, a sua alimentação insufficiente, as suas miseráveis condições de vida.

⁸⁵² “O que vae pela ‘Fábrica Progresso’”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, nº 5, 1 abr. 1933, p. 3.

⁸⁵³ ALENCAR, Eusébio Mota de. **Dona Lima, a curandeira**. 2. ed. Fortaleza: A Fortaleza, 1965, p. 42.

⁸⁵⁴ “Inquérito nos estabelecimentos industriais”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 4, 25 mar. 1933, p. 4. Destaques no original

E são, para o Sr. Diogo, irritantes e descabidos os seus desejos de uma vida menos indigna, menos desamparada, cercada de mínimas garantias e direitos. Seus esforços de organização sindical são tidos como indébitos, manifestação de hostilidade e limitação da sua liberdade e do seu autoritarismo de DONO todo poderoso.⁸⁵⁵

Os termos adotados foram fortes: “Officinas ou masmorras?”⁸⁵⁶ indagou o *Legionário* em tom de desafio. A fábrica que se apresentava como fortaleza ou prisão, inacessível e impenetrável, parecia algo absurdo; e o patrão, aferrado a sua autoridade, sem abrir espaço para qualquer negociação, soava como irracional ou repulsivo. Esse tipo de intransigência obstaculizava o projeto de conciliação de classes, já que qualquer tipo de reciprocidade desaparecia diante do frio cálculo econômico, que tratava homens e mulheres como apêndices descartáveis da produção. Mas a reprovação, inicialmente localizada e personalizada, rapidamente ganhou abrangência, posto que outros industriais, mais ou menos ostensivamente, demonstravam uma crescente indisposição quanto ao avanço sindical e reivindicativo dos trabalhadores.

Os sindicatos da Legião constituem para os nossos caricatos Fordsinhos um pesadelo insuportável. Acostumados a tripudiar sobre os direitos de um operariado disperso, desorientado e inconsciente, de um operariado burro de carga, dócil aos seus caprichos de donos de bestas humanas, os senhores industriais não poderiam deixar de ver com maus olhos a magnífica floração do sindicalismo legionário em torno às suas fábricas-bastilhas.

Em verdade esses capitãezinhos de indústrias vêem na ação sindical uma invasão em suas ‘propriedades’, e sinceramente sentem-se roubados, usurpados em seus legítimos direitos de donos.⁸⁵⁷

Os “caricatos Fordsinhos”, conforme a linguagem adotada, pareciam importar um famoso traço da política de Henry Ford em suas fábricas automobilísticas: a postura antissindical. Isso não implica afirmar a adoção, nas fábricas cearenses, de uma gestão propriamente fordista, pois, em geral, as ideias dos grandes teóricos da administração industrial da força de trabalho, como Taylor e Ford, embora muito citadas por donos de indústrias e nas publicações de organismos que representavam o setor empresarial, tiveram pouca aplicação concreta no chão das fábricas brasileiras nos anos de 1930, embora amplamente vigentes na linguagem pública.⁸⁵⁸ As fábricas, primeiramente, poderiam ser entendidas como microcosmos da sociedade, ou seja, espelhavam e reproduziam, em seu interior, o poder privado dominante. Mas uma nova tendência se anunciava: a fábrica como

⁸⁵⁵ “Um patrão perigoso à ordem social”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 4, 25 mar. 1933, p. 1. Destaque no original.

⁸⁵⁶ “Officinas ou masmorras?”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 5, 1 abr. 1933, p. 3.

⁸⁵⁷ “Armadilha capitalista”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 23, 5 ago. 1933, p. 1.

⁸⁵⁸ Cf. GODOY, João Miguel Teixeira de. O mundo fabril nas concepções de Taylor, Fayol e Ford. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 37-70, 2010.

macrocosmo da sociedade, ou seja, uma remodelação interna do mundo fabril se irradiaria para toda sociedade.⁸⁵⁹ Assim sendo, pela ótica legionária, a fábrica bem gerida, apresentando relações contratualmente claras, mediante composições amistosas, difundiria tal harmonia para o corpo social mais amplo.

E assim percebemos o teor da controvérsia, a tessitura mais ampla do conflito, pois estava em jogo, por um lado, a questão da autoridade patronal em um contexto no qual as relações de trabalho se tornavam assunto de elevado interesse público e, por outro, as noções de respeito à lei como forma de justiça social nas elaborações e reivindicações dos operários e de suas lideranças. O despotismo patronal e o desrespeito aos direitos e à dignidade operária passavam a ser sistematicamente denunciados e confrontados. O avolumar das reclamações punha em xeque a imagem conciliatória: “Pelas constantes queixas que temos recebido dos operários da Fábrica São José, verificamos que o ambiente de paz e de ordem, até bem pouco tempo alli reinante, vai se tornando asphixiante. [...] Os tempos mudam...”, lamentava o *Legionário*.⁸⁶⁰ Estava em questão, como em outras ocasiões, uma série de incidentes envolvendo tratamento severo no espaço fabril, aumento no custo dos alugueis e, especialmente, o desrespeito às leis. O caso de um operário acidentado se mostra revelador:

O operário em apreço, nosso companheiro Raimundo Cursino de Sena, compareceu à polícia, onde foram tomadas as providencias necessárias pelo escrivão, Sr. Emanuel Pinheiro Maia, para que assim tivesse o acidentado assegurado o seu direito perante a lei.

O médico legista, Dr. Amadeu Furtado, examinou o operário e atestou o acidente estipulando um prazo de 15 dias para seu tratamento e cura.

A polícia, por sua vez, cientifica o caso ao Sr. Pedro Filomeno e solicita o comparecimento de 3 operários que haviam testemunhado o acidente para deporem, e envia por igual, pelo próprio acidentado, uma papeleta, na qual faz comunicar o acidente e faz sentir que o médico legista declarara que o operário estaria curado dentro de 15 dias.

O Sr. Pedro Filomeno, ao ver a papeleta com o carimbo da polícia, irrita-se e passa então a dizer que não pagaria coisa nenhuma, nem a própria meia diária. E não pagava porque o acidentado fora a polícia. Na casa dele não admitia aquilo!

Se ele, operário, quizesse entrar num acordo ainda havia um jeito. Doutra forma não. Tudo estava perdido. A firma tinha advogado e iria questionar. Quem pudesse mais, era quem ganhava.

Além disso, o Sr. Pedro Filomeno, afim de que o operário desistisse de exigir o pagamento do acidente, ameaçou-o, dizendo que ele assim procedendo estava se prejudicando na casa, etc.⁸⁶¹

Aos patrões interessava controlar e manter o jogo no âmbito da esfera privada, o que permitia apresentar benefícios, mesmo àqueles definidos em leis, como dádivas, como

⁸⁵⁹ *Id. Ibidem.*

⁸⁶⁰ “O caso da Fábrica São José”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 14, 3 jun. 1933, p. 4.

⁸⁶¹ “O Sr. Pedro Filomeno procura desrespeitar a lei de acidentes de trabalho”. *Legionário*, Fortaleza, ano I, n. 46, 13 jan. 1934, p. 2.

atos de pura generosidade, tudo resolvido longe do aparato institucional do governo. Mas, entre os trabalhadores, outra lógica estava sendo operada: longe da cultura do favor era evidente uma cultura de direitos. Ao invés de aguardar pela boa vontade patronal, os trabalhadores sistematicamente recorriam aos órgãos públicos para viabilizar ou cobrar direitos, o que era entendido por alguns patrões como pura insolência.

Diferentemente das categorias tratadas nos tópicos anteriores, os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas têxteis não protagonizaram uma grande greve no período considerado, o que não autoriza deduzir qualquer tipo de apatia ou alheamento em relação aos temas que animavam os demais agrupamentos operários, como deve ter ficado claro, já que facilmente identificamos como a LCT foi rapidamente envolvida em um turbilhão de conflitos tão intensos quanto aqueles vividos pelas demais categorias. Como núcleo fundamental, localizamos, entre os trabalhadores, uma crença simbólica nos direitos⁸⁶² fortemente enraizada, o que envolvia, por óbvio, a denúncia do descumprimento das leis e da inoperância das instituições responsáveis:

A lei que regula o trabalho nas fábricas é um mito. Principalmente com relação ao trabalho da mulher. Lei insufficientíssima e que mesmo assim não é observada. [...] Não há fiscalização nenhuma por parte dos encarregados de sua execução e isto não se verifica apenas no Ceará. No Rio é a mesma coisa. Até parece que tais dispositivos legais não se fizeram para serem cumpridos.⁸⁶³

Segundo John French, tal atitude pode ser creditada, em parte, a uma relação conflituosa e ambivalente com a “lei”, envolvendo “ceticismo” quanto a sua aplicabilidade real, “idealização” na expectativa de montagem de padrões justos na regulação das relações de trabalho e mesmo “descrédito” e/ou “hostilidade” às instituições governamentais, vistas, em várias ocasiões, como mais favoráveis aos patrões do que ao operariado.⁸⁶⁴ Os trabalhadores logo perceberam que a lei só ganharia efetividade mediante cobrança e pressão, demonstrando que a legislação trabalhista não implicou docilidade ou domesticação da classe trabalhadora. No caso, apesar das críticas, as instituições eram acionadas como alternativa possível e viável de ação reivindicatória, o que pode ser generalizado para outros grupos.

Se avançarmos um pouco mais, percebemos a importância das Inspetorias Regionais do Trabalho, pois recebiam as queixas operárias, promoviam as comissões mistas

⁸⁶² PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na História operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 53-101.

⁸⁶³ “O drama trágico dos trabalhadores das fábricas”. **Legionário**, Fortaleza, ano I, n. 43, 23 dez. 1933, p. 5.

⁸⁶⁴ FRENCH, John. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 57-69.

entre empregadores e empregados e deveriam atuar pelo correto respeito à lei. Sabemos pouco sobre o funcionamento de tais instituições. Algumas pequenas notícias divulgadas na imprensa davam conta dos despachos da “5ª Inspetoria Regional do Trabalho”, no Ceará. Para o final de 1935, por exemplo, os assuntos tratados envolviam solicitações de alguns estabelecimentos para prorrogação do horário de trabalho em determinados dias da semana e a aplicação de multas contra alguns patrões. No caso, foram multados Miguel Collares da Penha, Caetano Luis Farias e José Jereissati & Filho, todos devendo pagar 100\$000 por infração do decreto nº 22.979, de 24 de julho de 1933, que tratava da jornada de trabalho dos trabalhadores em barbearias.⁸⁶⁵ Em outro momento, os despachos davam conta de uma reclamação do Sindicato dos Empregados em Jornais sobre irregularidades no horário e protesto similar feito pelo Sindicato dos Empregados do Comércio. Em ambos os casos, foram encaminhadas fiscalizações para examinar a situação.⁸⁶⁶ Quando a firma “Lundgren & Cia” solicitou autorização para funcionar no domingo, “das 7 as 17”, o pedido foi autorizado desde que “pagando em dobro as horas de trabalho”. A firma “Philomeno Gomes”, ao solicitar prorrogação de duas horas do tempo de trabalho em caráter excepcional, recebeu despacho similar: “sendo pago aos empregados o que for de lei”.⁸⁶⁷ Quando a mesma empresa solicitou novamente tal prorrogação, a resposta foi idêntica: “Concedo, sendo observadas as exigências legais”.⁸⁶⁸ Tais casos são somente alguns exemplos selecionados, mas que representam o teor padrão. Como argumenta Ângela de Castro Gomes, “apesar da falta de pessoal e outros problemas”, as inspetorias “garantiram de forma bem mais efetiva que anteriormente o cumprimento dos dispositivos legais” e, apesar “das burlas e da corrupção sempre presentes, a legislação social de fato começa a ser cumprida”.⁸⁶⁹

As Juntas de Conciliação e Julgamento,⁸⁷⁰ igualmente, tornavam-se arenas para resolução de conflitos e busca por direitos. Apesar das informações exíguas, identificamos alguns casos, como o de Francisco Barbosa, que prestou reclamação contra a firma “Torquato & Cia” referente ao pagamento de férias. Ao final, o reclamante recebeu o valor. Do mesmo

⁸⁶⁵ “Pela 5ª Inspetoria Regional do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 10 dez. 1935, p. 3.

⁸⁶⁶ “Pela 5ª Inspetoria Regional do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 17 dez. 1935, p. 4.

⁸⁶⁷ “Pela 5ª Inspetoria Regional do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 9 jan. 1936, p. 4.

⁸⁶⁸ “Pela 5ª Inspetoria Regional do Trabalho”. **O Nordeste**, Fortaleza, 13 maio 1936, p. 8.

⁸⁶⁹ GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 237.

⁸⁷⁰ As Comissões Mistas de Conciliação e as Juntas de Conciliação e Julgamento foram a base para a criação da Justiça do Trabalho durante o Estado Novo. As Comissões pretendiam dirimir conflitos de caráter coletivo e seu caráter arbitral foi durante muito tempo recusado pelos patrões, o que limitou seu funcionamento e eficácia. As Juntas, por outro lado, envolviam a solução de problemas individuais referentes ao descumprimento de leis existentes, podendo emitir sentenças. O caso poderia ser levado, inclusive, para a justiça comum.

modo, Joaquim Alves da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns, pleiteava o pagamento de suas férias, obtendo êxito. Outros problemas versavam sobre salários não pagos e demissão sem justa causa.⁸⁷¹ No Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil, em 1937, o pleno respeito ao direito de férias concentrou bastante atenção, sendo objeto de uma longa peleja entre os trabalhadores e algumas fábricas.

Como observamos, parcela significativa das reivindicações envolvia uma luta “sobre o tempo”: duração e condições da jornada de trabalho (como o respeito às 8h diárias), limites ao trabalho feminino, folga semanal e, claro, o direito às férias remuneradas. A garantia das férias possuía significado especial para a classe trabalhadora: “a remuneração de um tempo livre equivale a um reconhecimento oficial da humanidade do trabalhador e da dignidade humana do trabalho”, como analisou Robert Castel:

O trabalhador é também um homem e não um eterno tarefeiro, e seu trabalho lhe paga o acesso à qualidade de homem enquanto tal, de homem em si, deixando de ser a lei inexorável de cada jornada. Revolução cultural além de seu caráter de “conquista social”, pois tratava-se de mudar a vida e as razões de viver, ainda que só durante alguns dias por ano.

[...]

As férias remuneradas podem simbolizar a aproximação de duas condições e de dois modos de vida que tudo separava. [...] por um tempo muito curto, a vida operária experimenta uma característica essencial da existência “burguesa”, uma liberdade de escolher o que fazer ou nada fazer.⁸⁷²

Criando leis, instituições de fiscalização, órgãos que permitiam a participação dos operários, representação classista etc., o Estado foi compondo seu próprio espaço na sociedade. Ao mesmo tempo, percebemos que esse processo foi solapando a presença e importância da Legião entre os trabalhadores. É perceptível que a crescente adesão ao sindicalismo oficial minou a força do legionarismo. O Estado se tornou referência e presença dominante para os trabalhadores.

Como indicou Ângela Araújo, o projeto corporativista estatal buscava não a exclusão dos trabalhadores, mas o seu consentimento, o que envolvia o atendimento de determinadas reivindicações históricas do movimento operário e a criação de organismos para integrar os trabalhadores, processando institucionalmente as demandas e os atritos. Nesse sentido, mesmo grupos que se opunham parcial ou totalmente ao projeto varguista acabaram contribuindo para seu fortalecimento ao optar pela sindicalização oficial, tendo em vista a

⁸⁷¹ “Juntas de Conciliação e Julgamento”. *O Nordeste*, Fortaleza, 1 out. 1936, p. 4.

⁸⁷² CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 438-439.

garantia dos direitos estabelecidos paulatinamente.⁸⁷³ Esse foi o caso da Legião Cearense do Trabalho, que, ao mudar sua estratégia de recusa pela política de adesão à oficialização sindical, esvaziou seu próprio projeto alternativo. Havia, evidentemente, uma desigualdade de recursos, posto que, por definição, o Estado detinha instrumentos de poder bem mais efetivos. Além do mais, era difícil crer que a pura recusa fosse realmente viável no longo prazo. Vale lembrar que a Igreja também contribuiu para esvaziar a Legião, ao optar, a partir de 1935, pela organização circulista como modelo mais adequado de organização para os trabalhadores católicos.⁸⁷⁴ De toda forma, o projeto legionário guardava enormes similitudes com o corporativismo varguista. O caminho rumo ao sindicato oficializado, como condição para o acesso aos direitos, foi pavimentado pela LCT.

O caso dos trabalhadores têxteis se torna, assim, exemplar, pois muitos sindicatos cresceram ou foram constituídos em aproximação (e com o apoio) da LCT. Boa parte da vida sindical foi profundamente marcada pelo legionarismo, o que incluiu um amplo aprendizado entre os trabalhadores. Com o tempo, ficou claro que o sindicato poderia mediatizar a relação dos trabalhadores com os organismos estatais e com os patrões, sem a necessidade de uma instituição agregadora como a LCT. A partir de 1937, com o Estado Novo, a Legião desapareceu definitivamente, mas, para alguns grupos operários, ela havia deixado de ser um horizonte concreto bem antes e, para outros, seu fim formal não representou um corte abrupto. Os caminhos da luta por direitos seriam trilhados de outras formas.

⁸⁷³ Cf. ARAÚJO, Ângela. **Construindo o consentimento:** corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

⁸⁷⁴ Cf. SOUZA, Jessie Jane Vieira. **Círculos Operários:** a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002; SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará:** “instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963). 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No vocabulário político e econômico atual, a palavra “flexibilização” está entre as costumeiramente invocadas para se referir às reconfigurações do mundo do trabalho e aos direitos sociais, de uma forma geral, e aos direitos do trabalho, em particular. Os sentidos e implicações embutidos no uso do termo não são imediatamente acessíveis. Um mundo de relações de trabalho e direitos “flexíveis” é apresentado como solução para renitentes problemas sociais como o desemprego. Sob a promessa de maior liberdade, abertura de possibilidades, crescimento econômico e geração de empregos, observamos o avanço da precarização nas relações de trabalho – com um aprofundamento dos mecanismos de controle e não seu abrandamento – e o desmonte de estruturas de seguridade e proteção social, cujas implicações, em termos sociais e culturais, são objeto de debate.⁸⁷⁵

A luta dos trabalhadores se dá em um cenário adverso, marcado por reestruturações produtivas, pelo avanço do individualismo, pela fraqueza dos organismos de classe, pela disputa acirrada no mercado de trabalho, pelo crescimento do setor informal – e consequente avanço de trabalhos sem regularidade –, além da ausência aparente de alternativas claras em termos de projetos políticos. Diante de tal panorama, reafirmamos a centralidade do mundo do trabalho, parecendo-nos importante retomar temas e questões que dizem respeito à realidade vivida pelos grupos subalternos, especialmente tratando sobre os processos de trabalho, os diferentes modos de vida, sobre as formas de ação e sobre as lutas que tinham como foco criar e/ou fazer valer direitos. Essa luta possui uma longa História.

No século XIX, afirmou Karl Polanyi, os princípios da economia política liberal alicerçaram ideologicamente a construção da “sociedade de mercado”. Conforme o “credo liberal”, somente através da livre circulação das mercadorias seria possível alcançar o verdadeiro progresso econômico e social, e qualquer tentativa de impor limites ou controles teria efeito danoso. Essa “utopia” fundamentava-se, essencialmente, na crença de que toda a dinâmica das atividades de produção e troca deveria ser regida unicamente pela lei da oferta e da procura, ou seja, “um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados”, no qual toda produção e troca de mercadorias “seria confiada a esse mecanismo autorregulável”.⁸⁷⁶ A terra e o trabalho seriam igualmente convertidos em mercadorias. A

⁸⁷⁵ SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. Do mesmo autor: **A cultura no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

⁸⁷⁶ POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 73.

expectativa era que os indivíduos, finalmente libertados de regulações e coerções, poderiam dispor de sua vontade e inventividade, aplicando livremente seus talentos conforme seus próprios interesses, maximizando seus ganhos.

O que se constatou, no início do século XIX, com o avanço da industrialização e das relações capitalistas, foi a agudização de uma nova forma de pauperismo, que já se percebia pelo menos um século antes, como analisou Robert Castel. Por certo que a existência de pobres, miseráveis, mendigos etc. não era novidade, sendo parte bastante comum e visível das formas anteriores de sociedade, ou seja, uma indigência que era tanto estrutural quanto conjuntural. No entanto, o que parecia novo era uma *vulnerabilidade de massa*, pois agora os pobres e os miseráveis não eram somente os desprovidos de trabalho (inválidos e vagabundos), mas o conjunto mesmo da população trabalhadora. Tal situação contrastava com a prodigiosa produtividade e os lucros fabulosos proporcionados pela expansão dos negócios e, mais ainda, entrava em contradição com a nova concepção atribuída ao trabalho: de opróbrio ou condição indigna, o trabalho passava a ser considerado fonte de toda riqueza. Não à toa, nessa época formula-se a *questão social* como associada de forma intrínseca à condição das massas trabalhadoras, cuja vida de infortúnios e precariedade chamava atenção de observadores de tendências políticas diversas. Pairava, simultaneamente, grande apreensão quanto ao risco de desagregação do tecido da sociedade, especialmente porque essa classe trabalhadora em formação poderia ser agente de uma completa transformação social.⁸⁷⁷

Aliás, era esse justamente o projeto difundido por militantes socialistas, comunistas e anarquistas: uma revolução que liquidaria a sociedade de mercado, a exploração, as hierarquias, a propriedade privada dos meios de produção e que tornaria os produtos do trabalho comuns a todos os homens e mulheres. As correntes revolucionárias, para inquietação de autoridades e patrões, pareciam conquistar cada vez mais audiência entre parcelas dos trabalhadores. Esse novo pauperismo, no qual a vida dos trabalhadores era marcada pela vulnerabilidade, associado à eclosão de uma possível ou imaginada onda revolucionária, tornou-se o núcleo do que se entendia como questão social.

Se Robert Castel argumentou sobre uma vulnerabilidade de massa, Mike Savage insistiu na ideia da *insegurança estrutural* como traço distintivo da vida operária (e dos pobres em geral). Segundo argumenta Savage, tal formulação abarca tanto o entendimento das pressões estruturais que atingem os trabalhadores quanto às formas de ação adotadas para mitigar, superar ou solucionar suas difíceis condições de vida. Nesse sentido, os

⁸⁷⁷ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 211-274.

trabalhadores, desprovidos de meios próprios de subsistência e submetidos às agruras e incertezas da vida cotidiana, buscam elaborar, coletivamente, uma enorme variedade de estratégias e táticas: “da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai”.⁸⁷⁸

Seja na forma de vulnerabilidade de massa ou de uma insegurança estrutural, entendemos os trabalhadores como agentes fundamentais do processo histórico, cujos movimento e presença despertavam esperanças e temores. A questão social, no final do século XIX, dizia respeito, portanto, à posição e integração do proletariado, o que demandava novas posturas da parte de outros grupos e a elaboração de novos programas políticos. É em tal cenário que podemos inserir a estratégia da Igreja Católica.

A Igreja forneceu, perto do final do século XIX, através da Encíclica *Rerum Novarum*, uma análise e um programa básico no trato da questão social, aperfeiçoado décadas depois pela Encíclica *Quadragesimo Anno*, mediante uma visão orgânica das relações sociais, que recusava a luta de classes e apostava na conciliação de classes. A Igreja reafirmava sua autoridade de guia espiritual diante dos desafios da modernidade. A doutrina social católica defendia a dignidade do trabalho e do trabalhador, o valor ético das atividades produtivas, a manutenção e difusão da propriedade privada, uma distribuição mais justa das riquezas e toda uma noção de justiça social sedimentada em alguns suportes essenciais: fortalecimento das formas associativas; definição e cumprimento de direitos essenciais quanto ao salário vital (salário justo), tempo de descanso e proteção especial às mulheres e crianças; e um papel maior do Estado como mantenedor da ordem e protetor dos trabalhadores. Rejeitando tanto os postulados liberais quanto o socialismo, a Igreja propunha uma ordem corporativa.

A Legião Cearense do Trabalho, idealizada, em 1931, por ativos militantes católicos, era herdeira desta longa linhagem de reflexão cristã sobre a questão operária e sobre o corporativismo, mas não apenas isso. A classe trabalhadora não era uma massa informe, pronta para ser moldada por ideias vindas de cima e de fora, como se fosse o barro da roda do oleiro. Facilmente identificamos uma sólida tradição organizativa e um conjunto de práticas que compunham a experiência associativa de segmentos importantes dos trabalhadores. O exame de um longo período, do século XIX até o início da década de 1930, permitiu-nos identificar a força do mutualismo e a predominância de uma prática operária que podemos considerar reformista, que aceitava negociações e alianças com sujeitos de outras classes com

⁸⁷⁸ SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

vistas a alcançar benefícios e direitos, colocando a greve como recurso possível caso todas as demais tentativas se mostrassem frustradas, sem desconsiderar a influência política de outras tantas correntes como o socialismo, o cooperativismo, o anarquismo e o comunismo.

A Legião, portanto, pretendendo organizar e liderar os trabalhadores, alimentava-se tanto da doutrina social católica quanto de todo o conjunto de tradições e modos de atuação corrente entre os grupos organizados. Todas as estratégias envolvendo, por exemplo, a criação de uma agência de colocação, a preocupação e cuidado com a saúde do trabalhador, a manutenção e ampliação de escolas sindicais etc., que compuseram parte essencial da práxis legionária, foram formuladas sem qualquer descontinuidade ao que era costumeiro e importante entre as associações de trabalhadores.

Rejeitando o internacionalismo operário comunista e recusando a luta de classes, a LCT formulou um projeto corporativo que abraçava o ideal de colaboração e harmonização entre as classes, prevendo um programa político e social que compartilhava semelhanças com outros corporativismos e se beneficiava do longo escopo de elaboração teórica sobre o tema de autores nacionais e internacionais. Nesse sentido, em termos de arquitetura institucional, a Legião propunha a representação de classes, a instituição de comissões de arbitragem, a criação de agências e conselhos técnicos, a feitura de contratos coletivos entre patrões e trabalhadores e a formulação de uma legislação trabalhista.

As lideranças legionárias, a partir de 1933, tentaram costurar uma aproximação, ou talvez até uma fusão, entre a Legião Cearense do Trabalho e a Ação Integralista Brasileira, que, no entanto, não parece ter sido abraçada de forma tão ampla e entusiasmada pelas bases quanto o foi pelos líderes. Para uma parte importante dos trabalhadores, apesar das similaridades ideológicas, a Legião não seria exatamente idêntica ao Integralismo e, assim, as duas organizações mantiveram rotinas próprias e autonomia operacional. Ao mesmo tempo, apesar das inúmeras analogias, o projeto corporativo varguista era parcialmente rejeitado, especificamente a necessidade de oficialização e atrelamento sindical ao Ministério do Trabalho, visto como uma ameaça à autonomia das organizações operárias. O comunismo, por sua vez, era o grande oponente a ser combatido e vencido.

O projeto corporativo da LCT dedicava grande relevância à organização dos trabalhadores. No caso, a Legião promoveu, estimulou e apoiou o crescimento dos sindicatos operários na primeira metade da década de 1930, funcionando como um suporte fundamental para várias categorias. Os sindicatos eram entendidos como as células fundamentais da sociedade, devendo mediar a relação dos trabalhadores com outros grupos e demais instituições. A ingerência legionária na vida sindical foi importante, sem sombra de dúvida,

mas isso não significa dizer que tenha englobado e controlado inteiramente a vida associativa. Como demonstramos, o espaço das associações continuava sendo fundamentalmente dos operários, no qual se debatiam os problemas comuns da vida dos trabalhadores, incluindo os desafios de gerir e manter a própria organização, e se buscavam soluções para dificuldades, sem necessariamente ficarem submetidos aos ditames da chefia legionária.

Da mesma maneira, entendemos que as instituições não tomavam toda a vida social, sendo assim, buscamos incorporar questões referentes às maneiras de morar, às sociabilidades, aos usos da cidade e às formas de lazer. Identificamos o vigor da vida operária além do tempo de trabalho, além do mundo associativo e de qualquer influência da LCT, que, a bem da verdade, nunca tentou consistentemente controlar as sociabilidades e o lazer operário. Em uma cidade em transformação, conforme projeto modernizante de sua elite política e econômica, os trabalhadores marcavam sua presença. A popularização dos cinemas, do futebol, as redes de sociabilidade nos bairros e as diferentes festividades, incluindo o carnaval, marcavam um cenário rico da vida cotidiana, muitas vezes percebidos pela imprensa e pela polícia como atividades suspeitas que deviam ser devidamente vigiadas ou até limitadas. Além do mais, existia uma “outra cidade”, aquela das areias, dos arrabaldes, dos bairros mais pobres, nos quais o conhecimento mútuo, a vizinhança e os pequenos comércios funcionavam como nexos fundamentais de interação.

O projeto legionário era essencialmente mobilizador, ou seja, só existia e se efetivava apelando para a organização e mobilização permanente da classe trabalhadora. Se o objetivo de tutela é inegável, tal postura estava muito distante de significar desmobilização ou paralisia. Mesmo que a hierarquia e a desigualdade fossem naturalizadas e aceitas como dados intransponíveis da sociedade, sendo rechaçada qualquer utopia revolucionária, as proposições contidas no programa da Legião abrigavam temas e anseios significativos e que, se concretizados, implicariam em profundas mudanças no mundo do trabalho.

Se entendermos que um movimento social organizado ganha existência a partir da articulação de um vocabulário político, um diagnóstico da situação vivida pelo grupo mobilizado e a proposição de uma alternativa geral que vise solucionar tais condições, o projeto legionário se tornou, para os operários, perfeitamente compreensível, já que incorporava práticas e disposições comuns de boa parcela dos trabalhadores, e crível, pois continha propostas de alcance imediato, tornando-se profundamente atrativo e capaz de despertar esperança.

Como tentamos demonstrar, os trabalhadores não entendiam a LCT somente como criação de lideranças mais ou menos carismáticas, mas como fruto de seu empenho,

uma obra que continuou a ser recriada ao longo do tempo, cujo período de maior atividade está situado entre 1931 e 1934. O interregno de 1932/1933, inclusive, foi marcado por uma jornada de greves e intensos conflitos. Após esse momento, teve início o ocaso do legionarismo. A verdade é que, pelo menos em Fortaleza, a partir de 1935, a Legião se tornou uma força exaurida. O dinamismo se esgotou. A progressiva dissolução da LCT não se explica por um único fator, mas por um emaranhado de fatores e escolhas. Os sinais foram ficando evidentes após as várias greves. Algumas categorias, especialmente em 1935, deixaram a LCT se deslocando para movimentos politicamente à esquerda. Além disso, a temática dos direitos, tão longamente cultivados, demandava cada vez mais uma atuação dentro dos marcos do sindicalismo oficial. Especialmente após a promulgação da nova Lei de Férias, em 1934, era cada vez mais contraproducente rejeitar a sindicalização. Como em um movimento pendular, a postura adotada por boa parte dos trabalhadores que integravam a LCT passou da rejeição à adoção do sindicalismo oficial como estratégia prioritária. À medida que o tempo passava, os órgãos estatais começaram a operar de forma mais eficaz, tornando-se uma alternativa viável de mediação na luta por direitos. Se a Legião funcionou como um grande laboratório de articulação e disputa entre os vários corporativismos, como dissemos anteriormente, é inequívoco que a vitória final coube ao corporativismo varguista.

A Legião se revelou um ambiente formidável de aprendizado e discussão sobre direitos e, durante um tempo, foi uma instituição requisitada e instrumentalizada pelos trabalhadores na luta por direitos. Enquanto existiu, o legionarismo, visto pela perspectiva dos trabalhadores, passava longe de ser apenas um movimento doutrinário, de pura pregação política, no qual eles iriam sorver os princípios ditados por outros. A adesão à LCT implicava uma postura ativa, com significativo grau de pragmatismo quanto aos benefícios possíveis de uma agregação mais ampla, que potencializaria sua força relativa e na qual, insistimos, envolvia ampla circularidade de ideias e práticas, constante interlocução e rearranjos.

Vale destacar que todo esse processo envolveu apropriações recíprocas entre os chefes e os operários. Mas tal circularidade e aprendizado não ocorreu somente entre as lideranças e os trabalhadores, mas também entre esses últimos uns com os outros, de forma mais horizontal, pois, no cotidiano, as muitas questões eram tratadas coletivamente e a busca de soluções, a montagem de estratégias e ideias passavam a ser objeto de discussão e troca. A unidade entre as categorias, facilitada e forjada dentro da LCT, favoreceu a preparação de greves, ampliou sua eficácia e assegurou resultados vitoriosos, mesmo dentro de certos limites.

FONTES

1. IMPRENSA

- **A Gazetinha**, Fortaleza [1901, 1905]
- **A Lucta**, Sobral [1919]
- **A Nação**, Fortaleza [1932]
- **A Pátria**, Sobral [1913]
- **A Razão**, Fortaleza [1929, 1930, 1931, 1936]
- **A República**, Fortaleza [1893, 1897]
- **A Rua**, Fortaleza [1933, 1934, 1935, 1936]
- **A Tribuna**, Fortaleza [1921]
- **Ceará Socialista**, Fortaleza [1919]
- **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro [1930]
- **Correio do Ceará**, Fortaleza [1921, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934]
- **Diário do Ceará**, Fortaleza [1913 e 1927]
- **Gazeta de Notícias**, Fortaleza [1933, 1935]
- **Gazeta Oficial**, Fortaleza [1918, 1919]
- **Jornal do Ceará**, Fortaleza [1904, 1905, 1907, 1910]
- **Libertador**, Fortaleza [1890]
- **Legionário**, Fortaleza [1933, 1934]
- **O Ceará**, Fortaleza [1928, 1929]
- **O Cearense**, Fortaleza [1876, 1877, 1890]
- **O Combate**, Fortaleza [1935]
- **O Nordeste**, Fortaleza [1928, 1929, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937]
- **O Povo**, Fortaleza [1932, 1933]
- **Trabalhador Graphico**, Fortaleza [1930]
- **Unitário**, Fortaleza [1935]
- **Voz do Graphico**, Fortaleza [1921]

Acervos: Setor de Microfilmes e Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Setor de Hemeroteca do Instituto do Ceará e Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

2. ALMANAQUES

- ALMANAQUE administrativo, estatístico, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1903. Fortaleza: Typografia Econômica, 1902.
- ALMANAQUE administrativo, estatístico, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1906. Fortaleza: Typo-Litographia a Vapor, 1906.
- ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1920. Fortaleza: Typographia Moderna, 1920.
- ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1930. Fortaleza: Typographia Moderna, 1930.
- ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1932. Fortaleza: Gráfica Urânia, 1932.
- ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1933. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1932.
- ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1934. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1934.

- ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1936. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1935.

3. MENSAGENS E RELATÓRIOS

- RELATÓRIO do Inspetor de Saúde Pública, Dr. João Marinho de Andrade. *In*: MENSAGEM do Presidente do Estado, Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle, a Assembleia Legislativa do Ceará, Fortaleza: Typografia d'A República, 1894.
- MENSAGEM do Presidente do Estado, Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle, apresentada a Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Typografia d'A República, 1895.
- MENSAGEM apresentada à Assembleia Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926.
- MENSAGEM apresentada à Assembleia Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1927.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal Cap. Roberto Carneiro de Mendonça. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936.

Acervo: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/search?terms=Cear%C3%A1>

4. LEIS E DECRETOS

- BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. “Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 20/05/2018.
- BRASIL. Decreto nº 21.364, de 4 de maio de 1932. “Regula o horário para o trabalho industrial”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21364-4-maio-1932-526751-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20/01/2020.
- BRASIL. Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932. “Regula as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20/01/2020.
- BRASIL. Decreto nº 23.104, de 19 de agosto de 1933. “Regula a duração e condições do trabalho na indústria de panificação”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23104-19-agosto-1933-526804-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20/01/2020.
- BRASIL. Decreto nº 23.768, de 18 de janeiro de 1934. “Regula a concessão de férias aos empregados na indústria, sindicalizados”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23768-18-janeiro-1934-526823-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 20/05/2018.
- FORTALEZA. CÓDIGO MUNICIPAL. (Decreto nº 70, 13 de dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

5. DOCUMENTOS ECLESIAÍSTICOS

- LEÃO XIII. Papa. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html Acesso em 10/06/2017.
- PIO XI, Papa. Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de Leão XIII “*Rerum Novarum*”. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius->

xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html#fnref23
 Acesso em 10/06/2017.

6. LIVROS DE ATAS E DOCUMENTOS SINDICAIS

- Livro de Atas do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria de 1933 a 1934.
- Livro de Atas do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria de 1934 a 1938.
- Livro de Atas do Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil de 1935 a 1940
- Livro de Atas do Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil de 1940 a 1944.
- Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza de 1923 a 1926
- Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza de 1927 a 1933
- Livro de Registro de Associados do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza de 1939

7. MEMÓRIAS, CRÔNICAS E ROMANCES

- ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e de anteontem**. Fortaleza: Edições UFC / PMF, 1980.
- ALENCAR, Eusébio Mota de. **Dona Lima, a curandeira**. 2. ed. Fortaleza: A Fortaleza, 1965.
- AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça: reminiscências**. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992.
- CAMPOS, Eduardo. **O inventário do cotidiano** (Breve memória da cidade de Fortaleza). Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.
- CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do passado**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1998.
- CAMPOS, Eduardo. **A volta do inquilino do passado**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1998.
- D'ALVAREZ, Martins. Morro do Moinho [1937]. *In*: D'ALVAREZ, Martins. **Ficções**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997.
- LICURGO. Fortaleza de outrora. *In*: ALMANAQUE estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará para o ano de 1934. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1934.
- MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1999.
- MARTINS, Fran. Sapateiro também é gente. *In*: MARTINS, Fran. **Manipueira: contos de Juazeiro do Padre Cícero**. Fortaleza: Gráfica Urânia, 1932.
- MENEZES, Antônio Bezerra de. Porangaba. *In*: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Ano 15, p. 62-65, 1901.
- MENEZES, Antônio Bezerra de. As praias. *In*: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Ano 16, p. 94-100, 1902.
- NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha: crônicas**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.
- PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do passado** (Tauá – Fortaleza). Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

8. CENSOS

- BRASIL. Recenseamento do Brasil [1920]. Volume IV, 5ª Parte – População. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1930.
- BRASIL. Recenseamento do Brasil [1920]. Volume V, 1ª Parte – Indústrias. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927.

- BRASIL. Recenseamento do Brasil [1920]. Volume V, 2ª Parte – Salários. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1928.
- BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil [1940]. Série Regional, Parte IV: Ceará. Tomo I: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

9. ICONOGRAFIA

- **Álbum de Fortaleza**, 1931. Acervo: Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.
- Disponível em: https://www.ceara.pro.br/Raridades/Album_Fortaleza_1931.html Acesso em 10/03/2017.
- **AGSL Digital Photo Archive: South America**. University of Wisconsin.
- Coleção Robert Platt. Disponível em: https://collections.lib.uwm.edu/digital/collection/ags_south/search/searchterm/fortaleza!Robert%20S.%20Platt%20Collection%20I%20-%20Nitrate%20Negatives/field/citypl!part/mode/exact!exact/conn/and!and/order/nosort/ad/asc Acesso em 16/04/2018.
- **Arquivo Nirez**

10. PROCESSOS CRIMINAIS E DOCUMENTAÇÃO DA CHEFATURA DE POLÍCIA

- APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Ferimentos, Caixa 9, Processo N° 1922/7
- APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Ferimentos, Caixa 17, Processo N° 1929/9.
- APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Ferimentos, Caixa 20, Processo N° 1930/12.
- APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Ferimentos, Caixa 21, Processo N° 1930/30.
- APEC. Arquivo do Tribunal de Justiça, Processos Criminais, Crimes Políticos, Caixa 1, Processo N° 1931/01.
- APEC, Livro de Registro de Queixas da 1ª Delegacia de Polícia, Livro 37. [1932].

Acervo: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

11. PUBLICAÇÕES DIVERSAS

- BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.
- SOMBRA, Severino. **O Ideal Legionário**. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1931.
- THEÓPHILO, Rodolpho. **Variola e vacinação no Ceará**. (Edição fac-similar de edição publicada em 1904). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

12. ENTREVISTAS

- MOTTA, Jeovah. Entrevista com o General Jeovah Motta concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, São João del-Rei, 1983. NUDOC, CD-ROM.
- SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC, CD-ROM.
- SOUSA, Vital Félix. Entrevista com Vital Félix de Sousa concedida a Josênio Camelo Parente, Fortaleza, 1983. NUDOC, CD-ROM.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil, Império:** a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho:** a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909 – 1941). 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- AMARAL, Liana Viana do. **O Legionário:** dimensões culturais na formação da classe operária. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.
- ANDRADE, Margarida. **Fortaleza em perspectiva histórica:** poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ANDRADE, Margarida. **Onde moram os operários...:** vilas operárias em Fortaleza (1920 – 1945). 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.
- ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará:** o setor de fiação e tecelagem, 1880 – 1950. Fortaleza: Edições UFC: Stylus Comunicações, 1989.
- ARAUJO, Ângela. **Construindo o consentimento:** corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:** o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora HUCITEC; Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa, 1900 – 2000.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.
- BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor. *In:* FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil:** a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.
- BATALHA, Claudio. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Claudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. *In:* BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 95 -119.
- BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil republicano:** o tempo do liberalismo excludente. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1.
- BATALHA, Claudio. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. *In:* AZEVEDO, Elciene *et al.* (org.). **Trabalhadores na**

cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 251-269.

BATALHA, Claudio. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p.12-22, 2010.

BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 42-67, 1999.

BATALHA, Claudio. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 91-99, 1997.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. t. 3, v. 11.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p.269-286, 2013.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas**. São Paulo: LTr, 2007.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BUENO, Luís. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CANDIDO, Antonio (org.). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.). **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003. p. 139-159.

CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930 – 1937)**. São Paulo: DIFEL, 1973.

CARONE, Edgard. **A República Nova** (1930 – 1937). 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLUCCI, Aldrin. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CASTELLUCCI, Aldrin. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131 – 166, 2005.

CAZETTA, Felipe. Intelectuais conservadores e a luta pelo poder: Le Bon, Sorel, *Action Française* e o Integralismo Lusitano. **História**, São Paulo, v. 36, p. 1 – 24, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de; MAYOL, Pierre; GIARD, Luce. **A invenção do cotidiano**. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v.14, n. 26, p. 13-46, 2009.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo (org.). **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. **A Legião do Trabalho: política e imaginário no Integralismo cearense**. Fortaleza, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. A Legião Cearense do Trabalho. *In*: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 317-344.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue**: a rebelião dos escravos de Demerara. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Capítulos de geografia histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915 – 1935)**: trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. **Virando o jogo**: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 6, n. 6, p. 29-63, 2002.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. História da leitura. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 199-236.

EVANS, Richard. **O Terceiro Reich no poder**. 3. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FORTES, Alexandre. **“Nós do quarto distrito”**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FORTES, Alexandre. Como era gostoso o meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933/1934). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 88-124, 1997.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; FONTES, Paulo; COSTA, Hélio da (org.). **Na luta por direitos**: estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FRENCH, John. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GAGLIARDI, Alessio. Controlar o tempo livre: a *Opera Nazionale Dopolavoro* na Itália Fascista. *In*: BRÊA, Maria Elizabeth; CARNEIRO, Maria Tucci (org.). **O controle dos corpos e das mentes**: estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: USP, 2019. p. 170-191.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1979.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODOY, João Miguel Teixeira de. O mundo fabril nas concepções de Taylor, Fayol e Ford. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 37-70, 2010.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. *In*: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Os intelectuais do antiliberalismo**: projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 285-315.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. *In*: GOMES, Ângela de Castro; ALBERTI, Verena; PANDOLFI, Dulce (org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 384-449.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. *In*: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). **História da vida privada, 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489-558.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Ângela de Castro. Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. **Revista Sociologia & Antropologia**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 185-209, 2012.

GONÇALVES, Adelaide. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

GONÇALVES, Adelaide (org.). **Ceará Socialista**: anno 1919. Florianópolis: Insular, 2001.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO Allyson (org.). **O Trabalhador Graphico** (edição fac-similar). Fortaleza: Editora da UFC, 2002.

GONÇALVES, Adelaide. Demolindo a sociedade burguesa: intelectuais e imprensa libertária no Ceará. **Trajetos**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 77-93, 2003.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil**: documentos. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979. (O movimento operário, v.1).

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre História Operária. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848 - 1875**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973. v. 1.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano**: sociedade e instituições (1930-1964). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. 3, v. 9.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850 – 1930). Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da USP, 2008.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-161.

LIMA, Ana Cristina Pereira. **“Obreiros pacíficos”**: o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (Fortaleza, 1915 – 1931). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do New Deal**: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINEBAUGH, Peter. **Ned Ludd e a Rainha Mab**: destruição de máquinas, romantismo e os comuns de 1811-1812. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2019.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LOPES, Raimundo Helio. **Um vice-reinado na república do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a guerra de 1932**. 2014. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2014.

LOPREATO, Cristina. **O espírito da revolta** (a greve geral anarquista de 1917). 1996, Tese. (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LUCA, Tânia De. **O sonho do futuro assegurado**. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. *In*: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1999. v. 2.

MAIA NETO, Vicente Moreira. **Futebol, imprensa e cidade: o processo de especialização da crônica esportiva em Fortaleza (1921 – 1930)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 – 1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MAIO, Marcos Chor; Cytrynowicz, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

MARCHI, Euclides. Igreja e Estado: a construção da concórdia. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XIX, n. 2, p. 55-67, 1993.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

MELLO, Willian (org.). **Legionários, “galinhas verdes” e a política no Ceará (1929 – 1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

MONTENEGRO, João Alfredo. **O Integralismo no Ceará: variações ideológicas**. Fortaleza: IOCE, 1986.

MONTENEGRO, João Alfredo. **O trono e o altar: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará, 1817 – 1978**. Fortaleza: BNB, 1992.

MOORE JR, Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo ferroviário: prover e proteger na Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MIRANDA, Júlia. **O poder e a fé: discurso e prática católicas**. Fortaleza: Edições UFC, 1987.

MONTGOMERY, David. **Workers' control in America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Paradoxos do pensamento contra-revolucionário: Joseph De Maistre. **Lócus**: revista de História, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 132-150, 2001.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro *et al.* (org.). **Regionalismo e centralização política**: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 339-452.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na História operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 53-101.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em movimento**: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará *Light*. (Fortaleza, 1917 – 1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PARENTE, Josênio. **Anauê**: os camisas-verdes no poder. Fortaleza: EDUFC, 1999.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o Integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 118-138, 2010.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle (org.) **História da vida privada, 4**: da Revolução Francesa a Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

PESAVENTO, Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PESAVENTO, Sandra. Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880 – 1920). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 2, p. 165-183, 1994.

PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (org.). **A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

PINTO, Rodrigo Márcio. **Do Passeio Público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904 – 1945)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860 - 1930)**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. Legião Cearense do Trabalho. *In*: SOUSA, Simone de (org.). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 371-388.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 41-58, 1993.

PORTO, Eymard. **Babaquara, chefetes e cabroeira: Fortaleza no início do século XX**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara/Secretaria de Cultura, 1993.

POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 55-90, 2007.

PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (org.). **História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RAGO, Margareth. **Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REGIS, João Rameres. **Integralismo e coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937)**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. *In*: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Críticos da Revolução Francesa: conservadores tradicionalistas e contra-revolucionários. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v. 3, p. 343 – 367, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. Do folhetim à crônica: gêneros fronteirios entre o livro e o jornal. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano 6, n. 1, p. 11-22, 2009.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará**: “instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963). 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 6-23, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, p. 217-243, 2011.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNET, Richard. **A cultura no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem padrões**: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso**: a Maçonaria e os trabalhadores cearenses. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorro mútuo**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854 – 1940). 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. Oligarquias em sociedades de socorros mútuos (1854 – 1940). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 78-108, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

SOUSA, Simone de. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. *In*: SOUSA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 321-346.

SOUZA, Jessie Jane Vieira. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, Samuel Fernando de. **“Coagidos ou subornados”**: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

VELLOSO, Mônica. A Ordem: uma revista de doutrina política e cultura católica. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 117-160, 1978.

VISCARDI, Claudia. O *ethos* mutualista: valores, costumes e festividades. In: BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo (org.). **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2015. p. 193-218.

VISCARDI, Claudia. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 23-39, 2010.

VISCARDI, Claudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017.

TRENTO, Angelo. **Fascismo italiano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo** (o fascismo brasileiro na década de 30). 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

VIANA, Carlos Negreiros. As múltiplas facetas de um marchante: a vida empresarial de Antônio Diogo de Siqueira. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 123, p. 239-259, 2009.

VIANA, Carlos Negreiros. A vida empresarial de Pedro Philomeno: um longo e fundamental capítulo da história industrial do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 122, p. 213-223, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011.